

Fórum Acadêmico do Sul Global

Anais das Conferências

2023-2025

**Instituto de Pesquisa de Comunicação Internacional,
Universidade Normal do Leste da China**

Janeiro de 2026

Índice

Prefácio.....	5
A história não chegou ao fim.....	5
A Nova Guerra Fria, Paz e Desenvolvimento: Implicações Contemporâneas do Debate	
Lippmann-Kennan.....	9
Parte I A nova ordem da informação e da comunicação no século XXI.....	19
1.1 A disputa por uma nova ordem de difusão da informação do Sul Global.....	19
1.1.1 Uma nova ordem mundial da comunicação para além da Guerra Fria.....	19
1.1.2 Pan-africanismo e Colonialismo Midiático.....	24
1.1.3 Três questões relativas ao futuro dos meios de comunicação no Sul Global.....	30
1.2 Soberania dos meios de comunicação na África e narrativas anticoloniais.....	35
1.2.1 Representações da resistência popular na África do Norte nos meios de comunicação.....	35
1.2.2 O soft power americano e a sua hegemonia mediática em África.....	39
1.2.3 Do assassinato de Lumumba à crise atual no Congo: o papel da mídia ocidental no enfraquecimento da solidariedade internacional.....	42
1.2.4 Soberania da mídia, controle neocolonial da informação, narrativas africanas e cooperação do Sul Global.....	46
1.2.5 Cobertura internacional da mídia sobre a África: perspectivas e desafios.....	48
1.2.6 A mídia sul-africana e a luta de classes.....	50
1.2.7 Desenvolvimento da comunicação pan-africana na resistência popular da África Ocidental.....	54
1.3 Guerra de informação na América Latina e a Aliança do Sul.....	55
1.3.1 Práticas de reforma da mídia em meio à onda progressista da América Latina no início do século XXI.....	55
1.3.2 O estado e as perspectivas da comunicação internacional da mídia latino-americana	
.....	60
1.3.3 Fabricando o caos: das redes sociais à política.....	67
1.3.4 Cuba: desafios da comunicação na era da inteligência artificial e a necessidade imperativa de construir uma nova ordem de comunicação e informação.....	78
1.3.5 Cooperação midiática entre agências de notícias latino-americanas O embargo dos EUA e a soberania da informação no Sul Global.....	93
1.3.6 A mídia latino-americana e a despolitização da comunicação no Sul Global Crítica ao socialismo chinês com características chinesas.....	95
1.4 A disputa pelo poder narrativo: a resistência midiática do Sul Global.....	98
1.4.1 Narrativas da mídia: propaganda ocidental e o mundo multipolar do Sul Global.....	98
1.4.2 A natureza e o papel da mídia tradicional na política dos EUA e o desenvolvimento da mídia alternativa.....	101
1.4.3 Mídia russa: panorama e perspectivas da comunicação internacional.....	105
1.4.4 Conquistas da PressTV em meio à hegemonia ocidental e à solidariedade entre a mídia do Sul Global.....	107
1.5 Práticas e reflexões acerca da comunicação internacional da China.....	109
1.5.1 A divulgação e influência das obras de Mao Zedong em todo o mundo.....	109

1.5.2 A comunicação internacional da China na nova ordem mundial.....	118
1.5.3 Desconstruindo a hegemonia do discurso global ocidental por meio de estratégias de comunicação de localização corretas.....	123
1.5.4 Mudando as percepções chinesas sobre a África através das lentes da mídia.....	129
1.6 Soberania digital: o novo momento de Bandung do Sul Global.....	133
1.6.1 De minerais críticos a dados críticos: o caminho do Sul Global para a soberania digital.....	133
1.6.2 A Rota da Seda Digital das perspectivas da Malásia e da ASEAN.....	138
1.6.3 Soberania digital para as massas.....	142
1.6.4 Inovação ordenada: a abordagem da China à regulamentação da IA.....	146
II. Orientações de Valor Central.....	148
1.6.5 A aplicação da inteligência artificial nos meios de comunicação russos: oportunidades e desafios.....	151
1.6.6 De um mundo multipolar a um mundo multicêntrico: um novo paradigma para a economia das comunicações.....	156
Parte II Teorias do desenvolvimento do Sul Global.....	159
2.1 Teoria e prática da superação dos constrangimentos ocidentais.....	159
2.1.1 O Sul Global: do projeto do Terceiro Mundo à nova onda de sentimentos.....	159
2.1.2 Os múltiplos desafios enfrentados pelo Sul Global e a construção de uma nova ordem.....	163
2.1.3 A economia política do Sul Global.....	168
2.1.4 O que constitui uma boa modernização: o significado universal da modernização chinesa.....	171
2.2 Crise da hegemonia do dólar e a emancipação monetária do Sul Global.....	174
2.2.1 A hegemonia do dólar e a desdolarização: reconstruindo o sistema monetário internacional no contexto da ascensão das nações do Sul Global.....	174
2.2.2 Senhoriagem e o dilema do sistema monetário da China: a contradição entre um gigante industrial e uma minoria monetária.....	175
2.2.3 Desglobalização do dólar americano e multipolaridade monetária: um quadro teórico para reduzir os privilégios excessivos do dólar democratizado.....	177
2.2.4 Fragmentação geopolítica e o panorama monetário internacional.....	181
2.2.5 Reformando o sistema financeiro mundial: mudança de paradigma tecnológico e oportunidades históricas para os países do BRICS.....	185
2.2.6 Reservas monetárias e sistemas de pagamento dos BRICS: mecanismos operacionais e vias de implementação para uma moeda supra soberana.....	187
2.3 A lógica do desenvolvimento e o caminho para a autonomia do Sul Global.....	188
2.3.1 Capital, Estado e desenvolvimento: um novo discurso para o Sul Global.....	188
2.3.2 A economia política da criação de mercados: caminhos para a industrialização e a armadilha da renda.....	196
2.3.3 Economia e libertação nacional: lições do desenvolvimento económico da China..	201
2.3.4 Modelos de mercado construtivos: o papel de integração sistémica do Estado em setores estratégicos.....	207
2.3.5 Crítica às políticas neoliberais: lições da experiência da Turquia.....	208
2.4 A prática do internacionalismo: do simbólico ao substancial.....	212

2.4.1 Soberania e amizade: a dialética da solidariedade do Sul Global.....	212
2.4.2 Cooperação do Sul Global sob a tradição internacionalista: o caso da colaboração agrícola entre a China e o Brasil.....	217
2.4.3 A visão e os desafios da modernização conjunta China-África.....	222
2.4.4 BRICS Plus: Por que o valor da opção é importante para a ASEAN.....	225
2.4.5 O papel da Rússia no apoio à cooperação do Sul Global.....	231
2.5 Da perda de capacidades à reconstrução de capacidades, o dilema estrutural do Sul Global.....	234
2.5.1 Transcendendo o Consenso de Washington: O papel multifacetado do Estado no desenvolvimento económico.....	234
2.5.2 Por que não conseguimos desenvolver capacidades? Legados pós-coloniais e a reconstrução dos sistemas de conhecimento.....	238
2.5.3 O paradoxo fundamental da capacitação: quando os talentos que cultivamos continuam a partir.....	241
2.5.4 Reconstruindo a capacidade de carga do “camião de uma tonelada”: uma abordagem sistémica para o desenvolvimento de capacidades no Sul Global.....	244
Parte III 80º aniversário da Guerra Antifascista.....	248
3.1 O poder do povo e as formas contemporâneas do fascismo.....	248
3.1.1 Duas mentiras e uma grande verdade.....	248
3.1.2 A guerra popular como conceito político.....	253
3.1.3 Como técnica de governação hegémónica do fascismo contemporâneo.....	262
3.2 O desequilíbrio e a reconstrução da ordem internacional—A voz do Sul Global.....	268
3.2.1 Reflexões históricas sobre o 80º aniversário das Nações Unidas.....	268
3.2.2 Ajustes na ordem internacional desde o século XX: lições aprendidas e perspectivas para o século XXI.....	272
3.2.3 O caminho para o equilíbrio global: o sistema de Yalta, a Carta das Nações Unidas e o equilíbrio necessário para uma nova ordem internacional.....	279
3.3 Saldar as dívidas de guerra, rejeitar que Okinawa volte a ser um campo de batalha.....	284
3.3.1 O significado do 80º aniversário da vitória da China na guerra contra o fascismo e na guerra de resistência contra o Japão na Ásia Oriental: o pragmatismo da administração sul-coreana de Lee Jae-myung e o surgimento da administração ultradireitista japonesa de Takaichi.....	284
3.3.2 O ressurgimento do militarismo japonês e os preparativos para a guerra contra a China.....	289
3.3.3 O estado atual da crise dos mísseis em Okinawa e nas ilhas do sudoeste.....	298
3.3.4 A militarização da ilha de Miyako e o ressurgimento do militarismo japonês.....	305
3.3.5 A história de Okinawa e a paz no Leste Asiático: nunca mais guerras em Okinawa.....	309
3.3.6 Chega de guerras em Okinawa, chega de conflitos sino-japoneses.....	313
3.4 Justiça histórica, reunificação pacífica e solidariedade anti-imperialista na Ásia Oriental.....	319
3.4.1 A identidade política dos cidadãos taiwaneses sob o sistema anticomunista global.....	319

3.4.2 Paz no Estreito de Taiwan e a justiça histórica da reunificação entre os dois lados do Estreito.....	322
3.4.3 Os dois fenómenos de “esvaziamento” na questão de Taiwan e a tradição da luta anti-imperialista.....	326
3.4.4 Campanhas anti-independência de Taiwan, anti-intervenção e movimentos anti-imperialistas e antiguerra no Leste Asiático.....	329
3.4.5 A paz no Nordeste Asiático, a “teoria da contingência de Taiwan” e a aliança militar entre o Japão e os EUA.....	332
3.5 Descolonização inacabada e a crise bélica na Ásia Oriental.....	335
3.5.1 Descolonização, fim da Guerra da Coreia e paz no Nordeste Asiático.....	335
3.5.2 A crise de guerra no Leste Asiático e a construção de uma frente anti-imperialista	339
3.5.3 As limitações do pragmatismo sul-coreano.....	343
3.6 Combater o esquecimento: salvaguardar a memória da cooperação internacional e da vitória comum.....	347
3.6.1 A construção narrativa da guerra antifascista na historiografia ocidental e a necessidade de defender a frente oriental.....	347
3.6.2 A colaboração esquecida.....	351
3.6.3 A perspectiva esquecida: as ligações da Jugoslávia com a China e a solidariedade do Sul Global.....	355
3.6.4 Memórias despertadas: o papel da mídia russa na exposição da verdade sobre a Unidade 731 e no destaque da cooperação soviético-chinesa durante a Segunda Guerra Mundial.....	359
3.6.5 A contribuição da mídia e dos pesquisadores russos na preservação da memória da vitória conjunta soviético-chinesa de 1945.....	362
Considerações finais.....	370
Guerra Popular, “Paz Perpétua” e Teoria Marxista do Jornalismo e da Prática da Comunicação.....	370

Prefácio

A história não chegou ao fim

- Palestrante: Vijay Prashad
- Ano: 2023

O poder da mídia de definir os eventos globais permanece inquestionável, com os meios de comunicação de certos países estabelecendo o que se torna registro histórico. O conflito na Ucrânia acelerou as mudanças globais, revelando a fragilidade ocidental e destacando a força da China e a não alinhamento estratégico do Sul Global. O domínio ocidental foi corroído em vários vetores — finanças, recursos, ciência e tecnologia —, mas ainda mantém um controle esmagador em dois domínios: sistemas de armas e informação. Esta análise examina os cinco controles do neocolonialismo de Samir Amin para contextualizar essas mudanças, com foco particular no controle da informação e suas implicações para os produtores de conhecimento.

Os cinco controlos da estrutura internacional neocolonial

Surgida durante a descolonização, a estrutura neocolonial preservou as vantagens ocidentais conquistadas através do colonialismo. Nos casos em que as potências coloniais possuíam recursos diretamente, os acordos pós-independência estabeleceram *o controlo* ocidental através de cinco mecanismos:

O controlo sobre as finanças era exercido através das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), complementadas por mecanismos como a SWIFT (Sociedade para as Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais) e os Clubes de Londres/Paris. Estes alavancavam a dívida para manter a autoridade sobre os Estados recém-independentes. A ascensão de locomotivas do Sul Global como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) tem desafiado este monopólio, criando canais financeiros alternativos.

O controlo sobre os recursos permitiu às empresas ocidentais ditar os termos de extração, embora reconhecendo nominalmente a propriedade local. A proposta de 1974 para uma Nova Ordem Económica Internacional foi suprimida, mas as iniciativas de soberania dos recursos lideradas pelo Sul agora corroem o domínio ocidental.

O controlo sobre a ciência e a tecnologia intensificou-se quando as entidades ocidentais redefiniram a propriedade intelectual em torno dos produtos finais, em vez dos processos. Os avanços tecnológicos imprevistos no Sul Global — liderados

pela China — provocaram guerras comerciais dos EUA, revelando a ansiedade ocidental em relação à diminuição da hegemonia tecnológica.

Embora os três primeiros controles tenham enfraquecido, o domínio ocidental persiste nos sistemas de armas e na informação. Os gastos militares ilustram essa assimetria: os gastos globais chegam a US\$ 2,868 trilhões, com as nações ocidentais respondendo por US\$ 2 trilhões. Os EUA mantêm capacidades de aniquilação incomparáveis, apesar dos avanços de outras nações.

O controlo sobre a informação permanece quase absoluto por meio do domínio da infraestrutura ocidental (cabos submarinos, satélites) e dos monopólios da mídia estabelecidos durante o colonialismo.

O domínio ocidental da informação e a sua crítica

O controlo da informação manifesta-se através do domínio do hardware e do software. Os cabos submarinos — 436 linhas que se estendem por 1,3 milhões de quilómetros — transportam 95% dos fluxos globais de dados. As empresas ocidentais (Alcatel, SubCom) e os gigantes tecnológicos aliados dos EUA (Meta, Google) dominam esta infraestrutura, possuindo ou controlando redes críticas. A distribuição de satélites mostra um desequilíbrio semelhante: dos 4550 satélites orbitais, 2804 (62%) são propriedade dos EUA, enquanto a SpaceX, sozinha, opera três vezes mais do que o total da China.

Este monopólio de hardware permite a censura oculta — restringindo ou bloqueando fluxos de informação sem escrutínio público. Projetos como a rede StarLink da SpaceX aprofundam este controlo, criando dependências de conectividade africanas. Entretanto, o monopólio ideológico da mídia ocidental persiste por meio da centralização da propriedade, da influência da publicidade corporativa e de "especialistas" alinhados com o Estado. A cobertura da Ucrânia exemplifica isso, excluindo perspectivas não ocidentais enquanto amplifica as narrativas da OTAN.

A resistência do Sul Global ao controlo da informação começou cedo. Quando preso em 1934, Nehru, da Índia, descobriu que a Reuters coordenava a cobertura pró-britânica com as autoridades coloniais. Os esforços de descolonização pós-Segunda Guerra Mundial priorizaram a soberania da mídia por meio da UNESCO, culminando no estudo de 1953 que expôs o domínio das agências ocidentais sobre as notícias globais. Iniciativas subsequentes incluíram a conferência de Quito de 1958, que estabeleceu o CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Avançados de Comunicação para a América Latina), a reunião de Bangcoc de 1961, que criou a Organização das Agências de Notícias Asiáticas, e a conferência de Tunes de 1963, que fundou a União das Agências de Notícias Africanas.

A cimeira do Movimento dos Países Não Alinhados, realizada em Argel em 1973, propôs a reorganização dos canais de comunicação da era colonial, a revisão das tarifas exploradoras dos cabos, o estabelecimento da propriedade coletiva de satélites e o aumento do intercâmbio de conhecimentos Sul-Sul. Estes princípios inspiraram a proposta da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NWICO). O Relatório MacBride da UNESCO de 1980 (*Muitas Vozes, Um Mundo*) documentou a distorção das realidades do Sul Global pelos cartéis de mídia ocidentais — exemplificada quando o público indiano percebeu as ações da OPEP em 1973 através das lentes ocidentais.

A reação ocidental foi imediata. Os EUA e o Reino Unido retiraram-se da UNESCO em 1984, alegando objeções à NWICO e à Nova Ordem Económica Internacional. Simultaneamente, a privatização da mídia deu origem a conglomerados como a CNN e a News Corporation, sufocando narrativas alternativas. As declarações subsequentes — Windhoek (1991), Alma Ata (1993), Santiago (1994), Sana'a (1996) — desapareceram perante a privatização imposta pela OMC. A mídia ocidental reformulou a privatização como “liberdade de imprensa”, ao mesmo tempo que descartou a mídia pública como autoritária, consolidando híbridos de entretenimento e notícias que corroem a alfabetização informacional.

Os nossos três desafios

Confrontar o controlo da informação ocidental requer estratégias coordenadas em três domínios:

A batalha da informação exige a reconstrução de redes transnacionais de partilha de notícias. O Non-Aligned News Pool de 1976 — embora inoperante — oferece um modelo para a colaboração apoiada pelo governo. Iniciativas contemporâneas como o Peoples Dispatch (que distribui conteúdo em inglês/espanhol) demonstram como projetos de mídia alinhados podem criar canais alternativos.

A batalha das ideias requer a distribuição de contra-narrativas através dos meios de comunicação existentes. Com os meios de comunicação corporativos a retirarem-se da cobertura internacional, serviços como o Globetrotter (distribuído em oito idiomas para mais de 500 publicações) provam que as perspectivas do Sul podem contornar os guardiões ocidentais. Isto cria estruturas analíticas independentes essenciais para o entendimento mútuo.

A batalha das emoções deve destacar soluções populares para os dilemas humanos. As narrativas de futilidade da mídia corporativa enfraquecem as comunidades; devemos destacar as ações transformadoras das pessoas comuns para restaurar a agência histórica.

A indiferença dos executivos petrolíferos de Glasgow reflete um apagamento sistémico, mas três décadas de trabalho jornalístico confirmam que existem alternativas. Quando a mídia corporativa ignorou o conflito do gás em Moçambique, a distribuição do Globetrotter colocou-o em centenas de publicações em todo o mundo. O nosso panorama mediático não será construído por outros — devemos construí-lo nós mesmos.

(Organizado a partir de gravações, com edições)

A Nova Guerra Fria, Paz e Desenvolvimento: Implicações Contemporâneas do Debate Lippmann-Kennan

- Palestrante: Lu Xinyu

- Ano: 2024

Sob a sombra da chamada nova Guerra Fria, durante o Fórum Internacional do Sul Global do ano passado, colocámos o termo “nova Guerra Fria” entre aspas, expressando a nossa esperança de que não se tornasse uma verdadeira nova Guerra Fria. No entanto, hoje, essas aspas já não são necessárias, pois uma nova Guerra Fria já se materializou de facto.

Isto obriga-nos a examinar: o que constituiu a antiga Guerra Fria e o que define a nova? Uma breve reflexão histórica recorda a famosa narrativa de George Kennan, arquiteto da Guerra Fria. O seu telegrama de 1946 e o seu ensaio seminal *The Sources of Soviet Conduct* (As fontes da conduta soviética) — amplamente considerado como a génese da Guerra Fria — continuam a ser fundamentais. A razão pela qual revisitamos este discurso hoje é que duas sementes históricas foram plantadas naquela época, que agora floresceram no conflito entre a Rússia e a Ucrânia: em primeiro lugar, a tese do “Fim da História”, proclamada como o manifesto da “descomunização” do vencedor após o colapso da União Soviética e do Bloco Oriental; em segundo lugar, a teoria do “Choque de Civilizações” e a doutrina de um novo equilíbrio de poder, que surgiu na era pós-Guerra Fria para justificar a hegemonia militar americana. Estas duas ideologias, surgidas sucessivamente, moldaram a ordem global contemporânea e estabeleceram uma posição ideológica dominante no discurso intelectual ocidental e nos meios de comunicação social tradicionais.

De facto, uma anedota bem conhecida relata como o Sr. X — George Kennan — recebeu uma resposta ferozmente crítica do renomado jornalista Walter Lippmann. Lippmann argumentou que a Guerra Fria era um fenómeno peculiar: como é que a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, aliados na guerra contra o fascismo, se tornaram adversários após a vitória? Este desenvolvimento em si era desconcertante, levando Lippmann a defender a continuação da aliança anglo-soviética do pós-guerra. Além disso, ele previu uma série de consequências caso eclodisse uma Guerra Fria — respostas que abordavam diretamente o longo telegrama do Sr. Kennan e o seu famoso artigo extenso. Este continua a ser um caso de estudo clássico na política internacional. Estranhamente, hoje em dia poucos revisitam este debate, seja na política internacional ou nos estudos de comunicação. Na historiografia ocidental da Guerra Fria, o colapso da União Soviética é amplamente aclamado como uma vitória para o profeta Kennan, embora tenha sido Fukuyama quem declarou o triunfo. As

advertências de Lippmann foram há muito esquecidas ou descartadas como profecias falhadas.

Saindo da Grande Depressão da década de 1930 e passando pela Segunda Guerra Mundial, a produção industrial dos Estados Unidos em 1944 já havia dobrado a das potências do Eixo. Em 1945, era três vezes maior que a da União Soviética e cinco vezes maior que a da Grã-Bretanha, representando metade da produção industrial mundial e três quartos de suas reservas de ouro. No final da guerra, o PIB dos Estados Unidos constituía 50% do total global. Assim, a capacidade industrial revelou-se decisiva para determinar a vitória na Guerra Fria, especialmente quando Truman utilizou a mais recente conquista do complexo militar-industrial: a bomba atómica. Isso requer uma nova compreensão da nossa parte. No entanto, a questão permanece: por que razão o “encantamento” de Lippmann persistiu durante toda a era Trump, mesmo quando os Estados Unidos continuaram a projetar o seu “potencial nacional” e “poder manifesto” (particularmente a capacidade industrial militar) no Médio Oriente e nas antigas regiões soviéticas após o colapso do bloco soviético?

Vamos revisitá-lo Longo Telegrama: ele reduziu as causas do início da guerra imperialista à Revolução Russa e reduziu ainda mais a Revolução Russa a uma questão interna russa e a uma questão nacional. Assim, a União Soviética tornou-se o bode expiatório da guerra mundial. Muito parecido com o que ouvimos hoje: os americanos se consideram os vencedores do fascismo na Segunda Guerra Mundial, abrindo caminho para o diagnóstico a seguir. Observamos que a descomunização não consegue desmantelar a chamada ditadura de Moscou, com a sobreposição do comunismo e da etnia constituindo o pecado original da Rússia. Isso explica por que, no atual conflito entre a Rússia e a Ucrânia, essa lógica voltada para a era stalinista continua sendo a narrativa principal empregada pelos EUA, pela OTAN e pela mídia ocidental para caracterizar a “ditadura” da Rússia. — A Rússia pós-descomunização continua a ser o adversário do Ocidente. Transformar a crise fascista nascida do capitalismo europeu num “problema orientalista” constitui a contribuição do Sr. X. Isto apresenta um dilema irreconciliável para os neo-kennanistas contemporâneos que defendem a contenção, particularmente após o ressurgimento global do populismo de direita e do fascismo no mundo ocidental. É precisamente por isso que a teoria do “realismo ofensivo” surgiu para resgatar a narrativa.

Assim, quando a dicotomia liberal/autoritária — forjada pelos vencedores e instigadores da Guerra Fria — se tornou a narrativa dominante da história mundial, a história da Segunda Guerra Mundial, desencadeada pela Grande Depressão americana, deixou de figurar no balanço da história humana do século XX. A profunda crise do sistema económico capitalista global desencadeada pela Grande Depressão não só proporcionou um terreno fértil para a ascensão do fascismo alemão e japonês,

como também sustentou a industrialização forçada, a coletivização rural e os expurgos políticos da União Soviética na década de 1930. Os expurgos foram fundamentalmente concebidos para garantir que o programa de industrialização forçada pudesse ser implementado dentro do Partido. Quando esses expurgos dentro do Partido Soviético foram condenados como ditadura pessoal irracional, eles obscureceram a destruição catastrófica causada pela crise capitalista global ao caminho de industrialização da União Soviética — que dependia da exportação de produtos agrícolas para adquirir tecnologia e capital. Essa crise também determinou os riscos brutais para a própria sobrevivência de toda a União Soviética. Nesse sentido, o desenvolvimento desigual do caminho da industrialização forçada da União Soviética era, na verdade, um reflexo da crise do desenvolvimento desigual dentro do capitalismo americano. O chamado autoritarismo que surgiu dessa base representava os interesses inerentes ao processo brutal da industrialização capitalista.

É precisamente dentro desses discursos que uma série de oposições binárias — democracia versus autoritarismo, liberdade versus despotismo, Estado versus sociedade, Ocidente versus China, Sul Global versus Norte Global — constituem a projeção histórica da realpolitik contemporânea, bem como a projeção da divisão da Guerra Fria. Essa projeção permanece oculta nas profundezas da atual “globalização” e “modernização”.

Hoje, o mundo continua acorrentado por essa estrutura de oposições binárias, que sustenta a reprodução intelectual e ideológica do que é chamado de nova Guerra Fria. Sua agenda é fundamentalmente recuperar o terreno perdido do ponto de vista do ocidentalismo e dos vencedores da Guerra Fria, enquanto exorciza globalmente o espectro do socialismo — desta vez visando a China.

O sucesso da industrialização americana inevitavelmente exigiu um preço maior de残酷. De facto, as duas guerras mundiais foram o produto de antigas e novas potências imperialistas e colonialistas que disputavam globalmente matérias-primas industriais e mercados. Elas incorporaram o processo brutal da industrialização global e serviram como força motriz por trás da guerra em grande escala na história da humanidade. A Guerra Fria do pós-guerra e a contenção da União Soviética pelos Estados Unidos constituíram sanções políticas globais unilaterais. Também discutimos extensivamente a questão das sanções nesta ocasião.

Através de pressão externa e embargos materiais, a nação visada é forçada a entrar em tensão política interna, escalada e contração (inevitavelmente manifestando-se como “centralização”), enquanto economicamente mergulha em uma escassez prolongada que abrange desde a produção até o consumo. A chamada “economia da escassez” refere-se especificamente aos fenómenos económicos dentro do bloco

socialista da União Soviética e da Europa Oriental durante a Guerra Fria. Na verdade, as economias planificadas representam, por si só, modelos económicos de tempo de guerra concebidos para lidar com a escassez e as sanções; não são, por natureza, domínio exclusivo do socialismo. Isto deve-se simplesmente ao facto de as nações socialistas que emergiram da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais se terem visto sujeitas a intervenções militares e sanções.

Como observou Lenin, o chamado “capitalismo de Estado” representava as economias planificadas adotadas pelas nações capitalistas durante a Primeira Guerra Mundial para lidar com as crises de guerra, enquanto o New Deal de Roosevelt nos Estados Unidos constituía, de forma semelhante, um capitalismo de Estado que geria um estado de crise. As críticas à economia planificada soviética visavam, portanto, fundamentalmente o caminho soviético para a industrialização. Na opinião do Sr. X, os embargos não militares e a contenção ideológica revelar-se-iam mais eficazes.

No entanto, a estratégia e a retórica dos guerreiros da Guerra Fria envolviam criar escassez económica por meio de sanções e embargos e, em seguida, atribuir essa escassez a falhas inerentes ao sistema socialista ou a qualquer regime totalitário em si — em vez de reconhecê-las como reações em cadeia da contenção externa. Esse enquadramento serviu para mobilizar e apoiar a resistência interna, levando, em última instância, o sistema político da nação sancionada à desintegração ou à mudança de regime. A chamada Guerra Fria transformou essencialmente as sanções e embargos externos em forças de desintegração interna, sendo a sua militarização a consequência lógica inevitável da sua lógica dualista. A transformação mútua entre guerras quentes e frias foi predeterminada pelos seus objetivos. A Guerra da Coreia, a Guerra do Vietname e os golpes militares orquestrados pelos Estados Unidos em todo o mundo constituem componentes internos da Guerra Fria. Assim, a dissolução da União Soviética representou tanto a maior conquista da Guerra Fria como o seu custo mais pesado — a polarização atual na política americana é o seu efeito bumerangue, enquanto o ressurgimento maciço do macarthismo é uma consequência inevitável. Os conflitos Rússia-Ucrânia, Palestina-Israel e Israel-Líbano servem como ensaios para uma nova Guerra Fria e uma Terceira Guerra Mundial.

No mundo pós-soviético, as nações socialistas Cuba e Coreia do Norte permanecem presas na antiga estrutura de contenção da Guerra Fria. A China, no entanto, tendo rompido a contenção e o bloqueio da Guerra Fria através do início das relações diplomáticas sino-americanas por Mao Zedong e da subsequente reforma e abertura liderada por Deng Xiaoping, enfrenta agora novos desafios de uma nova Guerra Fria e uma contenção renovada. A lógica das antigas e novas Guerras Frias permanece inalterada, assim como a lógica que rege a transição entre Guerras Frias e Guerras Quentes.

A aliança entre o nacionalismo e o socialismo forjada no século XX foi destruída pela vitória do Ocidente na Guerra Fria, dando origem ao caleidoscópico panorama político atual, onde o nacionalismo converge com diversos conservadorismos de direita, fundamentalismos, racismos e ideologias populistas. Hoje, sob a bandeira do nacionalismo, assistimos a uma vasta reunião global de forças de direita organizadas segundo linhas raciais, étnicas e civilizacionais. Este fenómeno significa nada menos do que o fracasso total — do discurso à prática — da narrativa universalista neoliberal defendida pelos vencedores da Guerra Fria: democracia, liberdade e mercado. Por que, então, Mearsheimer abandonou essa retórica? O seu chamado “realismo ofensivo” nada mais é do que uma adaga revelada quando o mapa é desdobrado — um apoio militar nu e cru à hegemonia americana na ordem mundial atual. Nesse sentido, o “realismo ofensivo” de Mearsheimer é apenas a mais recente iteração da tese do “fim da história” — uma versão imperialista.

W. Lippmann, um importante debatedor da época, reconheceu com perspicácia: O artigo do Sr. X constitui um acontecimento importante, o documento mais significativo da política externa da Doutrina Truman. Assim, em 1947, Lippmann compilou as suas colunas criticando o Sr. X e a Doutrina Truman em outro livro, *A Guerra Fria: Um Estudo da Política Externa Americana*. A edição chinesa surgiu em 1959. As perspectivas de Lippmann chamaram a atenção de Mao Zedong e foram frequentemente reimpressas em publicações como o *People's Daily*, *Reference News* e *Xinhua News Agency*.

Lippmann e Kennan partilhavam a mesma posição política, mas ele criticava a política da Doutrina Truman como equivocada, pois acabava por prejudicar tanto a Europa como os próprios Estados Unidos. A estratégia de contenção de X era fundamentalmente inviável, pois levaria inevitavelmente ao abuso de poder por parte dos Estados Unidos. Além disso, a contenção constituía um ato anti-mercado mundial; para implementar a contenção de forma eficaz, seria necessário abandonar os princípios da oferta e da procura no mercado mundial, adotando o modelo soviético para combater a União Soviética, o que acabaria por resultar na americanização da União Soviética.

Sob a doutrina da contenção, os Estados Unidos seriam obrigados a envolver-se em intervenções globais, empregando o seu poder económico, político e, em última instância, militar em todas as fases na Europa e na Ásia. Isto implicaria inevitavelmente a interferência americana nos assuntos internos de nações em todo o mundo. Isto constitui o quadro político fundamental entre os Estados Unidos e o Terceiro Mundo. Pois os Estados Unidos, por si só, não têm força suficiente para combater a União Soviética. Assim, as forças compensatórias exigidas pelo Sr. X devem ser obtidas dos chineses, afegãos, iranianos, turcos, curdos, árabes, gregos,

italianos e polacos, checoslovacos, búlgaros, jugoslavos e outros antissoviéticos. A implementação desta política só poderia ser alcançada através do recrutamento, subsídio e apoio a um grupo heterogéneo de Estados satélites, mercenários, vassalos e fantoches. Isto implicava um compromisso financeiro perpétuo dos Estados Unidos e uma intromissão contínua nos assuntos internos das nações da Ásia, do Médio Oriente e da Europa. A nova frente unida não passava de “uma panela de mingau a ferver com conflitos internos” — uma metáfora famosa e apropriada cunhada por Lippmann.

A retirada precipitada dos Estados Unidos do Afeganistão em agosto de 2021, após duas décadas de guerra, é uma manifestação gritante da profecia de Lippmann no mundo real.

Lippmann observou que, onde quer que a influência americana se estendesse, eclodiam guerras civis ao longo de linhas étnicas — desde legados da Guerra Fria, como a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietname e a questão de Taiwan, até conflitos pós-Guerra Fria no Afeganistão, na Líbia e na Síria; desde as revoltas nacionalistas após o colapso soviético até a atual guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Esses padrões são muito familiares. No entanto, dentro da narrativa do “choque de civilizações”, as guerras civis desencadeadas pela intervenção americana são enquadradas exclusivamente como manifestações de “conflito étnico” e “nacionalismo”. Isto permite que os Estados Unidos sejam transformados, através da camuflagem ideológica de Huntington, num “salvador”, enquanto o “nacionalismo” do Terceiro Mundo se torna o bode expiatório do imperialismo.

Na verdade, foi precisamente a política americana pós-guerra de contenção “antimercado”, juntamente com injeções maciças de liquidez de capital, que permitiu à Europa pós-guerra, aos antigos Tigres Asiáticos e às fronteiras “democráticas” do Japão e da Coreia do Sul aproveitar os dividendos da Guerra Fria. Isso permitiu-lhes transcender a acumulação primitiva do capitalismo e alcançar o desenvolvimento, embora ao custo de se tornarem Estados vassalos e aceitarem um estatuto político de neocolonialismo. Sem a procura militar e a liquidez do dólar geradas pela Guerra da Coreia, o arranque capitalista do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan na década de 1970 não teria ocorrido. Após o armistício coreano, várias formas de ajuda militar e económica, juntamente com despesas em inúmeras bases militares no estrangeiro em todo o mundo, tornaram-se canais para os Estados Unidos fornecerem liquidez. No comércio, os Estados Unidos adotaram uma cooperação assimétrica para atrair aliados e lidar com a escassez de dólares — abrindo totalmente o seu mercado e permitindo que essas nações implementassem medidas protecionistas que restringiam as importações americanas. O estatuto do dólar como moeda-chave e o papel dos Estados Unidos como principal fornecedor de liquidez constituíram o

arranjo institucional mais crucial que sustentou a sua vitória na Guerra Fria e a manutenção da hegemonia. Esta questão foi discutida exaustivamente nos últimos dois dias. Portanto, não existe um mercado capitalista inerentemente espontâneo.

A segunda questão no debate de Lippmann diz respeito à segurança europeia. Concentrar forças e recursos na periferia soviética tornaria a Europa o principal palco de uma terceira guerra mundial.

A União Soviética de hoje realmente se “desintegrou” em quinze nações, como desejava o Sr. X. No entanto, a Rússia, travando uma “guerra de sobrevivência” desesperada, sem ter para onde recuar, está a executar fielmente o “feitiço” de Lippmann de meio século atrás: quando a Europa é forçada a enfrentar a ameaça de guerra de frente, isso significa que:

“As suas cidades e campos tornar-se-ão bases e pontes de lançamento numa guerra total, que se fundirá com uma guerra civil universal num conflito extremamente brutal e indeciso.”

Será esta uma descrição do atual conflito entre a Rússia e a Ucrânia? Assim, na sua opinião, foram os britânicos e os americanos que não aceitaram a divisão do continente europeu ao longo da linha de Ialta, tornando necessária uma campanha diplomática para impedir a Rússia de expandir e consolidar a sua esfera de influência. Portanto, enquanto o Exército Vermelho não se retirasse da Europa, o poder soviético não poderia ser contido. A única solução, argumentou ele, era que tanto os EUA como a URSS retirasse suas forças. Assim, a crítica final e incisiva de Lippmann à Doutrina Truman foi que ela levaria à destruição das Nações Unidas. A contenção inevitavelmente obrigava todas as nações a escolherem lados, criando assim uma crise para a ONU. Tal abordagem estava a selar o destino da organização.

Na verdade, enquanto esses estrategistas ocidentais quebravam a cabeça para encontrar maneiras de expulsar os soviéticos da Europa e neutralizar a Alemanha, Stalin estava simultaneamente fazendo suas últimas propostas de paz através da mídia. Em maio de 1948, respondendo à carta aberta de Wallace, ele ainda exortava o mundo a dar ouvidos às propostas de Wallace: “Desarmamento universal e proibição de armas atómicas; conclusão de tratados de paz com a Alemanha e o Japão, retirada das tropas desses dois países; retirada das armas da China e da Coreia; conclusão de tratados de paz com a Alemanha e o Japão, retirada das tropas desses dois países; a retirada das tropas da China e da Coreia; o respeito pela soberania de todas as nações e a não interferência nos seus assuntos internos; a proibição do estabelecimento de bases militares nos Estados-Membros da ONU; o desenvolvimento vigoroso do comércio internacional e a eliminação de toda a discriminação; a assistência e a

recuperação económica das nações devastadas pela guerra no âmbito das Nações Unidas; e a defesa da democracia e a salvaguarda dos direitos civis em todo o mundo”.

Esta era a voz da América na altura, e também a voz de Stalin. No entanto, após o “Longo Telegrama” de 1947, o campo ocidental liderado pelos Estados Unidos deixou de poder coexistir pacificamente com a União Soviética. Foi precisamente a política de contenção da Guerra Fria liderada pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial que impulsionou a América para um caminho irreversível: contrair empréstimos de nações estrangeiras através da emissão de títulos do Tesouro, ao mesmo tempo que fornecia liquidez aos seus aliados, evitando ajustes estruturais apesar dos enormes déficits da balança corrente. Isso resultou em uma dívida nacional colossal, esvaziamento econômico sob a liberalização financeira e redução das exportações devido à produção offshore.

Assim, a agenda “anti-establishment” de Trump visava resolver completamente esses legados da Guerra Fria. Ele exigiu o reembolso de todos os “chamados custos” suportados pelos Estados Unidos em compromissos militares e comerciais. Considera injustificável a participação de 75% dos Estados Unidos nos custos de defesa da OTAN. Insiste que o Japão e a Coreia do Sul devem cobrir as despesas das bases militares americanas, retira-se do TPP, renegocia o NAFTA e trava guerras comerciais simultâneas com várias nações. Isso decorre da sua convicção de que esses acordos de livre comércio e laços comerciais perpetuam a cooperação assimétrica da era da Guerra Fria, permitindo importações maciças de outras nações e impondo barreiras comerciais às exportações americanas. Em suma, Trump não procura renunciar à liderança internacional dos Estados Unidos, mas sim reconstruir a estrutura económica americana minada durante a era da Guerra Fria pela absorção de aliados.

A dissolução da União Soviética marcou o fim dos dividendos da Guerra Fria. O renascimento do capitalismo histórico foi sustentado pela Segunda Guerra Mundial, enquanto o boom capitalista do pós-guerra se baseou em formas de capitalismo de Estado implementadas em concorrência com o socialismo soviético: o New Deal dos Estados Unidos e o Plano Marshall da Europa. Quando a lógica do capitalismo americano deixou de encontrar refúgio no expansionismo e as dívidas exigiram o seu reembolso, a ascensão do “America First” trumpiano e do populismo de direita tornou-se o efeito rebote da ordem internacional moldada pelos valores universais do liberalismo imperial americano. Para contrariar este efeito rebote, assistimos a apostas de alto risco, como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia — a lógica da Guerra Fria subjacente à ordem global atual.

Hoje, duas narrativas dominantes moldam principalmente a interpretação do sistema mundial: a chamada “teoria da paz democrática” e a teoria do “choque de

civilizações". Juntas, elas formam um aparato teórico complementar para a "nova Guerra Fria". O chamado "choque de civilizações" de Huntington é apenas um bode expiatório para os fracassos do intervencionismo americano, descrevendo a mesma realidade. Serve para obscurecer o facto de que, durante a Guerra Fria no Médio Oriente, o império americano suprimiu os Estados-nação mais fracos e fomentou forças fundamentalistas religiosas na sua busca por rivalizar com a União Soviética, obrigando assim as bombas humanas e as armas nucleares a se tornarem as ferramentas através das quais as nações mais fracas afirmam e defendem a sua soberania hoje. O conflito em curso entre a Rússia e a Ucrânia reafirma, em vez de negar, a importância da soberania no panorama geopolítico contemporâneo. O cerne da questão reside na articulação da relação entre etnia, raça e soberania no mundo atual.

Assim, quando o sistema socialista deixa de ser uma alternativa viável — ou seja, quando as fronteiras de raça e cultura não são transcendidas para estabelecer uma base de classe para a política nacional —, a resistência dos grupos étnicos marginalizados inevitavelmente gravita em direção ao extremismo religioso e ao nacionalismo racial. Os movimentos socialistas do século XX, forjando o seu caminho através do fogo e do aço, perseguiram nas suas teorias e práticas nacionais não o isolamento étnico, mas a integração étnica, a igualdade entre as nações e a unidade fundada nessa igualdade — o único caminho capaz de enfrentar tanto o antigo como o novo imperialismo e colonialismo. Este caminho exige o renascimento das cinzas da derrota. Sem o socialismo, os movimentos de independência das pequenas nações na era imperialista não podem enfrentar os desafios do antigo e do novo colonialismo.

Assim, o que observamos hoje no Sul Global constitui essencialmente a questão da "agricultura, áreas rurais e agricultores" dentro do novo sistema mundial. A relação entre o Sul Global e o Norte reflete a dinâmica urbana-rural global. O Manifesto Comunista delineou a lógica histórica pela qual a burguesia subjugou o campo à cidade, subordinou as nações camponesas às nações burguesas e submeteu o Oriente ao Ocidente — uma trajetória que reflete a expansão da hegemonia imperialista anglo-americana desde o século XIX.

A medida em que a teoria do desenvolvimento socialista do século XXI, juntamente com os nossos estudos e práticas de comunicação para o desenvolvimento, puder transcender essa lógica determinará o destino comum das nações do Sul Global, incluindo a China. A paz é o pré-requisito para o desenvolvimento; paz e desenvolvimento são os temas do século XXI e também o tema do nosso Fórum Académico do Sul Global. O próximo ano marca o 70º aniversário da Conferência de Bandung, e esperamos que o nosso fórum possa contribuir de forma significativa para comemorar este marco.

Isso conclui o fórum de hoje. Estendemos a nossa gratidão a todos os participantes por suas contribuições perspicazes e a todos os voluntários pelo seu apoio inestimável na organização deste evento. Obrigado a todos!

Parte I A nova ordem da informação e da comunicação no século XXI

1.1 A disputa por uma nova ordem de difusão da informação do Sul Global

1.1.1 Uma nova ordem mundial da comunicação para além da Guerra Fria

- Palestrante: Lu Xinyu
- Ano: 2023

Vamos relembrar brevemente o contexto.

Ela surgiu da crise do petróleo da década de 1970 como uma proposta das nações não alinhadas para uma nova ordem económica internacional. O triunfo diplomático da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) — uma vitória material — revelou que os objetivos de desenvolvimento económico do Sul Global estavam intimamente ligados à disseminação da informação e à cultura. Para desafiar a ordem estabelecida do Hemisfério Norte do chamado fluxo livre de informação, o Movimento dos Países Não Alinhados defendeu uma nova ordem mundial da informação e comunicação, ganhando o apoio da União Soviética na época. Um momento histórico importante ocorreu em 1973, quando a Quarta Cimeira do MNA emitiu a Declaração de Argel. Isso marcou a primeira discussão substantiva sobre questões de comunicação de massa, afirmando que as atividades imperialistas se estendiam além das esferas económica e política para os domínios cultural e social. A declaração apelava a uma ação unificada entre as nações do MNA no campo da comunicação de massa.

Além disso, na Conferência Ministerial das nações do Movimento dos Países Não Alinhados, realizada em Nova Deli, Índia, em 1976, foi adotada a Declaração de Nova Deli sobre a Descolonização da Informação. Essa declaração rejeitou as teorias liberalistas de supremacia propagadas pelas nações ocidentais, argumentando que o suposto fluxo livre de informação era, na realidade, unidirecional e manifestava a monopolização imperialista. Ela também destacou os graves desequilíbrios prevalecentes na circulação global de informação. A centralização e monopolização da expressão da informação replicavam a relação de dependência das potências dominantes da era colonial. Consequentemente, as nações não alinhadas, como vítimas desse status quo, promoveram o conceito de direitos à informação. No entanto, reconheceram que a concretização desses direitos exigia bases materiais e salvaguardas suficientes.

Além disso, em 1977, o Movimento dos Países Não Alinhados criou o Conselho Internacional para o Estudo da Comunicação através da UNESCO. Esta iniciativa visava reduzir o fosso de comunicação entre as nações em desenvolvimento, promovendo assim uma divulgação global de informação mais equitativa. Isto constituiu um avanço significativo alcançado a nível da UNESCO em 1977.

Este movimento foi efetivamente derrotado na década de 1980, com um fator significativo a contribuir para isso: a recuperação das nações ocidentais da crise do petróleo. Com a ascensão de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, que começaram a implementar políticas neoliberais, surgiu uma ofensiva global do Norte contra a nova ordem mundial da informação e comunicação. Surgiram declarações como as emitidas pelo Conselho Mundial da Imprensa Livre, afirmando que a decisão da UNESCO relativamente à declaração acima mencionada levaria a um maior controlo governamental sobre a liberdade de imprensa, constituindo assim uma declaração antiliberal. Crucialmente, os Estados Unidos e o Reino Unido retiraram-se posteriormente da UNESCO em 1983 e 1985, respectivamente. A UNESCO recuou posteriormente. Naturalmente, também estamos cientes de que os Estados Unidos recuaram uma segunda vez, retirando-se da UNESCO em 2003, após a aceitação da Palestina como Estado-membro da organização em 2017. Assim, podemos observar uma trajetória histórica direta: o neoliberalismo derrotou efetivamente a visão política e os esforços do Movimento dos Países Não Alinhados da década de 1970, que buscava promover uma nova ordem mundial da informação através das divisões Norte-Sul e Leste-Oeste. Nesse sentido, foi um fracasso.

Após esse fracasso, surgiram críticas tanto da esquerda quanto da direita. As críticas da direita argumentavam que isso prejudicava a liberdade de imprensa global ao proteger regimes autoritários, enquanto a mídia ocidental se envolvia em reportagens negativas e campanhas difamatórias. Outra crítica destacava o fracasso em condenar a União Soviética, apesar de seu apoio à iniciativa, focando exclusivamente no imperialismo americano. Assim, a UNESCO foi politizada, vista como um ataque comunista à liberdade de imprensa. Outra crítica foi que os académicos de esquerda envolvidos priorizaram as perspectivas de política estatal de cima para baixo em detrimento da participação popular. Além disso, como paradigma da comunicação internacional, foi limitada por uma estrutura de Estado-nação, negligenciando a análise de classe dentro dos Estados — uma crítica feita pela esquerda.

Na verdade, a base teórica que sustenta a Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação está alinhada com os princípios familiares do imperialismo cultural e do imperialismo mediático. Esta estrutura é amplamente considerada como tendo falhado na era da globalização, em que o público pode envolver-se em resistência

contraproducente contra o conteúdo mediático. Consequentemente, grande parte da investigação cultural mudou o foco para examinar como essa resistência é produzida. Assim, argumenta-se que a disseminação unidirecional de informação foi substituída por formas de comunicação muito mais complexas.

Na verdade, a retrospectiva mais simples. No panorama atual, será concebível reconstruir um Movimento dos Países Não Alinhados do século XXI e uma nova ordem mundial da informação e comunicação? Pois o cerne da questão reside na desigualdade e injustiça dentro dos sistemas de comunicação globais, exacerbadas pela globalização neoliberal. À medida que as disparidades de riqueza aumentam, a polarização Norte-Sul se intensifica e crises políticas eclodem em nações capitalistas desenvolvidas como a Europa e a América, essas condições não melhoraram, mas se tornaram cada vez mais graves. Nesse sentido, a missão histórica do Movimento dos Países Não Alinhados da década de 1970 permanece inacabada e longe de ser concluída.

Testemunhámos a onda de globalização, acelerada pelo colapso da União Soviética e da Europa Oriental. Esta onda de globalização que se seguiu à década de 1980 foi revertida pela ascensão da China e, após a guerra comercial entre os EUA e a China, os Estados Unidos iniciaram a sua própria desglobalização. Por isso dizemos que só na maré baixa se pode ver o fundo do mar. Ou melhor, só na maré baixa se pode ver quem corre nu. É somente nessas circunstâncias que discernimos a lógica subjacente da chamada ordem mundial baseada em regras: uma nova forma de imperialismo e colonialismo. Nesse sentido, a nossa oposição ao imperialismo e ao colonialismo continua sendo o consenso fundamental que impulsiona o novo Movimento dos Países Não Alinhados a estabelecer uma nova ordem mundial de divulgação de informações para o século XXI. Assim, apresento esta questão para discussão hoje: ainda é possível reconstruir a base de consenso para uma nova ordem mundial de divulgação de informações do século XXI, baseada em princípios anti-imperialistas e anticolonialistas renovados? Vamos tratar isso como uma questão em aberto.

Acredito que, entre as tarefas e os desafios que precisamos reconstruir, uma delas é a questão da produção de conhecimento académico. Se é possível alcançar uma frente unida de intelectuais do Sul Global também é um tema central da nossa conferência de hoje. Ouvimos repetidamente, particularmente do Movimento dos Camponeses Invencíveis do Brasil, a ênfase dada ao pensamento de Gramsci. A conexão entre a integração dos intelectuais com a sociedade e os movimentos camponeses, conforme discutido no Fórum de Yan'an sobre Literatura e Arte no nosso primeiro dia, e a integração do socialismo com os movimentos rurais, representa uma frente crucial para estabelecer um sistema de intercâmbio para a produção de conhecimento entre os intelectuais do Sul Global. Ou, em outras palavras, trata-se de estabelecer um

sistema interconectado. Na prática da mídia, a colaboração e o intercâmbio de informações entre os meios de comunicação do Sul-Sul podem nos permitir ver uns aos outros diretamente, contornando a maquinaria da mídia ou as estruturas monopolistas das nações capitalistas ocidentais? Isso facilitaria o aprendizado mútuo entre civilizações. Isso é viável no nível da prática da mídia?

Acredito que outra questão crucial, que discutimos repetidamente ontem, é a soberania da mídia. Essa questão se desdobra em várias dimensões. Para o Estado-nação, trata-se de saber se os Estados soberanos possuem o direito de desenvolver seus próprios sistemas industriais de mídia nacional. Por trás desses sistemas está o desenvolvimento industrial. Considere as plataformas de mídia social da China, como o avanço alcançado pela nossa Rede de Observadores, como o professor Jin mencionou anteriormente. No entanto, este avanço pressupõe o investimento estatal em infraestruturas de telecomunicações durante o processo de industrialização. Por exemplo, a Iniciativa de Conectividade de Aldeia para Aldeia da China — que abrange acesso a engenharia, acesso à televisão, acesso a telecomunicações, acesso ferroviário e acesso rodoviário — constitui a base que possibilitou o avanço do professor Jin. Assim, o desenvolvimento industrial constitui um pré-requisito para o avanço da indústria mediática nacional. As infraestruturas de telecomunicações dependem das conquistas acumuladas da industrialização liderada pelo Estado.

Depois, há a questão das sanções impostas pelos meios de comunicação. Hoje, assistimos a plataformas transnacionais de redes sociais a impor sanções a informações provenientes de determinados Estados-nação. Isto constitui uma forma de sanção soberana. Assim, quando as plataformas de redes sociais impõem sanções mediáticas a uma nação soberana, estão essencialmente a replicar as sanções políticas da hegemonia global. Por conseguinte, a questão também diz respeito à soberania dos meios de comunicação. A forma como percebemos as sanções unilaterais é, em si mesma, uma questão que diz respeito à soberania dos meios de comunicação.

Além disso, o sucesso das plataformas de redes sociais não provém dos capitalistas, mas do trabalho e das contribuições de inúmeros utilizadores dos meios de comunicação social. Assim, tal como o mundo é criado pelos trabalhadores, o mesmo acontece com as plataformas de comunicação social. O cerne da questão reside em como os frutos da criação dos trabalhadores devem servir o povo e garantir que os seus benefícios sejam partilhados por todos. Esta é a questão fundamental. Assim, em essência, a questão-chave é como promover a democratização das plataformas de redes sociais, particularmente as principais.

Assim, a discussão de ontem sobre a soberania da mídia levantou a questão da legitimidade da mídia estatal, especificamente da CGTN como emissora nacional.

Dada a escala da China e sua importância amplamente reconhecida para o desenvolvimento global contemporâneo, reconhecer essa importância naturalmente requer compreender onde a voz da China é expressa. Como é que a China percebe o mundo? Como é que a China se vê a si própria? Se não for através dos meios de comunicação social estatais, então através de quem devem estas perspectivas ser expressas? A questão, portanto, não é apenas que a CGTN seja um meio de comunicação social estatal. A questão reside noutro nível: como meio de comunicação social estatal e como meio de comunicação social estatal ao serviço do Partido, terá ela realmente adotado a linha de massas? Terá seguido a linha de massas a nível interno na China? Terá seguido a linha de massas a nível global? A questão crucial reside em saber se ela superou o seu próprio formalismo e burocracia. Esta é a questão fundamental, não a sua propriedade estatal. Num processo em que a China está cercada e é alvo do capitalismo global, é totalmente apropriado que a mídia estatal se esforce para defender a soberania nacional. O verdadeiro desafio, então, é como entendemos o papel da mídia estatal chinesa: o seu papel na governança social e política interna e o seu papel na comunicação internacional.

Portanto, neste contexto, propomos explorar um novo movimento não alinhado. O professor Wang Hui discutiu, de facto, o potencial de tal movimento hoje em dia. A questão é como podemos reconstruir um sistema de conexões em vários níveis dentro desta nova estrutura não alinhada. Isso abrange organizações internacionais como a UNESCO, embora a ruptura apenas ao nível da UNESCO se tenha revelado insuficiente — [daí](#) o fracasso da iniciativa da década de 1970. Em vez disso, devemos construir de forma mais abrangente sobre os Estados soberanos, a sociedade civil, os partidos políticos, as empresas, a educação, e a lista poderia se estender indefinidamente. Essa rede de conexões em vários níveis representa a abordagem mais viável para forjar uma visão anti-imperialista e anticolonialista que rompa com as estruturas monopolistas.

Assim, a nossa visão fundamental para uma nova ordem mundial da informação no século XXI constitui o próprio objetivo do Fórum Internacional de Comunicação do Sul Global. Este fórum se dedica a fornecer uma plataforma para meios de comunicação progressistas em todo o mundo que documentam a verdade histórica, defendem o desenvolvimento pacífico e se opõem à guerra da informação. Juntos, exploraremos um caminho para a comunicação internacional que esteja alinhado com os interesses da grande maioria da população mundial.

Obrigado a todos!

1.1.2 Pan-africanismo e Colonialismo Midiático

- Palestrante: Fred M'membe

- Ano: 2023

Outrora, nas brumas da história, os meios de comunicação emergentes tornaram-se o ponto focal dos novos movimentos democráticos dos séculos XVIII e XIX. Como o jovem Karl Marx descreveu no seu primeiro artigo de jornal contra a censura prussiana na década de 1840, a imprensa era vista como a personificação da autoconfiança do povo, o elo vocal que ligava os indivíduos à nação e ao mundo, uma cultura que sublimava as lutas materiais em lutas espirituais e conceituava as suas formas materiais brutas. No entanto, o breve florescimento da mídia como defensora da humanidade e precursora da mudança provou ser de curta duração.

Hoje, testemunhamos todo o mundo ocidental a lutar contra o enfraquecimento e o vazio da sua política antiquada. Sem canais alternativos disponíveis, a mídia tornou-se o único canal para o discurso político. Certamente deve haver uma oportunidade para uma nova mídia progressista florescer mais uma vez, promovendo o debate em torno de novas visões e perspectivas alternativas.

A minha preocupação é que as oportunidades de uma nova era da mídia possam ser desperdiçadas. Como observou certa vez o presidente Xi Jinping: "A oportunidade favorece a mente preparada e favorece aqueles com visão, ambição e tenacidade".

Refiro-me aqui à mídia jornalística em todas as suas formas. Enquanto as pessoas precisarem de notícias, entretenimento e opinião, a mídia persistirá de alguma forma — talvez de várias formas. O que importa é que o jornalismo, como forma séria, aberta e diversificada de comunicação, sobreviva na nova era da mídia. É claro que, **como o professor Prashad corretamente observa, permanece a questão da propriedade e do controlo: de quem é a mídia?** Os críticos do estado da mídia global/ocidental frequentemente — às vezes obsessivamente — concentram-se na propriedade da mídia. A crescente concentração de organizações de notícias em um punhado de conglomerados de mídia não é apenas condenada como um problema da mídia, mas parece ser percebida como uma questão social e global.

A concentração da propriedade dos meios de comunicação social em conglomerados privados internacionais é, sem dúvida, prejudicial — há poucos motivos para comemorar. Está provado que isso frequentemente impede o fluxo de informações e ideias. Aqueles que defendem a diversidade dos meios de comunicação social não gostariam dessa situação. No entanto, existe outra faceta dessa questão que os críticos radicais ignoram: as organizações de notícias alternativas não conseguiram cultivar um público sério.

Mas culpar o público por ser “crédulo” ou “seguir o rebanho”, ou mesmo culpar Rupert Murdoch, não fará com que a mídia alternativa floresça. A menos que ocorra uma revolução anticapitalista, é difícil imaginar a democratização milagrosa da propriedade dos meios de comunicação social tradicionais ocidentais. Então, quais

são as alternativas? A menos que tentemos, nunca saberemos. Se a energia gasta a atacar os magnatas da comunicação social fosse redirecionada para o desenvolvimento de ideias e o investimento em meios de comunicação social alternativos, o futuro do jornalismo progressista — que defende os factos e permite que uma miríade de ideias e opiniões floresça de diversas formas — pareceria muito mais promissor.

A mídia precisa mudar. Precisamos de novas mídias e novas ideias para preparar as pessoas para o futuro. Precisamos começar a forjar uma nova consciência que exija um novo mundo. Esta nova e complexa era em que vivemos exige, mais do que nunca, novas mídias e novos princípios, juntamente com uma maior conscientização e novas plataformas para disseminar essas ideias. Precisamos buscar soluções alternativas e reconhecer a capacidade da humanidade de organizar nossas vidas e destinos de maneiras mais racionais e humanas.

Quem serão os construtores desta nova mídia e do novo mundo que buscamos?
Nós mesmos.

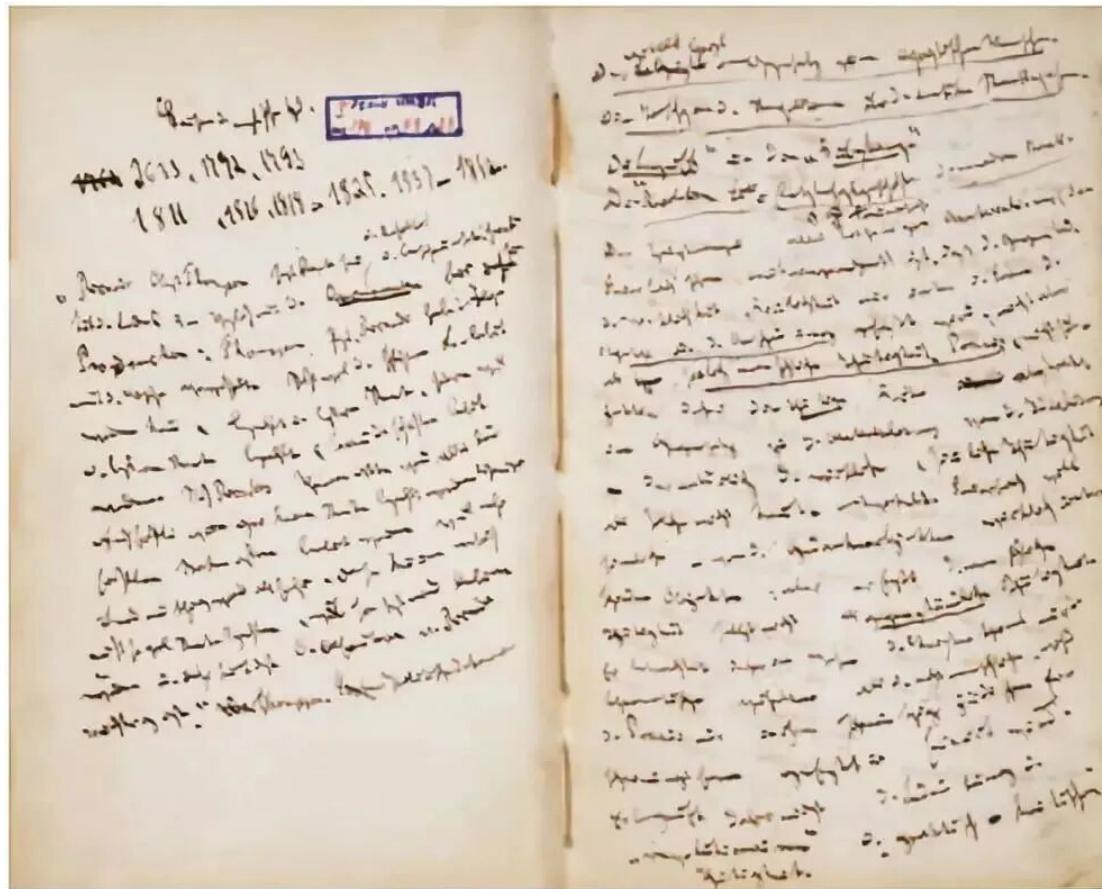


Para esse fim, nos reunimos em Xangai, onde residem a experiência e o conhecimento da TeleSUR, RT e CGTN. Vamos colocá-los em bom uso. Devemos colocá-los em bom

uso. Quais serão as nossas ferramentas fundamentais? Quais serão as nossas armas fundamentais? As ideias se tornarão consciência. Quem as semeará? Quem as cultivará? Quem as tornará invencíveis? Somos nós mesmos, reunidos aqui.

Estes são tempos difíceis; vivemos numa era difícil e desafiante. Mas isso não significa necessariamente uma descida inevitável para condições piores. Significa uma encruzilhada, um momento de decisões e ações, em que devemos escolher o caminho que o nosso mundo, a sua política e a sua economia devem seguir. Precisamos de novas ideias, mas essas novas ideias devem ser disseminadas. Quem as disseminará? A mídia imperialista de hoje, na sua forma atual e sob os seus arranjos atuais? Certamente que não. É necessária uma nova mídia. São necessários novos arranjos. São necessárias novas organizações. Se quisermos reverter o curso dos acontecimentos, se quisermos que a transformação almejada se realize, essas ideias devem chegar a todos aqueles que têm boa vontade.

Acredito firmemente na décima primeira tese de Karl Marx sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de várias maneiras; o importante é transformá-lo.” Quem transformará este mundo? Estamos aqui reunidos hoje, mas para transformar o mundo, precisamos transmitir essas ideias a todos os outros. Os crentes cristãos concordarão com a minha opinião de que a passagem mais importante, e talvez mais intrigante, da Bíblia é o “face a face” em 1 João, que afirma: “No princípio era o Verbo”. Com o Verbo, tudo foi criado, incluindo a Terra e os seres humanos que a habitam.



Teses sobre Feuerbach

Fidel Castro observou que as ideias não geram crises, mas as crises geram ideias. Estamos neste momento: a crise que a humanidade enfrenta hoje — desigualdade crescente, aumento do desemprego, aumento da pobreza e, claro, a destruição crescente do próprio planeta do qual dependemos — é uma crise que dá origem a novas ideias. No entanto, essas ideias, se deixadas a ganhar pó numa prateleira, não têm sentido. Elas devem ser disseminadas, partilhadas. Devem ser transmitidas a todos os outros. Estamos aqui para contribuir de alguma forma, para iniciar esse processo.

Por fim, devo mais uma vez agradecer aos organizadores desta conferência por nos darem a oportunidade de passar algumas horas aqui a explorar como divulgar essas ideias, como espalhá-las o mais amplamente possível pelo planeta.

A mídia imperialista não fará isso por nós. Não importa o quanto gritemos, eles não o farão. Eles tratam a mídia como parte da superestrutura do capitalismo, perpetuando ideias que sustentam suas falácia, exploração e degradação dos outros. É necessária uma nova mídia para libertar a humanidade de todos esses vícios — na verdade, para garantir nossa existência próspera e pacífica neste planeta. A mídia presente hoje, particularmente a TeleSUR, a RT, a CGTN e outras, tem uma grande responsabilidade, na minha opinião. Elas devem utilizar os seus conhecimentos, recursos — incluindo

humanos, financeiros, técnicos e outros ativos — para ajudar a criar uma nova mídia, uma nova forma de comunicação.



Fidel Castro, principal arquiteto do Partido Comunista de Cuba e das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba, aclamado como o “Pai da Nação Cubana”, foi o primeiro líder supremo de Cuba.

Os nossos adversários, aqueles que procuram perpetuar ideologias falaciosas de exploração e humilhação, estão a investir milhares de milhões a nível global para consolidar a sua visão do mundo. A British Broadcasting Corporation (BBC) está a gastar milhares de milhões de libras em África para este fim. A Cable News Network (CNN) investiu milhares de milhões de dólares em África, extinguindo efetivamente várias iniciativas pan-africanas lançadas pelo nosso próprio povo e pelos nossos leitores.

Tínhamos a Agência Pan-Africana de Notícias (PANA), uma grande iniciativa lançada em meados da década de 1990 para divulgar notícias em toda a África, que agora foi destruída. Ela não conseguiu continuar a competir porque não recebeu apoio adequado. No entanto, era uma grande visão. A Declaração de Windhoek de 1991 era uma grande visão para uma mídia global mais pluralista, particularmente no continente africano, mas agora desapareceu.



A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração de Windhoek em dezembro de 1993.

Esta era uma visão da UNESCO. Estamos cientes da situação atual da UNESCO e dos desafios persistentes que enfrenta na criação de um mundo mais justo, mais equitativo e mais igualitário. No que diz respeito à comunicação, aqueles que procuram dominar o mundo nunca deram uma oportunidade à visão da Declaração de Windhoek. Não o fariam.

Por isso, estou profundamente grato pela iniciativa em que estamos a participar hoje em Xangai, que procura explorar como podemos aproveitar plenamente a experiência, os recursos humanos e o capital intelectual existentes para garantir que as ideias geradas diariamente pelos nossos leitores sejam transmitidas ao nosso povo, capacitando-o a engajar-se na luta.

1.1.3 Três questões relativas ao futuro dos meios de comunicação no Sul Global

- Palestrante: Prasanth Radhakrishnan

- Ano: 2025

Fui um dos que acompanharam de perto os trabalhos do Fórum Internacional de Comunicação do Sul Global de 2023 e o Consenso Académico de Xangai e o seu apelo a uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação para o século XXI. Esta ordem é obviamente uma referência à Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação original, que foi adotada em 1980, com base na aprovação do chamado Relatório MacBride. O Relatório MacBride foi encomendado pela UNESCO. Um painel muito eminente de jornalistas e intelectuais esteve envolvido na sua redação, e ele examinou o que chamou de problemas de comunicação da época. Na verdade, acabamos de passar o 45º aniversário da sua adoção, pois isso aconteceu durante a sessão da UNESCO em outubro de 1980. O facto de ter passado completamente despercebido, exceto talvez neste fórum, é um sinal dos desafios que enfrentamos e também do trabalho que temos pela frente.

Na verdade, este relatório foi o resultado de um longo processo. Porque, nas décadas de 60 e 70, houve uma tentativa por parte dos países do Sul Global de construir uma alternativa no campo das comunicações. Isto aconteceu especialmente através da colaboração concreta entre agências de notícias dos países do Sul Global, com um momento-chave sendo a formação do Pool de Agências de Imprensa dos Países Não Alinhados. Em 1981, 87 organizações trabalhavam em conjunto para trocar 40 000 palavras por dia em quatro idiomas. Mas não se tratava apenas da troca de informações, pois elas estavam a construir um processo. Os esforços complementares do Movimento dos Países Não Alinhados e do bloco socialista produziram um processo que analisava as condições materiais em que a informação era produzida e disseminada e buscava construir alternativas. O Relatório MacBride é um ótimo exemplo, porque o que ele faz é examinar todos os aspetos da comunicação: quem controla o que chamamos de hardware, quem treina os jornalistas, como a desigualdade na informação nos afeta, o facto de que a AFP, a AP e a Reuters ainda controlam grande parte da nossa informação, qual o papel das comunidades na criação, produção e consumo de notícias. Ele examinou todos esses aspetos e apresentou recomendações e soluções muito concretas para construir um sistema de comunicações internacional mais livre, mais justo, mais eficaz e mais equilibrado. Ler o relatório hoje é uma experiência interessante. Ficamos impressionados com o idealismo e a concretude do relatório e, embora alguns aspetos, especialmente aqueles sobre tecnologia, estejam desatualizados, outras partes da análise e recomendações são incrivelmente relevantes.

Portanto, hoje, em Xangai, quando se fala em construir uma nova ordem para este século, precisamos também de construir um processo semelhante. E, neste contexto, estou a tentar fazer algumas perguntas.

Um dos aspectos fundamentais do Consenso Académico de Xangai, que é muito importante, é a questão da construção de uma frente internacional de comunicação unida em solidariedade contra o imperialismo e o neocolonialismo. Nos últimos anos, vimos essa frente unida em ação quando jornalistas do Sul Global, especialmente os corajosos jornalistas palestinianos, lutaram contra as narrativas ocidentais, contra a propaganda ocidental.

Mas, além disso, também precisamos fazer algumas perguntas estruturais. Deixe-me contar uma história. De manhã, Kambale mencionou os cabos submarinos. Muitos de vocês já devem ter ouvido falar dos cerca de 600 cabos submarinos responsáveis por 90% do tráfego de internet no mundo hoje. Atualmente, existem apenas quatro ou cinco empresas no mundo com capacidade para instalar esses cabos no fundo do mar. Em 2023, surgiu uma notícia sobre um cabo submarino particularmente grande e robusto chamado SeaWeMe-6.

A empresa chinesa HMN Tech deveria ter obtido o contrato para esse cabo, pois ofereceu um preço muito mais barato do que a empresa norte-americana SubCom. Mas logo se descobriu que ela não havia obtido o contrato. O que aconteceu? Funcionários do governo dos EUA foram até as várias empresas envolvidas nesse projeto de cabo e alertaram os membros do consórcio sobre sanções ao projeto, oferecendo-lhes subsídios para treinamento, o que levou a uma divisão entre os membros do consórcio e, por fim, à conquista do projeto pela SubCom. Eles ofereceram incentivos, ofereceram dinheiro, gastaram milhões de dólares para garantir que a empresa chinesa HMN Tech não ganhasse o contrato para o cabo SeaWeMe-6. Esta não foi uma decisão comercial. Foi uma decisão estratégica, porque os Estados Unidos tinham uma iniciativa interagências chamada Team Telecom. Qual era o objetivo da Team Telecom? Era garantir que os cabos submarinos que chegavam aos Estados Unidos não passassem pela China.

Até 2023, a Team Telecom interrompeu quatro planos para cabos submarinos, incluindo aqueles apoiados pelo Google, Meta e Amazon. Eles iam às empresas, forçavam o Google, forçavam a Meta a realmente redirecionar os cabos para que esses cabos não chegassem ou não passassem pela China. Esta é uma questão muito importante para pensarmos e abordarmos.

Vamos dar outro exemplo. Uma coisa que Kambale mencionou foi o apagão da Internet que ocorreu em África no ano passado. Em março de 2024, danos nos cabos submarinos afetaram a conectividade da Internet em muitas partes de África,

causando perturbações a uma parte da população. Uma questão que se colocou a esses países foi o que poderia ser feito para evitar tais perturbações. A solução do governo ganês parece ter sido conceder uma licença à Starlink, de Elon Musk, com os meses seguintes a registarem um aumento no número de ligações Starlink. A pessoa que beneficiou desse apagão foi Elon Musk, porque a sua Starlink obteve a licença muito mais rapidamente. Um grande número de pessoas em muitos países registou-se na Starlink.

Quando falamos em construir uma frente unida contra o imperialismo e o neocolonialismo por meio da comunicação, precisamos fazer essas perguntas. Já estamos falando sobre as plataformas. Já estamos falando sobre o Google, o YouTube e o Facebook. Mas precisamos centrar essa questão em nossa cobertura, em nossa análise sobre quem controla os cabos e satélites. Isso é muito importante. As discussões em muitos desses países centraram-se na necessidade de maior resiliência e soberania digital. No entanto, é claro que, a menos que as pessoas tenham voz e participação na espinha dorsal da rede global de comunicações, essas discussões permanecerão apenas teóricas. No espaço das comunicações, a questão que se coloca é como estender a nossa compreensão do imperialismo ao domínio da tecnologia e torná-la uma parte central da nossa cobertura. As guerras comerciais e tecnológicas lançadas pelos EUA também são, fundamentalmente, guerras de comunicação.

Agora, a segunda questão tem a ver com IA. Houve uma discussão sobre isso pela manhã. Achei muito interessante e útil. Não vou falar sobre algumas das preocupações que são frequentemente discutidas. A perda de empregos — é uma questão importante, precisamos falar sobre isso. Alucinações — novamente, um problema que podemos abordar. Estou a olhar para alguns dos aspectos positivos. Agora, é inegável que, devido à IA, haverá um enorme aumento no número e na profundidade de artigos, vídeos e conteúdos. Mas acho que, do Sul Global, precisamos de ver a questão da IA não apenas como uma ferramenta de produção de conteúdo, mas também como uma ferramenta de distribuição de conteúdo.

Uma geração inteira de pessoas não está apenas a usar a IA para obter informações, mas como uma forma de compreender o mundo. A sua formação sociopolítica está a acontecer por meio da IA. Isso significa que, quando os jovens a usam para fazer perguntas pessoais, políticas e ideológicas, não é mais como nas redes sociais, onde podíamos criar as nossas próprias contas e tentar reagir. Isso não é mais possível. A IA é uma caixa preta. O que fazem os meios de comunicação do Sul Global numa situação como esta?

É muito importante. Porque, num país como a Índia, de onde venho, empresas como o Google e a OpenAI estão a oferecer os seus modelos avançados gratuitamente durante um ano. A OpenAI, o Google e a Perplexity estão a oferecer modelos avançados

gratuitamente durante um ano para clientes indianos. Em breve, veremos que empresas como a OpenAI, assim como o Facebook e o Google fizeram, irão procurar os decisores políticos e tentar influenciar as políticas de IA em todos esses países. Como nós, como meios de comunicação do Sul Global, podemos lidar com isso num momento em que não temos a capacidade de influenciar a criação de conteúdo?

Acho que a resposta está em algo que Tica mencionou esta manhã, quando falou sobre as experiências no Brasil, que é que o processo de construção da educação sobre IA deve envolver também as organizações de mídia. O processo de apresentar a IA como ferramenta aos jovens é algo que as organizações de mídia também precisam assumir. Sei que é mais uma tarefa, quando já há tantas outras. Mas sem isso é muito difícil, porque a mídia do Sul Global perde espaço. Não há chance de eles promoverem a sua agenda. Portanto, a menos que sejamos capazes de trabalhar com os jovens enquanto eles usam a IA, tentar integrar os nossos pontos de vista, tentar conscientizá-los sobre os preconceitos, tentar conscientizá-los sobre como as notícias podem ser consumidas, o que é comunicação — é uma tarefa muito difícil para nós.

A última pergunta também está relacionada com o Consenso de Xangai, onde houve um apelo para estabelecer a solidariedade internacional na teoria da comunicação e na prática e . O que é solidariedade em termos concretos? Para mim, solidariedade é uma forma de expressar a nossa humanidade comum. Os jornalistas ocidentais tendem a ver-nos como uma massa amorfa ou como indivíduos. É como quando um jornalista ocidental vem a um país do Sul Global e entrevista um taxista. Somos vistos como uma massa amorfa ou como indivíduos. Não somos vistos como membros de comunidades. Não somos vistos como membros de organizações. Não somos vistos como pessoas que estão constantemente e consistentemente em luta, que estão a construir projetos. Portanto, quando se trata de criar solidariedade em termos concretos, acho importante destacar essas histórias de construção.

Algo muito interessante está a acontecer na região do Sahel, em África, neste momento. As pessoas em países como o Mali, o Burquina Faso e o Níger estão, face à grande violência, a tentar construir um projeto de soberania. Agora, não encontrará isso nos meios de comunicação do norte global. Mas quando estamos a reportar sobre isso, precisamos de falar sobre isso no contexto das organizações, das pessoas que trabalham nessas organizações, como estão a trabalhar com os governos, o que estão a tentar construir, como estão a evoluir. Esse processo é extremamente importante.

E eu gostaria de realmente destacar o trabalho feito pelos meus amigos e colegas do Peoples Dispatch e também do Brasil de Fato, que realmente tentaram fazer exatamente isso, que tentaram ver os processos que estão a acontecer no Sahel. Qual é a visão deles? Qual é a agenda? Para que alguém sentado na América Latina ou alguém

sentado nos cantos mais distantes da Ásia veja essas lutas e sinta que essa luta também é sua. Acho que esse tipo de narrativa é muito essencial.

Provavelmente terminarei com uma história muito semelhante. Recentemente, o estado de onde venho na Índia, Kerala, tornou-se a segunda região do mundo, depois da China, a eliminar a pobreza extrema. É uma conquista notável, tendo em conta as grandes limitações. O estado de Kerala é governado por um governo liderado pelo Partido Comunista da Índia (Marxista) e esta eliminação da pobreza foi alcançada após um extenso processo de inquéritos, medidas de bem-estar social e mobilização da comunidade.

O interessante é que houve muita cobertura noticiosa depois disso, falando sobre os números, os esquemas, os processos, tudo isso muito importante. Mas a história que mais me impressionou, que na verdade veio de uma organização mainstream, foi a história de uma família. Ambos eram deficientes visuais e não tinham casa. Precisavam de uma casa porque viviam em extrema pobreza. Não podiam ter essa casa porque o terreno onde viviam estava em nome do homem e do seu irmão. O problema era que o irmão do homem tinha desaparecido há 27 anos. Ninguém sabia onde ele estava. Então, como parte da campanha para eliminar a pobreza extrema, agências governamentais e organizações comunitárias procuraram a pessoa e a encontraram. Eles procuraram o homem, foram para outra província, finalmente encontraram o irmão do homem a trabalhar num restaurante em algum lugar, trouxeram-no de volta e fizeram-no assinar. Então, a casa foi construída para a família com deficiência visual e sua filha. Essa anedota, que apareceu em um meio de comunicação tradicional, deu um exemplo pequeno, mas poderoso, desse processo em ação.

Acho que uma história como essa realmente traz, em uma pequena história, tudo sobre uma iniciativa de combate à pobreza: as nossas aspirações, a nossa humanidade, a nossa comunidade, como trabalhamos, como os governos, a sociedade civil e as pessoas trabalham juntos. Tudo isso transparece de forma muito poderosa. Portanto, quando falamos sobre essas histórias, acho que é muito importante trazê-las à tona.

Vou encerrar com um último ponto, que é uma frase que gosto muito de Antonio Gramsci, em que ele diz que os novos intelectuais devem ser construtores, organizadores e persuasores permanentes. Acho que esses três termos definem realmente o que precisamos fazer como mídia do Sul Global. Ser construtores, organizadores e persuasores permanentes.

Obrigado!

1.2 Soberania dos meios de comunicação na África e narrativas anticoloniais

1.2.1 Representações da resistência popular na África do Norte nos meios de comunicação

- Palestrante: Ghassane Koumiya
- Ano: 2023

O Sul é definido pela sua oposição ao que chamamos de conceitos do Norte, a narrativa do Norte e o domínio do Norte, que também pode ser denominado domínio ocidental. Esse domínio ocidental não se manifestou apenas através do colonialismo, das guerras e do imperialismo, mas também através da forma como a história dos nossos povos foi moldada. A realidade que desejamos cobrir e transmitir como profissionais da comunicação social foi moldada por uma história de intervenção militar, exploração económica e social e produção de conhecimento eurocêntrica. O meu foco aqui é a produção de conhecimento de um ponto de vista eurocêntrico. Todos nós aprendemos na escola que a maioria das instituições académicas está relacionada com a academia. Se olharmos para este termo de um ponto de vista institucional formal, ele remonta à Academia de Platão, que, dentro das tradições ocidentais helénicas de produção de conhecimento, é considerada a primeira instituição bem estabelecida para o estudo e a criação de conhecimento.

No entanto, uma breve avaliação histórica mostra que as primeiras instituições foram estabelecidas milhares de anos antes, com evidências arqueológicas que datam de cerca de 3800 a.C. no Iraque, bem como na África, China e Ásia, o que contradiz a visão eurocêntrica de que o conhecimento começou e se desenvolveu com os gregos. Também é importante notar que a Academia de Platão era um centro apenas para os ricos e não para os pobres, um ponto ideológico que devemos lembrar. A razão inicial para a sua criação foi servir a produção de conhecimento por si só e impedir que os pobres tivessem acesso a ele. Estou a destacar essa história para ajudar a definir o que entendemos como Sul, porque o conceito e a da academia foi introduzido aos nossos povos pelo colonialismo. Desde então, ela tem sido considerada uma instituição normal e natural que produz conhecimento para o nosso povo, e sua influência sobre as nossas elites e população persiste até hoje.

A narrativa de que a história de todas as culturas remonta aos gregos, depois aos europeus e, por fim, ao que é chamado de Ocidente, é uma narrativa politicamente motivada, conhecida como modelo ariano. O modelo ariano de compreensão do conhecimento baseia-se na percepção de que a história da humanidade foi feita pelos brancos europeus. Em oposição a isso, grande parte da produção de conhecimento

contemporânea a partir de uma perspectiva do Sul começou a desenvolver um modelo que considera o conhecimento um processo construído pelo ser humano que se estende além dos gregos a todas as culturas do Médio Oriente, como as da Mesopotâmia, e às culturas do Extremo Oriente, especialmente a China e a Índia. Isso é fundamental quando se discute a percepção do Sul hoje, pois também é uma percepção da história. Como mencionei, essa história é impulsionada por duas distinções definidas politicamente: uma em que a história começou com os gregos e foi dominada pelos brancos, e uma contra-história, que estamos agora a moldar, que reconhece que a história remonta a muitos milhares de anos antes dos gregos e é uma continuação dos processos dos povos de compreenderem a si mesmos, a sua realidade e de construírem o seu bem-estar.

Isto leva a uma discussão sobre como a mídia em nossa região foi moldada por esse ponto de vista eurocêntrico. A região de que estou a falar é o Norte de África. Embora o Norte de África exista há milhares de anos, com as últimas evidências arqueológicas mostrando que as origens mais antigas conhecidas da humanidade são da África, o seu sentido político foi definido pelo colonialismo. A existência de países como Marrocos, Argélia, Tunísia e Mauritânia é uma decisão política das forças coloniais. Depois que esses países conquistaram a independência, seus povos precisavam de ferramentas para construir sua prosperidade, economias, sociedades e produção de conhecimento. No nível da mídia, muitas instituições foram criadas, em sua maioria ligadas aos regimes pós-independência, servindo a uma agenda pós-colonial que refletia as aspirações dos povos de construir uma sociedade moderna. Isso levou ao surgimento de novos veículos de comunicação e gráficas no Norte da África.

O Egito foi uma das principais fontes de meios de comunicação e instalações de produção, desempenhando um papel especial no desenvolvimento dos meios de comunicação em todo o Norte de África. O Egito concentrou-se principalmente numa agenda de imprensa pan-arabista que era anticolonialista e anti-imperialista, mas a partir de uma perspectiva pan-arabista que estava um pouco distante da verdadeira origem do problema, que é a questão do capitalismo. O Egito viu um florescimento dos meios de comunicação e das editoras e es, incluindo cerca de 200 jornais de curta duração e 15 revistas. O mundo de língua árabe também está ligado a outros países do Médio Oriente e do Próximo Oriente, que têm a sua própria história de desenvolvimento da mídia, particularmente o Líbano, que era muito rico em criação de mídia. Naquela época, a mídia era estatal ou pertencia a partidos, que a usavam como meio de organização, propaganda, divulgação de suas mensagens políticas e mobilização das pessoas para seus próprios objetivos. Exemplos notáveis foram os meios de comunicação social libaneses As-Safir, An-Nahar e Al-Liwa'. Após o colapso da União Soviética, esta esfera mediática enfrentou desafios financeiros e políticos, o que levou ao colapso de muitos meios de comunicação social ligados a partidos no

final do século passado e ao surgimento do que se denomina meios de comunicação social independentes.

O termo “mídia independente” é, em si mesmo, crítico, pois a sua independência é questionável. Tal como as organizações sem fins lucrativos que muitas vezes servem os interesses dos partidos por trás delas, o surgimento da chamada mídia independente foi apenas uma tentativa de empresas financiadas pelo Ocidente de alavancar a Nova Ordem Mundial que surgiu após 1990. Esses veículos, financiados por empresas americanas e britânicas, tinham como objetivo tornar a narrativa ocidental dominante no Norte de África e na nossa região. Embora considerados independentes, eles serviam a uma agenda ligada aos seus financiadores. Esses meios de comunicação incluíam o The Independent, a Newsweek e outros relacionados com organizações no Egito, como o Al-Ahram, no Kuwait, como o Al-Watan, e na Arábia Saudita, como o Al-Hayat e o Asharq Al-Awsat. Esses meios de comunicação, que dominavam a narrativa ocidental, foram posteriormente desafiados pelo desenvolvimento de ferramentas de comunicação, à medida que mais pessoas obtiveram acesso à Internet, proporcionando-lhes mais fontes de informação interativa além dos meios de comunicação tradicionais. Isto levou ao colapso da mídia impressa e ao surgimento de sites de notícias eletrônicos. Os primeiros sites eletrônicos na região eram versões online da mídia impressa, mas novas mídias também se desenvolveram, especialmente no Oriente Médio, como o Elaph. Este jornal online foi criado por um profissional de mídia da Arábia Saudita considerado o “Rupert Murdoch do mundo árabe” e que também trabalhou para o Asharq Al-Awsat.

Esses novos meios de comunicação foram ainda mais promovidos pelo surgimento do canal Al Jazeera, que se tornou uma importante fonte de informação para o mundo de língua árabe. A Al Jazeera serviu não só como fonte de informação, mas também para a mobilização durante a Primavera Árabe, moldando as percepções de muitos ativistas com a sua agenda da Irmandade Muçulmana. Também apoiou regimes pró-Primavera Árabe, por exemplo, na Tunísia e com o que aconteceu na Síria, o que levou muitos outros países e regimes a produzir os seus próprios meios de comunicação semelhantes à Al Jazeera. Por fim, foram criados inúmeros meios de comunicação social, todos impulsionados por agendas específicas de diferentes entidades, sejam países ou partidos. Por esta razão, acreditamos que, para moldar o mundo de hoje, precisamos de ter os nossos próprios meios de comunicação social. Precisamos de colaborar e construir solidariedade para criar a autoimagem que desejamos construir juntos para o futuro e a prosperidade do nosso povo.

(Transcrito da gravação e editado.)

1.2.2 O soft power americano e a sua hegemonia mediática em África

- Palestrante: Mikaela Nhondo Erskog

- Ano: 2023

A atual estratégia de resposta dos EUA para revigorar o soft power e a hegemonia da mídia no continente tornou-se evidente em agosto de 2022 com uma nova política externa focada na África. O documento de 17 páginas mencionava a China e a Rússia dez vezes no total, comprometendo-se a combater atores estrangeiros prejudiciais, sem fazer nenhuma referência à soberania ou aos interesses soberanos de desenvolvimento de África. Apesar de os funcionários repetirem que os líderes africanos escolhem livremente os seus parceiros e afirmarem o interesse dos EUA em reforçar os planos de desenvolvimento de África, o documento centra descaradamente as ambições dos EUA em termos competitivos em torno da presença e das relações dos parceiros estrangeiros de África, em vez de apoiar os objetivos africanos.

Esta estratégia revive o antigo macarthismo, passando de disputas comerciais e de desenvolvimento, nas quais a China fez avanços mutuamente benéficos ao longo de duas décadas, para um militarismo que lembra décadas passadas. Na Tricontinental, documentámos essa mudança em estudos disponíveis no nosso site. Parte desse movimento militarista, como observou Ben, envolve a guerra de informação, na qual os EUA ainda reinam supremos em toda a África.

A Lei COMPETES de março de 2022 exemplifica esta abordagem. Os EUA enquadraram tudo de forma competitiva e combativa — através de lutas e batalhas. A lei aborda a tecnologia, as comunicações, as relações externas e a segurança nacional dos EUA, prometendo aproximadamente 500 milhões de dólares à Agência dos EUA para a Mídia Global, explicitamente enquadrada em termos agressivos que visam os parceiros estrangeiros, em vez das realidades africanas.

Consequentemente, as organizações da sociedade civil sediadas em África preparam-se cada vez mais para minar a cooperação para o desenvolvimento da China, promovendo ao mesmo tempo o modelo de desenvolvimento democrático dos EUA. Meses após a aprovação da lei, circularam relatos no Zimbábue sobre workshops educativos financiados pela embaixada dos EUA que encorajavam jornalistas africanos a criticar os investimentos chineses. A organização local responsável pela implementação, Information for Development Trust, recebeu financiamento da Fundação Nacional para a Democracia (NED) do governo dos EUA. Embora esta informação estivesse disponível há dois anos, agora está inacessível online.

Este financiamento requer um maior mapeamento e sensibilização entre os profissionais da comunicação social africanos. Como Ben e outros observaram, estas dinâmicas emergem de processos históricos forjados durante as eras colonial, neocolonial e neoliberal. Para ilustrar a trajetória de décadas da estratégia da comunicação social dos EUA, vou referir-me à África do Sul, onde vivi muitos anos.

O progresso contra o regime do apartheid foi obstruído por Washington, que via a situação através de estruturas que diminuíam as relações com os parceiros soviéticos e estrangeiros. Apesar das atrocidades documentadas contra a maioria negra da África do Sul e os países vizinhos, o regime era considerado um baluarte estratégico contra o socialismo e a influência soviética. Durante meados da década de 1980, enquanto ajudava a África do Sul do apartheid na sua guerra contra as lutas de libertação, Washington orquestrou simultaneamente campanhas mediáticas direcionadas, alegando educar as populações negras sobre a democracia.

Uma comunicação interna de 1989 descreveu o encaminhamento de centenas de milhares de dólares para meios de comunicação e jornalistas sul-africanos para criar consciência sobre os ideais democráticos entre as comunidades negras. O governo dos EUA declarou numa subvenção a um grupo de comunicação social: “Uma discussão concreta sobre os valores democráticos ajudará a contrariar as fortes campanhas marxistas que coagem os negros sul-africanos, apontando para formas de governo democráticas mais desejáveis e alcançáveis. A disseminação sistemática de mitos gera uma consciência em grande escala dos princípios democráticos.” Isto descartou os movimentos de massa, sindicatos e organizações de mulheres que operaram ao longo da década de 1980 como inconscientes dos valores democráticos, afirmando que os princípios democráticos só poderiam ser propagados através de publicações regulares na mídia negra popular.

Eles cooptaram o City Press, então o jornal de maior circulação da África do Sul, para promover seu modelo de desenvolvimento exclusivo dos EUA como a forma ideal de democracia. O NED serviu como principal financiador durante a década de 1980. Embora rotulado como uma organização independente sem fins lucrativos, o NED foi fundado pelo governo dos EUA sob Reagan. O fundador Alan Weinstein afirmou na década de 1990: “Grande parte do trabalho do NED hoje foi feito secretamente pela CIA há 25 anos”.

Ao financiar simultaneamente os mujahideen afegãos, os contras nicaraguenses, os sindicatos antissoviéticos da Europa Oriental e os grupos antigovernamentais de Granada, a NED continua a financiar organizações da sociedade civil a partir deste ponto de vista histórico específico. Isto sublinha a necessidade de projetos de

comunicação social que reconheçam os interesses políticos, as conjunturas e os interesses de classe.

A ideologia capitalista desumaniza, humilha e alimenta crises; apenas estruturas de mídia anti-imperialistas e anticapitalistas permitem a verdade e a organização popular.

Muitas organizações dedicadas realizam esse trabalho, que requer amplificação por meio de canais de comunicação baseados na solidariedade. Enfrentamos desafios comuns que exigem soluções coletivas. Na Dongsheng, que compartilha histórias relacionadas à China internacionalmente, meu podcast "The Crane" exemplifica nosso duplo desafio: perceber momentos macro e micro simultaneamente. Embora reconheçamos que a recusa da maioria dos países africanos em se juntar às guerras da OTAN lideradas pelos EUA rompe com padrões históricos, também devemos reconhecer que os governos que resistem à OTAN muitas vezes não conseguem promover os interesses socioeconómicos de seus povos.

A mídia agora enfrenta o desafio de decidir quais histórias serão contadas, como serão contadas e como abranger a complexidade — desde o Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da África do Sul até os intelectuais brasileiros — usando formatos variados para multiplicar o impacto com recursos limitados. Na África, a porta giratória entre os esforços financiados pelos EUA e as plataformas de mídia dominantes exige inovação, criatividade e colaboração baseadas na solidariedade e nas políticas alternativas que dominam nossas regiões.

(Transcrito a partir da gravação e editado.)

1.2.3 Do assassinato de Lumumba à crise atual no Congo: o papel da mídia ocidental no enfraquecimento da solidariedade internacional

- Palestrante: Kambale Musavuli
- Ano: 2023

O que realmente nos ajudou a sobreviver naquele dia foi um canal de rádio. O único que transmitiu durante toda a tomada da capital foi a Voz da América. Isso permanece comigo até hoje. Quanto mais discutimos sobre isso, mais me lembro. Faz-me pensar como é possível que, no meio da guerra, quando a estação de televisão nacional já não funcionava e as estações locais também estavam fora do ar, todos na capital tivessem de ouvir jornalistas americanos a dizer-nos: “Agora eles tomaram o Aeroporto de N’djili; podemos vê-los perto do palácio onde Mobutu, que era o presidente na altura, vivia.” A nossa compreensão da nossa história baseia-se no que ouvimos. Por isso, temos de desconstruir a informação que recebemos. Não se trata apenas de dizer que “a história está do nosso lado” ou que temos de contar a nossa história; temos de repensar o que nos foi ensinado, repreender muitas coisas e, depois, contar uma nova história — a história da luta do povo.

Em 8 de setembro de 2019, a ABC News publicou um artigo com o título: “Cantor, alfaiate, soldado, espião: a vida de um agente da CIA como líder de uma das principais bandas de Uganda”. Eu já conhecia essa história e fiquei alarmado quando a Agência Central de Inteligência (CIA) se gabou de um novo diretor que iria nomear. Na lista desse diretor havia um homem negro, Darryl Blocker, cujo rosto me parecia familiar. Da nossa perspectiva no continente africano, muitas pessoas vêm para cá, incluindo missionários, jornalistas e artistas. Agora estamos a descobrir que, quando Louis Armstrong veio ao Congo através do programa de diplomacia cultural do Departamento de Estado dos EUA, havia um agente da CIA com ele. Agora também estou a descobrir que, em 2004, um músico afro-americano estava com uma banda ugandesa chamada Kampala All Stars e estava a ser nomeado para ser o novo diretor da CIA. A maioria das pessoas no Uganda, quando ouviu essa notícia, provavelmente disse: “Espere um minuto, eu costumava vê-lo no bar da minha cidade. Esse é o cara do Kampala All Stars”. Isso levanta a questão do soft power e como ele se manifesta no continente africano. Que informações são coletadas e como elas realmente influenciam a forma como pensamos sobre isso?

Agora quero mudar de assunto. Em vez de falar sobre soft power ou hard power, quero falar sobre o que realmente me assusta todos os dias da minha vida: as palavras “Hillary Clinton”. A maioria das pessoas não assistiu à sua audiência de nomeação para secretária de Estado, mas eu assisti religiosamente. Quando ela estava a falar, disse algo que eu nunca tinha ouvido antes: “smart power”. Ela estava a falar ao

Congresso dos EUA sobre o que faria se se tornasse Secretária de Estado e quais as ferramentas diplomáticas que utilizariam. Não era apenas poder duro, nem apenas poder brando; era “poder inteligente”. A forma como ela definiu o poder inteligente é o que estamos agora, uma década depois, a discutir. Ela falou estrategicamente sobre o papel da tecnologia tanto para o poder duro quanto para o poder brando, explicando como o uso das redes sociais seria fundamental para a diplomacia dos EUA e para impulsionar a sua política externa no exterior. A maioria das pessoas não estava ciente de que isso aconteceu e, com o passar dos anos, vejo cada vez mais como a tecnologia está a ser usada como uma forma de realmente promover os interesses dos EUA.

Fiquei feliz em ver que os jovens egípcios, quando ela foi ao Egito, se recusaram a se encontrar com ela. Alguns de nós sabemos o que aconteceu durante a Primavera Árabe para subverter os movimentos juvenis no terreno. Havia grupos de jovens financiados pelo Departamento de Estado dos EUA, e eles eram muito hábeis com a tecnologia. Começámos a nos perguntar como esses jovens podiam ser tão hábeis com a tecnologia; eles são muito mais avançados do que qualquer outra pessoa. Todos nós usamos as mesmas ferramentas e temos contas nas redes sociais, mas como é possível que as contas deles alcancem muito mais pessoas? É assim que sabemos que eles colonizaram e estão a controlar os algoritmos, garantindo que certas informações cheguem às pessoas para que também possam confundir os jovens sobre o que realmente muda o mundo. Insisti em 2012 que o Facebook não cria a revolução; é o trabalho no terreno. Gostar de uma publicação não cria uma revolução. Portanto, é preciso descobrir como a tecnologia apoia os movimentos, mas a propaganda tem sido usada estrategicamente pelo Departamento de Estado. Isso porque a maioria das plataformas de redes sociais que as pessoas em todo o mundo usam são empresas sediadas nos Estados Unidos, portanto, elas obedecem às leis americanas. Elas criam backdoors para o governo dos EUA. As muitas revelações de fontes como Edward Snowden e WikiLeaks nos permitiram ver o que realmente está a acontecer.

O que está a acontecer com a tecnologia no continente africano? Vou voltar à República Democrática do Congo (RDC). Estive na RDC pelo menos quatro vezes no ano passado e fiquei muito alarmado quando descobri que a Netflix, o Google, o Facebook e o Twitter estão agora em Kinshasa, e que o Google e o Facebook estão a construir servidores de dados em todo o Congo. Eles construíram três servidores de troca dentro do país. Nos últimos dois ou três anos, tem sido muito evidente que, se quiser saber o que está a acontecer na RDC, pode obter essa informação nas redes sociais. Uma das principais línguas congolesas, o lingala, é até traduzida automaticamente no Facebook. Achámos muito estranho que, quando algo acontece, conseguimos obter informações com tanta facilidade. Quando fui ao local, vi que eles tinham construído caches — eles copiam os servidores do Google, Facebook e Netflix

— e os colocaram em três grandes cidades: Kinshasa; Mbuji-Mayi, região de onde é originário o atual presidente do Congo; e Goma, no Leste, onde está a ocorrer a revolta. Quando falei com os jovens para ajudá-los a entender o que realmente está a acontecer e como os dados estão muito mais fáceis de serem obtidos, percebemos que estamos a fornecer mais informações do que nunca, mas ninguém no país sabia que isso estava a acontecer, mesmo que essas empresas não estivessem a compartilhar essas informações. O que poderia acontecer aos congoleses que estão a colocar as suas informações nessas plataformas, especialmente aqueles que criticam o governo dos Estados Unidos e estão a tentar expor o memorando de entendimento que o Congo, a Zâmbia e os EUA construíram em torno do cobalto? Eles acabarão como a Press TV, que teve a sua imprensa local na RDC fechada porque estava a partilhar informações críticas sobre o que está a acontecer nos EUA?

Com os poucos minutos que me restam, quero me concentrar em outra data importante: 25 de maio de 2023. O presidente da República Democrática do Congo (RDC) virá à China para sua primeira visita de Estado. O que tem sido fascinante desde o anúncio no final de dezembro é a quantidade inacreditável de notícias negativas sobre a China. Dia sim, dia não, recebo vídeos, artigos e informações sobre os chineses na RDC. É fascinante porque a história é única, mas os diferentes artigos apresentam ângulos diferentes da mesma história. Um artigo pode se concentrar em uma parte do contrato, enquanto outro pode dizer outra coisa sobre ele, mas é literalmente a mesma história. Isso está a acontecer a um ritmo alarmante que nos faz questionar como. Há três dias, recebi no meu WhatsApp um vídeo comprimido de quinze minutos de um segmento inteiro de Hans Backer sobre o contrato chinês, enviado por congoleses. Como eles conseguem chegar até nós? Todos usamos as mesmas ferramentas; temos câmeras de vídeo e contas nas redes sociais. Por que é que esta informação circula a um ritmo mais rápido? Não se trata apenas de dizer: “Vamos fazer o que eles fazem”, mas sim de aprender de forma muito mais científica a reconhecer que não podemos simplesmente usar os mesmos meios que eles têm. Acredito firmemente que, mesmo que sejamos mais avançados em tecnologia, se não tivermos essa conexão interpessoal entre os povos chinês e africano para realmente nos encontrarmos e discutirmos essas coisas, há um programa concreto sendo planejado para garantir que as pessoas pensem que a China é o inimigo.

Concluirei partilhando uma longa citação relacionada com o primeiro ponto: “a história está do nosso lado”. Como disse, a questão é: qual história? Recebemos a resposta de Patrice Lumumba, o primeiro primeiro-ministro democraticamente eleito da República Democrática do Congo (RDC), que foi brutalmente assassinado pela Agência Central de Inteligência (CIA) antes de 17 de janeiro de 1961. Antes de morrer, ele enviou uma carta à sua esposa. Na sua última carta, ele disse-nos o que precisamos de fazer. Ele deixou-nos saber que hoje, enquanto construímos a

solidariedade, isto é o que temos de fazer: “A história um dia terá a sua palavra, mas não será a história que Bruxelas, Paris, Washington ou as Nações Unidas ensinarão, mas aquela que ensinarão nos países emancipados do colonialismo e dos seus fantoches. África escreverá a sua própria história, e será ao norte e ao sul do Saara uma história de glória e dignidade.” É por isso que estamos aqui. Viemos à China para nos encontrarmos com os nossos camaradas de todo o mundo para construir a solidariedade necessária para contar a nossa própria história. Temos de repensar a história que nos foi ensinada, contar a nossa história de dignidade e glória, enquanto nos unimos nas comunicações para dizer ao mundo que estamos todos juntos nisto.

(Transcrito da gravação e editado.)

1.2.4 Soberania da mídia, controle neocolonial da informação, narrativas africanas e cooperação do Sul Global

- Palestrante: Akende M'membe
- Ano: 2024

A narrativa dos vastos recursos sistematicamente extraídos do Sul Global continua por contar. Em vez disso, as notícias diárias e os documentários perpetuam a nossa humilhação, retratando-nos como inferiores, enquanto posicionam o Ocidente como o único detentor do conhecimento e dos recursos para resolver os desafios que eles próprios criaram em grande parte. A referência de ontem à “serenidade” no discurso do Vijay lembrou escritos sobre estruturas neocoloniais construídas com base em cinco controlos: recursos naturais financiados, ciência e tecnologia, armas, forças armadas e informação. Isto levanta uma questão crítica: como pode o Sul Global promover uma nova era de informação e comunicação?

Para alcançar isso, é necessário confrontar o investimento ocidental na monopolização da mídia. A resposta está em contar as nossas próprias histórias, escrever as nossas próprias histórias e fornecer as nossas próprias análises das questões globais. Essa soberania só pode ser alcançada por meio de uma estreita colaboração entre as mídias do Sul Global. Os projetos de informação e dados são fundamentais — eles sustentam a nossa capacidade de remodelar o panorama da informação. Tal como ecoado pelos outros painelistas, as nossas próprias plataformas são indispensáveis para contrariar o domínio da mídia ocidental. A Reuters, a BBC, a CNN, a Sky News, o The New York Times e o Financial Times não devem ditar como o Sul Global se entende a si mesmo ou mesmo ao Ocidente.

Considere a visita desta semana do presidente cessante dos EUA, Biden, a Angola. As manchetes da mídia ocidental sobre a África Subsaariana proclamavam: “Milhares aplaudem a chegada de Biden a Angola para sua prometida visita à África Subsaariana” (Associated Press) e “A visita de Biden à África se concentrará na história e na esperança econômica” (The New York Times). No entanto, o verdadeiro objetivo centrou-se no Corredor de Lobito — um projeto de infraestrutura legado que garante as cadeias de abastecimento dos EUA para os minerais congoleses e zambianos através do Porto da Liberdade e da ferrovia de Benguela, em Angola. Isto facilita a exploração contínua dos recursos africanos, ao mesmo tempo que silencia as vozes africanas que exigem “não mexam nos nossos minerais”.

Para concluir, o nosso futuro depende da colaboração dentro do Sul Global para construir sistemas soberanos de informação e comunicação. Não podemos continuar dominados por estruturas mediáticas neocoloniais concebidas para humilhar,

subjugar e perpetuar o imperialismo. As nossas ideias devem dominar o discurso internacional.

(Organizado a partir da gravação, com edições)

1.2.5 Cobertura internacional da mídia sobre a África: perspectivas e desafios

- Palestrante: Paula Slier

- Ano: 2023

Estou na RT (Russia Today) desde a sua criação, em 2005. Como sul-africana com um sotaque distinto, dirigi o escritório da RT no Médio Oriente durante 18 anos antes de regressar para fundar a RT África, agora sediada na África do Sul, com colaboradores em 33 países africanos.

A minha apresentação aborda “Reportagens da imprensa internacional sobre África: percepções e desafios” em três secções. Primeiro, os desafios de reportar em África em comparação com as minhas duas décadas a cobrir o Médio Oriente, incluindo a Primavera Árabe, que apelidámos de “Revolução do Twitter” devido ao impacto sem precedentes das redes sociais. Segundo a mudança na percepção de África pelo mundo. Terceiro, as experiências da RT ao estabelecer um canal africano com perspectiva russa.

Um erro fundamental é ver a África como um único país, em vez de 54 nações distintas, cada uma com desafios únicos. O panorama mediático está cada vez mais controlado, o que complica o jornalismo objetivo, especialmente para os meios de comunicação estrangeiros que enfrentam barreiras de acesso. Quando criticam os governos, os jornalistas estrangeiros dependem de repórteres locais que enfrentam repercussões diretas, ao contrário dos “jornalistas pára-quedistas” que evitam consequências. Por exemplo, a RT África foi a única equipa autorizada na República Centro-Africana após o assassinato de três jornalistas estrangeiros; o nosso acesso dependia do convite do governo.

Na República Democrática do Congo, obstáculos logísticos como a recusa de acreditação em meio aos conflitos rebeldes do M23 criam dificuldades extremas. A Somália — o país menos visitado do mundo, com apenas 100 visitantes no ano passado — permitiu recentemente a entrada apenas da nossa equipa. Militantes do Al-Shabab carregavam abertamente AK-47 nas ruas e nos campos humanitários. A segurança do governo impediu ataques porque reportámos sobre a fome em vez da segurança — se tivéssemos feito o último, teríamos sido alvos. Apesar do perigo, os somalis demonstraram uma hospitalidade excepcional, contrariando as representações dos meios de comunicação social.

Os jornalistas em África “desaparecem” em vez de serem mortos, em parte devido às fronteiras de conflito não demarcadas. O norte de Moçambique acolhe 24 grupos armados, mas poucos compreendem a dinâmica tribal. Atualmente, persistem 13 conflitos africanos — alimentados pelo Ocidente e subnotificados. A mídia ocidental

enquadra-os como “contraterrorismo” para legitimar a intervenção; o conflito tribal por recursos em Moçambique é erroneamente rotulado como uma guerra terrorista.

As restrições da mídia incluem narrativas comprimidas (1,5 a 2,5 minutos) e barreiras de acesso. As manchetes priorizam as narrativas ocidentais: 21 milhões de pessoas enfrentam a fome no Chifre da África em meio a cortes na ajuda da ONU — mas isso é ignorado. A mentalidade de “se sangra, lidera” alimenta conflitos, como visto nas restrições de filmagem no Quênia justificadas pelo contraterrorismo.

Os africanos rejeitam cada vez mais os ditames ocidentais, buscando autonomia. A descolonização da educação em Moçambique exemplifica a recuperação da soberania cultural. A Rússia ganha força sem história colonial e com o apoio à libertação na era soviética; a China investe economicamente. Por outro lado, as potências ocidentais são vistas como extratoras de recursos. A riqueza mineral de África — cobalto, cobre, diamantes, coltan (columbita-tantalita), lítio — está correlacionada com zonas de conflito. As potências ocidentais beneficiam da instabilidade, dificultando a governação e o acesso jornalístico.

Em relação ao conflito entre a Ucrânia e a OTAN — mais precisamente um conflito entre a Ucrânia e o Ocidente —, as nações africanas apoiam cada vez mais a Rússia, mas temem perder a ajuda dos EUA. Um ministro somali afirmou: “Apoiamos quem pagar mais”. África transforma-se através da expansão dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) e das moedas lastreadas em commodities, reduzindo a dependência do dólar.

1.2.6 A mídia sul-africana e a luta de classes

- Palestrante: Phakamile Hlubi Majola

- Ano: 2023

Lembro-me do meu primeiro dia de trabalho na EWN, quando a minha editora me perguntou qual achava que era o meu papel como jornalista. A minha resposta entusiasmada foi: “defender os indefesos, ser a voz dos que não têm voz”. Ela olhou para mim e disse: “Não, esse não é o seu trabalho. O teu trabalho é obter conteúdo para beneficiar os anunciantes”. Devo dizer que o facto de ela ter sido tão explícita sobre a verdadeira função da mídia — que ela opera para defender e promover os interesses dos anunciantes e das empresas — foi uma experiência realmente reveladora para mim. O que ela disse define em grande parte a atitude da mídia na África do Sul. A mídia sul-africana é extremamente corporativa e neoliberal; ela promove descaradamente os interesses do imperialismo ocidental. Isso é consistente em todos os níveis, quer se trate de empresas públicas, como a SABC (South African Broadcasting Corporation), ou outros meios de comunicação. Quando se vem à África do Sul, pode-se sintonizar qualquer estação de rádio ou canal de televisão e o que se ouve é uma narrativa que promove o imperialismo, o neocapitalismo e o neocolonialismo, com uma postura particularmente anti-classe trabalhadora, anti-negra e hostil a qualquer tipo de visão alternativa.

Esta questão foi destacada em 2012, quando os mineiros do noroeste da África do Sul, numa área chamada Marikana, iniciaram uma longa greve sem proteção. Vou fornecer alguns detalhes. Marikana é um local muito pobre onde está sediada a Lonmin Mines, um importante fornecedor de platina. Em agosto de 2012, a greve terminou com 34 trabalhadores a serem baleados ao vivo na televisão por um membro dos serviços policiais sul-africanos. O massacre de Marikana passou a definir o que a África do Sul é hoje: um país que foi libertado por um e o ANC (Congresso Nacional Africano), mas que agora oprimeativamente a classe trabalhadora. O que é irónico sobre o que aconteceu em Marikana é que a decisão da polícia de atirar em trabalhadores desarmados foi motivada por um e-mail enviado por Cyril Ramaphosa, que é o nosso presidente atual. Cyril Ramaphosa fazia parte do conselho da Lonmin e escreveu um e-mail aos membros do grupo de segurança, que responderam com mão pesada aos trabalhadores desarmados. A narrativa que surgiu na mídia sobre o massacre de Marikana culpava os trabalhadores pelo protesto, posicionando-os como selvagens violentos que, na visão da mídia, eram responsáveis pelo seu próprio massacre.

A mídia sul-africana nunca vê o capitalismo como violento. Eu era jornalista na época e passei muito tempo em Marikana. A violência do capitalismo se expressa lá. Toda a área é subdesenvolvida, sem saneamento, habitação decente e eletricidade, e ainda

assim uma das maiores empresas de platina extrai a sua riqueza dessa área e não dá nada em troca à comunidade. Era por isso que os trabalhadores de Marikana estavam a lutar — por uma vida melhor. É profundamente irónico que um homem como Ramaphosa, um ex-sindicalista que ajudou a formar o Sindicato Nacional dos Mineiros, tenha sido precisamente a pessoa que inspirou as forças de segurança a reagir com tanta violência. Recomendo a leitura de uma análise feita por Ilva Gomerday, da Universidade de Joanesburgo, na qual ela pesquisou como a cobertura jornalística sobre Marikana foi caracterizada por “jornalismo incorporado, sensacionalismo e polarização de opiniões”. Ela descobriu que a mídia agiu como um poderoso amplificador dos interesses do nexo político e socioeconómico sul-africano, negligenciando os problemas fundamentais subjacentes às relações trabalhistas no país.

Outro exemplo clássico da hostilidade e intolerância da mídia sul-africana em relação a pontos de vista alternativos é a forma como cobriu a questão da guerra na Ucrânia. É uma narrativa completamente unilateral, sem qualquer tolerância para opiniões divergentes. Quase todas as plataformas de mídia, especialmente as chamadas independentes, descreveram-na como uma invasão da Rússia. Elas criticam o governo sul-africano por ser neutro nesta questão e não toleram quaisquer vozes dissidentes. Na noite anterior a este discurso, eu estava envolvido num debate no Twitter com um desses jornalistas, que ficou tão ofendido com o meu comentário de que a África do Sul não deveria envolver-se nesta guerra e deveria, em vez disso, promover os seus próprios interesses nacionais.

Também afirmei que esta não é uma questão neutra, mas sim uma agressão da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte). A sua resposta foi: “isso significa que a NUMSA apoia o massacre de bebés”. Este é o tipo de mentalidade que caracteriza o discurso da mídia sul-africana, onde é impossível participar num debate matizado sobre as questões. A estrutura dominante na mídia sul-africana é definida pelo Ocidente e pelas instituições de Bretton Woods, que promovem a continuação do imperialismo em todas essas redações. Ao mesmo tempo, há um medo e um ódio reais do comunismo, e o envolvimento da Rússia reacendeu essas questões, já que, durante o apartheid, o comunismo era algo que obcecava o governo.

Gostei muito da contribuição do professor Vijay Prashad, que falou sobre a natureza sufocante da mídia corporativa, o que é uma descrição perfeita, porque não há espaço para visões alternativas. Se você oferecer uma opinião diferente, será rotulado. Na África do Sul, existem 40 emissoras comerciais e públicas. A maior empresa de comunicação social é, de longe, a SABC, com mais de 30 milhões de telespectadores no país. Continua a ser a plataforma de notícias mais popular e também tem muitas estações de rádio muito populares. No entanto, apesar de a SABC ser uma emissora

pública, a sua narrativa tem sido, infelizmente, fortemente influenciada por estas empresas de comunicação social de direita, ditas independentes. Como resultado, também produzem a mesma propaganda que muitas destas outras organizações.

Dado este contexto, como é que a NUMSA conseguiu operar neste espaço? A nossa estratégia tem sido promover sem vergonha a classe trabalhadora e a nossa mensagem do marxismo-leninismo. Conseguimos transmitir a nossa mensagem todos os dias, quer os meios de comunicação gostem ou não, porque reconhecemos que o poder não está apenas nos meios de comunicação; está nos 350 000 metalúrgicos que podem paralisar a economia quando entram em greve. Portanto, mesmo que não nos suportem, não podem ignorar-nos. Em última análise, qualquer que seja a estratégia mediática que construamos, temos de garantir que levamos os movimentos connosco e que a classe trabalhadora está a impulsionar a agenda e a mensagem, porque é aí que reside o verdadeiro poder.

Parte do trabalho que temos feito para promover esta agenda é a formação que oferecemos na escola em Bela Bela. Este trabalho é fundamental para combater a narrativa sufocante que vemos na mídia. O Dr. M'membe estava absolutamente certo quando disse que não se pode confiar nos imperialistas para transmitir a sua mensagem; devemos construir as nossas próprias plataformas. É exatamente isso que a escola Bela Bela está a fazer. Este ano, a escola foi realizada no Gana, o que foi uma experiência muito interessante. Recebemos estudantes de todo o continente e também do Brasil e de outros lugares onde temos relações. Nós os submetemos a um treinamento em mídia e, nesse processo, aprendemos muito sobre as condições enfrentadas pela classe trabalhadora nessas diferentes partes do mundo. Também estabelecemos parcerias com organizações como a Peoples Dispatch e temos trabalhado muito estreitamente com a PAT TV. Também fizemos algum trabalho com a teleSur no passado e esperamos dar continuidade a essa colaboração nesta conferência.

Acredito que a chave para a nossa capacidade de derrotar a crise que enfrentamos é continuar este trabalho, construir essas plataformas e criar essa alternativa para a maioria das pessoas. Nós somos a maioria; devemos ser nós a dominar a narrativa e não devemos gastar o nosso tempo a implorar por tempo de antena aos conservadores. Em última análise, é por isso que devemos lutar. Estou grato por termos a oportunidade de fazer isso e encontrar soluções. Espero ouvir alguns de vocês sobre outras maneiras de aprofundar essa interação. Quando sairmos desta conferência, devemos fortalecer essas redes para que, à medida que avançamos para o futuro, seja a voz da maioria que domine o discurso da nossa mídia e não a voz da minoria elitista responsável pelo nosso sofrimento.

(Transcrito da gravação e editado.)

1.2.7 Desenvolvimento da comunicação pan-africana na resistência popular da África Ocidental

- Palestrante: Kwesi Pratt
- Ano: 2023

Estamos a criar esta instituição de comunicação social porque acreditamos que, a menos que contemos a nossa própria história, a menos que nos tornemos os protagonistas da nossa própria história, não seremos capazes de superar os nossos problemas como africanos. Lembramo-nos da resolução final do 5º Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester, que terminou com o slogan: “Trabalhadores do mundo, uni-vos! Não tendes nada a perder além das vossas correntes.” Estamos no processo de unir os trabalhadores do mundo, conforme ditado por essa resolução final. Já vencemos grandes batalhas no passado e continuamos a vencer grandes batalhas hoje, e continuaremos a vencer batalhas no futuro. Mas isso depende da nossa criatividade.

Muitos oradores antes de nós falaram sobre o amplo envolvimento da mídia ocidental na guerra de propaganda na África. A British Broadcasting Corporation gasta mais de seis bilhões de libras por ano para promover a agenda ocidental. A Voz da América está presente em toda a África. A France 24 e a Al Jazeera estão todas promovendo a mesma agenda. Não temos seis mil milhões de libras para gastar, mas temos um compromisso com uma luta que não ousamos abandonar. É esse compromisso que precisamos de usar para os derrotar. Temos também uma rica história de luta contra a escravatura e o colonialismo, e uma rica história de tentativas de nos unirmos como povo. Foi assim que os derrotámos no passado. Derrotámos-los ontem, estamos a derrotá-los hoje e vamos derrotá-los no futuro.

Este encontro com vocês é um passo muito importante. Nós, como revolucionários, como lutadores pela liberdade, como pan-africanistas, devemos nos unir como uma família de instituições de mídia para dizer a verdade. Existem muitas organizações de mídia que já estão nessa luta. Na América Latina, há a TeleSUR e, na Rússia, há a RT (Russia Today). Existem também outras organizações de mídia, como a Press TV e o Brasil de Fato. No Brasil, há também a TVT (Televisão dos Trabalhadores) e, claro, na China, temos a CGTN (China Global Television Network). Devemos também reconhecer os esforços da People's Dispatch, uma organização de comunicação social internacional que reporta sobre os movimentos populares em todo o mundo. Esta é uma batalha pelas mentes das pessoas em todo o mundo, e a luta para conquistar os seus corações é a nossa responsabilidade coletiva.

(Transcrito da gravação e editado.)

1.3 Guerra de informação na América Latina e a Aliança do Sul

1.3.1 Práticas de reforma da mídia em meio à onda progressista da América Latina no início do século XXI

- Palestrante: Manuel Bertoldi
- Ano: 2023

Por que a questão que estamos a discutir hoje é tão crítica? Porque diz respeito à forma como podemos conquistar os corações e as mentes das pessoas para criar o mundo que aspiramos construir com base nos valores da unidade e da igualdade.

Hoje, precisamos refletir sobre o papel da mídia na história moderna da América Latina. Começarei com um exemplo revelador de como os meios de comunicação estão envolvidos na luta de classes na era contemporânea. Em seguida, apresentarei dois estudos de caso que ilustram tanto os progressos quanto os retrocessos na luta pela democratização do acesso à informação. Por fim, refletirei especificamente sobre os desafios que a mídia de massa enfrenta atualmente.

Permitam-me preparar o cenário com uma referência a um momento histórico. Em 1998, Fidel Castro discursou no 7º Congresso da Liga da Juventude Comunista em Cuba. Naquele discurso memorável, ele captou a essência da luta de classes com impressionante clareza: “A luta que estamos a discutir é fundamentalmente uma luta ideológica. Não se tornará uma guerra. As armas nucleares não podem resolver os problemas do mundo. Isso não é possível. Nem as guerras podem fornecer soluções. Na verdade, eu diria que mesmo uma revolução isolada é insuficiente. Numa ordem moldada pela globalização neoliberal, uma revolução isolada pode ser derrubada em questão de dias ou, no máximo, semanas.”

Foi isso que Castro disse aos líderes da Liga Juvenil Comunista Cubana. O discurso foi transmitido publicamente pela televisão e pela rádio. Naquela época, Cuba passava por um período de profundas dificuldades impostas pelo isolamento e pelo bloqueio económico. Castro já previa os desafios que assolavam a América Latina, alertando: “Mesmo nessas condições, nunca devemos baixar a guarda. Se a decepção do povo com o atual governo levar ao surgimento de grupos fascistas ou de extrema direita, isso poderá nos empurrar de volta ao passado. Também não podemos excluir a possibilidade de uma agressão militar. No entanto, acima de tudo, a nossa luta atual é uma luta ideológica.” Para encerrar, ele apontou claramente um dos maiores pontos fortes da Revolução Cubana: “O seu sucesso decorreu da sua capacidade de semear ideias.”

Naquele ano, ou seja, 1998, a resistência ao neoliberalismo se espalhou por todo o continente. Levantes populares surgiram em países como Equador e Venezuela. Naquele mesmo ano, o comandante Chávez, eleito como defensor do povo, venceu as eleições presidenciais. A vitória abriu caminho para uma série de triunfos eleitorais em várias nações. A Argentina enfrentou revoltas populares generalizadas no final de 2001, enquanto Lula garantiu o seu primeiro mandato presidencial no Brasil em 2002. A resistência intensificou-se constantemente, a par do crescente impulso da mobilização popular. O ano de 2005 marcou um ponto de viragem para a América Latina com o fim da ALCA, seguido pelas eleições de Evo Morales na Bolívia, Correa no Equador, Lugo no Paraguai e Zelaya nas Honduras como presidentes. No entanto, em meio a esses sucessos, existem focos de tensão, conflito e descontentamento.

Todos esses novos governos compartilham um desafio comum: eles operam em países onde o panorama da mídia é fortemente centralizado, dominado por algumas entidades econômicas com um claro viés ideológico contra os princípios socialistas. Em resposta a essa realidade, os governos tiveram que alterar as leis de comunicação existentes ou promulgar novas leis. A Venezuela, sob o presidente Chávez, emergiu como uma força e a líder na integração da América Latina, apoiada pelos governos de Lula, no Brasil, e Kirchner, na Argentina. O colapso da ALCA em 2005 catalisou a formação de mecanismos de integração importantes, como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América, a União das Nações Sul-Americanas e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, recentemente estabelecida.

Os eventos cruciais de 2002 não apenas moldaram o processo bolivariano, mas também a América Latina, marcada pelo golpe fracassado na Venezuela. Esse período viu 49 medidas governamentais significativas, das quais cinco foram as mais importantes, incluindo a Lei Fundiária, a Lei de Hidrocarbonetos, a Lei da Educação, a Lei da Costa e a Lei da Pesca, desafiando diretamente os interesses dos antigos detentores do poder na Venezuela. Os meios de comunicação desempenharam um papel crítico durante esses eventos, com programas de televisão, emissoras e grandes entidades de mídia privada alinhando-se contra as reformas de Chávez, promovendo condições para a tentativa de golpe para derrubar o governo de Chávez em 11 de abril de 2002. Esses meios de comunicação distorceram e minaram a mensagem de Chávez ao povo venezuelano, o que revela suas táticas até certo ponto. Por outro lado, eles encobriram a prática da democracia direta pelo povo venezuelano. Houve inúmeras manifestações em grande escala com o objetivo de restaurar a constituição e libertar o presidente da prisão domiciliar.

Na quinta-feira, 11 de abril, os proprietários de cinco canais privados, a saber, Venevisión, Radio Caracas Televisión, Globovisión, Televen e CMT, juntamente com nove dos dez principais jornais internacionais, como Universal, Nacional, Tal Cual, El

Impulso e El Nuevo País, participaram ativamente em atividades anti-Chávez. Os meios de comunicação impressos também se envolveram. Um editorial do El País de 13 de abril caracterizou os protestos, liderados por empresários e militares, como uma forma de resistência civil. Eles exigiram a dissolução das instituições democráticas, saquearam a embaixada cubana e agrediram ministros de Chávez. Da mesma forma, um editorial do El Mundo de 13 de abril retratou essas ações como manifestações de indignação pública. Em contraste, aqueles que defendiam o restabelecimento da presidência constitucional e a preservação das instituições democráticas após o golpe foram desdenhosamente rotulados como multidões ou manifestantes mentalmente instáveis. Isso foi destaque na edição de 15 de abril do El País.

A luta por uma onda progressista na América Latina depende significativamente da obtenção de apoio público, sendo a mídia um campo de batalha crítico. A Lei de Mídia de 2010 da Argentina defende o direito à comunicação como um direito humano, restringe os monopólios da mídia, concede licenças aos meios de comunicação de massa e defende os direitos dos telespectadores. Isso tem desempenhado um papel fundamental na democratização e legitimação do discurso da mídia. Isso marca um afastamento do panorama mediático após o retorno da Argentina à democracia em 1983. A primeira versão da legislação foi discutida publicamente em todo o país e divulgada pela mídia após meses de deliberações, obrigando o sistema político a abordar uma questão incômoda, especialmente devido à sua crescente dependência da mídia de massa. Notavelmente, o impacto mais profundo da lei foi desafiar a noção predominante de que o jornalismo havia perdido sua independência. Esse é o grande choque cultural que esse processo produz.

Após a aprovação da lei no Congresso, o principal conglomerado de mídia do país, Clarín, imediatamente entrou com uma ação judicial por descumprimento desta lei. Em meio a conflitos persistentes e interesses divergentes, a nação não tem demonstrado a mesma perspicácia na gestão do rádio e nas decisões de licenciamento como antes. A Lei de Mídia é uma prova das transformações mais profundas instigadas pelos conflitos entre facções sociais lideradas por Kirchner e o setor agrícola dominante. Ela deve ser vista como um produto de uma época marcada pela ascensão de forças políticas contrárias à visão neoliberal, que ganharam impulso após a tumultuada crise de 2001-2002 na Argentina e os levantes subsequentes. Dez anos depois, em meio à onda persistente do neoliberalismo, o país se vê lutando contra outra crise.

Assim que o governo de Mauricio Macri assumiu o poder em 2015, emitiu um decreto apontando aspectos cruciais da lei e, com o apoio do Congresso, o governo efetivamente alcançou o seu objetivo. Ele interveio no panorama da comunicação

para garantir a rentabilidade das principais entidades económicas e relaxar as restrições à consolidação da mídia.

No Equador, um grande movimento se desenvolveu em um contexto de tensões entre a mídia e o governo. No referendo de 2011, os equatorianos votaram esmagadoramente a favor de restringir a consolidação da mídia e as influências económicas sobre as operações da mídia. Dois anos depois, em 2013, o Congresso Nacional, impulsionado pelo apoio público, promulgou a Lei Orgânica, que regula o conteúdo noticioso em todas as plataformas de comunicação social. Esta legislação estabelece que a informação não deve ser explorada para fins comerciais, mas deve ser considerada um bem público, um serviço não comercial, não contaminado por privilégios que favorecem elites económicas selecionadas.

Além disso, ela enfatiza que o conteúdo noticioso deve elevar o engajamento cívico, promover a diversidade e a inclusão e defender a objetividade jornalística. Em 2021, Guillermo Lasso foi eleito presidente. Apenas um mês depois, ele apresentou um projeto de lei à Assembleia Nacional, propondo alterações substanciais às leis promulgadas durante o governo Correa. Essa nova legislação privou o público do direito à informação. Em resumo, ela é motivada por uma filosofia de autorregulação do mercado, definindo a liberdade de expressão como um direito individual e não coletivo.

Esta batalha institucional ocorreu num contexto de reação social e política contra o neoliberalismo que varreu a América Latina na década de 1990. Nessa altura, já se tinha acumulado uma experiência significativa, particularmente no campo das comunicações, estabelecendo um precedente para o planeamento posterior de conflitos nacionais ou mesmo internacionais. Foi talvez a partir da Revolução Bolivariana do início do século XXI que surgiu um novo instrumento para a era: a teleSUR. Ele é copatrocinado por vários governos latino-americanos. Durante anos, trabalhámos para acumular as experiências de comunicação de base que os países latino-americanos desenvolveram, apesar dos recursos limitados e das restrições tecnológicas. No ano passado, reunimo-nos no Brasil com mais de 60 meios de comunicação de massa latino-americanos para desenvolver uma estratégia comum alinhada com as necessidades e visões das nossas organizações civis. Com o apoio da teleSUR e de outras organizações irmãs, coordenámos programas de formação conjuntos.

À medida que as ferramentas de comunicação se transformam com o surgimento de novas redes sociais e plataformas digitais, há uma necessidade urgente de reabrir o debate sobre estratégias de comunicação. Em todo o mundo, as discussões sobre a regulamentação das grandes empresas de tecnologia estão a ganhar força. O

surgimento da inteligência artificial tornou a regulamentação das redes sociais uma questão cada vez mais urgente. Isso inclui a regulamentação dos atores económicos e o controlo do acesso ao discurso público. Muitas das empresas mais influentes do mundo estão agora envolvidas no panorama da mídia, onde muitas vezes manipulam ou censuram informações para servir interesses privados.

As organizações de comunicação social têm defendido uma legislação publicitária que inclua entidades nacionais e internacionais nos canais de distribuição publicitária e as obrigue a pagar pela veiculação de anúncios. Apesar da forte ênfase da comunicação social tradicional na eficiência do mercado e da sua resistência à intervenção estatal, as suas operações continuam fortemente dependentes das aprovações das instituições nacionais. Além disso, continua a existir uma falta significativa de discussão em torno dos meios de comunicação públicos, que atualmente operam muito abaixo da sua capacidade potencial. Durante os anos do governo neoliberal, estes meios de comunicação foram todos desmantelados, tornando a sua reconstrução crucial. Qualquer estratégia eficaz deve incluir ativamente tanto os trabalhadores dos meios de comunicação públicos como as organizações da sociedade civil.

Por fim, enfrentamos a tarefa essencial de criar as nossas próprias narrativas e as nossas próprias histórias. O discurso cultural dominante de hoje afirma que o fim do capitalismo é mais difícil de imaginar do que o fim do mundo. Como respondemos a tais narrativas? Que histórias devemos contar e de que perspectivas? Onde encontramos esperança? Estas questões são centrais para moldar as nossas estratégias de comunicação. É por isso que consideramos uma grande honra e uma oportunidade única estar aqui na China, refletindo juntos sobre estas questões. Acreditamos que, à medida que a China partilha a sua experiência com os povos do Sul Global na prática da governação centrada nas pessoas, encontraremos a chave para o futuro da humanidade.

(Transcrito da gravação e editado.)

1.3.2 O estado e as perspectivas da comunicação internacional da mídia latino-americana

- Palestrante: Patricia Villegas
- Ano: 2023

Há dezoito anos, cheguei à Venezuela para integrar o que era então uma iniciativa pioneira: a equipa da América Latina e do Caribe na teleSUR. Naquela época, nem mesmo a proposta formal do projeto da teleSUR havia sido redigida. Estava claro que a teleSUR era mais do que apenas um canal de televisão venezuelano, ela encarnava uma visão para toda a nossa região: a América Latina e o Caribe. Desde o seu lançamento em 2005, uma característica distintiva define a teleSUR: é uma emissora verdadeiramente multinacional na América Latina e no Caribe. Essa identidade molda a nossa perspectiva editorial. Consideramos a informação um direito fundamental. Assim como os povos da América Latina e do Caribe foram às ruas para exigir maior acesso à educação, saúde e alimentação, eles também defenderam, e devem continuar a defender, informações verdadeiras que refletem a realidade das suas vidas.

Foi a visão de uma rede de televisão multinacional para a América Latina e o Caribe que levou à criação da teleSUR em 2005, fundada com o apoio de vários Estados patrocinadores. Esses Estados patrocinadores são Cuba, Venezuela, Nicarágua e Bolívia. Nos últimos 18 anos, desde a criação da teleSUR, cada um dos quatro Estados enfrentou ataques implacáveis. Ao longo desses anos, três dos Estados patrocinadores passaram por bloqueios, sanções económicas e exploração de recursos. Um deles, a Bolívia, chegou a sofrer um golpe de Estado, ao qual voltaremos em breve.

Não é por acaso que esses países se uniram para criar a teleSUR. **Essas nações persistiram na crença de que a comunicação não é uma mercadoria, mas um direito humano fundamental, uma forma de poder público.**

A teleSUR foi lançada a 24 de julho, uma data escolhida deliberadamente, pois marca o aniversário do grande Libertador, Simón Bolívar. Esta escolha simbólica reflete a nossa visão para a América Latina e as Caraíbas. Somos um canal criado pelo povo desta região, para o povo desta região. Isto é fundamental para a nossa identidade: só quem faz parte da América Latina e das Caraíbas pode realmente contar as suas histórias. Conhecemos estes acontecimentos. Vivemos essas experiências. Compreendemos essas narrativas. É por isso que fornecemos não apenas as notícias, mas também o contexto por trás delas. Isso é o que falta nas empresas de comunicação ocidentais: elas relatam os eventos de forma rápida e eficiente, mas muitas vezes deixam de explicar por que eles são importantes.

Em um piscar de olhos, dezoito anos se passaram, mas para nós foi um longo período. Começamos como uma televisão em espanhol e, desde então, expandimos para incluir um canal em inglês, principalmente para o público em toda a África. Hoje, por meio da nossa parceria com a StarSat, uma provedora chinesa de distribuição de sinal, entregamos o nosso conteúdo a 33 países africanos.

Como sabem, começámos como um canal de televisão em espanhol. Mas, com o tempo, evoluímos para uma plataforma multimédia que oferece conteúdo em espanhol e inglês. Isso significa aprender a contar as histórias da nossa região em ambas as línguas, em todas as plataformas e em todas as formas. Parece simples de dizer, mas, na prática, é um enorme desafio. E acredito que os profissionais de comunicação social de todo o mundo, incluindo todos aqui presentes, compreendem isso profundamente.

Onde transmitimos o nosso conteúdo? Este mapa (nota: consulte o vídeo) pode ter sido elaborado rapidamente, mas a rede de distribuição por trás dele é o resultado de um esforço imenso. Cada um destes pontos representa um local onde o sinal da teleSUR pode ser recebido. O nosso conteúdo está acessível em várias plataformas: através de sinais abertos em algumas regiões, televisão por satélite noutras e IPTV em muitas outras.

A nossa estratégia é simples: pretendemos estar presentes em todas as plataformas possíveis. Sempre que uma operadora, por menor que seja, nos procura querendo transmitir a teleSUR, trabalhamos para disponibilizar o nosso sinal. Essa abordagem tem sido fundamental. Apesar das repressões, bloqueios e censura, a teleSUR continua a alcançar públicos em todo o mundo. Por exemplo, quando o governo de Mauricio Macri assumiu o poder na Argentina, removeu a teleSUR das principais operadoras. No entanto, os argentinos ainda encontraram maneiras de nos assistir. Agora, a teleSUR voltou à televisão digital aberta na Argentina e a nossa audiência online cresceu. Esta foi uma experiência significativa para nós. Mesmo quando alguns canais foram retirados ou censurados, a nossa estrutura de distribuição diversificada garantiu que continuássemos no ar e na tela.

Então, qual é a história da teleSUR? Como mencionei anteriormente, fomos lançados em 24 de julho de 2005. Mas foi a nossa cobertura do golpe em Honduras que realmente nos trouxe à atenção do mundo. Honduras também estabeleceu recentemente relações diplomáticas com a China em vários níveis. Mostrámos ao mundo que estava a ocorrer um golpe: através de transmissões ao vivo, revelámos o tiroteio na casa do ex-presidente hondurenho Zelaya e a sua transferência forçada para a Costa Rica, ainda de pijama. Não se tratou, como sugeriram a CNN Español e

outras empresas de comunicação social ocidentais, de uma transferência pacífica do poder. A narrativa delas tentou obscurecer a verdade e justificar o golpe.

A cobertura ao vivo da TeleSUR a partir do palácio presidencial foi fundamental. **Não construímos narrativas, nem substituímos uma história por outra. Mostramos a realidade do momento, e essa verdade é o que mais importa para os povos da América Latina e do Caribe.**

Quando viajámos para a Líbia para reportar os acontecimentos que estavam a ser cobertos por outros meios de comunicação, muitos jornalistas ocidentais perguntaram-nos: “O que é que a teleSUR está a fazer aqui?” Eles até questionaram a nossa presença, perguntando por que razão a teleSUR iria reportar os acontecimentos ali. A mensagem subjacente era clara: “Limitem-se a cobrir a América Latina e as Caraíbas. Por que razão vêm para o outro lado do mundo?”

Fomos para África porque queríamos entender o que realmente estava a acontecer e porque por trás desses eventos há uma guerra midiática mais ampla. Essas foram algumas das primeiras imagens a chegar ao nosso centro de notícias em Caracas e a outros ao redor do mundo. No entanto, nem todas as organizações de mídia estavam comprometidas em revelar toda a realidade. Quando o nosso repórter, junto com outros jornalistas, voou para Trípoli, apenas ele desceu do avião. Os demais relutaram em desembarcar e acabaram voltando para casa. Com uma câmara ao vivo na mão, o nosso repórter transmitiu diretamente da Praça Verde, em Trípoli. Ele ligou-me e disse: “Patricia, a praça não foi bombardeada. Há crianças a jogar futebol aqui.” Eu respondi: “Isso não pode ser. As imagens que estamos a ver aqui em Caracas contam uma história completamente diferente. Transmita ao vivo imediatamente. Mostre-me o que realmente está a acontecer.” Quando a teleSUR começou a transmitir imagens ao vivo de crianças a jogar futebol na Praça Verde, a reação foi de descrença. Muitos acusaram-nos de mentir. Mas, em condições de transmissão ao vivo, isso simplesmente não era possível.

Como funciona realmente a guerra mediática? Vivemos uma explosão constante de informação, um tsunami de imagens e mensagens transmitidas em inúmeras línguas. Mas lembre-se: mais informação não significa automaticamente mais conhecimento. O sucesso da TeleSUR ao longo dos anos deriva do nosso compromisso de ir além da redação e aprofundar-nos no terreno. Só estando no terreno é que podemos realmente compreender o que está a acontecer. Enviamos profissionais treinados e qualificados que usam transmissões ao vivo para atrair telespectadores e relatar a realidade.

Anos mais tarde, prestadores de serviços externos no Reino Unido finalmente admitiram que o chamado bombardeamento da praça — a imagem distribuída aos

meios de comunicação em todo o mundo, ou seja, a que vimos anteriormente — nunca aconteceu realmente. Não há provas que comprovem que foi real. Com o tempo, a história revelou a verdade. Apesar das dúvidas, transmitimos ao vivo da Praça Verde, em Trípoli, onde mostramos crianças a jogar futebol.

No entanto, embora a guerra mediática tenha sido vital, não foi o único fator por trás do sucesso da teleSUR ao longo dos anos. Posso ver como isso emociona os argentinos na audiência, e também me emociona, mesmo não sendo argentina. Um dos empreendimentos mais significativos que a teleSUR realizou nos últimos 18 anos foi a nossa colaboração com Diego Maradona. Muitas pessoas me perguntaram: “Patricia, como é que você consegue trabalhar com Maradona? Ele é difícil de lidar... não dá para simplesmente se aproximar dele”. Mas superámos essas supostas impossibilidades, e esta foto é prova disso. Ela foi tirada durante a Copa do Mundo na Rússia, embora a nossa parceria com Diego tenha começado na Copa do Mundo no Brasil. Se ele ainda estivesse entre nós, tenho a certeza de que nos teríamos reunido na Copa do Mundo no Catar. Mas tivemos que nos despedir dele muito cedo, lamentando não apenas a perda de um ícone do futebol, mas também de um símbolo político. A sua firme decisão de colaborar com a televisão pública da América Latina e do Caribe foi uma declaração poderosa para o mundo: Maradona apoiava a teleSUR. E se você quisesse conhecer a Copa do Mundo por uma perspectiva diferente, precisava assistir à teleSUR.

Isso abriu muitas portas para nós. O que isso significa? Significa que a nossa história não é definida apenas por conflitos. As experiências humanas são diversas. Muitas vezes me perguntam como cobrimos a África. Bem, a África também é profundamente diversa. No entanto, em nossa cobertura da mídia, muitas vezes nos concentramos apenas nos problemas, apenas nas dificuldades, apenas nas montanhas ainda a serem escaladas. E isso é um erro. Há também o futebol, um poderoso unificador global e uma parte essencial da cultura popular em toda a América Latina e no Caribe. Isso me leva de volta à nossa entrevista com o presidente Evo Morales, que também é um grande jogador de futebol.

Esses momentos de união acontecem repetidamente, e a teleSUR desempenha um papel fundamental em partilhá-los com o mundo. Muitos se lembram desta imagem que mostra a tentativa de invasão da Venezuela a partir da fronteira colombiana. Na verdade, o atual presidente da Colômbia confirmou recentemente que havia realmente um plano concreto do governo de Iván Duque para invadir militarmente a Venezuela. Essa foi uma das histórias mais desafiadoras que já cobrimos. A disparidade de recursos entre os dois lados era gritante, e tínhamos muito pouco equipamento. No entanto, com o que tínhamos, transmitimos ao vivo para o mundo,

mostrando que os camiões que supostamente transportavam ajuda humanitária para a Venezuela não foram incendiados por venezuelanos que rejeitavam a ajuda.

Meses depois, o The New York Times corroborou essa versão. Mas nós contámos a história em tempo real. Para nós, a lição é clara: as pessoas estão prontas para acreditar na verdade, mas somente depois que as empresas de mídia ocidentais a divulgam. Mais uma vez, reportámos essa história ao vivo, assim como fizemos durante o golpe de 2009 em Honduras. Infelizmente, a história da América Latina continua marcada por golpes, uma realidade que testemunhámos mais uma vez na Bolívia. Os correspondentes da TeleSUR, nos últimos anos, tornaram-se alguns dos mais experientes na cobertura de tais convulsões em toda a região. Estábamos lá quando o presidente Evo Morales, no seu último discurso como líder, se despediu do seu povo e se ofereceu para renunciar voluntariamente para evitar mais derramamento de sangue. Esse vídeo foi transmitido pela TeleSUR. Essas histórias do povo, suas lutas e a restauração da democracia tornaram-se narrativas clássicas no nosso canal.

Isso é ainda mais comprovado pela recente tentativa de assassinato de Cristina Fernández de Kirchner, ex-presidente e atual vice-presidente da Argentina. O ataque foi amplamente coberto pela mídia local e provocou indignação internacional e uma resposta rápida, o que pode ser parcialmente atribuído à cobertura ao vivo do evento pela teleSUR.

Passando para outro conflito em curso: a guerra na Europa dominou quase todas as nossas discussões hoje. Temos uma equipa em Kiev, outra em Donbas e, tragicamente, um dos nossos correspondentes em Donbas ficou ferido enquanto fazia a reportagem. Manter equipas em diferentes lados do conflito permite-nos apresentar uma visão mais matizada e complexa do que realmente está a acontecer. **Uma das táticas centrais na guerra mediática é retratar tudo a preto e branco, tal como as cores das minhas roupas. Mas a vida não é assim tão simples. Todos sabemos que a vida é cheia de cores. Para transmitir essa riqueza nas nossas reportagens, são necessárias visões complexas, e não a narrativa simplista do bem contra o mal que muitas vezes define a guerra mediática.**

Outra tática é a omissão da verdade. O que me impressionou neste caso foi como as notícias podem esconder a realidade. Soldados ucranianos transmitiram ao vivo um momento em que a mãe de um soldado russo foi obrigada a assistir ao assassinato do seu filho. As empresas de comunicação social ocidentais permaneceram em grande parte em silêncio sobre estes eventos trágicos, mas eles são parte integrante deste conflito. Em meio à explosão de informações que acompanha a guerra, certas imagens permanecem invisíveis. Elas não chamam a atenção do grande público porque a mídia

tende a se concentrar em pontos críticos, que eventualmente esfriam e desaparecem de vista. É por isso que a compreensão pública da guerra na Europa hoje não é tão suficiente quanto era quando o conflito irrompeu. Como muitos sabem, esta guerra começou há anos.

Apesar do domínio da Europa sobre os fluxos globais de informação, Josep Borrell admitiu que a Europa não está a ganhar a batalha narrativa. Porquê? É aí que reside a nossa oportunidade. E é exatamente por isso que fazemos reportagens ao vivo a partir do terreno. A confiança das pessoas nas empresas de comunicação social ocidentais está a diminuir. Elas estão a tornar-se céticas e a recorrer cada vez mais a fontes alternativas de informação.

Quando o conflito eclodiu, o número de utilizadores europeus no canal em inglês da teleSUR aumentou drasticamente. Por quê? Porque a Russia Today (RT) foi banida e o público já não podia aceder ao seu conteúdo. As pessoas voltaram-se para nós em busca de outra perspectiva. Isto demonstra uma oportunidade real, mesmo em meio ao domínio contínuo das grandes empresas de comunicação social ocidentais.

Agora, voltando às últimas notícias da América Latina: outro presidente enfrentou um golpe. Neste golpe, a legislação foi branqueada, vidas foram perdidas. Sem a teleSUR e outros meios de comunicação alternativos, estas mortes poderiam não ter sido noticiadas. É aqui que provamos o nosso valor: cada meio de comunicação amplifica o impacto dos outros.

“É no Equador.” Em meio às greves, esta é a mensagem deixada pelos equatorianos nas ruas. Roubo do governo, engano da mídia, assassinatos pela polícia, futebol como unificador e oportunidades abertas são todos temas das nossas reportagens. Cobrimos a Copa do Mundo no Catar. Por que estou a mencionar isso? Estou ciente de que o tempo é curto. Mas a Copa do Mundo do Catar nos ofereceu uma oportunidade única de colaborar com as nações do Caribe Oriental. Isso permitiu-nos explorar novas maneiras de impulsionar o crescimento e ampliar o alcance do nosso conteúdo. Este programa que produzimos é transmitido pela TTV, a emissora de televisão dos trabalhadores do Brasil, e distribuído através dos sinais da teleSUR. Embora o idioma original fosse o português, traduzimo-lo para o espanhol e transmiti-lo no nosso canal espanhol. Também temos um apresentador de notícias que fala português nas redes sociais. Portanto, mesmo sem um canal dedicado em português, a teleSUR ainda fala português.

É claro que os desafios que enfrentamos são comuns a muitos meios de comunicação alternativos. Como definimos a nossa própria agenda em vez de seguir cegamente as narrativas das empresas de comunicação ocidentais? Como colaboramos com os

meios de comunicação locais e globais e com os atores sociais, políticos e culturais para criar conteúdos significativos que tentamos apresentar?

Este diagrama oferece um modelo útil para produzir o que chamamos de conteúdo líquido, conteúdo que permanece fiel às histórias em que acreditamos e que é distribuído por várias plataformas. Estamos também a construir uma coligação de canais de comunicação social de alerta político para promover uma agenda anti-hegemónica. Isto inclui a formação profissional de jornalistas e produtores de conteúdo, porque na nossa região a maioria das universidades não forma jornalistas para ver a realidade a partir de perspectivas alternativas. É por isso que a teleSUR assumiu um papel de formação para promover a partilha de experiências, a troca de conteúdo e a cocriação, que consideramos vitais para o futuro.

O nosso público chinês pode reconhecer esta imagem. Há alguns anos, colaborámos com um canal em espanhol na China num programa cultural que foi transmitido em ambos os canais. Também lançámos a coluna *In the Crosshairs* com a RT en Español, produzimos um programa sobre energia com a HispanTV (o canal em espanhol da PressTV do Irão) e fizemos uma parceria com a Al Mayadeen no Líbano num programa chamado *Truth*.

Mais recentemente, assinámos um acordo significativo com os canais de televisão BRICS. Agora, o conteúdo dos canais de televisão teleSUR, do site, da conta do Instagram e de outras contas nas redes sociais é traduzido para russo e português e partilhado nos canais de televisão BRICS, expandindo drasticamente a nossa influência. Por meio de alianças com emissoras públicas da América Latina e do Caribe, possibilitamos o compartilhamento e a distribuição de conteúdo nos sites que acabei de apresentar entre os membros. Isso ajudou a estabelecer a teleSUR como uma marca de mídia de nível nacional em toda a região. Sempre que ocorrem eventos importantes na região, as pessoas recorrem à teleSUR, e esse é o impacto que construímos nos últimos 18 anos. Muito obrigado.

(Transcrito da gravação e editado.)

1.3.3 Fabricando o caos: das redes sociais à política

- Palestrante: Nina Fideles

- Ano: 2023

Boa tarde. Vou abrir este workshop em português. Agradeço aos nossos intérpretes por tornarem isso possível. É uma honra e um prazer abrir a sessão desta tarde com o que chamamos no Brasil de “mística”, um momento rico em significado cultural. Como vimos ao longo dos vários processos discutidos, esta mística ressalta não apenas o papel vital da cultura em tempos de revolução, mas também o poder da comunicação — particularmente através do rádio, um meio que continua a ser profundamente influente em todo o Brasil e na América Latina.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos à Universidade Normal da China Oriental pelo convite e a toda a equipe organizadora pelos seus esforços dedicados. É realmente valioso que tenham organizado um fórum de tão alta qualidade, proporcionando-nos a oportunidade de participar em discussões enriquecedoras. Devemos colocar a comunicação no centro dos nossos diálogos sobre processos políticos. Afinal, estamos a abordar questões de domínio político e ideológico, que constituem a base para a construção e manutenção de uma cultura política e ideológica enraizada na classe trabalhadora.

É um privilégio e uma profunda responsabilidade partilhar com vocês algumas das ideias, experiências e reflexões do Brasil — e particularmente do Brasil de Fato — sobre os nossos esforços no campo da comunicação. Refletimos dentro de uma visão mais ampla: enfrentar os desafios impostos pelas redes sociais e examinar o impacto das estruturas da mídia tradicional e digital na política brasileira.

Posso afirmar que refletir e praticar o jornalismo no contexto atual de guerra híbrida representa um desafio significativo. Muitas regiões ao redor do mundo estão sujeitas a guerras híbridas de intensidades variadas, muitas vezes correlacionadas com o nível de ameaça que essas regiões parecem representar. Estamos a testemunhar instabilidade política, ameaças à democracia, erosão das instituições democráticas e opinião pública inflamada pelo ódio, violência e uma rejeição generalizada da política. Este clima negativo tende a condenar toda a conduta política como culpada. À luz disso, é essencial que encontremos maneiras de superar a rejeição da política, restaurar o sentido de agência política das pessoas e capacitá-las para fazer a diferença.

A comunicação sempre buscou garantir a hegemonia narrativa usando várias ferramentas. No entanto, com o surgimento das redes sociais e das técnicas modernas de comunicação, esses meios evoluíram tanto em forma quanto em escala, ganhando

o poder de até mesmo manipular o sentimento público. Meu objetivo hoje é esclarecer como esses meios operam no contexto específico do Brasil. Para proporcionar uma compreensão mais clara, gostaria de descrever a situação que se desenrolou no Brasil.

Foi esse evento que abriu caminho para a eleição do ex-presidente Bolsonaro. Tudo começou em 2013, quando um pequeno grupo de ativistas que manifestava a favor do transporte público gratuito saiu às ruas de São Paulo, o centro econômico do país, para protestar contra o aumento das tarifas de transporte.

A repressão policial que se seguiu provocou indignação, levando milhões de pessoas em todo o Brasil a se juntarem a manifestações em cidades de todo o país. Aproveitando a oportunidade, grupos de direita se infiltraram nos protestos, confundindo as coisas e aproveitando o momento para servir aos seus próprios interesses. O que começou como um movimento localizado rapidamente se expandiu para uma onda de agitação em todo o país. A direita adotou gestos simbólicos e metodologias associadas à esquerda.

Um novo cenário político estava a emergir, expondo a crise das abordagens governamentais tradicionais há muito defendidas pela velha elite. Gostaria de destacar dois elementos-chave que caracterizaram essas manifestações: primeiro, uma rejeição generalizada da esquerda brasileira e de sua agenda tradicional. O governo do Partido dos Trabalhadores implementou políticas de ação afirmativa, como o Programa de Apoio à Família, que fornecia benefícios em dinheiro a famílias de baixa renda, e a introdução de cotas raciais nas admissões universitárias. Essas políticas eram fundamentais, servindo até mesmo como correções necessárias às desigualdades históricas, mas enfrentaram intensa reação. O segundo elemento foi a resistência às agendas relacionadas a gênero e raça, impulsionada em grande parte por convicções éticas e religiosas.

Foi a convergência desses dois elementos que ajudou a unir os grupos de direita. A crescente influência dos conservadores e liberais econômicos alimentou a ascensão da retórica de extrema direita. À medida que essa ideologia ganhava força, até mesmo o Partido dos Trabalhadores, o maior partido de esquerda do Brasil e de toda a América Latina, passou a ser alvo de ataques intensos. Ao mesmo tempo, segmentos do aparato tradicional de direita também se viram significativamente enfraquecidos. Todo o tabuleiro político estava a mudar, e as peças começaram a se mover de acordo com isso.

Em 2014, Dilma Rousseff foi reeleita para um segundo mandato — um processo eleitoral repleto de perigos e instabilidade. Pesquisas de opinião mostraram que o apoio a ela atingiu um pico histórico de 79% em março de 2013, mas caiu para 31% após as manifestações em massa em junho daquele ano. Em agosto de 2015, quase um

ano após a sua reeleição, o seu apoio havia caído para apenas 8%. A crise continuou a se agravar, culminando num golpe em 2016. Não se tratava apenas de uma crise política, mas também profundamente económica, que se desenrolou num momento em que Dilma estava suspensa do cargo.

Durante os dois anos seguintes, as políticas públicas foram drasticamente desmanteladas. A extensa rede de organizações, instituições e sistemas construída pelo Partido dos Trabalhadores nos últimos anos entrou em colapso, e o ex-presidente Lula tornou-se alvo de uma perseguição política implacável. Quem, então, deve ser responsabilizado pela prisão de Lula e pelo golpe? A resposta é o judiciário, o parlamento e a imprensa corporativa. Cada um deles contribuiu com impulso e desempenhou um papel crítico nesses eventos.

Em 2018, Lula foi preso como parte da chamada Operação Lava Jato. Este caso representa um exemplo clássico de lawfare, o uso estratégico dos sistemas jurídicos para eliminar os adversários políticos da classe dominante. O caso estava repleto de absurdos jurídicos que chamaram a atenção de todo o mundo.

Ninguém exemplifica essa manipulação judicial de forma mais vívida do que o juiz Sérgio Moro. Lembre-se desse nome. Foi Moro quem presidiu o julgamento flagrantemente parcial de Lula, tudo sob o pretexto de uma campanha anticorrupção.

Os seus laços com o Departamento de Estado dos EUA e o FBI são estreitos. O juiz Moro, juntamente com outros membros da Polícia Federal e do judiciário brasileiro, participou de seminários coorganizados com agências americanas, como o The Bridges Project, que visava fortalecer a cooperação bilateral na aplicação da lei e fornecer treinamentos em contraterrorismo. Ao ordenar a prisão de Lula, Moro adotou táticas clássicas dos EUA: violações judiciais em massa e o uso arbitrário da lei para conseguir a condenação generalizada de funcionários do governo e uma grave distorção do sistema jurídico.

No entanto, esse tipo de interferência não é novidade. Ao longo da história da América Latina, o governo dos EUA apoiou repetidamente regimes autoritários.

O Brasil está em estado de turbulência desde que Lula foi preso. Foi esse clima de instabilidade que abriu caminho para a vitória presidencial de Bolsonaro em 2018, sob o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Essa frase passou a simbolizar uma visão de extrema direita do Brasil e uma interpretação de extrema direita de Deus. Sob esse governo, os partidos da oposição, a liberdade de expressão, a diversidade religiosa e os protestos foram reprimidos. O pluralismo foi rejeitado e a nação ficou cada vez mais envolvida em violência, discurso de ódio e desinformação.

Os valores que Bolsonaro encarna não são novos. Com 27 anos de vida política, ele já era conhecido por sua retórica incendiária. Ao longo de seu mandato de quatro anos, ele abertamente rejeitou o conhecimento científico, rejeitou vacinas e expressou apoio à tortura, e até mesmo à eliminação de oponentes políticos. Bolsonaro é diretamente responsável por mais de 700.000 mortes no Brasil durante a pandemia da COVID-19. Lembra-se do juiz Moro? Bolsonaro mais tarde o nomeou Ministro da Justiça.

Quarenta minutos é um tempo muito curto para explicar completamente tudo o que o Brasil passou como resultado das políticas imprudentes de Bolsonaro. Mas é crucial entender que, quando há tentativas de manipular ou redirecionar o curso político de um país, uma estratégia comum é promover um ambiente de desconfiança e instabilidade, justamente porque tais condições se tornam terreno fértil para a disseminação de notícias falsas.

Hoje, a apresentação do professor Wang Hui sobre os cinco monopólios ofereceu insights valiosos sobre essa dinâmica.

A eleição de Bolsonaro e suas consequências

No Brasil, o voto é obrigatório. Durante as eleições de 2018, dos 147 milhões de eleitores qualificados, 116 milhões votaram. Bolsonaro garantiu a vitória com mais de 55% dos votos válidos, o que significa que aproximadamente 57 milhões de brasileiros votaram nele. Como é que um candidato assim conseguiu um apoio tão generalizado?

A equipa de campanha de Bolsonaro conseguiu levá-lo ao cargo por meio da disseminação automatizada de mensagens virais contendo informações falsas. Reportagens investigativas da mídia brasileira revelaram aspectos desse esquema, expondo uma extensa rede de empresas privadas envolvidas na iniciativa. Essas entidades financiaram campanhas de desinformação em grande escala contra o Partido dos Trabalhadores, principalmente por meio de plataformas como o WhatsApp. Os contratos relacionados à disseminação de desinformação durante as eleições de 2018 totalizaram mais de US\$ 5 milhões. Essas ações foram ilegais, pois comprometeram a integridade do processo eleitoral, manipularam a opinião pública e causaram danos à democracia.

No entanto, em sua essência, para que a informação realmente ressoe nas pessoas, ela depende principalmente da manipulação sentimental. Se uma mensagem não consegue captar a atenção, sua amplificação é inútil. Não se trata apenas de uma questão estrutural, mas também de uma questão de entrega. Na verdade, essa manipulação sentimental não é uma estratégia nova nem exclusiva das redes sociais.

Ao longo da história, quase todas as grandes guerras bem-sucedidas não ganharam legitimidade através da manipulação habilidosa do sentimento público? Seja o medo do comunismo, das armas nucleares, da perda da liberdade ou da perda da propriedade privada, essas narrativas têm sido usadas há muito tempo para justificar ações.

A indústria cultural envolve-se constantemente na manipulação da opinião pública. Um exemplo revelador é o documentário *Hearts and Minds*, de 1974, que examina a Guerra do Vietname e revela como o governo dos EUA e os atores políticos empregaram técnicas de manipulação para moldar a percepção popular. Informações que poderiam prejudicar a imagem da guerra ou questionar a sua legitimidade foram suprimidas, enquanto os vietnamitas eram retratados como inimigos brutais e implacáveis — tudo para alimentar o patriotismo. Essa prática continua sendo um tema recorrente na indústria cultural: a demonização sistemática de comunistas, russos, vietnamitas, palestinos, nativos americanos, chineses e outros. Quem se torna alvo da demonização não depende de princípios, mas de quais interesses estão sendo atendidos.

No caso do Brasil, os receios da população eram inconfundíveis. Durante as eleições de 2018, circulou uma enxurrada de notícias falsas, muitas delas tão absurdas que é difícil descrever com palavras. No entanto, o seu impacto foi inegavelmente decisivo na definição do resultado eleitoral.

No seu livro *The Engineers of Chaos*, o autor italiano Giuliano da Empoli examina o fenómeno das redes sociais e as formas como a tecnologia pode amplificar o marketing político. O autor analisa estudos de caso que vão desde a campanha presidencial de Trump em 2016 até ao referendo do Brexit, demonstrando como a fusão da psicologia, da tecnologia e da comunicação pode influenciar a opinião pública, desestabilizar democracias e manipular as intenções dos eleitores.

De uma perspectiva psicológica, o autor explica que a manipulação sentimental nas redes sociais é uma técnica concebida para explorar e direcionar o sentimento coletivo. Ao envolver os utilizadores com mensagens, imagens e vídeos que desencadeiam emoções intensas, como raiva, medo, tristeza e alegria, os atores políticos podem transformar indivíduos numa comunidade unificada e apolítica.

Da Empoli enfatiza ainda que essa tecnologia não apenas manipula o sentimento público por meio das redes sociais, mas também permite a coleta e a análise de grandes quantidades de dados dos utilizadores, incluindo interesses, preferências, comportamentos e emoções. Ele chama a tecnologia de “engenheiros do caos”, capazes de criar mensagens altamente personalizadas que ressoam profundamente nos indivíduos. Consequentemente, as principais plataformas tecnológicas

construíram ecossistemas que são diretamente cúmplices na distorção dos resultados eleitorais e na manipulação dos sentimentos dos eleitores em vários países.

As notícias falsas distribuídas através das redes sociais também desempenham um papel crucial nesse processo, pois o medo e o ódio muitas vezes se enraízam por meio de mentiras. Um estudo da Universidade de Indiana revelou que histórias falsas têm 70% mais chances de serem compartilhadas do que reportagens factuais. Em essência, esses "engenheiros do caos" polarizam a opinião pública por meio da disseminação de desinformação.

O ciclo do ódio

Durante os anos de Bolsonaro no poder, o medo transformou-se cada vez mais em ódio, um sentimento que se espalhou muito além das redes sociais. Por muitas razões, a retórica inflamada permeou a vida pública e a violência tornou-se uma realidade diária.

De acordo com dados do Exército Brasileiro, o governo Bolsonaro emitiu mais de 900 mil licenças de porte de arma para colecionadores e caçadores ao longo de seu mandato de quatro anos, com uma média de 691 certificados por dia. Essa normalização da violência levou ao surgimento de novas vítimas diariamente. A situação se agravou especialmente durante o período eleitoral, marcado por um aumento contínuo dos incidentes de violência política. Por trás desses acontecimentos, havia uma agenda clara: a liberdade de possuir uma arma gera lucros substanciais para a indústria de armas.

Depois de perder a votação popular, Bolsonaro retirou-se da vida pública e partiu para os Estados Unidos. A sua recusa em admitir a derrota e os esforços persistentes para desacreditar o sistema eleitoral brasileiro prepararam o terreno para o evento que se seguiu. Os apoiantes de Bolsonaro ganharam influência em várias capitais provinciais, em conluio com a polícia militar e segmentos da grande mídia. Em 8 de janeiro, uma multidão invadiu o Congresso, o maior símbolo das nossas instituições democráticas e da vontade do povo. Este evento serve como um eco sombrio, quase apocalíptico, do ataque ao Capitólio dos EUA em 2021 e representa uma humilhação histórica para o Brasil.

Também testemunhámos uma onda de ataques violentos contra escolas públicas. Em fevereiro, escolas públicas em todo o Brasil foram atingidas por uma série de ameaças e agressões que resultaram em vítimas trágicas. Peço desculpa por mencionar isto logo após o almoço, mas é algo que precisa ser dito. Dois incidentes, em particular, causaram profunda preocupação e são especialmente difíceis de compreender.

Num deles, um homem invadiu uma creche e matou quatro crianças pequenas. No outro, um aluno esfaqueou mortalmente um professor na casa dos setenta anos. Porquê mencionar eventos tão sombrios? Para sublinhar que, para além do turbilhão das redes sociais, existem problemas reais.

Em resposta, o nosso Ministério da Justiça, sob a liderança do seu ministro, lançou a Operação Escola Segura. Em apenas dez dias, quase 300 pessoas foram presas. O ministério está a investigar 1.224 ameaças em todo o país, e 694 adolescentes foram levados para interrogatório.

Reconhecendo o risco de mais violência, os meios de comunicação concordaram rapidamente em não divulgar as identidades ou imagens dos autores. Ficou claro que grupos fechados nas redes sociais e aplicativos de mensagens estavam a espalhar informações falsas com o objetivo de instigar o pânico. Isso levou muitas escolas a fechar e deixou os pais com medo de mandar os filhos para a aula.

Pesquisas oficiais revelaram que várias pessoas fizeram referência a Bolsonaro ou mesmo à ideologia neonazista em suas postagens nas redes sociais, uma tendência preocupante que se tornou cada vez mais arraigada no Brasil nos últimos anos. A antropóloga Adriana Dias, em seu estudo intitulado *Observando o Ódio*, destaca paralelos impressionantes entre as redes neonazistas globais e os movimentos de direita no Brasil.

Dias é conhecida por suas investigações aprofundadas e pela infiltração bem-sucedida em grupos neonazistas no país. Em 2021, por exemplo, ela vasculhou vários sites neonazistas e descobriu uma carta assinada por Bolsonaro em 2004 — evidência que indica a conexão entre o bolsonarismo e a promoção da ideologia neonazista.

A sua pesquisa mapeou aproximadamente 530 centros extremistas neonazistas em todo o Brasil, envolvendo cerca de 10.000 indivíduos. Isso reflete um aumento alarmante de 270,6% de janeiro de 2019 a maio de 2021. Ela também enfatiza que, embora esses centros antes estivessem concentrados principalmente no sul, agora se espalharam por todo o país.

No Brasil, as grandes empresas de tecnologia também estão a ser responsabilizadas pelo seu papel na disseminação interligada da violência, do bolsonarismo, do extremismo de extrema direita e das ideologias neonazistas.

O ministro da Justiça, Flávio Dino, exigiu que o Twitter adotasse uma abordagem mais rigorosa em relação ao conteúdo que promove ataques a escolas e removesse todas as contas que disseminam material violento. Embora o Twitter tenha inicialmente tentado se distanciar da responsabilidade, Flávio intensificou sua retórica com a

ameaça de suspender as operações da plataforma em todo o Brasil. Essa pressão acabou levando o Twitter a remover centenas de contas ligadas ao abuso de crianças e adolescentes.

No entanto, a situação permanece sem solução. O Congresso está atualmente a analisar um projeto de lei que visa regulamentar as plataformas de redes sociais — uma questão altamente controversa que, até agora, tem impedido o progresso. Em sua essência, o projeto de lei busca responsabilizar legalmente as plataformas por conteúdos que incitem à violência e contenham discurso de ódio. Nas palavras do presidente Lula: as grandes empresas de tecnologia “normalizaram o absurdo”, e as corporações que controlam as redes sociais estão lucrando com a disseminação de notícias falsas, discurso de ódio e promoção de armas.

A Meta, empresa controladora do Instagram, Facebook e WhatsApp, imediatamente manifestou oposição ao projeto de lei proposto, alegando que ele viola a legislação brasileira vigente. O Google também se juntou às críticas, inserindo um banner na parte inferior de suas páginas da web afirmando: “O projeto de lei das notícias falsas pode tornar mais difícil para os brasileiros distinguir a verdade da falsidade”. Tais declarações vêm dessas empresas, o que é bastante irônico.

Além de declarar publicamente as suas posições, essas plataformas têm a capacidade de limitar a visibilidade do conteúdo que apoia o projeto de lei. Em meio à pressão das gigantes da tecnologia e ao lobby dos aliados de Bolsonaro, o projeto de lei enfrentou obstáculos significativos para avançar no Brasil. O argumento deles permanece consistente: regulamentar as redes sociais equivale a censura e se assemelha a medidas autoritárias que suprimem a liberdade de expressão.

É claro que a extrema direita não está disposta a abrir mão de um ambiente onde prospera e que ajuda a manter a sua influência. Um estudo publicado este ano revelou que o conteúdo de extrema direita foi mais eficaz e eficiente durante o ciclo eleitoral de 2022. A análise de publicações em várias plataformas mostra que o conteúdo de direita não só alcançou volumes de publicação mais elevados, como também atraiu significativamente mais interação do que as publicações de esquerda. Embora as publicações de esquerda fossem mais numerosas em algumas plataformas, receberam 40% menos engajamento em comparação com o conteúdo de direita.

Quero enfatizar um ponto crucial aqui. Apesar dos extensos esforços do governo brasileiro para reeleger Bolsonaro — empregando estratégias, órgãos estatais, a polícia, os militares e uma ampla gama de recursos institucionais — nada pôde impedir a vitória do presidente Lula. Esse triunfo pertence ao povo brasileiro e serve como um sinal poderoso de que nossos esforços não foram em vão. Gostaria também de aproveitar esta oportunidade para fazer uma breve declaração pública: entre

setembro e outubro, durante a eleição presidencial, o conteúdo do Brasil de Fato foi partilhado e lido mais de 150 milhões de vezes online — no nosso site e em todas as plataformas onde publicamos. Estamos gradualmente a encontrar o nosso equilíbrio.

Dito isso, o presidente Lula ainda enfrenta desafios significativos em seu terceiro mandato, especialmente no que diz respeito à comunicação de alta qualidade de conteúdo nacional.

A nossa comunicação

Tenho refletido: e a nossa comunicação? O que estamos realmente a criar? Ao longo da história, a humanidade desenvolveu diversas formas de produzir e consumir informação. Esses métodos moldam ativamente a sociedade. É um processo contínuo e iterativo. O tempo que investimos e a maneira como consumimos informação influenciam diretamente a forma como as empresas de comunicação social produzem conteúdo. Isso, por sua vez, afeta os tipos de informação que absorvemos e criamos.

A população mundial atual ultrapassa os 8 mil milhões de pessoas. Entre elas, há 8,46 mil milhões de utilizadores de telemóveis e 4,76 mil milhões de utilizadores ativos de redes sociais. No Brasil, o terceiro país mais ativo nas redes sociais, 152 milhões de aproximadamente 210 milhões de pessoas são utilizadores ativos da Internet. A plataforma mais popular é o YouTube, com 96% de penetração, seguido pelo Instagram e pelo Facebook.

Como líder da mídia de esquerda, muitas vezes me pergunto: que tipo de conteúdo devemos divulgar para combater narrativas motivadas pelo ódio e pela rejeição política? Como podemos construir uma base ampla que nos permita reconhecer e criticar o comportamento hegemónico? A minha formação política e profissional começou em organizações de trabalhadores rurais. Para mim, a comunicação sempre foi um poderoso catalisador da transformação social.

Devemos lembrar: o vasto ecossistema de canais, plataformas e redes sociais é amplamente controlado por forças adversárias. Elas estão determinadas a impedir-nos de alcançar um público amplo a qualquer custo. Embora não dependamos exclusivamente dessas plataformas, há uma necessidade urgente de traçar estratégias para sair dessa dependência digital. Devemos inovar agora para pavimentar o caminho para a construção de nossas próprias alternativas no futuro.

Os meios de comunicação tradicionais de esquerda costumam atingir um público predominantemente masculino, tipicamente mais velho, com alto nível de escolaridade e politicamente consistente. Em contrapartida, o Brasil de Fato conseguiu quebrar esse paradigma ao conectar-se com um grande número de

mulheres jovens. Essa expansão se deve, em grande parte, às nossas operações estratégicas nas redes sociais, que são projetadas para atrair usuários dessas plataformas e guiá-los ao nosso próprio site. Mais importante ainda, deve-se ressaltar que uma parte substancial do nosso tráfego na web é orgânica e direta. Isso demonstra que nosso alcance não depende exclusivamente das plataformas sociais.

Estamos cientes de que as percepções globais sobre o Brasil são amplamente moldadas pelas narrativas da grande mídia. É exatamente por isso que tomamos a iniciativa de traduzir algumas de nossas reportagens para o inglês e o espanhol. Essas reportagens em inglês agora estão alcançando públicos que antes conheciam o Brasil apenas através das lentes da grande mídia. É essencial que todos nós olhemos além de nossas próprias fronteiras e compartilhemos uma história mais completa das lutas globais.

Para mim, isso representa uma oportunidade crucial para envolver novos públicos e ampliar as narrativas contra-hegemónicas em uma escala mais ampla. Dito isso, nosso sucesso não pode ser medido apenas por números. O que realmente importa é o impacto político do nosso conteúdo. Embora seja importante encontrar maneiras de avaliar o ganho político, isso também é muito mais desafiador.

Devo admitir que também não tenho uma resposta pronta. Continuo sem estar convencido de que uma única perspectiva pessoal possa iluminar o caminho a seguir numa realidade tão complexa. Mas tenho certeza de uma coisa: a nossa verdadeira bússola sempre será a luta de classes. Como afirma o escritor brasileiro Paulo Leminski, “Toda arma na luta de classes, seja uma pedra, a noite ou um verso de poesia, é uma boa arma”. É por isso que acredito que as nossas ferramentas vão muito além do acesso à informação. A arte, a cultura e a espiritualidade também são ferramentas vitais que podem nos ajudar a superar esses profundos desafios. Elas são essenciais para aprofundar a nossa subjetividade e consciência.

Embora mantenha uma perspectiva crítica em relação a algumas teorias clássicas do jornalismo, não as descarto totalmente quando reflito sobre a comunicação de esquerda. Acredito que os métodos jornalísticos podem nos guiar aos fatos, ajudar a estabelecer credibilidade, dar espaço a vozes contraditórias, estimular discussões significativas e, por fim, desenvolver propostas que atendam à classe trabalhadora.

Dito isto, também devemos compreender as estratégias empregadas pela extrema direita e a sua habilidade em manipular o sentimento público. Por mais poderosas que essas estratégias possam parecer, não devemos imitá-las nem admitir a derrota na nossa própria luta. Não adotaríamos, e nunca deveríamos adotar, tais métodos. Em vez disso, uma cultura de comunicação revolucionária, enraizada na verdade e na consciência coletiva, é possível e essencial para o sucesso duradouro.

Espero sinceramente que isso esclareça toda a esquerda brasileira sobre o papel crucial e central que a comunicação deve desempenhar na luta de classes. Trata-se de moldar o pensamento sociopolítico, e é precisamente por isso que devemos fortalecer a subjetividade coletiva. Isso requer uma reflexão profunda: a forma é tão importante quanto o conteúdo. Isso significa reforçar os canais de comunicação dedicados à defesa dos interesses do povo.

Devemos também reconhecer os fundamentos estabelecidos pela teoria clássica. Ela enfatizou a importância vital da mídia, desde a mídia estatal e partidária até a mídia de massa de base, e aprendeu com os processos de comunicação revolucionária em todo o mundo. Inspiramo-nos em fontes como a Spark de Lenin, o Jornal Renano de Marx e o Granma de Cuba. Alimentamo-nos das ideias de Gramsci, Rosa Luxemburgo e Kollontai; da experiência do Partido Comunista Chinês; e das publicações revolucionárias que surgiram durante as lutas da China na década de 1920.

No entanto, a reforma ideológica é essencial e urgente. Dado o ambiente em que operamos, precisamos evoluir e desenvolver práticas de comunicação política adequadas para o século XXI, e precisamos fazer isso através das redes sociais. Não tenho dúvidas de que escolhemos o caminho mais desafiador. Mas, todos os dias, reafirmamos o nosso compromisso: consciência acima da manipulação, verdade acima da falsidade, construção coletiva acima do caos, conhecimento acima da ignorância e esperança acima do medo.

Este é um esforço de longo prazo, não uma solução imediata. Exige esforço persistente, aperfeiçoamento contínuo, análise dialética e prática extensiva. Espero que, apesar das nossas diferentes origens e contextos, possamos reunir-nos com mais frequência para partilhar experiências e avançar em direção a este objetivo comum. Não se trata apenas de partilhar conteúdo ou expandir o nosso público: isso por si só não é suficiente. Muitas estratégias técnicas prometem maior influência nas redes sociais, mas muitas vezes o conteúdo torna-se mera ostentação, sem análise aprofundada. Tais abordagens ficam aquém dos padrões do bom jornalismo.

O que precisamos é alcançar os nossos objetivos com base no desenvolvimento a longo prazo, no esforço colaborativo e na clareza política. Devemos compreender que tipo de comunicação estamos a construir e quais os objetivos que pretendemos alcançar. A nossa missão é, sem dúvida, desafiante e prolongada no tempo, mas os nossos objetivos não são temporários. Devem ser cimentados numa cultura que quebra os monopólios do pensamento. Tudo o que posso dizer é: vamos lutar juntos.

Obrigada.

(Transcrito a partir da gravação e editado.)

1.3.4 Cuba: desafios da comunicação na era da inteligência artificial e a necessidade imperativa de construir uma nova ordem de comunicação e informação

- Palestrante: Randy Alonso Falcón
- Ano: 2025

“As tecnologias não são neutras”, afirma Barbero, “pois hoje, mais do que nunca, elas constituem enclaves de condensação e interação de interesses económicos e políticos com mediações sociais e conflitos simbólicos. Mas, por isso mesmo, elas são constitutivas dos novos modos de construir a opinião pública e das novas formas de cidadania, ou seja, das novas condições em que se diz e se faz política”.

Nada melhor para ilustrar isso do que o momento exato que estamos a viver, de perplexidade e múltiplas incertezas, marcado pela chegada à Casa Branca da plutocracia liderada por Donald Trump, na qual os magnatas, multimilionários das grandes empresas tecnológicas, se colocaram literalmente na primeira fila do poder. Vimos isso na tomada de posse de Trump; vimos isso também no jantar fastuoso que o rei Carlos III ofereceu ao inquilino da Casa Branca durante a sua recente visita ao Reino Unido.

Estamos a assistir, segundo os académicos espanhóis Francisco Sierra Caballero e Antonio Maillo, a “uma nova forma de imperialismo, que não se baseia em conquistas territoriais, mas no controlo da informação, na modulação do discurso e no controlo oligopolístico da tecnologia”.

Alguns, como Yanis Varoufakis, ex-ministro das Finanças grego, chamam-lhe **tecnofeudalismo**, eu prefiro chamá-lo de **tecnofascismo** pelas perigosas expressões de extrema direita, xenófobas e excludentes que defendem o poder imperial e as suas grandes tecnologias em conjunto.

Uma batalha cubana contra a manipulação, o ódio e o bloqueio

“A verdade em nosso tempo navega por mares tempestuosos (...) Esse é o desafio dos jornalistas cubanos”, diria o líder da Revolução cubana, Fidel Castro Ruz, aos profissionais da imprensa em Cuba, em uma mensagem dirigida a eles em 2 de julho de 2010.

O ódio e as mentiras, como algoritmos programados e favorecidos pelas redes sociais digitais e pelos principais canais de comunicação planetários, marcam, a grande

velocidade e para enormes audiências, os processos comunicacionais dos nossos tempos.

Mas, para Cuba, isso não é novidade. Desde o triunfo da Revolução cubana em 1959, os Estados Unidos e seus poderosos meios de comunicação e construção de sentidos têm feito uso recorrente da mentira e do ódio contra o processo social cubano.

Como define o filósofo e teórico da comunicação mexicano Fernando Buen Abad: “o imperialismo trava contra Cuba a Guerra Cognitiva mais prolongada, sistemática e sofisticada do inventário de dominação semiótica da nossa época. Não se trava apenas contra um território, nem contra um governo, trava-se contra uma possibilidade histórica do pensamento humano”.

Durante mais de seis décadas, o império norte-americano experimentou contra Cuba todas as ferramentas, meios e linguagens de sedução, manipulação e dominação. Não se trata de um debate de ideias, mas de “saturar a consciência com efeitos tóxicos até anular a capacidade crítica” dos cubanos.

Assim, desde os meios tradicionais de comunicação no passado e agora a partir do espaço público digital e das chamadas “redes sociais”, foram articuladas numerosas campanhas anticubanas: primeiro, demonizou-se a execução dos criminosos da ditadura batistiana que assassinaram milhares de cubanos na década de 1950 do século passado; depois, manipulou-se a nacionalização legal e justa das empresas americanas que dominavam à sua vontade a maior parte da economia do país; propagou-se a imagem de Cuba como um satélite soviético obediente; distorceu-se o propósito solidário da presença internacionalista cubana em África (que preservou a independência de Angola, contribuiu para a libertação e independência da Namíbia e ajudou a derrotar o odioso apartheid na África do Sul), manipulou-se grosseiramente a questão dos direitos humanos e contou-se repetidamente as horas finais da Revolução e do Socialismo em Cuba.

Os grandes meios de comunicação impressos dos Estados Unidos e os jornais locais de Miami, as agências de notícias e as rádios de onda curta da Flórida ou da América Central serviram, nas primeiras décadas da Revolução, como veículos principais e quase diários das campanhas contra Cuba.

Nas décadas de 80 e 90, começando pela presidência de Ronald Reagan — juntamente com as constantes ameaças militares e o agravamento do bloqueio económico, comercial e financeiro, aliado à esperança imperial de que a queda do socialismo na União Soviética significaria, por si só, o fim do socialismo em Cuba —, o governo dos Estados Unidos investiu recursos consideráveis para financiar primeiro uma emissora de rádio governamental e, dez anos depois, uma emissora de televisão

dirigida expressamente contra Cuba, ambas traiçoeiramente batizadas com o nome do herói nacional cubano José Martí.

Entre 1985 e 2025, os Estados Unidos destinaram mais de 900 milhões de dólares do seu orçamento para sustentar os projetos fracassados da Rádio e TV Martí, cujos sinais Cuba conseguiu bloquear a um custo muito menor. Foi o projeto mais caro, corrupto e fracassado em matéria de comunicação na história dos Estados Unidos.

Um relatório de auditoria de um painel de especialistas nomeado pelo Congresso dos EUA determinou em 2019 que estes meios anticubanos produzem tanto “mau jornalismo” como “propaganda ineficaz”.

Embora a Lei Torricelli, aprovada em 1992 por George H. W. Bush, proibisse o acesso de Cuba à Internet por qualquer outro meio que não fosse a conexão via satélite, cara e lenta (embora numerosos cabos submarinos de telecomunicações circundem o arquipélago cubano), deixava claro que essa escassa conexão teria como objetivo final “promover mudanças políticas em Cuba”.

Por isso, enquanto Cuba só podia se conectar à rede de redes em 1996 com uma velocidade inferior à que uma casa pode ter hoje, o governo Clinton começou a forjar projetos de mídia digital voltados para Cuba, algo que continuou a incentivar e financiar o governo de Bush filho.

Mas foi a administração de Barack Obama que identificou claramente o espaço digital como o cenário da disputa simbólica e cultural por excelência entre os nossos sistemas políticos, uma vez que é aí que os jovens estão instalados, novos fluxos de troca de informação se fidelizam, meios de comunicação associados ao financiamento norte-americano e ao capital privado se abrem de forma desregulada e se verifica um enfraquecimento do sistema de meios de comunicação públicos.

Para o governo dos Estados Unidos, “... a web faz parte de uma batalha política de maiores dimensões”, afirma sem rodeios o académico norte-americano Ted Henken, um dos operadores de campo dessa estratégia contra Cuba, que se articula em duas variáveis fortemente interligadas: o “livre fluxo de informação” (a liberdade para os EUA desdobrarem toda a produção simbólica alinhada com os seus objetivos políticos de “mudança de regime” em Cuba) e o “acesso a serviços e tecnologias de telecomunicações” (para dotar a infraestrutura física e lógica que facilite o fluxo dessa expressão simbólica no espaço público digital cubano).

Esse novo “Consenso de Washington” para Cuba, que redirecionou boa parte do financiamento multimilionário aprovado anualmente pelo Congresso dos Estados Unidos para a ingerência e a subversão em programas concretizados no espaço

público digital, propiciou a criação de uma densa e bem financiada rede de meios digitais que, a partir de Miami, Madrid, cidades latino-americanas e de dentro de Cuba, atua como uma espécie de “máquina de difamação” na qual se desdobra todo o seu arsenal de “distorção cognitiva, manipulação perceptiva e colonização emocional”, nas palavras de Buen Abad.



Com a primeira administração Trump (2017-2021), num cenário em que Cuba conseguiu abrir a conectividade por dados móveis e chegou a ter mais de 60% da população conectada, a estratégia de influência comunicacional e simbólica se estendeu com força às redes sociais digitais, com seus algoritmos que favorecem as fake news, a desinformação, a manipulação e os discursos de ódio.

Neste remake mais plutocrático e fascista que estamos a viver, com Trump novamente na Casa Branca, a estratégia comunicacional anticubana aprofundou-se e vinculou-se estreitamente à “política de pressão máxima” contra Cuba defendida e executada pelo Secretário de Estado Marco Rubio, um político da Flórida de origem cubana.

Apesar de Trump ter apoiado a decisão de Elon Musk de suspender o financiamento da Agência Global de Mídia dos EUA (à qual estão afiliadas a Rádio e a TV Martí) por sua ineficiência e corrupção, e cortar os fundos que fluíam para outros meios de comunicação e os anticubanos através da USAID e da NED, Marco Rubio conseguiu convencer Trump a restabelecer parte desses financiamentos aos meios de comunicação mais úteis para a estratégia desta administração em relação a Cuba.

Há poucas semanas, em 25 de setembro, o governo dos Estados Unidos anunciou um aumento nos fundos destinados a operações de desinformação, aprovando US\$ 400 milhões adicionais para atividades destinadas, entre outros objetivos, a combater “os regimes marxistas e antiamericanos da Venezuela, Cuba e Nicarágua”.

Enquanto isso, os Estados Unidos continuam a bloquear o acesso de Cuba aos cabos submarinos de fibra ótica de empresas desse país. Em novembro de 2022, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos recomendou à Comissão Federal de Comunicações que negasse uma licença para a instalação do primeiro cabo submarino de telecomunicações entre as duas nações. Impediu-se, então, que o sistema de cabos subaquáticos ARCOS-1 USA Inc. incluisse Cuba nessa rede, que conecta 24 pontos de aterragem em 15 países do continente americano.

Não sendo possível realizar as interconexões com os operadores diretamente no território norte-americano, onde se encontram os principais nós de interconexão, a Empresa de Telecomunicações de Cuba é obrigada a estender a rede com pontos no Reino Unido, Jamaica e Venezuela, o que implica despesas milionárias.

Os Estados Unidos também mantêm a proibição de centenas de softwares, aplicações e desenvolvimentos, publicações científicas e especializadas e equipamentos de telecomunicações para Cuba.

A verdade e as ideias, mas não são suficientes

Simbólico para estes tempos de obscurantismo e deepfakes é que a primeira ofensiva comunicacional da Revolução Cubana, já em 21 e 22 de janeiro de 1959, foi chamada de **OPERAÇÃO VERDADE**; quando o seu líder, Fidel Castro, convocou mais de 300 jornalistas de várias partes do mundo para esclarecer a justiça dos processos penais movidos contra os criminosos batistianos, cuja ditadura era financiada e apoiada pelo governo dos EUA, e para expor com firmeza os princípios do nascente processo revolucionário.

Desses dias surgiu a ideia de criar os primeiros meios de comunicação internacionais da Revolução: a agência de notícias **Prensa Latina** e a emissora de ondas curtas

Radio Habana Cuba. Ambas contribuíram para quebrar o bloqueio informativo contra Cuba.

À frente da Prensa Latina estaria o revolucionário e jornalista argentino Jorge Ricardo Massetti, amigo e discípulo de Che Guevara, que no processo de fundação da agência deixaria traçado, com clareza meridiana, o seu princípio de atuação: “Somos objetivos, mas não imparciais. Consideramos que é covardia ser imparcial, porque não se pode ser imparcial entre o bem e o mal”.

A chegada da internet e, sobretudo, da web propiciou a quebra de barreiras nacionais para as audiências e ampliou o alcance dos meios de comunicação. Cuba conseguiu inserir-se nesse novo cenário comunicacional mais tarde e com muito menos conectividade do que outros.

Precisamente, a Prensa Latina, a Radio Habana Cuba e o jornal Granma foram os primeiros meios de comunicação cubanos na web, em meados de 1996. Na época, a versão digital desses meios de comunicação tinha que ser levada em um disquete até o Centro de Intercâmbio Automatizado do Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, no Capitólio de Havana, para de lá serem enviadas à rede via satélite com uma conexão de apenas 64 kb/s, o que seria uma tortura nos dias de hoje.

Em 1998, nasce a primeira revista digital na web cubana, Cubahora, e em 2001 surge a primeira revista cultural digital, La Jiribilla.

Naquela época, apenas 3625 computadores em Cuba tinham acesso total à Internet e havia pouco mais de 35 000 contas de e-mail.

Em 2003, em meio a uma feroz campanha midiática contra Cuba, às ameaças de W. Bush de levar a guerra a 60 ou mais “recantos obscuros do mundo” e às manifestações em Miami que clamavam “Iraque agora, Cuba depois”, nasceu **o Cubadebate** como meio digital nativo, para enfrentar o “terrorismo midiático” e denunciar as campanhas contra Cuba. Tenho a honra de dirigir este portal digital desde então e há 22 anos.

O Cubadebate foi o primeiro meio de comunicação cubano a entrar na interatividade da web 2.0 em 2009, quando menos de 10% da população cubana tinha acesso à internet, e o primeiro a ter presença total nas redes sociais digitais como Facebook, Twitter e Youtube desde junho de 2009.

Tratava-se de uma estratégia clara de comunicar Cuba ao mundo, para além dos obstáculos tecnológicos a enfrentar (Cuba ainda só podia ligar-se por via satélite). Como salientou o líder da Revolução Cubana, Fidel Castro, no 12 , de novembro de

2010: “É preciso encontrar a forma de chegar às massas informadas. A solução não está nos jornais... A Internet é mais acessível.”

Essa lógica levou Fidel, uma vez retirado da atividade governamental, a começar a publicar artigos jornalísticos em primeira mão no **Cubadebate** a partir de 2008, quando já era a publicação cubana mais visível e visitada no espaço público digital.

Hoje, **o Cubadebate** é uma publicação multimédia, com seis publicações digitais temáticas, presença em várias redes sociais, uma aplicação móvel própria, notória produção de áudios, vídeos, fotos e gráficos, mais de 230 mil comentários de leitores no site principal e milhões de visitas mensais.

Como curiosidade, em setembro e outubro de 2025, a China foi o segundo país, depois de Cuba, com maior número de visitas ao Cubadebate; algo inédito nos 22 anos da publicação.

Isso pode ser devido à coluna semanal que publicamos em espanhol e chinês, em conjunto com o Diario del Pueblo.

É uma experiência colaborativa que também temos com a TeleSur (Venezuela), Sputnik (Rússia), Nodal (Argentina) e que iniciaremos com o Brasil de Fato.

Cubadebate é a coluna principal da organização de comunicação IDEAS Multimedios, instituição de vanguarda em comunicação e inovação em Cuba.

A IDEAS Multimedios conta ainda com uma encyclopédia dedicada à obra e ao pensamento de Fidel Castro: **Fidel Soldado de las Ideas**, três programas de televisão (entre eles o **Mesa Redonda**, com 25 anos como espaço informativo e de opinião líder na televisão cubana, onde Fidel Castro participou em 45 ocasiões e o atual presidente de Cuba, Miguel Díaz Canel, participa frequentemente), 28 páginas no Facebook, 9 contas no X, 9 canais no Telegram, 6 canais no Youtube, 5 perfis no Instagram, 2 canais no Whatsapp e 1 conta no TikTok; além de prestar serviços de comunicação a terceiros.

A nossa organização lidera hoje o processo de transformação editorial, tecnológica e económica do sistema de mídia pública cubana, orientado a contornar as graves carências financeiras, logísticas, tecnológicas e de recursos humanos que a imprensa cubana enfrenta atualmente.

A principal força reside na interatividade dos nossos meios de comunicação, na liderança editorial e na inovação constante, num contexto de conectividade crescente, embora ainda a velocidades baixas para os tempos atuais. Se no início deste século

apenas 0,5% dos cubanos estavam conectados, hoje esse número ultrapassa 70% da população, fundamentalmente por dados móveis.

Cubanos conectados a Internet

Ano	Utilizadores	% de penetração
2000	60.162	0,5
2005	1.096.608	9,7
2010	1 797 993	15,9
2015	3.553.543	31,2
2020	7 100 000	63
2025	7 810 000	71,3

Estatísticas da Internet Live Counts e We are Social

Em 6 de dezembro de 2018, Cuba começou a oferecer serviço de conexão à Internet através de telemóveis. Apenas 50% do território nacional tem cobertura 4G.

Esse cenário de conectividade majoritária, de audiências permeadas pelas práticas comunicacionais dominantes e sob a influência de campanhas permanentes de manipulação e construção simbólica contra Cuba, apresenta desafios importantes para o sistema midiático e comunicacional cubano.

Não basta mais ter a verdade e a notícia: é preciso saber comunicá-la rapidamente, bem, por múltiplos canais, em diferentes formatos e para públicos diversos, contra algoritmos adversos e emoções manipuladas.

Temos a desvantagem de Cuba não ter uma cultura milenar como a China, nem uma massa crítica demográfica para um enorme mercado interno, nem uma língua própria, nem recursos financeiros suficientes para desenvolver rapidamente plataformas digitais exclusivas, embora o país esteja a envidar esforços em determinados desenvolvimentos nacionais.

A nossa alternativa passa por gerar mais e melhores conteúdos de qualidade, por continuar a formar profissionais nessas áreas do conhecimento, por aproveitar as suas tecnologias e colocá-las a serviço dos nossos objetivos, por promover o conhecimento e a cultura digital que permitam à maioria da população decifrar as manipulações e mentiras que permeiam o mundo digital.

A Revolução e o Socialismo em Cuba têm de ser feitos com a comunicação como ferramentas indispensáveis. Comunicação para informar, para educar, para convocar, para ouvir, para participar. Comunicação para gerar uma consciência superior nos seres humanos dispostos a construir uma sociedade próspera e de elevada justiça social.

Ditadura do algoritmo: das redes sociais à inteligência artificial

Estamos a assistir a uma nova etapa disruptiva da comunicação. Começamos a passar de um cenário em que a conversa tem sido dominada pelos algoritmos das redes sociais digitais, com toda a sua capacidade de nos interligar a milhares de quilómetros de distância, mesmo sem nos termos visto fisicamente na vida, para um cenário marcado pelo desenvolvimento acelerado da Inteligência Artificial.

No confronto cultural, ideológico e militar, na disputa pela hegemonia que prevalece no mundo de hoje, estimulada pelas tentativas do imperialismo norte-americano de preservar o seu poder em declínio, os meios de comunicação e as redes sociais digitais atuam como força política e arma de combate. São convenientemente utilizados para provocar, exaltar e suavizar situações de conflito.

É preciso lembrar o papel que o The New York Times e o The Washington Post desempenharam para justificar a invasão do Iraque em março de 2003. Ou o papel dos meios de comunicação e das redes nas guerras da Líbia e da Síria, ou o que Israel fez para manipular o genocídio contra o povo palestino, ou como o fazem agora dentro da frenética ofensiva total de Washington contra a República Bolivariana da Venezuela: inventar o cenário, gerar incerteza, promover o ódio, tentar quebrar moralmente o adversário, incitar a violência.

O Manual do Pentágono para a Guerra Não Convencional define uma escalada de ações para levar à quebra moral e à rendição do inimigo, ou propiciar uma ação militar que o derrote pelas armas. Entre elas, estabelece, por ordem:

Criação de uma atmosfera de amplo descontentamento por meio de propaganda e esforços políticos e psicológicos para desacreditar o governo.

Agitação, criação de uma opinião pública favorável (convocando uma causa nacional), criar desconfiança nas instituições estabelecidas.

Intensificar a propaganda e a preparação psicológica da população.

Nessa estratégia, as redes sociais digitais desempenham hoje um papel central; pela sua penetração (mais de 5 240 milhões de identidades registadas nas redes sociais no início de 2025, o equivalente a 63,9% da população mundial), a conveniente

manipulação dos seus algoritmos, o domínio quase absoluto dos EUA nesse cenário e a centralidade que as suas grandes empresas tecnológicas têm hoje no poder imperial.

Se na era pré-digital algumas poucas agências de notícias, emissoras de televisão e grandes jornais, nas mãos de um punhado de empresas, dominavam o fluxo de mensagens, hoje essa concentração e monopólio da informação se reduz a algumas poucas empresas que dominam a tecnologia, a comunicação, o entretenimento e a publicidade: Meta (Facebook, Instagram, Whatsapp), Alphabet (Google), Amazon, Microsoft, Nvidia, Apple e Tesla, conhecidas como “as 7 magníficas”.

Como observou o Pew Research Center dos EUA num dos seus relatórios: “as empresas tecnológicas como o Facebook (Meta) e a Apple tornaram-se atores integrais, se não determinantes, em todos os domínios, suplantando as seleções e os propósitos dos meios de comunicação social, com as suas próprias decisões e objetivos”.

Na sua evolução avassaladora, as redes sociais digitais geridas por estas empresas tecnológicas atuam como grandes editores de conteúdo que decidem quais serão privilegiados ao serem mostrados ao público e quem será exposto a eles, manipulam algoritmos para viralizar determinadas informações, distribuem e servem para distribuir prémios e punições (num jogo embaraçoso de censura-autocensura).

A maioria das pessoas está presa nessa armadilha. Como mostra o relatório “Digital 2025/Ever more connected”, da DataReportal e We Are Social, mesmo com a ascensão da IA, as redes sociais digitais e as plataformas de mensagens continuam a ser o destino mais popular na Internet, com mais de 97% dos adultos conectados a visitar pelo menos uma plataforma social por mês.

A qualidade da informação degenerou com o papel secundário que os meios de comunicação têm hoje. Nas redes sociais digitais imperam a desinformação, a manipulação, as notícias falsas, o conspiracionismo e os discursos de ódio. As mentiras e a polêmica, o espetáculo e as paixões provocam mais likes e interações do que a verdade e o raciocínio.

A polarização se amplifica nas redes sociais e alimenta a desconfiança em relação à política, à imprensa, às instituições e à ciência.

Para Emily Bell, diretora da Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia e estudiosa do ambiente digital, “as redes sociais não engoliram apenas o jornalismo. Elas engoliram tudo. Elas devoraram as campanhas políticas, os sistemas bancários,

as histórias pessoais, a indústria do entretenimento, o comércio a retalho; até mesmo o governo e a segurança”.

O ex-presidente dos Estados Unidos Joe Biden, em seu último discurso antes de deixar a Casa Branca, fez uma advertência reveladora sobre o poder adquirido pelos grandes impérios tecnológicos e de comunicação, aos quais chamou de “oligarquia tecnológica”. “Está a tomar forma nos Estados Unidos uma oligarquia de extrema riqueza, poder e influência que ameaça a nossa democracia, os nossos direitos básicos e a nossa liberdade”, afirmou Biden, que também apontou a existência de um “complexo industrial tecnológico ultrarrico” que poderia ganhar um poder sem controlo sobre os americanos.

E sobre grande parte do mundo, acrescentaríamos.

O Facebook, por exemplo, tornou-se praticamente um estado virtual com leis próprias e sem fronteiras. Os seus mais de 3 mil milhões de utilizadores ativos equivalem a superar a população conjunta da China, Rússia e EUA e são até superiores à população somada da China e Índia, as duas nações mais populosas do planeta.

As plataformas sociais não são apenas canais fundamentais de distribuição de informação à escala global, mas também fontes de recolha de dados sobre os gostos, preferências, opiniões, aptidões e estados de espírito dos seus milhares de milhões de utilizadores.

Laboratórios de mídia, sediados em empresas privadas e universidades, trabalham incessantemente para construir imaginários e fabricar “realidades”. É uma disputa permanente pela conquista dos sentidos. Utilizam ferramentas da psicometria, das neurociências, os fabulosos elementos que o uso do Big Data proporciona, apelam à crescente conectividade para alcançar mais audiências e segmentá-las com mensagens personalizadas, bem estudadas, que manipulam as emoções e os resortos subjetivos dos indivíduos, numa espécie de “divide e vencerás” com banda larga.

Centenas de milhões são investidos nestes centros de pensamento, a partir dos quais são organizadas cada vez mais campanhas políticas, eleitorais e mediáticas. A isto junta-se a atuação dos serviços de inteligência, das instituições militares e dos seus exércitos cibernéticos e dos próprios impérios das telecomunicações, cada vez mais entrincheirados no poder imperial.

As ligações orgânicas dessas empresas com os serviços especiais e o Departamento de Estado dos Estados Unidos estão bem documentadas nas revelações do Wikileaks e do ex-analista de inteligência Edward Snowden.

Os setores ultraconservadores compreenderam bem o papel das redes sociais para redefinir a comunicação e a conversa global e como ferramentas indispensáveis para conquistar e manter o poder. Não por acaso, o genocida Benjamin Netanyahu disse no início de outubro em Nova Iorque que “as armas mudam com o tempo... e hoje as mais importantes são as redes sociais” e acrescentou: “A compra mais decisiva que está a ser feita neste momento é a do TikTok... Espero que se concretize, porque pode ser transcendental”. O governo sionista de Israel é especialista na mobilização e manipulação estratégica do espaço informativo em apoio às suas operações militares criminosas contra o povo palestino.

Mas estamos a entrar numa nova etapa da comunicação. O surgimento da Inteligência Artificial é totalmente disruptivo nos âmbitos político, económico, comunicacional e social. Com a sua chegada, os meios de comunicação como fontes originais de informação perdem relevância, os grandes motores de busca como o Google começam a perder hegemonia, uma enciclopédia como a Wikipedia torna-se quase uma peça de museu digital

Segundo o renomado teórico da comunicação Ignacio Ramonet, a “nova grande ruptura tecnológica que estamos a viver está a desestruturar o modelo de comunicação dominante – o das redes sociais – ao qual já nos estávamos a habituar, para o bem e para o mal”.

A IA oferece oportunidades extraordinárias em todos os campos da vida e do desenvolvimento humanos, mas, ao mesmo tempo, apresenta sérios desafios: privatiza o conhecimento coletivo a velocidades enormes, introduz preconceitos ideológicos sob o manto da objetividade e da obscuridade dos seus algoritmos, levanta problemas ecológicos (consumo excessivo de energia e água), de privacidade de dados, cibersegurança, dependência tecnológica e dilemas éticos como a substituição do trabalho humano (condição básica e fundamental da vida humana, como definiu Federico Engels) e seu uso em armas letais e guerras.

As “7 magníficas” americanas lançaram-se na corrida da Inteligência Artificial. Não querem perder o confortável monopólio que a era das redes sociais digitais lhes deixou. São conhecidos anúncios de investimentos destas empresas em IA por cerca de 400 mil milhões de dólares anuais. Enquanto a Open AI, criadora do Chat GPT, que já atinge 800 milhões de utilizadores, assinou este ano um compromisso de um milhar de milhões de dólares com a Oracle, a Nvidia e a AMD para garantir uma capacidade computacional de mais de 20 gigawatts (equivalente à energia de 20 reatores nucleares) para poder operar os seus modelos de IA.

Por valores muito mais modestos, a China conseguiu desenvolver os seus próprios modelos de IA de sucesso, como o Deepseek e o Doubao.

Os primeiros impactos da corrida frenética das tecnologias já são visíveis. A Amazon anunciou o despedimento de 14 000 trabalhadores para reduzir custos e investir em IA. Elon Musk lançou, no passado dia 28 de outubro, a sua Grokipedia, baseada no chatbot de inteligência artificial Grok, como alternativa à Wikipedia.

Já se fala em Inteligência Artificial Quântica, que combinaria o superpoder e a velocidade da computação quântica com as possibilidades avançadas da inteligência artificial, o que permitiria aplicar algoritmos em gigantescas bases de dados com respostas mais completas em poucos segundos.

Abre-se uma nova brecha de desigualdade na geração, processamento e consumo de conhecimento, o que significa acentuar as disparidades económicas e sociais entre nações e grupos humanos.

A comunicação e a produção de sentidos continuarão nas mãos de poucos, que continuarão a reproduzir o modelo da informação como mercadoria e a mediatizar o nosso acesso ao conhecimento para quem pode pagar e o que pode pagar.

Um único mundo: vozes múltiplas

Perante o modelo predatório, distópico, pouco transparente e cheio de incertezas da comunicação nos nossos tempos, enquanto espaço de poder, objeto de disputas, remodelações e luta pela hegemonia, é urgente estabelecer uma Nova Ordem da Informação e da Comunicação, que pode tomar como modelo, para superá-lo, aquele esforço do Prémio Nobel da Paz, o irlandês Sean McBride, e outras personalidades como o querido Prémio Nobel da Literatura e jornalista fundador da Agência Prensa Latina, Gabriel García Márquez, que produziu para a UNESCO uma reflexão abrangente sobre os problemas da comunicação nos anos 80.

Esse estudo perspicaz, sob o lema “Um mundo, muitas vozes”, propôs políticas de comunicação para a independência e o autodesenvolvimento e estabeleceu diretrizes fundamentais para construir essa Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação:

Eliminação dos desequilíbrios e desigualdades entre os países desenvolvidos e o chamado Terceiro Mundo.

Erradicar os efeitos negativos produzidos pela criação de monopólios da comunicação.

Garantir a pluralidade de fontes e canais de informação.

Aumentar a capacidade dos países do terceiro mundo para melhorar a situação, o equipamento e

Respeitar o direito dos cidadãos de aceder às fontes de informação e de participar ativamente no processo de comunicação.

São bases muito atuais para transformar o hegemonismo e a manipulação que continuam presentes hoje no espaço comunicacional, concebido para sustentar e disfarçar as contradições económicas e sociais existentes. Embora seja necessário radicalizar as abordagens a fenómenos que se aprofundaram e atualizar elementos normativos relativos à utilização das tecnologias surgidas nos últimos 45 anos.

Mas é inegável o valor do Relatório MacBride, tanto naquela época como hoje. Após a sua publicação, o governo de Ronald Reagan decidiu retirar os EUA da UNESCO, tal como Donald Trump acaba de fazer em 2025.

Retomando as palavras do próprio McBride, "... os objetivos continuarão a ser os mesmos: maior justiça, maior equidade, maior reciprocidade na troca de informações, menor dependência em relação aos fluxos de comunicação, menor difusão da mensagem no sentido descendente, maior autossuficiência e identidade cultural e maior número de vantagens para toda a humanidade".

Uma nova ordem económica internacional, uma nova governação e segurança global e uma nova ordem da informação e das comunicações são indispensáveis.

Mas isso não será alcançado sem uma batalha de ideias em todos os cenários possíveis. Os poderosos não cederão facilmente nem abandonarão os seus privilégios no controle do cenário mundial, das instituições produtoras de sentido e na imposição do seu poder cultural e simbólico.

Os países do Sul Global devem unir-se nessa batalha crucial. Os BRICS, em particular, devem articular-se de forma mais sólida no campo da informação e das comunicações, com um discurso contra-hegemónico, inclusivo e de paz. Devem ser fomentadas pesquisas conjuntas nesta área, o desenvolvimento próprio de tecnologias e aplicações, a infraestrutura que nos conecta.

Devemos articular-nos para partilhar nos nossos meios de comunicação o melhor do pensamento e do jornalismo que se faz nos nossos países. Multiplicar o alcance e o impacto do pensamento progressista e humanista face à promoção do neofascismo e da barbárie.

Hoje, mais do que nunca, quando a disputa cultural e ideológica se intensifica, quando o obscurantismo e o neofascismo tentam prevalecer, quando a mentira e o ódio inundam a conversa social, quando a Inteligência Artificial começa a impor modos de fazer e também miragens e distorções, lembremo-nos do apelo do intelectual comunista italiano Antonio Gramsci:

“Instruam-se, porque precisamos de toda a nossa inteligência.

Comovam-se, porque precisamos de todo o nosso entusiasmo.

Organizem-se, porque precisamos de toda a nossa força”.

Organizar, criar, contar, comovente com inteligência, emoção e força. Como nos definiu com profunda simplicidade Jesús Martín Barbero:

“Precisamos fazer a nossa história, para que contem conosco na hora de fazer as contas”.

Muito obrigado.

1.3.5 Cooperação midiática entre agências de notícias latino-americanas O embargo dos EUA e a soberania da informação no Sul Global

- Palestrante: Evelyn Leyva Romero
- Ano: 2024

Como única agência de notícias internacional de Cuba, a Agência Latino-Americana de Notícias persiste no cumprimento de seus deveres jornalísticos em circunstâncias excepcionais. Cuba enfrenta atualmente uma repressão sistêmica por meio de bloqueios econômicos prolongados, medidas coercitivas unilaterais e designação na lista de "Estados patrocinadores do terrorismo" com base em alegações infundadas. Deve-se afirmar inequivocamente que o bloqueio não é uma narrativa fictícia, mas um mecanismo de controle tangível em operação há mais de seis décadas, cujo funcionamento impõe restrições estruturais às instituições de mídia. A comunidade internacional tem conceções erradas sobre este bloqueio: os seus alvos principais são o povo cubano como um todo, com um alcance que excede em muito as sanções econômicas convencionais.

Ao longo do último ano, a nossa agência enfrentou múltiplos desafios, com o ímpeto para a inovação proveniente principalmente de duas fontes: restrições econômicas persistentes e a pressão da evolução tecnológica no panorama mediático internacional. No domínio da cibersegurança, este ano o nosso canal oficial no YouTube foi alvo de ciberataques sistemáticos por parte de entidades comerciais norte-americanas. Estas ações visavam suprimir a nossa capacidade de divulgação de informação e travar a expansão da nossa influência mediática. Estes confrontos ofensivo-defensivos tornaram-se rotineiros, refletindo o sistema de hegemonia da informação estabelecido por certas forças que tiram partido da superioridade tecnológica. O seu objetivo principal reside em remodelar a distribuição do poder discursivo na esfera pública internacional.

O caminho estratégico para superar esta situação reside no reforço dos mecanismos de coordenação dos meios de comunicação social, com foco no avanço de três iniciativas-chave: em primeiro lugar, estabelecer um quadro de cooperação multilateral para os meios de comunicação social do Sul Global, criando plataformas para a partilha de recursos e a produção conjunta; em segundo lugar, promover a adaptação da tecnologia multilíngue e construir uma matriz de comunicação multimodal para eliminar as barreiras técnicas ao fluxo de informação; em terceiro lugar, estabelecer canais de diálogo estratégico regulares para desenvolver respostas coletivas a questões importantes na esfera dos meios de comunicação social, tais como a ética tecnológica e a soberania dos dados. Este sistema colaborativo deve

transcender as divisões geopolíticas tradicionais para forjar uma nova ordem de comunicação internacional com capacidades normativas.

Para a China e outras nações em desenvolvimento, o período atual representa uma janela de oportunidade crítica para promover a cooperação internacional em tecnologia. Estruturas políticas mais inclusivas devem empoderar os países do Sul Global que não têm acesso à tecnologia, enquanto mecanismos de diálogo de alto nível devem facilitar o compartilhamento equitativo de tecnologias de ponta, como inteligência artificial e big data, juntamente com modelos inovadores. Somente integrando as nações do Sul ao processo de transformação tecnológica será possível estabelecer um sistema de resposta coordenado aos desafios globais. Guiada pelo princípio da diversidade civilizacional e respeitando o caminho de desenvolvimento de cada nação, ao mesmo tempo em que rejeita a lei da selva, a comunidade internacional deve fortalecer a colaboração na disseminação de informações. A coordenação estratégica deve aumentar a voz do Sul Global no discurso internacional.

Face aos ventos contrários da economia, a aliança multilíngue de meios de comunicação social “Voz do Sul Global”, liderada por agências noticiosas latino-americanas, serve como uma iniciativa modelo. Esta plataforma já reuniu mais de 150 organizações de comunicação social transnacionais, com a participação adicional de Estados-Membros prevista. Tais mecanismos de cooperação multilateral têm-se revelado altamente eficazes na promoção de intercâmbios na indústria da comunicação social: facilitam canais de diálogo direto para os profissionais da comunicação social, ao mesmo tempo que criam oportunidades para o estabelecimento de redes de colaboração eficientes. Ao expandir o alcance da divulgação de informações e ampliar a cobertura do público, essa cooperação não apenas ajuda a refinar o panorama da comunicação internacional, mas também injeta um impulso construtivo na salvaguarda da paz e da segurança e no avanço do desenvolvimento humano.

Esperamos sinceramente que todos os participantes aproveitem este fórum como uma oportunidade para traduzir resultados relevantes em projetos de cooperação concretos, promovendo a colaboração pragmática e o alinhamento estratégico. Todas as partes devem resumir plenamente as experiências replicáveis, transformando as conquistas do fórum num impulso sustentado para aprofundar a cooperação multilateral e forjar conjuntamente uma parceria robusta e duradoura.

Obrigado pela vossa atenção e participação!

1.3.6 A mídia latino-americana e a despolitização da comunicação no Sul Global Crítica ao socialismo chinês com características chinesas

- Palestrante: Mauro Ramos
- Ano: 2024

Historicamente, as percepções sobre a China no Brasil e na América Latina têm sido limitadas por canais de informação restritos. A grande mídia brasileira depende rotineiramente de fontes de notícias de agências e veículos de comunicação do Hemisfério Norte, como Bloomberg, The Economist e Reuters, o que faz com que as sociedades locais construam sua compreensão da China principalmente através de perspectivas ocidentais. Esse modelo de divulgação apresenta deficiências evidentes: sua estrutura narrativa é fundamentalmente moldada por posições ideológicas e imperativos estratégicos geopolíticos. Inúmeros casos demonstram que essa cobertura da mídia sobre a China muitas vezes se desvia da realidade objetiva, servindo mais como um canal para as agendas de política externa dos países do Hemisfério Norte.

Tomemos como exemplo a recente cobertura da China pela The Economist. A sua estrutura narrativa passou por ajustes faseados: da sensacionalização inicial do “colapso económico da China” à ênfase no “abrandamento do crescimento”, passando depois para novos conceitos como “excesso de capacidade estrutural”. Confiar exclusivamente nessas fontes para observar a China leva inevitavelmente a uma dissonância cognitiva: alertas sobre uma “crise económica” coexistem com preocupações sobre “riscos de excesso de capacidade”. Esse fenômeno decorre do fato de que os meios de comunicação dominantes no Norte Global priorizam consistentemente a construção de um ceticismo estratégico em relação à China como seu principal objetivo comunicativo. Por meio da disseminação seletiva de informações, eles corroem persistentemente a confiança internacional no modelo de desenvolvimento da China.

Os mecanismos operacionais desses meios de comunicação apresentam características sistêmicas: o seu objetivo principal é perpetuar uma narrativa crítica sobre a China no âmbito do discurso internacional. Em seguida, exploram vários eventos macro ou micro — independentemente da suficiência da base factual — para reforçar continuamente esta posição pré-estabelecida. Esta estratégia de comunicação não só influencia os julgamentos do público sobre incidentes específicos, como também molda profundamente os paradigmas cognitivos através dos quais as questões relacionadas com a China são observadas.

Através da apresentação do Sr. Chen Xuemin, você obteve uma compreensão inicial do torneio “Village Super League”. Notavelmente, este evento desportivo de base originário da China não só provocou debate interno, mas também recebeu ampla cobertura da grande mídia internacional, incluindo a Reuters e o The New York Times. Deve-se observar que certos meios de comunicação estrangeiros apresentam limitações em sua perspectiva narrativa ao cobrir este caso — uma reportagem especial de uma importante publicação internacional omitiu o contexto das políticas de combate à pobreza. Embora isso não constitua necessariamente um viés na reportagem, a estratégia de revitalização rural da China continua sendo uma lente crucial para compreender tais fenômenos nos processos de modernização do Sul Global.

Após a erradicação histórica da pobreza absoluta na China em 2020, o secretário-geral Xi Jinping afirmou explicitamente: “Devemos consolidar as conquistas do combate à pobreza e impedir resolutamente recaídas em grande escala na pobreza.” Significativamente, o condado de Rongjiang — um dos últimos condados profundamente empobrecidos a sair da pobreza — transformou eventos desportivos em motores de crescimento económico por meio de seu modelo inovador de desenvolvimento “Village Super League Plus”. Os dados revelam que, com uma população residente de 400 000 habitantes, o condado recebeu mais de 7 milhões de visitantes em 2023, gerando receitas globais de turismo cultural superiores a 8 mil milhões de yuans. Esta conquista em termos de desenvolvimento demonstra as vantagens distintas do sistema socialista com características chinesas na governação de base, proporcionando um modelo prático replicável para a revitalização rural na era pós-redução da pobreza. Por este meio, estendemos os nossos parabéns aos funcionários e ao povo de Rongjiang pelas suas conquistas faseadas.

O objetivo central do Brasil de Fato é apresentar sistematicamente o estado atual e as perspectivas de desenvolvimento da China. Como a primeira organização de mídia na América Latina a estabelecer uma seção regular de entrevistas com figuras chinesas, construímos uma estrutura narrativa multidimensional por meio do envolvimento contínuo com educadores, especialistas do setor, funcionários do governo e cidadãos comuns. Nos últimos dezoito meses, realizámos entrevistas aprofundadas com mais de uma centena de figuras representativas, incluindo personalidades icónicas como Yang Liwei, o primeiro astronauta da China.

Embora a crescente atenção internacional às conquistas de desenvolvimento da China seja louvável, é necessário estar atento a certos discursos que exibem uma tendência à despolitização — tentativas de interpretar grandes realizações, como a maior rede ferroviária de alta velocidade do mundo, sistemas industriais inteligentes e inovações tecnológicas, isoladamente das forças institucionais do socialismo com

características chinesas. A nossa organização segue consistentemente princípios objetivos em suas reportagens, refletindo com precisão o papel fundamental do caminho socialista com características chinesas na promoção do processo de modernização da China.

Dados do nosso programa especial Diversificação do Sistema Monetário Internacional indicam que o conteúdo de vídeo relacionado obteve mais de um milhão de interações do público, refletindo a preocupação generalizada em relação às reformas do sistema financeiro internacional. Em nossa série sobre o desenvolvimento ferroviário de alta velocidade da China, o público brasileiro demonstrou particular interesse, com inúmeros comentários destacando o significativo valor de referência desse modelo de sucesso para seu próprio vasto país.

Antes da minha missão na China, a minha reportagem inaugural relacionada com a China centrou-se no 20º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês. O Secretário-Geral Xi Jinping afirmou explicitamente no Congresso que o marxismo serve como ideologia orientadora fundamental para estabelecer e governar o nosso Partido e nação, e para revitalizar e fazer avançar o nosso Partido e país. Desde que comecei o meu trabalho no jornalismo relacionado com a China, adquiri uma profunda compreensão deste princípio. É digno de nota que, enquanto certos meios de comunicação ocidentais persistem em construir narrativas de desconfiança em relação à China, a população dos países em desenvolvimento permanece firme no seu desejo de compreender a China. Apesar das flutuações políticas em alguns governos nacionais, os povos do Sul Global nutrem universalmente um desejo intrínseco de aprofundar a cooperação Sul-Sul. Como profissionais dos meios de comunicação social, a nossa missão principal consiste em responder às exigências da nossa era, esforçando-nos por construir pontes de comunicação e aprendizagem mútua entre os povos dos países do Sul e promovendo a construção de uma comunidade humanística Sul-Sul mais coesa.

1.4 A disputa pelo poder narrativo: a resistência midiática do Sul Global

1.4.1 Narrativas da mídia: propaganda ocidental e o mundo multipolar do Sul Global

• Palestrante: Sofya Melnichuk

• Ano: 2024

Tem-se afirmado frequentemente que é necessária uma mudança fundamental na forma como as histórias são contadas, como as vozes são amplificadas e como as narrativas são construídas. No meu discurso de hoje, gostaria de colocar uma questão fundamental: existe uma verdade universal? Existem valores universais? E existe um único lado certo da história?

Permitam-me começar com uma narrativa pessoal, a de uma russa que se tornou um testemunho vivo das falhas da propaganda ocidental. Tal como a nossa estimada editora-chefe, Margarita Simonyan, e muitos outros colegas, fui outrora estudante de intercâmbio nos Estados Unidos. Como era comum para muitos adolescentes na Rússia pós-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), eu estava convencido de que o Ocidente representava o epítome da civilização, que a verdade suprema residia nos valores e narrativas ocidentais. Eu estava, portanto, imensamente ansioso para experimentar o mundo que eu só tinha vislumbrado através dos filmes americanos e do canal MTV. O meu ceticismo inicial em relação a esse mundo ideal percebido surgiu durante uma aula de história em uma escola secundária americana. Para meu profundo espanto, descobri que os americanos tinham “vencido a Segunda Guerra Mundial”. Naturalmente, isso desencadeou um debate imediato, pois apresentava uma perspectiva histórica profundamente unilateral. Rapidamente percebi que os meus colegas de turma estavam simplesmente desinformados, totalmente inconscientes do imenso sacrifício que o povo soviético tinha feito pela vitória e pela paz. Esta experiência marcou o meu primeiro encontro com o excepcionalismo americano, revelando uma visão de mundo estreita e, francamente, bastante condescendente.

Nos anos que se seguiram, aprendi ainda mais sobre esse fenômeno. Repetidamente, vi-me na necessidade de contestar as narrativas sobre a Rússia que os meus amigos americanos consumiam nos principais jornais americanos. Eles frequentemente perguntavam: “Por que você permanece na Rússia? A Rússia é assim e assado.” A minha resposta paciente era sempre: “Vocês deveriam visitar a Rússia. Vejam por vocês mesmos. Deixem de permitir que os jornais americanos formem os vossos julgamentos por vocês.” No entanto, ironicamente, essas mesmas pessoas pregavam

consistentemente a narrativa de “abraçar a diferença — não melhor, não pior, apenas diferente”. Infelizmente, muitos eventos globais são consistentemente cobertos de uma perspectiva tendenciosa, com as vozes dos países que o mundo ocidental se refere como “periféricos” frequentemente ignoradas. É frequentemente esquecido que essas nações chamadas periféricas são, na verdade, contribuidoras e esenciais para o nosso mundo único e interconectado. A mídia ocidental frequentemente molda uma percepção distorcida da realidade, reforçando estereótipos que retratam os países do Sul Global como necessitando de tutela, uma representação que é simplesmente falsa. Desmentir essa narrativa tem sido precisamente o cerne do nosso trabalho.

Nos últimos três anos, todos testemunhámos o mundo ocidental, em toda a sua manifestação, demonstrar a sua disposição para “abraçar a diferença”, impondo sanções e emitindo ameaças públicas contra aqueles que não se conformam com os ditames da propaganda ocidental. Considere o caso do jornalista americano Tucker Carlson, que enfrentou críticas severas nos Estados Unidos e foi até rotulado de traidor. Por quê? Ele ousou falar com Vladimir Putin; ousou perguntar sobre a sua perspectiva. Isso é realmente um crime contra a humanidade? É importante reconhecer que as tentativas de isolar a Rússia e a mídia russa por esses meios não tiveram sucesso. Na verdade, até mesmo os meios de comunicação ocidentais confirmaram que a influência da RT (Russia Today) só está a crescer em regiões como os Balcãs, o Médio Oriente e a América Latina. Essas restrições à divulgação da verdade e das opiniões da perspectiva russa simplesmente não estão a funcionar.

Em outubro, a Rússia sediou o maior fórum internacional desde a criação do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Este evento refutou efetivamente as alegações de isolamento global da Rússia, com a participação de líderes de 36 países. É crucial notar que, como país anfitrião, a Rússia não priorizou as suas próprias preocupações de segurança nem se concentrou exclusivamente na crise ucraniana. Em vez disso, a ênfase foi colocada em questões relevantes para todos os países do Sul Global; destacámos problemas e soluções comuns. O BRICS, notavelmente, opera sem um líder dominante que defina a agenda, representando assim um espaço alternativo e independente, distinto das instituições centradas nos interesses ocidentais. O nosso objetivo na RT está alinhado com estes objetivos: criar uma plataforma alternativa e promover uma perspectiva diferente, capacitando o nosso público a questionar mais profundamente e perguntar: por que razão estes desenvolvimentos estão a ocorrer? Por que razão estão a desenrolar-se desta maneira específica? Quando se ouve genuinamente estes diversos pontos de vista e vozes, é possível tomar melhores decisões, e a resolução de contradições torna-se significativamente mais fácil.

Respondendo à pergunta que coloquei no início, é claro que os valores universais realmente existem. Todos aspiramos à paz, justiça e prosperidade para todas as nações. No entanto, definitivamente não existe uma maneira universal de alcançar essas aspirações, nenhum caminho único prescrito para e ar a sua realização. Não existe um único “lado certo”, mas sim uma multiplicidade de perspectivas que devem ser ouvidas para alcançar objetivos universais globais e navegar pelo mundo sem ilusões ou equívocos, permitindo decisões informadas. À medida que continuamos esta discussão hoje, existe a confiança de que esta reunião fortalecerá a cooperação neste campo, despertará novas ideias e abrirá caminho para colaborações mais significativas e impactantes. Juntos, é possível construir um panorama mediático que não seja apenas justo, mas também transformador, servindo como um catalisador para a paz global, o desenvolvimento e a unidade num mundo cada vez mais interligado.

(Transcrito da gravação e editado.)

1.4.2 A natureza e o papel da mídia tradicional na política dos EUA e o desenvolvimento da mídia alternativa

- Palestrante: Ben Becker
- Ano: 2023

Sabemos, de dentro dos Estados Unidos, que este ambiente mundial em mudança coloca desafios particulares ao nosso trabalho como mídia independente e jornalistas. Sabemos que agora estamos operando essencialmente num período de guerra de informação. Isso não é hipérbole ou retórica, pois a guerra de informação é um domínio declarado de guerra pelo Pentágono dos EUA. Na sua mente, a guerra já não é uma questão de terra, mar, ar — nem mesmo apenas espaço ou ciberspaço; há um sexto domínio de guerra, que é o domínio da informação. Eles aprenderam com a sua derrota no Iraque, em particular, que, a menos que se conquiste o coração e a mente das pessoas, nenhuma força pode garantir uma vitória para os imperialistas. E assim, estão a dedicar cada vez mais as suas energias à questão de conquistar os corações e as mentes e, para eles, os meios de comunicação e a informação são o principal campo de batalha neste domínio específico.

Nós, da Breakthrough News, estamos a operar a apenas cinco quarteirões da sede do New York Times e a apenas algumas estações de metrô de Wall Street e do Wall Street Journal. Portanto, estamos literalmente atrás das linhas inimigas nesta guerra da informação. O que podemos observar? O que podemos partilhar da nossa experiência em Nova Iorque? Uma coisa é que a profissão jornalística nos EUA — que se orgulha de ser o chamado Quarto Poder, um instrumento independente, politicamente imparcial e neutro, que segue apenas os factos e busca a verdade — é uma mentira. Embora jornalistas individuais, é claro, possam seguir esse ethos em seu próprio trabalho em algumas dessas grandes publicações, o último ano, em particular na cobertura da guerra na Ucrânia, revelou que o Quarto Poder não passa de um quarto ramo do governo. Temos oficialmente três poderes do governo, mas este aparato mediático tem funcionado inteiramente como estenógrafos do poder. O papel da mídia, é claro, deveria ser fornecer contexto histórico, fazer as perguntas fundamentais e desafiar os poderosos. Dentro dos Estados Unidos, encontramos jornalistas que estão apenas repetindo as mentiras e as narrativas do aparato governamental. Não há questionamento algum. Na verdade, até mesmo levantar a questão — Como esta guerra começou? Quais são as suas raízes históricas? Quem previu que ela iria acontecer? Como poderia ter sido evitada? — todas essas são perguntas da chamada desinformação russa. Até mesmo fazer as perguntas, ou fazer a pergunta “Como a guerra poderia ter sido encerrada?” — que, é claro, tem uma resposta muito simples — é considerado desinformação russa de acordo com a nova lógica de Washington.

Muitas pessoas já falaram sobre como a informação é totalmente monopolizada dentro dos Estados Unidos. Quero dar apenas alguns números, com os quais alguns de vocês, é claro, já estão familiarizados: seis megacorporações gigantes controlam 90% do que lemos, assistimos e ouvimos nos Estados Unidos. Isso representa uma queda em relação às cerca de 50 empresas que dominavam 90% do mercado há apenas 40 anos. Mas mesmo falar sobre a questão em termos de propriedade é um pouco limitante, porque não se trata apenas de quem é o dono dos meios de comunicação; trata-se da sua função política — o facto de que os conselhos editoriais de todos esses grandes conglomerados de mídia estão profundamente envolvidos com as elites políticas, profundamente envolvidos com os serviços de inteligência do Ocidente e com relações de amizade com aqueles que conduzem a política externa. Portanto, mesmo que fossem transformados em empresas independentes, de que adiantaria se os conselhos editoriais tivessem sido todos formados no mesmo establishment de política externa? Eles estudaram juntos e jantam juntos. Essa é a verdadeira função da mídia da classe dominante, como a chamamos; não se trata apenas de quem é o proprietário, mas também de como ela opera.

A boa notícia é, claro, que as pessoas já não confiam nesta mídia. A desconfiança dos americanos em relação à mídia está em um nível recorde. De acordo com pesquisas recentes, apenas 7% dos adultos americanos têm muita confiança nos jornais, na TV e nas notícias de rádio, enquanto 27% têm apenas uma confiança razoável. Isso significa que dois terços dos adultos nos Estados Unidos têm pouca ou nenhuma confiança na mídia tradicional. Isso representa uma queda em relação aos quase 70% de 50 anos atrás. É claro que isso corresponde a uma maior desconfiança em todas as principais instituições da sociedade americana. As redes sociais desempenham um papel importante nisso, pois as formas de comunicação e os modos de consumir informação mudaram muito rapidamente. Mas isso não significa que a mídia imperialista vá simplesmente desaparecer ou desistir do seu projeto. Percebemos que ela tem três maneiras principais de tentar recuperar a legitimidade que já está a perder por meio dessa mídia estabelecida.

Primeiro, como já mencionámos, estão os ataques mccarthistas: a censura, o silenciamento e o banimento de canais. Segundo, há o banimento oculto e o controlo privado de algoritmos, que realmente controlam os meios de distribuição. Eles dão a ilusão de democracia — todos podem criar o que quiserem e qualquer pessoa pode publicar —, mas depois controlam quem pode ver. Assim, compensaram a falta de controlo sobre a publicação controlando agora a distribuição. Em terceiro lugar, está a reformulação da sua imagem e das suas narrativas como meios de comunicação independentes. Quero destacar isto como um desafio e uma ameaça específicos: sabendo que os meios de comunicação tradicionais já são alvo de desconfiança, criaram uma infinidade de marcas que funcionam nas redes sociais e que são, na

verdade, apenas uma reformulação dos meios de comunicação tradicionais. Consomem os mesmos temas de discussão, embalando-os com uma estética moderna, jovem e na moda, mas são essencialmente os mesmos meios de comunicação. Parte dessas novas marcas de mídia são financiadas por este ou aquele bilionário do Partido Republicano ou Democrata, mas todas elas ainda operam dentro do mesmo consenso imperialista. De certa forma, isso pode se tornar ainda mais perigoso, porque se você tem 500 canais no YouTube com políticas aparentemente diferentes, todos dizendo, de maneiras diferentes, que a Rússia é o inimigo ou que a China é o inimigo, isso pode realmente ter um efeito psicológico mais profundo do que apenas ouvir a ABC, a CBS ou a NBC, porque você começa a sentir que é o único.

Esses são problemas complexos que exigem respostas muito sofisticadas. Quero falar um pouco sobre o que a Breakthrough News está a tentar fazer. Temos dois ângulos principais na Breakthrough News e somos uma equipa pequena. Fomos fundados há apenas três anos; no primeiro ano e meio, trabalhámos remotamente, então tivemos apenas cerca de um ano e meio a dois anos de funcionamento ininterrupto. Os nossos dois ângulos principais são estes: queremos conteúdo aprofundado e educação sobre as perspectivas do Sul Global e dos países que são alvo de sanções imperialistas. Queremos ouvir diretamente aqueles que estão a ser demonizados e obter o seu contraponto. Em segundo lugar, queremos cobrir as lutas de resistência dentro dos Estados Unidos contra as próprias violações dos direitos humanos dos EUA. Para não esquecermos, metade da população dos EUA já está na pobreza ou perto dela; dezenas de milhões de pessoas não conseguem pagar o aluguer; no ano passado, 900 pessoas foram mortas pela polícia dentro dos Estados Unidos; temos um vasto aparato de centros de detenção onde refugiados e migrantes são torturados regularmente; e temos pessoas que passam fome, vivendo nas ruas dos Estados Unidos. Estas são violações dos direitos humanos e, a menos que possamos documentar essas violações dos direitos humanos e transmiti-las ao mundo, não estaremos realmente a desafiar o excepcionalismo americano que eles gostam de projetar sobre si mesmos.

Acreditamos que há um grande público para isso nos Estados Unidos e, na verdade, em todo o mundo. Nos últimos dois anos, acumulámos cerca de 700 mil assinantes nos nossos canais. Temos uma média de cerca de 28 milhões de visualizações por mês com este tipo de conteúdo, combinando vídeos curtos que documentam os abusos e as lutas de resistência nos Estados Unidos e, em seguida, entrevistas mais longas com especialistas de todo o mundo que se opõem ao establishment da política externa. Acreditamos que há um grande público porque sabemos que agora há milhões de pessoas, especialmente jovens, nos Estados Unidos que têm sentimentos positivos em relação ao socialismo e ao anticapitalismo. Apesar de toda a história do macarthismo, essa névoa do anticomunismo está a começar a se dissipar. Há 25 milhões de pessoas que protestaram contra a violência policial racista após o assassinato de George

Floyd; elas precisam ser alcançadas por uma mídia diferente. Há milhões de pessoas indignadas com a violência anti-asiática e o racismo que são tão comuns agora nos Estados Unidos e que as pessoas associam à culpabilização externa da China em particular; elas precisam de uma mídia que as alcance. Há milhões de pessoas na pobreza ou perto dela; elas precisam de uma mídia onde possam se ver, não apenas o estilo de vida dos ricos e famosos. Há muitas lutas a decorrer dentro dos Estados Unidos das quais as pessoas em todo o mundo simplesmente não têm conhecimento — mesmo as pessoas nos Estados Unidos simplesmente não têm conhecimento — e, na medida em que começarmos a perturbar esta narrativa de que os Estados Unidos são a terra do leite e do mel, onde o sonho americano pode ser facilmente realizado, acreditamos que estaremos a ajudar a mudar a narrativa à escala global.

Quero terminar recordando como o macarthismo realmente caiu na década de 1950. Não caiu porque houve uma grande revolta dentro dos setores de elite dos Estados Unidos. O macarthismo caiu por causa do movimento pelos direitos civis, por causa do movimento antiguerra e por causa do movimento das mulheres — que desafiavam Washington e desafiavam a injustiça e, portanto, mudaram a correlação de forças dentro dos Estados Unidos. Isso, por sua vez, abriu espaço político para que os jovens que frequentavam a faculdade na década de 1960 começassem a se identificar mais com o Sul Global — com as lutas no Vietname, com a luta na China e com a luta em Cuba — do que com o seu próprio governo. Essa não é apenas a minha opinião. Há uma pesquisa de 1968 que dizia que os estudantes universitários nos Estados Unidos tinham índices de aprovação maiores para Che Guevara do que para qualquer um dos candidatos presidenciais que concorreram naquele ano. Foi assim que o macarthismo realmente caiu: por meio de movimentos populares nos Estados Unidos que se identificavam com o Sul Global. E os Estados Unidos são um país com uma grande comunidade negra, uma grande comunidade latina, uma grande comunidade asiática e muitos trabalhadores brancos que também estão sofrendo, e nós, acreditamos que é assim que vamos derrotar o macarthismo mais uma vez — com movimentos populares e meios de comunicação que falem com eles.

(Transcrito da gravação e editado.)

1.4.3 Mídia russa: panorama e perspectivas da comunicação internacional

- Palestrante: Vsevolod Pulya

- Ano: 2023

A soberania da mídia é realmente algo excelente quando aplicada adequadamente, porque a soberania da mídia é a capacidade de uma nação ou comunidade controlar e regular o panorama da mídia. É algo positivo porque ajuda a refletir a cultura e os valores únicos do respectivo país. Ajuda a preservar a diversidade cultural e promover os valores nacionais, garantindo ao mesmo tempo a divulgação imparcial de informações.

Um aspecto atraente é a promoção de histórias e narrativas locais, garantindo que essas histórias sejam representadas. Isso faz sentido, porque nos preocupamos mais com o que acontece no nosso quintal. Mas, à medida que o mundo se torna mais complexo, histórias distantes afetam diretamente as nossas vidas. Quando não temos conhecimento especializado para reportá-las, devemos abraçar a mídia estrangeira com conhecimento especializado relevante.

A mídia estrangeira pode representar os valores culturais dos respectivos países. Alguns chamam isso de soft power, mas evito esse termo porque poder implica imposição. Prefiro "trazer mais contexto" para enriquecer o diálogo e o discurso público, tornando o público local mais informado — especialmente para combater estereótipos como os sobre a África na Rússia ou na China.

Como gerente da RT China e editor-chefe da *Russia Beyond* (um projeto cultural da RT sem política), passei por sanções excessivas. Os nossos grupos, páginas e canais do Facebook e YouTube — mesmo os apolíticos — enfrentam proibições. Por exemplo, o Facebook rotulou a *Russia Beyond* como "mídia controlada pelo Estado chinês" durante uma semana. A nossa página "Russian Kitchen", que compartilhava receitas de pratos como mingau, foi excluída. Embora a soberania da mídia seja valiosa, os EUA protegerem o público do mingau russo parece extremo. Essa página foi restaurada em 2019, mas ainda enfrentamos proibições e restrições ocultas.

As plataformas impõem as suas próprias políticas opacas de "soberania da mídia" sem transparência ou supervisão de terceiros — uma caixa preta completa sobre a qual nada sabemos. Isso agrava as regulamentações estaduais.

Permitir a mídia estrangeira tem prós e contras. As vantagens incluem pontos de vista alternativos que enriquecem o discurso público; incentivar a mídia local a melhorar por meio da concorrência; trazer novas tecnologias e práticas. Os contras incluem a

potencial erosão da cultura local; a mídia local com financiamento insuficiente lutando para competir; o risco de disseminação de informações tendenciosas.

A regulamentação deve ser equilibrada, transparente e igualmente aplicável — ao contrário da experiência da RT na Europa/EUA, onde dedicámos esforços a superar obstáculos artificiais em vez de contar histórias. Na China, regras diretas permitem que o nosso serviço em língua chinesa promova o entendimento entre a China e a Rússia — algo que as filiais globais da RT (RT África, RT Árabe etc.) procuram em todo o mundo. A soberania mediática adequada permite um diálogo frutífero.

(Transcrito a partir da gravação e editado.)

1.4.4 Conquistas da PressTV em meio à hegemonia ocidental e à solidariedade entre a mídia do Sul Global

- Palestrante: Mohammad Mahdi
- Ano: 2023

Em nome de Deus, o compassivo, o misericordioso. Quando digo Deus, quero dizer que o nosso Deus Alá é diferente do deles. E o que quero dizer com isso? Eles dizem “em Deus confiam”. E acho que pintaram esta frase no seu Deus. Cada vez mais, sinto que o Deus deles está a perder o seu poder graças a este processo de organização legal que começou, por isso talvez precisem de mudar a sua confiança no seu Deus.

A PressTV tem tentado ser a voz dos que não têm voz — aqueles com pouca ou nenhuma voz na mídia ocidental controlada pelo Norte Global. Essa voz representa solidariedade. Francamente, nossa jornada não foi fácil. Eles nos removeram dos satélites. Eles encerraram nosso canal no YouTube. Eles excluíram nossas contas no Facebook e no Twitter. Eles impuseram “proibições ocultas” para que o conteúdo não chegasse aos seguidores. Eles confiscaram nosso domínio .com — não sei se alguma mídia já passou por isso antes. Recentemente, bloquearam o nosso feed RSS (Really Simple Syndication). Estas ações mostram intolerância em relação a pontos de vista alternativos. Chegaram mesmo a visar a PressTV com sanções.

Olhando para isto, questiona-se as alegações de liberdade de imprensa e liberdade de expressão. Eles tentam silenciar-nos porque somos a voz dos sem voz, mas acreditamos na nossa missão e não desistiremos.

Precisamos de solidariedade global. Quando a repressão visa qualquer meio de comunicação, devemos protestar vigorosamente, porque hoje somos nós, amanhã podem ser vocês. As lutas de 15 anos da PressTV refletem o que a RT passou em um ano. Eles vão atacar outros, por isso devemos denunciar essas ações e protestar. Devemos criar plataformas multinacionais online (por exemplo, envolvendo meios de comunicação ucranianos, chineses e russos) para substituir os espaços controlados pelo Ocidente e alcançar o público internacional.

Temos de redefinir as narrativas dominantes. Não precisamos que a AP (Associated Press) ou a Reuters ditem o que é notícia. Se Israel prende palestinos sem julgamento sob “detenção administrativa”, isso é notícia — mas a mídia ocidental ignora. Se o Canadá prega políticas ambientais na COP (Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas) enquanto empresas mineiras canadenses poluem a África, isso é notícia. O Comando Africano dos EUA opera em 53 dos 54 países africanos, militarizando o continente — isso não é noticiado. Milhares de civis somalis morrem sob a “guerra ao terror” sem cobertura mediática. As empresas

destruíram a infraestrutura do Iraque após a invasão, causando escassez — as pessoas merecem saber por quê.

A mídia ocidental rotula as atividades do Irã na Ásia Ocidental (evitando intencionalmente o eurocêntrico "Oriente Médio") como "malignas", da mesma forma que enquadra as atividades russas na África como "malignas" ou os investimentos chineses por meio de narrativas de "armadilha da dívida". Esses enquadramentos são promovidos como dignos de nota, mas não o sofrimento no Irã, na Venezuela e no Zimbábue devido às sanções ocidentais. A PressTV e a Iranpress estão amplificando essas histórias — a ação coletiva pode fortalecer esse trabalho.

(Transcrito a partir da gravação e editado.)

1.5 Práticas e reflexões acerca da comunicação internacional da China

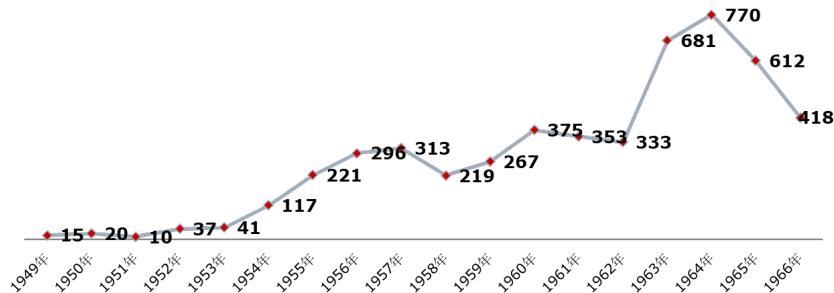
1.5.1 A divulgação e influência das obras de Mao Zedong em todo o mundo

- Palestrante: He Mingxing
- Ano: 2025

Antes de 1935, líderes do Partido Comunista como Mao Zedong, Zhou Enlai e Zhu De não tinham atraído atenção internacional significativa. O início da Guerra de Resistência contra o Japão marcou um ponto de viragem crucial, com a publicação de *Red Star Over China* no Ocidente a revelar-se muito bem-sucedida em alertar o mundo para a existência do Exército Vermelho. Após a fundação da Nova China em 1949, a nação ganhou gradualmente destaque no cenário internacional. Particularmente no contexto da Guerra Fria, o alinhamento da Nova China com o bloco socialista liderado pela União Soviética atraiu uma contenção abrangente do campo capitalista liderado pelos Estados Unidos, levando a comunidade internacional a se concentrar intensamente nos líderes do Partido Comunista e sua ideologia pela primeira vez. Assim, o contexto internacional para a tradução, publicação e divulgação das obras de Mao Zedong desenrolou-se no cenário da Guerra Fria, caracterizado por esforços para romper os bloqueios políticos, económicos e culturais ocidentais. Um catalisador crucial foi o aumento do interesse dos povos da Ásia, África e América Latina em aprender com a experiência da República Popular da China de escapar ao domínio colonial — a chamada “primeira onda de aprendizagem com a China”.

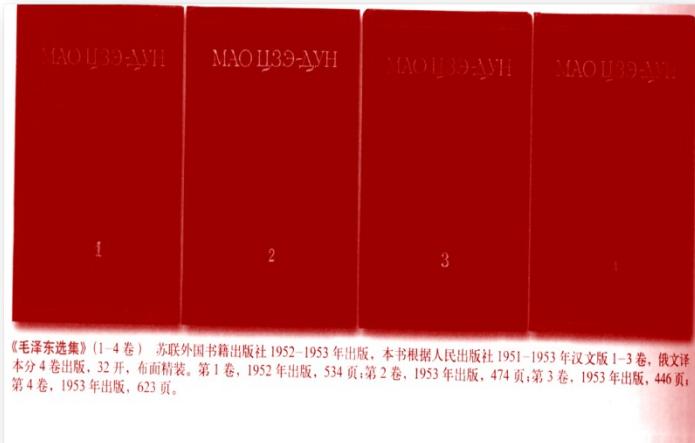
Com base em relatórios do Diário do Povo, compilei estatísticas que mostram que, entre 1949 e 1966, delegações de nações asiáticas, africanas e latino-americanas visitaram a China com notável frequência — quase uma a cada três dias. Eram delegações de alto nível, recebidas por líderes nacionais como Mao Zedong, Liu Shaoqi, Zhu De e Zhou Enlai.

亚、非、拉等国家、地区各种组织来访次数统计
(《人民日报》1949—1966年)



Número de delegações asiáticas, africanas e latino-americanas que visitaram a China, 1949-1966

Essas delegações visitantes invariavelmente perguntavam: quais foram as experiências que permitiram à Nova China alcançar a independência e a vitória? Quais aspectos poderiam ser imitados? Já em 1948, as autoridades checoslovacas haviam manifestado o desejo de traduzir as obras de Mao Zedong, mas essa iniciativa foi pessoalmente interrompida pelo próprio Mao. Stalin manifestou repetidamente interesse em examinar as obras de Mao Zedong, com o objetivo pessoal de verificar se Mao era um comunista genuíno. Da mesma forma, o Governo Popular do Nordeste, o primeiro a ser libertado, já havia iniciado os preparativos para traduzir as obras de Mao Zedong para o russo a pedido do governo soviético, mas isso também foi interrompido. Foi somente em 1949, durante a visita de Mao Zedong à União Soviética, que Stalin solicitou novamente a tradução das obras de Mao para o russo. Mao finalmente concordou, mas observou a capacidade teórica limitada do PCC e solicitou a ajuda de teóricos soviéticos. Posteriormente, sob a orientação do teórico soviético Yevgeny, o PCC e o PCUS compilaram e traduziram conjuntamente as obras de Mao Zedong.



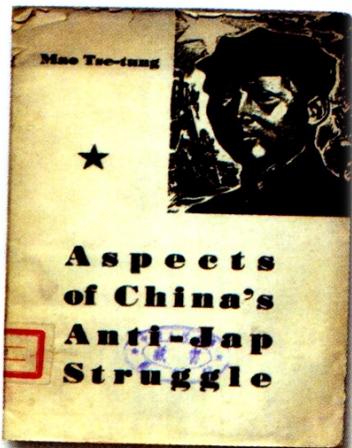
Entre 1952 e 1953, o primeiro conjunto de obras de Mao Zedong em russo foi publicado na União Soviética. Esta edição foi revisada pessoalmente pelo próprio Mao, tendo a edição chinesa em três volumes das Obras Selecionadas de Mao Zedong servido de base para a tradução russa. Posteriormente, essas obras se espalharam por vários países socialistas da Europa Central e Oriental, levando a traduções para vários idiomas com base na edição russa, incluindo romeno, tcheco, cazaque, quirguiz e uzbeque.

A edição russa das Obras Selecionadas de Mao Zedong publicada pela Foreign Languages Press da URSS, 1952-1953

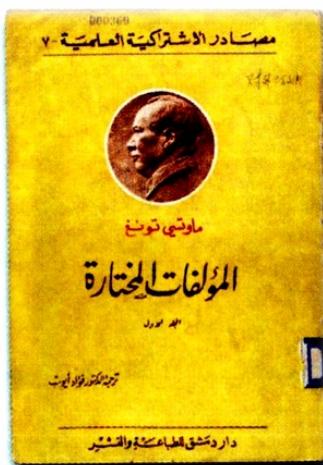
No bloco ocidental, o Partido Comunista Britânico foi o primeiro a se interessar pelas obras de Mao Zedong. Em 1953, Lawrence da Arábia viajou à China em nome do Partido Comunista Britânico e assinou um contrato de publicação com a Livraria Internacional Chinesa para o primeiro lote de edições em inglês das Obras Selecionadas de Mao Zedong, pagando £ 12.000 em royalties. Isso marcou o primeiro pagamento de royalties recebido pela República Popular da China após sua fundação. Após a publicação da obra de Lawrence em quatro volumes, Mao, em 1956 — a edição londrina das Obras Selecionadas, compreendendo os três primeiros volumes da edição chinesa —, essas obras começaram a circular amplamente em todo o mundo. O maior interesse veio dos países do Sul Global. Consequentemente, o Comitê Central resolveu conceder autorização gratuita para traduções em inglês das obras de Mao. A partir de então, as obras de Mao Zedong deixaram de estar sujeitas a quaisquer direitos de autor, permitindo a sua tradução e divulgação gratuitas a nível global. Isto levou ao surgimento de inúmeras edições em diferentes idiomas, incluindo versões em árabe e espanhol. Muitas organizações de libertação nacional na Ásia, África e América Latina empreenderam proativamente novas traduções a partir da edição em inglês.



Edição de 1954-1956 pela Lawrence Publishing, Reino Unido; edição de 1954-1956 pela International Publishers, Nova Iorque, EUA (baseada na edição britânica da Lawrence)



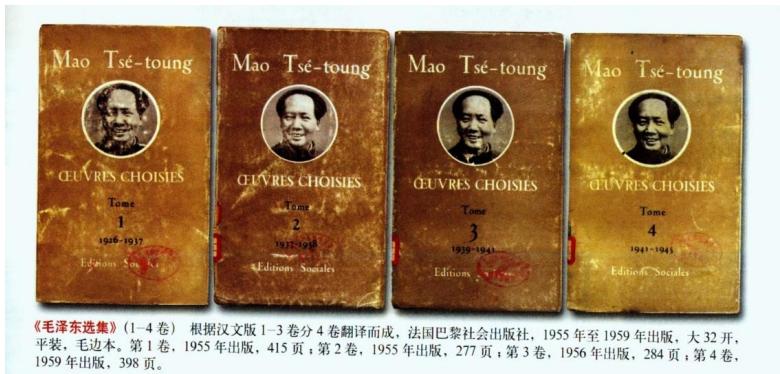
《抗日游击战争的战略问题》 印度·孟买人民出版社，1948年9月，32开，平装，79页。



《毛泽东选集》(第1卷)
叙利亚·大马士革出版社出版，1967年，小16开，平装。

Alguns círculos académicos ocidentais referem-se frequentemente à tradução, publicação e divulgação das obras de Mao Zedong no estrangeiro como “a China a exportar a revolução”. No entanto, considerando as origens da tradução e publicação das obras de Mao no estrangeiro, esta caracterização é imprecisa. Entre 1948 e cerca de 1960, o lado chinês não promoveu ativamente as traduções. O verdadeiro impulso para a sua divulgação veio de pessoas em países e regiões do Sul Global. Esta iniciativa surgiu de uma busca pela “experiência chinesa” para escapar ao domínio colonial

ocidental e encontrar um caminho independente para a construção das suas próprias nações.



《毛泽东选集》(1-4卷) 根据汉文版1-3卷分4卷翻译而成, 法国巴黎社会出版社, 1955年至1959年出版, 大32开, 平装, 毛边本。第1卷, 1955年出版, 415页; 第2卷, 1955年出版, 277页; 第3卷, 1956年出版, 284页; 第4卷, 1959年出版, 398页。

Edição francesa de Obras Selecionadas de Mao Zedong, traduzida e publicada pela Société des Éditions de Paris, França, 1955-1959

Foi somente na década de 1960 que as autoridades competentes começaram a promoverativamente a tradução e a divulgação das obras de Mao Zedong como foco principal, incorporando também outras publicações. Obras literárias revolucionárias como Canção da Juventude, Planícies Nevadas e O Casamento de Xiao Erhei, juntamente com obras da literatura infantil chinesa, incluindo Atravessando a Montanha dos Macacos, O Cavalinho Atravessa o Rio e O General Orgulhoso, ganharam circulação global durante esse período, juntamente com os escritos de Mao.





Encadernação e transporte de publicações em língua estrangeira na República Popular da China durante a década de 1960

Naquela época, os recursos financeiros da nova China eram muito menos substanciais do que hoje. Organizacionalmente, foi criado um grupo liderado por Chen Yi, então vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado, para coordenar o transporte aéreo, o câmbio e os serviços postais internacionais. Apesar das severas restrições cambiais do país, a China persistiu na distribuição de grandes quantidades de publicações em língua estrangeira, incluindo a *People's Pictorial*, por transporte aéreo para destinos em todo o mundo. Isso marcou o primeiro caso de divulgação internacional proativa pela nova China, reescrevendo a história milenar em que os ocidentais dominavam a transmissão da cultura chinesa no exterior. Essa tradição começou com a chegada de missionários no final da dinastia Ming e início da dinastia Qing, seguidos por aventureiros, marinheiros e militares. A tradução, publicação e divulgação das obras de Mao Zedong no exterior tiveram significado e valor multifacetados.

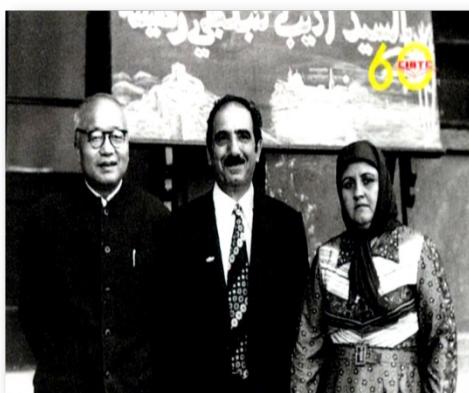
Estabelecendo um novo modelo de “assistência cultural mútua” entre as nações do Sul Global

A tradução, publicação e divulgação das obras de Mao Zedong em todo o mundo desenrolaram-se no contexto internacional da Guerra Fria, mas também estavam intrinsecamente ligadas aos movimentos de libertação nacional na Ásia, África e América Latina. Pode-se argumentar que o alcance e a influência globais dos escritos de Mao resultaram de múltiplas forças sinérgicas, estabelecendo um novo modelo de “assistência cultural mútua” entre as nações do Sul Global. Esta abordagem divergiu

fundamentalmente dos modelos de “colonialismo cultural” ou “hegemonia cultural” historicamente impostos pelas nações ocidentais ao Sul Global.

Por exemplo, na África Oriental, nações recém-independentes como a Tanzânia, o Quénia e o Uganda declararam o suaíli como sua língua oficial. No entanto, careciam da infraestrutura essencial para a produção e divulgação de conhecimento centrado no suaíli, incluindo editoras especializadas e instalações de impressão para a língua nacional. Nesta conjuntura, a recém-criada República Popular da China reuniu uma equipa editorial e de publicação em suaíli, produzindo edições em suaíli da China Pictorial, das obras de Mao Zedong e de literatura infantil. Estes livros e revistas ilustradas em suaíli chegaram à África Oriental em grande parte gratuitamente, sendo mesmo utilizados como livros escolares pelas crianças de toda a região.

A divulgação das obras de Mao Zedong no estrangeiro deu origem a inúmeras histórias comoventes em países asiáticos, africanos e latino-americanos. Por exemplo, a primeira “Livraria Mossana” do Iraque vendeu aproximadamente meio milhão de publicações chinesas durante a década de 1960. Na Síria, uma livraria chamada “Editora Damasco”, gerida por dois irmãos. Eles traduziram voluntariamente a edição londrina das Obras Selecionadas de Mao Zedong para o árabe e organizaram sinólogos árabes para traduzir obras literárias chinesas, como Canção da Juventude, promovendo publicações chinesas em árabe para países como Omã, que ainda não tinham estabelecido relações diplomáticas com a China. Esses relatos demonstram que a divulgação e a influência das obras de Mao Zedong em todo o mundo, , se desenvolveram por meio da interação mútua entre divulgadores e públicos, com a força motriz proveniente do valor ideológico intrínseco das próprias obras. Procurei repetidamente informações sobre os irmãos da Editora Damasco através de vários canais, particularmente durante o período da Guerra do Iraque liderada pelos EUA em 2003, mas sem sucesso.



Os Tubaquis da Editora Damasco visitando a China na década de 1980



A divulgação de publicações chinesas é igualmente difundida em todos os países africanos. No Gana, por exemplo, a China forneceu centenas de milhares de livros e periódicos entre 1963 e 1964, quase inteiramente como ajuda financeira. Dois irmãos no Gana, sem emprego estável, manifestaram proativamente interesse em distribuir publicações chinesas. Embora a China ainda não produzisse os seus próprios automóveis na época, ela adquiriu especialmente um veículo Toyota do Japão e o enviou para o Gana. Isso permitiu que os irmãos, chamados Akong, operassem uma livraria móvel distribuindo publicações chinesas em todo o Gana. Assim, eles se tornaram amigos de longa data da China.

Representante chinês na África fotografado com os irmãos Akong da livraria móvel do Gana

I números relatos semelhantes ilustram vividamente os esforços envidados pela República Popular da China durante a sua fase inicial de divulgação cultural, centrada principalmente nas obras de Mao Zedong. Através da distribuição organizada e sistemática de publicações no estrangeiro, a China conseguiu romper o isolamento internacional durante o bloqueio da Guerra Fria, estabelecendo amizades profundas com inúmeras nações. Grandes quantidades de publicações foram enviadas como ajuda cultural incondicional a nações asiáticas e africanas. Por exemplo, o Gana recebeu 1,38 milhões de volumes, a Tanzânia 530 000 volumes, a Nigéria 850 000 volumes, a Argélia 640 000 volumes e o Egito 560 000 volumes — tudo isso em apenas alguns anos.

Também digno de menção é o nosso amigo americano Henry Neuss. Tanto o seu avô como o seu pai foram missionários americanos na China, e ele passou a sua infância em Guangzhou, falando cantonês fluentemente. Depois de regressar aos Estados

Unidos, continuou profundamente ligado à China. Na década de 1960, fundou a American China Publications Company e, através de contactos, garantiu a licença exclusiva em todos os Estados Unidos que permitia a importação de publicações da República Popular da China. Durante o auge das tensões da Guerra Fria sino-americana, comprou um passe de autocarro interurbano no valor de 66 dólares e viajou pelos Estados Unidos num autocarro Greyhound, vendendo mais de dois milhões de exemplares do “Livro Vermelho da China” (Citações do Presidente Mao Zedong). Como os serviços postais e financeiros entre a China e os Estados Unidos estavam suspensos na época, esses ganhos não puderam ser prontamente remetidos para a China. Em vez disso, foram depositados numa conta designada pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Foi somente quando as relações sino-americanas se aqueceram, em 1972, que a American Chinese Book and Periodical Company transferiu quase um milhão de dólares americanos para a China — marcando a primeira remessa de divisas estrangeiras que a China recebeu dos Estados Unidos naquela época.

Em resumo, a divulgação e influência global das obras de Mao Zedong constituem um vasto legado cultural, oferecendo inúmeras lições e insights relevantes para os tempos contemporâneos. Como podemos superar a persistente supressão das vozes do Sul Global pelo mundo ocidental? A minha monografia, *A History of the Global Influence of Mao Zedong's Works* (publicada pela Springer Nature), traça a tradução, publicação e divulgação dos escritos de Mao em mais de 20 idiomas. Uma ideia fundamental surge: a solidariedade e a colaboração entre as nações do Sul Global. Nos principais meios de comunicação ocidentais, como o The New York Times e o The Wall Street Journal, o Sul Global permanece tão invisível quanto um “buraco negro”. As nações do Sul devem falar com uma voz unida, partilhar recursos e estabelecer os seus próprios sistemas de comunicação. A solidariedade entre o Sul Global representa um passo crucial para corrigir a atual ordem desigual e injusta da informação e comunicação global. Com cooperação sustentada, muitos desafios serão superados.

1.5.2 A comunicação internacional da China na nova ordem mundial

- Palestrante: Ding Yifan

- Ano: 2023

Estamos todos a discutir o futuro da comunicação social e das notícias no Sul Global. Na verdade, existem várias armadilhas de pensamento embutidas neste tópico, e muitos de nós caímos nelas inconscientemente. Somente ao nos libertarmos dessas armadilhas é que podemos começar a ver as questões com mais clareza.

Um exemplo óbvio é que muitos dos nossos meios de comunicação são apoiados pelo governo central, como a CGTN. No entanto, assim que vamos para o estrangeiro, os outros rotulam-nos imediatamente como “meios de comunicação afiliados ao governo”, insinuando que não somos confiáveis simplesmente por causa da nossa afiliação. Esse rótulo torna impossível participar num debate significativo. Essa é uma manifestação da hegemonia discursiva e uma armadilha clássica do pensamento. Se os meios de comunicação apoiados pelo governo ou pelas autoridades centrais são considerados tendenciosos, então os meios de comunicação apoiados pelo capital são frequentemente ainda menos objetivos.

Deixe-me dar um exemplo. Nas décadas de 1970 e 1980, as emissoras de televisão francesas eram todas estatais. Durante esse período, a televisão francesa era relativamente objetiva. Após a década de 1980, essas emissoras foram privatizadas e vendidas a indivíduos ou capitalistas. Ficou então claro que suas reportagens se tornaram menos objetivas, com uma marca capitalista distinta visível na forma como cobriam e analisavam as questões.

Um dos casos mais marcantes ocorreu no início do século XXI. Entre os anos 80 e 2000, havia um conhecido apresentador e comentarista de televisão francês que era uma figura proeminente na TV há mais de 30 anos. Quando o então presidente Sarkozy — amplamente visto como representante dos interesses do grande capital — promoveu certas políticas públicas, esse apresentador fez algumas críticas. Imediatamente depois, ele foi demitido do cargo.

A demissão causou um clamor público na França, mas sem sucesso — foi uma decisão tomada pela emissora de televisão. No passado, durante a era da mídia nacionalizada, teria sido quase impossível demitir uma figura como essa de forma tão casual. A televisão estatal funcionava de forma muito semelhante a uma instituição pública, onde jornalistas e comentaristas tinham um certo grau de proteção e segurança no emprego. Em contrapartida, sob a privatização, o capital trata os profissionais da mídia de forma muito mais severa. Se as suas opiniões divergem das deles, você pode

ser demitido imediatamente. Portanto, a alegação de que a privatização leva a mais neutralidade na mídia é simplesmente um mito.

Além disso, após a privatização, a mídia francesa tornou-se cada vez menos livre. Hoje, independentemente do tema, os meios de comunicação parecem falar a uma só voz, deixando pouco espaço para análises alternativas ou independentes. Isso se deve em grande parte ao fato de que os grupos de capital por trás deles se tornaram mais concentrados nas mãos de alguns grandes conglomerados. Um dos mais poderosos entre eles é, naturalmente, a conhecida News Corporation, de propriedade de Rupert Murdoch.

A News Corporation de Murdoch infiltrou-se no panorama mediático de vários países através de uma série de meios. Primeiro penetrou nos meios de comunicação dos EUA, depois passou para os meios de comunicação europeus e até tentou ganhar influência no setor dos meios de comunicação chineses. Antes de vir para Xangai, jantei em Pequim com um grupo de estrangeiros, incluindo um australiano que já havia trabalhado na mídia. Ele me disse que, quando Murdoch decidiu se casar com Wendi Deng, uma mulher chinesa, foi uma jogada estratégica — um trampolim para abrir as portas da indústria da mídia chinesa.

Claramente, esse plano falhou. Murdoch investiu fundos significativos na China para persuadir o governo chinês a abrir o seu mercado de mídia e permitir que ele replicasse o tipo de controle que exercia em outros lugares. Quando isso falhou, o mesmo aconteceu com o seu casamento com Wendi Deng. Todos esses esforços foram motivados por interesses e cálculos capitais. Muitas vezes consumimos notícias sensacionalistas sem perceber os motivos mais profundos por trás desses eventos. A crença de que a mídia controlada pelo capital é, de alguma forma, mais neutra do que a mídia controlada pelo Estado é uma armadilha de pensamento que nos alimenta com narrativas completamente fabricadas.

A segunda grande armadilha — da qual os países em desenvolvimento devem ter especial cuidado — é a chamada “armadilha do PIB” criada pela mídia ocidental. O Produto Interno Bruto (PIB), um método para medir o tamanho da economia, só ganhou destaque na década de 1980. Antes da década de 1970, as comparações entre economias nacionais eram normalmente feitas usando o Produto Nacional Bruto (PNB) em vez do PIB. A promoção do PIB foi, em essência, uma tática para pressionar os países em desenvolvimento a abrir os seus mercados aos investidores estrangeiros. Uma vez que o investimento fluísse, a atividade económica resultante seria contabilizada como produção interna, inflacionando assim os números do PIB. Esta é a lógica subjacente à ênfase no PIB.

O problema com essa abordagem é que, historicamente, quando falávamos de dimensão económica, referíamo-nos à produção industrial e agrícola. Mas, no quadro

do PIB, esses setores perderam gradualmente a sua importância. Como os países desenvolvidos transformaram essencialmente as suas economias em sistemas orientados para os serviços e dominados pelo setor terciário, este cresceu até atingir uma dimensão enorme.

Hoje, os Estados Unidos ostentam um PIB muito alto, mas mais de 80% dele é atribuído ao setor de serviços. Dentro desse setor, além das finanças, o setor jurídico — incluindo litígios — cresceu desproporcionalmente. No entanto, do ponto de vista da economia política, a contribuição real desses setores para o valor econômico real é altamente questionável. O valor social e econômico real é gerado pela produção industrial e agrícola. O setor de serviços foi originalmente concebido para apoiar e melhorar esses setores produtivos. No entanto, se os serviços crescerem sem controlo — como um cancro —, podem acabar por drenar a essência da indústria e da agricultura. Como resultado, a participação da indústria e da agricultura diminui, enquanto os serviços se expandem continuamente. Portanto, mesmo que os números do PIB pareçam impressionantes, eles carecem de significado real.

O conceito de PIB, na verdade, fez uma lavagem cerebral em grande parte da comunidade académica, levando muitos países em desenvolvimento — incluindo a China — a depositar uma confiança indevida nele. Na verdade, o PIB está longe de ser essencial e tem pouco significado intrínseco. No entanto, esse conceito exerceu uma influência generalizada no mundo académico, tornando-se uma armadilha clássica do pensamento. Todos parecem agir em busca do PIB. Se, no futuro, todos os países do Sul Global forem seduzidos por essa ilusão e perseguirem os números do crescimento do PIB, eles poderão de fato alcançar grandes números nominais — mas sem significado real. Essa é uma armadilha que devemos evitar conscientemente em nosso desenvolvimento econômico.

A terceira armadilha é a noção predominante de que é preciso escolher entre o mercado e o Estado. Em inglês, isso é frequentemente expresso como: “*Há uma troca entre o mercado e o Estado*”. Mas por que deve haver uma escolha forçada entre os dois? Essa formulação em si é uma armadilha de pensamento. Ela impõe uma pressuposição mental de que só se pode escolher um ou outro.

Felizmente, os líderes da China não têm sido tão dogmáticos, embora muitos dos nossos estudiosos tenham caído nessa mentalidade dicotómica. Os nossos líderes têm confiado mais na sua própria intuição e pragmatismo. Eles têm defendido uma abordagem de “ambas as mãos devem ser fortes”, ou o que é frequentemente referido como “andar com as duas pernas”. Essa dialética simples, mas profunda, da filosofia chinesa significa insistir tanto nos mecanismos e es de mercado quanto na intervenção governamental, sem negligenciar nenhum dos dois. É precisamente por nos agarrarmos firmemente a ambos que podemos entender por que a economia de mercado da China se desenvolveu com relativa estabilidade, apesar de passar por

inúmeras crises. Como apontou o professor Wen Tiejun, sempre encontramos soluções em meio às crises. Se a intervenção estatal não tivesse sido oportuna nesses momentos, talvez não tivéssemos sido capazes de superar esses desafios.

A quarta armadilha reside na forma como a opinião pública nos países em desenvolvimento é manipulada sob a bandeira do “desenvolvimento”. Esta é uma grande armadilha montada para a China e outros países em desenvolvimento. No passado, era geralmente reconhecido que a ajuda ao desenvolvimento era uma responsabilidade dos países desenvolvidos — ajudar a apoiar o progresso dos países em desenvolvimento. Mas se olharmos mais de perto como essa ajuda está a ser distribuída hoje, vemos uma mudança significativa. A ajuda ao desenvolvimento era antes direcionada para a construção de infraestruturas e a melhoria dos padrões de vida no mundo em desenvolvimento. Agora, porém, os países desenvolvidos estão a fornecer cada vez menos ajuda — e a recusar-se cada vez mais a canalizá-la através dos governos dos países em desenvolvimento.

Eles alegam que os governos dos países em desenvolvimento são ineficientes e corruptos e, portanto, redirecionam os fundos para as chamadas organizações da sociedade civil, em vez de instituições estatais.

Como é que o dinheiro é canalizado para a chamada sociedade civil? É claro que eles fornecem apoio financeiro direto aos meios de comunicação social — especialmente aos meios de comunicação social locais e aos jornalistas locais. Mais significativamente, eles canalizam fundos para organizações não governamentais (ONG) locais, muitas vezes distribuindo o dinheiro diretamente aos responsáveis das filiais locais. Há pouco tempo, jantei com um ex-líder de um país da Ásia Central, que me disse que, embora os Estados Unidos agora ofereçam ajuda substancial ao desenvolvimento dos países da Ásia Central, nada disso é dado aos seus governos. Em vez disso, é direcionado inteiramente para ONGs e organizações de mídia. O objetivo disso é moldar a opinião pública em nível local e usar essa opinião pública para ajudar candidatos pró-EUA a chegar ao poder por meio do sistema eleitoral. Se o funcionário eleito não for alguém alinhado com os interesses dos EUA, eles podem usar essa mesma infraestrutura de opinião pública para manipular e controlar a situação — para incitar revoluções coloridas, derrubar governos legalmente eleitos e instalar seus próprios líderes preferidos. É por isso que a ajuda ao desenvolvimento hoje não está mais focada na construção de infraestrutura nesses países. Em vez disso, ela visa apoiar ONGs e organizações de mídia para servir a objetivos políticos. Isso também é uma armadilha.

Por fim, vamos falar sobre a chamada “ordem internacional baseada em regras”. Essa noção explora um consenso humano básico: em qualquer sociedade ou religião, espera-se que as pessoas cumpram as leis e regras. Parece razoável e apela aos nossos valores comuns, o que torna fácil ganhar simpatia e aceitação. As pessoas assumem

naturalmente que todos devemos seguir as regras. No entanto, a realidade é que a maioria dessas chamadas “regras internacionais” foi estabelecida pelas potências ocidentais em épocas anteriores — potências que eram impérios coloniais ou Estados imperialistas. Essas regras foram criadas para consolidar o seu monopólio e manter o controle colonial a longo prazo. Agora, se você desafiar ou desobedecer a essas regras, será rotulado como “indisciplinado” ou “não conforme”. Todas essas são armadilhas de pensamento — construções projetadas para impedir o nosso desenvolvimento contínuo.

(Transcrito da gravação e editado.)

1.5.3 Desconstruindo a hegemonia do discurso global ocidental por meio de estratégias de comunicação de localização corretas

- Palestrante: Jin Zhongwei

- Ano: 2023

Comecei a minha carreira no jornalismo impresso e trabalho na indústria da comunicação e notícias há mais de 30 anos. Entre os muitos setores afetados pela ascensão da Internet e da tecnologia digital, o jornalismo tradicional foi um dos primeiros a sofrer uma profunda transformação. Em Xangai, uma metrópole com mais de 24 milhões de habitantes, não resta uma única banca de jornais. Essas bancas, que por gerações foram uma presença constante, desapareceram completamente. Sem bancas de jornais, os jornais perdem a capacidade de alcançar os leitores e, consequentemente, a sua viabilidade. Nesse sentido, Xangai talvez tenha assumido a liderança global na eliminação dos jornais impressos.

O que estamos a viver é uma revolução nas comunicações, que trouxe várias mudanças significativas. Na segunda Conferência Mundial da Internet, realizada em Wuzhen em 2015, o secretário-geral Xi Jinping participou na cerimónia de abertura e proferiu um discurso. Tive a sorte de estar presente. No seu discurso, ele afirmou: “O princípio da igualdade soberana estabelecido pela Carta das Nações Unidas é uma norma fundamental das relações internacionais contemporâneas; os seus princípios e espírito também devem aplicar-se ao ciberespaço.” Estas palavras, proferidas perante magnatas da Internet, gigantes das tecnologias da informação e investidores de capital de risco de todo o mundo, foram poderosas e claras. Foi a primeira vez que me deparei com o conceito de “soberania cibernética”, e imediatamente me pareceu significativo. No domínio digital, os Estados Unidos agiram rapidamente para dominar, e os seus gigantes tecnológicos monopolizaram grande parte da Internet. Estas plataformas digitais tornaram-se forças colossais no ciberespaço — tão poderosas que, em alguns aspectos, até excedem a soberania de muitos Estados-nação. Elas exercem um poder tremendo sobre a segurança dos dados, a opinião pública e a orientação política de outros países — e, cada vez mais, moldam a vida ideológica e espiritual das pessoas no exterior. Mas, em 2015, foi a China — por meio do secretário-geral Xi — que introduziu formalmente o conceito de soberania cibernética e tomou medidas nesse sentido. Hoje, a China é talvez o único país do mundo que desenvolveu plataformas digitais capazes de competir com os monopólios tecnológicos dos Estados Unidos.

No início de 2019, o secretário-geral Xi Jinping, em seu discurso na 12ª sessão de estudo coletivo do Politburo, introduziu o conceito de “mídia por todos”, identificando-o como um novo e significativo desafio para a comunicação pública da

China. Com quase 1,1 bilhão de usuários de internet, a China entrou em uma era em que todos podem se tornar um meio de comunicação. Qualquer pessoa comum — que antes era apenas um leitor de jornais — agora pode possuir um ou vários megafones abrangendo várias plataformas. Isso representou a segunda grande revolução na indústria do jornalismo e da comunicação.

Assim, a revolução digital na era da Internet trouxe dois desafios sem precedentes para a nossa profissão. O primeiro é o surgimento de plataformas ultrapoderosas — tão poderosas que transcendem as noções tradicionais de soberania. Essas plataformas fornecem serviços e exercem controlo sobre o fluxo de informações em uma escala muito além da mídia tradicional. O segundo é o fenómeno da “mídia por todos”, em que cada indivíduo ganha poder midiático. Isso desmantelou o monopólio outrora detido por veículos de comunicação de elite, como jornais, e redistribuiu o poder midiático por meio de tecnologias digitais.

Quais são as consequências? Estas plataformas massivas substituíram essencialmente o sistema postal tradicional que antes distribuía jornais e produtos de informação. Costumo descrevê-las como os novos “correios”. No passado, os jornais eram impressos e distribuídos às famílias através dos serviços postais, que também mantinham todas as informações dos assinantes. Hoje, essa função foi assumida por plataformas como Weibo, WeChat, Douyin, Kuaishou e Bilibili. Elas distribuem conteúdo tanto de meios de comunicação como de utilizadores individuais através das suas redes de plataformas para todos os públicos, ao mesmo tempo que mantêm controlo total sobre os dados dinâmicos dos utilizadores. Neste sentido, as plataformas assumiram totalmente o papel do sistema postal.

Quando Elon Musk adquiriu o Twitter e o renomeou como X, que tipo de poder ele ganhou? Ele não apenas possui sua conta pessoal — essencialmente seu próprio jornal — através da qual transmite suas opiniões para 200 milhões de seguidores todos os dias, mas também detém a autoridade para decidir quem pode se expressar na plataforma. O Twitter encerrou abruptamente a conta de Donald Trump, com 70 milhões de seguidores, sem apresentar qualquer motivo além de: a plataforma é privada e não desejamos mais fornecer acesso a si. É isso. A plataforma detinha tanto poder que era como se os correios anunciassem que não iriam mais entregar um jornal — efetivamente encerrando-o. O silenciamento de Trump causou comoção em todo o mundo. A então chanceler alemã, Angela Merkel, condenou a medida como “inaceitável”, mas isso não fez diferença. Coisas assim não podem acontecer na China. Como um país socialista com características chinesas, isso se enquadra no âmbito da soberania nacional. Você pode ser proprietário de uma grande plataforma digital — como Li Yanhong ou Zhang Yiming — com propriedade legal, valor comercial e direitos de gestão. Mas você não possui os poderes soberanos que a plataforma gera:

o tratamento dos ativos de dados dos utilizadores, a segurança dos dados ou a formação da consciência dos cidadãos. Esses poderes pertencem ao Estado. Mesmo quando exercidos por órgãos administrativos, eles devem seguir os procedimentos devidos. É claro que ainda podem ser necessárias regulamentações mais robustas e novas leis. Nos últimos anos, a China empreendeu uma “aula de reforço” necessária na governança de grandes plataformas. O conceito de “soberania cibernética” aprofundou nossa compreensão das plataformas da internet, marcando os esforços contínuos da China para modernizar a governança da internet em sintonia com os tempos, mantendo-se fiel ao princípio de “não copiar cegamente modelos estrangeiros”.

Portanto, o tema do fórum de hoje — “solidariedade” — que apela à mídia do Sul Global para se unir contra a hegemonia digital ocidental, não é suficiente. É preciso ter uma estratégia fundamental: construir as nossas próprias plataformas. Veja o Guancha.cn, por exemplo. Embora sejamos um meio de comunicação, percebemos já em 2017 que também precisávamos nos tornar uma plataforma. Começámos a dedicar esforços para construir uma. Primeiro, criámos uma pequena plataforma comunitária para a nossa base de utilizadores, partilhando direitos editoriais para que os utilizadores pudessem fazer parte do nosso processo editorial. Hoje, temos mais de 1,7 milhões de utilizadores registados com nomes reais de todo o mundo, que estão intimamente ligados à nossa plataforma. Juntos, produzimos conteúdo, formando o que chamo de “superdepartamento editorial” — composto por centenas de milhares de “participantes cognitivamente engajados”. O nosso conteúdo não é simplesmente o produto de algumas dezenas de editores sentados num escritório, mas o resultado da colaboração com mais de um milhão de profissionais de comunicação social cidadãos. A nossa plataforma possui mecanismos internos que elevam o conteúdo de alta qualidade alinhado com os valores e a agenda da nossa plataforma, promovendo-o para posições de destaque. Contribuidores de destaque ganham visibilidade e constroem os seus próprios seguidores no Guancha.cn.

Somos gratos à Administração do Ciberespaço de Xangai pelo seu apoio oportuno, que nos ajudou a colocar as nossas inovações em conformidade e a estabelecer uma plataforma estável e desenvolvida internamente. A influência que cultivamos é diferente do mero volume de tráfego. Nesta plataforma, sabemos quem está a ler, quem está a assistir e quem está a interagir. Compreendemos por que os nossos utilizadores nos seguem e apoiam. Eles não têm apenas contas no Guancha.cn — também usam plataformas como Weibo, WeChat, Twitter e YouTube. Ao participar na curadoria de conteúdo e no envolvimento da comunidade na nossa plataforma, a sua literacia mediática continua a crescer e a sua produção torna-se cada vez mais profissional e influente. Os utilizadores moldam-se e influenciam-se mutuamente, tal como fazem com os nossos editores. Estes 1,7 milhões de utilizadores ajudam a

divulgar narrativas refinadas e alinhadas com os nossos valores da nossa plataforma para espaços digitais mais amplos. Podem partilhar e debater com outros. O seu impacto excede em muito o que qualquer conta oficial poderia alcançar sozinha. Este modelo baseado na plataforma transformou completamente a nossa prática mediática.

Agora, olhe para a União Europeia: apesar de compreender tantos países desenvolvidos, ela não tem uma única plataforma digital importante própria. Em menos de três semanas após o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o ciberespaço europeu foi transformado. Qualquer figura política ou personalidade pública europeia que ousasse defender a Rússia, ou que simplesmente dissesse algumas palavras justas e historicamente fundamentadas do ponto de vista dos próprios interesses da Europa, era sujeita a ataques online brutais e enfrentava sérias repercussões. Isto aconteceu porque as principais plataformas utilizadas pelos europeus são todas propriedade de americanos. Estas plataformas foram capazes de orquestrar uma campanha de terror moral contra a Rússia em todo o ciberespaço europeu em apenas duas semanas — sem sequer terem de declarar controlo de guerra. Os antigos chanceleres alemães Gerhard Schröder e Angela Merkel, por exemplo, foram efetivamente silenciados desta forma. Sem as suas próprias plataformas digitais, a UE não tem verdadeira soberania cibernética. O seu ciberespaço é tragicamente semelhante a uma colónia digital dos Estados Unidos. (Imagine só: se o mundo árabe de hoje tivesse as suas próprias plataformas digitais soberanas, os gritos do povo de Gaza não seriam tão facilmente abafados pelas narrativas pró-Israel nas plataformas ocidentais. Os internautas árabes não teriam a sua visão de mundo tão profundamente moldada pela hegemonia do discurso ocidental. Não permaneceriam confinados a perspectivas individuais isoladas, e a solidariedade não seria tão difícil de alcançar.)

O nosso departamento editorial tem mais de 100 funcionários, mas apenas 10 são necessários para operar a plataforma e atender a mais de 1,7 milhões de utilizadores ativos — incluindo atividades offline onde os fãs interagem diretamente com os nossos editores. Como abrimos parte dos direitos editoriais, o Guancha.cn agora não só tem centenas de milhares ou até milhões de seguidores em outras plataformas, mas também uma ampla aliança de apoiadores. Os nossos principais fãs também se envolvem ativamente noutros espaços, tratando o Guancha.cn como a sua base. Alguns contribuem com conteúdo para a nossa plataforma há dois ou três anos — ou até mais — antes de “se formarem” para outros locais, enquanto novos colaboradores continuam a chegar todos os anos. O Guancha.cn funciona como uma universidade na Internet — aberta 24 horas por dia, 7 dias por semana, nunca fecha.

Nos últimos anos, o Guancha.cn reuniu um grande número de académicos de alto calibre — como os professores Jin Canrong, Zhang Weiwei, Shen Yi e Lu Xinyu — que produzem consistentemente conteúdo de qualidade. Ao mesmo tempo, eles têm um forte senso da internet e comunicam-se com os internautas de forma pragmática e acessível, moldando e influenciando ativamente a nossa base de utilizadores. Ao mesmo tempo, os nossos editores e utilizadores da plataforma moldam-se continuamente uns aos outros através de interações diárias: fãs leais frequentemente deixam comentários de alta qualidade e ponderados abaixo de cada artigo, e os editores respondem da mesma forma. Este mecanismo dinâmico de partilha mútua e formação recíproca — entre académicos, utilizadores e editores; entre utilizadores e editores; e entre os próprios utilizadores — é o que permite que uma plataforma de mídia digital mantenha a produção contínua de conteúdo e serviços de alta qualidade. Também constitui o núcleo de como uma plataforma de mídia deve funcionar.

Nesta era de revolução digital, a Guancha.cn tem se esforçado para trilhar um caminho sustentável para a mídia digital — um modelo baseado em estar sempre com nossos usuários e fãs. O que possibilita essa conexão é a própria plataforma. Ela nos fornece uma fonte viva de ideias e garante que nossos editores permaneçam profissionalmente engajados e emocionalmente sintonizados. O nosso trabalho ressoa com a vida real e os sentimentos das pessoas comuns. Baseia-se no senso comum do público e é moldado pelo envolvimento intelectual e emocional constante online. Esta abordagem não só nos garante o reconhecimento do mercado, como também assegura a viabilidade a longo prazo. Chamo a isto o “super departamento editorial”, porque quando funciona bem, tem um potencial enorme e multifacetado. Ao longo da última década, a força cognitiva e a capacidade de combate da Guancha para enfrentar a hegemonia do discurso ocidental e o monopólio entrincheirado das elites online convencionais — o que chamamos de “guerra cibernética do povo” — derivaram principalmente deste mesmo modelo.

Nos últimos anos, a nossa estratégia de plataforma localizada deu-nos confiança para responder aos dois grandes desafios trazidos pela revolução da Internet. Na competição pela influência pública e na luta de uma década pelo discurso, uma estratégia de plataforma localizada, uma vez eficaz, oferece potencial de sucesso em toda a Internet. **A internet funciona dialeticamente — é local e global. Um aumento a nível local pode desencadear um aumento a nível global. É por isso que a estratégia de localização da Guancha.cn nos permitiu construir uma plataforma digital com influência incomparável em todo o panorama da internet.**

Entre os meios de comunicação chineses, o Guancha.cn e o Global Times são os dois mais citados pela grande mídia ocidental. Embora muitas vezes rotulados de

“nacionalistas”, não nos preocupamos com tais rótulos. Desde que nos citem — mesmo que seja apenas de relance —, eles já estão a ser influenciados por nós. A razão pela qual somos frequentemente referenciados é que temos seguidores fortes e leais em toda a internet chinesa. Por outras palavras, possuímos representatividade discursiva, o que se traduz em influência real. É por isso que eles prestam atenção a nós. Não é diferente da razão pela qual a nossa equipa editorial fica de olho no The New York Times — porque ele tem uma influência significativa nos Estados Unidos e os seus leitores têm uma ampla influência. Portanto, tudo o que ele diz, nós prestamos atenção. A mesma lógica se aplica ao contrário: o Guancha.cn tem uma base de usuários influente na China. Com um número tão grande de seguidores dedicados, sempre que ocorre um grande evento noticioso, os principais meios de comunicação ocidentais procuram ver “o que temos a dizer”. Mesmo que nos estigmatizem ou rotulem, não nos importamos. É precisamente isto que queremos dizer quando falamos de uma estratégia de plataforma com base local: obter energia de uma relação vibrante e orgânica com a nossa comunidade de utilizadores. Tal como peixes no mar, não nos importamos com o que os outros nos chamam — nadamos livremente nas nossas próprias águas.

Na verdade, construir essa plataforma não é caro e requer apenas um investimento modesto. Desde que se consiga atrair um número suficiente de académicos globais influentes e seguidores dedicados, é possível criar uma plataforma distinta que partilha um certo grau de autonomia com os seus utilizadores. **Na Guancha.cn, a nossa equipa editorial é pequena e jovem, mas os nossos académicos e fãs vêm de todo o mundo, representando todas as idades e estilos de vida. Em toda a Internet chinesa, as principais comunidades de conhecimento e líderes de opinião de vários setores reúnem-se aqui. Assim, uma estratégia de plataforma localizada e a geração de influência na web em geral andam de mãos dadas. Sem essa estratégia, o seu meio de comunicação continuará a ser apenas uma conta na plataforma de outra pessoa, com o seu destino controlado por outros. Para os meios de comunicação do Sul Global de hoje, sem uma estratégia de localização e sem controlo soberano das principais plataformas, a sua voz e influência ficarão inevitavelmente confinadas aos limites do que as plataformas monopolistas ocidentais permitem. Depender da benevolência e inclusividade delas não é um diálogo igualitário nem uma partilha verdadeira — e certamente não é uma resistência real.**

(Transcrito da gravação e editado.)

1.5.4 Mudando as percepções chinesas sobre a África através das lentes da mídia

- Palestrante: Mu Tao
- Ano: 2023

A percepção chinesa sobre África e o seu povo passou por uma evolução — de simplista para mais abrangente e de emocional para mais racional.

I. Percepções antigas dos chineses sobre a África

Os registos precisos sobre África na China antiga começaram com o *Jingxing Ji* (《经行记》), um diário de viagem escrito por Du Huan durante a dinastia Tang. Em 751 d.C., a dinastia Tang entrou em conflito com o Império Árabe na Batalha de Talas. Du Huan, que servia no exército Tang, foi feito prisioneiro após a derrota e passou mais de uma década em regiões que abrangiam a Ásia Central, a Ásia Ocidental e o Norte de África. O seu *Jingxing Ji* documentou as suas experiências, incluindo descrições do povo do “País de Molin”, observando a sua pele escura e hábitos de vida: “O povo é negro e tem maneiras selvagens. Há pouco arroz ou trigo, nenhuma erva ou árvores. Os cavalos comem peixe seco e as pessoas comem hulmang.” Hulmang refere-se a tâmaras persas. O local é assolado por miasmas mortais e epidemias. Os estudiosos identificaram o “País de Molin” como a atual Mogadíscio, na Somália. No século XII, durante a dinastia Song do Sul, os registos sobre África tinham-se estendido mais para sul, até ao que é hoje Zanzibar. Uma entrada observava: “Os produtos locais incluem presas de elefante e chifres de rinoceronte. Há também muitos povos selvagens nas ilhas, com pele negra como laca e cabelos encaracolados. Eles são atraídos com comida, capturados em grande número — às vezes dezenas de milhares — e vendidos como 'escravos fan' (蕃奴).”

No início do século XV, o almirante Zheng He, da dinastia Ming, liderou sete expedições aos mares ocidentais, visitando a costa da África Oriental em quatro ocasiões. Os seus companheiros — Ma Huan, Fei Xin e Gong Zhen — produziram relatos detalhados sobre essas regiões em obras como *Yingya Shenglan* (《瀛涯胜览》), *Xingcha Shenglan* (《星槎胜览》) e *Xiyang Fanguo Zhi* (《西洋番国志》). Os relatos ofereciam descrições mais detalhadas da costa da África Oriental, concentrando-se principalmente nas cidades-estado costeiras do Egito, Somália e Quénia. Por exemplo, *Xingcha Shenglan*, de Fei Xin, descreve Mogadíscio (então conhecida como Mugutushu) da seguinte forma: “Os homens usam o cabelo em quatro tranças pendentes e enrolam um pano à volta da cintura. As mulheres enrolam o cabelo no topo da cabeça, envernizam-no para dar brilho, usam várias fileiras de contas nas orelhas, anéis de prata no pescoço e pingentes com borlas no peito.

Quando saem, usam panos únicos para se cobrir, véus de gaze azul e sapatos de couro nos pés.”

Particularmente digno de nota é o *Da Ming Hun Yi Tu* (Mapa Amalgamado do Império Ming), concluído em 1389 durante a dinastia Ming. Ele reflete uma compreensão rudimentar da geografia africana, retratando o continente como um triângulo invertido, com o curso geral do rio Nilo e uma região central com grandes lagos. O mapa também mostra um grande lago no centro do continente africano, que pode ter sido desenhado com base em lendas árabes. De acordo com esses relatos, “mais ao sul, além do deserto do Saara, existe um vasto lago, muito maior do que o mar Cáspio”. O Cabo da Boa Esperança, no sul da África, também é retratado, com linhas costeiras finamente renderizadas e um contorno geográfico distintamente reconhecível.

II. Mudanças na percepção chinesa da África durante o final do período Qing

Em comparação com os tempos antigos, a percepção chinesa sobre a África no final do século XIX e início do século XX sofreu mudanças notáveis. À medida que a globalização se acelerava e as trocas entre a China e outros países aumentavam, a mídia chinesa — especialmente jornais e livros — começou a oferecer uma cobertura mais ampla sobre a África. Duas grandes mudanças podem ser observadas nesse período:

Primeiro, os intelectuais do final da dinastia Qing começaram a associar o destino da China ao da África, reconhecendo que ambas as regiões sofriam com o domínio colonial e a opressão das potências ocidentais. Jornais como *Waijiao Bao* (《外交报》), *Qingyi Bao* (《清议报》), *Dongfang Zazhi* (《东方杂志》) e *Shen Bao* (《申报》, 1872–1949) desempenharam um papel notável na divulgação de informações sobre a África. Notavelmente, esses meios de comunicação forneceram análises relativamente aprofundadas sobre as reformas e os movimentos de auto-fortalecimento da África no século XIX, incluindo as reformas de Muhammad Ali no Egito. Eles também ofereceram cobertura focada na guerra de resistência da Etiópia contra a invasão italiana e na Guerra Anglo-Boer na África do Sul.

III. Entusiasmo da mídia pela África nas décadas de 1950 a 1980

No contexto da Guerra Fria global, a mídia chinesa na década de 1950 — como o *Diário do Povo*, vários outros jornais e a Rádio Nacional da China — concentrou-se principalmente na cobertura dos movimentos de independência nacional africanos. Durante momentos históricos importantes — incluindo a Conferência de Bandung em 1955, a visita do primeiro-ministro Zhou Enlai à África em 1963 e a construção da ferrovia TAZARA no início da década de 1970 — a África recebeu cobertura entusiástica e extensa da mídia. Ao mesmo tempo, foram publicadas inúmeras obras

sobre a situação geral da África e os movimentos de independência. Entre elas: *África: Da Escuridão ao Amanhecer*, de Wu Bingzhen (New Knowledge Press, 1956), *A Luta do Povo Egípcio pela Independência e pela Paz*, de Wu Xiu (Popular Reading Press, 1956), *Chronicles of African Nations* (World Affairs Press, 1957), *The National Liberation Struggles in Morocco, Tunisia, and Algeria*, de Fan Yong (Shanghai People's Publishing House, 1957), e *The Algerian People's National Liberation Struggle*, de Yan Jin (World Affairs Press, 1958).

Em abril de 1961, o presidente Mao Zedong, durante uma reunião com um grupo de amigos africanos, afirmou: “Quanto a mim, não sei muito sobre África. Devemos criar um instituto de estudos africanos para pesquisar a sua história, geografia e condições socioeconómicas. O nosso conhecimento sobre o passado, o presente e a localização geográfica da África é bastante limitado, por isso precisamos mesmo de um livro simples e claro — não muito longo, talvez apenas um de 100 a 200 páginas. Podemos pedir ajuda aos nossos amigos africanos e tentar publicá-lo dentro de um ou dois anos. O conteúdo deve explicar como o imperialismo chegou à África, como oprimiu o povo, como o povo resistiu, como essas resistências falharam e como agora estão a ressurgir. Esta declaração levou diretamente à criação de instituições de investigação dedicadas e à formação de profissionais em estudos africanos.

Em julho de 1961, foi criado o Instituto de Estudos da Ásia Ocidental e da África. Ao longo das décadas de 1960 e 1970, uma série de obras sobre países e regiões africanas, bem como biografias de líderes africanos, foram traduzidas e publicadas. Inicialmente impressos para uso interno entre funcionários, esses livros foram posteriormente disponibilizados ao público em geral, aprofundando ainda mais a compreensão chinesa sobre a África. Em termos de comunicação de massa, documentários amplamente divulgados, como *TAZARA Railway* e *Chinese Doctors in Tanzania*, juntamente com a comédia *Ode to Friendship*, de Ma Ji e Tang Jizhong, de 1973, tornaram-se nomes conhecidos. Essas obras elevaram a amizade entre a China e a África a um nível superior e consolidaram a percepção dos africanos como “irmãos” e “amigos” do povo chinês.

IV. Uma compreensão abrangente da África desde a década de 1990

Desde a década de 1990, com o aprofundamento da reforma e abertura da China e a intensificação dos intercâmbios sino-africanos — particularmente o rápido desenvolvimento das relações económicas e comerciais —, a cobertura da mídia chinesa sobre a África aumentou, resultando em uma explosão de publicações, artigos online e vídeos curtos. Consequentemente, a compreensão pública da África não é mais fragmentada ou unidimensional; ela evoluiu para uma perspectiva mais multifacetada e abrangente.

Em discursos, escritos e trabalhos académicos, tanto do governo como de círculos académicos, **tem havido uma visão amplamente otimista e positiva do papel da África na política e economia internacional contemporâneas** — particularmente o seu apoio aos interesses centrais da China no cenário global, as perspectivas de desenvolvimento da África e o estado atual das relações China-África. A investigação sobre África tornou-se cada vez mais aprofundada, levando à formulação do conceito de uma “comunidade China-África com um futuro comum” como uma visão para a cooperação futura.

No entanto, a nível social, certas percepções negativas sobre África — especialmente a África Subsaariana — continuam a persistir. Os relatórios têm, por vezes, exagerado questões como a pobreza, o subdesenvolvimento, a prevalência de doenças como o VIH/SIDA e os conflitos em curso. Com o rápido crescimento das interações China-África, particularmente entre as populações em geral, as discrepâncias na percepção têm ocasionalmente resultado em atritos — especialmente na era da Internet.

Portanto, é responsabilidade inalienável dos académicos, da mídia e dos setores relacionados promover a publicidade e a reportagem objetivas sobre a África, para que o público possa obter uma compreensão precisa e objetiva do continente. O mesmo se aplica ao contrário.

1.6 Soberania digital: o novo momento de Bandung do Sul Global

1.6.1 De minerais críticos a dados críticos: o caminho do Sul Global para a soberania digital

- Palestrante: Kambale Musavuli
- Ano: 2025

Vamos tentar discutir algo que me é muito próximo. Sou apaixonado por tecnologia, mas também sou apaixonado pelo Congo. Há algo a acontecer no mundo em relação aos recursos minerais e ao espaço digital. Não compreendemos totalmente o que queremos dizer quando falamos sobre o espaço digital. Isso está a tornar-se muito mais claro para mim à medida que converso com pessoas que podem não estar interessadas no espaço tecnológico; como explicamos por que isso é importante?

Você está num espaço digital. É um território. Por volta da década de 1950, quando as pessoas se reuniram em Bandung, elas disseram que precisávamos exercer soberania. A razão pela qual fizeram isso é porque sentiam que os países, as terras e a governança do país não estavam sob o seu controlo. Portanto, precisavam encontrar uma maneira de se unir para ganhar independência e soberania. Há algo a acontecer no espaço digital. O espaço digital é um território. Quem é o dono desse espaço? Diz que é um espaço livre, enquanto as pessoas têm território em algum lugar; algumas ainda estão a lutar por isso, mas estão a ocupar algum espaço. Então, está no espaço digital. O que controla? Se não controlar nada, outros determinarão os assuntos do seu espaço digital. Tal como num país independente, queremos controlar os nossos assuntos. Se compreendermos isso desta perspectiva, isso ajuda-nos a entender por que razão a soberania digital é importante. Ela define tudo o que fazemos, desde decisões de saúde até mesmo a segurança de um país e até mesmo a forma como governa.

O segundo ponto que quero destacar é que existem algumas pessoas, empresas e países específicos que controlam o espaço digital. Há um poder concentrado, principalmente nas mãos de grandes empresas de tecnologia, principalmente do Vale do Silício. Mas agora, para nós que estamos no continente africano, queremos destacar Kwame Nkrumah. Nesse espaço, ao analisarmos quem controla o quê, o que temos de fazer? Precisamos seguir um determinado caminho? Dizemos que precisamos olhar para o leste, não para o oeste. Estamos olhando para frente. A razão pela qual temos que olhar para frente é porque temos que dar um salto nesse espaço, aprendendo com as melhores práticas existentes, para que possamos ter uma solução melhor para o nosso povo no continente.

Falei sobre a reunião de 1955. Os países decidiram comparecer em Bandung — Zhou Enlai, Nasser, Nkrumah e outros — porque estavam a pensar na independência política. Setenta anos depois, estamos em Pequim. Então, por que estamos aqui em Pequim a discutir Bandung no contexto da soberania digital? Assim como eles lutaram com a questão da independência política, uma das questões mais urgentes hoje é quem é o proprietário dos nossos dados? Quem se beneficia? Isso é ainda mais urgente agora para as comunidades. Como os dados são a nossa riqueza, precisamos recuperar o controlo sobre eles.

No entanto, os dados ainda são abstratos. O que faz com que realmente funcionem? É a base mineral. Os minerais do continente africano. O continente africano possui a maioria dos minerais essenciais. A RDC, de onde eu venho, detém cerca de 70% do cobalto mundial, um mineral essencial para veículos elétricos, centros de dados e até mesmo para a corrida pela IA. No entanto, nessa extração de minerais, não há benefício para o povo congolês.

Ao pensarmos em construir um mundo justo e até mesmo alcançar a soberania digital, também temos de garantir a soberania dos recursos. Mesmo quando começamos a pensar na competição global sobre quem vai avançar na corrida pela IA, percebemos que os EUA garantem o acesso a recursos críticos. Quando pensamos no que está a acontecer na Venezuela em termos da necessidade dos EUA de controlar o petróleo, pensamos na RDC, que assinou um acordo de 3 biliões de dólares com os Estados Unidos. Deixe-me repetir: não 1 bilhão, não 2 bilhões, não 10 bilhões, mas US\$ 3 trilhões em recursos em troca da paz com os Estados Unidos. Eles estão garantindo os recursos. Temos que garantir isso enquanto nos mobilizamos pela soberania digital. Estamos apoiando aqueles que lutam para garantir que o fluxo de recursos beneficie primeiro as pessoas, como Lumumba lutou antes de ser assassinado.

Existe um fluxo de dados — tal como na era colonial de exploração, os dados fluem da mesma forma. Os seres humanos criam dados. À medida que os dados são gerados, são extraídos. A extração significa que os seus dados acabam num servidor algures. É assim que precisa de entender essa extração. Você criou-os, eles acabam num centro de dados algures. Quando estão no centro de dados, o que acontece? É criado valor. Esses dados são usados para treinar modelos de IA. Os modelos de IA tornam-se cada vez mais inteligentes e, a partir disso, são criados produtos. Quando o produto final é criado, aqueles que realmente criaram os dados não têm qualquer benefício com isso. É uma das formas mais inteligentes de roubo do século XXI. Todos nós produzimos os dados livremente. Não sabemos que eles têm valor. Fomos convencidos de que os dados não têm valor, quando na verdade têm. Quando as pessoas comuns percebem isso — espere um minuto, estamos de volta a 1885, quando dividiram o continente

africano e levaram esses recursos —, começamos a exigir que devemos controlar como os dados são extraídos, onde estão localizados e quem vai beneficiar com eles.

Acredito firmemente que, nesta era da IA, a África tem uma oportunidade única de se envolver com o Sul Global num quadro específico, que será incentivar os governos africanos e os países do Sul Global a operar no âmbito do quadro dos BRICS. Existe um Centro de IA dos BRICS aqui em Xangai que reúne estudiosos, académicos e instituições para discutir o caminho a seguir no espaço digital. A África tem os recursos. A África tem uma população jovem que está a gerar dados e é culturalmente diversificada. Pode haver um crescimento fácil em termos de avanços na IA. Se estivermos a operar sob a estrutura do BRICS, poderemos aprender uns com os outros.

Vou usar um exemplo do que estamos a fazer no Gana. Existem alguns programadores no Gana. Eles trabalham no Grupo de Processamento de Linguagem Natural do Gana. Eles criaram um tradutor que é muito mais poderoso do que o Google Translate, mas provavelmente não sabem disso. Os jovens programadores do Gana têm um tradutor de idiomas melhor do que o Google Translate. Eles são menosprezados pelo Google numa multidão. Onde quer que eu vá, continuo divulgando o nome deles para que você possa realmente testá-lo — o Twi. O que eles estão realmente fazendo tem impacto. Ninguém sabe sobre eles. É fundamental trabalhar com aqueles que estão no terreno a construir soluções locais em IA.

Além deste trabalho técnico, lançámos uma iniciativa chamada “Beyond AI” no Gana, baseada no facto de que, em novembro do ano passado, o Gana adotou uma estratégia nacional de IA. A lacuna que percebemos é que temos tecnocratas e geeks a discutir IA, enquanto a grande maioria das pessoas não sabe o que está a acontecer com a IA. Queríamos envolver a comunidade. Como levar a discussão sobre IA para as pessoas comuns de Gana? Por exemplo, um dos nossos eventos foi intitulado “O que a IA tem a ver com o preço do Kenkey?” Kenkey é um alimento de Gana — como o fufu, é um tipo de alimento à base de amido. Tivemos uma discussão com pessoas comuns. O que descobrimos foi muito fascinante. A perspectiva dos cidadãos comuns em relação à IA, como a usamos? Também realizamos workshops durante o evento. Havia uma jovem que tem um negócio e descobriu que, com o modelo de IA, pode criar um panfleto. Ela não queria sair do workshop sem o panfleto para o seu negócio. Esse foi o workshop em que ela participou. O segundo aspeto é também um projeto de alfabetização para levantar a questão dos dados. Acreditamos firmemente que os dados de África são o recurso mais precioso necessário para esta corrida à IA, porque África ocupa uma posição particular em relação aos nossos dados. Embora possamos ensinar as pessoas a usar modelos de IA, estamos a voltar a educar e a envolver as comunidades na questão da governança de dados. Por último, trata-se também de envolver os nossos

legisladores – um dos nossos legisladores está aqui. Estamos a envolver os legisladores, especialmente considerando que, neste momento, no Gana, temos 13 projetos de lei apenas para o espaço digital, todos a decorrer ao mesmo tempo. É assim que também podemos dar o nosso contributo aos legisladores sobre o que está a acontecer. Pode fazer coisas como o Beyond AI, envolvendo pessoas afetadas pela IA para que elas possam dar o seu contributo na estratégia de implementação nos seus países.

Vou passar a partilhar algumas reflexões sobre a soberania digital, especificamente sobre uma das vulnerabilidades que temos. No ano passado, em 2024, milhões de africanos ficaram sem ligação à Internet, incluindo no Gana. A razão pela qual isso aconteceu foi porque um dos cabos submarinos foi cortado; nós não controlamos esses cabos submarinos. Quando isso aconteceu, deveria ter sido um alerta para muitas pessoas no Gana e em África de que não temos qualquer controlo sobre o nosso espaço digital.

Algo aconteceu no mês passado. Muitos programadores que criam aplicações na Amazon foram afetados quando a AWS ficou offline. Alguns de vocês podem não saber que isso aconteceu, mas isso afetou muitos programadores. Portanto, continuamos a ver casos em que nos envolvemos no espaço digital, mas algo acontece e não temos controlo. Mas como podemos garantir que isso não aconteça novamente?

Essa é a visão que quero apresentar. A Visão Digital de Bandung, uma ideia que, surpreendentemente, veio da Malásia. Ouvimos mais sobre isso do John. Reunimo-nos em agosto com alguns intelectuais e académicos para discutir qual seria o caminho a seguir para o mundo de hoje, pensando na soberania digital. Da perspectiva africana, acreditamos que teremos de aprender com o mundo, mas também temos de partilhar o que temos com o mundo.

Existem algumas normas técnicas na China que estamos a aprender cada vez que aqui vimos. Os países africanos têm de participar, e até criar a nossa política. Temos de investir em infraestruturas, mas não é tão simples como dizer “vamos lá e construamos infraestruturas”. Temos de aproveitar a Iniciativa Belt and Road 2.0. A China está a envolver-se no continente africano, desenvolvendo estradas e infraestruturas. Podemos ter uma Iniciativa Belt and Road 2.0 melhor, que invista nas infraestruturas essenciais, onde os africanos beneficiam do espaço digital?

Temos de negociar como um continente, como um bloco. O que os Estados Unidos estão a fazer é ir país por país – cada país com um acordo diferente. O Gana pode não estar a dialogar com a Costa do Marfim, mas os Estados Unidos estão a envolver-se com estes dois governos, assinando o mesmo acordo que está a afetar o continente. Os países africanos têm de se envolver como um bloco ao negociar com as grandes

empresas de tecnologia ou com qualquer pessoa que queira envolver-se no continente africano.

A partilha de conhecimento é fundamental. Sempre que volto, já me ouviram mencionar o Centro de IA dos BRICS. Quando lá estive, fiquei muito impressionado com os avanços que estão a ocorrer aqui na China em relação à IA. Espero que, quando voltarmos à China, possamos aprender com isso, construindo relações de respeito mútuo e dignidade para transformar o nosso continente e ter um impacto no Sul Global.

Obrigado.

1.6.2 A Rota da Seda Digital das perspectivas da Malásia e da ASEAN

- Palestrante: John Pang

- Ano: 2025

Começarei com alguns comentários gerais antes de passar a observações mais específicas, para situar a importância da soberania digital, da soberania da IA e como essas questões estão a se desenrolar na ordem internacional, particularmente no caso da política dos EUA em relação a países individuais. Isso terá implicações para a nossa estratégia como membros do Sul Global.

Primeiro, algumas observações gerais que ainda precisam ser feitas. Apesar de este painel se concentrar na soberania da IA, quero salientar que a soberania da IA é uma ordem de magnitude mais significativa do que a soberania digital. É cada vez mais soberania; simpliciter, apenas soberania. Eventualmente, será como a soberania é exercida, como a nossa humanidade é exercida. Ela governará o mundo tridimensional, em vez de apenas um “espaço”. Estamos habituados a pensar em termos de “ciberespaço” como uma metáfora, mas a IA irá governar o mundo 3D. É agência, inteligência, ação e história. Ela fará a nossa história se a permitirmos e, como molda a nossa história, moldará o nosso futuro — ou a humanizamos, ou ela nos desumanizará e escravizará; ou a socializamos e coletivizamos, ou ela nos dividirá, atomizará e colonizará. Não há “se” nem “mas” sobre isso, porque já vimos a gente perder a onda por complacência, seja na África, Ásia, Europa ou América Latina. A primeira onda de domínio digital das plataformas e redes sociais dos EUA é algo contra o qual já estamos a lutar uma ação de retaguarda.

Agora enfrentamos um desafio novo e muito mais poderoso. Quero enfatizar o poder disso. Roy e Jeff também demonstraram o que pode ser feito com essa tecnologia. As plataformas digitais amplificaram as mensagens criadas por humanos. A IA, por outro lado, gera e implanta agentes persuasivos de forma autónoma, com a ameaça de influenciar o panorama político de uma nação por atores estrangeiros, fábricas de trolls, mudanças de regime etc. A plataforma digital estava apenas a amplificar o conteúdo criado por humanos em escala limitada. Em contrapartida, o modelo de IA irá gerar desinformação sintética, hiper-realista e infinitamente variável — através de textos, imagens, vídeos e áudios — a um custo marginal quase nulo. Pode implementar milhões de agentes persuasivos autónomos simultaneamente, que não se limitam a transmitir uma mensagem, mas conduzem conversas individuais únicas, adaptadas a cada indivíduo. Conhecerá cada indivíduo muito mais profundamente do que a tecnologia atual. Trata-se da industrialização da persuasão personalizada.

Vimos até mesmo como, em lugares como Gaza, a IA tem sido usada para assassinatos individualizados industrializados em grande escala. Isso é extremamente grave. A IA transfere o poder económico da extração de dados para a automação de agências. Perder a soberania digital significa que entidades estrangeiras controlarão as nossas plataformas; perder a soberania e da IA significa que potências imperiais, especialmente os EUA, controlarão os agentes que geram a nossa cultura, o nosso comércio e automatizam as decisões em todos os níveis da sociedade. Esta é uma transferência fundamental da autonomia nacional e individual. É aqui que se trava grande parte da luta pela ordem mundial.

Deixem-me passar aos detalhes realmente sórdidos. Tenho vergonha de falar sobre isso como malaio, mas o meu país serve como um exemplo do que pode acontecer. A Malásia é, na verdade, líder no Sul Global em aplicações soberanas de tecnologia digital e um nó fundamental nas cadeias de abastecimento globais de semicondutores – como o segundo maior exportador de semicondutores para os EUA e um grande parceiro da China. É um território disputado na ordem internacional.

A Malásia assinou recentemente um acordo comercial recíproco com os EUA. Este acordo é excepcionalmente desigual e não convencional para um país soberano. É o tipo de acordo que não se encontra fora de um país ocupado e nunca se encontrará nada parecido, mesmo pesquisando online. Se fizer uma análise textual, encontrará conservadoramente 104 compromissos assumidos pela Malásia com os EUA – não meras concessões, mas compromissos de cumprir as perspectivas de segurança, sanções e restrições comerciais dos EUA. Os EUA, por outro lado, assumem quatro compromissos – basicamente apenas um: não aumentar as tarifas. Isso ocupa todo o espaço. O nível tarifário da Malásia já é de cerca de 19,10%; em troca de os EUA não aumentarem as tarifas, a Malásia abre mão de uma série de direitos, particularmente a soberania digital, conforme escrito na seção (3) do Acordo.

Isto está a chegar para todos nós, porque esta batalha é material, real e está no mundo 3D. Se falharmos no comércio, poderá ver como um determinado modelo foi implementado na Malásia. O mesmo modelo foi apresentado a outros países do Sudeste Asiático e provavelmente será apresentado ao Gana, se é que ainda não foi. Quero encorajá-los a ler o acordo que está disponível publicamente no site da Casa Branca, que inclui uma série de compromissos no papel, tais como a não regulamentação do DNS que permitiria à Malásia bloquear ou redirecionar sites dos EUA; a renúncia ao direito de reter dados a nível nacional; a consulta aos EUA antes de celebrar acordos digitais com um “país terceiro” – adivinhem qual é esse país terceiro?

Existem dois modelos gerais para o desenvolvimento da IA atualmente, e apenas dois lugares com poder tecnológico para desenvolver modelos de ponta e ecossistemas

completos: os EUA e a China. Eles oferecem visões radicalmente diferentes para a implantação da IA. Os EUA apostaram a sua economia na IA – o seu mercado de ações é dominado por sete empresas ligadas à ChatGPT e à Nvidia. A IA também é fundamental para a sua estratégia geopolítica. Existe uma questão cultural profunda na imaginação ocidental – um impulso para construir uma espécie de deus digital, despejando recursos em centros de dados sem clareza de propósito, acreditando que esse deus surgirá e dominará. O modelo chinês é diferente – industrial, incorporado, material, aumentando as capacidades humanas e as sociedades, ligado a uma certa economia política e ordem jurídica.

A Malásia tinha fortes proteções legais e foi pioneira na construção de instituições para a governança da IA. Eu próprio ajudei a organizar um acordo digital entre a China e a Malásia durante a visita do presidente Xi em abril, envolvendo propostas iguais e colaborativas da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma – harmonizando padrões digitais, princípios de governança de IA etc. Ainda está em fase de desenvolvimento de uma estratégia nacional de IA, mas este acordo desmantela o imposto sobre serviços digitais para empresas americanas, bloqueia a localização de dados e políticas soberanas de nuvem, impede a obrigatoriedade do desenvolvimento tecnológico local, renuncia ao controlo sobre infraestruturas críticas e cede o controlo sobre o tráfego DNS nacional. Concede aos EUA poder de voto sobre os acordos digitais da Malásia com mais de 30 países.

A Malásia é um ponto-chave na área disputada do multilateralismo e, infelizmente, também preside a ASEAN. É fundamental para a ordem multilateral e a arquitetura de segurança da região. Este é o princípio da centralidade da ASEAN. A Malásia poderia ter desempenhado um papel importante ao ajudar o Sul Global a avançar para uma ordem multipolar, e tem sido exemplar em proteções digitais e na afirmação de disposições em matéria de proteção de dados, soberania da IA e soberania digital, etc. Por exemplo, abolimos o imposto adicional sobre transações com empresas americanas; adotamos a Huawei e a ZTE para infraestruturas de telecomunicações na segunda ronda de negociações do ano passado, enquanto elas foram excluídas sob pressão na primeira ronda.

Tudo isso está em risco e em dúvida por causa deste acordo. As disposições transformam os acordos comerciais e as tarifas em armas para um objetivo geopolítico específico. Para ser justo com o governo, eles afirmam que não estamos vinculados e que existem cláusulas de saída, mas assumir 104 compromissos em tal acordo é, no mínimo, vergonhoso e um contra-exemplo do que queremos para o Sul Global. Portanto, deem uma vista de olhos no documento e espero que tenhamos a oportunidade de discuti-lo aqui. O acordo também força o alinhamento com as políticas de segurança unilaterais dos EUA: a Malásia deve adotar medidas

igualmente restritivas sempre que os EUA o fizerem e deve alinhar-se com todos os controlos de exportação dos EUA, impedindo qualquer “preenchimento” ou “minar” desses controlos. A batalha pela IA e pela soberania digital é extremamente disputada. A menos que afirmemos a soberania coletivamente, seremos eliminados um por um, como quase aconteceu com a Malásia. Não acho que esta seja a conclusão da história, mas é um alerta. Todo o modo de vida da Malásia — e do Sudeste Asiático — é incompatível com isso. No entanto, isso ainda aconteceu. Estamos claramente no meio de uma luta, e quero que todos nós despertemos para a sua natureza. Não é um mundo fácil fora da China.

Deixe-me terminar rapidamente com Bandung. Isso nos lembra o que significa soberania para o Sul Global: não é a soberania ocidental, tal como definida ou inventada pelos países europeus; é afirmada em oposição ao imperialismo. Se não compreender contra o que ela é afirmada, não poderá compreender por que a soberania é significativa para o Sul Global. Bandung também nos lembra, 50 anos após o seu lançamento, que a soberania deve ser afirmada coletivamente. Um por um, os nossos países não são suficientemente fortes. A Malásia foi um caso exemplar. Se apenas ler o acordo, que não é toda a história sobre a Malásia, parece que a Malásia foi retirada do jogo.

Muito obrigado.

1.6.3 Soberania digital para as massas

- Palestrante: Tica Moreno

- Ano: 2025

A minha tarefa aqui fica mais fácil depois das quatro intervenções anteriores, porque falo a partir da nossa experiência como organizações e movimentos populares no Sul Global, especificamente no Brasil. Temos entendido cada vez mais o desafio de construir uma agenda política consistente, sólida e massiva em torno da inteligência artificial e do que chamamos de soberania digital popular no Brasil.

Para compartilhar nosso processo de construção política, é importante lembrar que, em nossos países, quem faz parte dos movimentos populares muitas vezes tem como única forma de conexão à internet um celular que funciona apenas com os dados gratuitos do Facebook e dessas corporações. Portanto, lidamos com esse assunto em condições muito desfavoráveis. A inteligência artificial, como vimos neste painel, é uma das disputas centrais dos nossos tempos. Na atual conjuntura, não é possível tratá-la como uma tecnologia mais descolada da disputa geopolítica contemporânea ou reduzi-la ao mundo dos chatbots, em que cada um entra, faz uma pergunta ou dá uma instrução em um prompt recebe uma resposta que pode ser boa, útil ou uma completa alucinação estatisticamente fundamentada.

O império e a China sabem que o que está em jogo nessa disputa é a capacidade de dirigir o desenvolvimento e o rumo da humanidade. E a verdade que só porque a China é sujeito nessa disputa com os Estados Unidos e tem condições de vencer essa batalha nos permite cogitar, no Sul Global, que a inteligência artificial pode vir a servir nossos povos. A experiência chinesa aponta como isso é possível, evidenciando que a IA realmente precisa ser compreendida como parte da nova qualidade das forças produtivas. Ela não só acelera processos produtivos já existentes, mas tem o potencial de transformar qualitativamente as relações sociais, a forma como interagimos entre nós, com nosso trabalho e com os instrumentos e os processos de trabalho que produzem o viver.

Há duas semanas, nos reunimos no Brasil com companheiras da Marcha Mundial das Mulheres, movimento que eu faço parte, do MST (Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da Baobab (Associação Internacional para Cooperação Popular) em um processo de educação popular e de construção de uma inteligência artificial para a reforma agrária e agroecologia, chamada Iara. Isso faz parte de uma estratégia de massificação da agroecologia no Brasil e do início da compreensão entre nossas organizações de que é preciso também massificar a inteligência artificial, colocando as nossas necessidades e o povo no centro do seu desenvolvimento.

Isso só é possível porque compreendemos que a inteligência artificial está em disputa entre duas possibilidades históricas. De um lado, há o potencial progressivo de transformação das capacidades humanas e das relações sociais, como demonstra a experiência chinesa de integrar a IA ao conjunto da sociedade, desde o planejamento e inovação na cadeia produtiva até a organização das cidades, do campo, da agricultura e mesmo do cuidado com pessoas idosas nessa transição demográfica. A China faz tudo isso com regulação, planejamento, código aberto e soberania.

Do outro lado, existe o risco concreto do projeto de inteligência artificial dirigido pelas Big Techs do imperialismo estadunidense em seu estágio decadente e perigoso. Nesse projeto, a IA tem o alcance de armas de destruição em massa, parte do complexo industrial militar, do qual as Big Techs do Vale do Silício são agora sujeitas desse complexo. A IA tem essa característica de uso dual. O John Pang já falou sobre isso, o uso pelas pessoas e o uso pelos militares. Vemos o exemplo do genocídio do povo palestino perpetrado por Israel, onde o Google faz parte do programa de IA que direciona ataques de forma automatizada nas casas do povo palestino, provocando assassinatos em massa.

Para nós do Brasil e do Sul Global, a possibilidade de entrar nessa batalha, de construir uma soberania digital passa necessariamente pela compreensão de que não estamos nas melhores condições. Com a aliança entre as Big Techs e o governo Trump, temos enfrentado as pressões contra a legislação nacional de tentativa de regulação e proteção de dados. Sofremos ameaças e tarifas quando tentamos regular plataformas de maneira minimamente autônoma, seja na questão das plataformas digitais do trabalho ou para restringir o uso político de dados pelas plataformas das redes sociais considerando como eles modulam comportamentos e interferem em processos eleitorais do nosso país onde enfrentamos os nossos corpos a extrema-direita diariamente.

O Brasil está mais estruturalmente dependente de tecnologias estrangeiras e nos falta um projeto nacional estratégico, não só no tema digital. Não investimos em infraestrutura digital própria e contratamos as Big Techs para tudo. Estima-se, de forma subestimada, que no último ano o Estado brasileiro pagou 10 bilhões de reais em licenças de software, soluções de nuvem e aplicação de segurança para corporações estrangeiras como Microsoft, Google e Red Hat. Ao mesmo tempo, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial propõe investir o dobro disso, 23 bilhões, ao longo de quatro anos. É irrisório o que o nosso país se propõe a fazer e ainda nem tirou do papel esse plano da IA.

O caso da saúde brasileira é exemplar dessa dependência. O sistema público de saúde passou por uma transformação digital onde o acesso aos serviços ocorre via

aplicativo digital desenvolvido pelo governo, gerando uma coleta massiva de dados da população, todos os dados de saúde, de agora e de antes, de saúde da população brasileira. No entanto, esses dados são armazenados na nuvem da Amazon, serviço pelo qual pagamos caro. Por sua vez, a Amazon utiliza esses dados para treinar seus modelos e desenvolver o seu sistema da IA, que depois são vendidos de volta para o Brasil e para o Sul. Resta-nos mais uma vez adquirir tecnologias prontas, renunciando à capacidade e ao potencial de desenvolver ciência e tecnologia própria, uma situação já teorizada nos anos 80 pelos teóricos marxistas da dependência. Temos essa renúncia da imaginação de que é possível entrarmos efetivamente nessa disputa.

Além de exportadores de minerais e dados, buscamos compreender como os países do Sul estão subordinados e dependentes das Big Techs norte-americanas nas oito camadas da infraestrutura digital: as quatro camadas de infraestrutura física (energia, telecomunicações, hardware/equipamentos e data centres) e as quatro camadas lógicas (softwares, desenvolvimento de sistemas, bases de dados e IA). No Brasil, identificamos o domínio de corporações transnacionais sediadas no Norte Global em todas essas camadas, fruto da privatização das infraestruturas físicas nos anos 90 e da insuficiência de investimento de recursos na pesquisa e no desenvolvimento das camadas lógicas no Brasil.

Portanto, a soberania digital não pode ter o "digital" apenas como adjetivo; ela deve estar articulada a um projeto de soberania nacional e popular, composta necessariamente pela soberania energética, mineral, tecnológica e alimentar. Não podemos reproduzir territórios de alta tecnologia em contraste com territórios de extração de bens comuns como energia.

A soberania digital é um conceito em disputa. As Big Techs, principalmente Google, Amazon e Microsoft, vendem a "soberania como serviço", focando apenas na localização dos dados (nuvem soberana), uma armadilha na qual o Brasil já caiu. Esse caminho se viabiliza pela visão da soberania digital da União Europeia que foca na privacidade individual, ignorando os dados como fator de produção. Na elaboração chinesa, que nos orienta, os dados são um fator de produção crucial para nova qualidade das forças produtivas e como fator de produção, tem uma singularidade: pode ser usado simultaneamente por múltiplos atores e agentes, seu valor aumenta com a escala e possuem capacidade generativa de produzir novas realidades, conhecimentos e possibilidades.

Ao defendermos o controle sobre os dados, estamos defendendo o conjunto da vida, dos territórios, dos modos de produção e a possibilidade de um futuro compartilhado da humanidade. Conforme a proposta elaborada no âmbito do Conselho Civil dos BRICS, identificamos que a soberania digital popular não reduz a soberania a um

status jurídico a ser conquistado, mas afirma soberania como um exercício contínuo de poder popular. Assim como na América Latina defendemos a integração regional, a soberania digital exige solidariedade, reciprocidade e complementariedade em processos de integração regional e de cooperação Sul-Sul. São impulsos para nossa soberania, são condições de possibilidade, pois não sairemos dessa situação de subordinação e dependência sozinhos só em um país começando agora. O compartilhamento de redes e infraestruturas processa ser tratado como questão política, não apenas técnica.

Situamos essa agenda nas lutas que já travamos: afirmamos a tecno diversidade e resistimos a uniformização e homogeneização dos modos de vida; colocamos que os povos precisam de sujeitos do desenvolvimento tecnológico, e não apenas usuários de pacotes tecnológicos prontos; afirmamos que o financiamento público para pesquisa e inovação em IA e das tecnologias digitais de forma geral precisa ser orientado pelo desenvolvimento de tecnologia para tecnologias livres e de código aberto, efetivamente controladas pelo Estado e pelo povo. Defendemos também a necessidade da formação massiva através de educação popular digital e a elaboração de políticas de transição justa diante da automação pelas organizações da classe trabalhadora.

Por fim, refletimos que essa batalha não será vencida apenas com discursos de especialistas ou bons argumentos. Precisamos levar essa agenda para cada espaço, para cada canto nas ruas, nas periferias e nos campos, integrando-a à agenda política dos movimentos populares e das organizações da esquerda. Só assim teremos condições de mudar a correlação de forças e, junto com a China como parte do Sul Global, afirmar o socialismo e derrotar definitivamente o império.

1.6.4 Inovação ordenada: a abordagem da China à regulamentação da IA

- Palestrante: Zheng Ge

- Ano: 2025

Acredito que a solidariedade deve ser a base para alcançarmos com sucesso a soberania digital. Como sou especialista em direito e professor de direito, a minha palestra se concentrará no direito, mas usarei a inovação ordenada para descrever a abordagem da China à regulamentação da IA.

Em todo o mundo, existe um ditado típico que diz que existem três modelos de legislação relacionada com a IA. Um livro intitulado *Digital Empires -- The Global Battle to Regulate Technology*, escrito por Anu Bradford, professora de direito na Columbia Law School, mostra os três tipos de modelos. Em primeiro lugar, os Estados Unidos são os principais pioneiros de um “modelo orientado para o mercado”. A China é considerada um “modelo orientado para o Estado” e a UE um “modelo orientado para os direitos”. Quando falamos de soberania digital, precisamos considerar o papel do Estado em todo o cenário. Para mim, essa tipologia é baseada em ideologia, e não em uma análise detalhada do sistema jurídico em diferentes países. Para mim, a UE não é um sistema orientado para os direitos. Na verdade, a Lei de IA se baseia no Artigo 114 do TFEU, que considerou a harmonização do mercado, ou seja, o mercado único dentro da UE, como seu principal objetivo legislativo. A UE, na verdade, mostra um modelo de aversão ao risco. Os Estados Unidos não devem ser considerados um modelo baseado no mercado, porque não existe nenhuma lei a nível federal nos Estados Unidos para proteger, por exemplo, as informações pessoais. Todas as leis elaboradas pelo Congresso Federal dos Estados Unidos relacionadas com a IA têm como alvo os seus concorrentes. Mas agora, o concorrente da perspectiva dos Estados Unidos será sempre a China. Sabemos que a Lei Tik Tok utilizou a segurança nacional como justificação geral para a sua legislação. Os Estados Unidos podem não ter leis para proteger os seus cidadãos no mundo digital ou para lidar com problemas específicos decorrentes do período digital. Todas as leis nos Estados Unidos a nível federal relacionadas com a tecnologia digital têm visado países estrangeiros com base na chamada segurança nacional.

Tabela 1: Modelos Globais de Legislação Relacionada à Inteligência Artificial

Modelo	Orientação de Valor Central	Objetivos Legislativos	Ferramentas e Características Legislativas Principais	Práticas e Casos Representativos
Modelo Chinês	Inovação Ordenada	Equilibrar o desenvolvimento tecnológico e o controle de riscos, aumentar a competitividade industrial	Legislação progressiva, regras experimentais locais (p. ex., mecanismos de tolerância a falhas), planejamento por fases; ênfase na colaboração público-privada e na flexibilidade institucional	<i>Plano de Desenvolvimento de Inteligência Artificial de Nova Geração</i> (Estratégia de Três Etapas), regulamentações locais (p. ex., <i>Decreto de Promoção da Indústria de IA de Shenzhen</i>)
Modelo Estadunidense	Pan-Securitização	Manter a hegemonia tecnológica, enfrentar os desafios geopolíticos	Regulação doméstica de intervenção mínima (baseada na autorregulação da indústria e no direito indicativo), sanções externas de linha dura (controles de exportação e revisão de investimentos); mecanismos de exceção de segurança	<i>Lei CHIPS e de Ciência</i> (bloqueio tecnológico), <i>Lei de Modernização da Revisão de Riscos de Investimento Estrangeiro</i> (revisão de investimentos estrangeiros)
Modelo da UE	Aversão ao Risco	Minimizar os riscos sociais, salvaguardar os direitos fundamentais	Regras preventivas antecipadas (classificação de alto risco), conformidade obrigatória (p. ex., avaliações de impacto), legislação orientada pela ética; ênfase na redundância regulatória	RGPD (Avaliação de Impacto na Proteção de Dados), <i>Lei de IA</i> (classificação de risco em quatro níveis e lista de proibições)

O conceito de segurança nacional nos Estados Unidos é diferente do de todos os outros países, onde a segurança nacional é usada para defender a sua própria soberania. Mas nos Estados Unidos, a segurança nacional serve para manter a sua supremacia ou domínio no mundo. Portanto, o conceito de segurança nacional dos Estados Unidos está a prejudicar a paz mundial. Por isso, diria que o modelo dos EUA é um modelo de pan-securitização, ou seja, usar a segurança nacional para fazer qualquer coisa.

II. Orientações de Valor Central

Modelo	Lógica Motriz	Mecanismo-Chave
UE	Aversão ao Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Classificação de "produto perigoso" • Multas ex post sobre incentivos à inovação
EUA	Hegemonia da Segurança Nacional	<ul style="list-style-type: none"> • Cláusulas de preempção estadual da H.R.1 • Controles de exportação de guerra algorítmica
China	Inovação Ordenada	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação por etapas (2020/2025/2030) • Regras locais de tolerância a falhas • Ética por design (Art. 14 Medidas de IA Generativa)

O modelo chinês não deve ser considerado como “dominante pelo Estado”. Descobrimos que, embora a China ainda não tenha criado uma lei chamada “Lei da IA”, na verdade começou a redigir a lei da IA há dois anos e adiou a sua criação. Mas, se analisarmos as leis chinesas, encontramos um sistema abrangente de leis relacionadas com a IA. Em primeiro lugar, temos três leis que visam a tecnologia digital. Uma é a Lei de Segurança do Ciberespaço, criada em 2017. As outras duas leis foram ambas criadas em 2021: a Lei de Proteção de Informações Pessoais e a Lei de Segurança de Dados. E abaixo destas leis, há uma série de regulamentos que tratam de todos os aspectos da tecnologia digital e da IA especificamente. Por exemplo, a China criou regulamentos sobre algoritmos de recomendação, algoritmos sintéticos profundos e IA generativa. Portanto, na China, encontramos um sistema abrangente de leis relacionadas à IA para proteger diferentes interesses jurídicos, desde direitos pessoais até segurança nacional e inovação.

Marco Regulatório de IA da China: Componentes Principais

Categoria	Conteúdo Principal	Casos/Exemplos Representativos	Características-Chave
Regulação Específica por Tecnologia	Supervisão classificada de tecnologias/aplicações de IA enfatizando a responsabilidade das entidades e o ajuste dinâmico.	<i>Disposições de Gestão de Recomendações Algorítmicas de Serviços de Informação na Internet</i> (2021), <i>Disposições de Gestão de Síntese Profunda</i> (2022), <i>Medidas de Gestão de Serviços de IA Generativa</i> (2023)	Governança ágil: Regras atualizadas dinamicamente para acompanhar a evolução tecnológica; proíbe o abuso algorítmico (p. ex., discriminação de preços, indução ao vício).
Leis Locais de Promoção Industrial	Estimula a inovação e o empoderamento econômico por meio do apoio institucional.	<i>Regulamento de Promoção do Desenvolvimento da Indústria de IA de Xangai</i> (2022): Pioneiro em "mecanismos de tolerância a erros"; <i>Regulamento de Promoção da Indústria de IA de Shenzhen</i> (2023): Estabeleceu comitês dedicados de financiamento e ética.	Foco em desregulação: Codeterminação de infraestrutura (p. ex., clusters de computação inteligente), compartilhamento público de dados e redução de encargos de aprovação prévia.
Salvaguardas de Direitos e Segurança	Protege os direitos nacionais/pessoais mediante a regulação de portadores de computação (redes), combustível algorítmico (dados) e sujeitos (informação pessoal).	<i>Lei de Cibersegurança</i> (2016), <i>Lei de Segurança de Dados</i> (2021), <i>Lei de Proteção de Informações Pessoais</i> (2021)	Restrições de circuito fechado: Cobre todos os elementos técnicos (poder de computação, algoritmos, dados); concede aos indivíduos direitos de exclusão e explicação algorítmica.
Sistema de Governança Ética	Traduz os princípios éticos (p. ex., "IA centrada no ser humano") em deveres de conformidade exigíveis integrados nos ciclos de vida do desenvolvimento.	Art. 4 das <i>Medidas de Gestão de Serviços de IA Generativa</i> (que exige adesão à ética social); Regulamento de Shenzhen Art. 21 (que determina comitês de ética corporativa)	Implementação adaptativa ao contexto: Prioriza restrições éticas preventivas com mecanismos de "humano no loop" (p. ex., intervenção manual), diferenciando-se das listas de verificação rígidas da UE.
Marco de Padrões da Indústria	Vincula especificações técnicas e normas legais, promovendo a inovação e a colaboração global.	<i>Diretrizes do Sistema Nacional de Padronização da Indústria de IA</i> , Regulamento de Xangai Art. 66 (facultando aos comitês de ética a elaboração de diretrizes)	Mudança ecológica: Integra o rastreamento da pegada de carbono e métricas de eficiência energética, formando um modelo tripartite "padrões-leis-políticas".
Cobertura de Elementos Técnicos	Governa os três pilares da IA: poder de computação, algoritmos e dados.	Computação: <i>Regulamento de Proteção de Segurança de Infraestrutura de Informação Crítica</i> (2021), projeto "Dados do Leste, Computação do Oeste"; Algoritmos: Regras em nível ministerial; Dados: <i>Medidas de Avaliação de Segurança de Dados Transfronteiriços</i> (2022), regulamentos de dados públicos de Zhejiang	Supervisão abrangente: Optimiza a distribuição de computação por meio de incentivos de política; constrói vias de circulação de dados em conformidade.
Caso de Referência Japonês	O rascunho da <i>Lei de Promoção de IA</i> do Japão reflete a lógica de "inovação ordenada" da China.	Enfatiza o planejamento estratégico nacional, a colaboração de múltiplas partes interessadas e a inovação equilibrada de controle de riscos.	Validação trans jurisdicional: Confirma a "inovação ordenada" como um paradigma de governança do Leste Asiático replicável que prioriza o pragmatismo desenvolvimentista sobre a rigidez ideológica.

Esta é a minha tipologia para esta questão. A China representa um modelo de inovação ordenada, com diferentes leis para abordar diferentes preocupações da sociedade. O modelo dos EUA, para mim, é um modelo de pan-securitização, que tenta manter a hegemonia tecnológica e abordar os desafios geopolíticos. O modelo da UE é um modelo de aversão ao risco, que transplanta as suas ideias jurídicas no campo da segurança dos produtos para a regulamentação da IA, como exemplificado pela sua metodologia de nível de risco.

Descobrimos que, se o modelo dos Estados Unidos se tornasse predominante, não restaria nada para os países do Sul Global, pois ele não permitiria nenhum desafio ao seu domínio em tecnologia, economia e assim por diante.

O modelo chinês realmente abre espaço para o Sul Global. Há apenas alguns dias, discutimos sobre a IA generativa de código aberto da China, como o Deepseek e vários outros modelos de código aberto. De acordo com um relatório estatístico fornecido pela Hugging Face, uma fonte de notícias muito popular na área de IA, entre os dez principais modelos LLM de código aberto do mundo, nove são da China. Os modelos de IA de código aberto são apenas uma das muitas maneiras de mostrar como o sistema seria aberto para todo o mundo. Por exemplo, países do Sul Global, como Brasil, Congo ou Malásia, podem desenvolver as suas próprias aplicações de IA com base nos modelos fundamentais de IA que são de código aberto e criados por inovadores chineses. Com esse movimento de código aberto, podemos prever que o mundo na era digital pode caminhar para um futuro mais equitativo, dialógico e progressista. Na verdade, há muitos detalhes legais que não tenho tempo suficiente para discutir. Apenas delineio o meu panorama teórico geral para a governança da IA.

Gostaria de falar um pouco sobre as conclusões para encerrar o meu discurso. Em primeiro lugar, o modelo de governança de IA da China é uma alternativa viável para os países do Sul Global, desafiando a estrutura de desenvolvimento neoliberal ocidental dominante, com os Estados Unidos a dominarem o campo como base do antigo sistema. Em segundo lugar, a elasticidade institucional da China, caracterizada por legislação faseada, experimentalismo local e sequenciamento adaptativo, equilibra eficazmente a inovação tecnológica com o controlo de riscos, evitando a rigidez regulatória da UE e a contenção impulsionada pela segurança dos Estados Unidos. E, finalmente, esta abordagem oferece ao Sul Global um caminho de desenvolvimento pragmático e sensível ao contexto, que prioriza a soberania, a capacitação e a autodeterminação tecnológica em detrimento de um modelo universal importado.

1.6.5 A aplicação da inteligência artificial nos meios de comunicação russos: oportunidades e desafios

- Palestrante: Kamila Nigmatullina
- Ano: 2025

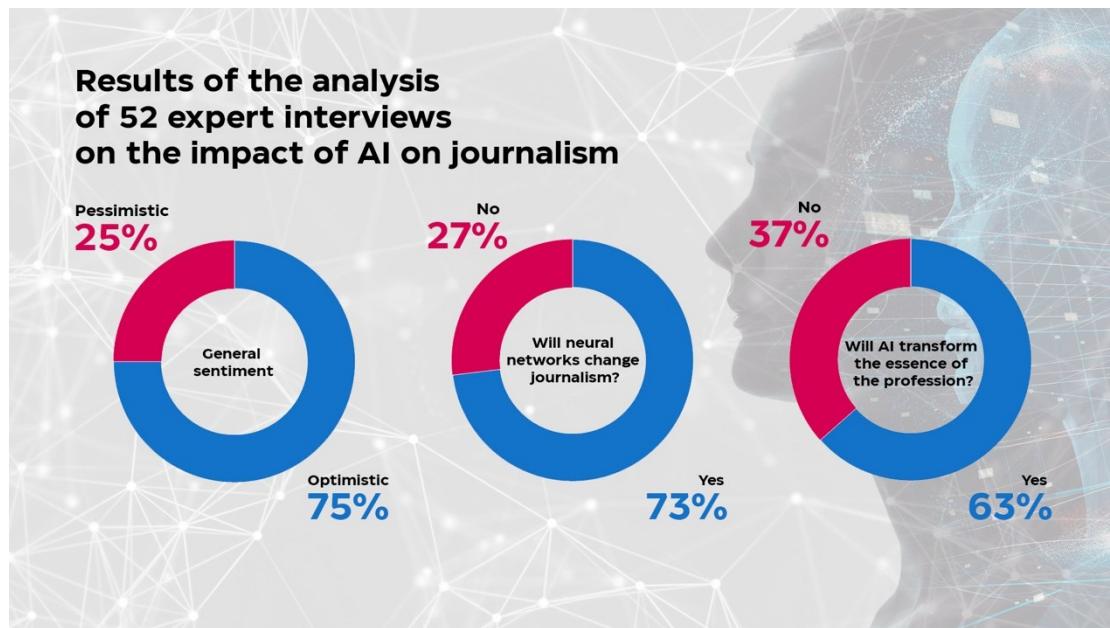
Hoje, gostaria de falar sobre a nossa investigação sobre a integração de redes neurais em redações, principalmente nas regiões russas, bem como sobre como formamos profissionais na área da inteligência artificial para a indústria dos meios de comunicação. Por inteligência artificial, refiro-me principalmente à IA generativa e a grandes modelos de linguagem.

Em 2023, lançámos projetos-piloto de investigação sobre a implementação de redes neurais usando exemplos das regiões sul e norte da Rússia. Rapidamente percebemos que por trás das descrições das práticas editoriais existem desafios sociais e institucionais muito mais amplos. Isso nos levou a levantar questões mais profundas sobre o lugar dos estudos de IA nas ciências sociais e humanas.

Só para lembrar, há 89 regiões na Rússia. Por que nos concentramos especificamente nas regiões? Estudos anteriores mostraram que a Rússia está dividida não apenas em clusters de desenvolvimento industrial, mas também em termos de insatisfação social refletida no espaço mediático. Portanto, decidimos começar diretamente com a diversidade regional, em vez de nos concentrarmos nas histórias de sucesso da mídia nacional. Alguns estudiosos russos argumentam que a adoção de redes neurais é a única maneira de a mídia regional sobreviver. O ponto de partida — o que chamamos de “Ponto A” — não é apenas o ano de 2025, mas toda a história de 25 anos de transformação digital na mídia local na Rússia. Os resultados dessa transformação incluem novas oportunidades e desafios mais complexos em comparação com a era do jornalismo tradicional ou clássico.

O nosso quadro teórico também se baseia no pensamento neomarxista, que vê a inteligência artificial como um motor do “capitalismo digital”, remodelando os processos de produção, transformando os mercados de trabalho e acelerando a monopolização na economia digital. O nosso primeiro passo foi estudar o tom geral do discurso público. Como se pode ver, ele revelou-se bastante positivo. A comunidade profissional está dividida em dois grupos: aqueles que veem essas mudanças como mais uma ronda da evolução digital e aqueles que acreditam que a própria essência do jornalismo está a ser transformada. Uma divisão semelhante ocorreu anteriormente durante a onda de transformação digital, que na literatura académica passou a ser descrita precisamente como “transformação”, e não “evolução”. Quando falamos de mudanças tão essenciais, referimo-nos à transformação da normatividade

jornalística, incluindo ética, autonomia e objetividade. O surgimento de novas regras profissionais — especialmente para especialistas técnicos em redações — e a expansão da responsabilidade humana agora se estende às máquinas.



O segundo passo foi a realização de entrevistas-piloto em três regiões. Elas revelaram que, atualmente, não há motivos para esperar um avanço na implementação da IA no próximo ano ou nos próximos dois anos: não há regulamentações especiais nas redações, investimentos direcionados ou programas de formação em grande escala. Nesta fase, recolhemos dados sobre os modelos de linguagem de grande porte mais populares e as tarefas que eles ajudam a resolver. E, como se pode imaginar, são principalmente modelos baseados em ChatGPT e GPT. Descobrimos que os gestores de mídia são geralmente otimistas e valorizam muito os benefícios potenciais da adoção da IA. Acumulamos diversas experiências na implementação de grandes modelos de linguagem e outros tipos de aprendizado de máquina e aprendizado profundo em redações. Nas redações nacionais, a IA é usada principalmente como análise preditiva para calcular tendências no envolvimento do público, e isso é mais interessante para as redações do que gerar imagens ou textos. Os principais desafios que mencionam incluem a necessidade de verificação de factos, conformidade com padrões éticos e a incapacidade (especialmente na mídia estatal) de usar serviços de IA estrangeiros por razões morais ou políticas, mas ainda assim os utilizam.

A segunda fase do estudo piloto foi realizada em São Petersburgo e na região de Leningrado, no Norte, e em Rostov-on-Don e Krasnodar Krai, no Sul, além de várias outras regiões. Este estudo piloto mostra que não existe um padrão único de adoção da IA, mas há elementos recorrentes. Por exemplo, em algumas redações, a mudança começou a partir de baixo. Quando um funcionário comum começou a usar grandes

modelos de linguagem e depois demonstrou os resultados ao seu gerente. Esse foi o caso do Delovoy Peterburg, por exemplo, um jornal diário onde um especialista em marketing criou um chatbot para lidar com chamadas telefónicas para fins de marketing. Noutros casos, a mudança é iniciada a partir de cima: por exemplo, no canal de televisão Don-24, um diretor digital tornou-se o pioneiro da IA, enquanto na holding de mídia Sakhapechat, na região de Yakutia, a implementação começou com uma formação em grande escala para todos os funcionários. Fui convidado como formador e visitei Yakutia em janeiro. Embora não tenhamos perguntado diretamente aos inquiridos sobre as tensões entre a gestão e a equipa criativa, o desafio é claro.

Outra característica comum entre os veículos regionais é a ausência de um especialista dedicado em IA, a falta de diretrizes oficiais dos sindicatos de jornalistas ou departamentos universitários e a pouca preferência por candidatos a emprego com competências em IA. Tudo isso indica que, embora ainda não haja pré-requisitos para efeitos sistémicos em grande escala em 2025-2026, a conscientização e a alfabetização estão a crescer constantemente. Viajo muito pelo país e o que observo é muito revelador: não existe um padrão único na Rússia para o uso da IA nas redações. Cada redação tenta “inventar a bicicleta”, reinventando a roda em vez de aprender com os outros. A experiência em todo o país é muito diversificada e, francamente, bastante caótica a nível regional.

Um importante fator de pressão sobre o sistema de mídia é o uso diário da IA pelo público em geral, que se desenvolve mais rapidamente do que sua adoção profissional dentro das organizações de mídia — duas coisas bastante diferentes. Isso pode levar a uma lacuna entre as expectativas do público e as capacidades das redações. Outro fator de pressão é a crescente concorrência entre grandes modelos de linguagem nacionais e estrangeiros. Atualmente, há dois deles na Rússia liderando o mercado: o YandexGPT, que é uma IA russa, e o GigaChat (pertencente ao Sber). No momento, os produtos americanos ainda dominam, mas modelos chineses como DeepSeek e Qwen estão rapidamente a ganhar terreno. Um número crescente de jornalistas relata parcialidade nos LLMs estrangeiros e o enquadramento das respostas devido ao treino em dados da Internet em inglês. Na Rússia, várias iniciativas estão agora a trabalhar em LLMs nacionais soberanos.

Assim, voltando aos efeitos sistémicos para a indústria da mídia, podemos delinear as tendências esperadas até 2027, tanto a nível nacional como regional:

Aumento da diferença entre as redações que adotaram a IA e aquelas que ainda enfrentam dificuldades com as redes sociais; por “dificuldades”, quero dizer que nem todas as redações na Rússia estão preparadas para trabalhar nas redes sociais;

Aumento da disparidade na literacia mediática e na consciência do público;

Divisão crescente entre jornalistas com conhecimentos de IA e gestores de mídia conservadores, e vice-versa;

Aumento da diferença de rendimentos entre aqueles que otimizaram a produção e o SMM também através da IA e aqueles que ainda dependem do trabalho manual, incluindo diferenças salariais entre especialistas e gestores.

É importante enfatizar: não estamos a falar de outro declínio ou ameaça, mas sim da necessidade de um renascimento e do uso de oportunidades emergentes para um avanço, especialmente nas regiões. Neste momento, podemos partilhar a nossa experiência nacional, mas não a experiência regional, porque, como mencionei, é muito caótica. Penso que partilhar esta experiência, não reinventando a roda, mas formando padrões e algoritmos para tornar a implementação da IA eficaz, é uma perspectiva muito interessante para a colaboração com todos os países através do Sul Global.

É apropriado aqui dizer algumas palavras sobre um programa de mestrado que dirijo: "Inteligência Artificial em Jornalismo e Comunicação Social", lançado na SpbU em 2024 em parceria com a empresa Yandex. O programa centra-se na formação de profissionais da comunicação social com competências em IA.

A nossa experiência mostra que é impossível desenvolver-se de forma autónoma sem parceiros industriais. O trabalho prático deve ser integrado no ambiente académico. O principal desafio para as universidades é que a tecnologia evolui mais rapidamente do que o mercado e muito mais rapidamente do que a academia consegue sistematizar e converter em materiais didáticos. Como resultado, esses programas dependem mais da heurística do que da dedução, e as competências dos graduados tendem a antecipar possibilidades, em vez de simplesmente reproduzir resultados conhecidos. A aprendizagem é baseada em projetos, com especialistas da indústria a participar na avaliação. Também temos estudantes da China matriculados neste programa.

O objetivo do programa de mestrado não é apenas formar especialistas em IA para a mídia, mas preparar gestores capazes de implementar inovações na produção de mídia com resultados mensuráveis. Na prática, a implementação da IA hoje geralmente envolve três partes: uma redação contrata um especialista em TI, consulta filólogos ou linguistas e integra a tecnologia sob a supervisão de um diretor comercial. Um caso ocorreu numa estação de televisão regional em Yekaterinburg (no centro da Rússia, ou nos Urais), onde a redação desenvolveu o seu próprio sistema de gestão de conteúdos baseado em IA. Um funcionário dessa redação está agora a estudar no

nosso programa de mestrado, mas devo salientar e sublinhar que este software contém soluções OpenAI.

Uma parceria interna importante para o programa é a cooperação com o Centro de Inteligência Artificial e Ciência de Dados da Universidade Estatal de São Petersburgo. Os nossos alunos fazem estágios lá e participam em eventos científicos focados em IA industrial e na Internet das Coisas. Pelo menos quatro vezes por ano, convidamos gestores de mídia para compartilhar as suas experiências em automação de produção de mídia impulsionada por IA.

Os oradores em 2025 destacaram dois desafios principais: a questão da confiança do público nos meios de comunicação e a questão da confiança profissional dentro da própria comunidade mediática. Por exemplo, os jornalistas estão a confiar menos nos profissionais de relações públicas e vice-versa.

Num evento recente em outubro, discutimos o uso de grandes modelos de linguagem e agentes de IA na educação, e os nossos alunos apresentaram três projetos de chatbot projetados para ajudar os alunos em diferentes propósitos. Por exemplo, um deles ajuda os alunos chineses a navegar pelas informações sobre a Universidade Estadual de São Petersburgo.

No entanto, devo observar e sublinhar que estava a falar sobre grandes modelos de linguagem em que nós, como país, competimos com modelos estrangeiros, predominantemente americanos; também competimos com modelos chineses. No entanto, se falarmos sobre fins industriais e militares, a Rússia é independente. Temos as nossas próprias soluções digitais para isso.

Muito obrigado.

1.6.6 De um mundo multipolar a um mundo multicêntrico: um novo paradigma para a economia das comunicações

- Palestrante: Alexander Gurdus
- Ano: 2024

Ao refletir sobre os problemas e desafios atuais da economia mundial, vem-me à mente um conto de fadas. Nessa história, um monstro cruel governava um país, causando imenso sofrimento aos seus habitantes. Periodicamente, surgiam heróis que tentavam combater o monstro, mas acabavam por desaparecer. Por fim, alguns heróis conseguiam derrotar o monstro, mas, após a vitória, transformavam-se milagrosamente em monstros, perpetuando o ciclo de sofrimento. Este conto de fadas serve como um lembrete cautelar: ao considerar mudanças no sistema económico mundial, não devemos simplesmente procurar substituir uma parte dominante por outra, pois essa abordagem não leva a resultados positivos para a humanidade. Inspirados por esse entendimento, buscamos uma solução possível nos domínios científico, de engenharia e tecnológico, com foco no conceito de um espaço digital unificado para interação económica, combinado com a ideia de soberania.

A internet e a digitalização já tornaram o espaço de interação económica extraterritorial, permitindo a implementação de uma “economia das comunicações”. Isso facilita a interação direta entre quaisquer objetos, com o objetivo de alcançar a interoperabilidade global com custos de transação mínimos dentro desse espaço unificado de interação económica. Do nosso ponto de vista, um mundo multipolar representa um estágio intermediário, pois é inherentemente instável e insustentável. Defendemos o objetivo final de criar um mundo policêntrico, onde a extraterritorialidade não contradiga a soberania das culturas, religiões, línguas, tradições sociais dos países e comunidades humanas. Pelo contrário, normas internacionais abertas desenvolvidas em conjunto devem garantir o respeito pela soberania sociocultural, complementando a cooperação económica extraterritorial direta dentro deste espaço digital unificado.

Para compreender a situação global atual, é importante examinar brevemente quem beneficia do panorama económico predominante, particularmente do domínio dos Estados Unidos. Os números ilustram como esse domínio se concretiza: nos últimos cinco anos, a capitalização das 100 maiores empresas apresentou um crescimento consistente, atingindo aproximadamente US\$ 42,6 trilhões. Na estrutura dessas 100 maiores empresas, os EUA detêm aproximadamente 77% da capitalização de mercado combinada, enquanto a Europa responde por cerca de 8% e a China contribui com cerca de 6-7%. Simultaneamente, a capitalização das chamadas Magnificent Seven americanas (um grupo de empresas de alto desempenho e

influentes no mercado de ações dos EUA, incluindo Alphabet, Amazon, Apple, Broadcom, Plataformas da Meta, Microsoft e NVIDIA) atingiu quase US\$ 16 trilhões em maio de 2025. Isso demonstra que os Estados Unidos e suas empresas líderes superam substancialmente as demais, e essa diferença aumentou nos últimos anos. Além disso, no final de 2023, o setor bancário emergiu como o setor líder em lucros entre todos os setores da economia mundial, detendo cerca de um quarto do lucro global total. Os setores de energia e indústria, combinados, receberam aproximadamente o mesmo lucro que o setor bancário sozinho.

A economia global atual baseia-se fundamentalmente em tentativas de manter o domínio unilateral por meio da tecnologia. Os principais pilares dessa economia são o sistema financeiro atual, construído em torno do principal centro de comissões da moeda de reserva e apoiado por instituições internacionais financiadas por ele. A influência dominante no espaço digital é exercida por meio da propriedade e gestão simultâneas de tecnologia e conteúdo. A receita e o lucro do setor financeiro e bancário derivam essencialmente dos custos de transação impostos a outros setores da economia real, que se baseiam em recursos e produção.

Propomos uma mudança de perspectiva: em vez de apenas tentar mudar a nossa posição dentro do modelo económico atual, devemos nos concentrar no desenvolvimento e na transição gradual para um novo modelo económico. Chamamos a isso de “economia das comunicações”, uma economia de interação direta entre quaisquer objetos, implementando interoperabilidade global com custos de transação mínimos dentro de um espaço digital unificado. Neste novo paradigma, o sistema financeiro não seria um líder dominante, mas sim uma das tecnologias de ponta a ponta dentro do espaço digital unificado de interação económica.

Este espaço digital unificado de interação económica pode ser formado com base na Internet dos Gêmeos Digitais (uma rede ontológica de gémeos digitais de objetos físicos ou informativos), servindo como um ambiente para a existência e interação de objetos digitais. As suas regras e unidade são definidas por padrões e protocolos abertos. Isto representa um novo serviço global: a Internet comercial, industrial e financeira. A transição da “Internet das Páginas” (a World Wide Web) para a Internet dos Gêmeos Digitais, que são definidos semanticamente de forma única e conectados ontologicamente, permitiria a integração perfeita de objetos pertencentes a uma entidade económica nos processos de negócios de outras entidades.

No mundo atual da tecnologia da informação, indivíduos, empresas e Estados carecem de verdadeira subjetividade. Podem ser desconectados de serviços bancários, redes sociais e plataformas de negociação por violações reais ou percebidas das regras estabelecidas da plataforma digital. Em contrapartida, dentro

do espaço digital unificado de interação económica, a subjetividade dos participantes seria inerente. A sua capacidade de realizar atividades económicas e o seu acesso a dados pessoais e contas correntes não poderiam ser bloqueados por terceiros. O participante no espaço digital unificado de interação económica seria o proprietário e integrador das suas próprias informações pessoais.

No que diz respeito às soluções tecnológicas, propomos o desenvolvimento e a implementação de uma nova pilha tecnológica de sistemas operacionais de controlo distribuído e ferramentas de desenvolvimento. Isto simplificaria significativamente o desenvolvimento de sistemas integrados complexos e permitiria a realização de um espaço para informações, objetos e agentes inteligentes. É importante notar que a dívida tecnológica acumulada atualmente impede soluções adequadas para a segurança da informação e o estabelecimento de um ambiente confiável no espaço digital. No entanto, esses problemas permanecem sem solução porque o conceito de domínio baseado em tecnologia depende de soluções criadas há mais de 40 anos. A abordagem proposta visa resolver os crescentes desafios da segurança da informação e da complexidade.

Também propomos a implementação de um novo sistema financeiro como uma das tecnologias de ponta a ponta do Espaço Digital Unificado (UDS). Esse sistema seria baseado em um centro de processamento de admissões, que é uma rede geograficamente distribuída de centros de dados neutros. A tecnologia proposta foi projetada para impedir que qualquer parte dominante domine a área financeira, e a expansão geográfica de centros de dados neutros apenas aumentaria a confiabilidade do sistema para todos os participantes.

(Transcrito da gravação e editado.)

Parte II Teorias do desenvolvimento do Sul Global

2.1 Teoria e prática da superação dos constrangimentos ocidentais

2.1.1 O Sul Global: do projeto do Terceiro Mundo à nova onda de sentimentos

- Palestrante: Vijay Prashad
- Ano: 2024

Um desenvolvimento interessante ocorreu recentemente na reunião da Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC), realizada no Peru pouco antes da reunião do G20 no Brasil. Na cimeira da APEC, foram feitos dois anúncios significativos, cuja natureza ilumina a situação global atual. Dois chefes de governo reuniram-se com o presidente peruano: Joe Biden, o presidente cessante dos Estados Unidos, e Xi Jinping, o presidente da China.

O presidente Biden deu uma conferência de imprensa com o presidente peruano, onde anunciou que os Estados Unidos iriam fornecer ao Peru 150 locomotivas e vagões de passageiros para o sistema de metro de Lima, que precisa de expansão. No entanto, Biden não mencionou que esses vagões e locomotivas não eram novos. Na verdade, esses veículos já haviam sido usados e posteriormente descartados pela Autoridade Ferroviária da Califórnia (Caltrans) antes de serem enviados ao Peru como um presente. Em essência, Biden presenteou o Peru com locomotivas e vagões de passageiros usados.

Em contraste, numa reunião separada em Lima, o presidente Xi Jinping e o presidente peruano inauguraram virtualmente o porto de Chancay, localizado vários quilómetros a norte de Lima. Este porto de águas profundas, cuja construção custou 3,6 mil milhões de dólares, possui 18 ancoradouros. Notavelmente, a sua construção não envolveu maquinaria usada; foi necessário equipamento sofisticado para escavar um porto de águas profundas com 18 cais. A diferença marcante entre o presente dos Estados Unidos de equipamento usado e a colaboração da China com o Peru para construir um grande porto de águas profundas para o tráfego comercial entre o Peru, a China e outras partes do mundo é significativa, revelando muito sobre o panorama global contemporâneo.

O que foi menos comentado foi que, apenas alguns anos antes, o governo chinês estava a negociar um acordo semelhante com El Salvador. Um objetivo de longo prazo da Iniciativa Belt and Road (BRI) tem sido estabelecer um porto na costa do Pacífico que não seja controlado pelos Estados Unidos, ao contrário dos grandes portos de águas profundas existentes em Seattle, Los Angeles e Panamá. Quando a China

manifestou interesse em construir um porto desse tipo em El Salvador através da BRI, o governo salvadorenho mostrou-se muito receptivo. No entanto, ao sair da reunião em Pequim, o então presidente de El Salvador foi convidado pelos Estados Unidos a viajar via Tóquio. Em Tóquio, o primeiro-ministro Shinzo Abe transmitiu uma mensagem em nome do governo dos Estados Unidos: El Salvador não poderia construir um porto com a China, pois isso representava um risco à segurança nacional. A questão pertinente, no entanto, era a segurança nacional de quem esse porto realmente ameaçava. No fim das contas, o porto em El Salvador não foi construído há aproximadamente sete anos. Em contrapartida, o porto de Chancay, no Peru, já foi concluído. Isso demonstra uma mudança na trajetória histórica, em que os países do Sul Global passaram a compreender que apenas algumas nações estão dispostas a fornecer a escala de infraestrutura e investimento necessária para promover a integração Sul-Sul.

É crucial considerar esta narrativa num contexto mais amplo. Não se trata apenas de um gesto filantrópico da China para com o Peru; a economia chinesa também beneficiará com este porto. Eventualmente, está prevista a construção de uma linha ferroviária que irá ligar o Peru à província amazônica brasileira, até à zona de comércio livre de Manaus. Prevê-se que os produtos industriais de Manaus possam então viajar diretamente para o Peru e atravessar o Pacífico, sem necessidade de serem transportados para São Paulo e contornar o Cabo da Boa Esperança, em África. Algumas estimativas sugerem que esta rota será significativamente mais rápida, mesmo para os produtos brasileiros com destino a Singapura e à China.

Uma questão fundamental para os intelectuais e governos do Sul é quais produtos serão exportados do Sul Global para a China. As propostas chinesas por meio da Iniciativa Cinturão e Rota são claras e distintas das promessas feitas pelos Estados Unidos. Por exemplo, a subvenção da Millennium Challenge Corporation (MCC) ao Nepal dificilmente foi uma iniciativa de desenvolvimento; foi um acordo destinado a canalizar a energia nepalesa para a Índia, e não a desenvolver genuinamente a indústria nepalesa. Embora as escolhas sejam evidentes, a questão crítica é como as oportunidades apresentadas neste período serão aproveitadas pelo Sul Global. A dependência exclusiva da Iniciativa Cinturão e Rota é insuficiente para alcançar um desenvolvimento abrangente.

A questão fundamental é a agenda de desenvolvimento do próprio Sul Global. Os países do Sul possuem um plano de desenvolvimento coerente? Irão exportar para sempre matérias-primas — seja para os Estados Unidos, Europa ou agora China — e apenas importar produtos acabados de outros lugares? Se a estrutura da economia mundial permanecer inalterada, então esta forma de “desenvolvimento” assemelhar-se-á aos padrões antigos. Portanto, a própria estrutura da economia internacional

deve ser transformada. Nesse esforço, os países do Sul Global têm a responsabilidade de formular um plano e uma agenda de desenvolvimento que melhor aproveitem a situação atual.

Recentemente, os governos da China e de vários países africanos, por meio do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), têm discutido a industrialização no continente africano. Essa discussão é particularmente significativa. Se a industrialização ocorrer, será limitada ao processamento de matérias-primas em países como o Peru? Parte da agenda sugere que, em vez de enviar abacates congelados do Peru para a China, eles devem ser parcialmente processados no Peru antes do envio, garantindo que algum valor agregado permaneça no Peru. A questão persistente permanece: que forma essa industrialização assumirá? Envolverá apenas o processamento de matérias-primas ou os produtos acabados serão fabricados nesses países? Este é um desafio crítico que exige uma análise cuidadosa. O Sul Global se limitará a processar matérias-primas ou estabelecerá uma cadeia de commodities e valor abrangente nas suas regiões antes de exportar mercadorias?

Uma segunda questão crítica surge quando se industrializa ou se amplia as forças produtivas: a fonte de capital para essa expansão. O capital será emprestado a taxas comerciais, prendendo assim os países em outro ciclo de dependência da dívida? Ou será garantido a taxas concessionárias ou por meio de joint ventures em que os países do Sul fornecem terras e matérias-primas, enquanto parceiros como China, Índia ou Vietname fornecem capital para a industrialização? Estas são questões sérias que não podem ser evitadas. É impossível discutir “desenvolvimento” sem uma discussão franca sobre o nível de processamento das matérias-primas em produtos acabados, ou como todo o processo de industrialização será financiado.

É evidente que o desenvolvimento e a modernização da China não foram alcançados principalmente através da exportação de matérias-primas, mas em grande parte através do imenso desenvolvimento da tecnologia e da melhoria qualitativa das forças produtivas. Isso envolveu a importação cuidadosa de tecnologia da Europa, Japão e outros países, seu aproveitamento meticoloso e subsequente aprimoramento para impulsionar qualitativamente as forças produtivas. Será que o Sul Global desenvolverá uma agenda de desenvolvimento que inclua a melhoria técnica das forças produtivas, garantindo que não haja receio em relação às melhorias de produtividade? Em muitos países do Sul, as populações são vastas e o desemprego é uma grave preocupação, levando ao receio da substituição da mão de obra pelo capital. Existe até uma tendência para acreditar que é melhor explorar a mão de obra e contratar mais trabalhadores do que melhorar qualitativamente as forças produtivas. Esta mentalidade deve ser superada. A melhoria qualitativa das forças produtivas deve estar no centro de qualquer agenda de desenvolvimento.

Este painel foi enquadrado por três palavras: soberania, independência e desenvolvimento. O meu foco tem sido o desenvolvimento, principalmente porque acredito que, a longo prazo, nenhum país pode ser verdadeiramente soberano ou independente se não se desenvolver genuinamente e proporcionar uma vida digna ao seu povo.

(Transcrito a partir da gravação e editado.)

2.1.2 Os múltiplos desafios enfrentados pelo Sul Global e a construção de uma nova ordem

- Palestrante: Narayan Kaji Shrestha Prakash
- Ano: 2024

É um grande privilégio estar hoje perante vós no Fórum Académico do Sul Global 2024, um encontro que reúne algumas das mentes mais brilhantes e líderes visionários de todo o mundo. Expresso a minha mais profunda gratidão a todos aqueles que tornaram este evento possível. Estamos reunidos aqui hoje num momento extraordinário da história. O mundo está passando por uma profunda transformação, e no centro dessa mudança está o Sul Global. Essas nações não estão mais apenas tentando alcançar os demais. Elas estão redefinindo o progresso, desafiando modelos ultrapassados de desenvolvimento e traçando seu próprio caminho para o futuro.

O Sul Global não é apenas um termo geográfico; representa uma filosofia de inclusão, equidade e solidariedade. É uma visão coletiva definida por lutas partilhadas, resiliência e busca pela justiça. Essa visão postula que todas as nações, independentemente do seu tamanho ou circunstâncias históricas, merecem igual valor e respeito. A filosofia do Sul Global apela à resolução de injustiças históricas, à superação de desigualdades estruturais e à promoção da cooperação em vez da divisão. Desde a Conferência de Bandung em 1955 até ao Movimento dos Países Não Alinhados e aos esforços atuais para uma ordem global mais equitativa, esta visão partilhada tem guiado a luta do Sul Global pela soberania, independência e crescimento sustentável.

O caminho a seguir não está isento de desafios. Hoje, o Sul Global enfrenta inúmeras questões complexas que exigem ação coletiva. O ressurgimento das mentalidades da era da Guerra Fria, o aumento das tensões geopolíticas e a militarização das dependências económicas e tecnológicas são obstáculos que devemos superar. Nações poderosas continuam a impor sistemas que perpetuam a pobreza e a desigualdade. Ao mesmo tempo, a crise climática ameaça a própria existência de muitas nações do Sul Global. Embora o mundo tenha entrado na era digital, esta nova era trouxe o seu próprio conjunto de desafios. A concentração de poder nas mãos de algumas plataformas dominantes limita a representação das perspectivas do Sul. À luz destes desafios, é claro que o Sul Global deve unir-se para defender uma estrutura global inclusiva que promova a justiça social, económica e ambiental para todos.

Este é um apelo a uma nova ordem económica internacional, que corrija as desigualdades sistémicas perpetuadas por instituições como o Fundo Monetário

Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que historicamente têm favorecido os interesses do Norte Global. Estas instituições têm refletido principalmente os interesses das nações desenvolvidas, levando a políticas e práticas que têm prejudicado os países em desenvolvimento do Sul Global. Os países em desenvolvimento frequentemente têm influência limitada nas instituições financeiras globais devido a direitos de voto desproporcionais e estruturas de governança que favorecem as nações mais ricas. Portanto, uma nova ordem que vise corrigir essas desigualdades sistémicas, garantindo que as regras e regulamentações financeiras sejam mais inclusivas, é de extrema importância. O Sul Global apela a uma ordem económica que priorize o desenvolvimento em detrimento do lucro e a equidade em detrimento da exploração. O reforço da cooperação Sul-Sul através de iniciativas como acordos comerciais partilhados, bancos de desenvolvimento regionais e esforços institucionais colaborativos criará uma nova ordem que será benéfica para todos. Ao aproveitar os recursos e conhecimentos locais, o Sul Global pode reduzir a dependência de potências externas e criar economias autossustentáveis.

A assistência financeira das instituições globais tradicionais muitas vezes vem acompanhada de condições rigorosas que favorecem profundamente o Norte Global e a busca da filosofia neoliberal, raramente se alinhando com as prioridades de desenvolvimento dos países beneficiários. Portanto, é importante um novo sistema financeiro que reduza essa dependência e permita que os países busquem políticas econômicas e de desenvolvimento mais adequadas aos seus contextos únicos. Isso deve ser uma característica marcante da cooperação do Sul Global.

A Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NWICO), que surgiu na década de 1970, continua a ser altamente relevante hoje em dia, especialmente para o Sul Global. Os objetivos originais da NWICO, de promover o acesso equitativo aos meios de comunicação e às tecnologias de comunicação, continuam a ser fundamentais para garantir que vozes diversas sejam ouvidas e representadas. O Sul Global deve defender um panorama mediático em que os fluxos de informação refletem uma ampla gama de perspectivas culturais, políticas e sociais, em vez de serem dominados por algumas plataformas poderosas controladas pelo Ocidente. Isto é essencial para alcançar uma ordem global da informação mais inclusiva, que amplifique as vozes e as narrativas do Sul. Apesar do advento das plataformas digitais, o Norte Global ainda detém um controlo significativo sobre o espaço digital, reforçando o domínio dos meios de comunicação e a desigualdade digital regional. Os algoritmos muitas vezes priorizam o conteúdo de nações mais ricas, marginalizando ainda mais as perspectivas do Sul Global e exacerbando a exclusão digital. Além disso, muitos países em desenvolvimento continuam a lutar com infraestruturas insuficientes para participar plenamente na economia digital. O Sul Global também enfrenta uma

representação diminuída na mídia global, muitas vezes sendo reduzido a estereótipos, o que tem levado a preocupações crescentes sobre a soberania da informação.

Ao traçarmos um rumo para o futuro, não devemos ignorar a importância da justiça climática. Apesar de contribuir menos para as emissões de gases de efeito estufa, o Sul Global é o que mais sofre com os efeitos das alterações climáticas. O Norte Global, que historicamente se beneficiou da industrialização às custas do meio ambiente, deve assumir a responsabilidade de reduzir as emissões e apoiar os esforços de adaptação e mitigação. Isso inclui fornecer transferências de tecnologia, apoio financeiro para iniciativas verdes e abordar as perdas e danos sofridos por comunidades vulneráveis. O Sul Global deve liderar a adoção de tecnologias verdes, energias renováveis e práticas agrícolas sustentáveis. A nossa visão de modernização deve ser aquela que cria economias resilientes, preservando o nosso ambiente para as gerações futuras.

O Sul Global sofreu muito com a exploração externa, o colonialismo e os conflitos alimentados por interesses externos. O nosso caminho a seguir deve priorizar a cooperação, o diálogo e a resolução de conflitos. Devemos rejeitar a política da divisão e da guerra e, em vez disso, defender soluções pacíficas por meio da diplomacia e da cooperação. Além disso, o intercâmbio cultural, a educação e a equidade social devem ser promovidos como pilares centrais do desenvolvimento. Devemos nos concentrar no capital humano, investindo em educação, saúde e proteção social. A equidade social deve ser fundamental para os esforços de desenvolvimento, garantindo que as comunidades marginalizadas, especialmente mulheres, minorias e pobres, sejam empoderadas e incluídas no processo.

A filosofia desempenha um papel fundamental na orientação da forma como as sociedades abordam a modernização, especialmente no Sul Global, onde um modelo de desenvolvimento único para todos muitas vezes negligencia as culturas e os valores indígenas. Em vez de seguir cegamente modelos ocidentalocêntricos, o caminho para a modernização deve ser holístico, combinando o crescimento económico com a equidade social e a sustentabilidade ambiental. Esta abordagem enfatiza três princípios fundamentais: primeiro, a soberania cultural, que envolve honrar as tradições, valores e aspirações únicas das nações; segundo, o progresso holístico, que busca um equilíbrio entre desenvolvimento económico, bem-estar social e cuidado ambiental; e terceiro, a humanidade partilhada, que ressalta que a modernização não deve se concentrar apenas no avanço tecnológico, mas também na criação de sociedades baseadas na dignidade, justiça e igualdade e . Desta forma, a filosofia ajuda a garantir que a modernização seja inclusiva e respeite os diversos contextos culturais, ao mesmo tempo que promove o progresso sustentável e humano.

O caminho para a modernização partilhada não deve simplesmente replicar o modelo industrializado do Norte. Em vez disso, deve ser um paradigma de desenvolvimento repensado que se alinhe com as necessidades, aspirações e identidades culturais únicas do Sul. Esses novos modelos devem equilibrar as oportunidades globais com a proteção de valores locais distintos, garantindo que o desenvolvimento seja inclusivo e sustentável.

No centro dessa modernização está o desenvolvimento económico. O Sul Global tem sido vítima de políticas neoliberais e do capitalismo desenfreado, que exacerbaram a desigualdade e minaram as tradições indígenas. O novo paradigma de desenvolvimento deve abordar essas questões, concentrando-se nas necessidades locais e, ao mesmo tempo, integrando-se à economia global. As prioridades devem incluir investimentos em tecnologia, manufatura, agroprocessamento e indústrias de valor agregado, que criarião empregos, aumentarão as exportações e estabilizarão as economias em toda a região. A sustentabilidade também deve ser uma prioridade fundamental. Muitos países do Sul Global, incluindo o Nepal, já sentiram os efeitos do crescimento insustentável impulsionado pela ordem global existente. É necessário um esforço colaborativo em todo o Sul Global para partilhar inovações e acelerar a adoção de tecnologias verdes e energias renováveis. Esta abordagem não só impulsionará a modernização, como também abordará os desafios urgentes das alterações climáticas e da degradação ambiental.

A cooperação regional é vital para o crescimento coletivo do Sul Global. Ao fortalecer o comércio regional, construir infraestruturas e promover a estabilidade política, as nações podem reduzir a sua dependência dos mercados externos e aumentar a resiliência económica. A criação de cadeias de valor regionais e mercados comuns promoverá o comércio intra-regional, criando um bloco económico mais unificado e robusto. A maior força do Sul Global reside na sua voz coletiva. Historicamente, plataformas como o Movimento dos Países Não Alinhados têm desempenhado um papel fundamental na defesa de políticas globais mais equitativas. No entanto, é preciso fazer mais para garantir a representação do Sul em órgãos decisórios importantes, como o Conselho de Segurança da ONU, a OMC e o FMI. Trabalhando em conjunto, essas nações podem pressionar por reformas que tornem as instituições globais mais representativas e responsáveis.

O Sul Global deve continuar a defender uma alternativa ao paradigma neoliberal dominante de desenvolvimento. Originária da Conferência de Bandung em 1955, a cooperação Sul-Sul promoveu uma visão de desenvolvimento emancipatório liderado pelo Estado. Esta nova abordagem deve enfatizar a cooperação económica, política, cultural e técnica entre os países do Sul Global. A cooperação Sul-Sul representa um projeto de longo prazo que visa libertar as nações dos vestígios do colonialismo, da

pobreza e do subdesenvolvimento. O Sul Global deve procurar transformar a ordem global, promovendo o benefício mútuo e a solidariedade entre as nações desfavorecidas, ao mesmo tempo que desafia o domínio imperialista do Norte.

O Sul Global deve estabelecer um novo padrão para a criação de novas tecnologias e inovação. Os avanços em áreas como inteligência artificial, genética, ciência de dados, exploração espacial e nova ciência dos materiais estão a moldar profundamente a civilização humana e devem ser perseguidos coletivamente. Esses avanços também trazem novos conjuntos de desafios e dilemas éticos. Devemos desenvolver uma visão coletiva e uma plataforma colaborativa para nos alinharmos com esses avanços e novos desafios.

À medida que avançamos, sejamos claros: o Sul Global não busca dominar, mas inspirar. Não pretendemos excluir, mas incluir. A nossa visão é de um futuro compartilhado — um mundo onde todas as nações tenham voz, onde todas as pessoas tenham oportunidades e onde a humanidade prospere em conjunto. Para alcançar isso, devemos agir coletivamente e com determinação. Vamos investir no nosso povo, capacitando-o com educação e habilidades. Vamos inovar juntos, aproveitando a tecnologia para o bem comum. E vamos liderar com coragem, mantendo-nos firmes contra as forças que procuram dividir-nos. A modernização no Sul Global não é o fim de uma jornada; é o início de um novo capítulo para a humanidade. É um capítulo em que a equidade, a justiça e a paz não são ideais, mas realidades. Juntos, podemos construir esse futuro hoje. Juntos, podemos redefinir a modernização para o mundo. Juntos, podemos criar uma civilização que realmente incorpore o melhor da humanidade.

(De acordo com o manuscrito traduzido automaticamente, com ajustes)

2.1.3 A economia política do Sul Global

- Palestrante: Juliane Furno

- Ano: 2025

Quero falar um pouco sobre elementos de economia política do Sul Global, tentando priorizar o que identifico como desafios, mas também as possibilidades do surgimento de uma nova ordem global emergente. Para começar, trago alguns elementos que ajudam a caracterizar a ordem multipolar que está se avizinhando, ou na qual iniciamos os primeiros passos.

Um elemento importante de caracterização diz respeito ao fato de que, pela primeira vez, a alteração que o mundo está vivenciando na ordem global não está sendo precedida de nenhuma grande guerra mundial. Historicamente, grandes reconfigurações sistêmicas foram precedidas ou catalisadas por guerras de caráter prolongado. Cito as guerras napoleônicas reconfigurando o processo antecedendo o Concerto Europeu; a Primeira Guerra Mundial deslocando a hegemonia da Inglaterra para os Estados Unidos; ou a própria Guerra Fria recolocando os Estados Unidos num papel de governança unipolar com a ausência de rivalidades no sistema interestatal.

Por um lado, é importante que a reconfiguração de uma nova ordem não seja precedida por uma grande guerra, pois poupa vidas; mas, por outro lado, isso coloca o desafio de um processo de erosão mais prolongado. Ou seja, a velocidade dessas transformações dependerá de várias variáveis e, provavelmente, se estenderá muito mais ao longo do tempo.

A multipolaridade que está emergindo no século XXI guarda várias especificidades, principalmente se comparada com o período de multipolaridade do final do século XIX. Um elemento fundamental é que a face das potências hoje emergentes é a de países subdesenvolvidos, países em desenvolvimento e do Sul Global. Trata-se de uma reconfiguração onde as potências emergentes são subdesenvolvidas, com as características políticas e geográficas que envolvem o conceito de Sul Global e subdesenvolvimento. Além disso, a reorganização global é de caráter multicultural, multiétnico e geograficamente localizada tanto fora da Europa e quanto fora do Ocidente.

Embora essa ordem esteja nascendo, algumas pessoas trouxeram a expressão de que "o novo ainda não nasceu e o passado ainda não morreu", caracterizando um período de interregno. Independentemente de a frase ser atribuída a Gramsci ou a Lênin, o que importa é a ideia de que vivemos um momento de interregno entre a desestruturação da velha ordem e a formação de uma ordem multipolar. Esse processo não ficará sujeito apenas às livres forças do mercado ou do próprio

desenvolvimento, pois os Estados Unidos desempenham um papel que obstaculiza ou dificulta qualquer movimento mais autônomo e mais cooperativo do Sul Global.

A importância do Sul Global é evidente: se pegarmos os BRICS, representamos em torno de 40% do PIB (contabilizando por paridade do poder de compra). Contudo, embora sejamos países emergentes e importantes nessa nova ordem global, essa importância ainda não se manifesta de forma proporcional no sistema monetário e financeiro internacional que coloca desafios no sentido de que o dólar ainda é a moeda preponderante, 88% das operações cambiais, enquanto apenas 15% envolvem moedas dos BRICS. Os questionamentos em relação à hegemonia e preponderância do dólar são antigos, mas têm se manifestado de forma mais presente no século XXI, sobretudo devido ao impacto da crise financeira, à guerra da Ucrânia, às sanções contra a Rússia e à possibilidade por tanto dos Estados Unidos usarem o dólar como arma política.

Para caracterizar o momento atual, faço dois paralelos aqui. No século XX, quando os Estados Unidos já tiveram um período em que seu poder e sua moeda foram, se não ameaçados, pelo menos questionados ou contestados. Esse poder americano foi contestado em vários campos:

Econômico e Tecnológico: Com o acirramento das rivalidades interimperialistas a partir do soerguimento da grande empresa japonesa e alemã, especialmente na década de 50.

Militar: Com a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã.

Político e Geopolítico: Uma série de questionamentos ou tensões; com a iminência da Revolução Iraniana em 79, fruto das mobilizações populares de 77, construindo uma política externa não alinhada ou anti-imperialista; a invasão do Afeganistão pela União Soviética e maiores extensões na região da Ásia; e a Revolução Sandinista na Nicarágua em 79, criando tensões, conflitos e dificuldades para o imperialismo norte-americano.

Monetário: Como a Paulo Nogueira Batista Jr. já falou, com o fim do lastro metálico, a valorização do dólar e o fim do sistema de Bretton Woods, além de questionamentos ao dólar especialmente vindos da França sobre a existência de lastro entre operações em dólar e o lastro metálico em ouro nos bancos centrais.

Supremacia Tecnológica: Com a aceleração expressiva dos esforços soviéticos na corrida armamentista que já buscava recuperar o atraso relativo da União Soviética em relação aos Estados Unidos na indústria de defesa, o que coloca um debate sobre questionamentos. Os Estados Unidos responderam a esse desafio de diversas formas: no campo tecnológico-militar com a "Guerra nas Estrelas" e a tentativa de suplantar

qualquer tentativa do rearmamento soviético; com a ampliação de bases militares, especialmente no Sudeste Asiático; e com a defesa do dólar amparada nos acordos de Plaza e Louvre. Com o aumento dos juros dos títulos da dívida pública americana em 79, uma drenagem da poupança mundial e um enquadramento que os Estados Unidos operam sobre seus concorrentes. Isso possibilitou que a dívida pública americana viraesse um mecanismo de sustentação de déficits comerciais elevados e persistentes, servindo como instrumento de captação forçada da liquidez internacional.

Podemos sugerir que os Estados Unidos mais uma vez, assim como na década de 70, estão sendo novamente ameaçado ou contestados nos campos monetário, financeiro e militar. Destacaria os seguintes pontos:

Há uma ofensiva ou bloqueio no campo militar, visível nos resultados da guerra da Ucrânia e na dificuldade da OTAN de se alastrar para países da antiga União Soviética.

A China ocupa um papel diferente da concorrência econômica japonesa e alemã do passado, representando simultaneamente uma rivalidade política, econômica e tecnológica.

Existem alternativas sendo aventadas no campo da desdolarização, com desenhos melhores e mais plurais de diversificação da cesta de moedas, incluindo os BRICS como tentativa de cooperação dos países do Sul Global.

As sanções operam um mecanismo paradoxal: ao mesmo tempo em que criam constrangimentos e dificuldades para países periféricos, e do Sul Global também vão ensejando alternativas por fora do dólar.

Para encerrar, pontuo alguns movimentos em curso que podem acelerar um processo de mudança. Primeiro, há uma alteração no papel de alguns países na economia mundial, especialmente China, Rússia e Brasil. Segundo, as tensões geopolíticas crescentes entre as potências globais ensejam cenários de maior multipolaridade, o que interessa aos países especialmente da periferia do Sul Global.

Além disso, há desconfianças em relação ao dólar geradas pela administração Trump e por fim uma disposição política de uma gama maior de países para reduzir essa dependência em relação ao dólar. Exemplos disso incluem o processo de internacionalização do RMB, acordos de liquidação em moedas locais e bancos centrais comprando euro para *hedge* (proteção) geopolítica, gestando várias alternativas no campo da desdolarização.

2.1.4 O que constitui uma boa modernização: o significado universal da modernização chinesa

- Palestrante: Su Changhe
- Ano: 2024

É uma grande honra participar neste Fórum Académico do Sul Global a convite dos organizadores. Em relação à proposta do Sr. Vijay sobre a viabilidade do desenvolvimento e da modernização para as nações do Sul Global, acredito que a resposta seja inequivocamente afirmativa. Vários países do Sul, incluindo a China, estão atualmente a explorar caminhos de modernização adaptados às suas circunstâncias específicas. Essa prática serve como prova convincente dessa viabilidade.

A modernização ao estilo chinês repetidamente enfatizada pelo presidente Xi Jinping possui cinco características centrais: o processo de modernização de um país com uma população superpopulosa; o desenvolvimento coordenado da civilização material e espiritual; a implementação do conceito de coexistência harmoniosa entre a humanidade e a natureza; o avanço da meta de prosperidade comum para todo o povo; e a adesão ao caminho do desenvolvimento pacífico. Essas características constituem os atributos essenciais do socialismo com características chinesas, ao mesmo tempo em que incorporam valores universais nos esforços de modernização.

Os ilustres colegas das nações do Sul aqui presentes podem ponderar: a experiência de modernização enraizada nas condições nacionais da China contém lições para outros? Defendo que, ao examinar a “modernização ao estilo chinês” dentro de um quadro teórico mais amplo de modernização, as suas cinco características estão fundamentalmente alinhadas com os padrões universais para caminhos de modernização de qualidade. A modernização de alta qualidade deve satisfazer pelo menos quatro requisitos fundamentais: em primeiro lugar, a adaptabilidade local dos modelos de desenvolvimento, permitindo caminhos adaptados às condições nacionais específicas; em segundo lugar, a abrangência dos objetivos de desenvolvimento, englobando o progresso coordenado nas dimensões económica, social, cultural e ecológica; em terceiro lugar, a inclusão dos resultados do desenvolvimento, garantindo que os frutos da modernização sejam partilhados por todos; e, finalmente, a sustentabilidade do processo de desenvolvimento, promovendo o progresso socioeconómico e, ao mesmo tempo, salvaguardando o desenvolvimento duradouro da civilização humana.

O caminho da modernização alcançou os seus objetivos de desenvolvimento auto-definidos? Medir as trajetórias de modernização do Oriente e do Ocidente em relação

a este critério revela que ambos os modelos alcançaram realizações significativas em termos de desenvolvimento, mas as suas interpretações teóricas político-económicas divergem fundamentalmente. As teorias político-económicas ocidentais, ao explicarem o seu caminho de modernização, tendem a enfatizar os princípios do mercado livre, as reformas de privatização e os sistemas de governo representativos, postulando estes elementos institucionais como a base para o avanço da civilização material. O quadro teórico da economia política da China, ao explicar o seu caminho de desenvolvimento, concentra-se em demonstrar os efeitos sinérgicos do sistema socialista, de um governo ativo e de um mercado eficiente. Enfatiza as vantagens institucionais do sistema de mobilização nacional, prioriza o equilíbrio dinâmico entre a vitalidade individual e as normas coletivas, valoriza a continuidade histórica da civilização tradicional chinesa e defende um sistema de política externa independente. Estes dois sistemas teóricos apresentam diferenças marcantes nas suas orientações de valores, desenhos institucionais e quadros interpretativos, refletindo as diversas características dos caminhos de modernização que emergem de diferentes contextos civilizacionais.

O segundo critério crucial para a modernização reside em garantir que os seus frutos sejam partilhados por segmentos mais amplos da sociedade. Perante este parâmetro, o caminho da modernização ocidental revela limitações pronunciadas: o aumento persistente das disparidades de riqueza interna, juntamente com os desequilíbrios distributivos que surgem nas nações que imitam o seu modelo, onde o crescimento económico não conseguiu estabelecer mecanismos de desenvolvimento inclusivos. Estas deficiências manifestam-se não só na governação interna, mas também moldam profundamente o panorama global. A teoria ocidental da modernização não conseguiu resolver a fragmentação social, exacerbando, em vez disso, as contradições estruturais dentro do sistema internacional e cimentando uma arquitetura de poder “centro-periferia” dentro do capitalismo global. Particularmente digno de nota é o modo como este modelo aprisionou as nações do Sul Global numa estagnação prolongada do desenvolvimento, tornando-as incapazes de transcender as restrições da ordem económica internacional existente.

A essência teórica do caminho da modernização chinesa enfatiza os atributos fundamentais do socialismo e uma filosofia de desenvolvimento centrada nas pessoas, tendo como princípio central o avanço de uma vasta população em direção à prosperidade comum. Este paradigma de desenvolvimento constrói uma trajetória de modernização mais inclusiva por meio da inovação institucional, superando as deficiências inerentes às teorias tradicionais de modernização e oferecendo soluções práticas inovadoras para os desequilíbrios globais de desenvolvimento.

O terceiro princípio fundamental dos padrões de modernização reside na abstenção de agressão, colonialismo ou pilhagem de outras nações como meio de alcançar a própria modernização. A análise das práticas globais de modernização revela as limitações históricas inerentes ao modelo ocidental tradicional — sustentado pelo estabelecimento de sistemas coloniais e pela invasão do espaço de desenvolvimento de outras nações. Esta lógica de desenvolvimento de soma zero não só corrói a base comum para o desenvolvimento internacional, como também representa uma ameaça sistémica à paz mundial. Em contraste, a modernização chinesa é pioneira num novo paradigma de desenvolvimento pacífico. Através de um quadro político institucionalizado, forjou um caminho de desenvolvimento endógeno e sustentável, totalmente livre dos grilhões históricos da expansão colonial.

Estes modelos de desenvolvimento divergentes geraram quadros teóricos fundamentalmente distintos. A estrutura teórica central da economia política ocidental, centrada na teoria evolutiva linear, defende implicitamente a legitimidade histórica da expansão colonial. Por outro lado, a filosofia chinesa de desenvolvimento pacífico constrói um novo paradigma de conhecimento que enfatiza a aprendizagem mútua entre civilizações e a cooperação mutuamente benéfica. Ambos apresentam diferenças essenciais na orientação de valores e abordagens práticas, refletindo diversas interpretações da essência da modernização entre civilizações.

O critério definitivo para avaliar os caminhos da modernização reside na sua capacidade de alcançar o autodesenvolvimento e, simultaneamente, promover estruturas cooperativas e mutuamente benéficas com outras nações para promover o progresso comum. Um modelo de modernização verdadeiramente superior deve transcender as limitações do isolacionismo egoísta, esforçando-se, em vez disso, por estabelecer mecanismos virtuosos para o benefício mútuo global. A experiência histórica demonstra que os caminhos tradicionais da modernização raramente atingem este objetivo, resultando frequentemente em desequilíbrios de desenvolvimento.

A prática de modernização da China está a esforçar-se ativamente para superar essas limitações históricas. Por meio de medidas substantivas, como a construção conjunta da Iniciativa Belt and Road, o aprofundamento da cooperação económica e o avanço de resultados mutuamente benéficos, ela está a explorar proativamente caminhos para o desenvolvimento coordenado com as nações do Sul Global. Essa orientação de valores — buscando tanto o avanço doméstico quanto o progresso de outros países — objetivamente exige transcender as estruturas dos sistemas duais de conhecimento existentes para construir um novo paradigma de ciências sociais adequado às demandas do desenvolvimento compartilhado.

2.2 Crise da hegemonia do dólar e a emancipação monetária do Sul Global

2.2.1 A hegemonia do dólar e a desdolarização: reconstruindo o sistema monetário internacional no contexto da ascensão das nações do Sul Global

- Palestrante: Ding Yifan
- Ano: 2024

Portanto, devemos libertar-nos ideologicamente da estrutura imposta pelo Ocidente, desafiando e rejeitando regras internacionais que carecem de igualdade e inclusão. Quando os países ocidentais insistem em nos vincular a essas regras, devemos afirmar com veemência que não estamos envolvidos na sua formulação e que elas podem ser modificadas arbitrariamente pelos legisladores. Recusamos veementemente tal arranjo desigual.

Os países do Sul Global devem unir-se e colaborar para promover um novo sistema monetário e de pagamentos internacional justo, equitativo e inclusivo, libertando o desenvolvimento futuro das amarras de instituições injustas. Isto é mais do que uma questão económica; diz respeito à justiça e à sustentabilidade da governação global.

Obrigado a todos!

2.2.2 Senhoriagem e o dilema do sistema monetário da China: a contradição entre um gigante industrial e uma minoria monetária

- Palestrante: Lu Di

- Ano: 2024

Desde o lançamento da política de reforma e abertura, a oferta de crédito da China expandiu-se em paralelo com a escala económica do país. O rácio e da moeda ampla em relação ao PIB tem aumentado de forma constante, sem provocar inflação grave. Esta soberania monetária vantajosa tem sustentado a transformação económica em meio a déficits fiscais persistentes, permitindo à China manter um modelo de crescimento orientado para a produção durante a sua transição de uma economia planificada para uma economia mista. Consequentemente, a China tem mantido um crescimento acelerado ao longo de muitos anos, mantendo a inflação sob controlo.

No entanto, o desafio da dependência externa do dólar americano persiste. Por um lado, a China tornou-se a maior economia produtiva, comercial e industrial do mundo, com o valor acrescentado da indústria transformadora a ultrapassar o das principais nações europeias e americanas. Em 2012, o valor chegou mesmo a aproximar-se do total combinado dos países do G7. Por outro lado, a quota do RMB chinês nas reservas internacionais e nas liquidações comerciais continua baixa, insuficiente para sustentar eficazmente as atividades económicas e comerciais externas da China. A dependência do dólar americano acarreta múltiplos custos, incluindo senhoriagem financeira e riscos adicionais quando a hegemonia do dólar é alavancada para interesses nacionais ou utilizada como arma.

Por exemplo, de 2015 a 2016, a China passou por uma grave fuga de capitais, com as estimativas mais conservadoras chegando a 600 mil milhões de dólares. As saídas de capitais não só alimentaram bolhas de ativos e riscos financeiros, mas também arrastaram as empresas manufatureiras para a especulação financeira, exacerbando a financeirização secundária. Esse tem sido um fator-chave por trás da estagnação do investimento produtivo — especialmente o investimento privado — e da desaceleração económica gradual na última década. O crescimento real anual do PIB per capita da China foi, em média, superior a 8% entre 1978 e 2012, mas caiu para cerca de 5% posteriormente, com dificuldades e es crescentes para manter este ritmo.

Esta situação limitou a autonomia da política monetária, ampliou a dependência do dólar americano e a vulnerabilidade a choques externos e exacerbou a supressão global de longo prazo do investimento produtivo. À medida que a China se integra

profundamente no mercado mundial, esta tornou-se uma questão que deve ser enfrentada.

Portanto, a questão para a China e o Sul Global não é se devem ou não abandonar o dólar, mas como enfrentar os altos riscos e custos decorrentes da hegemonia do dólar e da sua utilização como arma. Esta é uma realidade inevitável que exige soluções urgentes para um sistema monetário internacional mais justo, seguro e autónomo.

Obrigado a todos!

2.2.3 Desglobalização do dólar americano e multipolaridade monetária: um quadro teórico para reduzir os privilégios excessivos do dólar democratizado

- Palestrante: Ndongo Samba Sylla
- Ano: 2024

Historicamente, os desafios sistémicos ao regime do dólar não tiveram origem nas nações BRICS. A oposição inicial surgiu do Ocidente, particularmente liderada pela França. No início do sistema de Bretton Woods — quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial foram criados — a França emergiu como uma das nações mais influentes dentro da estrutura. Apesar de sua economia devastada pela guerra, a França insistiu em garantir a terceira maior cota no FMI, posicionada imediatamente após os Estados Unidos e o Reino Unido, e à frente da China. A França chegou a ameaçar retirar-se do sistema caso suas exigências não fossem atendidas. No final, os Estados Unidos acederam a esse pedido.

Ao contrário de outras nações, a França não pagou a sua quota no FMI em moeda nacional ou ouro, mas emitiu títulos do Tesouro sem juros. Em 1947, a França tornou-se o primeiro país a garantir um empréstimo do Banco Mundial e a recorrer aos recursos do FMI. De 1946 até aos dias de hoje, o FMI teve doze diretores executivos, cinco dos quais eram cidadãos franceses, cujo mandato combinado durou 44 anos.

Ironicamente, a França — um dos principais beneficiários do sistema de Bretton Woods — nunca deixou de criticar e minar o domínio do dólar. O estatuto do dólar como moeda de reserva global permitiu aos Estados Unidos comprar bens e serviços estrangeiros a crédito. Também podiam emitir dólares sem restrições para adquirir empresas europeias ou financiar operações militares. O então presidente francês Charles de Gaulle nutria um profundo ressentimento pelo “privilégio excessivo” do dólar, adotando a famosa frase cunhada pelo seu ministro das Finanças e Economia, Valéry Giscard d'Estaing. Para minar o domínio do dólar, De Gaulle exigiu que a Reserva Federal trocasse sistematicamente os seus excedentes de dólares por ouro monetário. Esta medida radical foi um dos fatores que contribuiu para a desvinculação do dólar do ouro no início da década de 1970.

Para garantir a autonomia económica dentro do sistema dominado pelo dólar, a França do pós-guerra também impôs um regime monetário a muitas das suas antigas colónias africanas. Isto concedeu à França uma forma de “privilégio excessivo” semelhante ao que os Estados Unidos desfrutavam globalmente. Por um lado, a França podia comprar bens e serviços dos seus Estados clientes africanos sem deter dólares. Por outro lado, exercia controlo total sobre as receitas em dólares dessas nações, utilizando-as à sua vontade. Infelizmente, embora o franco francês tenha sido

substituído pelo euro em 1999, esse imperialismo monetário persistiu. Em 2024, catorze nações da África Subsaariana — representando mais de 200 milhões de pessoas — ainda usam o franco CFA. Criada durante a era colonial em 1945, essa moeda continua sendo administrada pelo Ministério das Finanças francês.

Esta história demonstra que desafiar a hegemonia monetária americana não impede que os desafiantes mantenham as suas próprias formas de soberania monetária. Este ponto recebe atenção insuficiente nos debates atuais sobre a desdolarização. O próprio termo carece de clareza. Normalmente, o seu uso refere-se ao desenvolvimento de iniciativas de pagamento bilaterais e multilaterais para diminuir o papel do dólar e do seu sistema financeiro nas transações comerciais internacionais. Esta tendência é real e está a acelerar. Em 2020, o comércio global totalizou aproximadamente 46 biliões de dólares, com quase metade de todas as transações realizadas fora do sistema do dólar. No entanto, mesmo com mais nações a optarem por moedas não dolarizadas nas liquidações comerciais, o estatuto do dólar como moeda de reserva global permanecerá inalterado no curto prazo.

O atual desafio à hegemonia do dólar americano (e, em menor grau, do euro) decorre em grande parte das sanções financeiras unilaterais impostas pelos Estados Unidos e pela zona euro a nações como a Rússia, o Irão e a Venezuela. Quando os bancos desses países são excluídos do sistema da Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT), as suas reservas em dólares americanos, euros e até mesmo em ouro correm o risco de serem confiscadas. Confrontados com tais sanções, um número crescente de nações reconhece a necessidade de desenvolver sistemas de pagamento alternativos, reduzir as reservas em dólares e euros e buscar caminhos mais seguros para armazenar seus excedentes cambiais. Essas motivações são articuladas em um documento de pesquisa elaborado pelo Instituto de Estudos Económicos e Financeiros em nome do governo russo para as nações do BRICS. O relatório critica o atual sistema de pagamentos internacionais por ser explorado pelo Ocidente devido à falta de concorrência, defendendo, em vez disso, um sistema monetário e financeiro internacional baseado nos princípios de segurança, independência, inclusão e sustentabilidade.

Estas afirmações dos BRICS refletem, em parte, as exigências dos países que acumulam excedentes cambiais substanciais. No entanto, o problema fundamental do atual sistema monetário e financeiro internacional reside menos na hegemonia do dólar do que na dependência de um punhado de moedas como ativos de reserva, obrigando a grande maioria dos países a acumular esses ativos para pagamentos externos. Na verdade, o atual sistema monetário internacional poderia ser denominado um “padrão fiduciário”. Este conceito reflete como um punhado de moedas serve internacionalmente como unidades de conta, meios de pagamento e

reservas de valor. Os países que emitem essas moedas desfrutam de vantagens substanciais: os seus déficits na balança de pagamentos podem ser autofinanciados, uma vez que compram importações na sua própria moeda, com impacto normalmente limitado na estabilidade da taxa de câmbio. Por outro lado, os países cujas moedas não têm o estatuto de ativo de reserva muitas vezes têm de acumular reservas cambiais substanciais para efetuar pagamentos externos e estabilizar as taxas de câmbio. Por exemplo, o défice comercial dos Estados Unidos com a China implica que a China acumule depósitos em dólares, que são normalmente investidos em títulos do Tesouro dos EUA. Esta assimetria decorre da incapacidade do sistema monetário internacional de facilitar a conversão livre de pagamentos entre diferentes nações emissoras de moeda.

Este padrão monetário fiduciário impõe um problema de transferência perpétua ao Sul Global. A sua capacidade de pagar dívidas externas em moeda nacional é limitada pelo seu acesso a moedas estrangeiras fortes. Em contrapartida, nos principais países emissores de moeda, os pagamentos externos são indistinguíveis dos pagamentos internos. Os países do Sul Global precisam acumular dólares americanos ou outras moedas importantes para fazer pagamentos externos, o que é a principal causa de seus empréstimos em moeda estrangeira e subsequentes crises da dívida. O padrão da moeda fiduciária basicamente prende essas nações periféricas a um padrão de dependência monetária e financeira. No entanto, nem todos os países enfrentam a mesma situação. Os países com déficits persistentes na balança corrente muitas vezes precisam de empréstimos externos e podem cair em crises da dívida. Por outro lado, os países que acumulam consistentemente excedentes cambiais substanciais não precisam de contrair empréstimos para obter os dólares necessários, uma vez que as suas receitas de exportação normalmente excedem os pagamentos. Embora os países excedentários possuam, em teoria, maior flexibilidade fiscal do que os países deficitários, eles também enfrentam uma forma de dependência financeira ao acumular depósitos em moedas importantes que rendem retornos mais baixos e correm o risco de confiscação pelo país emissor.

Estes fatores indicam que mesmo o aumento da quantidade de moedas de reserva globais não pode resolver fundamentalmente a questão da grande maioria das nações serem obrigadas a acumular reservas cambiais. Um sistema monetário e financeiro internacional justo, propício ao desenvolvimento e à ação climática, deve eliminar a obrigação das nações de acumular reservas cambiais e permitir que todos os países paguem as importações na sua própria moeda. Este objetivo constitui a “democratização do privilégio excessivo do dólar” que defendemos. O caminho ideal para concretizar esta visão reside no estabelecimento de um mecanismo de União Internacional de Compensação, há muito defendido pelos economistas keynesianos. Como articula Jan Kregel, a sua função principal seria “abrir o estatuto das moedas

nacionais como ativos de reserva e estabelecer incentivos sustentáveis para o ajustamento da balança de pagamentos internacional através da criação de um quadro global de gestão da liquidez".

Dentro dessa estrutura institucional, reformas técnicas, como a expansão das quotas de Direitos Especiais de Saque ou o ajuste das alocações, se tornariam desnecessárias. A descentralização ou multipolarização das moedas só pode produzir impactos duradouros e benéficos para o Sul Global quando efetivamente "democratiza" o privilégio excessivo do dólar americano.

2.2.4 Fragmentação geopolítica e o panorama monetário internacional

- Palestrante: Paulo Nogueira Batista

- Ano: 2025

Falarei brevemente sobre o tema do Movimento dos Países Não Alinhados nas atuais condições geopolíticas, partindo do que parecem ser quatro cenários possíveis em termos geopolíticos e do papel que o Movimento dos Países Não Alinhados pode desempenhar nesses diferentes contextos.

Começando por um cenário improvável, mas que não pode ser totalmente descartado: os EUA e os seus aliados conseguem recuperar a hegemonia. Sabemos que estão em declínio. Este declínio pode até acelerar, pode até já ter acelerado. Mas será possível que recuperem a sua posição? Não é impossível, já aconteceu antes. Se olharmos para a história dos Estados Unidos no século XX e voltarmos aos anos 60, 70, à Guerra do Vietname, à inflação, à crise do sistema do dólar estabelecido em Bretton Woods, etc., veremos que, após 10 anos de luta, os EUA conseguiram recuperar sob Ronald Reagan. Agora, Donald Trump, na minha opinião, não é uma segunda vinda de Ronald Reagan. A situação dos EUA é muito mais difícil agora do que era nas décadas de 1970 ou 1980. Portanto, acredito que não veremos uma recuperação do antigo estilo de domínio ocidental que tínhamos até o início deste século.

O segundo cenário possível seria algo a que Donald Trump se referiu recentemente quando visitou a Coreia do Sul e se encontrou com o presidente Xi Jinping: a oferta de um acordo G2 em que os EUA e a China partilhariam o poder global. Os Estados Unidos supostamente se ajustariam ao facto de que a China é incontrolável e estabeleceriam relações pacíficas. Esse seria o G2 — um cenário altamente problemático para nós, países do Sul Global. Teríamos de enfrentar o facto de que as duas grandes potências estariam unidas em grande medida. Para o Movimento dos Países Não Alinhados, isso seria um grande desafio. Mas eu afirmo que esse cenário G2 também é improvável. Por quê? Basicamente, porque temos que agradecer aos Estados Unidos por serem extremamente inflexíveis. Espero que também possamos agradecer à China por não cair nessa armadilha. Não creio que a China o faça. Sabem por quê? Porque a China, como todos os outros, sabe que não se pode confiar nos EUA. Eles têm tendência a assumir compromissos e a voltar atrás com muita facilidade. Portanto, não esperaríamos que a China simplesmente acreditasse nos EUA e optasse por uma solução G2, sacrificando os laços que desenvolveu com os BRICS e o resto do Sul Global.

Um terceiro cenário é ainda pior, da nossa perspectiva, que é o que poderíamos chamar de G3, um acordo entre a Rússia, a China e os Estados Unidos; um acordo

entre superpotências que tentaria dividir grande parte do mundo em esferas de influência. Esse o seria, obviamente, uma grande derrota para o projeto do Sul Global e para o projeto dos BRICS. Talvez beneficiasse os três países em termos de política de poder. Mas, novamente, o que nos salva desse cenário terrível? A intransigência do Ocidente. O Ocidente está muito convencido de sua superioridade e de seu direito de governar. É improvável que os EUA concordem em realmente compartilhar o poder com a Rússia e com a China. Veja a China dessa perspectiva. Acredito — os meus colegas chineses aqui presentes podem corrigir-me se estiver errado — que a China tem dificuldade em estabelecer uma hegemonia na sua região; ela é fortemente contestada por muitos países vizinhos. Tem relações difíceis com a Índia, com o Japão, com o Vietname e com as Filipinas. Portanto, a China seria um pouco tola em aceitar tal divisão do mundo, porque não se beneficiaria da possibilidade teórica de estabelecer uma esfera de influência na sua região. A menos que os EUA aceitassem que Taiwan voltasse para a China, totalmente. Isso seria muito difícil para os Estados Unidos engolirem. E a Rússia? Os amigos russos podem discordar, mas acho que a Rússia pode não achar que seja uma coisa ruim ter sua esfera de influência reconhecida, por exemplo, incluindo a Ucrânia. Talvez os EUA concordassem, mas os europeus têm mostrado repetidamente que não estão dispostos a seguir esse caminho. Portanto, o G3 provavelmente também é impossível.

Um quarto cenário é aquele que eu acho que prevalecerá. É o mundo multipolar. Confuso, com múltiplos centros de influência. Uma multimoeda, por exemplo, prevaleceria. Talvez neste contexto, um grupo ou subgrupo de países do Sul Global possa trabalhar em direção a um novo sistema monetário, uma nova moeda de reserva. Isso pode ser uma tarefa muito difícil para nós. Mas, de qualquer forma, um mundo multipolar é o resultado mais provável do declínio do Ocidente. É o que parece provável nas condições mundiais atuais. Assim, teríamos o polo do Atlântico Norte, Estados Unidos, Canadá, Europa; teríamos o polo do Sul da Ásia com a Índia; o polo do Leste Asiático muito influenciado pela China; a Eurásia da Rússia; o Brasil, se se organizar, pode constituir o seu próprio centro de influência na América do Sul e assim por diante. Nesta concepção, o que se prevê são centros de influência; não esferas de dominação, como se pensava tradicionalmente. O Brasil, por exemplo, não poderia chegar aos seus vizinhos e dizer: vamos construir algo que eu lideraria. A propósito, acho que os grandes países do mundo, incluindo os grandes países do Sul Global, nunca deveriam usar a palavra “liderança”. Não se nomeia a si mesmo líder de nada; é preciso ser reconhecido como tal, se é que isso é possível, certo? Às vezes, caímos na armadilha de nos comportarmos como os americanos, que se autodenominam líderes do mundo o tempo todo.

Para concluir estes comentários, algumas palavras sobre o BRICS e o BRICS+. Como eu disse, o BRICS se tornaria irrelevante e sem sentido nos cenários G2 ou G3. Seria

muito relevante na continuação ou no restabelecimento da hegemonia americana e muito relevante no mundo multipolar. Agora, e quanto à expansão do BRICS? Neste momento, o BRICS tem apenas dez países e o Sul Global tem cerca de 140. O BRICS pode tornar-se mais inclusivo? Somos agora dez países que são membros plenos do grupo e dez países parceiros. Há um dilema para o BRICS, porque um grupo grande ganha visibilidade, mas perde eficácia. O dilema, por outras palavras, é a escolha entre eficiência e inclusão. , sinceramente, que o BRICS pare de se expandir sem excluir a cooperação com outros países do Sul Global. Temos mecanismos para isso. Criámos um Novo Banco de Desenvolvimento, o NDB, com sede aqui em Xangai. Acredito que todos vocês já ouviram falar dele. É um banco do Sul Global, pelo menos em conceito. Se forem ao edifício do banco, ficarão impressionados. Um belo edifício construído pela municipalidade de Xangai para nós, com 30 andares e uma estrutura maravilhosa. O banco tem quase 300 funcionários. Dezenas de projetos foram aprovados em infraestrutura e desenvolvimento sustentável. O banco possui uma base de capital de mais de US\$ 10 bilhões, paga pelos países membros. Emitimos títulos, inclusive em moedas diferentes do dólar.

No entanto, o NDB fica aquém do que planeámos, quando vim para Xangai há exatamente 10 anos, como parte da administração do novo banco. Ainda não é um banco global. Longe disso. Como mencionado, o banco tem apenas dez países membros. Precisa de expandir o seu número de membros se quiser ser relevante no cenário global. Outro problema grave que mencionarei é que o NDB está firmemente ligado aos mercados de capitais ocidentais, ligado a Wall Street, ligado a Londres, ligado às agências de notação de risco dos Estados Unidos. Isto levou-nos à situação absurda em que o NDB deixou de conceder empréstimos a um membro fundador – a Rússia. O banco deixou de desembolsar mesmo contratos pré-existentes, assinados antes da guerra na Ucrânia, o que constitui uma violação de contratos legalmente perfeitos, e isto devido ao receio de sanções por parte do Ocidente. Em retrospectiva, penso que cometemos um erro naquela altura, subestimando a gravidade e a duração da divisão geopolítica. Quando fundámos o banco, não previmos que ele precisaria de ser muito mais independente dos mercados de capitais ocidentais do que é agora. O outro problema é que não temos muita certeza da qualidade dos projetos. De fora, não podemos verificar se os projetos são realmente eficientes, porque não há transparência no banco. E a falta de transparência é mais um problema. Se você acessar o site do banco, não encontrará muitas informações.

Era isso que eu queria dizer-lhe. Acho que o Sul Global tem um papel importante a desempenhar, agora mais do que nunca. Vou citar o que ouvi num jantar em Pequim de um ex-funcionário chinês. Ele disse que o mundo está a mudar tão rapidamente, o Ocidente tem tantas dificuldades que chegou a hora de as pessoas do Sul Global se

manifestarem, fazerem ouvir as suas vozes, para que o mundo possa mudar para melhor.

2.2.5 Reformando o sistema financeiro mundial: mudança de paradigma tecnológico e oportunidades históricas para os países do BRICS

- Palestrante: Violetta Arkhipova
- Ano: 2024

No caso dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), várias etapas dessa integração noo¹ são muito semelhantes ao desenvolvimento do grupo, e podemos considerá-lo um grupo noo-integral. Dentro desse grupo, há uma iniciativa para construir uma área monetária e financeira comum, que pode ser o início de reformas para o sistema monetário e financeiro global.

No que diz respeito ao caso da Rússia, estamos a tentar compreender por que razão foram impostas sanções a um país tão diferente dos anteriormente sancionados, em termos de território, número de parceiros comerciais e integração nos mercados mundiais. Concluímos que este período severo se deveu aos efeitos das reformas da década de 1990, e as sanções foram um choque externo destinado a ser transformado num choque interno para perturbar a economia russa. Embora tenha havido vários anúncios de que a economia russa foi absolutamente destruída pelas sanções, pesquisas subsequentes mostraram um efeito médio. Às vezes, é difícil ter uma visão exata do impacto das sanções. No início do período de sanções, o Dr. Glazyev e eu pegamos alguns indicadores e, por meio de análise de correlação, descobrimos apenas um leve efeito das sanções durante esse período, que tem uma dinâmica redutora. Por exemplo, nossas estimativas da taxa de câmbio capturaram o efeito mais ativo das sanções em 2015, de cerca de 10% a 15%, com um efeito muito menor, de menos de 4%, em 2014 e 2016. Não houve nenhum problema grave no emprego. Vemos as sanções como um estímulo para a nossa economia rumo à reindustrialização. Nesse caso, a desintegração e a transformação do sistema financeiro mundial são muito significativas para nós, e a Rússia está entre os apoiantes dessa integração.

O meu colega mencionou o relatório de uma equipa russa que propôs princípios fundamentais, tais como a utilização de mecanismos digitais para transformar o sistema monetário mundial. Em consonância com as nossas propostas de não integração e de construção de uma área monetária e financeira comum, isto pode ser bastante viável. Para concluir, esta é a maior oportunidade para os países em desenvolvimento e para os países BRICS criarem um novo mundo e uma nova ordem

¹ NDT “A noonomia constitui uma forma não econômica de satisfazer os desejos razoáveis dos seres humanos. Servirá como base material para formar e garantir a funcionalidade da noosociedade”. Sergey Bodrunov, Noonomy as the Material Basis for a Prospective Humanitarian Model of Public Order, Sustainability 2021, 13(3), 1454; <https://doi.org/10.3390/su13031454>

mundial, e reconstruírem o sistema financeiro mundial de acordo com a sua compreensão e princípios. O principal é que precisamos primeiro acreditar na viabilidade desta iniciativa, neste novo tipo de integração e cooperação, e depois começar a trabalhar em mecanismos concretos. Isto inclui melhorar o Novo Banco de Desenvolvimento para não depender do FMI (Fundo Monetário Internacional). Gostaria de lembrar o maravilhoso conto de fadas, *O Mágico de Oz*, onde os heróis percorreram a estrada pavimentada com tijolos amarelos para realizar os seus sonhos. Acredito realmente que o nosso BRICS dourado nos seguirá para um futuro melhor.

(Transcrito da gravação e editado.)

2.2.6 Reservas monetárias e sistemas de pagamento dos BRICS: mecanismos operacionais e vias de implementação para uma moeda supra soberana

- Palestrante: Gong Gang

- Ano: 2024

Neste contexto, os países em desenvolvimento devem unir-se para introduzir uma moeda supranacional – provisoriamente denominada “moeda BRICS” – para estabelecer um novo sistema monetário internacional. Os seus mecanismos centrais devem ser: todas as liquidações comerciais intra-sistema seriam realizadas exclusivamente na moeda BRICS, sem troca bilateral direta entre moedas soberanas; os Estados membros manteriam políticas monetárias e fiscais independentes; as taxas de câmbio, as regras de emissão e expansão seriam determinadas conjuntamente pelos Estados membros. Para concretizar este sistema, deve ser criada uma plataforma de pagamentos independente, separada do SWIFT, para incorporar todos os pagamentos transfronteiriços num sistema autónomo. Isto não é apenas um pré-requisito para o bom funcionamento da moeda BRICS, mas também uma salvaguarda para a segurança financeira.

O lançamento da moeda BRICS desafiará inevitavelmente os interesses fundamentais do sistema do dólar, podendo provocar fortes contramedidas por parte dos EUA. No entanto, este sistema não precisa de abranger todos os países BRICS desde o início. Pode ser introduzido com o acordo de apenas dois países e gradualmente expandido para atrair mais Estados membros. À medida que o número de membros cresce e a sua influência aumenta, até mesmo os EUA podem ser obrigados a entrar em negociações. Uma nova ordem monetária internacional será promovida.

Vale a pena notar que, embora a internacionalização do RMB chinês possa servir como um caminho para a desdolarização, este método não pode alterar as desigualdades no sistema monetário internacional se for promovido exclusivamente dentro do mecanismo existente. Portanto, a construção de um sistema monetário BRICS justo, equitativo e inclusivo não se trata apenas de interesses económicos, mas também tem o potencial de estabelecer as bases para a realização de uma comunidade com um futuro comum para a humanidade.

2.3 A lógica do desenvolvimento e o caminho para a autonomia do Sul Global

2.3.1 Capital, Estado e desenvolvimento: um novo discurso para o Sul Global

- Palestrante: Li Shimo
- Ano: 2023

Para nós, no Sul Global, isso pode representar uma oportunidade: podemos, com base no nosso próprio contexto e trajetória de desenvolvimento, forjar novas ideias e conceitos que tracem um caminho claro para o mundo inteiro — incluindo as nações desenvolvidas — e liderar esse discurso? É claro que isso abrange uma infinidade de dimensões. Hoje, abundam os discursos sobre direitos humanos, humanitarismo e a relação entre a humanidade e a natureza. O liberalismo ocidental possui um discurso abrangente e uma estrutura teórica totalmente coerente. Estamos apenas a começar, com muito caminho ainda por percorrer.

Hoje, falei a partir das minhas próprias reflexões e experiência profissional. Trabalho com capital de risco. O que desejo abordar agora é a relação entre capital, Estado e desenvolvimento. Todos reconhecemos que o Sul Global, incluindo a China, enfrenta agora uma situação difícil: os desafios de desenvolvimento encontrados nas últimas décadas, nos últimos vinte ou trinta anos. Onde exatamente estão esses problemas de desenvolvimento?

Lembro-me de Marco ter mencionado anteriormente que, quando entrevistei o presidente Lula no ano passado, fiz-lhe uma pergunta. Eu disse que, após o fim da Guerra Fria e o início da globalização, todos nós estávamos cheios de esperança. Parecia que, se conseguíssemos integrar-nos nesse mundo globalizado, os países em desenvolvimento também poderiam rapidamente tornar-se desenvolvidos. Teríamos acesso a tudo o que os EUA e a Europa possuíam. No entanto, passaram-se vinte anos, passaram-se trinta anos, e por que razão os chamados países BRICS, entre outros, ainda apresentam um desenvolvimento insatisfatório? Por que razão isso acontece? Muitos até caíram em situações difíceis significativas, não apenas resultados insatisfatórios. Essas situações difíceis incluem conflitos internos e guerras. Lula deu-me uma resposta que me surpreendeu. Ele disse: “Então, por que razão a China parece estar a desenvolver-se tão bem? A China parece estar a destacar-se sozinha. Por que razão isso acontece?” Ele respondeu: “Porque vocês passaram por uma revolução. O vosso desenvolvimento foi executado com base nessa revolução. Naturalmente, vocês têm o Partido Comunista Chinês; a revolução foi liderada pelo Partido Comunista. Nós não passámos por essa revolução, por isso continuamos a lutar dentro das estruturas pré-revolucionárias.”

Durante a recente visita do presidente Lula a Xangai, encontrei membros da sua delegação. Um senhor brasileiro experiente comentou comigo: “A diferença fundamental entre a China e o Brasil é que vocês passaram por cem anos de humilhação. Vocês passaram por um século de desgraça, depois passaram por uma revolução e alcançaram o rejuvenescimento nacional. Nós passamos por quatrocentos anos de humilhação, mas ainda não tivemos uma revolução, daí a nossa atual estagnação.”

Hoje, gostaria de explorar como, dentro desse novo cenário, poderíamos desenvolver novos discursos capazes de abordar tanto os desafios ocidentais quanto os nossos. Para as nações do Sul Global, incluindo as desenvolvidas, a questão primordial em nosso desenvolvimento atual reside em compreender o capital, compreender o Estado e compreender como navegar pela dinâmica entre o capital e o Estado. De facto, ao longo do processo de globalização pós-Guerra Fria, as nações do Sul Global — incluindo a China — ficaram, em certa medida, presas na estrutura discursiva dos últimos dois séculos nos Estados ocidentais desenvolvidos e liberais: uma narrativa do fluxo e refluxo entre o capital e o Estado. No entanto, esta estrutura pode revelar-se inadequada às nossas circunstâncias e à trajetória atual de desenvolvimento. Naturalmente, na era pós-Guerra Fria, quase todas as nações do Sul Global abraçaram o neoliberalismo, as economias de mercado e o pequeno governo. Todas estas políticas provaram agora causar danos imensos e produzir resultados medíocres.

Hoje, como economista e investidor de capital de risco, a nossa bíblia coletiva é, sem dúvida, Schumpeter. As citações que crescemos a ler — os ditos do presidente Schumpeter, ha ha. Como se poderia descrever os ditos do presidente Schumpeter? Ao longo dos meus estudos de MBA, toda a estrutura teórica foi criada por ele. Ele é autor de duas obras seminais que estudámos desde o início: A Teoria do Desenvolvimento Económico, que enfatiza o papel fundamental do empreendedorismo e da inovação no crescimento económico. Veja bem, acredito que todos estejam bastante familiarizados com essa teoria, certo? Os empreendedores, ao assumirem riscos e incertezas, impulsionam novos produtos, novos métodos de produção e novos mercados. Tudo isso se organiza em inovação, impulsionando continuamente o desenvolvimento económico. Ele também introduziu os conceitos de ciclo de inovação e destruição criativa. Todos esses conceitos moldaram a nossa indústria, incluindo as três a quatro décadas de reforma e abertura da China. Muitos dos que impulsionaram esse processo de reforma e abertura o fizeram dentro dessa estrutura teórica e conceitual.

No entanto, Schumpeter também é autor de Capitalismo, Socialismo e Democracia. Ele previu que, embora esse capitalismo inovador pudesse gerar imenso valor e alcançar grande sucesso, acabaria por levar à sua própria ruína por meio da

monopolização. Como, então, evitar essa destruição? Schumpeter argumentou que por meio da democracia. Por democracia, ele naturalmente se referia à democracia liberal — a democracia direta posteriormente defendida na Europa. Ele propôs que tal transformação poderia resolver as contradições decorrentes do processo de destruição criativa.

Dentro deste quadro teórico, refletir sobre os últimos dois séculos desde o século XIX — o início da modernidade e da Revolução Industrial — revela uma narrativa histórica que pode ser analisada através da lente de um impasse de dois séculos entre o capital e o Estado. Esta luta contínua, caracterizada pela alternância entre domínio e contrapeso, incorpora um conflito dualista fundamental.

A primeira época corresponde naturalmente ao início da Revolução Industrial no século XIX. O capital como o conhecemos não existia anteriormente; ele surgiu precisamente durante esse período. O capital nasceu no século XIX, ou talvez nos séculos XVIII e XIX combinados. Assim, todo o século XIX deve ser considerado como uma era de crescimento desenfreado e expansão desordenada do capital. Todos nós estamos familiarizados com esse capítulo da história. Como mencionei anteriormente, dentro dessa disputa, ideológica e politicamente, existia um partido governante e um partido da oposição. As ideologias teóricas também tinham os seus partidos governantes e de oposição. O partido governante daquela época era o “partido governante teórico” da primeira onda de expansão desordenada do capital e do crescimento desenfreado da revolução industrial. Naturalmente, esses eram os teóricos que hoje reconhecemos como tendo impulsionado a primeira fase do desenvolvimento capitalista: Adam Smith, Jeremy Bentham e Mises, todos enfatizando a liberdade da economia de mercado. O chamado utilitarismo, o estabelecimento da propriedade privada, a economia de mercado livre — todos esses sistemas e o Estado de Direito proporcionaram um ambiente favorável ao desenvolvimento do capital, um ambiente sem restrições.

Naturalmente, a era também testemunhou “teorias de oposição” — críticas que surgiram no século XIX, principalmente Marx e Engels. No entanto, eles permaneceram como oposição teórica, defendendo a luta de classes e a propriedade pública. Engels argumentava que o capitalismo levava a uma distribuição desigual da riqueza. Todos esses pontos foram articulados na época. No entanto, eles continuaram sendo minoria. Eles eram a oposição. Ao longo do século XIX e no início do século XX, o capital transcendeu tudo o mais. Como? Legitimando, racionalizando e justificando cientificamente os interesses privados de forma abrangente.

No passado, os desejos privados não eram considerados legítimos ou legais; deviam ser restringidos, independentemente da civilização ou cultura. A China possuía

inúmeros códigos éticos, enquanto o Ocidente tinha o cristianismo e os seus vários sistemas éticos para refrear e controlar os desejos privados das pessoas – não era uma questão de fazer o que se queria. No entanto, nessa época, os desejos privados tornaram-se totalmente legitimados, exemplificados pelo “princípio da maior felicidade” de Bentham. A economia que conhecemos hoje surgiu nessa mesma época. Anteriormente, a economia não era uma disciplina distinta. O termo “economia” deriva do grego “οἰκονομία” — “οἶκος” significa “domicílio” e “νόμος” significa as regras que regem esse domicílio: gestão de óleo, sal, molho de soja, vinagre e métodos de cozinha.

Os escritos de Adam Smith são particularmente fascinantes. Edimburgo naquela época tinha talvez um décimo do tamanho do nosso distrito de Jing'an, ou até menos — aproximadamente um terço do tamanho da nossa rua Hunan. Era minúscula. Toda a sua teoria económica descrevia o que aquela família no topo da colina fazia, o que aquela loja, aquele bar, aquele pub lá embaixo faziam — — e aquele pequeno tribunal. Apenas essas pessoas. Nem metade do tamanho da rua Hunan. No entanto, naquela época, eles estenderam essa economia infinitamente, transformando-a numa disciplina capaz de governar toda a humanidade de acordo com as suas leis. E a cientificação, certo? Há outra ciência que não mencionei aqui — Sigmund Freud. Ele pegou nos desejos privados, documentou os casos dos seus pacientes e transformou tudo isso em algo científico, declarando que os desejos privados em si são legítimos, legais e científicos.

Este caminho, percorrido durante mais de um século, culminou numa catástrofe: duas guerras mundiais. A divisão desigual dos espólios entre o Oriente e o Ocidente mergulhou o capitalismo numa crise profunda: corrupção política, Grande Depressão, agitação social. Esta história é bem conhecida por todos nós. Assim, neste braço de ferro entre o capital e o Estado, o próprio capital entrou em colapso abrupto.

O meio século que se seguiu, que denomino de Contraofensiva do Estado, viu a vontade política reafirmar-se: isto não pode continuar. Os Estados Unidos produziram dois Roosevelts: o primeiro lutou contra os monopólios, enquanto o segundo estabeleceu sistemas de bem-estar social para conter a expansão descontrolada do capital, forjando um novo equilíbrio. Essa contraofensiva do Estado — esse cabo de guerra — durou meio século, desde a Grande Depressão no início do século XX até a ascensão do capitalismo social após a Segunda Guerra Mundial. O capitalismo social floresceu com mais força na Europa, embora os Estados Unidos também o tenham adotado, não é verdade? Os Estados Unidos implementaram a previdência social, construíram o sistema de rodovias interestaduais e empreenderam muitas outras iniciativas. O que a China alcançou nas últimas décadas — construção de rodovias, criação de sindicatos — estimulou o crescimento

económico e fomentou uma classe média substancial. Costumamos chamar o século XX de século americano. No entanto, o século XX inteiro não foi americano; apenas a sua segunda metade pertenceu verdadeiramente aos Estados Unidos. Os primeiros cinquenta anos foram profundamente difíceis para os Estados Unidos — totalmente caóticos, talvez comparáveis ao Grande Salto Adiante e à Revolução Cultural da China. Não havia comida para comer, eles travaram duas guerras mundiais e a Grande Depressão se arrastou por mais de uma década, sem fim à vista. Foi apenas Hitler quem os tirou dessa situação; sem a Segunda Guerra Mundial, eles talvez nunca tivessem saído da Depressão. Foi um período extremamente difícil. O século americano realmente começou após a Segunda Guerra Mundial. O pós-guerra marcou o início do século americano, com as primeiras décadas caracterizadas pelo capitalismo social. Foi a vontade do Estado social, a vontade política, que conteve o capitalismo — sindicatos, todo tipo de coisa, certo?

Durante essa época, os países em desenvolvimento e os países do Sul também participavam do discurso da época. Portanto, mantendo que as nações do Sul sempre estiveram inseridas nessa estrutura. A contraofensiva dos Estados marcou um ponto de viragem: o capitalismo social surgiu no Ocidente, dando origem às classes médias mencionadas anteriormente. Posteriormente, a União Soviética e a China avançaram com um ímpeto formidável, levando ao escrutínio da legitimidade dos interesses privados e restringindo o seu âmbito legal. Consequentemente, o Estado e a sociedade voltaram à arena política. Em graus variados, o Ocidente, a China e a União Soviética eram totalmente distintos. A dinâmica teórica entre os partidos governantes e os partidos da oposição sofreu mudanças. As ideologias governantes em todo o mundo se transformaram. O marxismo tornou-se uma teoria governante dominante, abrangendo metade do globo. O pensamento de Mao Zedong emergiu como uma doutrina governante colossal. A Europa testemunhou o gaullismo e, como o próprio Schumpeter o denominou, ou capitalismo nacional, correto? Tudo isso representou o surgimento gradual da vontade do Estado de restringir o capital.

Simultaneamente, surgiu uma nova onda de teorias da oposição. Hayek, por exemplo, começou a criticar essas ideologias governantes na mesma época. Milton Friedman, nosso mentor. Gary Becker. Todas essas figuras argumentavam que a abordagem predominante era insustentável, defendendo um retorno aos princípios do século XIX de interesse próprio, individualismo, capital e mercados. A dinâmica de governar e criticar, de teorias governantes e da oposição, havia mudado. No entanto, o que aconteceu quando essa trajetória continuou até o final do século XX? Os Estados começaram a declinar, um após o outro. Como se manifestou esse declínio? A União Soviética passou da rigidez à desintegração. A China também enfrentou problemas. Passámos de uma fase de rápido desenvolvimento para a Revolução Cultural, que

também implodiu. Enquanto isso, o capitalismo social ocidental enfrentou as suas próprias crises económicas.

Seguiu-se outra ronda, do final do século XX ao início do século XXI: o contra-ataque do capital. Observe como eles avançaram e depois contra-atacaram. Como contra-atacaram? Através do chamado neoliberalismo. Nas décadas de 1980 e 1990, dois estadistas conservadores — Reagan e Thatcher — impulsionaram este movimento. Este livro (Uma Breve História do Neoliberalismo) também nos coloca no campo neoliberal. A economia avançou rapidamente, com a inovação a progredir a passos largos. Essas décadas testemunharam a trajetória do Vale do Silício à Wall Street e à globalização. No nível teórico, os partidos governantes e da oposição trocaram de posição. Hayek, Friedman, Gary Becker — eles se tornaram os teóricos do partido governante. Todos, os Estados Unidos, a Europa, incluindo a China, estudavam os seus trabalhos. As nossas reformas de mercado também se basearam fortemente nos seus quadros teóricos e doutrinas governantes. Simultaneamente, surgiu um corpo de teoria da oposição. Para reiterar: assemelha-se ao filme americano *Feitiço do Tempo*, em que um homem acorda todas as manhãs para reviver o dia anterior. Desta vez, a crítica teórica surgiu de figuras como Piketty e Prebisch. Esta dupla argumentou que o status quo era insustentável — que a disparidade excessiva de riqueza e a expansão descontrolada do capital deviam ser travadas, para evitar uma revolta popular. Observe: a teoria crítica e a teoria da oposição ressurgem. Stiglitz está entre eles. Os Estados Unidos também viram a ascensão de políticos como a congressista AOC (Alexandria Ocasio-Cortez). O neoliberalismo está agora a caminhar para o colapso, como todos sabemos. Corrupção política, divisão social, guerra — uma nova esquerda surgiu, talvez pronta para impulsionar outra ronda de contraofensiva nacional.

Ao longo de todo este processo, dentro da estrutura de Schumpeter, ignorei um aspeto que raramente discutimos hoje: ao longo do último século, testemunhámos imensos casos de inovação não schumpeteriana de magnitude colossal. O mais significativo entre eles, claro, foi a União Soviética. No ano passado, quando visitei a Academia de Arte da China, eles realizaram uma exposição sobre Vkhutemas. Vkhutemas era uma exposição comparativa ao estilo Bauhaus. Todos nós estamos familiarizados com a Bauhaus. Ao ver a exposição Vkhutemas, fiquei completamente surpreendido. Vkhutemas era um instituto de design criado sob a direção de Lenin. Operando em paralelo com a Bauhaus durante aquela época, contava com vários professores que lecionavam em ambas as instituições — figuras como Paul Klee, e outros que lecionavam tanto na Bauhaus quanto na Vkhutemas. Se visitar essa exposição, ficará completamente surpreendido. Na década de 1920, a União Soviética — poucos anos após a Revolução de Outubro — estava completamente destituída. Lemos Tolstói, lemos Dostoiévski; sabemos como era a Rússia naquela época: pobreza, ignorância, sangria para resfriados e febres. No entanto, da noite para o dia,

essa mesma União Soviética, essa mesma Rússia, passou por uma revolução colossal, uma inovação colossal. Todo o povo, toda a sociedade, deu um salto quântico. Visite a exposição Khudjemas e verá como as coisas que usamos diariamente — incluindo o nosso vestuário desportivo, fatos de astronauta e planeamento urbano — remontam a essa época. Veja a Praça do Povo, por exemplo. Muitos dos nossos amigos estrangeiros ainda não visitaram o nosso Centro de Planeamento Urbano. É um motivo de imenso orgulho para Xangai. Embora todas as cidades tenham um agora, Xangai foi pioneira — o nosso é o maior e mais impressionante. Compare isso com o planeamento urbano de mais de um século atrás — o nosso empalidece em comparação. O planeamento urbano da era soviética era o verdadeiro negócio. A imaginação era ilimitada. Este século, o século soviético, foi uma anomalia nos termos de Thomas Kuhn — um enorme estudo de caso.

Agora, no Sul Global, observo o surgimento de novos discursos. O chamado desenvolvimentismo. Estes são os estudiosos que identifiquei: Marini, Pereira. No entanto, receio agora que o nosso discurso tenha regredido para o mesmo quadro liberalista dos últimos dois séculos — aquele discurso de competição e disputa entre o capital e o Estado. Esse discurso perdeu a sua vitalidade e não consegue resolver os desafios que temos pela frente. Esse padrão cíclico chegou ao fim.

Neste contexto, gostaria de oferecer uma modesta contribuição, destacando as explorações em curso na China. A abordagem da China, tal como articulada no 18º Congresso do Partido, é “não seguir o caminho antigo nem desviar-se para o caminho errado”. O “caminho antigo” refere-se a políticas contrárias às leis económicas. Embora as intenções possam ser boas, tais abordagens produzem resultados medíocres, sufocam o desenvolvimento e tornam outros esforços ilusórios. Como diz o nosso velho ditado: ficar para trás convida à punição. Isto é inevitável. O “caminho errado” refere-se às transações corrosivas em que nos envolvemos diariamente ao longo das últimas décadas. Como alguém que trabalha com capital de risco, sei que estamos constantemente a realizar tais transações. Toda a nossa indústria está atolada nelas. Toda a economia de mercado está. Vendemos as nossas almas pelo desenvolvimento, esquecendo as nossas aspirações originais. Essa é a essência, não é? De que adianta um progresso esplêndido se se perdeu a alma?

Em maio passado, durante o confinamento de Xangai, foi publicada uma edição da revista *Seeking Truth*. Para os nossos amigos estrangeiros que talvez não saibam, a *Seeking Truth* é a revista oficial do Comité Central do Partido Comunista Chinês, publicada quinzenalmente. Normalmente, lemos a *Seeking Truth* para receber as diretrizes do Partido — para aprender o que é certo, o que é errado, como devemos falar e quais são as circunstâncias. Esta edição em particular foi altamente incomum. No primeiro artigo assinado pelo Secretário-Geral Xi Jinping, ele não nos disse o que

era certo ou errado. Em vez disso, ele fez uma pergunta — algo raro de acontecer. Ele fez uma pergunta que, acredito, poderia chamar de “a pergunta do século”. Ele perguntou como devemos entender o capital, como devemos tratar o capital — abrangendo tudo o que acabamos de mencionar: capital, interesse próprio, inovação empresarial. Como devemos abordar essas questões? Porque, segundo ele, Marx e Engels não enfrentaram esses problemas do capital. A economia de mercado socialista com características chinesas é um caminho que o Partido conduziu o povo a explorar e criar. É também por causa do passado — se tivéssemos passado por uma revolução — que ganhamos a capacidade de explorar esse caminho com base nessa revolução.

Então, como devemos abordar o capital? O mundo inteiro tomou nota dessa exploração. A nossa exploração ainda não produziu uma resposta. Mesmo o Secretário-Geral ainda não chegou a uma resposta, então essa exploração continua sendo uma questão — não uma solução. Lembro-me de que, há alguns meses, quando o presidente Putin se reuniu com o Secretário-Geral, ele comentou que todos nós nutrimos uma certa inveja: como a China alcançou o sucesso? Isso ainda não está claro. Nós também apresentamos certos discursos e propostas, como os Cinco Novos Conceitos de Desenvolvimento. Esses Cinco Novos Conceitos de Desenvolvimento me parecem particularmente intrigantes: Inovação, abertura, desenvolvimento verde, prosperidade partilhada, com coordenação entre eles. Inovação e abertura, dentro da estrutura que mencionei anteriormente, representam capital, interesses privados, economia de mercado, eficiência. Desenvolvimento verde e prosperidade partilhada incorporam o socialismo e a prosperidade comum. Cada um destes quatro elementos possui valor inerente. Apenas um é um verbo: “coordenação”. Coordenação é um verbo; não tem valor intrínseco. É bastante interessante — uma exploração.

Agora, no século XXI, toda a humanidade enfrenta desafios imensos, incluindo uma potencial catástrofe. A nossa ecologia enfrenta uma grave crise existencial, enquanto os mercados e as tecnologias estão em turbulência. O que desejo transmitir hoje é o seguinte: nenhuma das teorias ou discursos nascidos da disputa de dois séculos entre o capital e o Estado pode resolver essas crises. Portanto, a exploração da China — a missão da nossa era — é aplicar conceitos dialéticos: como sintetizar o capital e o Estado por meio da tese, antítese e síntese? Como transcendê-los? Acredito que esta seja uma oportunidade para o Sul Global, incluindo a China. Será que podemos criar ideias inovadoras — novos conceitos e discursos abrangentes — para impulsionar o mundo inteiro, incluindo as nações desenvolvidas, para fora da sua situação difícil? Uma nova estrutura intelectual: é isso, defendo, que o nosso discurso deve explorar e defender. Obrigado a todos.

2.3.2 A economia política da criação de mercados: caminhos para a industrialização e a armadilha da renda

- Palestrante: Wen Yi

- Ano: 2024

Existem várias exceções aqui, todas nações asiáticas. Como Ross mencionou anteriormente, uma está marcada a vermelho: Taiwan, parte da China. Depois, há a azul, ou melhor, azul escuro, representando a Coreia do Sul. Por que é que este fenómeno ocorre? Acredito que Ross forneceu uma análise profunda anteriormente. Agora, deixe-me examinar a mesma questão de um ângulo diferente, considerando primeiro o caminho da América Latina para a industrialização. Considere Daron Acemoglu, o ganhador do Prémio Nobel do MIT. Suas teorias não são endossadas por nenhum historiador; elas são amplamente consideradas como uma interpretação fundamentalmente errada da história. No entanto, os economistas as abraçam, precisamente porque lhes falta compreensão histórica.

Agora, examinando o caminho da industrialização da América Latina, se representado graficamente, é possível pelo menos discernir questões significativas. De acordo com essa teoria modular, eles deveriam ter sido muito bem-sucedidos, tendo adotado os sistemas políticos ocidentais. No entanto, os resultados foram decididamente malsucedidos. Tomemos o Brasil como exemplo: o eixo horizontal representa o grau de industrialização do Brasil, medido pela participação das indústrias não agrícolas no PIB total. Quanto maior a proporção em relação aos Estados Unidos, mais próximo o seu nível de industrialização está do nível americano; se a proporção for muito baixa, o seu nível de industrialização fica muito atrás. Isso diz respeito principalmente ao valor da sua produção industrial em comparação com o valor da produção do setor de serviços. Se o seu caminho de industrialização estiver correto, à medida que a industrialização avança, o eixo vertical — renda per capita em relação aos Estados Unidos — deve convergir para o nível americano. Considere o Brasil, no entanto. À medida que a sua industrialização progredia da esquerda para a direita ao longo do eixo horizontal, a sua renda per capita parecia favorável nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, ao entrar nas décadas de 1980 e 1990, a trajetória entrou em completa desordem. O Brasil parecia totalmente perdido, patinando no mesmo lugar. Mesmo entre as nações latino-americanas, a situação do Brasil era relativamente favorável.

Considere a jornada de industrialização da Argentina. À medida que a industrialização avançava, a sua renda per capita flutuava em relação às nações desenvolvidas, ocasionalmente mais alta, ocasionalmente mais baixa. Essencialmente, ela ficou presa em um ciclo caótico, incapaz de se livrar dele ou traçar

um rumo claro. Os governos mudaram da esquerda para a direita, depois voltaram para a esquerda; os regimes militares deram lugar a administrações eleitas democraticamente, mas nenhuma solução viável surgiu.

Agora, considere o gráfico análogo do Chile: questiona-se como a industrialização deve prosseguir, sem encontrar um caminho claro a seguir. A Colômbia, embora pareça avançar de forma constante na industrialização, não mostra progressos significativos na renda per capita em relação aos países desenvolvidos, com números que flutuam persistentemente. A industrialização do Peru progrediu suavemente ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, mas a renda per capita não aumentou; posteriormente, durante as décadas de 1980 e 1990, ela vacilou completamente, com a renda per capita chegando a diminuir. A Venezuela apresenta um caso ainda mais marcante, tendo seguido uma trajetória inversa. Durante a década de 1950, o seu nível de industrialização e renda per capita eram comparativamente altos, com a renda per capita chegando a atingir 70% da renda dos Estados Unidos. Em termos de PPC, era uma nação de alta renda. No entanto, com o tempo, observe como ela seguiu nessa direção, passando por uma desindustrialização enquanto a renda per capita diminuía. Por que isso aconteceu? A teoria predominante atribui o declínio da Venezuela às políticas socialistas de Chávez ao assumir o cargo. Isso é incorreto. Chávez ganhou apoio popular precisamente porque o capitalismo falhou em atender às necessidades fundamentais, como o Viagra.

Agora, vamos examinar o Leste Asiático e a China. Como Rose observou de outra perspectiva, considere a trajetória de industrialização da província de Taiwan. À medida que a industrialização avançava, a participação da produção do setor industrial e de serviços no PIB de Taiwan se aproximava da dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a renda per capita convergiu para os níveis americanos – subindo de uma base muito baixa, equivalente a 10% da renda dos EUA, para atingir 80% do padrão americano de alta renda. **Isso representa o modelo PIP.**

A Coreia do Sul seguiu uma trajetória semelhante. À medida que a industrialização avançava, a renda per capita aproximava-se cada vez mais da renda dos países desenvolvidos. Passando para a China continental, durante as três décadas que antecederam a reforma e a abertura, a renda per capita permaneceu praticamente estagnada. No entanto, em relação aos países desenvolvidos — devido ao seu ponto de partida excepcionalmente baixo, caracterizado por uma economia predominantemente agrícola —, ela era de apenas 5% dos níveis dos EUA. No entanto, após esse período, embora a renda per capita absoluta em relação aos EUA não tenha aumentado, ela experimentou um rápido crescimento após a reforma e a abertura.

Que lições podemos tirar disso? Será isso meramente superficial? Deixem-me apresentar os dados da Índia para comparação. A Índia tem semelhanças com a China continental, como muitos observaram esta manhã: o seu ponto de partida de longo prazo era igualmente baixo, oscilando em torno de 5% dos níveis de rendimento dos países desenvolvidos, crescendo a um ritmo constante. No entanto, após a década de 1990, começou uma ascensão acentuada, impulsionada pela industrialização, embora o seu nível atual permaneça relativamente baixo. No gráfico anterior sobre a armadilha do baixo rendimento, observámos que a Índia e o Vietname são atualmente as duas únicas economias de baixo rendimento na minha classificação de três níveis que mostram sinais de emergir do grupo de baixo rendimento semelhante ao da África. Embora ainda não tenham atingido o estatuto de rendimento médio, esses sinais são evidentes.

Agora, se eu traçasse a trajetória da China neste gráfico, onde estaria a posição da Índia? A trajetória da Índia, representada pela linha verde, corresponde aproximadamente ao nível da China há duas décadas.

Além disso, a julgar por outros indicadores de industrialização, a Índia está cerca de 15 a 20 anos atrás do desenvolvimento da China. Resumindo — embora esses dados revelem apenas correlações, e não mecanismos subjacentes — onde está esse mecanismo? Vou resumir em poucas frases.

Em primeiro lugar, a pobreza. A causa principal da pobreza em qualquer nação reside, sem dúvida, na ausência de métodos de produção em grande escala. As sociedades agrárias tradicionais permaneceram empobrecidas porque a produtividade era extremamente baixa — o trabalho de uma vida inteira poderia render apenas duas peças de roupa para uma mulher. No entanto, uma vez dominadas as técnicas de produção em massa, centenas de milhares de peças de roupa podem ser produzidas num único dia, e o mesmo se aplica a outros produtos. Assim, a produção em grande escala representa a solução fundamental para a pobreza. O desafio, no entanto, reside em garantir que essa produção em grande escala se torne lucrativa. Isso requer um mercado suficientemente grande para absorver rapidamente a sua produção, fornecer continuamente matérias-primas e gerar retornos de capital suficientes. Isso é claro. O próprio Adam Smith observou que o grau de especialização aumenta a produtividade, mas essa especialização é limitada pelo tamanho do mercado — o “mercado limitado”. Smith parou por aí, sem avançar mais. Então, como surge um mercado? A economia ocidental nos enganou consideravelmente nesse ponto. Ela sugere que os mercados emergem dos sistemas políticos — que uma governança sólida, como a do Ocidente, naturalmente promove os mercados. Isso é errado. Um mercado é um bem público, uma plataforma. Como o povo chinês comum entende, o governo constrói o palco, enquanto as empresas encenam a peça. Assim, o mercado

como plataforma só pode ser criado com a ajuda do Estado. Sem um Estado, sem a capacidade do Estado, sem um Estado que possua o bem-estar para criar mercados, os mercados não se materializarão. Isso constitui o primeiro princípio político crucial. Em segundo lugar, a criação de um mercado em grande escala requer produção em massa — não apenas a fabricação lucrativa em grande escala de bens da indústria leve, mas também a produção lucrativa em massa de produtos da indústria pesada. Estabelecer mercados requer método e alcance, muito parecido com a síntese de polímeros químicos: mesmo com todos os elementos presentes, sem os métodos catalíticos corretos, o produto desejado permanece inatingível. Isto é particularmente crucial, mas os nossos livros didáticos nos países em desenvolvimento não transmitem essa verdade. Ao estudar as histórias de industrialização das nações europeias e examinar a experiência de desenvolvimento da China, descobre-se que a criação de mercados é um processo inalienável. Tentar saltar diretamente de estágios primitivos para estágios avançados leva inevitavelmente a **inúmeras crises** e estagnação, tornando o progresso impossível.

Os países latino-americanos, como os da região tropical, erraram na sua abordagem à criação de mercados. Os mercados devem evoluir de acordo com princípios económicos fundamentais. Para estas economias agrárias, a criação de mercados para pequenas mercadorias exigiu a intervenção do governo. Posteriormente, surgiu um mercado para produtos industriais leves produzidos em massa. Só então este mercado pôde sustentar o mercado de produtos industriais pesados, permitindo que a indústria pesada se tornasse lucrativa. No entanto, as nações em desenvolvimento, ansiosas por sucesso imediato, procuraram criar mercados para produtos industriais pesados desde o início. Embora certos setores necessitem da presença do Estado — a defesa nacional, por exemplo, requer indústria pesada —, isso constitui apenas uma parte da equação. Sem o apoio da indústria leve, as indústrias de defesa não só deixam de gerar lucros, como impõem enormes encargos fiscais, exigindo, em última análise, mudanças. Portanto, independentemente das circunstâncias, os governos devem promoverativamente os mercados da indústria ligeira. Antes de estabelecer esses mercados — especialmente em nações agrárias —, é necessário cultivar pequenos mercados de commodities. As empresas municipais da China nas décadas de 1980 e 1990 serviram precisamente a esse propósito: criar mercados para a futura produção industrial ligeira em grande escala. Somente com essa base de mercado os produtos industriais ligeiros produzidos em massa poderiam se tornar lucrativos. Esse princípio é fundamental, exigindo capacidade robusta e política industrial sólida. **É preciso dizer que a política deve ser a artilharia, o essencial.**

Estes princípios políticos e económicos têm sido consistentemente ignorados por toda a economia ocidental desde Adam Smith. Os livros didáticos não nos ensinam que os mercados são bens públicos que requerem intervenção estatal para serem

estabelecidos, nem explicam que a criação de mercados exige uma metodologia correta e uma sequência progressiva. Estes princípios requerem, portanto, uma rearticulação sistemática. A China chegou agora a esta fase de desenvolvimento. Os funcionários governamentais e intelectuais de países em desenvolvimento que apenas fazem uma visita superficial à China não conseguirão discernir este processo nem reconhecer a natureza do mercado. Ao regressarem a casa, imitam cegamente, o que é fundamentalmente errado. Muitos países em desenvolvimento cometem erros ao imitar o Ocidente, pois observaram apenas o resultado do desenvolvimento sem examinar o seu processo. Ao não estudarem as relações causais entre causa e efeito, imitaram o resultado, confundindo-o com a causa e, assim, moldando os seus sistemas políticos. No entanto, esse resultado não é a causa nem uma pré-condição para o desenvolvimento. Copiá-lo cegamente não leva a lugar nenhum. Portanto, a economia deve se reexaminar fundamentalmente e redescobrir as leis econômicas. Se o desenvolvimento econômico segue padrões e processos, podemos dividi-lo em várias etapas. Começando pelas sociedades agrárias, surge uma fase protótipo de industrialização. Segue-se a Primeira Revolução Industrial, vivida pela Grã-Bretanha no final do século XVIII e início do século XIX. O vasto mercado criado por esta revolução sustentou então a Segunda Revolução Industrial — a revolução da indústria pesada. Sobre esta base, onde as máquinas substituíram o trabalho manual, a Revolução da Informação iniciou a sua própria transformação. A nossa Revolução da Informação é subdividida em Terceira e Quarta Revoluções Industriais. Para os países em desenvolvimento, tentar saltar diretamente de um estado agrícola para a Quarta Revolução Industrial está fadado ao fracasso. É preciso refazer o caminho percorrido com sucesso por aqueles países que avançaram do status de países em desenvolvimento para o de países desenvolvidos. Se você pular as etapas de um a quatro, tentando dar um salto hoje, não terá sucesso. Bem, isso conclui minhas observações. Obrigado.

2.3.3 Economia e libertação nacional: lições do desenvolvimento económico da China

- Palestrante: John Ross

- Ano: 2024

Gostaria de apresentar algumas observações preliminares sobre a relação entre economia e libertação nacional. Quando Xi Jinping foi questionado na sua conferência de imprensa inaugural após a sua eleição como Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês sobre quais eram as tarefas que o Partido enfrentava, ele afirmou que era realizar o grande rejuvenescimento da nação chinesa e fazer maiores contribuições para a humanidade.

Isto representa uma elaboração, no contexto específico da China, da tese fundamental de Lenine: que o patriotismo nas nações oprimidas pelo imperialismo é progressista e que, portanto, a libertação nacional dessas nações está alinhada com as condições humanas universais. No entanto, é importante compreender que isto não deve ser interpretado cronologicamente. Não é que a China deva primeiro alcançar o rejuvenescimento nacional antes de contribuir para a humanidade. Em vez disso, é através do próprio processo de rejuvenescimento nacional que a China contribui para a humanidade e para os próximos 150 anos. Não será exatamente assim que as coisas se desenrolarão, mas nenhum de nós pode prever qual será o quadro correto nessa conjuntura.

Gostaria de relacionar esta questão com a menção de Vijay à nova onda de sentimento. Considero este um termo excepcionalmente adequado: uma nova onda de desenvolvimento emergente do Sul Global. No entanto, a menos que se traduza em políticas concretas, não poderá ter sucesso. Organizações concretas, iniciativas concretas. Para desenvolver isto, precisamos de políticas económicas, políticas externas, políticas militares, políticas culturais e políticas relativas às mulheres. Precisamos de inúmeras políticas, e estas políticas devem ser formuladas. Esta conferência é um desses esforços.

Felizmente, na esfera económica, podemos afirmar que estamos mais avançados do que muitas outras nações, pois não precisamos debater teoria. Sabemos o que foi alcançado em termos de recuperação económica e libertação nacional, porque a China já realizou essas coisas. Mas gostaria de continuar a discutir outros assuntos.

Parte dessa onda de sentimentos decorre de certas percepções sobre a China em 1992. Viajei para a Rússia porque há muito previa que Gorbachev precipitaria uma catástrofe. Em 1992, escrevi um artigo na Rússia intitulado Porque a reforma económica foi bem-sucedida na Rússia, mas fracassou na China, cujo argumento fala

por si. Isso reflete a mentalidade predominante na Rússia na época. Era amplamente considerado uma ideia tola. Muitos me disseram que a Rússia não precisava aprender com a China. A China era uma nação extremamente pobre; devíamos aprender com a Alemanha, aprender com o Japão. Por que esse fascínio pela China?

Eu respondi: porque possui uma teoria económica sólida, a China alcançará um enorme sucesso económico. Se não acredita em mim agora, vamos revisitar esta discussão daqui a dez anos. Agora, ninguém discute esta questão. Amo profundamente a Rússia. Não consigo controlar as minhas emoções, não consigo impedir-me de falar sobre estes assuntos. Estive diante do Túmulo do Soldado Desconhecido em Moscovo, onde estão enterrados 27 milhões de mortos. Assim, pode compreender o peso de salvar o nosso continente do jugo do nazismo e do fascismo. Aprecio profundamente esta nação. E agora, esta nação é forçada a lutar pela sua própria sobrevivência – uma realidade brutal.

O primeiro encontro do meu colega russo comigo aqui ontem à noite não foi coincidência. A Rússia agora se vê obrigada a salvar a Europa, na verdade o mundo, do flagelo do fascismo. Ela deve mais uma vez lutar pelo seu renascimento, depois de ter suportado os desastres do colapso da União Soviética e a agressão contra a Rússia. A guerra na Ucrânia é a contraofensiva defensiva da Rússia, um conflito que determinará a trajetória do futuro da Europa. A minha intérprete expressou isto excepcionalmente bem. Ela afirmou: “Enfrentamos uma escolha: ou nos tornamos uma nação independente ou nos tornamos o posto de gasolina da América.” Acredito que isto resume sucintamente a situação atual.

Portanto, quando afirmo que a Rússia cometeu um grave erro ao não assumir a responsabilidade em 1992, não é porque nutro má vontade em relação à nação. Observo que o presidente Putin apresentou um relatório em junho indicando um consenso interno na Rússia de que o desenvolvimento económico da China ultrapassou o do Ocidente. Pensei: meu Deus, se essa perspectiva tivesse prevalecido há trinta anos, o mundo inteiro seria diferente.

Mas estamos a progredir. Agora, precisamos simplesmente fazer o nosso melhor dentro das circunstâncias que nos foram dadas. Tendo exposto esses pontos, gostaria de explicar por que reconhecemos isso. Em primeiro lugar, compreender o desenvolvimento da China. Tenho profunda admiração por Mao Zedong. O povo chinês se uniu, dedicando-se à libertação nacional e livrando-se do domínio imperialista. De outra perspectiva, embora a China sob Mao não tenha alcançado um milagre económico — o seu crescimento refletiu em grande parte as tendências globais —, ela criou um milagre social durante os seus 27 anos de liderança. A esperança de vida aumentou 31 anos. Ou seja, para cada ano em que Mao esteve no

poder, a esperança de vida aumentou um ano. Deixando de lado as questões de Estado, se alguém lhe concedesse 31 anos extras de vida, seria realmente uma boa pessoa.

Após 1978, o milagre económico começou a manifestar-se e as pessoas perceberam, embora mal compreendessem a sua magnitude. Entre as dez economias de mais rápido crescimento do mundo, a taxa de expansão da China era quase quatro vezes superior à da nação em segundo lugar. Hoje, a maioria consegue nomear a economia de mais rápido crescimento, mas sabe qual é a nação que ocupa o segundo lugar? De acordo com os dados, o Vietname ficou em segundo lugar em 1984 — também uma nação socialista. Assim, a China socialista ficou em primeiro lugar, seguida pelo Vietname socialista.

Não precisamos nos preocupar com o que esses estudos pretendem demonstrar em termos teóricos. Em vez disso, examine os dados. Se o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ou qualquer órgão semelhante fossem verdadeiramente objetivos, eles declarariam: estas são as nações que devemos estudar, pois alcançaram um sucesso notável. Em vez disso, eles afirmam: não, não os imitem. É precisamente por isso que, em questões económicas, estamos mais avançados na transformação de correntes emocionais em estruturas institucionais.

É claro que isso não significa que qualquer nação possa replicar a China. Pode-se estudar as suas características de desenvolvimento, como aplicá-las e assim por diante. Em termos de PIB per capita, a China até ultrapassou esse marco. A sua taxa de crescimento económico é mais de quatro vezes superior à do resto do mundo. Se agregarmos os números de 1949, a China era pouco mais do que a nação mais pobre do mundo. As estatísticas indicam que apenas dez países tinham um PIB per capita inferior naquela época. Hoje, de acordo com a classificação do Banco Mundial, a China está prestes a se tornar uma economia de alta renda.

É claro que o que importa não é o betão, o aço e todas essas coisas. O que importa é a melhoria na vida das pessoas. Elas vivem mais, têm melhor educação, gozam de melhor saúde, podem passar férias no estrangeiro, têm gostos mais diversificados e possuem uma grande variedade de bens. Isso é o que realmente conta. Isso significa que, em uma única geração, a China saltou de ser quase a nação mais pobre do mundo para uma economia de alta renda. Não é esse o objetivo que desejamos ver realizado globalmente, a aspiração de todos os países do Sul Global? Se isso puder ser alcançado. Inúmeros problemas em todo o mundo seriam resolvidos, e resolvidos muito bem.

Gostaria agora de continuar a discutir o Sul Global, pois existem alguns equívocos a esse respeito. Trata-se do que às vezes é chamado de ascensão do Sul Global. Pode-se observar que a sua participação no PIB global aumentou de 32,2% para 51,6%. No entanto, este gráfico é um pouco enganador, pois esse crescimento ocorreu apenas em algumas partes do Sul Global – especificamente no Leste Asiático e no Sul da Ásia. Outras regiões do Sul Global não registaram crescimento. A situação na América Latina é particularmente lamentável, pois tenho um carinho especial por essa região, mas ela, na verdade, regrediu. Portanto, a ascensão do Sul Global não é um fenómeno simples. Por que isso acontece?

Tem a ver com o investimento económico. Poderíamos explorar temas como a forma como as nações geram investimento. Como se pode observar, o Leste e o Sul da Ásia apresentam níveis de investimento mais elevados, o que explica o seu crescimento. Isto ilustra o modelo de crescimento da Ásia, onde o investimento constitui mais de 28% do PIB – ultrapassando de longe qualquer outra região global. Agora, como é que isto é conseguido tecnicamente?

Então, comecei a pesquisar essa questão, o que se revelou um processo demorado. Não é que os níveis médios de investimento da China tenham aumentado rapidamente em um único ano. Durante esse período, o investimento anual constituiu apenas 0,5% do PIB — mas esses 0,5% persistiram por quatro décadas. Isso significa uma transformação fundamental no investimento económico.

Vamos examinar exemplos de outras nações bem-sucedidas. Embora o Vietname e a China representem os Estados socialistas mais bem-sucedidos, isso não significa que outros países não tenham alcançado nada. Não é imperativo adotar o socialismo, derrubar governos estatais por meio de guerrilhas ou então não realizar nada. Esse não é o caso.

Mas vamos examinar alguns exemplos óbvios. Esta é a Indonésia. Além da crise financeira do Sudeste Asiático, é possível observar o mesmo padrão em que uma taxa de crescimento lento do PIB desacelera ainda mais a taxa de investimento. Esta é a Índia. Não vou discutir política. Mas se discutirmos economia, o desenvolvimento de longo prazo do investimento no PIB gera um crescimento rápido.

Este é o caso do Bangladesh. O mesmo padrão, crescimento rápido. É o que se denomina modelo de desenvolvimento asiático. Agora, vamos examinar várias outras economias que se aproximam do modelo de desenvolvimento asiático. Esta é a Turquia. Mais uma vez, não vou me aprofundar na política, simplesmente porque a Ásia foi fabricada pelo Ocidente, e o Ocidente está a seguir políticas económicas insanas. Isso é uma mentira. É possível discernir um padrão semelhante desse ponto de vista de desenvolvimento. As trajetórias económicas dessas nações se assemelham

às da China, embora não no mesmo ritmo. Elas não agiram como Trump, mas sua direção é idêntica. Esses são países que alcançaram o sucesso.

Depois, há a Etiópia. Só quando um colega etíope veio para cá é que procurei realmente compreender o país. Era uma história de sucesso positiva e eu queria genuinamente saber o que tinha acontecido. Então, descobri que algo tinha caído num precipício. Isto deveu-se a fatores como crises políticas e as suas consequências. Assim, temos as razões para o seu declínio.

Antes disso, o desenvolvimento a longo prazo da Etiópia tinha sido bem-sucedido. O rápido crescimento na Ásia, China e Vietname não resultou da cultura confucionista ou do misticismo ocidental, mas do aumento do investimento fixo. A Indonésia é a maior nação muçulmana do mundo. O Bangladesh e a Turquia também são nações muçulmanas. A Índia é predominantemente hindu. A Etiópia é cristã. Não tem nada a ver com a cultura confucionista; trata-se de sucesso.

Outro fator para o sucesso da China é o seu nível excepcionalmente alto de investigação e desenvolvimento. A proporção do PIB alocada para I&D já foi ultrapassada por três das sete nações industrializadas. Embora a China ainda esteja atrás delas, está a recuperar o atraso. A China está muito à frente de outras nações do Sul Global, com a Turquia quase a duplicar a produção do segundo nível, o Kentucky. Isto demonstra que o desenvolvimento de tecnologia autónoma é crucial para alcançar a libertação nacional na esfera económica. Significa se uma nação pode desenvolver-se sob imensa pressão imperialista. Muitas nações foram esmagadas, mas outras triunfaram.

Para sustentar o desenvolvimento do investimento autónomo, este deve ser acompanhado pelo avanço independente da investigação científica nacional. Isto exige um tempo considerável, pois o cerne da questão não está no financiamento, mas no capital humano. A jornada desde a escolaridade até à obtenção de um doutoramento em engenharia abrange duas décadas. Por isso, constitui um esforço prolongado. A percentagem das despesas em I&D em relação ao PIB não está diretamente correlacionada com o próprio PIB. Precisamente, esta não é uma solução a longo prazo; a chave está na regulação através dos níveis de investimento.

Resumindo: alcançar a libertação nacional no desenvolvimento económico requer o estabelecimento gradual de uma capacidade autónoma de I&D ou de uma instituição científica nacional ligada ao crescimento do PIB. A I&D é a fonte da inovação. Não se trata de um génio sentado numa garagem a criar milagres; depende da I&D. Mas a inovação deve traduzir-se em investimento; caso contrário, não pode mudar o mundo. Continua a ser apenas uma ideia, não uma ação. A I&D no âmbito do investimento em inovação está interligada com o crescimento. Alguma nação pode

replicar a China? Não, não pode. No entanto, esses são os elementos que sustentam o sucesso económico da China.

Do ponto de vista da teoria económica, isso era totalmente previsível. E realmente funcionou. Essa é a mensagem que devemos transmitir ao mundo. No entanto, a recente concessão do chamado Prémio Nobel de Economia nos Estados Unidos é realmente absurda. Considere quais realizações ele homenageia. Quando você percebe que a economia que mais cresce no mundo é a China socialista e a segunda que mais cresce é o Vietname, sua perspectiva sobre o mundo muda.

Muito obrigado.

2.3.4 Modelos de mercado construtivos: o papel de integração sistémica do Estado em setores estratégicos

- Palestrante: Li Bo, Meng Jie
- Ano: 2024

O desenvolvimento de veículos movidos a novas fontes de energia (NEVs) também reflete a visão e a consistência da estratégia nacional. Já em 1992, o cientista estratégico Qian Xuesen propôs ignorar a fase tradicional do motor de combustão interna e desenvolver diretamente veículos elétricos. Sua sugestão recebeu apoio fundamental no âmbito do “Oitavo Plano Quinquenal (1991-1995)” nacional. Posteriormente, a colaboração entre empresas, universidades e institutos de investigação avançou, com institutos líderes, incluindo a Universidade de Tongji, a trabalhar na arquitetura de baterias e veículos. Após décadas de apoio político e cultivo do mercado, a China fez avanços em marcas, tecnologia e design no setor de NEV, garantindo uma posição de liderança global. No entanto, a intervenção estatal nem sempre é bem-sucedida. Por exemplo, a tentativa de trocar acesso ao mercado por tecnologia no setor dos veículos a combustível tradicional não produziu os resultados desejados, uma vez que as marcas internacionais mantiveram o domínio do mercado durante muito tempo, até que o panorama mudou com a ascensão do setor dos NEV.

O desenvolvimento da China demonstra que a construção de um sistema de mercado é um processo exploratório que requer aprendizagem contínua a partir da prática. “Atravessar o rio tocando nas pedras” implica riscos, mas também promove a inovação. Para os países do Sul Global, o primeiro passo é identificar os setores industriais mais estratégicos e fundamentais e definir razoavelmente as funções e responsabilidades das empresas estatais, privadas e joint ventures no mercado. A cooperação com o investimento estrangeiro pode ser introduzida quando necessário. Além disso, devem aproveitar a experiência da China no desenvolvimento do mercado de capitais, nos mecanismos de concorrência dos governos locais e nos modelos de integração sistemática.

Através da Iniciativa Belt and Road (BRI) e da cooperação BRICS, a China deseja partilhar a sua experiência e soluções no desenvolvimento do mercado e no crescimento de setores estratégicos com os países do Sul Global, promovendo o desenvolvimento comum e alcançando benefícios mútuos e resultados vantajosos para todas as partes.

Obrigado a todos!

2.3.5 Crítica às políticas neoliberais: lições da experiência da Turquia

- Palestrante: G Itekin Arik

- Ano: 2024

As principais diretrizes das políticas neoliberais (uma filosofia económica que defende o livre mercado, a desregulamentação e a privatização) ditadas pelo Norte Global aos países em desenvolvimento consistem em três elementos principais. Em primeiro lugar, elas se concentram no fornecimento de bens de consumo, em vez de desenvolver capacidades produtivas domésticas. Em segundo lugar, essas políticas incentivam a compra de bens de consumo do Norte Global, já que a maioria deles é produzida lá. Em terceiro lugar, defendem a minimização do papel do setor público na economia global e a privatização de todos os ativos, permitindo que o capital estrangeiro adquira e controle empresas anteriormente públicas. Além disso, os subsídios globais são frequentemente estruturados para transferir as capacidades de produção locais para empresas estrangeiras, supostamente para gerar riqueza local. Adicionalmente, estas políticas enfatizam a exploração de recursos naturais intocados, como minas, com a ajuda de capital estrangeiro.

Nesse contexto, a Turquia serviu como um laboratório prático para essas políticas neoliberais nas últimas duas décadas. Durante esse período, quase 90% das marcas públicas funcionais e bem-sucedidas foram privatizadas. Estas foram posteriormente vendidas a capital estrangeiro ou a grupos de capital local considerados incompetentes e intimamente ligados ao governo. Embora nos oponhamos a essa tendência, isso não implica uma defesa de uma economia 100% controlada pelo Estado. Em vez disso, as empresas privadas devem justificar a sua existência através da eficiência, de uma produção de maior qualidade ou de custos de produção reduzidos, demonstrando assim a sua racionalidade. No entanto, na experiência da Turquia, estas privatizações não resultaram numa melhoria da qualidade, na redução dos custos ou em quaisquer outros critérios operacionais benéficos; pelo contrário, resumiram-se a pouco mais do que uma transferência de ativos públicos para entidades privadas.

O indivíduo retratado, que atuou como ministro das Finanças supervisionando o processo de privatização, presidiu a venda de inúmeras instituições públicas. Embora essas instituições possam aparecer em letras pequenas numa lista, cada uma delas tinha uma importância estratégica significativa na economia, incluindo entidades como a Turkish Telecom, siderúrgicas, fábricas de alumínio, portos e aeroportos. Essas privatizações não produziram resultados positivos; por exemplo, sabe-se que a

privatizada Turkish Telecom opera com um déficit orçamentário substancial. Além disso, algumas instituições foram encerradas após a privatização, enquanto outras foram transformadas em entidades improdutivas, como centros comerciais e empreendimentos imobiliários de luxo. Outro exemplo é o encerramento da fábrica de produção de papel da Turquia, chamada SEKA. Consequentemente, a Turquia agora importa a maior parte do papel de que necessita, o que levou ao aumento dos preços do papel e prejudicou todo o setor editorial impresso do país, incluindo jornais e livros. Por fim, a agência de privatização subordinada ao Ministério das Finanças foi encerrada, uma vez que não havia mais nada para privatizar.

No que diz respeito à agricultura, a Turquia tem sido historicamente reconhecida como um país fértil e autossuficiente em termos agrícolas. Ao longo da história, serviu de berço de civilizações agrícolas, desde a antiguidade até ao Império Otomano. Ainda hoje, o povo turco afirma com orgulho que o seu país tem quatro estações distintas simultaneamente. A Turquia é capaz de produzir quase todos os produtos agrícolas na sua terra, com exceção de certas frutas e legumes exóticos. Até à década de 1980, a Turquia era um exportador de sucesso de produtos agrícolas. No entanto, estas políticas neoliberais desmantelaram sistematicamente o setor agrícola da Turquia através das seguintes medidas. Em primeiro lugar, o apoio ao crédito aos produtores foi drasticamente reduzido e os preços de bens de primeira necessidade, como o óleo combustível e os fertilizantes, dispararam, especialmente após 2013, influenciados pelas políticas ditadas pelo Banco Mundial. Em segundo lugar, foram concedidos subsídios aos agricultores em troca da cessação da sua produção agrícola. Os agricultores foram efetivamente colocados numa “lista de gasolina” pelo governo e pelo Banco Mundial. Estas políticas tornaram a produção agrícola pouco atraente, levando a uma redução total das terras aráveis ativas em até 15%. Historicamente, o tabaco e o algodão turcos eram produtos agrícolas de renome; atualmente, não há produção dessas culturas. Consequentemente, a Turquia deixou de ser um centro de produção agrícola e tornou-se um importante importador. O país agora importa a maioria dos produtos agrícolas que antes exportava, incluindo cereais, frutas, vegetais, carne e até feno para cavalos.

A mineração surgiu como um foco central das políticas neoliberais, apesar do seu impacto negativo significativo no ambiente e na agricultura. Antes da era neoliberal, existiam regulamentos rigorosos para a concessão de licenças de mineração. Essas licenças estavam sujeitas a um controlo público rigoroso e eram limitadas em número; no entanto, o setor de mineração foi posteriormente liberalizado e amplamente aberto ao capital estrangeiro e nacional. Num único ano, foram emitidas 9.949 licenças de produção mineira (não licenças de prospecção) para empresas locais e estrangeiras. O governo pretende compensar a perda de riqueza com a receita da mineração, uma política que resultou na perfuração da fértil terra da Anatolia com

inúmeros buracos de mineração. Essa política levou, como era de se esperar, à inevitável destruição do meio ambiente e das terras agrícolas. Na maioria dos locais de mineração, os agricultores são impedidos à força pela polícia de aceder aos seus campos para facilitar as operações de mineração. Um desastre na mineração de ouro ocorreu em İliç (anteriormente conhecido como Erzincan), envolvendo uma joint venture canadense-turca, que começou com um deslizamento de solo processado, causando a morte de vários trabalhadores. Mais criticamente, há o risco de vazamento de cianeto do solo contaminado para as águas do rio Grande Eufrates.

Este trágico declínio económico na Turquia e no Sul Global não teria sido possível sem o compromisso deliberado do governo em exercício com as políticas neoliberais devastadoras e impopulares do Norte Global. Isto leva à proposição crítica de que o desenvolvimento económico sustentável no Sul Global é, acima de tudo, um problema político. Portanto, devemos definir os pré-requisitos políticos mínimos e razoáveis para o desenvolvimento sustentável: um poder político intimamente ligado às forças populares e às suas organizações é essencial. Isso requer um governo composto por trabalhadores, agricultores, intelectualidade de colarinho branco, pequenos e médios produtores e artesãos, caracterizado pela abertura e responsabilidade. As decisões de um governo progressista devem estar abertas ao feedback e ao controlo público. Todas as formas de acordos nos bastidores são uma fonte provável de corrupção e, portanto, levam ao fracasso.

Devido às nossas limitações de tempo, não apresentaremos um esquema ou fórmula detalhada para o desenvolvimento sustentável. No entanto, gostaríamos de discutir dois problemas cometidos no passado por alguns governos progressistas. O primeiro erro foi o nacionalismo económico rígido e a nacionalização a 100%. A ideia de nacionalizar e confiscar o capital estrangeiro e fechar completamente as fronteiras a todo o capital estrangeiro era um ideal romântico da década de 1970. Essa abordagem levou ao fracasso porque os países em desenvolvimento claramente precisam de capital estrangeiro para revitalizar suas economias. A ausência de capital de investimento dentro do país inevitavelmente leva à desaceleração econômica e à escassez. Não estamos defendendo a abertura total ao capital estrangeiro, mas sim sua utilização razoável. Embora a abertura total e a restrição completa do capital estrangeiro representem dois extremos, todos os países têm o direito e o dever de preservar e defender seus ativos e recursos econômicos nacionais. Portanto, deve-se encontrar uma abordagem equilibrada para orientar o capital estrangeiro de acordo com os seguintes critérios. Podemos identificar quatro critérios principais para essa situação. Primeiro, utilizar o capital estrangeiro para a produção de bens que de outra forma seriam impossíveis de produzir, ou para a produção de commodities essenciais. Segundo, negociar vigorosamente a transferência equitativa dos lucros gerados pelo capital estrangeiro. Terceiro, promover simultaneamente as marcas

locais e permitir sua coexistência com as marcas estrangeiras. Por último, envidar esforços concertados para absorver novas tecnologias estrangeiras e procurar desenvolvê-las localmente. Todos estes objetivos e critérios exigem um governo forte e progressista — um poder político caracterizado pela dedicação e compromisso com os interesses do povo.

Um segundo erro é o chamado “ativismo de exportação”, que torna a posição de um país na economia mundial dependente exclusivamente da exportação de matérias-primas. Um país em desenvolvimento pode possuir reservas significativas de recursos naturais, como minerais, petróleo ou produtos agrícolas brutos. Isso representa uma oportunidade a ser aproveitada em benefício do país. No entanto, se a capacidade de um país de gerar riqueza se limitar à exportação desses materiais, essa estratégia torna-se frágil por duas razões principais. Em primeiro lugar, os preços das matérias-primas no mercado internacional estão sujeitos a flutuações devido a inúmeros fatores imprevisíveis. Em segundo lugar, a produção de produtos agrícolas brutos depende universalmente das condições climáticas locais, o que significa que uma safra ruim pode levar a um desastre econômico para o país. Uma abordagem alternativa é garantir uma posição segura no mercado global com produtos competitivos e de valor agregado, abrangendo todos os setores industriais, tecnologias da informação e logística, para alcançar essa capacidade industrial. Deve ser estabelecida uma estratégia nacional abrangente. No que diz respeito às infraestruturas, a importância dos projetos rodoviários, ferroviários e portuários não deve ser subestimada. No entanto, a componente mais crítica das infraestruturas é um sistema educativo robusto, aliado a fortes capacidades de investigação e desenvolvimento, uma vez que o capital humano representa o ativo mais vital. Um sistema educativo forte e moderno é a alavanca mais significativa para uma economia em desenvolvimento.

É evidente que tal estratégia de desenvolvimento não será bem-vinda pelo Norte Global, podendo levar a restrições comerciais. Sanções e embargos também são ameaças potenciais para um governo progressista, popular e patriótico. No entanto, o mundo não é composto apenas pelo Norte Global, e o caráter multipolar do cenário global contemporâneo apresenta uma oportunidade crucial que deve ser totalmente aproveitada. Concluo com uma citação profunda do líder revolucionário, o presidente Mao Zedong: “Quem são os nossos amigos e quem são os nossos inimigos?” Esta é a questão mais crítica da luta. No nosso contexto, os nossos amigos incluem governos e países progressistas e socialistas, como a China e o Vietname; nações geridas por governos sociais progressistas, como a Venezuela ou o Brasil; e países verdadeiramente independentes do Norte Global, como a Rússia, a Índia e o Irão.

(Transcrito da gravação e editado.)

2.4 A prática do internacionalismo: do simbólico ao substancial

2.4.1 Soberania e amizade: a dialética da solidariedade do Sul Global

• Palestrante: Liu Ye

• Ano: 2024

Ambos são conceitos grandiosos. Em primeiro lugar, sabemos que a “soberania”, como conceito normativo, teve origem no Ocidente, particularmente na Europa, antes de ser imposta à força ao mundo. Isto levanta inúmeras questões históricas sobre a soberania. Um ponto que gostaria de destacar diz respeito à sua forma essencial — se é ativa ou passiva. Isto diz respeito à forma como entendemos a soberania: como uma condição, um processo ou um movimento.

O outro conceito a abordar é a “amizade”. Nas relações internacionais ou no discurso sobre a ordem global, a “amizade” é frequentemente utilizada de forma vaga como metáfora para as relações geopolíticas ou como nota de rodapé à rivalidade entre grandes potências. No entanto, gostaria de lembrar que devemos revisitar a trajetória do termo ao longo dos clímacos da guerra, da revolução e das revoltas populares do século XX. Assim, ao discutir “amizade”, devemos considerar se ela incorpora uma communalidade partilhada e um entendimento mútuo, ou se significa apenas uma aliança ou camaradagem.

Isto marca o início do meu tema. Naturalmente, ao abordar a soberania, devemos primeiro considerar como as sociedades não ocidentais a compreendem. Historicamente, reconhecemos que, na trajetória da colonização, do imperialismo, do chamado comércio livre e do sistema imperialista-capitalista global, todas as nações, sociedades e comunidades ficaram enredadas nesta ordem global dominada pelo império. Assim, por um lado, devemos reconhecer que todos parecem compelidos a adotar e aprender o termo “soberania”, empregando-o para articular as suas próprias posições. No entanto, por outro lado, esta história de abraçar a soberania é simultaneamente uma história do Sul Global, do Terceiro Mundo e das nações socialistas que reescrevem ativamente o conceito de soberania.

Através das suas lutas, práticas, negociações e diversificada sabedoria histórica, estas nações e povos têm continuamente expandido, aprofundado e reconfigurado fundamentalmente a noção de “soberania”. Assim, quando falamos de soberania hoje, ela tem realmente origem na história europeia, mas tornou-se agora um projeto comum para toda a humanidade, persistindo em meio à contestação de diversas forças.

Nesta matéria, reconhecemos que possuir e defender a soberania serve como um meio de salvaguardar a independência ou autonomia nacional. Fundamentalmente, diz respeito à segurança, constitui um pré-requisito para um maior desenvolvimento e forma a base para a solidariedade. No entanto, devemos também reconhecer que a “soberania” pode, por vezes, estabelecer barreiras ou limites legais que impedem ações de solidariedade mais abrangentes. Isto representa um processo dialético que requer uma navegação cuidadosa.

Portanto, devemos entender que soberania não é apenas um termo normativo. Nas relações internacionais, todos os atores afirmam ser um Estado soberano e, para ser reconhecido, é preciso ser um Estado soberano. Seja na assinatura de contratos ou tratados, o reconhecimento da soberania é a base. Mas isso significa realmente que se possui poder independente e autônomo? Na verdade, isso depende de vários fatores. Devemos reconhecer que a construção da soberania não é apenas um conceito jurídico, mas um processo contínuo — tanto histórico quanto substantivo.

Outro ponto crucial é que, quando falamos de “igualdade soberana”, isso muitas vezes soa como um truismo dentro da ordem internacional ou das suas regras, um princípio sobre o qual as relações são frequentemente fundamentadas. No entanto, raramente apreciamos plenamente que a igualdade soberana é um estado extremamente difícil de alcançar, a menos que criemos um modo verdadeiramente revolucionário de negociação e relações.

Assim, num certo sentido, como afirmei, não se trata apenas de um ponto de partida normativo, mas também de uma direção, um destino — um caminho que requer relações complexas, solidariedade e desafios concretos a transpor. Isto foi compreendido desde o início. Para ilustrar, podemos refletir sobre os primeiros movimentos de libertação nacional em África.

Como é sabido, estes constituíram o maior movimento nacionalista da história. Num período de tempo notavelmente curto — cinco, dez ou quinze anos — a maioria das nações africanas conquistou a independência, tornando-se novos membros da comunidade internacional, aderindo às Nações Unidas e à família asiático-africana mais ampla. Por exemplo, no final da década de 1950, líderes como Kwame Nkrumah e Julius Nyerere começaram a refletir sobre como as nações poderiam se unir, em vez de simplesmente existir como “nações-estados soberanas vazias”. Na sua opinião, possuir soberania apenas no nome — com territórios pequenos, populações escassas e recursos limitados — não oferecia meios para resistir ao imperialismo.

Eles reconheceram que a soberania por si só não poderia resistir ao imperialismo; a resistência por meio da força coletiva era essencial. Isso sustentou a sua visão de alcançar a unidade antes da independência. Embora inúmeras experiências tenham

sido tentadas, apenas uma acabou por ter sucesso: a união de Tanganica e Zanzibar, agora Tanzânia. Naturalmente, este herói nacional e pan-africano esperou vários meses antes de estabelecer a República da Tanganica, na esperança de que outras nações da África Oriental se juntassem a uma federação maior. No entanto, esta visão permaneceu por concretizar.

Estas lições históricas representam não só o consenso entre os líderes africanos, mas também refletem a perspectiva da China. Reconhecemos que o Presidente Mao e o governo chinês apoiam há muito o movimento de unidade africano. Por exemplo, em 1962, ao receber delegações económicas e femininas da Guiné, o Presidente Mao enfatizou dois pontos: em primeiro lugar, as nações africanas devem unir-se; em segundo lugar, esta unidade deve expandir-se para abranger um âmbito mais amplo – a união de três continentes: Ásia, África e América Latina.

O presidente Mao afirmou ainda que o apoio firme da China às nações africanas decorria do seu estatuto de governos e partidos revolucionários, cujos esforços revolucionários eram cruciais para a libertação de outros países africanos. Ele advertiu que a conquista da independência não deveria levar à negligência das preocupações dos outros, um princípio igualmente aplicável à China. Ele enfatizou que “cuidar dos outros” implicava oferecer apoio e assistência amigáveis. Isso ressalta que a soberania por si só é insuficiente; ela só funciona efetivamente quando sustentada pela solidariedade entre os Estados soberanos. Como afirmado, “ninguém pode realmente possuir soberania a menos que todos possuam soberania”.

No entanto, outras lições merecem reflexão. Por exemplo, Nyerere destacou a importância da “solidariedade soberana” em 1970. Isto ocorreu num momento decisivo, após o culminar dos movimentos políticos da década de 1960, mas em meio a crescentes dificuldades económicas. Ele afirmou que nenhuma nação, povo ou Estado soberano deveria priorizar interesses nacionais estreitos às custas dos outros. O único caminho para a sobrevivência reside na sobrevivência coletiva. Essa solidariedade não está fora de alcance; requer consciência política e vontade para impulsionar a unidade económica.

Por outro lado, devemos também refletir sobre certas lições. Consideremos a grande organização europeia, o Conselho de Assistência Económica Mútua (CMEA). O CMEA alcançou conquistas significativas, como representar um terço da produção industrial global, servindo como um estudo de caso bem-sucedido na melhoria dos padrões de vida. No entanto, ele abrigava questões inerentes, como promover a solidariedade de maneiras que arriscavam tendências de restringir a soberania. Essa solidariedade poderia evoluir para relações centro-periferia ou verticais, desconsiderando a soberania de cada nação.

Neste contexto, lembro-me do discurso do Presidente Mao em 1971, ao enviar a primeira delegação da China às Nações Unidas. Ele observou que agora devemos forjar uma frente unida internacional. No entanto, isso difere da frente unida doméstica, que constitui uma ditadura proletária que não requer consulta ou compromisso com outros. A arena internacional é fundamentalmente distinta, envolvendo diversas nações, culturas, civilizações e soberanias.

Consequentemente, o presidente Mao enfatizou que o único meio de alcançar essa frente unida internacional é por meio da consulta mútua, não por meio de questões de liderança. Não se trata de uma nação ser líder enquanto outras são seguidoras. Se agirmos dessa maneira, mesmo abordagens originárias da esquerda, como a experiência soviética, podem se revelar contraproducentes para as nossas intenções originais.

Então, em resumo, o que devemos esperar ou o que devemos fazer? Como podemos alcançar genuinamente a unidade entre o Terceiro Mundo ou o Sul Global? Essa unidade deve basear-se não apenas em slogans políticos ou paixão, mas em práticas políticas reais, significativas e concretas que tenham peso substancial nas relações económicas. Simultaneamente, como podemos garantir que a economia e a política estejam inextricavelmente ligadas? Não apenas a economia dentro dos sistemas de mercado ou comércio, mas uma economia que seja explicitamente e assumidamente política.

Acredito que é somente por meio desses meios que podemos alcançar genuinamente a solidariedade entre os povos. Isso constitui uma forma de democracia popular. Devo enfatizar que modelos abstratos de “homem económico” não podem realmente criar um mundo real. Podemos construir um mundo chamado globalizado, mas totalmente divorciado do mundo real. E esse não é o objetivo que buscamos.

Por fim, sugiro que o caminho potencial para todos os membros do Sul Global seja o da ajuda mútua e da consciência cooperativa, em vez de uma vasta estrutura supranacional. Esta união de identidade política, embora seja uma ligação necessária, deve ser uma união de amizade e não de aliança. Na verdade, a amizade implica que todos são iguais e autónomos.

Além disso, precisamos de apoio económico, não apenas da aplicação dos princípios do mercado. Temos de garantir que os mercados sirvam as pessoas, em vez de depender delas. Neste sentido, pode haver uma base filosófica para esta noção: cada comunidade política é autónoma e intrinsecamente ligada às outras.

Desta forma, não precisamos de imaginar uma grande organização ou entidade que une formalmente todas as pessoas, mas devemos, em vez disso, procurar uma forma

de unidade independente, ou uma universalidade concreta. É isto que desejo discutir hoje. Muito obrigado.

2.4.2 Cooperação do Sul Global sob a tradição internacionalista: o caso da colaboração agrícola entre a China e o Brasil

- Palestrante: Luiz Zarref
- Ano: 2024

Os caminhos para a realização do internacionalismo são diversos, mas os três pilares a seguir podem ser considerados elementos centrais do internacionalismo do Sul Global. Em primeiro lugar, a maioria das nações do Sul Global permanece na forma de Estados-nação típicos, com estruturas de governança dominadas por partidos políticos burgueses. Esses grupos governantes geralmente exibem as características de busca de lucro do capital, muitas vezes deixando de se comprometer totalmente com o desenvolvimento nacional sustentável. O seu objetivo principal reside no controlo de recursos estratégicos, como terra, corpos de água, minerais e biodiversidade, perpetuando o modelo de extração de recursos estabelecido durante a era colonial. Como observa Vijay, o domínio do agronegócio e das indústrias extractivas nas economias regionais decorre fundamentalmente do modo de produção capitalista, e não das variações regionais nos recursos naturais.

Em segundo lugar, a solidariedade popular transnacional deve constituir a base da diplomacia popular. A investigação sistemática realizada por jovens académicos brasileiros sobre as experiências organizacionais de base na América Latina fornece provas empíricas disso. Em terceiro lugar, deve ser estabelecido um quadro de planeamento estratégico para coordenar as exigências de base, construindo um sistema institucional que abranja agências governamentais, capacitação nacional e coordenação de capital, a fim de garantir que a burguesia cumpra efetivamente as suas obrigações de desenvolvimento nacional.

Um excelente exemplo desses princípios internacionalistas na prática é o funcionamento da Associação Internacional para a Cooperação Popular (IAPC/Baobab). Fundada em 2019, esta organização tem servido há cinco anos como plataforma colaborativa para movimentos populares no Sul Global. Ela se dedica a construir pontes para a cooperação científica e tecnológica entre movimentos populares, instituições académicas e de investigação e governos, com foco em atender às necessidades fundamentais dos povos em todo o mundo.

A agricultura tem sido historicamente central para os sistemas de produção humanos e continua a ser uma arena fundamental para a luta de classes. As questões de posse e propriedade da terra, como elementos centrais de contradições profundamente enraizadas, têm um significado crítico para compreender as dificuldades reais das nações do Sul Global. No contexto da reestruturação da cadeia de produção global, o

valor estratégico dos produtos agrícolas nos sistemas comerciais continua a intensificar-se. As crises alimentares cíclicas e a degradação ambiental formam um ciclo vicioso — o paradigma da produção agrícola capitalista, por meio de práticas como o desmatamento e o abuso de produtos químicos, está a acelerar danos irreversíveis aos ecossistemas.

Notavelmente, em regiões como a América Latina, as oligarquias agrícolas evoluíram para agentes dos interesses do capital internacional, reconfigurando as suas alianças político-económicas. Os conglomerados transnacionais — grupos agroindustriais — formados nas últimas três décadas constituem uma rede composta pelo capital monopolista agrícola local e pelas empresas multinacionais do Norte. Através de mecanismos de coordenação estratégica, esses grupos conspiram com conglomerados de mídia transnacionais e forças de extrema direita.

O paradigma tecnológico do sistema agroindustrial tem origem na estrutura técnica da Revolução Verde, manifestada em: técnicas de reprodução híbridas e geneticamente modificadas; aplicação em escala industrial de fertilizantes químicos e pesticidas; mecanização em grande escala; e monocultura. Essas características integraram totalmente a produção agrícola ao sistema industrial capitalista, acelerando sua profunda integração com o capital financeiro na contemporaneidade. Em oposição dialética, o campesinato — uma classe produtora agrícola enraizada nas características locais — está a tentar forjar uma subjetividade de classe capaz de contrariar o sistema monopolista capitalista por meio de uma ação coletiva global.

A documentação visual dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil revela que, dentro de uma estrutura anticapitalista e anti-imperialista, a classe camponesa está empenhada em promover a solidariedade global. Isso inclui o estabelecimento da Organização Camponesa a e a formação de um programa de classe coeso centrado em demandas fundamentais, como soberania alimentar e agricultura ecológica. As lutas tradicionais pela reforma agrária e pela segurança da posse da terra ganharam impulso reformista, traçando simultaneamente novos horizontes estratégicos para os movimentos socialistas no Sul Global.

Neste contexto, tornou-se imperativo dominar sistematicamente sistemas técnicos replicáveis de soberania alimentar e modelos de agricultura ecológica. Para tal, a Associação Internacional de Cooperação Popular promove a partilha de tecnologia através de duas vias: em primeiro lugar, mecanismos de transferência direta de conhecimentos baseados na colaboração interpessoal e na ligação institucional. As organizações globais de agricultores acumularam ampla experiência técnica por meio de práticas de longo prazo. Facilitar o intercâmbio de conhecimento entre regiões

pode aumentar efetivamente a eficácia organizacional e superar barreiras técnicas críticas. Em segundo lugar, implementa o Programa Internacional de Treinamento em Bioinsumos, que emprega um sistema de ensino modular de 21 dias combinando teoria e prática, ministrado por meio do compartilhamento de conhecimento por líderes agrícolas e intelectuais orgânicos. Iniciado na Argentina em 2023, o treinamento inaugural se expandiu para o Nepal no ano seguinte, marcando sua estreia na região asiática. O Brasil sediou a terceira edição em 2024, com a Tanzânia programada para realizar o treinamento regional inaugural na África no primeiro semestre de 2025. Até o momento, organizações de agricultores de mais de 30 países participaram dessa iniciativa de intercâmbio técnico transnacional.

A segunda via visa estabelecer quadros institucionais que promovam mecanismos de colaboração estratégica entre governos, partidos políticos e think tanks, com base em movimentos populares. A história de sucesso mais representativa neste domínio é a prática inovadora de integrar os produtores agrícolas tradicionais na agenda de cooperação China-Brasil. Marcando o 50º aniversário das relações diplomáticas entre a China e o Brasil (2024), deve ser dada especial atenção ao fortalecimento dos laços bilaterais forjados durante o mandato do Partido dos Trabalhadores desde a década de 2010. Mesmo antes do consenso internacional, esta cooperação tornou-se um modelo de desenvolvimento coordenado entre as nações do Sul Global, com o estabelecimento do mecanismo BRICS como uma conquista fundamental.

A atual contradição estrutural na cooperação reside no desequilíbrio de interesses no comércio de produtos agrícolas e minerais do Brasil. Embora o comércio bilateral tenha ultrapassado US\$ 140 bilhões este ano, ele continua concentrado predominantemente nas exportações de produtos primários. Essa estrutura econômica singular fornece objetivamente uma plataforma para forças políticas que questionam a cooperação sino-brasileira e defendem modelos neoliberais, impedindo assim a plena realização do potencial político e econômico da parceria. Do ponto de vista agrícola, as duas nações compartilham profundas semelhanças: os 240 milhões de famílias agrícolas da China controlam mais de 90% das unidades de produção, enquanto o Brasil, apesar de estar entre os países com maior concentração de terras do mundo, vê os seus 4 milhões de famílias agrícolas não apenas contribuindo com 70% da capacidade de produção de grãos do país, mas também exibindo modelos de produção e conceitos de gestão socializados que se alinham notavelmente bem.

A seguir, descrevemos o progresso na cooperação bilateral por meio de três casos representativos. Em primeiro lugar, a China alcançou capacidades líderes internacionalmente em tecnologias de recuperação de recursos de resíduos orgânicos sólidos, permitindo a conversão eficiente de resíduos orgânicos em fertilizantes orgânicos de alta qualidade. Como quarto maior produtor mundial de

resíduos orgânicos, o Brasil atualmente recicla apenas 0,3% de sua produção. Por meio de um mecanismo de cooperação tripartite envolvendo especialistas da Universidade Agrícola da China e empresas de tecnologia ambiental, o Brasil está planejando sistematicamente um novo sistema industrial para o tratamento de resíduos orgânicos. Este projeto recebeu apoio fundamental do Novo Banco de Desenvolvimento e de sua presidente, Dilma Rousseff.

Em segundo lugar, as capacidades da China em I&D e fabricação de máquinas agrícolas inteligentes estão entre as mais avançadas do mundo. Este ano, os dois países avançaram conjuntamente com a criação de dois centros de demonstração de mecanização de explorações agrícolas familiares sino-brasileiros, com o objetivo de desenvolver um sistema de promoção de tecnologia de máquinas agrícolas adaptado às características da agricultura tropical. Em terceiro lugar, a China alcançou conquistas históricas na erradicação da pobreza extrema, o que levou à criação de um novo quadro de cooperação para a redução da pobreza entre os dois países, com a Associação Internacional de Cooperação Popular a participar como parceiro fundamental.

Com base nos sucessos consecutivos do Fórum China-Brasil de Redução da Pobreza e Revitalização Rural (2022-2023), ambas as nações estabeleceram um mecanismo de intercâmbio tripartido regularizado envolvendo agências governamentais, organizações comunitárias urbanas e rurais e fornecedores de tecnologia. Este mecanismo concentra-se no desenvolvimento de soluções abrangentes adaptadas às realidades dos países em desenvolvimento. A prática demonstrou que a erradicação da fome e da pobreza se tornou uma pedra angular crucial para o aprofundamento da colaboração estratégica entre as nações do Sul Global.

Estes três casos exemplares, juntamente com muitos outros não enumerados aqui, são amplamente considerados no Brasil como eventos marcos potenciais no processo de cooperação sino-brasileira. Tais avanços cooperativos transcendem ajustes superficiais ou a simples adição de itens à agenda das consultas bilaterais. Eles significam um salto qualitativo nas relações bilaterais, promovendo profundamente a convergência estratégica dos interesses fundamentais compartilhados pelos nossos povos. Este avanço substantivo valida os princípios fundamentais do internacionalismo que articulei anteriormente.

Camaradas do Sul Global, a grande visão de construir uma comunidade com um futuro comum para a humanidade é uma proposta prática de imenso valor contemporâneo. Este conceito não deve ficar confinado aos corredores do poder e aos documentos oficiais, mas deve estar profundamente enraizado nas realidades vividas por três mil milhões de pessoas em todo o Sul Global. Na arena política internacional

contemporânea, devemos contribuir com a nossa força para a prática global da causa socialista e para o legado duradouro do internacionalismo na nossa era.

2.4.3 A visão e os desafios da modernização conjunta China-África

- Palestrante: Fred M'membe

- Ano: 2024

O discurso do presidente Xi no Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) deste ano, no qual ele propôs uma visão comum de modernização para os 2,8 mil milhões de habitantes da China e da África, é algo sem precedentes na história da humanidade. Esta iniciativa marca a primeira vez que uma proposta tão clara é apresentada, ligando estreitamente as visões de desenvolvimento dos povos chinês e africano.

Para os africanos, que sofreram séculos de escravidão, humilhação, exploração, colonização e neocolonização por outros, não há alternativa sensata à iniciativa do presidente Xi para que a China e a África unam esforços na promoção da modernização. Esta iniciativa oferece uma oportunidade mais justa, equitativa, humana e razoável para pôr fim a séculos de humilhação, marginalização, subjugação, exploração e pilhagem de recursos.

Digo isto com a máxima confiança porque a iniciativa do presidente Xi é aberta e vantajosa para todas as partes. É orientada para as pessoas, diversificada, inclusiva, ecológica, pacífica e segura. Fundamentalmente, não compromete a nossa independência e soberania, mas sim as reforça. Sem a nossa soberania, não somos nada; e se não somos nada, não podemos modernizar-nos e desenvolver-nos, pois nada de bom vem do nada.

A iniciativa do presidente Xi representa um caminho totalmente novo de modernização que pertence a todas as pessoas do mundo, a toda a humanidade. É, de facto, uma visão de modernização do Sul Global.

O presidente Xi também propôs dez grandes atividades de parceria para a China e África trabalharem em conjunto para promover a modernização. Estas atividades visam especificamente fomentar um caminho comum de modernização para a China e África através da aprendizagem mútua entre civilizações, prosperidade comercial, cooperação na cadeia industrial, cooperação no desenvolvimento de interconexões, iniciativas de saúde, promoção da agricultura em benefício das pessoas, intercâmbios culturais, desenvolvimento verde e construção conjunta da segurança.

Embora isto pareça empolgante, e de facto o é, não devemos iludir-nos ou permitir-nos ser iludidos a acreditar que será fácil ou que nos será servido numa bandeja de prata. Existem problemas e desafios inerentes. Aqueles que nos dominaram, exploraram e humilharam durante séculos não desejam que escapemos à sua influência; desejam continuar a sua exploração e humilhação.

As forças armadas dos Estados Unidos mantêm uma grande presença em África, procurando continuamente expandi-la através do Africom (Comando Africano dos Estados Unidos), estabelecendo bases e escritórios em todo o continente. Os EUA empregam vários métodos para instigar revoluções coloridas em África e apoiar regimes fantoches pró-EUA. Além disso, os EUA competem com a China nas esferas económica e comercial e aproveitam a sua hegemonia mediática para distorcer e manchar a imagem da China em África.

O segundo desafio reside nos próprios países africanos: a sua capacidade administrativa e o seu sentido de luta ainda não estão totalmente desenvolvidos. A política eleitoral de estilo ocidental em África tem muitas vezes levado a posições vacilantes e à falta de continuidade política entre os partidos no poder. Além disso, a longa extração intelectual por parte dos países ocidentais resultou numa fraqueza geral da capacidade administrativa das nações africanas, agravada pelo investimento insuficiente na capacitação. Estes fatores impedem frequentemente os países africanos de receberem adequadamente o apoio da China, comprometendo assim a eficiência, a eficácia e a ordem da cooperação.

O terceiro desafio é que os projetos de cooperação apresentados pela Iniciativa Belt and Road (BRI) têm de facto enfrentado uma série de problemas de implementação. Por exemplo, algumas empresas chinesas carecem de comunicação com os sindicatos locais africanos e até se recusam a cooperar com eles, acreditando que apenas as relações com o governo são necessárias. Sem a mediação dos sindicatos, pequenos atritos no trabalho diário não podem ser comunicados e resolvidos em tempo útil. Estas questões por vezes escalam para conflitos maiores e são até exploradas por meios de comunicação mal-intencionados, prejudicando a imagem da cooperação China-África nos corações e mentes do povo africano.

Os amigos da China precisam de compreender que a maioria dos países africanos não tem um partido governante forte que represente os interesses fundamentais das grandes massas populares, como a China. Muitas elites políticas em África buscam apenas votos e interesses pessoais, em vez de servir o povo. Os amigos da China devem reconhecer que o povo africano, juntamente com os partidos políticos de esquerda, sindicatos e movimentos populares que os representam, são os amigos e camaradas mais leais da China.

À medida que a Iniciativa Belt and Road entra na sua segunda década e a China e África iniciam um novo capítulo de trabalho conjunto para promover a modernização, esperamos construir sobre a base das relações China-África para reforçar ainda mais a amizade, os intercâmbios e a cooperação entre os povos chinês e africano. Isto

permitir-nos-á enfrentar conjuntamente os desafios objetivos e avançar nos nossos esforços para a modernização dos 2,8 mil milhões de pessoas da China e África.

(Transcrito da gravação e editado.)

2.4.4 BRICS Plus: Por que o valor da opção é importante para a ASEAN

- Palestrante: Gita Wirjawan

- Ano: 2025

Sete décadas depois, os membros do Sul Global — incluindo os Estados do Sudeste Asiático — continuam a navegar numa ordem global caracterizada pela intensificação da rivalidade estratégica, pela mudança do poder económico e por novas formas de alinhamento geopolítico. A decisão da Indonésia, em 6 de janeiro de 2025, de aderir ao BRICS+ pode ser vista como uma extensão desta trajetória histórica: uma busca contemporânea por um sistema internacional mais inclusivo e multipolar (Waters & Putrono, 2025).

Este artigo argumenta que a ASEAN possui um “valor opcional” substancial na ordem multipolar emergente e que a entrada da Indonésia no BRICS+ demonstra o exercício dessa opcionalidade. Esse valor opcional deriva da escala, do dinamismo económico e da capacidade da ASEAN de se envolver estrategicamente com várias potências importantes, mantendo a autonomia. No entanto, a concretização desse valor depende de fatores institucionais — particularmente o Estado de Direito e a capacidade da região de converter incertezas em riscos mensuráveis —, os quais permitem a formação eficaz de capital.

2. Discussão

O Sudeste Asiático conta hoje com uma população de cerca de 700 milhões de pessoas e um PIB combinado de aproximadamente US\$ 4 trilhões¹. Com exceção de Singapura e Brunei, as economias da ASEAN permanecem nas categorias de rendimento médio-alto ou médio-baixo, com um PIB per capita inferior a 13 205 dólares americanos. O seu pulso económico está intimamente alinhado com o do Sul Global em geral, caracterizado por aspirações de modernização industrial, acesso à tecnologia e maior influência geopolítica.

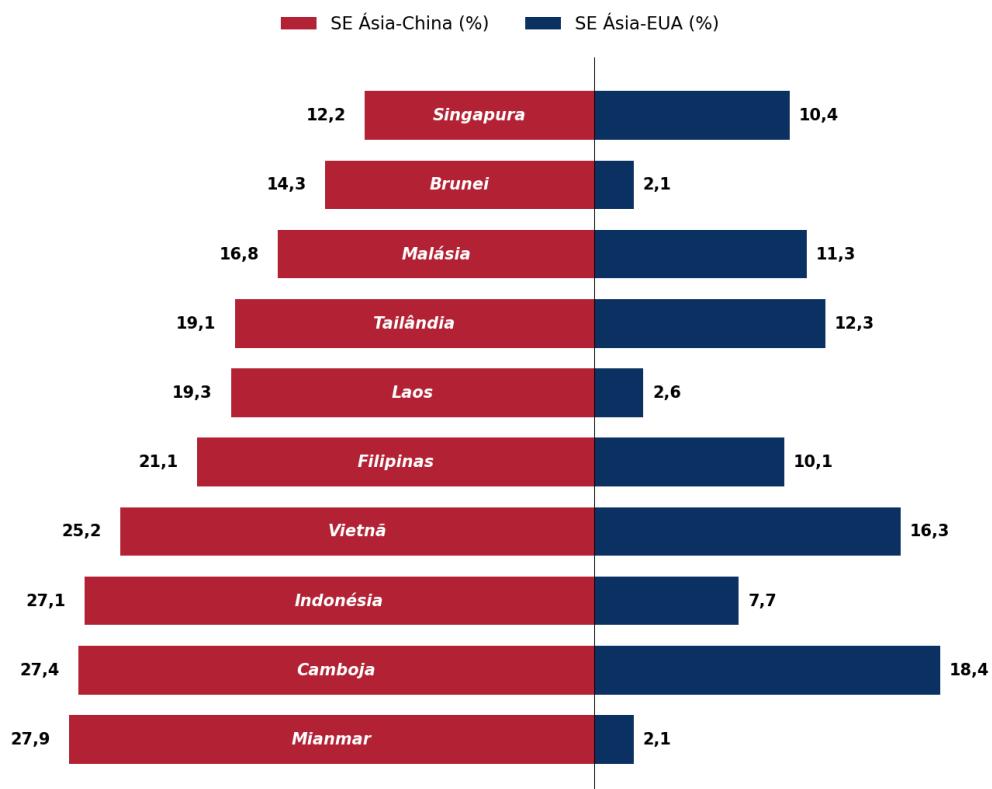
Os laços económicos da ASEAN refletem esta posição. O envolvimento com vários centros económicos — China, Estados Unidos, Japão, União Europeia, Índia e, cada vez mais, o Conselho de Cooperação do Golfo — cria uma estrutura de oportunidades diversificada. Essa abertura estrutural é precisamente o que dá à região o seu valor de opção, permitindo aos Estados da ASEAN ajustar, proteger ou alavancar parcerias estratégicas num ambiente estratégico fluido.

A decisão da Indonésia de aderir ao BRICS+ pode ser interpretada através da lente da lógica das opções reais. Em ambientes incertos, a capacidade de adiar, diversificar ou ajustar escolhas estratégicas tem um valor intrínseco. A adesão ao BRICS+ aumenta a

capacidade da Indonésia — e potencialmente da ASEAN — de: 1) expandir o acesso a novos pools de capital tecnológico e económico, particularmente da China e da Índia; 2) proteger-se contra riscos geopolíticos decorrentes da intensificação da concorrência entre os EUA e a China; e 3) participar em plataformas financeiras, comerciais e de infraestrutura digital emergentes, como mecanismos de pagamento do BRICS, financiamento ao desenvolvimento e cooperação tecnológica (Wirjawan, 2025). A decisão não nega as parcerias existentes com os Estados Unidos, a União Europeia ou o Japão. Em vez disso, aumenta o leque estratégico de opções, fortalecendo a posição de negociação da ASEAN em vários eixos de envolvimento com as grandes potências.

Entre os membros do BRICS, a China continua a ser a fonte mais significativa de capital tecnológico e económico. As relações económicas China-ASEAN atingiram quase US\$ 1 trilhão em comércio no ano anterior, superando o comércio ASEAN-EUA, que ficou em aproximadamente metade desse valor (Araral, 2025) — veja a Figura 1. Os fluxos de capital económico da China para a ASEAN tornaram-se cada vez mais orgânicos, impulsionados pelas complementaridades comerciais e pelo papel da China como centro global de manufatura.

Figura 1. Quota do comércio entre dez países do Sudeste Asiático com a China vs. os EUA, 2024



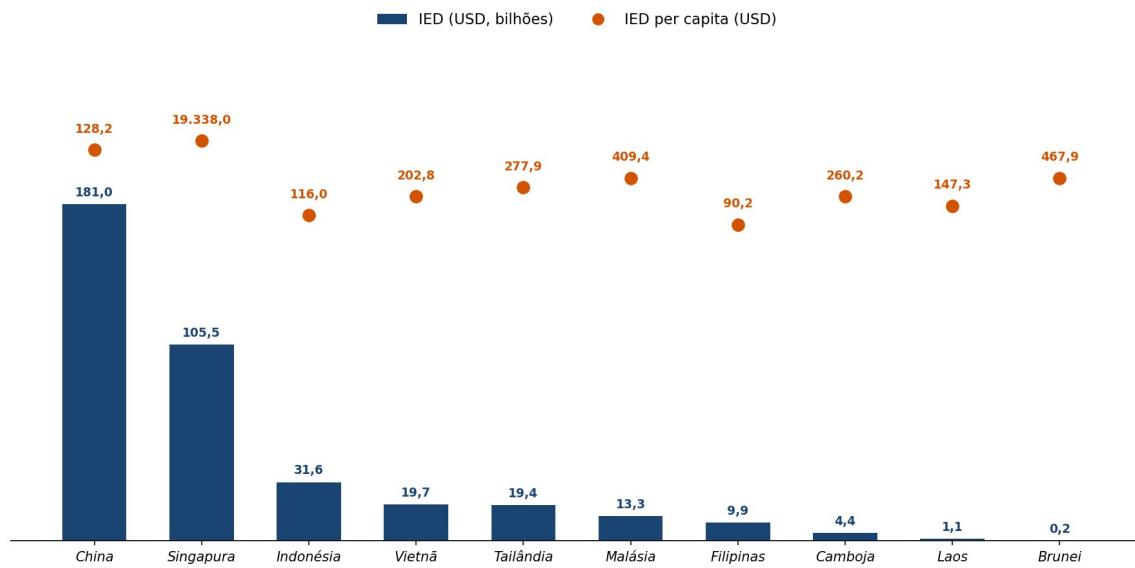
Fontes: OMC, Comtrade, Econovis via Voronoi (<https://www.voronoiapp.com/trade-ASEAN-Trade-Dependence-US-vs-China-2024-6856>)

No entanto, a dimensão de longo prazo mais consequente é a alocação de capital tecnológico. As soluções tecnológicas chinesas — seja em infraestrutura digital, energia renovável, transporte ou modernização industrial — continuam relativamente econômicas e acessíveis para as economias em desenvolvimento. Embora a China tenha historicamente se destacado na inovação incremental (“1 para o próximo dígito”), ela está avançando rapidamente em direção à inovação de fronteira (“0 para 1”), particularmente em áreas como inteligência artificial, mobilidade elétrica e tecnologias renováveis (Maslej, 2025; He et al., 2022; Hove, 2024). Para os países da ASEAN que procuram subir na cadeia de valor global, o acesso a esse capital tecnológico constitui um vetor crítico para a modernização industrial e o crescimento da produtividade.

Apesar das oportunidades apresentadas pelo BRICS+ e pela ascensão tecnológica da China, o grau em que a ASEAN e o Sul Global em geral podem beneficiar depende de duas condições estruturais. A primeira é o Estado de direito, indispensável para a formação de capital. Estruturas regulatórias previsíveis, a aplicabilidade dos contratos e a segurança jurídica moldam a disposição das empresas — nacionais ou estrangeiras — para fazer investimentos de longo prazo. O segundo fator, igualmente importante, é a capacidade de transformar a incerteza em risco mensurável. Enquanto a incerteza é inquantificável e não passível de investimento (“desconhecido desconhecido”), o risco (“desconhecido conhecido”) pode ser avaliado, gerido e alocado. Essa transformação requer governança de dados, consistência regulatória, instituições credíveis e recursos gerenciais. Quando esses elementos faltam, o investimento é restrito não por ideologia ou geografia, mas pela incapacidade de proporcionar ambientes suficientemente previsíveis.

No entanto, o capital humano continua a ser uma restrição vinculativa à formação de capital a longo prazo no Sudeste Asiático, devido à sua lacuna em termos de capital humano. A China produz aproximadamente 4 a 4,5 milhões de licenciados em STEM anualmente e a Índia 2 a 2,5 milhões, em comparação com os cerca de 750 000 da ASEAN (Olis et al., 2023). Esta disparidade molda significativamente os padrões do investimento direto estrangeiro (IDE). Os fluxos anuais de IDE da ASEAN totalizam cerca de 200 a 230 mil milhões de dólares, mas a distribuição é desigual, como se pode ver na Figura 2.

Figura 2. IDE (em mil milhões de dólares) e IDE per capita (em dólares), Sudeste Asiático mais China, 2021



Fontes: Estatísticas da Indonésia

(<https://www.bps.go.id/indicator/13/1840/1/realisasi-investasi-penanaman-modal-luar-negeri-menurut-provinsi.html>); CEIC

(<https://www.ceicdata.com/en/indicator/foreign-direct-investment>); Trading Economics (<https://tradingeconomics.com/country-list/foreign-direct-investment>).

Esses resultados estão fortemente correlacionados com a capacidade limitada da região em STEM e a dependência persistente de sistemas de recrutamento baseados no clientelismo, em vez de meritocráticos. É essencial abordar esses impedimentos estruturais para aproveitar todos os benefícios da alocação de capital tecnológico — seja dos membros do BRICS ou de outros parceiros globais.

3. Conclusão

A ASEAN encontra-se num momento crucial na evolução da ordem global. A adesão da Indonésia ao BRICS+ reflete tanto uma continuidade histórica com os princípios de Bandung como uma estratégia voltada para o futuro para aumentar a optionalidade nacional e regional dentro de um sistema multipolar mais complexo.

Os benefícios potenciais — acesso ampliado ao capital tecnológico, maior autonomia estratégica e participação em ecossistemas financeiros e digitais alternativos — são substanciais. No entanto, para concretizar essas oportunidades, é necessário fortalecer as bases institucionais internas, particularmente o Estado de Direito, as capacidades de tradução de riscos e o capital humano baseado em STEM.

Nesse contexto, o BRICS+ não deve ser visto como um alinhamento exclusivo, mas como um instrumento estratégico adicional — que aumenta a capacidade da ASEAN

de navegar pela incerteza e avançar nas suas aspirações de desenvolvimento nas próximas décadas.

Notas finais

“População, total”, Banco Mundial, s.d. (<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TL>); e “PIB (em dólares americanos correntes)”, Banco Mundial, s.d. (<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>).

“Rendimento nacional líquido ajustado per capita (em dólares americanos correntes)” <https://data.worldbank.org/indicator/NY.ADJ.NNTY.PC.CD>

Referências

Araral, E. (26 de maio de 2025). *O futuro do comércio entre a ASEAN, os EUA e a China*. BusinessWorld. Acedido em 27 de novembro de 2025 através de <https://www.bworldonline.com/opinion/2025/05/26/674531/the-future-of-asean-us-and-china-trade/>.

He, H. et al. (2022) Os veículos elétricos a bateria da China lideram o mundo: conquistas na arquitetura do sistema tecnológico e avanços tecnológicos. *Green Energy and Intelligent Transportation*, 1(1), 100020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.geits.2022.100020>.

Hove, A. (2024). *Inovação em energia limpa na China: factos e ficção, e implicações para o futuro*. Instituto de Estudos Energéticos de Oxford. ISBN: 9781784672492.

Maslej, N. et al. (2025) Relatório anual do Índice de IA 2025. *Comité Diretivo do Índice de IA, Instituto de IA Centrada no Ser Humano, Universidade de Stanford*. DOI: <https://doi.org/10.48550/arXiv.2504.07139>.

Oliss, B., McFaul, C., & Riddick, J. (27 de novembro de 2023). *A distribuição global de licenciados em STEM: quais países lideram?* Centro de Segurança e Tecnologia Emergente (CSET). Acedido em 27 de novembro de 2025, através de <https://cset.georgetown.edu/article/the-global-distribution-of-stem-graduates-which-countries-lead-the-way/>.

Prashad, V. (2008). *As nações mais sombrias: uma história popular do terceiro mundo*. The New Press. ISBN: 9781595583420.

Reybrouck, D. (2024) *Revolução: Indonésia e o nascimento do mundo moderno*. Vintage Publishing. ISBN: 9781847927057.

Waters, A. & Putrono, J. (2025) A Indonésia entra na era multipolar ao aderir ao BRICS+: três caminhos de realinhamento geopolítico para os Estados à medida que as plataformas de cooperação Sul-Sul globais se expandem. *Third World Quarterly*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/01436597.2025.2586173>

Wirjawan, G. (2025) *O que é necessário: Sudeste Asiático — Da periferia ao centro da consciência global*. Endgame Publishing (Yayasan Indonesia Cerdas Unggul). ISBN: 9786340424058.

2.4.5 O papel da Rússia no apoio à cooperação do Sul Global

- Palestrante: Oleg Barabanov

- Ano: 2025

Na conferência, gostaria de expressar a minha gratidão aos organizadores, à Universidade Normal da China Oriental, com quem cooperamos muito estreitamente há muitos anos, e ao Instituto Tricontinental por este convite.

Antes disso, gostaria de salientar o foco no legado histórico da política soviética e no apoio soviético ao processo de descolonização. Este teve início em meados da década de 1950 com a Declaração de Bandung, com a conferência Ásia-África. A União Soviética sempre apoiou os princípios de Bandung, tentando implementá-los na política externa real. Além disso, agora que temos o aniversário da Conferência de Bandung este ano, nós, o Clube Valdai, o meu grupo de reflexão, e os colegas indonésios, preparamos um relatório especial sobre o significado histórico da Conferência de Bandung — o que significa para a juventude indonésia agora? — porque temos alguns jovens especialistas da Indonésia, entre outros. É um ponto importante, e o espírito de Bandung ainda é válido e válido também para a Rússia. Além disso, apoiámos e cooperámos com o Movimento dos Países Não Alinhados e a luta pela paz.

Depois, o ponto seguinte, a ajuda económica e cultural da União Soviética aos países descolonizados, aos países independentes da Ásia e África, e especialmente a nossa ajuda e apoio aos países socialistas e aos países de democracia popular em todo o mundo. Lembremo-nos de Cuba. Lembremo-nos da Etiópia, Moçambique, Angola e muitos outros.

Em seguida, na situação atual, nós, na Rússia, pensamos que a Organização de Cooperação de Xangai é a verdadeira pedra angular da segurança e do desenvolvimento comuns para a Eurásia. A organização está a desenvolver-se de forma bastante positiva, promovendo o espírito de confiança mútua e cooperação entre os Estados-Membros. E também vemos os esforços conjuntos dos membros da OCS no reforço da segurança e na luta contra o terrorismo na Eurásia.

Há outro ponto: saudamos a Iniciativa Cinturão e Rota da China. Já foram dados muitos passos práticos para a convergência entre a Iniciativa Cinturão e Rota e a União Económica Eurasiática, que une a Rússia e vários outros países pós-soviéticos na Eurásia. Também promovemos, com certeza, a parceria estratégica abrangente e mutuamente frutífera entre a China e a Rússia, que, como podem ver, é algo realmente importante para a segurança e o desenvolvimento da Rússia.

Depois, há o BRICS. É claro que se tornou um símbolo de solidariedade, da maioria global do Não Ocidente e do Sul. Certamente, a Rússia não está geograficamente no Sul, mas penso que agora podemos considerar a Rússia como parte do Sul Global politicamente. Pelo menos, também podemos usar termos mais amplos, como Não Ocidente Global ou Maioria Global, que são bastante difundidos na Rússia. Agora, vemos o alargamento do BRICS como um sinal do seu importante estatuto. Além disso, vemos a evolução do Espírito do BRICS. Devo dizer que foram os nossos amigos chineses que introduziram pela primeira vez o termo Espírito do BRICS na Declaração da Cimeira do BRICS em 2017, quando esta se realizou na China, e que foi repetido durante a presidência chinesa seguinte, em 2022. Depois disso, o termo e o conceito de Espírito do BRICS permaneceram em todas as declarações seguintes do BRICS.

Agora, tarefas práticas. Em primeiro lugar, penso que o que precisamos de fazer pelo BRICS e pela SCO é reforçar a solidariedade real. Não gostaria de dizer a frente unida, mas talvez face aos ataques de Trump aos membros do BRICS e ao Sul Global em geral, à desdolarização, às tarifas e assim por diante. Por exemplo, neste verão, o meu think tank, o Clube Valdai, realizou uma conferência na África do Sul com os nossos colegas sul-africanos. Eles expressaram muito abertamente que, como a África do Sul se tornou, infelizmente, um dos principais alvos dos ataques de Donald Trump, queriam mais solidariedade dos membros do BRICS, queriam mais apoio dos membros do BRICS, para não serem deixados sozinhos, face a Trump e aos Estados Unidos. O mesmo foi expresso mais tarde pelos colegas brasileiros. Vemos que houve uma extraordinária Cimeira Online do BRICS organizada pela presidência brasileira, exatamente sobre como reagir ao ataque de Trump. Mas vemos até agora que todos os países do BRICS continuam a negociar com Trump numa base bilateral. É o caso da China, é o caso da Índia, é o caso da Rússia e de quase todos os outros países. Portanto, o que precisamos agora é passar do símbolo à prática, e é necessária mais cooperação na economia e nas finanças; concordo totalmente com Paulo (Paulo Nogueira Batista Jr.), com o que disse sobre o Novo Banco de Desenvolvimento e muitas outras coisas.

Além disso, para mim, parece importante fortalecer agendas independentes na SCO e, especialmente, no BRICS. Há seis meses, publiquei um relatório especial sobre a evolução da plataforma de valores compartilhados do BRICS no site Valdai. E vi que, pelo menos até anos muito recentes, havia uma espécie de tradução de uma agenda de outras instituições para o BRICS. Primeiro, algum conceito era discutido na reunião do G7; meio ano ou um ano depois, era repetido na reunião do G20; e dois anos depois, era repetido na reunião do BRICS. Portanto, era apenas seguir a agenda ocidental, sem promover as nossas próprias iniciativas. Talvez o primeiro avanço tenha sido feito em 2014, quando houve a primeira presidência sul-africana no BRICS, e finalmente tivemos a nossa própria proposta do BRICS de apoio e assistência financeira aos países africanos. Depois, sob a presidência brasileira do BRICS, foi estruturado o Novo

Banco de Desenvolvimento. Mas ainda vemos as limitações. Paulo já mencionou algumas delas. Temos um fundo comum de reservas de contingência dentro do BRICS. Temos alguns problemas, enormes problemas financeiros com alguns, por exemplo, com a Etiópia — por que não usar a nossa própria reserva de contingência para apoiar os membros do BRICS? Em vez disso, a Etiópia foi obrigada a recorrer ao FMI, com todas as limitações do FMI, a agenda de direitos humanos e assim por diante.

Além disso, o último ponto, acho que temos de fortalecer a nossa posição unificada, unida, cooperativa, qualquer que seja o termo, do Global Não Ocidental e do Sul no G20. Porque no G20, todos os países ocidentais, toda a metade ocidental do G20, falam a uma só voz, com uma voz consolidada, com uma posição consolidada. E as posições dos países do Sul Global são diversas. Isso significa que o G20, num cenário, apenas aceita de forma branda algumas propostas ocidentais. De forma dura, não decide nada. Temos de mudar esta posição, para que a voz do Sul Global, do Não Ocidental Global, possa ser mais sólida dentro do G20 em relação aos parceiros ocidentais.

Era isso que eu queria dizer. Há dois relatórios do Clube Valdai que mencionei, sobre a Conferência de Bandung e sobre a plataforma BRICS de valores partilhados. Muito obrigado.

2.5 Da perda de capacidades à reconstrução de capacidades, o dilema estrutural do Sul Global

2.5.1 Transcendendo o Consenso de Washington: O papel multifacetado do Estado no desenvolvimento económico

- Palestrante: Bongani Ngqulunga
- Ano: 2024

A primeira perspectiva enfatiza o papel do investimento capitalista na promoção do crescimento económico. Para aqueles que estudaram economia do desenvolvimento, esta visão enfatiza o setor privado e minimiza o papel do Estado. O papel do Estado, nesta perspectiva, é criar um ambiente propício para atrair investimentos do setor privado. A segunda perspectiva, por outro lado, enfatiza o papel crucial que o Estado deve desempenhar no desenvolvimento económico. Estas duas perspectivas, de certa forma, se concretizaram na África do Sul nos últimos 30 anos de democracia. De acordo com esta segunda perspectiva, o Estado não deve apenas criar um ambiente para atrair capital e investimento, mas também deve investir ele próprio.

A primeira escola de pensamento, que postula o setor privado como a força motriz do crescimento económico e da resposta ao que é conhecido na África do Sul como o triplô desafio da pobreza, da desigualdade e do desemprego, tem sido, em grande parte, o paradigma dominante. Assim, as ações tomadas na África do Sul nas últimas três décadas foram, em grande parte, informadas por esse paradigma dominante. No entanto, apesar do compromisso total do governo sul-africano com o desenvolvimento liderado pelo setor privado, isso não resultou em investimentos significativos do setor privado. Na África do Sul, a literatura refere-se frequentemente a este fenômeno como a “greve de investimentos” — em que o jogo é jogado de acordo com o Consenso de Washington (um quadro de política económica que defende o livre mercado, a desregulamentação e a privatização), mas os grandes investimentos do setor privado não se concretizam.

Consequentemente, essa dependência do desenvolvimento económico liderado pelo setor privado mudou as discussões e os debates na África do Sul para a consideração dos papéis que tanto o setor privado quanto o Estado podem desempenhar na promoção do desenvolvimento económico e na abordagem dos desafios persistentes da desigualdade, da pobreza e do desemprego. Embora seja geralmente aceito que o setor privado deva desempenhar um papel significativo, também se aceita que o próprio Estado tem um papel importante a desempenhar. Embora seja geralmente aceite que o Estado deve desempenhar um papel, a natureza precisa desse papel merece uma análise mais aprofundada.

Isto pode ser concebido como um espectro de intervenção estatal, que vai de um envolvimento mínimo a um envolvimento mais extenso. No seu nível mais básico, com base na nossa experiência, o Estado deve cultivar um ambiente político propício ao investimento de capital privado. Esta abordagem está em consonância com as propostas feitas pelos defensores do Consenso de Washington. Isto implica, por exemplo, que o Estado estabeleça um clima político e normativo estável e previsível que facilite o investimento a longo prazo, a par do enraizamento de uma cultura em que o Estado de direito prevaleça de forma consistente.

No entanto, há muito mais que o Estado pode fazer além destas funções minimalistas. Por exemplo, o Estado poderia investir no desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada e apoiar esforços que criem empregos e façam crescer a economia. Um Estado que possui os recursos e as capacidades para operar um sistema educativo eficaz e eficiente, por exemplo, é bastante crítico e não deve ser dado como garantido. Isto é particularmente crítico quando visto da perspectiva do Sul Global, onde as capacidades dos Estados para operar sistemas educativos eficientes não devem ser dadas como garantidas. Portanto, esta é uma consideração crucial ao contemplarmos o surgimento de um novo consenso sobre o desenvolvimento económico.

A experiência do Estado sul-africano demonstra que investir grandes quantias no setor da educação pode ser uma condição necessária, mas não suficiente. O que também é importante é garantir que os recursos investidos gerem retorno. O Estado pode gastar muito dinheiro, como fez na África do Sul, investindo em educação, mas sem mecanismos para garantir que esses investimentos gerem retornos tangíveis, os fundos alocados podem efetivamente ser desperdiçados.

Outro papel significativo do Estado na promoção do desenvolvimento económico, particularmente da perspectiva do Sul Global, merece consideração. O orador anterior destacou a importância do investimento em infraestruturas. Embora esse papel do Estado seja e mente aceito, ele não pode ser assumido em todos os países do Sul Global, dados os investimentos substanciais necessários para permitir o desenvolvimento económico. Por exemplo, nações exportadoras de commodities como a África do Sul devem investir em infraestruturas essenciais, como estradas e portos, sem as quais suas commodities não podem ser exportadas de forma eficiente. Os desafios atualmente enfrentados pelas indústrias de rede da África do Sul demonstram como essas questões podem impedir significativamente o desempenho económico. Além disso, o Estado desempenha um papel vital na facilitação do desenvolvimento social. Com base na experiência sul-africana, o fracasso do Estado em fornecer serviços essenciais, como eletricidade ou energia, pode prejudicar gravemente o desenvolvimento económico.

No entanto, essas intervenções são muitas vezes mais fáceis de dizer do que fazer. Nem todos os países do Sul Global possuem os recursos e as capacidades para realizar todos os investimentos necessários em infraestruturas. Portanto, surge uma questão fundamental sobre as fontes de financiamento adequadas para o desenvolvimento de infraestruturas. A experiência da África do Sul e de outras partes do Sul Global sugere a necessidade de explorar além das fontes de financiamento tradicionais. Isso inclui considerar uma série de possibilidades, como parcerias estatais com o setor privado e alavancar instituições multilaterais como o banco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para garantir financiamento para o desenvolvimento económico.

Isto representa, em essência, o papel secundário do Estado: fornecer serviços de apoio e infraestruturas críticas para impulsionar o desenvolvimento económico. Pode-se considerar um terceiro grau de intervenção estatal para apoiar ainda mais o desenvolvimento económico. Isto envolve o Estado oferecer apoio direto a indústrias específicas, indo além do fornecimento de infraestruturas e serviços críticos. Neste sentido, representa o papel do Estado em “escolher vencedores”, uma tarefa mais desafiante que pressupõe capacidades muitas vezes inexistentes no Sul Global. Por exemplo, pode haver um argumento convincente para que o Estado se volte para indústrias verdes que economizam energia, dada a sua importância amplamente reconhecida. No entanto, permanece a questão de saber se os Estados do Sul Global possuem as capacidades necessárias para apoiar eficazmente essas indústrias verdes. A resposta a esta questão depende, em muitos aspectos, das circunstâncias específicas enfrentadas pela sociedade e por cada Estado, incluindo a disponibilidade de conhecimentos especializados, recursos e capacidades à disposição do Estado.

A gama de opções disponíveis para cada Estado depende, evidentemente, do ambiente externo. É aqui que o tema do Sul Global se torna particularmente relevante, pois requer uma análise do panorama geopolítico atual e das oportunidades, ameaças e complexidades que ele apresenta. A ascensão do Sul Global, exemplificada pela expansão do BRICS+ (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, mais novos membros), representa uma oportunidade significativa para o aumento do comércio e do investimento entre os seus Estados-membros. Esta emergência também destaca o potencial para transformar as relações de poder globais. O desafio crítico para o Sul Global, portanto, não é apenas estabelecer relações económicas mais estreitas, mas colaborar na transformação da ordem económica e política global para promover um crescimento económico justo, equitativo e inclusivo.

Por outro lado, as potências dominantes irão inevitavelmente contestar este desafio à sua hegemonia, muitas vezes tentando enfraquecer e dividir o Sul Global. Esta dinâmica não deve ser subestimada. As narrativas do Norte Global questionam

frequentemente o próprio conceito de Sul Global, e as ameaças de tarifas dos Estados Unidos sublinham o potencial do Sul Global para remodelar a ordem de poder global.

Portanto, a agenda económica do Sul Global deve necessariamente incluir esforços para desmantelar as relações económicas e políticas desiguais que definem a ordem global atual. Além disso, uma prioridade fundamental deve ser promover relações comerciais e outras relações económicas mais estreitas entre os países do Sul Global. Em última análise, no centro desta agenda económica deve estar uma estratégia de desenvolvimento inclusiva e transformadora que coloque as pessoas comuns no seu cerne.

(Transcrito da gravação e editado.)

2.5.2 Por que não conseguimos desenvolver capacidades? Legados pós-coloniais e a reconstrução dos sistemas de conhecimento

- Palestrante: Hu De

- Ano: 2024

Este foi um painel excepcionalmente bom, que me deixou com muito em que pensar. Acredito que o público tenha a mesma opinião. Consequentemente, acabo por repetir os pontos levantados por outros. No que diz respeito à capacidade do Estado, a minha abordagem ou perspectiva tem-se centrado recentemente em Hong Kong, tendo em conta os protestos e outras mudanças ocorridas desde 2019 e 2020. Do ponto de vista dos estudos pós-coloniais, dos estudos globais e das humanidades, é difícil compreender o chamado subdesenvolvimento político resultante do imperialismo e do colonialismo.

Isto vai além do mero subdesenvolvimento económico, embora este certamente exista. O subdesenvolvimento político manifesta-se de várias formas, minando a capacidade do Estado a partir de dentro e diminuindo a capacidade de realizar tarefas para atingir objetivos. Durante a pandemia, fiquei impressionado com a profunda inadequação da capacidade demonstrada por vários governos em todo o mundo. Acredito que a Região Administrativa Especial de Hong Kong teve um desempenho melhor do que muitas outras nações. No entanto, em última análise, o legado deste modelo de governação colonial britânico revelou as suas deficiências. Faltava-lhe genuinamente a capacidade de gerir tal situação e, consequentemente, sofreu repercuções negativas.

Um desenvolvimento que se desenrola atualmente em Hong Kong é a crescente ênfase no desenvolvimento da capacidade governamental e na aprendizagem para esse fim. Hong Kong sempre foi uma sociedade capitalista de mercado livre, e isso não mudou. Não tenho a certeza se todos desejam a mudança, mas acredito que nem todos o fazem. No entanto, a reforma está agora na agenda, passando de um sistema puramente orientado para o mercado para uma implementação conjunta pelo governo e pelo mercado. Estamos a fazer progressos.

Um ponto levantado ontem diz respeito à capacidade do Estado em relação ao desenvolvimento de infraestruturas. Isso envolve liderar o mercado, financiá-lo ou facilitá-lo por meio do comércio ou outros meios. Isso é claro e crucial. No entanto, se essa continuar a ser a nossa única concepção do Estado, corremos o risco de nos tornarmos tecnocratas. O que precisamos, portanto, é do desenvolvimento qualitativo da força de trabalho. Discutimos isso ao longo do painel, e detesto o termo “capital humano”. “Desenvolvimento da força de trabalho” é preferível. A palavra

“desenvolvimento” implica verdadeiramente uma vida digna, desenvolvendo as capacidades próprias das pessoas para realizar bem as coisas.

A cooperação da China com a África ou o Sul Global não deve ser, nem é, exclusivamente sobre lucro. Pode fazê-lo por outras razões que são igualmente benéficas e, em certa medida, consistentes com o modelo de governação da China. Tanto quanto comprehendo, a China não só está disposta a correr riscos, como também a aceitar erros e perdas. Pode ter isso em conta nos modelos de governação e no planeamento, depois voltar atrás e tentar resolver os problemas etc. Penso que isto é extremamente importante.

Um tema recorrente em todos os painéis de discussão foi a ênfase na educação, que apoio sinceramente. Isso também faz parte do aprimoramento da qualidade da força de trabalho ou do pessoal, pois a capacidade é indispensável. Aprecio particularmente a tradução russa desse termo. Embora “capacidade” transmita força, a palavra inglesa “potencial” captura melhor sua essência e se alinha mais estreitamente com a educação.

Este painel também começou por discutir a educação, onde destacámos a necessidade de uma revolução das competências. A educação deve ser priorizada nas escolas primárias e secundárias. Ao nível universitário, isto vai além da investigação académica para abranger a aplicação eficaz de competências – competências técnicas, competências difíceis, competências matemáticas etc. Devo também mencionar a educação em inteligência emocional, pois a inovação muitas vezes surge a partir dela, e a inovação é a força motriz por trás de tudo. Portanto, isso diz respeito fundamentalmente aos padrões básicos de educação. No entanto, acredito que a educação necessária também deve abranger o que às vezes é chamado de educação moral. Não gosto dessa expressão — soa rígida, ultrapassada ou excessivamente religiosa. Mas, em termos gerais, educação moral, educação em humanidades ou educação que promove a inteligência emocional,

é verdadeiramente vital quando se considera como estabelecer conexões humanas nas nações do Sul Global ou em qualquer país. Esses laços e comunicação ocorrem com mais frequência. Naturalmente, isso requer competências linguísticas, mas também está relacionado com a sensibilidade de um indivíduo — até certo ponto, inteligência emocional — e a capacidade de realizar coisas.

Acredito que questões políticas mais amplas também estão envolvidas aqui. Portanto, questões de justiça são vitais. Isso deve ser abordado por meio da educação. Precisamos de uma estrutura política dentro da esquerda do Sul Global que tenha como foco a diversidade e a equidade. Imagino que todos aqui concordariam com isso. Isso também se relaciona com o painel de discussão de ontem, onde a professora Tari

e seu colega iraniano falaram sobre conhecimento não ocidental, conhecimento não universal. Exatamente. Como compreendemos esse conhecimento? Não podemos tratá-lo de forma essencialista, descartando-o como conhecimento não ocidental e simplesmente rotulando-o como conhecimento. Também não podemos essencializá-lo, declarando-o como conhecimento chinês, totalmente distinto de outras formas.

Essa não é a questão. O conhecimento pode estar ligado ao local e ao contexto específicos em que nos encontramos. Outra perspectiva é que os padrões de conhecimento convencionais invariavelmente replicam um certo discurso liberal, ou um certo discurso universalista, que é normativo, tem um certo domínio e, em última análise, se revela errado. Assim, a educação recebida na Rússia em 1991 estava errada. Tudo mudou. Acredito que a educação deve resistir a essa tendência.

A última pergunta, se o tempo permitir, deixarei como um ponto para reflexão. Professor Rahman, as suas observações foram muito perspicazes e eu as apreciei muito. Por que somos incapazes de desenvolver capacidades? Essa é uma excelente pergunta. Considero a questão que levanta crucial. O seu artigo também é significativo. Para toda esta conferência e para aqueles que se preocupam com questões de desenvolvimento mais amplas, esta questão é vital: por que somos incapazes de desenvolver capacidades? Não é apenas uma questão de dinheiro. O dinheiro certamente ajuda, mas mais importante é a capacidade de um Estado de fazer leis ou de as fazer cumprir. Mas acredito que vai além disso.

Certamente não tenho as respostas, por isso vou deixar por aqui. Muito obrigado.

2.5.3 O paradoxo fundamental da capacitação: quando os talentos que cultivamos continuam a partir

- Palestrante: Taimur Rahman
- Ano: 2024

Embora o termo “capacitação” tenha se tornado uma palavra da moda entre académicos e ativistas, o conceito em si pode ser considerado tão antigo quanto a civilização. As civilizações sempre prosperaram e progrediram com base na sua capacidade intelectual. Métricas como Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, taxas de crescimento, desempenho económico, força institucional ou capital social são meros reflexos da capacidade de uma sociedade de expandir os seus horizontes intelectuais e se envolver colaborativamente em trabalhos significativos. A indústria global de desenvolvimento, financiada pelo Norte Global, gasta trilhões organizando workshops de capacitação em todos os cantos do mundo em desenvolvimento, e há muitos desses workshops acontecendo no Paquistão o tempo todo. No entanto, com algumas exceções, incluindo o nosso país anfitrião, a China, a capacidade de capacitar parece estar além do nosso alcance.

Devo confessar que partilho do entusiasmo ilimitado, talvez até imprudente, que leva tantos no Sul Global a dedicarem-se à educação com a esperança de promover o desenvolvimento de capacidades. Há mais de um quarto de século, também escolhi tornar-me professor universitário, lisonjeando-me com a aspiração de ser um provocador socrático que talvez pudesse inspirar uma geração de paquistaneses a mudar o destino da nossa sociedade. Infelizmente, esse entusiasmo e otimismo revelaram-se descabidos, pois, ao longo dos anos, testemunhei com consternação o Sul Global e o meu amado Paquistão ficarem cada vez mais para trás na corrida implacável a que chamamos progresso. Embora haja algumas exceções notáveis, particularmente a República Popular da China e o Vietname, a diferença relativa entre o Norte e o Sul não está a diminuir, mas a aumentar.

Refletindo sobre esta jornada, gostaria de partilhar algumas observações sobre o que considero os maiores impedimentos ao desenvolvimento no Sul Global, com base principalmente na minha experiência no Paquistão. O meu objetivo é partilhar o que observei e talvez seja aplicável a outros países. Marx explicou uma vez que a força de trabalho segue o fluxo do capital e que o capital, impulsionado exclusivamente pela necessidade de maximizar os lucros, pouco se importa com as nações, os pobres ou os despossuídos. É indiferente até mesmo à destruição das próprias pessoas e do ecossistema que possibilita a sua existência. Como Lenin elucidou ainda mais, o capital, embora esteja presente em todos os lugares, não é exportado igualmente, e essa exportação desigual exacerba as disparidades não apenas entre o Norte e o Sul,

mas também dentro do Sul Global. A busca incansável por “vida, liberdade e felicidade” muitas vezes desarticula e desestabiliza as sociedades que toca.

A experiência do Paquistão demonstra isso mesmo. Todos os anos, um milhão de paquistaneses deixam o país para trabalhar no estrangeiro, e os sucessivos governos destacam orgulhosamente estes números crescentes. Estes trabalhadores remetem agora para o Paquistão tanto dinheiro quanto o que a nação ganha com todas as suas exportações de mercadorias. No ano fiscal de 2023, as remessas do Paquistão totalizaram 30,3 mil milhões de dólares americanos (USD), enquanto as suas exportações de mercadorias no mesmo ano totalizaram 30,6 mil milhões de dólares. Nos últimos 70 anos, passámos de uma economia exportadora de algodão para uma economia exportadora de mão de obra e remessas. Além das receitas cambiais, considere isto da perspectiva da capacidade: todos os anos, o Paquistão envia para o estrangeiro um milhão dos seus trabalhadores jovens, saudáveis, qualificados e instruídos — desde médicos e engenheiros a trabalhadores da construção civil e mecânicos. O país importador pode escolher os melhores e mais brilhantes que o Paquistão tem para oferecer. Como pode uma sociedade esperar desenvolver-se quando perde continuamente os seus indivíduos mais produtivos?

Essa dinâmica lembra um dos grandes problemas do desenvolvimento da África nos últimos 400 anos: a perda contínua de trabalhadores jovens e produtivos devido ao tráfico de escravos no Atlântico. Como a África poderia ter crescido nas circunstâncias de perder seus melhores e mais brilhantes? É o mesmo hoje no capitalismo, exceto que não chamamos isso de tráfico de escravos. Essa dinâmica revela a dura realidade da divisão internacional do trabalho, na qual países como o Paquistão foram relegados a fornecedores de mão de obra. O Paquistão tornou-se mais um distrito da classe trabalhadora do capitalismo global. Assim como a burguesia construiu condomínios fechados para excluir os trabalhadores indesejados, os corredores do capitalismo fecharam as economias e exportaram o desemprego, a pobreza e a miséria para o Sul Global sob o pretexto de reestruturar as nossas economias e garantir a estabilidade macroeconómica. A capacidade está a ser construída no mundo em desenvolvimento, mas apenas para ser exportada para o mundo desenvolvido. Estamos a derramar sorvete — uma palavra árabe também usada em hindi e urdu — do topo, mas o recipiente está a vazar. Como é que a capacidade pode ser construída nessas circunstâncias?

Embora eu seja totalmente a favor dos objetivos de desenvolvimento de capacidade — desenvolvimento de competências, provisão de recursos, fortalecimento institucional e empoderamento comunitário —, eu apenas questiono se perder um milhão dos nossos melhores e mais brilhantes jovens no auge da juventude é a melhor estratégia de desenvolvimento para o Paquistão. Reconheço sem reservas que, se

fosse que essas pessoas permanecessem no Paquistão, elas não teriam empregos tão lucrativos quanto os que têm ao se mudarem para onde há uma concentração de capital. Mas isso, é claro, é um produto da atual estrutura de classes do Paquistão no que se refere à economia política internacional. De uma perspectiva macroeconómica e social, isso levanta outras questões: por que países como o Paquistão são incapazes de utilizar as competências já presentes em sua força de trabalho para fazer a economia crescer? Será que o destino dos nossos países é simplesmente se tornarem fazendas proletárias para o mundo desenvolvido?

O que a China fez de tão diferente do Paquistão? Afinal, é um facto que, em certa época, a mão de obra da China construiu as ferrovias transcontinentais dos Estados Unidos, Canadá e Peru. Como, então, a China saiu do seu “século de humilhação” para conseguir reter os seus melhores e mais brilhantes para construir a sua própria sociedade? Somente a resposta a essa pergunta pode nos levar à solução para o desafio do Paquistão de utilizar os seus melhores e mais brilhantes para a melhoria e o desenvolvimento da nossa sociedade.

(Transcrito da gravação e editado.)

2.5.4 Reconstruindo a capacidade de carga do “camião de uma tonelada”: uma abordagem sistémica para o desenvolvimento de capacidades no Sul Global

- Palestrante: Busani Ngcaweni
- Ano: 2024

Na minha opinião, uma revolução requer um sistema de defesa muito forte, que inclua uma liderança forte como força de vanguarda e uma burocracia capaz e competente. Desde o triunfo do Consenso de Washington (um quadro de política económica que defende o livre mercado, a desregulamentação e a privatização), houve uma grande reviravolta nas tentativas de construir capacidades dinâmicas. Este período viu o surgimento do que Mariana Mazzucato chama de “o farol”, referindo-se às grandes empresas de consultoria. Foi feito um esforço deliberado para diminuir o trabalho do governo, especialmente no Sul Global, promovendo a ideia de um “governo pequeno” e “Estados mais fracos”, com funções governamentais terceirizadas para essas empresas de consultoria.

O trabalho de Mazzucato demonstrameticulosamente como essa abordagem enfraqueceu os governos e os Estados no Sul Global, impactando significativamente os resultados do desenvolvimento. Essas empresas de consultoria muitas vezes careciam da capacidade real para grandes programas de desenvolvimento, efetivamente infantilizando o Estado ao reduzir o seu papel à mera emissão de contratos e licitações. As nações precisam aprender umas com as outras para fortalecer e construir as suas próprias capacidades, conforme destacado pelo trabalho de Oakbay e outros. A importância das instituições na promoção do crescimento social também é sublinhada por Tung e outros estudiosos.

Esta discussão pode ser contextualizada no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) da China e do seu alinhamento com as aspirações da Agenda 2063 (o quadro estratégico da União Africana para a transformação socioeconómica do continente). É crucial demonstrar por que razão é essencial desenvolver capacidades dinâmicas, examinando as sinergias entre a BRI e a Agenda 2063, uma vez que ambas partilham a ideia abrangente de construir uma comunidade com um futuro comum para a humanidade. Uma leitura mais atenta revela que as aspirações são fundamentalmente as mesmas. Os objetivos da Agenda 2063, tais como promover cidadãos com boa formação, impulsionar uma revolução de competências sustentada pela ciência e tecnologia e desenvolver infraestruturas de classe mundial, coincidem com os ingredientes fundamentais para o sucesso da BRI. Instituições e lideranças transformadoras, juntamente com o envolvimento dos jovens, também são essenciais para alcançar esses objetivos. Essas metas seriam impossíveis de realizar sem a

construção de capacidades estatais dinâmicas que possam impulsionar uma agenda de desenvolvimento nacional e regional coerente.

No Sul Global, o Estado e as instituições estatais foram esvaziados devido à externalização. Esta erosão de capacidades resultou em políticos envolvidos principalmente em atividades cerimoniais, como cortar fitas, beijar bebés e viajar para Pequim ou Washington, sem capacidades mais profundas para além destas funções. No Ocidente, estes políticos são frequentemente convidados para jantares e festas por grupos de interesses, o que corrói ainda mais a sua capacidade intelectual para tomar decisões significativas.

Um exemplo ilustra as consequências da falta de capacidades dinâmicas. Os primeiros projetos da Iniciativa Belt and Road em Uganda e no Quénia tinham, alegadamente, termos e condições muito fracos nos seus contratos. Isto foi em grande parte atribuído à pressa dos líderes em assinar contratos devido às eleições iminentes, priorizando o lançamento visível dos projetos em detrimento de um estudo aprofundado dos detalhes dos contratos. Consequentemente, alguns desses primeiros projetos tornaram-se alvo de críticas do Norte Global. Isto ressalta a importância de reconstruir capacidades dinâmicas tanto a nível político como burocrático; não o fazer enfraqueceria a capacidade de transformar as sociedades.

Portanto, é imperativo embarcar num investimento maciço na requalificação das burocracias no Sul Global, começando pela liderança. A China serve como um exemplo em que a qualidade da liderança está diretamente relacionada com os resultados do desenvolvimento. A proposta é replicar isso no Sul Global, construindo a capacidade de liderança para governar as economias de forma eficaz, em vez de terceirizar essa função crucial para agências externas. Os líderes devem possuir uma compreensão matizada dos dados económicos e reconhecer que o desenvolvimento é resultado de decisões de qualidade. Decisões erradas, mesmo com recursos abundantes, não produzirão os benefícios desejados. Os líderes devem compreender que o desenvolvimento requer investimento na economia e que o investimento não é uma função da oração, como se vê em alguns países onde os líderes passam mais tempo a reunir pessoas em estádios para orar do que em salas de reunião para modelar o crescimento. Isto é muito importante porque aqueles que ocupam posições de liderança fazem as escolhas estratégicas que os países irão seguir.

Também é essencial reconstruir as instituições no Sul Global. Em muitos casos, essas instituições foram enfraquecidas e esvaziadas devido à sua dependência de grandes empresas de consultoria, como mencionado anteriormente. Além disso, as instituições tornaram-se uma grande fronteira para a captura e a corrupção em muitos países do Sul Global. Portanto, este projeto de investir na reconstrução de

instituições dinâmicas é vital, quer essas instituições sejam responsáveis pela cobrança eficaz de impostos, pela regulamentação da construção ou pela liderança e gestão do ensino superior e do desenvolvimento de competências. Isto representa um compromisso muito importante e necessário.

Crucialmente, como observado na China e em muitos outros países asiáticos, deve haver um investimento maciço na construção de burocracias, uma vez que as burocracias em alguns países do Sul Global são disfuncionais. Isto leva os funcionários a tomarem decisões arbitrárias, sem responsabilização, suscetíveis à corrupção e a atrasarem ou tomarem decisões erradas. Tem-se argumentado que, dentro do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em particular, os objetivos não serão alcançados sem investir em burocracias que compreendam os sistemas uns dos outros, incluindo sistemas comerciais e alfandegários. Portanto, é necessária uma agenda clara para formar burocratas competentes no Brasil, Irão, África do Sul, Etiópia, Egito e outros lugares, pois esses profissionais competentes executam os mandatos da liderança. Isso requer a construção de um sistema de meritocracia para selecionar os indivíduos mais capazes, em vez de escolher as opções menos eficazes. Os burocratas devem ser vistos como pilotos que retornam constantemente a um simulador para calibrar e recalibrar suas habilidades para compreender o sistema global e as cadeias de valor, tomar decisões de qualidade e, o mais importante, interpretar e implementar as decisões da liderança.

Os jovens representam uma força produtiva muito importante em muitos países do Sul Global, mas muitas vezes são deixados para trás. Capacidades insuficientes os impedem de se envolver plenamente nas economias de seus países. Isso muitas vezes resulta em protestos e mudanças na liderança devido à educação de baixa qualidade, resultados inadequados e acesso limitado a serviços. Para as mulheres jovens em particular, os resultados precários em saúde são uma preocupação significativa. Portanto, para o sucesso do projeto do Sul Global, é crucial investir maciçamente na requalificação dos jovens.

Por fim, um erro significativo que está a ser cometido é a exclusão da sociedade civil, incluindo académicos e meios de comunicação social, destes compromissos. A crença de que o projeto do Sul Global será bem-sucedido apenas porque os líderes assim o decidiram e concordaram, ou porque os funcionários públicos podem executar mandatos, é falha. A sociedade civil e os atores não estatais não devem ser deixados para trás; eles são cruciais para se tornarem uma força de proteção ou defesa para a revolução em curso. Isso inclui interagir com a mídia de maneira diferente, garantindo que as empresas de mídia não se limitem a imitar as de Washington ou Londres, onde até mesmo os jornalistas enfrentam descontentamento. São necessárias abordagens criativas para construir redes e laços de uma sociedade civil

progressista e que possa contar a história real. Caso contrário, o Sul Global será dominado por manchetes que deturpam os resultados. Portanto, é essencial construir uma sociedade civil muito forte e bem-informada que comprehenda as intenções da agenda do Sul Global.

Para ilustrar o que significa construir a capacidade do Estado no Sul Global, considere a analogia de um camião de uma tonelada transportando uma carga de cem toneladas. O projeto global não pode ser abandonado simplesmente porque o Sul Global carece da capacidade analítica de organizações como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ou dos recursos de grandes empresas de consultoria. Em vez disso, se esta agenda é impulsionada pelo Sul Global, que atualmente funciona como um camião de uma tonelada transportando uma carga de cem toneladas, deve haver um foco ativo na ciência de construir a sua própria capacidade para suportar essa carga. Isso pode envolver a substituição de "pneus recauchutados" (líderes incompetentes), que são perigosos ao transportar cargas pesadas, e potencialmente ajustar a velocidade das operações. A aprendizagem mútua também é vital para evitar a repetição de erros ou o desperdício de recursos em problemas já resolvidos por outros. A definição fundamental de um Estado desenvolvimentista reside na sua capacidade de equilibrar a sua força e capacidade com o alcance das suas ambições. Sem requalificação, as instituições e os líderes podem ser sobrecarregados por suposições de capacidade quando, na verdade, são como um camião de uma tonelada a transportar uma carga de cem toneladas.

Portanto, por meio da requalificação, o Sul Global pode se recalibrar, construir força, reforçar seu motor operacional e desenvolver novos "amortecedores" para evitar que todo o projeto entre em colapso. Em resumo, para o sucesso do projeto do Sul Global, deve haver investimento na requalificação de vários quadros da sociedade, particularmente aqueles dentro do Estado, ao mesmo tempo em que se envolveativamente a sociedade civil, as organizações não governamentais (ONGs), a academia e os jovens.

(Transcrito da gravação e editado.)

Parte III 80º aniversário da Guerra Antifascista

3.1 O poder do povo e as formas contemporâneas do fascismo

3.1.1 Duas mentiras e uma grande verdade

- Palestrante: Vijay Prashad
- Ano: 2025

No início de agosto de 1942, os soviéticos instalaram altifalantes por toda a cidade de Leningrado. A cidade estava sitiada há mais de 300 dias. As pessoas estavam a passar fome. O maestro Karl Eliasberg manteve a Orquestra da Rádio de Leningrado em atividade, realizando ensaios e levando pessoalmente os seus músicos a postos de alimentação. Em 9 de agosto, Eliasberg reuniu os 15 sobreviventes da Orquestra da Rádio de Leningrado e trouxe alguns membros das bandas militares para a Sala Filarmónica Bolshoi. Eles tocaram a *Sinfonia nº 7* de Dmitri Shostakovich (a Sinfonia de Leningrado) pela rádio e pelos altifalantes públicos.

A sinfonia é composta por quatro movimentos. O primeiro, calmo e quase pastoral, evoca Leningrado antes da guerra. O segundo, construído em torno de um ostinato de tambor que fica cada vez mais alto, alude à invasão nazista. O terceiro, liderado por cordas e instrumentos de sopro, lamenta o terrível sofrimento do povo soviético, com milhões já mortos ou morrendo. O movimento final, em dó maior, alto e orgulhoso, antecipa a vitória contra os males do fascismo. Eles ainda não sabiam, mas estavam a menos da metade do cerco. Tinham mais 536 dias de fome e batalhas pela frente. Diz muito sobre a determinação dos cidadãos soviéticos o facto de terem tocado a sinfonia em meio ao cerco, com altifalantes apontados para as linhas nazistas para que os alemães também pudessem ouvi-la. No arquivo soviético, há uma frase escrita por um oficial de inteligência: “Até o inimigo ouviu em silêncio. Eles sabiam que era a nossa vitória sobre o desespero”. Mais tarde, um prisioneiro alemão disse que a sinfonia era “um fantasma da cidade que não conseguimos matar”.

O nosso estudo mostra que o Exército Vermelho soviético destruiu 80% da Wehrmacht na sua milagrosa investida pela Europa Oriental. Quando os exércitos ocidentais chegaram às fronteiras da Alemanha, o regime nazi já tinha entrado em colapso. Foi o Exército Vermelho soviético que libertou a maioria das pessoas nos campos de concentração, e foi a forma científica como avançaram que forçou os aliados nazis na Europa Oriental — como os romenos — a renderem-se e a mudarem de lado. A razão pela qual a União Soviética conseguiu reunir todas as suas forças contra os nazis foi porque os comunistas chineses e os patriotas e as defenderam o flanco oriental da União Soviética contra os ataques dos militaristas japoneses.

Lutando com armas inadequadas, os comunistas chineses e os patriotas infligiram, no entanto, enormes danos aos japoneses, imobilizando 60% do seu exército e impedindo-o de enfrentar o avanço das tropas americanas que iam de ilha em ilha no Pacífico.

Se os chineses não tivessem imobilizado as tropas japonesas, a União Soviética teria caído (e a Alemanha nazista teria tomado a Europa) e as tropas americanas talvez não tivessem vencido nas batalhas de Saipan (1944) e Iwo Jima (1945). O Exército Vermelho soviético e os comunistas e patriotas chineses juntos sacrificaram dezenas de milhões de vidas para derrotar o fascismo (o cálculo preciso está apresentado no nosso estudo, variando entre 50 milhões e 100 milhões). Em maio de 1945, quando o regime nazista entrou em colapso, já estava claro que o militarismo japonês estava a caminho da rendição. Não era necessário que os Estados Unidos realizassem os testes Trinity em julho de 1945 e lançassem bombas atómicas sobre Hiroshima (6 de agosto) e Nagasaki (9 de agosto). O imenso sacrifício dos cidadãos soviéticos e dos comunistas e patriotas chineses tornou o uso dessa arma de destruição em massa evitável; o facto de os Estados Unidos a terem usado diz-nos mais sobre o violento desrespeito do imperialismo pela vida humana, que é exatamente o que estamos a ver hoje em Gaza.

A primeira mentira. Os Aliados ocidentais opuseram-se aos fascistas desde o início e venceram a guerra contra o fascismo.

A verdade. Os governos ocidentais enviaram os seus exércitos para destruir a Revolução de Outubro desde o momento em que ela começou, em 1917. O governo soviético pediu paz em dezembro de 1917, mas a Alemanha atacou a Finlândia e a jovem república soviética, o que levou a uma invasão aliada em grande escala (com tropas vindas dos Estados Unidos, Reino Unido, França, Roménia, Estónia, Grécia, Austrália, Canadá, Japão e Itália). A atitude dos Aliados fica clara nos escritos e discursos do político britânico Winston Churchill, que em 1919 disse que os Aliados deveriam destruir “a imundície do bolchevismo” (30 anos depois, ele disse que “estrangular o bolchevismo no seu nascimento teria sido uma bênção inestimável para a raça humana”). Nas décadas de 1930 e 1940, os governos ocidentais queriam que os regimes fascistas da Alemanha e da Itália voltassem as suas armas contra a União Soviética e a destruíssem. Era isso que significava “apaziguamento” — que concordavam com o anticomunismo de Adolf Hitler e permitiam o seu reforço militar, desde que se concentrasse na União Soviética. Embora a Grã-Bretanha e a França tenham declarado guerra à Alemanha em setembro de 1939, não fizeram nada nos meses que se seguiram — um período conhecido como a Guerra Falsa, a *Drôle de guerre* ou a *Sitzkrieg* (um trocadilho com *Blitzkrieg*, ou guerra relâmpago).

Em 1941, os exércitos de Hitler invadiram a União Soviética. Na Conferência de Teerão de 1943, os Estados Unidos e o Reino Unido tiveram de reconhecer que era o Exército Vermelho que estava a destruir o fascismo. Churchill, em nome do rei George VI, deu ao líder soviético Joseph Stalin uma espada feita de aço de Sheffield chamada “Espada de Stalingrado” para comemorar a coragem dos cidadãos soviéticos que resistiram ao cerco (onde dois milhões foram mortos) e derrotaram os nazis. Mas os Aliados levaram mais um ano para entrar na guerra na Europa, em 1944. Nessa altura, o exército alemão já tinha sido dizimado pelo Exército Vermelho (e pelos bombardeamentos aéreos dos Aliados). Os países ocidentais entraram na guerra porque temiam que o Exército Vermelho invadisse a Alemanha e mantivesse uma posição no coração da Europa.

Para os governos ocidentais, a principal contradição não era entre o liberalismo e o fascismo: era entre o campo imperialista (ou de guerra) – que incluía tanto os fascistas como os liberais – e o campo socialista (ou de paz). Esta contradição durou de 1917 a 1991, passando pelos anos da Segunda Guerra Mundial – a Guerra Mundial Antifascista.

A segunda mentira. Foram os sacrifícios dos EUA na guerra do Pacífico e as bombas nucleares sobre Hiroshima e Nagasaki que derrotaram o militarismo japonês.

A verdade. A Guerra Mundial Antifascista não começou quando a Alemanha invadiu a Áustria em 1939. Começou dois anos antes, na China, na altura do incidente da Ponte Marco Polo (o confronto de julho de 1937 perto de Pequim que marcou o início da invasão em grande escala da China pelo Japão) e continuou durante toda a guerra dos EUA contra a Coreia, que só terminou com o armistício de 1953. Milhões de pessoas corajosas, patriotas e antifascistas lutaram contra o militarismo japonês, que atraiu o pior da extrema direita na Coreia e na Indochina. O momento em que os Estados Unidos entraram na guerra, em dezembro de 1941, os patriotas e comunistas chineses – assim como os exércitos de libertação nacional na Indochina e no Sudeste Asiático – mantinham 60% das tropas japonesas ocupadas, impedindo-as de atacar o flanco oriental dos soviéticos. Os imensos sacrifícios da Ofensiva dos Cem Regimentos em 1940, quando o general Zhu De liderou 400 mil soldados comunistas para destruir a infraestrutura japonesa no norte da China (incluindo 900 quilómetros de linha férrea), não devem ser esquecidos.

A mitografia do fuzileiro naval americano escalando as alturas de Iwo Jima ou da bomba atómica intimidando os japoneses a se renderem é predominante. No entanto, ela apaga o fato de que os japoneses já haviam sido substancialmente derrotados, que estavam preparados para se render e que Hiroshima e Nagasaki não eram alvos militares. O que aconteceu em agosto de 1945 não foi uma questão de estratégia militar: foi inteiramente uma demonstração do poder dos EUA, uma mensagem ao

mundo sobre a nova arma que os EUA tinham desenvolvido e um aviso aos comunistas na Ásia de que essa arma poderia ser usada contra eles. Os milhões de trabalhadores e camponeses asiáticos que morreram para derrotar o fascismo — incluindo os meus familiares na Birmânia — foram apagados pela nuvem em forma de cogumelo. Isso começou a ter precedência na memória popular. A bomba, e não as pessoas que lutaram por cada centímetro de terra no sudeste asiático, tornou-se a heroína. Essa é a segunda mentira.

A enorme verdade. Entre estas duas mentiras está uma enorme verdade que foi enterrada na nossa memória popular: o fascismo é a negação da soberania e da dignidade, o gêmeo feio do colonialismo. É difícil distinguir entre os dois. Afinal, o genocídio foi uma característica constitutiva do domínio colonial (considere os seis milhões de pessoas mortas no Congo, o genocídio dos povos Herero e Nama da África do Sudoeste pela Alemanha, o genocídio dos povos nativos das Américas e os três milhões de bengalis mortos à fome em 1943).

Após a derrota do fascismo alemão e do militarismo japonês, os holandeses, franceses e britânicos, com os seus aliados americanos, voltaram para reivindicar as suas colónias na Indonésia, Indochina e Malásia. A violência destas guerras coloniais nas décadas de 1940 e 1950 é grotesca. Sobre a tentativa holandesa de recolonizar a Indonésia, o líder nacionalista Sukarno disse: “Eles chamam-lhe *ação policial*, mas as nossas aldeias ardem, o nosso povo morre e a nossa nação sangra pela sua liberdade”. Chin Peng, um comunista malaio, disse algo semelhante: “Nós nos levantamos porque vimos aldeias a morrer de fome, vozes silenciadas pelo dinheiro e pelo poder”. O general Sir Gerald Templer, que comandou a Emergência Britânica na Malásia, disse após uma rebelião que era uma “aldeia de cinco mil covardes” e deixou os aldeões à fome, negando-lhes arroz.

Aldeias foram queimadas. Aldeões passaram fome. Essa foi a realidade da tentativa de reconquista das colónias e, depois, da guerra dos EUA na Coreia. Quando os EUA iniciaram as suas operações na Coreia, o presidente Harry Truman disse que o seu exército deveria usar “todas as armas que temos” — um comentário arrepiante, dado o uso de armas nucleares no Japão. Mas não houve necessidade de uma bomba atómica, já que os bombardeamentos aéreos destruíram as cidades do norte da Coreia. Como disse o major-general Emmett O'Donnell ao Senado dos EUA em 1951: “Tudo está destruído. Não há nada de pé que mereça esse nome. Não havia mais alvos na Coreia”. Essa era a atitude deles: fascismo ou colonialismo — escolha você.

Os colonialistas ocidentais ressuscitaram elementos fascistas no Japão, na Coreia, na Indochina e noutras países e aliaram-se a eles para fortalecer um eixo internacional contra os trabalhadores, os camponeses e os comunistas. Isto revela que os colonialistas ocidentais não eram de todo antifascistas. O seu verdadeiro inimigo era a

possibilidade de os trabalhadores e os camponeses ganharem clareza e confiança e optarem por um futuro socialista.

A grande verdade é que foram o Exército Vermelho soviético e os comunistas e patriotas chineses que *realmente* derrotaram a Alemanha nazista e o Japão militarista. Foram essas forças que mais se sacrificaram contra o fascismo e compreenderam a íntima relação entre fascismo, capitalismo e colonialismo. Não se pode ser antifascista e a favor do colonialismo ou do capitalismo. Isso é simplesmente impossível. São formações antitéticas.

A minha mente ainda está em Leningrado, em agosto de 1942. Lembre-se da orquestra e da *Sinfonia nº 7* de Shostakovich. As tropas nazistas cercam a cidade. Tudo está em silêncio. Então a música começa. Ela continua por uma hora. E então, a música para.

3.1.2 A guerra popular como conceito político

- Palestrante: Wang Hui

- Ano: 2025

Gostaria de examinar o conceito de “guerra popular” principalmente através da lente da guerra, em particular a vivida pela China no século XX. Hoje cedo, o reitor Li Shenming também abordou as noções de “o povo como supremo”, o conceito de “povo” e a categoria de guerra — todas elas com um significado particular no século XX e que envolvem divergências na compreensão histórica.

A primeira questão diz respeito à situação da Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e à luta antifascista global no contexto histórico mais amplo do século XX. Cronologicamente, as duas guerras mundiais foram caracterizadas por uma escala, sofisticação tecnológica e taxas de baixas sem precedentes. No entanto, a natureza imperialista da Primeira Guerra Mundial torna difícil distingui-la fundamentalmente de muitos conflitos do século XIX. Conforme discutido esta manhã, o colonialismo e o fascismo compartilham uma relação semelhante à de gêmeos.

Da perspectiva da história revolucionária da China, os eventos se desenrolaram da seguinte forma: começando com a Guerra do Ópio de 1840, seguida pelas duas Guerras do Ópio travadas pelas forças aliadas anglo-francesas, a Guerra Sino-Francesa, a Primeira Guerra Sino-Japonesa, a Rebelião Boxer e a subsequente invasão pela Aliança das Oito Nações, a Guerra Russo-Japonesa, o Incidente de 18 de setembro e a ocupação japonesa da Manchúria, culminando na invasão em grande escala da China desencadeada pelo Incidente da Ponte Marco Polo. Após 1945, a intervenção americana na Guerra Civil Chinesa, a Guerra da Coreia de 1950 a 1953, o bloqueio americano do Estreito de Taiwan em 1950 e a Guerra do Vietname de 1955 a 1975 — esses eventos formam coletivamente um processo prolongado e contínuo: a agressão imperialista, a interferência e a ocupação de nações e povos oprimidos, como China, Coreia e Vietname.

Crucialmente, a expansão militar imperialista não foi impulsionada apenas pela pilhagem económica, mas também precipitou uma transformação da estrutura económica da China. Não só fomentou um sistema comprador e um capital burocrático compatível com a economia colonial, como também gerou forças económicas e políticas mais significativas de resistência ao imperialismo. Estas incluíam as indústrias nacionais e a burguesia nacional mencionadas por Mao Zedong e inúmeras obras históricas modernas, particularmente o proletariado chinês que trabalhava em empresas diretamente operadas por imperialistas, bem como em

empresas capitalistas burocráticas e burguesas nacionais. Para sustentar a sua agressão, o imperialismo explorou os camponeses chineses através de trocas desiguais, levando-os à falência e criando centenas de milhões de agricultores empobrecidos que constituíam 70% da população rural. O imperialismo também forjou milhões de intelectuais de novo estilo, distintos dos literatos ou da nobreza tradicionais, que se tornaram pilares cruciais da resistência contra o imperialismo japonês durante a Segunda Guerra Mundial, particularmente na Guerra de Resistência da China contra o Japão.

Ao discutir a categoria de “povo”, é essencial reconhecer que “o povo” não é apenas a população em geral, mas uma força nascente que evoluiu historicamente. Precisamente por esta razão, a Guerra de Resistência da China contra o Japão e a Segunda Guerra Mundial abrangearam elementos distintos da Primeira Guerra Mundial. A Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial diferem nesse aspecto, pois foi somente durante a Segunda Guerra Mundial, dentro da Guerra de Resistência da China contra a Agressão Japonesa, que surgiram elementos revolucionários, de libertação nacional e de resistência antifascista da frente unida — aspectos ausentes na Primeira Guerra Mundial. Assim, em uma era de guerra e revolução, a questão primordial ao examinar a Segunda Guerra Mundial diz respeito à relação entre guerra e revolução. Para compreender as transformações da China do século XX através da própria guerra, é necessário examinar as características distintivas da guerra durante este período.

A Expedição do Norte, a Guerra da Revolução Agrária, a Guerra de Resistência contra o Japão e a Guerra de Libertação diferiram significativamente de conflitos anteriores, como as Guerras do Ópio, a Guerra Sino-Francesa e a Primeira Guerra Sino-Japonesa. A principal diferença residia no facto de as primeiras terem sido guerras que organizaram a revolução no âmbito da mobilização bélica. Sem considerar a relação dual entre a guerra do século XX e a sua revolução gémea, é difícil compreender ou discutir as guerras desta era. A vitória na guerra antifascista que comemoramos hoje foi fundamentalmente sustentada por guerras que promoveram a revolução através da guerra. Estas não foram meras lutas contra a agressão estrangeira, mas esforços simultâneos para promover a revolução social. Não foram guerras para estabelecer Estados convencionais e antiquados, mas guerras para forjar Estados revolucionários através da guerra revolucionária — guerras que criaram novos sujeitos populares. Ao longo deste processo, surgiu um novo sujeito popular, unindo a guerra de libertação nacional à luta antifascista internacional.

Portanto, embora comemoremos o 80º aniversário da vitória na Guerra contra o Fascismo e o 80º aniversário da vitória na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa, colocando-os no mesmo quadro histórico, ainda

podemos discernir forças históricas distintas em ação nesse período. Esta foi uma guerra que alcançou a libertação nacional por meio da luta revolucionária interna, em ressonância com o movimento socialista internacional. Precisamente por esta razão, as guerras que ocorreram após a fundação da República Popular da China — como a Guerra da Coreia e a Guerra de Resistência à Agressão dos EUA e Ajuda à Coreia — não foram convencionalmente definidas como guerras de defesa nacional, embora certamente tivessem implicações significativas em termos de defesa. Em vez disso, foram guerras de aliança internacional, construídas sobre os alicerces históricos da aliança revolucionária do século XX e da aliança antifascista ou, por outras palavras, foram guerras de aliança internacional dentro desse contexto histórico. É neste contexto que devemos colocar as nossas questões. A nova China que surgiu ao longo dessa trajetória pode ter apresentado categorias como nação, etnia, soberania, partido político, povo e classe, bem como uma forma de Estado, que diferiam dos modelos anteriores. Desde os soviéticos formados no início da década de 1930 até ao subsequente nascimento da República Popular da China, como é que os camponeses foram organizados e mobilizados para se tornarem uma força revolucionária vital ou uma classe política? Como devemos entender a soberania, as disputas de soberania e a solidariedade do Terceiro Mundo no âmbito das alianças internacionais e das guerras de aliança internacional? Isto estende-se a movimentos mais amplos que surgiram sob novas estruturas hegemónicas mundiais, como a Conferência de Bandung e o Movimento dos Países Não Alinhados. Estas condições diferiam das guerras anteriores, mas continuavam interligadas.

Por um lado, as guerras desde as Guerras do Ópio até aos conflitos imperialistas do século XX exibem uma forte continuidade. Por outro lado, os padrões de guerra do século XX — particularmente durante a Segunda Guerra Mundial, ou mesmo antes, desde a Expedição do Norte em diante — diferiram fundamentalmente dos seus antecessores. A distinção central reside no facto de esta ter sido uma guerra que integrou revolução e guerra. Considero este o ponto principal. Foi precisamente sobre esta base que surgiu o conceito exclusivamente chinês de “Guerra Popular”.

As condições fundamentais para a guerra popular, defendo eu, têm um duplo significado. Em primeiro lugar, ao discutirmos hoje a guerra antifascista e os catorze anos de resistência da China contra a agressão japonesa, surgiu gradualmente um consenso. A investigação também indica: por que razão a China e a Rússia suportaram sacrifícios tão imensos durante a Segunda Guerra Mundial, dando contribuições tão colossais para a vitória sobre o fascismo? Isto envolve uma dualidade: por um lado, a vitória; por outro, o sacrifício. A escala do sacrifício foi tão imensa precisamente porque tanto a revolução como esta guerra se desenrolaram em regiões relativamente subdesenvolvidas, onde o capitalismo não estava suficientemente avançado. Dentro desta esfera, dois conceitos fundamentais surgiram durante o

século XX. O primeiro foi a noção de Lenin de fraqueza. Ele postulou que, dentro de uma ordem mundial caracterizada pela competição entre múltiplas potências, o sistema internacional inevitavelmente apresentaria pontos fracos. Lenin observou que o capitalismo internacional era inerentemente especulativo; as suas conquistas monumentais ainda não tinham amadurecido o suficiente para promover uma cooperação internacional genuína. Em vez disso, continuava a ser prejudicado por grupos capitalistas que exploravam os sentimentos e as políticas nacionais para perseguir interesses particulares. Consequentemente, no contexto da agressão das potências ocidentais à China e à União Soviética, surgiram certos elos fracos únicos.

N a União Soviética, isso tornou-se a condição analítica fundamental para a revolução ocorrer dentro de uma única nação e estabelecer um Estado socialista. Na Revolução Chinesa, Mao Zedong analisou a possibilidade que surgiu na sociedade chinesa, no âmbito do capitalismo internacional, devido aos desequilíbrios de poder internos que criaram uma lacuna. Esses dois tipos de elos fracos — um internacional e outro doméstico — exigiram várias análises estratégicas para gerar forças genuínas e viáveis. Ao discutir a vitória na Segunda Guerra Mundial — o triunfo sobre o fascismo —, devemos considerar porque o sucesso foi alcançado, apesar de enfrentar uma força inimiga esmagadora. Isso inevitavelmente requer a análise da história da Revolução Chinesa.

Antes do início da Segunda Guerra Mundial, durante o período entre guerras, a primeira fase da construção da área de base, o desenvolvimento do Exército Vermelho e o estabelecimento de governos revolucionários já haviam começado após o fracasso da Expedição do Norte. O professor Lü Tonglin destacou especificamente as lutas em Yan'an, na região de Jin-Cha-Ji e em outros lugares, que representaram a extensão da experiência inicial da área de base revolucionária. Sem o Exército Vermelho inicial e o seu avanço para o norte, isso teria sido impossível. Ou seja, foram necessários novos governos revolucionários, uma força militar organizada já sob a liderança comunista e a integração dessa força militar com a mobilização social em diferentes regiões locais para garantir o apoio popular. Isso estava interligado com um contexto económico, político, social e até cultural único.

Assim, por um lado, a análise da desigualdade do imperialismo e das fraturas dentro das suas estruturas governantes internas serviu de premissa para a política e a estratégia revolucionárias. Por outro lado, as novas forças mobilizadoras necessárias para o avanço da guerra — incluindo a formação do Partido Comunista, exércitos organizados, unidades guerrilheiras e o apoio de camponeses comuns que haviam passado por um certo grau de revolução agrária — constituíram coletivamente os pré-requisitos para a revolução. Foi precisamente nessas condições que surgiram as

novas forças políticas durante a Segunda Guerra Mundial e, simultaneamente, durante a Guerra de Resistência da China contra o Japão.

Esta manhã, o professor Wu Enyuan mencionou o Exército Unido Antijaponês do Nordeste e a situação no norte da China. Todas essas regiões se basearam nas zonas vermelhas existentes estabelecidas durante o período da Primeira Revolução Interna, acumulando experiência e desenvolvendo exércitos organizados e organizações partidárias. Somente nessas condições os pré-requisitos fundamentais para as vitórias subsequentes na guerra antifascista e na Guerra de Resistência contra o Japão puderam ser genuinamente estabelecidos. Considero isso uma questão de suma importância.

Na minha opinião, as categorias políticas mais significativas propostas por Mao Zedong no século XX — incluindo as suas chamadas “grandes armas”: luta armada, linha de massas, frente unida e construção do Partido — podem todas ser interpretadas no âmbito da “guerra popular”. É nesse sentido que a guerra do século XX não foi um conceito puramente militar, mas uma categoria política que abrange a diversidade. Assim, nas condições únicas da China do século XX, a guerra popular foi, na verdade, um processo de criação de um novo sujeito político, juntamente com as estruturas políticas e formas de autoexpressão compatíveis com esse sujeito.

Na Guerra Popular, a relação representativa dos partidos políticos modernos sofreu uma transformação fundamental. Todos sabemos que o Partido Comunista Chinês foi, de facto, influenciado pela União Soviética e pela Internacional Comunista nos seus primeiros anos. No início da década de 1920, os seus principais membros ainda eram predominantemente intelectuais. Após a Grande Revolução, a primeira frente unida com o Kuomintang e a sua integração com os movimentos camponeses e operários, o Partido passou por uma metamorfose significativa. Após o fracasso da Grande Revolução, quando o PCC recuou para áreas de base atrasadas, como a região soviética de Jiangxi, surgiu um novo sujeito popular. Centrada nos camponeses e politicamente enquadrada pela aliança operário-camponesa, essa entidade catalisou o surgimento e a transformação de estruturas políticas — incluindo governos de regiões fronteiriças, soviéticos, partidos políticos, associações camponesas e sindicatos.

Assim, entre 1925 e 1926, devido à política do Kuomintang de se aliar à Rússia e ao Partido Comunista, o Kuomintang e o Partido Comunista lançaram conjuntamente movimentos camponeses e operários. O Instituto do Movimento Camponês de Guangzhou, liderado por Mao Zedong, foi um produto desse movimento camponês. As principais inovações políticas do Kuomintang durante o período da Expedição do Norte centraram-se em dois pontos: em primeiro lugar, romper com os antigos

senhores da guerra para estabelecer um exército partidário; em segundo lugar, envolver-se em movimentos camponeses e operários ao lado do Partido Comunista, usando movimentos de massas para complementar a Expedição do Norte. Assim, o conceito de “exército partidário” — revolução armada contra a contrarrevolução armada — não foi originalmente inventado pelo Partido Comunista, mas sim uma inovação partilhada pelo Kuomintang e pelo Partido Comunista, ambos operando dentro da fase revolucionária e influenciados pela Internacional Comunista.

No entanto, após 1927, o Kuomintang abandonou gradualmente esses movimentos sociais. Com a integração do partido e do Estado, o caráter político das forças armadas diminuiu significativamente. Precisamente nesse contexto, para o Partido Comunista, uma transformação do partido era inconcebível sem a guerra popular que se desenvolveu gradualmente após o fracasso da Expedição do Norte. Esse ponto é particularmente crucial. Assim, a integração do partido com as forças armadas dentro da guerra popular constitui sua primeira característica definidora.

A segunda característica foi a integração do partido com o regime vermelho, que se tornou um dos legados políticos mais significativos da China do século XX, mantendo a sua vitalidade até aos dias de hoje. Através da revolução agrária, o partido estabeleceu laços com o campesinato como o esteio das massas durante a guerra popular. A relação do partido com outros partidos políticos, estratos sociais e seus representantes políticos também sofreu uma transformação durante a guerra popular, uma mudança particularmente pronunciada durante a Guerra de Resistência contra o Japão. A Segunda Frente Unida proposta durante a Guerra de Resistência não abrangia apenas os trabalhadores e camponeses, mas também incluía a pequena burguesia, a burguesia nacional e até mesmo aqueles estratos entre os latifundiários e a grande burguesia que não estavam dispostos a colaborar com o Japão ou a se tornar traidores. Todos esses elementos podiam ser incorporados à frente unida. Essas experiências nos lembram que a guerra popular criou um tipo de partido político marcadamente diferente dos precedentes históricos. Descrevi anteriormente isso como de natureza dupla: por um lado, funciona como um superpartido devido à sua liderança altamente centralizada; por outro, possui elementos suprapartidários devido aos seus laços estreitos com os movimentos de massas. Por isso, denomino tal partido de “superpartido” — um partido que incorpora características suprapartidárias, ou seja, um superpartido inextricavelmente ligado aos movimentos de massas, às forças armadas e ao aparato estatal.

Em segundo lugar, a guerra popular também forjou formas distintas de guerra. Após o fracasso da Grande Revolução, as primeiras bases, como as estabelecidas após a Revolta da Colheita de Outono e a Revolta de Nanchang, viram a reforma agrária e a luta armada tornarem-se os meios fundamentais através dos quais a política

partidária se transformou em movimentos de massas. A questão central da luta de Jinggangshan passou assim a ser a reforma agrária e a construção do Estado em condições de guerra revolucionária. A integração do partido e do exército, a ligação do partido com os movimentos camponeses e a reforma agrária através das forças armadas, a gestão da vida económica pelo partido e pelos governos soviéticos sob a sua liderança, e as campanhas culturais conduzidas entre as massas pelo partido — tudo isto não só alterou o conteúdo específico e as tarefas centrais da revolução, como também, através da integração multifacetada do partido, do exército, do governo e dos movimentos camponeses, forjou uma entidade política inteiramente nova. Isto constituiu a base política da guerra popular. Estes processos políticos que se desenrolavam no âmbito da guerra conferiram à guerra popular características distintas de outras formas de guerra. Mão Zedong afirmou que “o exército e o povo são a base da vitória”, o que significa que a integração das forças armadas com a população comum é o alicerce do triunfo. Esta proposição resume o princípio fundamental da guerra popular: só mobilizando e contando com as massas é que se pode travar uma guerra.

Em segundo lugar, a par de um exército regular formidável, devem ser criadas forças armadas locais e milícias. Em terceiro lugar, o conceito de “soldados e civis” significa um processo político intrinsecamente ligado à luta militar, centrado na reforma agrária e na construção do Estado. Consequentemente, um resultado fundamental da guerra popular é o estabelecimento do regime vermelho. As principais formas do regime vermelho eram os governos das regiões fronteiriças e os sovietes das regiões fronteiriças, que não só organizavam a vida quotidiana, mas também se baseavam em experiências históricas de Estados da China e do estrangeiro. No entanto, esta forma de governo diferia fundamentalmente do Estado burguês no sentido convencional. Através de uma mobilização política e bélica sustentada, alcançou consciência política e consciência de classe, organizando assim estes processos para gerar uma nova forma política.

Em condições de guerra popular, o Partido Comunista Chinês e os governos das áreas de base abordavam não apenas questões militares, mas também a organização da vida quotidiana e dos trabalhadores comuns. Isso deu origem à linha de massas para o Partido e o governo. Os seus princípios fundamentais eram: Em primeiro lugar, servir os interesses das grandes massas era o ponto de partida e o objetivo final do trabalho do Partido. Em segundo lugar, o governo da região fronteiriça atua como organizador da vida das massas. Somente resolvendo diligentemente os seus problemas, melhorando tangivelmente os seus meios de subsistência e conquistando a sua confiança é que as massas podem ser mobilizadas para se juntar ao Exército Vermelho, apoiar o esforço de guerra e derrotar as campanhas de cerco. Assim, a guerra popular não é apenas um método para eliminar eficazmente o inimigo através

da luta militar, mas também envolve abordar as principais questões que constituem a vida das pessoas: terra, trabalho, necessidades diárias, assuntos femininos, educação, comércio de mercado e até mesmo questões monetárias e financeiras.

A permeabilidade e transformação mútuas entre os assuntos militares e a vida quotidiana tornaram-se a questão central da guerra popular. Por isso, Mao Zedong lembrou repetidamente aos comunistas que, para ganhar o apoio popular e garantir a ajuda incondicional da linha da frente, eles devem viver entre as massas, mobilizar o seu entusiasmo, cuidar das suas dificuldades e trabalhar sinceramente pelos seus interesses — resolvendo questões de produção e subsistência, incluindo sal, arroz, habitação, vestuário e nascimentos. Ele afirmou que a linha de massas constituía a estratégia fundamental da guerra popular, servindo tanto como política do partido quanto como meio de reconfigurar sua forma organizacional. Por um lado, sem organização, permaneceríamos ignorantes sobre o paradeiro das massas; por outro, sem o processo de integração com as massas e de aprendizagem com elas, a organização se tornaria sem vida, elevando-se acima do povo.

Neste contexto único, a guerra popular remodelou simultaneamente novas formas de liderança política e organização partidária. Isso explica por que, no conflito do século XX, a revolução chinesa — particularmente o Partido Comunista — garantiu a supremacia política, apesar da inferioridade militar. Esse domínio se estendeu além da esfera política para abranger a liderança cultural. Como Mao Zedong observou no seu ensaio da década de 1940, sobre a Nova Democracia, dois milagres caracterizaram a Revolução Chinesa: em primeiro lugar, o aprofundamento da revolução agrária pelo Partido Comunista em condições de guerra; em segundo lugar, o avanço da revolução cultural, na qual a esquerda cultural representada por Lu Xun, embora minoritária, assumiu a liderança política. O conceito de Lu Xun de “literatura de massas para a guerra revolucionária nacional” representa, na minha opinião, a literatura da guerra popular, reforçando mutuamente essa luta.

No entanto, a Segunda Guerra Mundial, particularmente a Guerra de Resistência da China contra o Japão, distinguiu-se dos conflitos anteriores pela formação da Frente Unida contra a Agressão Japonesa. Desde o Incidente de 18 de setembro de 1931 até o Incidente de Xi'an de 1936, as bases para essa frente unida foram progressivamente estabelecidas. Essa frente unida não apenas transcendeu o modelo revolucionário europeu inicial, centrado exclusivamente no proletariado, colocando as amplas massas de trabalhadores e camponeses no centro da revolução, mas também incorporou a pequena burguesia, a burguesia nacional e até mesmo setores da grande burguesia e dos latifundiários dispostos a resistir à agressão. Isso criou um novo sujeito popular. A questão da liderança e a questão da frente unida eram dois aspectos coexistentes.

Esta doutrina e prática da frente unida persistiu ao longo do século XX, manifestando-se não só na Guerra de Resistência Contra o Japão, mas também na Guerra de Libertação. Observamos as críticas dos partidos democráticos ao Kuomintang e a sua colaboração gradual com o Partido Comunista. Na década de 1950, após a Conferência de Bandung, surgiram novas relações internacionais: alianças dentro do movimento anti-imperialista e anticolonialista, parcerias com nações não socialistas e coligações com forças progressistas dentro dos Estados imperialistas.

Como o professor Lü Tonglin mencionou anteriormente, elementos entre os prisioneiros de guerra japoneses que participaram na Aliança Antiguerra já existiam durante a Guerra de Resistência contra o Japão. Após a guerra, alguns deles tornaram-se uma nova força política que lutava pela paz e promovia a amizade sino-japonesa. A partir da nossa discussão atual sobre a posição histórica do Sul Global, podemos tirar lições valiosas e inspiração renovada das guerras e revoluções do século XX e das estratégias e táticas que elas geraram. Essas ideias podem ser adaptadas às condições contemporâneas para desenvolver novas oportunidades e inspiração para a causa vital da paz global.

3.1.3 Como técnica de governação hegemónica do fascismo contemporâneo

- Palestrante: Busani Ngcaweni

- Ano: 2025

A grande mídia prefere nos fazer acreditar que o fascismo terminou no século XX. Ela se apega à ilusão de que a imaginação fascista morreu com os ditadores que usavam uniformes e medalhas. Ela se consola com o mito de que a era das marchas militares e dos campos de concentração ficou para trás na história.

No entanto, o tema desta conferência convida-nos a olhar para além da governação global contemporânea e a examinar a natureza do poder em transição. Convida-nos a questionar o que acontece à humanidade quando a ordem global é confundida com obediência global. Leva-nos a explorar os fundamentos morais da dominação que permanecem inalterados, apesar do surgimento de novos vocabulários.

O fascismo não desapareceu. Ele refinou-se. Ele removeu o seu traje militarista e adotou novas linguagens e instituições. As suas ambições imperiais sobreviveram, escondidas sob os tecidos da civilidade e revestidas pela retórica do progresso e do desenvolvimento.

O que enfrentamos hoje não é a vida após a morte do fascismo, mas a sua metamorfose. É o fascismo sem espetáculo, revestido de diplomacia, política e ortodoxia de mercado. Chama a si mesmo de boa governação e ordem internacional. Esconde-se atrás de agências de classificação, empresas de consultoria e think tanks. Fala de estabilidade, mas cultiva a instabilidade para obter lucro. Todos sabemos o que aconteceu na Líbia. Ele constrói consenso saturando o mundo com a ideia de que não há alternativa ao universalismo ocidental.

Já não grita. Administra. Já não queima livros. Molda algoritmos e comete violência epistémica. Já não organiza desfiles. Organiza guerras de necessidade humanitária. Promove a violência através da lei, da burocracia e da dívida. Nesta forma, parece racional, até inevitável e, portanto, mais perigoso do que a sua expressão anterior.

Essa lógica se estende à cultura, agora auxiliada por grandes modelos de linguagem. Assim como os funcionários coloniais outrora codificaram a cultura e as línguas africanas para proletarizar e disciplinar as comunidades, as plataformas do Vale do Silício também acharam nossa fala em grandes pontos de dados. Elas alegam neutralidade, mas carregam o mesmo impulso de comandar o significado. Já argumentei anteriormente que estas ferramentas digitais reescrevem os nossos idiomas em tons monótonos e transformam chamas em cinzas. Repetem, de uma forma mais sofisticada, o ato colonial de retirar a soberania às línguas.

Este é o fascismo da nossa era: a arte de governar hegemónica.

O fascismo clássico era visível. Vimos isso na Alemanha, Itália, Chile, Japão e África do Sul. Ele adorava o Estado como destino. Exigia pureza e submissão. Glorificava a força e a obediência. Punia a dissidência e esmagava os vulneráveis. Se pegarmos emprestado de Ray Charles, ele chutava o homem que tinha de rastejar. Que Deus nos ajude a todos.

A arte de governar hegemónica parece educada. Organiza cimeiras e fala de democracia e desenvolvimento. No entanto, por baixo da textura educada, reside o mesmo impulso metafísico: o desejo de dominar, regular e reordenar o mundo à imagem euro-americana.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a ordem global tem sido estruturada em torno da moralidade distorcida de poucos. As potências ocidentais usaram a linguagem do liberalismo para disciplinar os outros e a arquitetura do multilateralismo para preservar a assimetria — a sua arte de governar funciona como dominação, e não como solidariedade.

Eles impõem a sua influência por meio de sanções, dívidas, ajuda, mídia e intervenção militar. Controlam o conhecimento por meio de patentes e propaganda. Celebram os mercados abertos enquanto retiram a escada do desenvolvimento do Sul.

Essa tradição tem raízes profundas nos sistemas de classificação imperial. Como escreve o estudioso decolonial latino-americano Ramon Grosfoguel:

“Passámos da caracterização do século XVI de povos sem escrita, para a rotulagem dos séculos XVIII e XIX de povos sem história, para a invenção do século XX de povos sem desenvolvimento e, agora, para a narrativa do início do século XXI de povos sem democracia.”

Estamos sempre sem, precisando do significado dos outros.

Esta é a longa gramática da desmembração. Ela retira de sociedades inteiras a voz e a legitimidade para que a dominação possa parecer elevação.

A arte de governar hegemónica governa através do consentimento fabricado. Ela convence os oprimidos a internalizar a sua opressão. Ensina-lhes que a pobreza é autoinfligida por eles quando escolhem maus líderes, que a desigualdade é natural e que a resistência é irracional. Ao fazer isso, esvazia a imaginação de alternativas.

A sua genialidade reside na sua invisibilidade.

O fascismo não é apenas violência política. É violência metafísica. Ele venera uma falsa universalidade enquanto rejeita uma humanidade compartilhada. Ele traça fronteiras

nos mapas e também nas mentes. Ele classifica as pessoas por graus de existência. Ele se autodenomina civilização e denomina os outros como uma ameaça.

O colonialismo, o apartheid, o sionismo e o fascismo pertencem a uma mesma genealogia. São métodos de construção do mundo através do apagamento. Fabricam o vazio para justificar a ocupação. Renomeiam paisagens destruídas como prova de que nada existia antes.

A ordem global governada pela arte da política hegemónica dá continuidade a essa linhagem. Renomeia a dominação como intervenção humanitária, inovação ou modernização. Trata a soberania como um privilégio, em vez de um direito. Mede o valor em moeda, em vez de dignidade. Divide a humanidade em capazes e incapazes, civilizados e frágeis.

As suas invasões são rotuladas como manutenção da paz. A sua extração é chamada de parceria. A sua destruição é narrada como reforma.

Não pode coexistir com a pluralidade. Tolera as diferenças apenas quando estas são obedientes. Desmembra nações e reconstrói-as como protetorados ou mercados. Intervém não para acabar com o sofrimento, mas para garantir o alinhamento. Reconstrói não para restaurar a paz, mas para criar dependência.

Hoje, o mundo está em guerra, muitas vezes de forma invisível. As sanções matam à fome de forma mais eficaz do que as bombas. A dívida destrói mais completamente do que o fogo. A vigilância de dados penetra mais profundamente do que os exércitos. As barreiras comerciais sufocam as pequenas economias. A violência moral do fascismo tornou-se rotineira e administrativa. É o ADN do capitalismo moderno.

Senhoras e senhores, não se pode falar de fascismo sem referir as atrocidades cometidas contra o povo da Palestina.

Falar da Palestina é falar da linguagem do poder global. A Palestina não é apenas um teatro de ocupação. É o arquétipo do desmembramento.

Desmembrar um povo é separá-lo da ordem simbólica que afirma a sua existência. É negar-lhe o direito de se nomear, de se lembrar e de se imaginar. O projeto de Israel assenta nesta violência metafísica. Procura não só ocupar a geografia, mas também apagar a ontologia.

Afirma que não existem palestinianos, apenas habitantes. Trata a memória como um inconveniente. Apagar o nome é apagar a possibilidade do futuro.

O desmembramento opera territorialmente através de terras fragmentadas, historicamente através de alegações de inexistência e epistemologicamente através de narrativas controladas que renomeiam a ocupação como conflito.

A Palestina revela outra coisa que é vital para a nossa análise. Mostra como os poderosos monopolizam a própria linguagem da moralidade. Definem a violência por quem a pratica, não por quem a sofre. Definem o terror por quem o nomeia, não por quem o suporta. Desta forma, o imperialismo controla não só as fronteiras, mas também o significado da justiça. A Palestina é o espelho em que o Sul Global reconhece a estrutura da sua própria expropriação. É o lugar onde o mundo aprende até onde um sistema irá para preservar a sua ordem racializada. É por isso que o presidente Nelson Mandela disse que a liberdade da África do Sul estava incompleta sem a libertação da Palestina.

O fascismo não está morto. Tornou-se eficiente. Fabrica consentimento. Convence as pessoas de que a desigualdade é natural e que a pobreza é uma consequência merecida por escolherem líderes errados. Adora o mercado como o deus da ordem. O corpo não está preso, está endividado. A mente não é censurada, está distraída. A informação circula, mas o significado é monopolizado.

Para além do Médio Oriente, o fascismo hoje é digital. Os seus campos de concentração são invisíveis. A sua violência está inscrita em códigos e contratos. Na esfera linguística, retira às línguas africanas a sua elasticidade. Reescreve-as para ouvidos estrangeiros. Controla o que afirma corrigir. Esta é a mais recente fronteira do epistemicídio. É o colonialismo traduzido num algoritmo.

A arte de governar hegemónica disciplina as nações através de classificações, dívidas, sanções e reformas estruturais. Ela impõe a dependência sob a bandeira da globalização. A dominação aparece como cooperação e a desigualdade como eficiência. Esta é a perfeição do fascismo do século XXI: controlo sem invasão e apagamento sem ruído.

Se a arte de governar hegemónica desmembra, a arte de governar desenvolvimentista recomponer através da solidariedade.

Na Conferência de Bandung, em 1955, os líderes da Ásia e da África declararam que as nações têm o direito de se desenvolver à sua maneira. Bandung não foi simplesmente uma reunião. Foi uma proclamação moral. Afirmou que a liberdade não é caridade e que a civilização não é propriedade ocidental.

A solidariedade não é sentimento. É estruturada. Afirma que nenhuma nação pode ser livre enquanto outra é colonizada e nenhuma humanidade pode ser completa enquanto algum dos seus membros permanecer separado.

Hoje, os ecos de Bandung são visíveis nas iniciativas do Sul Global, como a Iniciativa de Desenvolvimento Global da China, que promove a prosperidade partilhada. A Iniciativa de Segurança Global enfatiza o princípio da segurança indivisível. A

Iniciativa de Civilização Global celebra a pluralidade cultural. A Iniciativa de Governança Global apela a instituições que reflitam a justiça em vez da força.

Estas iniciativas, cujos fundamentos são o resultado da Conferência de Bandung, rejeitam a arrogância unipolar. Esboçam uma geografia moral traçada pela primeira vez em Bandung. Trata-se da arte de governar em ação.

A arte de governar para o desenvolvimento não é um modelo de política. É uma filosofia de ser. Propõe que o Estado no Sul Global deve ser um agente moral e comunicativo. Deve reconstruir o significado não só nas instituições, mas também nos indivíduos.

O mundo pós-colonial herdou Estados sem soberania e governos sem poder. A arte de governar para o desenvolvimento reconhece essa ruptura. Ela reconstrói a voz e restaura a agência.

A crise do Sul não é apenas económica. É epistémica e comunicativa. Fomos conquistados não apenas por exércitos, mas por narrativas. Portanto, o meu argumento é que as nossas línguas devem ser defendidas em código, em corpus, em revistas e nas salas de aula. A soberania deve ser expressa. Deve ser codificada. Deve ser narrada.

Aqui, devemos recordar a linhagem intelectual que moldou a nossa luta. Frantz Fanon ensinou-nos que a descolonização é um programa de desordem total do significado colonial. Samir Amin insistiu que as nações periféricas não podem desenvolver-se dentro de estruturas concebidas para mantê-las subordinadas. Archie Mafeje, da África do Sul, lembrou-nos que a própria antropologia se tornou uma arma contra o nosso povo. A arte de governar para o desenvolvimento herda essa tradição. Ela insiste que o Estado deve tornar-se um formador ativo de valores públicos, não um administrador passivo de doutrinas importadas. Deve orientar os mercados, mobilizar a sociedade e reconstruir os sistemas de conhecimento que o colonialismo procurou extinguir.

A arte de governar para o desenvolvimento deve tornar-se um Estado pedagógico que ouve antes de instruir. A comunicação é a essência da legitimidade. O poder só é justo quando é inteligível, e a autoridade só é moral quando ouve.

A re-memória transforma a sobrevivência em agência. Transforma a memória em movimento. Restaura a humanidade como o centro da política.

A arte de governar hegemónica é a continuação moral do fascismo. A arte de governar desenvolvimentista é a re-memória daquilo que o fascismo desmembrou.

Vamos em frente e erguer bem alto a bandeira da solidariedade. Pois, se não o fizermos, pereceremos juntos. Não são apenas aqueles que sofrem com as bombas que caem diariamente sobre eles no Médio Oriente, mas também nós, que vivemos em territórios onde pensamos que há paz. Sofreremos como continuamos a sofrer. Vimos a tirania da arte de governar hegemónica manifestar-se através de guerras comerciais e outros meios semelhantes. Sabemos que muitas nações, tão pequenas como a República do Lesoto, estão a sofrer as consequências desta nova forma de fascismo, que nem sempre aparece ou desfila com soldados fardados, mas também usa ou emprega outros métodos globais de poder para subjugar os outros.

Obrigado!

3.2 O desequilíbrio e a reconstrução da ordem internacional——A voz do Sul Global

3.2.1 Reflexões históricas sobre o 80º aniversário das Nações Unidas

- Palestrante: Liang Zhanjun
- Ano: 2025

A criação das Nações Unidas em 1945 é o evento mais significativo na busca da humanidade por uma governança global eficaz. Embora não seja a primeira organização internacional global — a Liga das Nações foi fundada após a Primeira Guerra Mundial —, esta última provou ser uma instituição fracassada. Por exemplo, a sua resposta à invasão japonesa da China após o Incidente de 18 de setembro de 1931 constitui um caso de fracasso. Consequentemente, no final da Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional decidiu criar uma organização internacional totalmente nova, e foi nesse contexto que as Nações Unidas surgiram. A fundação das Nações Unidas baseou-se nas lições aprendidas com o derramamento de sangue de duas guerras mundiais e na experiência do fracasso da Liga das Nações. Os últimos oitenta anos demonstraram que as Nações Unidas continuam a ser a organização internacional mais autoritária, representativa e universal até à data, tendo alcançado resultados notáveis na manutenção da paz e da segurança mundiais e na promoção do desenvolvimento humano e da prosperidade.

Este ano marca o 80º aniversário das Nações Unidas. O site oficial da ONU apresenta atividades comemorativas centradas no tema “Construindo um futuro comum”. A organização orquestrou uma série de eventos destacando os seus princípios fundadores e orientação prática. De uma perspectiva histórica, pelo menos três fatos objetivamente reconhecidos podem ser resumidos.



O ponto mais importante a destacar é o seguinte: as Nações Unidas surgiram como fruto da vitória na guerra global contra o fascismo. Os seus fundadores foram as nações vitoriosas, que encarnavam a justiça internacional. As Nações Unidas não são apenas uma organização internacional criada pelos vencedores, pois a Carta das Nações Unidas — como fundamento das Nações Unidas — constitui efetivamente o pilar central do sistema internacional do pós-guerra e das normas que regem as relações internacionais. É a pedra angular da ordem internacional do pós-guerra. Os quatro objetivos fundamentais e os sete princípios orientadores consagrados na Carta incorporam a justiça internacional. Por exemplo, os quatro objetivos abrangem a manutenção da paz e da segurança internacionais, o desenvolvimento de relações amigáveis entre as nações, a promoção da cooperação internacional e a coordenação das ações das nações. Além disso, a ênfase da Carta na igualdade soberana, no respeito e cumprimento e es das obrigações, na resolução pacífica de disputas, na proibição do uso da força e na não interferência nos assuntos internos tem um significado universal para a construção da ordem internacional do pós-guerra. Estes objetivos e princípios não refletem apenas a vontade das nações vitoriosas, mas representam as normas fundamentais reconhecidas pela comunidade internacional do pós-guerra.

Portanto, desta perspectiva, embora os 51 membros fundadores das Nações Unidas se baseassem todos na aliança antifascista e no campo das nações vitoriosas, não se tratava de uma organização internacional construída exclusivamente para servir os interesses das nações vitoriosas. Atualmente, certas forças ou grupos de direita procuram minar a autoridade das Nações Unidas explorando este mesmo aspeto, uma perspectiva profundamente errada. Como observou o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, a fundação das Nações Unidas há oitenta anos esteve intrinsecamente ligada à prevenção de uma terceira guerra mundial. Hoje, encontramo-nos novamente numa era de profunda incerteza, em que o espectro de uma terceira guerra mundial paira sobre nós. É por esta razão que a comemoração do oitenta aniversário das Nações Unidas reveste um significado particular.

O segundo ponto a destacar é que os oitenta anos de desenvolvimento das Nações Unidas demonstram que a organização, fundada com base na Carta das Nações Unidas, serve tanto como pedra angular da ordem internacional pós-Segunda Guerra Mundial quanto como guardiã da paz mundial. Embora a ONU tenha sido inicialmente criada como uma organização internacional dominada pelas potências vencedoras, ela não excluiu permanentemente as nações derrotadas ou os Estados fascistas. De facto, a partir de 1955, antigas nações derrotadas na guerra, como a Alemanha, o Japão e a Itália — os principais instigadores da Segunda Guerra Mundial — foram progressivamente admitidas nas Nações Unidas. A Itália aderiu em 14 de dezembro de 1955, o Japão em 1956, enquanto a Alemanha, então dividida em Leste e Oeste, foi

admitida um pouco mais tarde, em 1973. Além disso, outros Estados satélites fascistas durante a guerra, como a Roménia e a Bulgária, também foram amplamente admitidos nas Nações Unidas durante esse período. Isso demonstra que, mesmo durante a Guerra Fria, as Nações Unidas se tornaram uma organização internacional global que incluía nações vitoriosas, nações derrotadas e todos os países. Consequentemente, os ataques atuais às Nações Unidas por forças de direita carecem de qualquer base factual.

三个阶段：

1.战后、2.冷战、3.冷战后

战败国加入联合国

意大利 1955年12月14日

日本 1956年12月18日

德意志联邦共和国、德意志民主共和国 1973年9月18

日

1990年10月3日两个德国合并

Os oitenta anos de desenvolvimento das Nações Unidas podem ser divididos em várias fases: a era pré-Guerra Fria, o período da Guerra Fria e a era pós-Guerra Fria, cada uma com características distintas da sua época. A primeira fase foi dominada pelas potências vencedoras; a segunda fase viu a ONU expandir-se devido ao confronto entre os dois blocos da Guerra Fria, não só admitindo nações derrotadas, mas também incorporando países emergentes do Terceiro Mundo. Ao longo deste processo, os dois grandes blocos, liderados respetivamente pelos Estados Unidos e pela União Soviética, promoveramativamente a expansão, embora a sua principal motivação fosse muitas vezes cooptar aliados e fortalecer os seus próprios campos. Após a Guerra Fria, a dissolução da União Soviética levou a um período de domínio unipolar americano, resultando numa tendência para que muitas disputas e questões internacionais contornassem as Nações Unidas e fossem resolvidas sob a liderança americana. Esta marginalização da ONU persiste até hoje.

Isso levanta uma terceira questão. O atual cenário internacional turbulento e as manobras estratégicas das principais potências ocidentais têm efetivamente representado um sério desafio à autoridade das Nações Unidas, exigindo um esforço conjunto para salvaguardar a sua posição. Até à data, os desafios que as Nações Unidas enfrentam abrangem não só a crise climática galopante, o agravamento das desigualdades e o aumento da pobreza, mas também, de forma mais tangível, a escalada da guerra e dos conflitos em numerosas regiões. Persiste o perigo de que

conflitos regionais, como o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o conflito palestiniano-israelita e o conflito indo-paquistanês, possam alastrar-se a uma terceira guerra mundial. Particularmente digno de nota é o aparente aumento do desejo de resolver disputas nacionais por meio da guerra, juntamente com o ressurgimento de forças de extrema direita, o que colocou as Nações Unidas numa posição passiva ao abordar essas questões. A principal razão reside no fracasso em defender o princípio da unanimidade entre as grandes potências membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, devido às suas políticas de aliança ou rivalidades entre grandes potências, apresentando assim novos desafios às Nações Unidas.

Sobre como fortalecer a autoridade da ONU, Sua Excelência Philemon Yang, presidente da 79^a Sessão da Assembleia Geral da ONU, observou certa vez: “Olhando para o futuro, devemos lembrar a história, celebrar as conquistas e construir o futuro com base na Carta das Nações Unidas”. Isso nos lembra que, para defender a autoridade da ONU, é preciso primeiro refletir sobre a história, aprender com ela e revigorar a defesa dos objetivos consagrados na Carta das Nações Unidas. Para isso, gostaria de propor três sugestões:

Primeiro, aproveitar as comemorações do 80º aniversário da vitória na Segunda Guerra Mundial e da fundação das Nações Unidas para intensificar a interpretação e a promoção da perspectiva histórica correta sobre a Segunda Guerra Mundial e os objetivos da Carta das Nações Unidas. Embora a academia chinesa possua uma certa base em estudos sobre as Nações Unidas, ainda há um espaço considerável para expansão em geral.

Segundo, reforçar a investigação sobre as Nações Unidas e promover a educação pública sobre a sua história. Isto pode ser conseguido através de manuais escolares e do ensino regular da história, com ênfase na elucidação da autoridade, legitimidade e contribuições históricas das Nações Unidas.

Em terceiro lugar, apoiar reformas institucionais e sistémicas dentro das Nações Unidas. Isto implica, em particular, defender o multilateralismo defendido pela ONU, salvaguardar coletivamente a sua autoridade e preservar a paz global.

3.2.2 Ajustes na ordem internacional desde o século XX: lições aprendidas e perspectivas para o século XXI

- Palestrante: Lin Limin

- Ano: 2025

No que diz respeito à evolução da ordem internacional desde o século XX e às suas dimensões históricas e contemporâneas, discutirei com os meus colegas principalmente três temas principais.

O primeiro tópico diz respeito ao que considero serem os três principais realinhamentos da ordem internacional desde o século XX. Em termos gerais, o primeiro ocorreu no início do século XX. Lenin chamou-lhe a fase formativa do imperialismo; os estudiosos da modernização descrevem-na como a transição da história mundial de um desenvolvimento fragmentado para um desenvolvimento integrado; enquanto os investigadores da globalização se referem a ela como a primeira onda da globalização, ou a fase inicial da conclusão da globalização. Com a globalização concretizada e a história mundial a entrar numa era de desenvolvimento integrado, tornou-se imperativa uma nova ordem internacional adaptada tanto à globalização como a esta trajetória histórica integrada.

Naquela época, os atores dominantes no cenário internacional eram oito nações imperialistas: os Estados Unidos, o Japão e as potências europeias da Grã-Bretanha, França, Rússia, Alemanha, Itália, Áustria-Hungria e Hungria. Eles não possuíam nem podiam conceber a construção de uma ordem internacional para a era globalizada com base em conceitos como uma comunidade com um futuro comum para a humanidade ou a prosperidade, o progresso e a paz comuns de todas as nações e povos. Em vez disso, estabeleceram uma série de tratados desiguais e um sistema de tratados desiguais. Foi precisamente este sistema de tratados desiguais que precipitou a Primeira Guerra Mundial, quando as potências imperialistas redividiram as suas possessões coloniais. Seguiu-se o sistema pós-guerra de Versalhes-Washington. Tal desordem internacional lançou as sementes para o início da Segunda Guerra Mundial. Isto constituiu o primeiro ajustamento: uma ordem internacional dominada pelas oito potências imperialistas dos EUA, Japão e Europa, que era caótica e acabou por conduzir a uma nova guerra mundial.

O segundo ajuste à ordem internacional no século XX está ligado à Segunda Guerra Mundial. A Segunda Guerra Mundial possuía três características definidoras. Em primeiro lugar, a sua causa justa residia na oposição à agressão e ao fascismo. Os regimes fascistas da Alemanha, Japão e Itália seguiram políticas de aniquilação nacional e genocídio contra os povos invadidos, provocando resistência global. Esta

guerra, centrada na oposição à agressão e ao fascismo, foi uma guerra justa — um fator-chave na vitória da aliança antifascista.

A segunda característica da Segunda Guerra Mundial foi a sua natureza popular. Um grande número de pessoas aderiu entusiasticamente ao esforço de guerra, com mais de mil milhões de pessoas em todo o mundo a participar extensivamente — representando mais de 80% da população global da época. Na Ásia, os povos da China, do Sudeste Asiático, da Península Coreana e da Índia lutaram extensivamente; em África, os povos de nações coloniais e semicolonais, como o Egito, a Nigéria, o Gana e a Etiópia, também lutaram extensivamente. Nas Américas, nações como o Brasil não só participaram no esforço de guerra, como também forneceram grandes quantidades de material bélico às potências aliadas. Além disso, em toda a Europa, os povos dos Balcãs, do sul da Europa e das nações ocupadas da Europa Ocidental empreenderam diversas formas de resistência. O envolvimento extensivo de mais de mil milhões de pessoas em todo o mundo sublinhou a natureza centrada nas pessoas do conflito, constituindo outro fator decisivo na vitória final da coligação antifascista global.

A terceira característica da Segunda Guerra Mundial foi a sua natureza progressista, decorrente da sua causa popular e justa. Os aspectos progressistas deste conflito são numerosos, mas podem ser resumidos em dois pontos chave. Em primeiro lugar, catalisou um movimento global em direção à descolonização. Os sistemas coloniais e semicolonais estabelecidos por oito potências imperialistas — incluindo os Estados Unidos, a Europa e o Japão — tornaram-se insustentáveis antes da guerra. No pós-guerra, surgiu uma onda global de descolonização, com mais de 100 nações a alcançarem a independência. Isso deu origem a um grupo populoso e emergente de nações não alinhadas e estados do Terceiro Mundo que abrangiam a Ásia, África e América Latina — a base do atual “Sul Global”. Em segundo lugar, levou à criação do sistema das Nações Unidas. Apesar destes avanços, o equilíbrio internacional de poder continuou favorável às potências imperialistas ocidentais, como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França. Devido à sua influência, a ordem internacional do pós-guerra, embora incorporasse alguns ajustes progressistas, também perpetuou certas falhas do sistema de Versalhes-Washington, como a hegemonia das grandes potências e o eurocentrismo. A ordem internacional do pós-guerra desempenhou um papel positivo na prevenção de outra conflagração global, mas pouco conseguiu em termos de promoção do desenvolvimento partilhado. Uma falha flagrante foi o tratamento superficial do militarismo japonês após a guerra, que não abordou as suas questões centrais. Consequentemente, os militaristas japoneses evitaram uma reflexão profunda sobre os seus crimes de guerra e responsabilidades históricas, tornando-se um importante obstáculo político e histórico para a paz na Ásia e no mundo até aos dias de hoje. Portanto, ao avaliar a ordem internacional do pós-guerra,

embora reconhecendo os seus aspectos progressistas, devemos também reconhecer as suas limitações significativas. Foram precisamente essas limitações que levaram ao surgimento da Guerra Fria entre os EUA e a União Soviética, a conflitos regionais contínuos e a persistentes desequilíbrios e desigualdades globais após a guerra.

O terceiro grande realinhamento da ordem internacional no século XX ocorreu após o fim da Guerra Fria. Após a dissolução da União Soviética, o Ocidente e os Estados Unidos proclamaram o “Fim da História”, declarando a sua vitória na Guerra Fria. Neste contexto, naturalmente disputaram, lutaram para dominar e até monopolizaram a liderança deste terceiro grande realinhamento da ordem internacional desde o século XX. Procuraram construir a ordem internacional de acordo com a sua própria ideologia e lógica, incluindo a imposição forçada de sistemas democráticos tripartidos, sistemas de voto único e regimes de mercantilização absoluta no Sul Global. Naquela conjuntura, os Estados Unidos, a Europa e o Japão representavam coletivamente mais de três quartos da produção económica mundial, mais de três quartos do volume do comércio global e mais de três quartos das despesas e da força militar. Eles também exerciam hegemonia nas finanças, na tecnologia, nos meios de comunicação e no discurso, o que lhes permitia agir com impunidade. O resultado foi que a ordem internacional pós-Guerra Fria, remodelada sob a sua liderança, estabeleceu efetivamente a hegemonia global de cerca de mil milhões de pessoas nos EUA, Europa e Japão. Isto abrangia a supremacia militar, o domínio económico, o controlo financeiro, a hegemonia narrativa e a supremacia democrática. Precipitou diretamente a proliferação de conflitos globais, terrorismo, crime transnacional, narcóticos e epidemias no século XXI, a par da aceleração do aquecimento global e da escassez de recursos.

Consequentemente, a ordem internacional pós-Guerra Fria revelou-se mais repleta de tensões, contradições e problemas do que a sua antecessora da Guerra Fria. Após a sua tomada de posse, Trump seguiu uma política de “America First”, deixando de proclamar em voz alta o compromisso contínuo dos Estados Unidos com a liderança global. A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA revista consagrou esta abordagem e filosofia nos documentos políticos. Coletivamente, estas ações equivaleram a uma declaração direta de que a remodelação da ordem internacional pós-Guerra Fria orquestrada pelos EUA, Europa e Japão tinha terminado em fracasso.

As três grandes reestruturações da ordem internacional desde o século XX ocorreram: a primeira antes da Segunda Guerra Mundial, a segunda após a Segunda Guerra Mundial e a terceira após a Guerra Fria. Por que é que estas três grandes reestruturações da ordem internacional se sucederam apenas para terminar em fracasso? Onde está a causa principal? Que lições e insights valiosos podemos extrair delas?

Muitas ideias surgem, mas três pontos merecem destaque especial. A primeira ideia requer uma reflexão sobre como a brutal redistribuição do mundo pelas potências americanas, japonesas e europeias após a Primeira Guerra Mundial interrompeu o processo de globalização do século XX. Os vencedores imperialistas — Estados Unidos, Grã-Bretanha e França — priorizaram os seus próprios interesses após a Primeira Guerra Mundial, semeando as sementes para a inevitável eclosão da Segunda Guerra Mundial. Eles são totalmente responsáveis pelo fracasso total do primeiro ajuste da ordem internacional no século XX. Ao atribuir a responsabilidade exclusiva pela Primeira Guerra Mundial à Alemanha e impor-lhe punições excessivas, criaram as condições económicas, políticas e sociais para a ascensão e o desenvolvimento do fascismo na Alemanha, acabando por impulsionar a Alemanha a tornar-se a principal instigadora da Segunda Guerra Mundial. Não só desperdiçaram a primeira oportunidade de estabelecer uma ordem internacional justa e equitativa na perspectiva de uma “comunidade com um futuro comum para a humanidade”, como também precipitaram diretamente uma Segunda Guerra Mundial mais devastadora e inevitável.

A segunda lição requer uma reflexão sobre a desordem na ordem internacional após a Segunda Guerra Mundial. Após a Segunda Guerra Mundial, a humanidade mais uma vez perdeu a oportunidade de ajustar a ordem internacional, e a responsabilidade por isso recaiu sobre potências ocidentais como os Estados Unidos, a Europa e o Japão. Durante o segundo grande ajuste da ordem internacional no século XX, as nações emergentes da Ásia, África e América Latina — o Terceiro Mundo, agora referido como o “Sul Global” — contribuíram de fato para o progresso da ordem internacional do pós-guerra. No entanto, a pobreza e o atraso generalizados na época limitaram severamente a sua capacidade de desempenhar um papel histórico significativo. Potências ocidentais como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que possuíam uma força formidável na época, exploraram a sua posição em benefício próprio, fazendo com que o mundo perdesse mais uma vez a oportunidade de estabelecer uma ordem internacional justa e equitativa. Por exemplo, o Plano Marshall forneceu ajuda à Europa Ocidental, excluindo a União Soviética e a Europa Oriental, resultando na divisão global e tornando a Guerra Fria inevitável. A expressão “uma noz, duas metades” captura adequadamente a fragmentação do mundo pós-guerra e o fracasso da reforma da ordem internacional.

A terceira lição requer uma reflexão sobre o processo de ajuste da ordem internacional após a Guerra Fria. Em primeiro lugar, apesar de deterem vantagens abrangentes após a Guerra Fria, os EUA, a Europa e o Japão priorizaram os interesses do seu “bilhão de ouro” em detrimento do bem-estar coletivo dos oito bilhões de pessoas do mundo. Em segundo lugar, demonstraram um sentimento de superioridade e perseguiram a hegemonia, sem compreender a importância da

igualdade entre as nações, independentemente da sua dimensão, força, riqueza ou pobreza. Este é precisamente um princípio que nós, no “Sul Global”, devemos ter em mente ao promover o ajustamento da ordem internacional. Em terceiro lugar, interferiram nos assuntos internos das nações do “Sul Global”, impondo à força a democracia de um voto por pessoa, a separação de poderes e sistemas de mercado absolutos. Além disso, recorrem à força militar à menor provocação, tendo lançado duas Guerras do Golfo, a Guerra do Kosovo, a Guerra do Afeganistão, a Guerra da Síria, a Guerra da Líbia e agora a Guerra de Gaza, ao mesmo tempo que atacam o Irão, atacam o Qatar e ameaçam a Venezuela e Cuba. Por último, aplicam padrões duplos a nível global, justificando esses padrões com retórica hipócrita.

Um caso exemplar recente ocorreu quando uma publicação francesa entrevistou John Bolton, o primeiro Conselheiro de Segurança Nacional do Presidente Trump, pedindo-lhe que definisse o que constitui uma “ordem internacional baseada em regras”. Bolton respondeu com grande convicção: “O que é uma “ordem internacional baseada em regras”? Não existe tal coisa. Nas relações internacionais, só a força importa.” Vindo do conselheiro de segurança nacional de Trump, ainda podemos acreditar nas alegações ocidentais sobre uma “ordem internacional baseada em regras”? É apenas uma manobra para nos enganar, nações do Sul. Agora, não só os Estados Unidos, mas também a Europa e o Japão, já não subscrevem a retórica ocidental da chamada “ordem internacional baseada em regras”.

Em resumo, apesar de termos enfrentado três oportunidades históricas para grandes ajustes na ordem internacional desde o século XX, todas elas foram desperdiçadas devido à obstrução deliberada dos Estados Unidos e das nações ocidentais. Isso nos proporcionou várias lições e insights sobre os ajustes na ordem internacional.

Em primeiro lugar, o chauvinismo das grandes potências praticado por nações ocidentais como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França é insustentável no mundo do século XXI. Quando surgem janelas de oportunidade, a “formação” de uma nova ordem internacional não pode prosseguir sem o papel de liderança das grandes potências, nem sem a sua coordenação e cooperação. No entanto, estas grandes potências devem agir de forma justa e equitativa, possuindo uma “visão global” — ou seja, devem partir dos interesses e aspirações da maioria das nações, e não apenas dos de algumas grandes potências, e certamente não se envolver em “chauvinismo das grandes potências” ou “divisões entre grandes potências”. As ameaças militares de Trump contra a Venezuela, as suas tentativas de se apoderar da Groenlândia e a sua declaração do Canadá como o “51º estado” dos Estados Unidos representam uma recorrência histórica do “chauvinismo das grandes potências” descontrolado, que ameaça a equidade e a justiça internacionais.

Em segundo lugar, o princípio da democracia internacional deve ser defendido. Devemos rejeitar a ditadura das grandes potências e, em vez disso, aderir à não interferência nos assuntos internos, defendendo o princípio da igualdade para todas as nações, independentemente do seu tamanho, riqueza, força ou cor. A construção de uma ordem internacional do século XXI deve considerar plenamente as aspirações do Sul Global e respeitar a sua voz.

Em terceiro lugar, devemos defender os princípios da segurança partilhada, da prosperidade partilhada e do desenvolvimento partilhado. A este respeito, o conceito chinês de “comunidade com um futuro partilhado para a humanidade” oferece novas ideias e fundamentos conceptuais para transformar a ordem internacional no século XXI. Em primeiro lugar, a China foi pioneira em quatro iniciativas importantes: a Iniciativa de Desenvolvimento Global, a Iniciativa de Segurança Global, a Iniciativa de Civilização Global e a Iniciativa de Governação Global. Estas iniciativas demonstram que a construção de uma nova ordem internacional diz respeito a todos os 8 mil milhões de pessoas, e não apenas a alguns poucos. Em segundo lugar, a China propôs pela primeira vez o conceito de uma “comunidade com um futuro comum para a humanidade”, cujo princípio fundamental é que todas as nações, independentemente da sua dimensão ou riqueza, devem colaborar em pé de igualdade e através da assistência mútua. Em terceiro lugar, a construção de uma “comunidade com um futuro comum para a humanidade” é um imperativo do nosso tempo. Tendo perdido três oportunidades para estabelecer uma ordem internacional justa e equitativa, a humanidade não pode desperdiçar a quarta.

Para tal, a tarefa mais importante é resolver as questões de paz global, incluindo os conflitos em curso e as corridas ao armamento em todo o mundo. A prioridade imediata para o Sul Global é impedir a intervenção dos EUA na Venezuela. Outra necessidade imperativa é travar a expansão e o reforço da aliança militar entre os EUA e o Japão. Em segundo lugar, temos de enfrentar desafios de segurança comuns, como o crime transnacional e o tráfico de estupefacientes. Em terceiro lugar, temos de enfrentar desafios de desenvolvimento comuns — superar desequilíbrios, disparidades de riqueza e a clivagem digital. Em quarto lugar, temos de enfrentar o aquecimento global. Em quinto lugar, o desenvolvimento desordenado da inteligência artificial.

Tecnologias disruptivas, foco da inteligência artificial na escala, domínio do mercado, ciclos de iteração rápidos e liderança governamental — esses quatro aspectos determinam que os novos desenvolvimentos em tecnologias disruptivas beneficiem o populoso Sul Global em detrimento das populações menores dos EUA e do Ocidente, beneficiem os retardatários ao romper a monopolização dos mercados de conhecimento tecnológico. Elas facilitam a difusão da riqueza e do poder, alterando o

desequilíbrio de forças entre o Oriente e o Ocidente, promovem a construção de uma comunidade com um futuro comum para a humanidade, oferecendo oportunidades para expandir os interesses e a influência do Sul Global. No entanto, a forma de gerir a inteligência artificial também representa um desafio.

Resolver estes desafios globais e salvaguardar a paz e o desenvolvimento internacionais exigirá recorrer às “Quatro Grandes Iniciativas” da China e ao conceito de uma “Comunidade com um Futuro Comum para a Humanidade”. Atualmente, o Sul Global deve unir-se num esforço concertado, aproveitando as novas oportunidades apresentadas pela transformação da ordem internacional. Devemos moldarativamente uma nova ordem internacional, forjar quadros institucionais internacionais eficazes para enfrentar os desafios globais e propor novos conceitos internacionais.

3.2.3 O caminho para o equilíbrio global: o sistema de Yalta, a Carta das Nações Unidas e o equilíbrio necessário para uma nova ordem internacional

- Palestrante: Carlos Ron

- Ano: 2025

É uma honra reunir-nos aqui hoje, oitenta anos após a vitória sobre o fascismo. Esta nação não só derrotou o fascismo no campo de batalha, como também o erradicou nas suas raízes sociais e económicas.

O surgimento do fascismo na Europa Ocidental e no Japão não foi de forma alguma um acidente histórico, mas sim o resultado inevitável de um colapso sistémico. A sua crise teve origem na falta de regulamentação da economia capitalista: o fluxo descontrolado de capital levou a uma extrema desigualdade de rendimentos, à especulação financeira desenfreada e a um grave colapso sistémico à escala da Grande Depressão. Esta corrupção económica foi ainda mais exacerbada por dois pilares ideológicos:

A demonização do “outro”. Os estrangeiros e aqueles considerados diferentes eram retratados como a causa principal dos males da sociedade, tornando-se alvos de campanhas organizadas de ódio.

Em segundo lugar, a promoção do excepcionalismo e da supremacia racial/étnica. Exemplos incluem o nazismo de Hitler ou a doutrina "Kokutai" do Japão, cuja falácia fundamental reside na ilusão de que soluções individuais podem resolver os problemas coletivos da sociedade.

Felizmente, a China oferece o contraexemplo mais convincente. Testemunhámos em primeira mão como o modelo chinês, através de controlos de capital eficazes e planeamento central, tirou 800 milhões de pessoas da pobreza, demonstrando que a prosperidade partilhada supera a concorrência destrutiva. A promoção da China da “Iniciativa da Civilização Global”, que respeita a diversidade cultural e defende a aprendizagem mútua, contraria diretamente a perigosa tendência para o excepcionalismo.

Por esta razão, salvaguardar a história e a memória é fundamental. Devemos afirmar inequivocamente que o consenso neoliberal que agora domina o Norte Global está a recriar perigosamente as mesmas condições económicas que originalmente fomentaram o fascismo. Face à distorção da verdade histórica por Hollywood e pelo discurso político ocidental, devemos proteger a memória histórica, impedir o esbatimento da essência do fascismo e evitar o ressurgimento de novas e perigosas formas de extremismo.

A guerra antifascista derrotou uma ideologia, mas o sistema pós-guerra de Yalta estabeleceu novas desigualdades estruturais que continuam a restringir o desenvolvimento do Sul Global.

A estrutura de paz estabelecida em Yalta deu origem às Nações Unidas. Foi dentro dessa estrutura da ONU que muitas nações do Terceiro Mundo da Ásia, África e América Latina puderam realmente se reunir, trocar ideias e interagir. Nesse sentido, o sistema de Yalta foi necessário. No entanto, para o Sul Global, o sistema de Yalta não foi apenas o ponto de partida da Guerra Fria, mas sim uma escalada da guerra quente. A chamada teoria das esferas de influência entre as grandes potências reconstruiu ainda mais uma divisão neocolonialista do mundo.

Para a América Latina e o Caribe, o sistema de Yalta confinou-nos perpetuamente à periferia da influência americana. Este posicionamento estrutural significou que o nosso desenvolvimento ficou perpetuamente subordinado ao centro hegemônico, uma dinâmica posteriormente articulada de forma incisiva pela teoria da dependência. Apesar da resistência persistente da América Latina a este papel, a recente promoção agressiva dos Estados Unidos de um novo pensamento de guerra fria a demonstra que continua a ver as nossas nações como objetos de dominação, manipulação e pilhagem de recursos.

O sistema de Yalta impôs a “doutrina de segurança nacional americana” à América Latina, reforçando as estruturas coloniais existentes — particularmente no que diz respeito à propriedade da terra — enquanto tolerava atrocidades contra os direitos humanos em todo o continente sob o pretexto do anticomunismo.

O progresso social, a igualdade de rendimentos e a participação política cederam continuamente à agenda política de Washington, acabando por gerar atrocidades como a Operação Condor — uma campanha transnacional de terror que visava as forças democráticas nas nações do Cone Sul. Hoje, os pretextos de segurança mudaram para o combate ao narcotráfico e ao terrorismo, mas a essência dominada pelos EUA permanece inalterada.

No entanto, esse domínio gerou sua antítese: o espírito de Bandung e o espírito da Conferência Tricontinental de Havana. O Movimento dos Países Não Alinhados e a ideologia de solidariedade do Terceiro Mundo impulsionaram a agenda anticolonial e de desenvolvimento para o primeiro plano.

Hoje, com a hegemonia unipolar pós-Guerra Fria a enfrentar uma crise, a maré da multipolaridade surge inevitavelmente. Neste momento, devemos perguntar: quais são os objetivos para esta nova fase?

Na América Latina, a resposta está profundamente enraizada na nossa história. Há dois séculos, com o declínio do Império Espanhol, Simón Bolívar propôs a convocação do Congresso do Panamá para forjar um polo latino-americano unificado. Ele via essa união regional como essencial para estabelecer “o equilíbrio do mundo”.

Ele observou astutamente: “As potências europeias são ambiciosas, procurando impor os grilhões da servidão ao resto do mundo. Todas estas regiões devem estabelecer um equilíbrio entre si, criando simultaneamente um contrapeso à Europa, desmantelando assim a sua vantagem hegemónica. A isto chamo o “Caminho do Equilíbrio Mundial”.

A lição é clara: uma multipolaridade bem-sucedida deve buscar perpetuamente o equilíbrio, em vez de criar uma nova ordem mundial dominada por dois ou três polos principais.

Hoje, o princípio do equilíbrio mundial de Bolívar ressoa diretamente nas iniciativas globais da China:

A Iniciativa de Segurança Global (GSI) busca uma “abordagem compartilhada, abrangente, cooperativa e sustentável da segurança”, enfatizando as preocupações legítimas de segurança de todas as nações;

A Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI) está empenhada em construir uma parceria de desenvolvimento global mais equitativa e equilibrada;

A Iniciativa de Governança Global (GGI) defende a igualdade soberana e o Estado de Direito nas relações internacionais com base na Carta das Nações Unidas.

A Guerra Fria dividiu o mundo em esferas de influência, criando um desequilíbrio global. Agora que a velha ordem entrou em colapso, devemos regressar ao derradeiro garante do equilíbrio mundial: a própria Carta das Nações Unidas.

As Nações Unidas existem há oitenta anos. O seu desempenho, no entanto, tem sido inegavelmente decepcionante. A extensa documentação sobre o genocídio na Palestina demonstra que os princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas foram violados. Por que razão o sistema da ONU ficou paralisado?

O fracasso das Nações Unidas não reside na própria Carta, mas na implementação seletiva de objetivos e nas falhas estruturais da governação. A ONU não conseguiu impedir os bloqueios económicos contra os povos de Estados soberanos, evitar medidas coercivas unilaterais impostas a um terço das nações do mundo, nem impedir as execuções extrajudiciais que afetam cidadãos em vários países das Caraíbas.

No entanto, a luta pela defesa do direito internacional continua a ser fundamental. A Carta das Nações Unidas é o único documento normativo universalmente reconhecido e juridicamente vinculativo dedicado à salvaguarda da igualdade soberana e do direito à autodeterminação. Abandonar a Carta é renunciar aos próprios fundamentos da civilização humana.

Isto sublinha o valor de iniciativas vitais como o Grupo de Amigos da Carta das Nações Unidas, no qual a Venezuela e a China participam conjuntamente. Desde a sua criação em 2021, o Grupo tem resistido consistentemente às interpretações unilaterais da chamada “ordem baseada em regras”. Francamente, isto equivale a imperialismo sob uma nova roupagem — uma manobra para agir simultaneamente como jogador, árbitro e legislador face à redução das margens de lucro.

Para evitar uma guerra devastadora que extinguiria a vida humana, e reconhecendo que a inação inevitavelmente convida ao conflito, devemos fortalecer as Nações Unidas. Somente confiando no sistema jurídico internacional consagrado na Carta das Nações Unidas poderemos alcançar o equilíbrio mundial defendido por Bolívar há dois séculos.

Isso requer o avanço de três reformas estruturais:

Quebrar a hegemonia geográfica: o sistema rotativo para a Assembleia Geral e o Secretariado da ONU deve ser promovido para desmantelar o domínio geográfico dentro da ONU, iniciando a relocalização de algumas instituições da sede para capitais do Sul Global;

Quebrar o poder de veto financeiro: garantir maiores contribuições das nações economicamente poderosas para superar o domínio financeiro americano nos processos de tomada de decisão é essencial para acabar com o veto financeiro de facto de Washington sobre os principais órgãos da ONU;

Fortalecer as funções da Assembleia Geral: Devem ser tomadas medidas para aumentar significativamente a autoridade e a capacidade de tomada de decisões de todas as nações na Assembleia Geral da ONU, garantindo representação igualitária para todos os países. Apesar dos desafios formidáveis, devem ser estabelecidos mecanismos que permitam à Assembleia Geral anular os vetos do Conselho de Segurança por maioria qualificada em casos de genocídio ou medidas coercivas ilegais.

Devemos impulsionar as Nações Unidas para que se tornem uma força global genuinamente democrática e equilibradora.

Amigos,

A história tem uma tendência notável para se repetir: entre fevereiro e março de 1942, a Alemanha nazista enviou submarinos para a costa venezuelana na tentativa de controlar o abastecimento de petróleo dos Aliados. Essas embarcações afundaram vários petroleiros venezuelanos, causando a morte de 70 homens.

Hoje, navios de guerra fascistas ameaçam a minha pátria mais uma vez. Operações ilegais de patrulhamento dos EUA ceifaram a vida de quase 70 compatriotas, com o mesmo objetivo de controlar o abastecimento de petróleo.

A menos que defendamos vigorosamente a dignidade do direito internacional, defendamos a história e a memória e promovamos uma ordem internacional justa e equilibrada, outra guerra fascista poderá muito bem começar nas Caraíbas.

Obrigado.

3.3 Saldar as dívidas de guerra, rejeitar que Okinawa volte a ser um campo de batalha

3.3.1 O significado do 80º aniversário da vitória da China na guerra contra o fascismo e na guerra de resistência contra o Japão na Ásia Oriental: o pragmatismo da administração sul-coreana de Lee Jae-myung e o surgimento da administração ultradireitista japonesa de Takaichi

• Palestrante: Suh Sung

• Ano: 2025

Em 3 de setembro deste ano, eventos comemorativos do 80º aniversário da vitória na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e na Guerra Antifascista Mundial foram realizados na Praça Tiananmen. Esses eventos mantiveram o espírito dos eventos realizados dez anos antes, em 3 de setembro, com profundo significado não apenas para a China, mas também para a libertação nacional e a paz em toda a Ásia Oriental.

As suas principais afirmações centram-se em dois pontos: “a primeira vitória completa numa guerra de libertação nacional contra a agressão estrangeira desde os tempos modernos” e “o principal teatro oriental da guerra antifascista”. Isto constitui tanto uma declaração de vitória na Guerra de Resistência contra o Japão como uma declaração de vitória como membro das Nações Unidas na guerra antifascista. O Japão é a nação culpada pela guerra, enquanto a China é a nação vitoriosa.

Em 2014, o Congresso Nacional do Povo estabeleceu quatro datas comemorativas relacionadas com a Guerra de Resistência contra o Japão: o Dia da Memória do Incidente de 18 de setembro (18 de setembro de 1931), o Dia Nacional em Memória das Vítimas do Massacre de Nanquim (13 de dezembro) e o Dia da Memória do Incidente da Ponte Marco Polo (7 de julho de 1937), que serviu de gatilho para a Guerra Sino-Japonesa. O dia 3 de setembro foi designado como o Dia da Vitória da Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa. Esta decisão foi tomada para comemorar de forma abrangente e sistemática a guerra de resistência do povo.

Há muito tempo que tenho curiosidade em saber como a China presta apoio ou compensa as vítimas e aqueles que sacrificaram as suas vidas. Durante a minha visita ao Memorial do Massacre de Nanquim, em 2005, encontrei sobreviventes.

Aquela senhora idosa ainda era adolescente quando ocorreu o Massacre de Nanquim. Entre os seus familiares, quatro homens — o seu pai, tio e dois irmãos — foram massacrados. Ela passou por uma vida de consideráveis dificuldades depois disso,

com o governo chinês oferecendo pouco apoio significativo. No entanto, ela observou que a China enfrentou imensas dificuldades após a fundação da República Popular. Primeiro veio a Guerra da Coreia, depois o Grande Salto Adiante, seguido pela Revolução Cultural. Dada a considerável turbulência interna, era inevitável que o governo não pudesse estender o apoio a todos os indivíduos. Ao ouvir isso, lembrei-me novamente do caminho profundamente árduo que a China percorreu após a Segunda Guerra Mundial.

Eu dou um curso na universidade sobre a natureza do Leste Asiático. A maioria das pessoas tem pouca compreensão do que realmente é o Leste Asiático. Crucialmente, o próprio conceito de “Ásia” não é um termo indígena para esta região. Ele surgiu durante a Era dos Descobrimentos europeus, quando os imperialistas que invadiram a área designaram seus habitantes como “asiáticos” à medida que expandiam seus domínios. Por outras palavras, não fomos nós que declaramos “somos asiáticos”, mas os imperialistas europeus que nos rotularam como tal — um conceito imposto de fora. Esta foi a marca que os imperialistas ocidentais nos impuseram.

Em relação à Guerra do Ópio, amplamente considerada como o conflito mais sórdido da história mundial, acredito que todos estejam bem familiarizados com o seu significado. Esta guerra serviu como um catalisador para mudanças profundas na visão de mundo da região. Ela precipitou a queda da Dinastia Qing, então o império mais poderoso e próspero do mundo, desmantelou o sistema tributário de reconhecimento e estabeleceu o chamado “sistema de tratados”. Sem entrar em detalhes complexos, este sistema de tratados essencialmente impôs tratados desiguais à região.

Confrontado com a agressão imperialista ocidental, o Japão optou por não a enfrentar, mas sim por imitá-la e segui-la. Sob o pretexto da “civilização e iluminação”, estabeleceu um Estado militarista sob o imperador através da sua política de “enriquecer a nação, fortalecer o exército”, invadindo os países vizinhos. O Japão estabeleceu uma ordem hegemônica centrada em si mesmo, embelezando-a com a retórica do “asianismo”, “Ásia Oriental” e “renascimento asiático”. Propôs a visão da Esfera de Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental e a Declaração da Grande Ásia Oriental, que resumiam as ambições do Japão de dominação global. No entanto, devido às ferozes lutas de libertação nacional dos povos asiáticos e aos conflitos com as potências imperialistas estabelecidas, o Japão acabou por sofrer uma derrota devastadora.

Em toda a Ásia Oriental, inúmeras vidas e propriedades foram saqueadas e destruídas sob a exploração e agressão imperialistas desde os tempos modernos. Enquanto os povos da Ásia Oriental ansiavam por uma paz livre de guerra, violência e pilhagem, foram obrigados a resistir às forças imperialistas e às tentativas de

escravização por grupos étnicos. A universalização das lutas de libertação nacional nesta região, nomeadamente a luta anti-japonesa, era, portanto, inevitável.

No entanto, apesar do fim do imperialismo japonês, os Estados Unidos iniciaram a era da Guerra Fria, cercando as nações socialistas através do anticomunismo e das ambições hegemónicas. Devido à chamada política de contenção dos Estados Unidos, o julgamento dos crimes imperialistas, como a agressão e a colonização, desapareceu no ar. As reparações do Japão às nações vítimas ficaram por resolver, com o Japão a recusar-se a pagar e a manter esta posição até hoje. Mesmo agora, eles afirmam que não cometem nenhum delito.

Em 1990, após o colapso da União Soviética, proliferaram rapidamente as exigências de compensação pelos danos individuais infligidos pelas forças armadas japonesas — incluindo o recrutamento forçado de mulheres de conforto, trabalhos forçados, assassinatos em massa, experiências em seres humanos e o uso de gás venenoso. O Japão tem adotado consistentemente uma atitude de desconsideração ou evasão de responsabilidade em relação a essas reivindicações. Para alcançar a paz no Leste Asiático, a justiça deve prevalecer: os fatos das atrocidades devem ser investigados e reconhecidos, desculpas e reparações devem ser feitas e medidas para evitar a recorrência devem ser estabelecidas. Em outras palavras, o passado deve ser reconhecido. No entanto, o Japão persiste em esquecer e negar sua história.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão tornou-se a base avançada mais poderosa dos Estados Unidos na região Ásia-Pacífico. Os Estados Unidos abandonaram o mandato das Nações Unidas de desmantelar o militarismo japonês, promovendo, em vez disso, a criação das Forças de Autodefesa e o rearmamento e a remilitarização do Japão. Através do Tratado de Segurança EUA-Japão de 1952, todo o arquipélago japonês foi transformado numa base militar dos EUA. Durante a Guerra Fria, as Forças de Autodefesa concentraram-se em Hokkaido para combater a Rússia. Após a dissolução da União Soviética, as forças militares foram transferidas para a região sudoeste de Okinawa para combater a China e a Península Coreana.

Originalmente, o Artigo 9º da Constituição era uma cláusula de “não guerra, não armamento” destinada a impedir o renascimento do imperialismo japonês. No entanto, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos militarizaram totalmente as Forças de Autodefesa e prosseguiram com a expansão do complexo militar-industrial. Essa tendência atingiu seu auge durante o governo Abe, dando origem ao slogan “Recuperar o Japão!” — um apelo ao retorno do militarismo japonês. O gabinete Kishida abandonou o compromisso de longa data com forças “exclusivamente defensivas”, anunciando uma “capacidade de contra-ataque” que implicava ataques preventivos e aprovando as Três Leis de Segurança, que aumentaram significativamente o orçamento militar.

Ishiba, rotulado como de direita, seguiu inesperadamente um curso moderado, mas o seu governo foi de curta duração, terminando após apenas um ano. Em meio a essa turbulência, surgiu Sanae Takaichi, apelidada de “Abe feminina”. Como é amplamente conhecido, Takaichi fez a afirmação imprudente de que “um incidente em Taiwan constitui uma crise que ameaça a própria existência do Japão”, expondo a intenção do Japão de intervir nos assuntos taiwaneses. O seu potencial governo é visto com grande preocupação como um potencial perturbador da paz no Leste Asiático.

A China, a maior vítima da agressão imperialista japonesa, recebeu anistia sem qualquer reparação por meio do Comunicado Conjunto Japão-China de 1972. Para a Coreia, no epicentro do domínio colonial, o Japão negou a responsabilidade pela sua governação colonial sobre a metade sul através do Tratado Básico Coreia-Japão — um componente do sistema do Tratado de São Francisco. O regime militar na Península Coreana concedeu ao Japão a absolvição pelo seu domínio colonial através de “ajuda económica na forma de fundos diplomáticos de congratulação”. Sob a administração de Yoon Suk-yeol, os interesses nacionais foram totalmente abandonados, com a Coreia do Sul a representar os interesses japoneses e a conceder uma carta de absolvição.

Posteriormente, os imperialistas dividiram a Coreia, anteriormente sob o domínio colonial japonês, usando ditadores pró-americanos e pró-japoneses como fantoches para integrar à força a metade sul no bloco anticomunista liderado pelos EUA. Isso resultou no massacre de inúmeros civis durante eventos como o Incidente de Jeju de 3 de abril e a Revolta de Yeosu-Suncheon, seguido pela intervenção na Guerra da Coreia, que eclodiu pela reunificação nacional, ceifando milhões de vidas. Através das lutas ferozes de pessoas que ansiavam pela autossuficiência, reunificação nacional e democracia, surgiu a administração de Kim Dae-jung. Rompendo com a tirania dos regimes pró-americanos, pró-japoneses e antinacionais de Park Chung-hee e Chun Doo-hwan, ela criticou as ditaduras anticomunistas de direita e a dominação americana, estabelecendo os governos progressistas de Roh Moo-hyun e Moon Jae-in.

Em 3 de dezembro de 2024, as forças progressistas que impediram a rebelião militar de Yoon Suk-yeol e recuperaram o poder estabeleceram o governo de Lee Jae-myung. Embora o governo de Lee Jae-myung tenha assumido o cargo defendendo o “pragmatismo”, ele prioriza a estabilidade interna para garantir a segurança dos meios de subsistência dos cidadãos e defende o pacifismo, opondo-se à guerra. Para isso, defende uma economia que coloca o povo em primeiro lugar e uma diplomacia equilibrada, livre de preconceitos pró-americanos ou pró-japoneses, promovendo a reconciliação e a cooperação entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. A sua abordagem evita soluções abruptas, aproveitando, em vez disso, as relações e os recursos existentes para avançar gradualmente em direção aos objetivos. Está

empenhada em maximizar os direitos dos “cidadãos” como agentes soberanos, colocando as pessoas no centro para realizar uma sociedade governada pelo “bom senso”. Embora alguns critiquem esta abordagem como excessivamente moderada e lenta, no mundo atual, onde as ideologias e os blocos entraram em colapso e tendo testemunhado a queda do socialismo, o “pragmatismo” pode muito bem ser o único caminho realista a seguir.

Em essência, alcançar um mundo justo de igualdade, liberdade e paz requer resolver as injustiças do passado — uma tarefa que deve ser concluída. Em relação ao acerto de contas histórico do Leste Asiático, a China estabeleceu os padrões de “antifascismo” e “resistência contra a agressão japonesa”. Esses padrões são absolutamente vitais para se opor às invasões e ao domínio imperialistas perpetrados no Leste Asiático desde as Guerras do Ópio e para posicionar corretamente as lutas de libertação nacional na história.

Para que os povos do Leste Asiático vivam com dignidade, acredito que o único caminho a seguir é opor-se à hegemonia imperialista dos Estados Unidos e do Japão, lutar pela restauração dos direitos dos povos e alcançar uma paz duradoura por meio de uma ampla solidariedade.

3.3.2 O ressurgimento do militarismo japonês e os preparativos para a guerra contra a China

- Palestrante: Lin Boyao
- Ano: 2025

O termo “militarismo” refere-se a uma ideologia e a um sistema em que uma nação subordina todas as esferas — política, económica, cultural — aos interesses militares, dando prioridade às instituições e políticas que servem a guerra. O poder central reside normalmente nas mãos de militares ou de pessoas com antecedentes militares; mesmo quando liderado por políticos que defendem a ideologia militarista, a essência permanece inalterada. Por esta definição, temos de reconhecer que o Japão está agora à beira de um renascimento militarista.

Vamos revisitar brevemente a história. Após a sua derrota, o Japão consagrou na sua constituição recém-promulgada a renúncia à guerra, o abandono dos armamentos militares e a negação do direito de travar guerras. Declarou que a guerra ou a força não seriam empregadas como meios para resolver disputas internacionais e renunciou à manutenção de forças terrestres, marítimas e aéreas, bem como de outras capacidades militares. É a isso que nos referimos como a “Constituição da Paz”. No entanto, a realidade há muito que se afastou deste espírito. Em simultâneo com a assinatura do Tratado de São Francisco de 1951, o Tratado de Segurança EUA-Japão foi concluído por insistência dos Estados Unidos. Em 1950, o Japão criou a “Força de Reserva Policial” a pedido dos EUA, ostensivamente como uma unidade auxiliar da polícia; esta foi renomeada “Força de Segurança” em 1952 e reorganizada como “Forças de Autodefesa” em 1954, constituindo efetivamente um exército. Posteriormente, sob a proteção americana, o Japão expandiu progressivamente o seu armamento. Desde o Tratado de Segurança EUA-Japão original de 1952 até à versão revista de 1960, o Japão comprometeu-se efetivamente a seguir um caminho de militarização. Desde 1976, o orçamento de defesa do Japão estava limitado a 1% do PIB (Produto Interno Bruto). No entanto, essa restrição foi suspensa a partir de 2021, com o governo a planear aumentar os gastos com defesa para 2% do PIB até ao ano fiscal de 2027. Desde então, os gastos militares têm apresentado uma tendência de rápido crescimento anual. Sanae Takaichi afirmou ainda que a China pretende atingir uma meta de gastos militares de 2% até 2027, mas o Japão já ultrapassou essa proporção no orçamento do ano corrente. Um orçamento de defesa de 2% do PIB posicionaria o Japão como a quarta maior potência militar do mundo. Esta trajetória indica a progressão gradual do Japão em direção a um militarismo e imperialismo renovados. A sua atual expansão militar constitui um desafio significativo para a ordem internacional do pós-guerra centrada nas Nações Unidas e para a estabilidade

regional na Ásia. Devemos permanecer altamente vigilantes em relação a estes desenvolvimentos.

Em 1 de julho de 2014, o então primeiro-ministro Shinzo Abe alterou unilateralmente a interpretação governamental de longa data de que “o exercício do direito à autodefesa coletiva (Nota 1) viola a Constituição” durante uma reunião do gabinete, citando “mudanças dramáticas no ambiente de segurança do Japão”. Ele estipulou que as Forças de Autodefesa poderiam exercer a força quando “um país aliado próximo do Japão sofresse um ataque armado, e os direitos e vidas dos cidadãos japoneses enfrentam uma ameaça fundamental”. Nesse mesmo ano, o Japão promulgou a Lei sobre a Proteção de Segredos Específicos, cujo objetivo era, entre outros, prevenir a espionagem. De acordo com esta decisão do Conselho de Ministros, as condições para o Japão exercer o direito à autodefesa coletiva incluem: o Japão ou um país intimamente relacionado com o Japão ser alvo de um ataque armado e esse ataque representar um perigo claro para os “cidadãos japoneses”; não existirem meios alternativos para lidar com a ameaça; e o uso da força ser estritamente limitado ao mínimo necessário. Estas condições são denominadas as “três novas condições” para o exercício da força. Vários grupos cívicos, incluindo a Federação Japonesa de Ordens de Advogados, opuseram-se a isso, argumentando que permitir o exercício da autodefesa coletiva viola a Constituição.

No entanto, a Dieta do Japão aprovou a Legislação Relacionada com a Segurança em 2015, que, com base na resolução do gabinete de 2014, defende a permissão do exercício dos direitos de autodefesa coletiva. Em agosto de 2015, mais de 100 000 pessoas reuniram-se em frente ao edifício da Dieta, manifestando protestos contra o governo e a Dieta por minarem o espírito da Constituição de forma extrema. No entanto, os acontecimentos acabaram por decorrer de acordo com as intenções do governo.

Em 2021, o primeiro-ministro Shinzo Abe interferiu publicamente nos assuntos internos da China ao declarar que “um incidente em Taiwan é um incidente para o Japão, e um incidente para o Japão é um incidente para a aliança Japão-EUA”. Em dezembro de 2022, o Gabinete Kishida adotou os “Três Documentos de Segurança” (Estratégia de Segurança Nacional, Estratégia de Defesa Nacional (agora Denominação do Programa de Defesa Nacional) e Plano de Desenvolvimento das Forças de Defesa), declarando explicitamente que o Japão possui “capacidade de ataque à base inimiga (capacidade de contra-ataque)”. Isto marcou uma mudança significativa de “exclusivamente defensiva” para “defesa ofensiva”. Posteriormente, legisladores japoneses de todo o espectro político visitaram frequentemente Taiwan, incitando as forças pró-independência e demonstrando abertamente hostilidade e provocação em relação à causa da reunificação nacional da China. Em 8 de agosto de

2023, o ex-primeiro-ministro japonês e ex-presidente do LDP, Taro Aso, proferiu declarações em Taipé afirmando que “devemos estar preparados para lutar (contra a China)”, incitando as forças pró-independência e constituindo uma grave provocação contra a China. Até hoje, o Japão não abandonou totalmente as suas ilusões ultrapassadas como potência colonial que outrora invadiu Taiwan.

A reunificação da pátria representa a aspiração secular da nação chinesa, desde a Guerra do Ópio, de pôr fim à divisão imperialista do seu território e alcançar o rejuvenescimento nacional. A China não pode, de forma alguma, aceitar a interferência ou obstrução do Japão e dos Estados Unidos na causa da reunificação nacional. No 20º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, realizado em outubro de 2022, o Secretário-Geral do Comité Central do PCC, Xi Jinping, enfatizou: “Vamos lutar com a máxima sinceridade e envidar todos os esforços para alcançar a perspectiva de uma reunificação pacífica.” Desde que as forças da “independência de Taiwan” não declarem a “independência de Taiwan” por sua própria iniciativa ou sob a instigação de provocações japonesas e americanas, o continente não tomará medidas militares contra Taiwan. No entanto, as ações do Japão negaram abertamente o compromisso assumido na Declaração Conjunta Sino-Japonesa assinada durante a normalização das relações diplomáticas entre a China e o Japão em 1972, que afirmava: “O Governo da República Popular da China reafirma que Taiwan é uma parte inalienável do território da República Popular da China. Além disso, as ações do Japão violam flagrantemente os princípios fundamentais do Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês de 1978, que estipula “o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, a não agressão e a não interferência nos assuntos internos”.

Além disso, em julho de 2024, o então primeiro-ministro japonês Fumio Kishida fez declarações na cimeira da OTAN afirmando que “a Ucrânia de hoje pode ser o Leste Asiático de amanhã”, provocando abertamente a China. Nos últimos anos, o governo japonês e os meios de comunicação social têm distorcido persistentemente as patrulhas de rotina da China por embarcações governamentais e a construção de instalações no Mar da China Meridional como “expansão marítima” e “alteração unilateral do status quo pela força”, lançando acusações infundadas contra a China. Os conceitos das chamadas “Operações de Liberdade de Navegação” e de um “Indo-Pacífico Livre e Aberto”, promovidos pelo Japão e pelos Estados Unidos, são, na realidade, terminologia política maliciosa fabricada para promover um cerco estratégico à China. Na verdade, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar garante explicitamente a liberdade de navegação para todos os navios dentro das águas territoriais. A China tem enfatizado repetidamente que seus direitos históricos não são de natureza exclusiva e que a liberdade de navegação nunca foi impedida.

A mobilização de embarcações governamentais nas águas territoriais da China constitui o exercício legítimo dos direitos de um Estado soberano. Já em 29 de setembro de 1972, antes da normalização das relações diplomáticas sino-japonesas, o Artigo II do Tratado de Paz Sino-Japonês assinado entre o Japão e o regime de Chiang Kai-shek afirmava explicitamente: “O Japão renuncia a todos os direitos, reivindicações e exigências relativos a Taiwan e às Ilhas Penghu, às Ilhas Nansha (ou seja, as Ilhas Spratly) e às Ilhas Xisha (ou seja, as Ilhas Paracel)”. e renuncia a todos os direitos, títulos e reivindicações sobre Taiwan e as Ilhas Penghu, bem como sobre as Ilhas Nansha (ou seja, as Ilhas Spratly) e as Ilhas Xisha.” Embora a China não reconheça o Tratado de São Francisco ou o Tratado de Paz Sino-Japonês, estas disposições demonstram plenamente que as potências aliadas, incluindo os Estados Unidos, e o Japão há muito reconheciam a soberania da China sobre as Ilhas Spratly e as Ilhas Paracel. No entanto, a recusa em reconhecer este facto histórico em relação à China socialista de hoje é claramente motivada por conveniência política e duplos padrões maliciosos, tornando-a totalmente insustentável.

Desde 1970, estudantes chineses nos Estados Unidos iniciaram o “Movimento para Proteger as Ilhas Diaoyu”. Em relação à soberania das Ilhas Diaoyu, os Estados Unidos afirmaram repetidamente em público que “não tomam partido entre a China e o Japão”, o que significa efetivamente que os Estados Unidos não reconhecem as reivindicações de soberania do Japão. Em 11 de setembro de 2012, o gabinete de Noda, no Japão, aprovou a “nacionalização” das Ilhas Diaoyu, marcando o início de novas ações agressivas por parte do Japão na região. O Japão também defendeu veementemente a inclusão das Ilhas Diaoyu no âmbito do Tratado de Segurança Japão-EUA. O Japão coagiu os Estados Unidos a alargar a cobertura do Tratado às Ilhas Diaoyu, sob o pretexto de assumir os “direitos administrativos” da América, com Washington a ser obrigada a concordar. Isto revela precisamente a intenção política do Japão de manipular os Estados Unidos para que participem nas suas ações agressivas contra outras nações.

II. O Japão está a avançar com os preparativos para a guerra contra a China

Atualmente, o Japão está a estabelecer progressivamente bases de mísseis de longo alcance e depósitos de munições em grande escala visando a China em todo o Arco de Ryukyu (as ilhas do sudoeste de Okinawa), Kyushu e a região de Kansai. Estes mísseis possuem capacidades de ataque de médio a longo alcance, capazes de cobrir a China continental. Amami Ōshima, a norte da ilha de Okinawa, implantou unidades de mísseis antinavio e antiaéreos já em 2019. Ao largo da costa de Tanegashima, a leste de Amami, o Japão está a avançar com planos para transformar a ilha de Maga numa fortaleza militar. A ilha contará com um aeroporto com duas longas pistas, hangares, depósitos de munições e um porto naval, tornando-se, em última análise, uma

colossal instalação militar. Esta instalação não só será a primeira base de treino conjunta das Forças de Autodefesa Terrestres, Marítimas e Aéreas do Japão na história, como também servirá como base militar partilhada entre o Japão e os Estados Unidos. Em todas estas ilhas e águas circundantes, as Forças de Autodefesa Japonesas e as Forças Armadas dos EUA realizam frequentemente exercícios militares conjuntos simulando “operações contra a China”, utilizando abertamente aeroportos civis, ruas urbanas e parques para treino militar. Com 70% das bases militares dos EUA no Japão concentradas em Okinawa, isso levou a inúmeros incidentes, incluindo casos frequentes de violência sexual por parte de militares americanos. No entanto, o governo central japonês há muito trata as Ilhas Ryukyu como uma “colónia interna”, falhando consistentemente em abordar essas questões com seriedade.

Desde 2014, o governo japonês tem vindo a prosseguir planos para transferir a Base Aérea de Futenma para Henoko. Apesar da oposição firme do governador da província de Okinawa e da população de Okinawa, que têm travado uma resistência persistente com o apoio dos cidadãos japoneses do continente, o governo japonês persiste no seu curso. Chegou mesmo a enviar navios da Força de Autodefesa Marítima através do Estreito de Taiwan em três ocasiões — 25 de setembro de 2024, início de fevereiro de 2025 e 12 de junho de 2025 — para provocar a China.

O caminho pós-guerra do Japão em direção ao militarismo decorre principalmente de fatores internos, mas também está intimamente ligado à estratégia asiática dos Estados Unidos e ao seu apoio militar ao Japão. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos procuraram estabelecer o arquipélago japonês como um bastião de primeira linha contra o comunismo. Simultaneamente, o imperador japonês enviou duas vezes enviados ao Comandante Supremo das Potências Aliadas (SCAP) em 19 de setembro de 1947 e fevereiro de 1948, entregando “Cartas Imperiais” que estabeleceram a base conceitual para a estratégia militar anticomunista contemporânea do Japão. (Nota 2)

Notavelmente, em abril de 2024, o primeiro-ministro japonês Fumio Kishida afirmou durante um discurso no Congresso dos EUA: “Na nave espacial chamada “Liberdade e Democracia”, o Japão orgulha-se de ser um membro da tripulação parceiro ao lado dos Estados Unidos. Estamos prontos para assumir as nossas responsabilidades ao lado dos Estados Unidos no convés desta nave. O Japão já se uniu aos Estados Unidos em uma ação conjunta. Por meio de uma evolução sustentada, o Japão revisou a sua Estratégia de Segurança Nacional. Em 2022, o Japão decidiu aumentar substancialmente o seu orçamento de defesa para 2% do PIB até 2027, ao mesmo tempo em que desenvolve capacidades de contra-ataque e aprimora a segurança cibernética. O primeiro-ministro Kishida declarou enfaticamente perante o

Congresso dos EUA que as Forças de Autodefesa do Japão constituem uma força aliada leal aos Estados Unidos. O seu discurso foi recebido com entusiasmo pelos legisladores americanos, que se levantaram quatro vezes para aplaudir e aclamar. Um correspondente estrangeiro chegou a colocar a seguinte questão: "De que nação é, exatamente, o primeiro-ministro Kishida?"

III. Liderança militar do Japão propõe "dissuasão nuclear" contra a China

As Forças Armadas dos Estados Unidos e as Forças de Autodefesa do Japão realizaram vários exercícios militares conjuntos abrangentes. Em termos de política específica, altos funcionários das Forças de Autodefesa defenderam publicamente que os Estados Unidos deveriam implementar a "dissuasão nuclear" contra a China ao formular estratégias militares em relação a Pequim. Isso marca um caso sem precedentes de líderes militares japoneses discutindo abertamente ameaças nucleares.

De 23 de outubro a 1 de novembro de 2024, as Forças de Autodefesa japonesas e as Forças Armadas dos EUA realizaram o exercício conjunto com o nome de código "Keen Sword 25". Com duração de dez dias, o exercício mobilizou aproximadamente 45.000 militares, 40 navios e 370 aeronaves, utilizando aeroportos civis e portos em vários locais do Japão. Os exercícios também promoveram a integração das estruturas de comando das forças armadas japonesas e americanas.

De 11 a 25 de setembro de 2025, o Japão e os Estados Unidos realizaram mais uma vez um exercício militar conjunto com o nome de código "Resolute Dragon 25". A manobra de 15 dias mobilizou aproximadamente 15 000 militares de ambos os lados. Após estes dois exercícios conjuntos abrangentes, o adversário hipotético foi explicitamente identificado como sendo a China.

As recentes propostas políticas apresentadas por oficiais superiores das Forças de Autodefesa do Japão na esfera da defesa são altamente perigosas. O Tenente-General Kiyoshi Ogawa, antigo Diretor-Geral do Exército Ocidental da Força de Autodefesa Terrestre, propôs que "caso Taiwan enfrente um ataque armado, o Japão deve reconhecê-la imediatamente como uma "nação" e estabelecer mecanismos formais de resposta cooperativa". Esta afirmação constitui efetivamente uma proposta de "duas Chinas" ou "uma China, uma Taiwan", violando gravemente o consenso internacional e os compromissos políticos entre a China e o Japão. É totalmente inaceitável. (Nota 3)

Relatos indicam que, durante os exercícios militares conjuntos Japão-EUA " ", que simulavam uma "contingência em Taiwan", os oficiais uniformizados de mais alto escalão das Forças de Autodefesa Japonesas exigiram que as Forças Armadas dos EUA "respondessem à dissuasão nuclear da China com dissuasão nuclear". Em fevereiro de 2024, no Posto de Comando Central, na cave do Ministério da Defesa, no distrito de

Iidabashi, em Tóquio, o então Chefe do Estado-Maior Conjunto, Yoshida Keisuke, repetiu esta exigência em tom enérgico ao então Comandante do Comando Indo-Pacífico dos EUA, Aquilino. Aquilino inicialmente mostrou-se relutante, mas acabou por concordar com relutância. (Nota 4)

A China declarou explicitamente a sua política de não ser a primeira a usar armas nucleares e comprometeu-se a não usar ou ameaçar usar armas nucleares contra Estados não nucleares. Apesar disso, o facto de o oficial militar de mais alta patente das Forças de Autodefesa do Japão ter exigido veementemente que o comandante dos EUA implementasse a dissuasão nuclear contra a China é totalmente intolerável. No entanto, este incidente não suscitou qualquer debate na Dieta japonesa. É digno de nota que o general Yoshida, chefe do Estado-Maior Conjunto, que deveria permanecer no cargo até abril do próximo ano, renunciou abruptamente em 1 de agosto deste ano. Ainda não está claro se este incidente está relacionado com a sua renúncia.

Em março deste ano, o ex-Chefe do Estado-Maior das Forças de Autodefesa, Shigeru Iwasaki, foi nomeado conselheiro político do Executivo Yuan de Taiwan. Esta medida é amplamente interpretada como um potencial sinal de conluio militar secreto entre as forças independentistas taiwanesas e figuras militares japonesas de alto escalão, constituindo uma interferência flagrante nos assuntos internos. Este desenvolvimento é visto como mais um passo significativo na conivência militar entre o Japão e Taiwan, após o envio pelo Japão de mais de 80 conselheiros militares na década de 1950 para formar o “Grupo Branco” e ajudar Chiang Kai-shek no seu contra-ataque contra a China continental. No entanto, o governo japonês não tomou medidas para impedir isso, com a mídia e o parlamento permanecendo em silêncio.

IV. Para alcançar uma paz duradoura no Leste Asiático, os povos da China, Coreia do Norte e Japão devem transcender as fronteiras nacionais e unir-se em solidariedade!

Em 3 de setembro deste ano, na comemoração do 80º aniversário da vitória da Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e da Guerra Antifascista Mundial, realizada em Pequim, o presidente Xi Jinping afirmou: “A história provou que os destinos da humanidade estão inextricavelmente ligados, compartilhando alegrias e tristezas. Somente tratando-se como iguais, coexistindo em harmonia e oferecendo assistência mútua, as nações e os povos podem alcançar a segurança comum, erradicar as raízes da guerra e impedir a repetição de tragédias históricas.” Foi precisamente esse espírito que impulsionou a normalização das relações diplomáticas sino-japonesas em 1972, com a assinatura da Declaração Conjunta Sino-Japonesa, seguida pelo Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês em 1978. Estes acordos estabeleceram explicitamente que “o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, a não agressão e a não interferência nos assuntos

internos” constituem a base da confiança mútua entre as duas nações. No entanto, as atuais políticas e ações do Japão renegam flagrantemente estes compromissos políticos entre a China e o Japão, pisoteando o espírito de cooperação bilateral. Tal conduta é totalmente intolerável.

Desde a era Meiji, sob as diretrizes do Imperador e dos militares, o Japão tem tratado a Coreia, a China e outras nações asiáticas com desprezo, enviando as suas forças para travar guerras de agressão e impor o domínio colonial. O Japão anexou a Coreia à força, estabeleceu o estado fantoche de Manchukuo na China e cometeu atrocidades, incluindo o Massacre de Nanquim, guerra biológica e trabalhos forçados, causando imensas baixas e saqueando vastos recursos. Apesar disso, a China moderna não exigiu reparações de guerra ao Japão nem executou quaisquer criminosos de guerra japoneses, repatriando-os a todos.

No entanto, até hoje, o Japão não conseguiu refletir profundamente sobre as suas guerras de agressão passadas. Atualmente, o Japão segue voluntariamente os passos dos Estados Unidos, embarcando num caminho perigoso de tratar a China como um adversário hipotético, enquanto continua a expandir os seus armamentos militares e a reforçar as suas bases militares. Esta trajetória acarreta um alto risco de precipitar novas guerras de agressão. Não podemos permitir que as gerações futuras sofram novamente os horrores da guerra. Para isso, devemos primeiro unir-nos aos vastos povos asiáticos que sofreram sob o militarismo japonês para expor e reconhecer a realidade do seu ressurgimento, mantendo a mais alta vigilância. Impedir que o militarismo japonês ressurgido retome o caminho da guerra agressiva e promover uma paz duradoura no Leste Asiático constitui a responsabilidade histórica comum de todos os chineses, coreanos e japoneses contemporâneos.

V. Unamos esforços na luta contra a xenofobia e o racismo nacional!

As guerras de agressão não podem ser travadas apenas com tanques e artilharia. Elas também devem implantar a xenofobia, atitudes discriminatórias e hostilidade em relação aos povos das nações invadidas nos soldados mobilizados e nas populações que apoiam a guerra. O militarismo japonês pré-guerra rotulou a China como uma “nação bárbara”, incitando a sua população com slogans como “Punir a China rebelde” (暴支誅懲). Inculcou noções de que o Japão era uma “nação divina” e uma raça superior, enquanto a China era inferior. Sob o pretexto de “conceder civilização à China”, o Japão enviou forças militares massivas para o continente chinês, culminando no indescritivelmente horrível Massacre de Nanquim.

Em fevereiro de 2013, no distrito de Tsuruhashi, em Osaka — uma área densamente povoada por coreanos étnicos residentes no Japão —, uma estudante japonesa empunhando um microfone gritou repetidamente declarações extremas como

“Precisamos de um massacre de Tsuruhashi, não de um massacre de Nanquim” e “Quero matá-los com as minhas próprias mãos” (referindo-se aos coreanos étnicos). Em agosto de 2021, ataques incendiários tiveram como alvo residências e armazéns no distrito de Utoro, na cidade de Uji, província de Kyoto – outro enclave coreano. O autor japonês admitiu ter cometido os crimes por animosidade contra os coreanos. Em 2025, um partido de direita que defendia o slogan “Japão em primeiro lugar” ganhou rapidamente destaque nas eleições parlamentares. Tanto a coligação governamental em funções como os partidos da oposição seguiram o exemplo, propondo políticas discriminatórias e excludentes dirigidas aos estrangeiros. Simultaneamente, alimentado por “teorias da ameaça chinesa” infundadas propagadas por políticos e meios de comunicação japoneses, o sentimento antichinês espalhou-se por toda a sociedade japonesa, culminando recentemente em ataques a residentes e turistas chineses. A discriminação e a xenofobia contra as comunidades chinesa e coreana no Japão não surgiram da noite para o dia; elas representam um fenômeno histórico de longa data que tem crescido constantemente desde a era pré-guerra.

Uma das causas profundas reside nos assassinatos em massa (genocídio) contra coreanos e chineses que eclodiram no Japão logo após o Grande Terramoto de Kantō (magnitude 7,9) em 1 de setembro de 1923. Um dos catalisadores dessa tragédia foi a emissão da lei marcial pelo governo japonês, juntamente com diretrizes aos governadores locais em todo o país. Estas continham rumores infundados e ordens como “os coreanos estão a atear fogos”, “os coreanos possuem bombas” e “os coreanos indisciplinados devem ser rigorosamente reprimidos”. Além disso, o estopim para essa violência pode ser atribuído à “Ordem de Expulsão de Trabalhadores Chineses” emitida pelo governo japonês aos governadores locais em todo o país um ano antes do terremoto. De acordo com reportagens do *Independence News*, publicado pelo Governo Provisório da República da Coreia em Xangai na época, cerca de 6.661 coreanos foram brutalmente assassinados pelos militares, pela polícia, por grupos de autodefesa e por cidadãos japoneses comuns. Registros oficiais também indicam que quase 800 cidadãos chineses foram mortos. Além disso, os militares japoneses rotularam falsamente socialistas japoneses, ativistas sindicais progressistas e estudantes chineses que apoiavam os trabalhadores chineses — como Wang Xitian — como “líderes de elementos antijaponeses”, executando-os posteriormente em segredo. Mesmo um século após esses eventos, o governo japonês ainda não enfrentou essa história, recusando-se a reconhecer os fatos, oferecer desculpas às vítimas ou demonstrar qualquer sinal de reflexão devida.

Hoje, estamos a unir forças com as famílias enlutadas das vítimas da Península Coreana, da China continental, da etnia chinesa no Japão, da etnia coreana no Japão e de inúmeros amigos japoneses para avançar nas investigações sobre a verdade por

trás dos massacres durante o Grande Terramoto de Kantō e para responsabilizar o governo japonês pelas suas responsabilidades históricas. Em 31 de agosto de 2023, marcando o centenário dos eventos, realizámos com sucesso a cerimónia memorial conjunta inaugural para as vítimas chinesas e norte-coreanas. Aproximadamente 1.800 participantes se reuniram para pedir coletivamente ao governo japonês que enfrente e assuma as suas responsabilidades históricas.

Para impedir o ressurgimento do militarismo japonês e salvaguardar a paz no Leste Asiático, devemos buscar a responsabilidade histórica do governo japonês pelos massacres étnicos durante o Grande Terramoto de Kantō. Devemos avançar ainda mais na ação conjunta entre os povos da China, Coreia do Norte e Japão para nos opormos e resistirmos coletivamente à xenofobia étnica.

Nota 1: O chamado “direito de autodefesa coletiva”, conforme explicado pelo governo japonês, refere-se ao “direito de responder com força militar real, mesmo quando a nação em si não está sob ataque direto, a fim de impedir um ataque armado contra um país estrangeiro com o qual mantém laços estreitos” (citado do site oficial da Secretaria do Gabinete do governo japonês).

Nota 2: A primeira “Carta Imperial” referia-se à proposta do Imperador de estabelecer as Ilhas Ryukyu como um “baluarte” contra a União Soviética e o comunismo, sugerindo a sua ocupação a longo prazo pelas forças norte-americanas. A segunda ocasião ocorreu quando o enviado do Imperador transmitiu a concepção de Sua Majestade a William J. Sebald, Diretor da Secção de Relações Exteriores do Quartel-General das Forças Aliadas (GHQ), afirmando que “estabelecer a Coreia do Sul, o Japão, as Ilhas Ryukyu, as Filipinas e, se possível, Taiwan como posições avançadas dos Estados Unidos constitui a medida estratégica mais realista”.

Nota 3: Citado do artigo da Security Dialogue Association “Resposta a ataques armados e proteção civil: contramedidas contra invasões que visam o Japão, incluindo as suas ilhas” (outubro de 2023).

Nota 4: Fonte: Ōita Kōtō Shimbun (28 de julho de 2025).

3.3.3 O estado atual da crise dos mísseis em Okinawa e nas ilhas do sudoeste

- Palestrante: Ogata Osamu
- Ano: 2025

【Conteúdo do vídeo】

O estado atual da crise dos mísseis em Okinawa e nas Ilhas Nansei

Okinawa é conhecida como um destino de férias japonês, abençoada com um clima subtropical, rodeada por águas esmeraldas e preservando uma cultura única, juntamente com paisagens naturais preciosas.

Foi também um importante palco da Guerra do Pacífico, onde as baixas civis excederam as militares.

No entanto, de acordo com o Ministério da Defesa do Japão, está atualmente em curso uma mobilização em grande escala das Forças de Autodefesa em toda a região das ilhas do sudoeste, incluindo Okinawa. Esta iniciativa é denominada “Southwest Shift” (Deslocamento para o Sudoeste).

A escala planeada é a seguinte: aproximadamente 200 militares na Ilha de Yonaguni, 600 na Ilha de Ishigaki, 800 na Ilha de Miyako, 8.000 na Ilha de Okinawa, 600 em Amami Ōshima, além de mais de 1.000 combinados em Tanegashima e na Ilha de Maga. Isso totaliza quase 10.000 militares na fase inicial.



Exposição fotográfica sobre a crise dos mísseis nas ilhas do sudoeste (legenda do vídeo)

As Ilhas do Sudoeste enfrentam um perigo iminente. O governo e a mídia do continente enfatizam incessantemente que “um incidente (guerra) em Taiwan é iminente”. No entanto, isso constitui uma “crise fabricada” que ameaça engolir todo o Japão. Os preparativos para a fortificação das Ilhas do Sudoeste começaram vários anos antes.

As fotografias e materiais aqui apresentados foram fornecidos por Makoto Konishi, Masanori Okuma e indivíduos envolvidos no movimento contra a expansão da base nas Ilhas do Sudoeste.



(Mísseis previstos para implantação nas Ilhas do Sudoeste)

- O míssil Tipo 12 tem um alcance superior a 150 quilómetros.
- Os mísseis terra-navio não podem atingir diretamente a China continental, mas mísseis com um alcance de 1.000 quilómetros ou mais poderiam potencialmente fazê-lo.



(Posições relativas das Ilhas Sudoeste e da China)

A distância entre a Ilha Maga e a Ilha Yonaguni, nas Ilhas Sudoeste, é de aproximadamente 1.200 quilómetros. Do ponto de vista da China, esta região constitui um nó central dentro da “Primeira Cadeia de Ilhas”, com Taiwan situada no extremo sul desta cadeia.



(Recuperação de Henoko antes e depois)



(Espécies ameaçadas de extinção, como os dugongos)

Okinawa acolhe mais de 70% das bases militares dos EUA no Japão, com a base de Henoko ainda em construção.

Henoko e a baía de Oura são o habitat de aproximadamente 5800 espécies ameaçadas de extinção. O fundo do mar a uma profundidade de 70 metros apresenta uma textura “semelhante à maionese”, tornando-o inadequado como base para uma pista de aterragem.



(Instalação de armazenamento de mísseis ao ar livre na Base Hōryō, na Ilha Miyako)

Construído ao nível do mar num antigo local de pedreira, o armazém está totalmente exposto. As casas residenciais ficam a apenas 150 metros à sua direita — uma proximidade sem precedentes a nível mundial.



(Yukio Hatoyama, ex-primeiro-ministro)

Hatoyama:

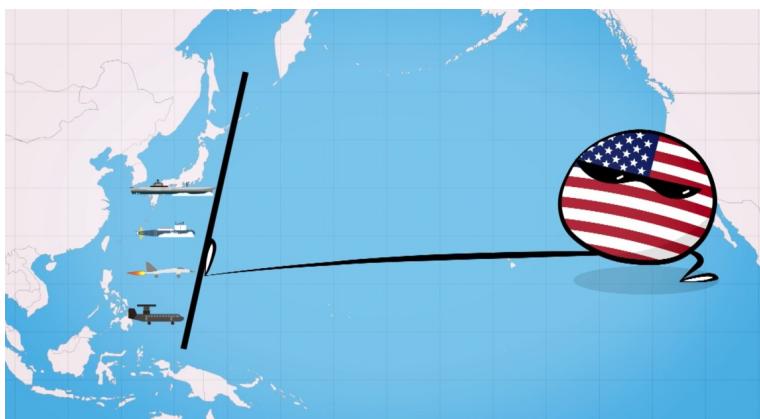
“Depois de visitar a Ilha Miyako após uma longa ausência, visitei a Guarnição Chiyoda e os campos de treino no distrito de Hōryō, onde soube que foram instaladas ogivas de mísseis. É surpreendente que uma base das Forças de Autodefesa se encontre tão perto de áreas residenciais, albergando ogivas de mísseis. Embora não seja necessariamente provável que ocorra um incidente numa situação de emergência, a possibilidade existe. Dada a proximidade da base aos residentes, comprehendo

perfeitamente o quanto isto deve ser perturbador para a população local. Em questões de segurança nacional, prevalece frequentemente a noção de que tais decisões não são determinadas pelos desejos dos residentes, mas pelo Estado e, portanto, em certo sentido, pouca atenção precisa ser dada à opinião local. No entanto, no caso da Ilha Miyako, a implantação de bases, ogivas de mísseis e o estabelecimento de depósitos de munições que afetam a segurança dos ilhéus são, na minha opinião, absolutamente inaceitáveis. Testemunhar esses depósitos de munições tão de perto evoca uma sensação profundamente inquietante.

(Narração da animação: Estratégia EUA-China e a questão da cadeia de ilhas)

Os Estados Unidos empregam uma estratégia denominada “Controlo Offshore”:

Esta envolve isolar a “Primeira Cadeia de Ilhas” que a China deve atravessar ao avançar para o Pacífico, confinando assim o poder marítimo da China dentro desta cadeia. Afirma-se que, através deste arranjo, os EUA podem não só cortar a maior parte do comércio externo da China em situações de emergência, mas também evitar a ameaça de um ataque nuclear por submarinos chineses ao seu território, garantindo assim uma vantagem estratégica. O princípio fundamental da estratégia de defesa dos EUA é impedir que ameaças externas se aproximem do seu território, neutralizando-as o mais longe possível do seu território — seja em zonas marítimas distantes ou no próprio solo do adversário.



Caso conflitos acidentais se intensifiquem, eles poderiam potencialmente evoluir para uma guerra nuclear. As ilhas Amami, Okinawa, Miyako e Ishigaki, nas ilhas do sudoeste, irão implantar mísseis antinavio e antiaéreos. Esses mísseis são projetados para atingir embarcações e aeronaves militares que tentem atravessar os estreitos e o espaço aéreo acima das ilhas do sudoeste.



No entanto, assim que os mísseis forem lançados a partir destas ilhas, elas próprias se tornarão alvos instantâneos. A China provavelmente mobilizaria todas as forças disponíveis para neutralizar as bases de mísseis instaladas nas ilhas do sudoeste. Os residentes não poderiam evacuar as ilhas, sendo forçados a fugir dentro delas, sob uma chuva de mísseis. A chamada estratégia de “transferência das ilhas do sudoeste” designa implicitamente estas ilhas como a linha da frente da guerra desde o início.

【Declaração】

Em última análise, para evitar uma “contingência de Taiwan”, o imperativo crucial reside no estabelecimento de uma “comunidade de não agressão” entre o Japão e a China, e em toda a Ásia Oriental, para forjar uma paz duradoura.

O Japão não tem alternativa senão manter relações sólidas com os seus vizinhos. Um terço do comércio do Japão depende da China; um cenário sem o envolvimento chinês é inconcebível. No entanto, estas realidades são frequentemente ignoradas. Por isso, espero que, através desta exposição fotográfica e palestra, mais pessoas venham a compreender a situação real.

Produzido por: Instituto da Comunidade do Leste Asiático

Apresentando: Ex-primeiro-ministro Yukio Hatoyama, et al.

Produção de animação: Projeto de Paz das Ilhas do Sudoeste

Apoio visual: Hideki Yoshikawa, Ministério do Ambiente, H. Marsh et al., Ministério dos Recursos Naturais da China

3.3.4 A militarização da ilha de Miyako e o ressurgimento do militarismo japonês

- Palestrante: SHIMIZU HAYAKO
- Ano: 2024

Como cidadão japonês, apresento as minhas sinceras desculpas pela agressão colonial perpetrada pelos meus antepassados na China continental e na Península Coreana durante a Guerra do Pacífico.

Sou natural da Ilha de Miyako, situada a 2.000 quilómetros de Tóquio e a 300 quilómetros de Naha, em Okinawa. Durante a Guerra do Pacífico, de 1944 a 1945, esta ilha com uma população de apenas 50.000 habitantes foi guarnecidada por 30.000 soldados imperiais japoneses, uma vez que o quartel-general militar japonês tinha planeado lançar operações terrestres a partir daqui. Os ataques aéreos e os bombardeamentos navais das forças americanas e britânicas reduziram a ilha de Miyako a terra queimada, causando pesadas baixas civis. Ainda mais devastadoras foram a fome e as epidemias provocadas pela grave escassez. Um sobrevivente capturou essa realidade num tanka: (Cães, gatos, pássaros, todos devorados; peixes tropicais sustentaram a vida até ao seu limite máximo nesta ilha)

Após a derrota do Japão, as forças americanas ficaram estacionadas na ilha de Miyako. Após a transferência administrativa de Okinawa em 1972, a área no topo da colina que anteriormente abrigava o quartel-general do Exército Imperial Japonês foi tomada pelas Forças de Autodefesa como base de comunicações. Através de sucessivas atualizações e renovações, evoluiu para uma das principais instalações de radar da Força Aérea de Autodefesa do Japão.

Em 2019, a Força Terrestre de Autodefesa do Japão construiu uma nova base militar na ilha, concluindo a implantação de unidades de mísseis no ano seguinte. Anteriormente, a ilha abrigava apenas instalações de comunicações, sem nenhum armamento pronto para combate. Aproximadamente 2.000 membros das Forças de Autodefesa e suas famílias estão atualmente estacionados lá. O Ministério da Defesa incluiu disposições no seu orçamento para 2024 para estabelecer uma unidade de guerra eletrônica, promovendo simultaneamente a expansão dos depósitos de munições. A cadeia de ilhas Ryukyu, que se estende de Kyushu à ilha de Yonaguni, está a ser posicionada como um arquipélago militar fortificado com mísseis para promover a expansão militar.

Durante a Guerra do Pacífico, a ilha de Okinawa serviu como “quebra-mar de guerra” do Japão e sofreu uma devastação severa, resultando em mais de 200 000 vítimas e na destruição quase total de suas infraestruturas. As atuais mobilizações militares

indicam que as ilhas Ryukyu do Sul — incluindo a ilha de Miyako, as ilhas Yaeyama e a ilha de Yonaguni — estão a ser integradas num sistema de defesa avançado, com seu posicionamento estratégico a suscitar preocupações de segurança regional.

As operações militares conjuntas entre o Japão e os EUA intensificaram-se desde 2022, com mais de uma centena de exercícios conjuntos realizados apenas nesse ano. Notavelmente, as Forças de Autodefesa do Japão anunciaram planos para um projeto de adaptação de equipamentos blindados ao sul, realizando testes de explosão em águas de recifes de coral para coletar dados ambientais. Além disso, as instalações públicas na Ilha de Miyako começaram a armazenar “sacos mortuários” para guardar os restos mortais dos residentes, aumentando significativamente a ansiedade local em relação à escalada do conflito. Simultaneamente, o Ministério da Defesa anunciou planos para recolher amostras de sangue de 250 000 militares no ativo para produzir reservas de sangue congelado a longo prazo para partilha médica em tempo de guerra com as forças americanas. O plano de evacuação de vítimas que o acompanha especifica que as vítimas de combate receberão primeiro tratamento inicial nas instalações médicas de Naha antes de serem triadas e transferidas para hospitais no continente. Esta série de mobilizações sinaliza inequivocamente a avaliação militar de que “o campo de batalha fica a sul da ilha de Okinawa”.

De forma mais insidiosa, mecanismos de “controlo suave” estão a permear progressivamente todos os aspetos da vida civil, com a sua influência a estender-se para além das tradições culturais, atingindo os domínios espirituais dos grupos sociais. Em 9 de janeiro de 2024, dezenas de funcionários, incluindo o vice-chefe do Estado-Maior da Força Terrestre de Autodefesa do Japão, prestaram homenagem coletivamente no Santuário Yasukuni. No dia seguinte, aproximadamente 20 oficiais da guarnição da Ilha de Miyako viajaram em veículos oficiais para prestar homenagem no Santuário de Miyako. Tais ações violam flagrantemente o princípio da separação entre Igreja e Estado consagrado na Constituição do Japão, ao mesmo tempo que violam as diretrizes relevantes emitidas pelo Vice-Ministro da Defesa. Isto viola o quadro institucional do controlo civil sobre as forças armadas e o princípio da supremacia civil.

Em abril de 2023, um helicóptero multifuncional UH-60JA da Força Terrestre de Autodefesa do Japão (comumente conhecido como “Black Hawk”) caiu nas águas próximas à Ilha Miyako, resultando na morte de todos os dez tripulantes a bordo, incluindo o comandante da 8^a Divisão e o comandante da Guarnição da Ilha Miyako. Em 6 de abril de 2024, as autoridades competentes ergueram um memorial dentro da base da Ilha Miyako, situada a apenas algumas centenas de metros do tradicional local sagrado de Okinawa, Utaki. A inscrição utilizava o termo “guerreiros” (勇者). Esta designação reflete a prática japonesa de se referir aos mortos em guerra como

“espíritos honrados” (英靈) e a sua tendência para glorificar a guerra. Notavelmente, a criação de um memorial militar em Utaki — um espaço sagrado na cultura tradicional de Okinawa, onde a morte é tabu — revela uma profunda desconexão decorrente de uma falta fundamental de compreensão das sensibilidades culturais locais.

De acordo com relatórios publicados em abril de 2024, o 32º Regimento de Infantaria da Força de Autodefesa Terrestre (com sede na cidade de Saitama) utilizou repetidamente frases controversas como “Guerra da Grande Ásia Oriental” e “bênçãos para os espíritos dos mortos” na sua conta oficial da plataforma X. É importante salientar que o governo japonês nunca utilizou o termo “Guerra da Grande Ásia Oriental” — que tem conotações históricas específicas — em documentos oficiais desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O antigo exército japonês utilizou a narrativa dos “espíritos dos mortos na guerra” para embalar politicamente as baixas, construindo uma estrutura ideológica centrada na “luta pelo Imperador”. O atual renascimento dessa terminologia de guerra pelas unidades das Forças de Autodefesa revela uma tendência para cultivar uma atmosfera ideológica pré-guerra. Esta manipulação da memória histórica justifica vigilância.

Em janeiro de 2024, cerimónias de maioridade foram realizadas em vários distritos da cidade de Miyakojima, com fotografias de grupo de certos eventos selecionadas para a capa de brochuras promocionais municipais. Entre elas, o cenário de uma fotografia de grupo do distrito base apresentava símbolos históricos, incluindo a bandeira do Sol Nascente da Marinha Imperial Japonesa e o Emblema Imperial do Crisântemo, chamando a atenção do público. Em junho do mesmo ano, festivais tradicionais com o tema de orações por viagens seguras e colheitas pesqueiras abundantes foram realizados em Okinawa, com as corridas de barcos “Hari” como atividade principal. Membros da Força de Autodefesa da região da Ilha de Ishigaki participaram nas corridas de barcos sob o pretexto de cumprir funções oficiais, alegando que a atividade constituía “treino de remo” e “exercícios táticos marítimos”. Simultaneamente, o envolvimento das Forças de Autodefesa também foi observado nas corridas de barcos Hari da Ilha Miyako. Os residentes locais emitiram uma declaração de protesto enfatizando: “A expansão funcional das bases na Ilha Miyako está atualmente em andamento, juntamente com o avanço da expansão militar. Nessas circunstâncias, nos opomos às Forças de Autodefesa introduzirem uma atmosfera na vida dos residentes que evoca assimilação e integração semelhantes às do antigo exército japonês, reminiscente do sistema de mobilização pré-guerra.”

Simultaneamente, o site oficial da 15.ª Brigada da cidade de Naha publicou o testamento póstumo do Tenente-General Mitsuru Ushijima, comandante do 32º Exército responsável pela direção das operações durante a Batalha de Okinawa. Este

comandante tomou a decisão de “recuar para sul” durante as fases finais da campanha, o que resultou diretamente em baixas civis substanciais entre a população de Okinawa. O seu poema póstumo diz: “Antes que o outono chegue, as ervas murchas da ilha / Podem reviver na primavera da nação imperial” – expressando esperança na restauração das estruturas estatais tradicionais. Na sequência de protestos dos residentes de Okinawa, o texto foi removido do site.

N um contexto de aumento persistente das despesas militares do Japão, as provisões de assistência social enfrentam uma pressão crescente. À medida que os sistemas de armamento e as instalações militares passam por atualizações iterativas, as correntes sociais evocam subtilmente o espectro da era pré-guerra. Para contrariar esta trajetória aberrante, devemos agir de forma decisiva, recusando-nos a permitir que esta atmosfera de “noite pré-guerra” se infiltre nas nossas vidas como um espectro que acompanha a expansão do armamento. Devemos forjar uma solidariedade internacional contra a guerra e persistir na luta contra ela.

3.3.5 A história de Okinawa e a paz no Leste Asiático: nunca mais guerras em Okinawa

- Palestrante: GUSHIKEN TAKAMATSU
- Ano: 2024

Situada no extremo sul do arquipélago japonês, Okinawa constituía historicamente uma entidade política independente conhecida como Reino de Ryukyu, possuindo um sistema linguístico distinto e tradições culturais separadas do Japão continental. De acordo com o Zhongshan Shijian, em 1372 d.C. (quinto ano do reinado de Hongwu da dinastia Ming), o Ming Taizu enviou o enviado Yang Zai com um edicto imperial a Ryukyu. O rei Shatto de Chūzan prontamente apresentou um memorial declarando lealdade, estabelecendo assim uma relação tributária. Este modelo diplomático distinto funcionava dentro de uma estrutura institucional de “tributo-investidura”. A sua essência económica manifestava-se na apresentação de especialidades regionais de Ryukyu à corte Ming, que retribuía com presentes luxuosos de seda, porcelana e outros produtos preciosos, sob o princípio de “dar generosamente e receber com moderação”.

Quando os navios imperiais carregados com esses presentes regressavam ao porto de Naha, as cenas jubilantes dos cidadãos que se reuniam espontaneamente para os receber foram imortalizadas na composição musical “Canção dos Navios Tang”. Interpretada no instrumento de cordas tradicional de Ryukyu, o sanshin (também conhecido como corda de pele de cobra), esta peça continua a ser um acompanhamento clássico da dança tradicional de Ryukyu “Kadékari Dance” (comumente chamada de “Dança Barulhenta”), frequentemente apresentada nos segmentos finais de vários eventos comemorativos.

Durante o período do Reino de Ryukyu, a região possuía uma rede de comércio exterior bem desenvolvida, promovendo laços comerciais estreitos com a China continental, nações do Sudeste Asiático, a Península Coreana e o arquipélago japonês. Durante a Era dos Descobrimentos do século XVI, o historiador português Tomé Pires documentou as atividades comerciais dos mercadores de Ryukyu em portos do Sudeste Asiático, como Malaca, na sua “Crónica das Nações Orientais”. Os habitantes locais referiam-se a esses mercadores como “Léquios”. Este texto descreve notavelmente o povo de Ryukyu como “um povo honesto, uma nação pacífica que não traficava mulheres nem escravos”. Este relato histórico demonstra que, durante o período do Reino de Ryukyu, a região já estava profundamente integrada no sistema civilizacional asiático.

A amizade entre Ryukyu e a China durou mais de cinco séculos, estabelecendo um sistema estável de comércio tributário e intercâmbio cultural. Em 1879, a operação militar "Disposição de Ryukyu" do governo Meiji ocupou à força o Castelo de Shuri e deportou o rei Shō Tai para Tóquio, anunciando o fim do Reino de Ryukyu. Posteriormente, a região foi incorporada como Prefeitura de Okinawa do Japão, sujeita a uma política de assimilação forçada. As autoridades coloniais implementaram um sistema de "Educação Imperial", proibindo totalmente a língua de Ryukyu do sistema educativo oficial e impondo medidas disciplinares aos alunos que usassem a sua língua nativa. Isto promoveu sistematicamente o ensino padronizado da língua japonesa, com o objetivo de construir uma identidade como "cidadãos japoneses".

Durante a Guerra do Pacífico, o Japão construiu densas instalações militares em Okinawa para reforçar o seu sistema de defesa interna. Em 1945, a região havia se tornado o principal teatro de combate terrestre entre as forças japonesas e americanas. Registros históricos indicam que as baixas civis na Batalha de Okinawa superaram em muito as perdas militares, com aproximadamente 120.000 residentes de Okinawa mortos — o equivalente a 25% da população da prefeitura na época (minha atual organização sem fins lucrativos se dedica a localizar os restos mortais das vítimas da guerra e facilitar seu retorno às famílias).

Deve-se afirmar inequivocamente que os soldados de Okinawa participaram, como parte das forças militares japonesas, em atos de agressão contra a China e várias outras nações asiáticas. Esta história de perpetração não pode ser evitada. Como representante do povo da província de Okinawa, ofereço uma profunda reflexão e sinceras desculpas pelos danos extensos infligidos durante a Guerra da Ásia-Pacífico.

Durante o período histórico único do pós-guerra, Okinawa foi separada do Japão continental e colocada sob administração militar dos EUA, tornando-se um bastião fundamental dentro da estrutura estratégica dos EUA no Pacífico. Ao longo de 27 anos de administração militar, os crimes e a violência sexual proliferaram sob o controlo dos EUA, enquanto as salvaguardas fundamentais dos direitos humanos eram gravemente insuficientes. Para escapar a este regime opressivo, a população local foi obrigada a fazer uma escolha "precipitada" de regressar ao Japão — a mesma nação que historicamente anexara o Reino de Ryukyu pela força. A principal aspiração do povo naquela altura não era apenas regressar à sua pátria, mas procurar proteção fundamental através do artigo 9º da Constituição japonesa, que consagra a renúncia permanente à guerra.

Após a transferência administrativa de Okinawa para o Japão em 1972, as bases militares dos EUA não só não diminuíram, como se expandiram ao abrigo de acordos

bilaterais. Simultaneamente, as forças militares japonesas — anteriormente retiradas durante a guerra — restabeleceram várias instalações permanentes em Okinawa sob a designação de Forças de Autodefesa. A atual aliança militar entre os EUA e o Japão está a transformar Okinawa num posto avançado estratégico para a Ásia Oriental, com ações que aumentam significativamente os riscos de segurança regional.

A escalada das tensões geopolíticas no Leste Asiático justifica vigilância. Nos últimos anos, sob o pretexto da chamada “contingência de Taiwan”, as Forças de Autodefesa japonesas aceleraram a implantação de instalações de mísseis em três ilhas do sul do arquipélago de Ryukyu e na própria ilha de Okinawa. A urgência desses processos de construção dificultou a oposição eficaz dos residentes locais. Deve-se afirmar inequivocamente que a questão de Taiwan é puramente um assunto interno da China. A Declaração Conjunta Sino-Japonesa de 1972, o Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês de 1978 e o Tratado de Defesa Mútua EUA-Taiwan (que deixou de vigorar após o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e os Estados Unidos em 1979) confirmam, a nível jurídico, que terceiros não têm o direito de intervir militarmente.

Notavelmente, as forças combinadas do Japão e dos EUA têm realizado frequentes exercícios conjuntos multiserviços em torno de Okinawa nos últimos anos, incluindo exercícios anuais como o Keen Sword e o Resolute Dragon. Registros públicos indicam que o exercício Keen Sword de 2022 mobilizou 36 000 militares, com manobras táticas explicitamente concebidas para pontos críticos regionais — tais como a captura anfíbia de ilhas e ataques de precisão de longo alcance. Esses preparativos militares para um hipotético conflito com a China colocam efetivamente Okinawa na vanguarda de um potencial confronto. Se hostilidades militares eclodissem nesta região, isso não só colocaria em risco direto a segurança dos residentes de Okinawa, como também poderia desencadear uma crise de segurança abrangente em todo o arquipélago japonês e em toda a região Ásia-Pacífico.

O povo de Okinawa opõe-se veementemente a que a sua terra natal volte a ser uma linha da frente para conflitos militares. Para tal, criámos a organização antiguerra “No More War in Okinawa: Precious Lives Association” (Não mais guerra em Okinawa: Associação Vidas Preciosas). A solução fundamental para eliminar a ameaça de Okinawa servir de base avançada para ataques com mísseis contra a China reside na retirada total das forças militares japonesas e americanas da região.

Nesse processo, deve ser facilitado o diálogo estratégico entre as partes interessadas ameaçadas pela presença militar em Okinawa. Os mecanismos tradicionais de consulta internacional são predominantemente liderados por chefes de governo. No entanto, a experiência histórica demonstra que as verdadeiras vítimas da guerra são

invariavelmente os cidadãos comuns, e não os decisores militares ou políticos e es. São precisamente as pessoas que possuem as convicções antiguerra mais fortes. Elogiamos a iniciativa inovadora deste “Fórum Académico Internacional do Sul Global” no estabelecimento de uma plataforma internacional para os cidadãos do Leste Asiático expressarem as suas preocupações.

Esta questão tem um significado estratégico global. Prevemos que as vozes racionais que se opõem ao confronto militar no Leste Asiático estabelecerão um precedente exemplar, formando uma frente unida com as nações do Sul Global para salvaguardar a paz na Ásia. Este é o objetivo central da minha atual visita à China.

Os preparativos do Japão para um potencial conflito militar com a China apresentam características abrangentes. O seu sistema militar não só reforça a construção da base de Okinawa, como também avança com destacamentos militares a nível nacional: desenvolvendo novos mísseis terra-navio com alcances superiores a 1000 quilómetros, planeando 130 novas instalações de armazenamento de munições e designando 28 aeroportos e 11 portos em todo o país como bases militares conjuntas dos EUA e do Japão. As bases da Força de Autodefesa em todo o país estão a implementar um “Plano de Reforço da Defesa”, atualizando as capacidades de defesa nuclear, biológica e química através de centros de comando subterrâneos e planeando adquirir 400 mísseis de cruzeiro Tomahawk Block IV fabricados nos EUA.

Os planos de contingência para potenciais conflitos no Estreito de Taiwan revelam que o governo japonês pretende evacuar aproximadamente 120 000 residentes das três ilhas mais próximas de Taiwan — Miyako, Ishigaki e Yonaguni — para o continente. No entanto, os 1,3 milhões de habitantes da ilha de Okinawa só poderiam refugiar-se em recintos fechados. O sistema central de metrô de Tóquio está a ser adaptado para servir de abrigo à prova de explosões.

Os desenvolvimentos atuais indicam que o Japão está a fazer uma transição progressiva para uma estrutura quase de guerra. No entanto, um movimento antiguerra concomitante está a espalhar-se por todo o país. Organizações da sociedade civil, lideradas pela “Associação No More Okinawa War · Life is Precious”, estão a colaborar com grupos antiguerra locais para estabelecer uma rede nacional de coordenação antiguerra. Ao contrário do que aconteceu durante a Segunda Guerra Mundial, os cidadãos soberanos do Japão estão agora a estabelecer controlos institucionais para impedir que as decisões governamentais violem a estrutura da constituição pacifista.

3.3.6 Chega de guerras em Okinawa, chega de conflitos sino-japoneses

- Palestrante: Aragaki Kunio

- Ano: 2025



Gráfico:1 Fotografia mostrando as bandeiras dos Estados Unidos e do Japão hasteadas simultaneamente em uma base militar americana

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos estabeleceram bases nas Filipinas, Coreia do Sul e Okinawa para implementar a sua estratégia de contenção contra a China. Entre elas, Okinawa — sede das bases de Kadena e Futenma — tornou-se a “pedra angular” das forças armadas dos EUA, servindo como um importante centro de lançamento e logística durante a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietname, a Guerra do Golfo, a Guerra do Iraque e a Guerra do Afeganistão. Em 1968, as forças armadas dos EUA destacaram 1.287 armas nucleares em Okinawa. Durante a Guerra da Coreia, as forças armadas dos EUA consideraram seriamente a possibilidade de ataques nucleares contra a China; durante a Segunda Crise do Estreito de Taiwan, em 1958, as forças americanas baseadas em Okinawa também realizaram estudos detalhados sobre a viabilidade de ataques nucleares contra a província de Fujian, na China. Esses detalhes estão documentados nos arquivos do Pentágono e foram divulgados pela Kyodo News há três ou quatro anos.

Durante a década de 1960, Okinawa abrigou quatro bases de mísseis nucleares terra-terra Mace B. Conforme documentado por um jornalista da NHK no livro Okinawa: and Nuclear Weapons (Okinawa: A Guerra do Pacífico e as Armas Nucleares), esses mísseis tinham como alvo as principais cidades industriais chinesas, incluindo Pequim, Xangai, Chongqing e Wuhan. Durante a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, a base de mísseis nucleares terra-terra Mace B, na vila de Yomitan, em Okinawa, recebeu ordens para lançar quatro mísseis. No entanto, o comando da base de

Yomitan considerou “irracional lançar mísseis contra a China, que não estava envolvida na questão cubana”, e, por isso, hesitou. Posteriormente, foram informados de que a ordem de lançamento tinha sido “emitida por engano” e os mísseis acabaram por não ser disparados. Este incidente também foi noticiado pelos meios de comunicação social. Em 1972, os Estados Unidos devolveram o controlo administrativo de Okinawa ao Japão. No entanto, o então primeiro-ministro Eisaku Sato e o presidente Richard Nixon celebraram um “pacto nuclear secreto” estipulando que “as armas nucleares poderiam ser reimplantadas em Okinawa em situações de emergência e os arsenais nucleares mantidos”. Este acordo permanece em vigor até hoje.



Gráfico:2 Fotografia da antiga base de mísseis nucleares terra-terra Mace B em Okinawa

Temos defendido consistentemente que “não deve haver mais guerras em Okinawa e nem mais guerras entre a China e o Japão”. Para nós, esses dois imperativos são igualmente vitais. Em 15 de agosto de 2023, no aniversário do fim da guerra, um editorial no Ryukyu Shimpō intitulado “O dia em que a guerra começou” afirmou: O “dia da guerra” do Japão não foi o início das hostilidades com os Estados Unidos em dezembro de 1941, mas o Incidente da Manchúria em 1931. Por outras palavras, o Incidente de Liutiaohu na China marcou o verdadeiro início da guerra. O artigo afirmava: “Chega de guerra em Okinawa, chega de guerra entre a China e o Japão – são sinônimos.” E enfatizava ainda: “Nunca mais devemos entrar em guerra.”



Gráfico:3 Material de origem da coluna do The Ryukyu Shimpo

No entanto, contra este pano de fundo histórico, certos políticos japoneses — como o primeiro-ministro Takaichi, o ex-primeiro-ministro Abe e o vice-presidente do LDP, Taro Aso — continuam a fazer declarações profundamente irresponsáveis, como “um incidente em Taiwan é um incidente para o Japão” e “um incidente em Taiwan constitui uma crise que ameaça a própria existência do Japão”.

Este ano, convidámos amigos de Chongqing e Chengdu, na China, para visitar Okinawa, organizando seminários e outros eventos. Ainda hoje, os nossos amigos chineses permanecem em Okinawa. Realizaram exposições fotográficas e exibições de filmes sobre os bombardeamentos de Chongqing e Chengdu, juntamente com encontros com testemunhos das vítimas. Eu pessoalmente conduzi os nossos convidados de Chongqing e Chengdu numa visita à base das Forças de Autodefesa em Okinawa. Lá, realizámos uma ação de protesto pedindo: “Não apontem mísseis para a China” e “O governo japonês deve reconhecer todos os atos de agressão contra a China durante a guerra, incluindo os bombardeamentos de Chongqing e Chengdu e o uso de guerra biológica, fornecer compensação e emitir um pedido formal de desculpas”. Apresentámos a nossa declaração de protesto à base das Forças de Autodefesa.

A oposição aos preparativos para a guerra contra a China não se limita a Okinawa. Esta fotografia foi tirada no mês passado num comício organizado pela Rede Okinawa-Oeste do Japão em Quioto, em protesto contra a construção de um depósito de munições para mísseis. Em todo o Japão, um grande número de cidadãos opõe-se aos preparativos para a guerra contra a China.



Gráfico:4 Manifestação contra a construção de um depósito de munições para mísseis (18 de outubro, Quioto)

O ex-presidente dos EUA Joe Biden afirmou repetidamente que os EUA “intervirão em caso de crise em Taiwan”. Entretanto, o ex-subsecretário adjunto da Defesa dos EUA, Albright Colby, publicou um livro intitulado *Asia First*. Nele, Colby escreve: “O objetivo nacional dos Estados Unidos é preservar e promover os interesses nacionais americanos”. Ele observou: “O Leste Asiático possui a maior produtividade económica global. Na década de 1980, a Ásia representava apenas 15% do PIB global; hoje, aproxima-se dos 40%”. Ele afirmou explicitamente: “Do ponto de vista económico, o principal concorrente dos Estados Unidos é a China”. Ele escreveu ainda: “Se a China começar a dominar o PIB da Ásia, isso equivalerá a dominar a economia global, prejudicando assim os interesses fundamentais dos Estados Unidos”. Consequentemente, ele nomeia especificamente o Japão e outros aliados, juntamente com nações como as Filipinas e o Vietname, apelando à formação de uma “aliança anti-hegemónica” para contrariar o domínio económico da China. É evidente que o que realmente preocupa Colby e os Estados Unidos é a questão económica — “manter a posição de economia líder mundial” — esta é a verdadeira intenção dos Estados Unidos.

O que é chocante neste livro é a afirmação de Colby: “Caso surja um cenário em que a China ataque Taiwan, seria necessário destruir a gigante de semicondutores TSMC para impedir que ela caísse nas mãos chinesas, a fim de salvaguardar os interesses dos Estados Unidos. ”Ele afirma ainda: “Esta noção está a tornar-se cada vez mais a opinião predominante entre os responsáveis pela segurança dos EUA”, afirmando: “Este é o pensamento dos Estados Unidos”. Isto é totalmente absurdo. Em essência, a bandeira justa de “defender a democracia de Taiwan” que os Estados Unidos agitam não passa de uma máscara hipócrita. O verdadeiro objetivo dos Estados Unidos é “manter a sua hegemonia económica através da força militar”.



5 Gráfico: Imagem de capa da Asia First pelo ex-subsecretário adjunto de Defesa dos EUA Albright Colby

Em caso de contingência em Taiwan, a legislação de segurança do Japão permite que as Forças de Autodefesa participem em operações militares dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que levanta questões relativas ao reconhecimento do Estado chinês. No entanto, tanto o governo chinês como o japonês há muito afirmam em declarações conjuntas e tratados de paz que “Taiwan é parte inalienável da China” e que “a República Popular da China é o único governo legítimo da China”. Numa palestra em Okinawa, o ex-jornalista do Asahi Shimbun, Toshitsugu Taoka, salientou: “A questão de Taiwan é um assunto interno da China. Se o Japão e os EUA interviessem, isso constituiria um ato de agressão que violaria o direito internacional”.

Contrariamente a isso, o ex-comandante do Exército Ocidental Ogawa Kiyoshi — o oficial de mais alta patente da Força de Autodefesa Terrestre responsável por Okinawa e Kyushu — argumentou: “Se Taiwan enfrentar um ataque armado (da China), o Japão deve reconhecer imediatamente Taiwan como uma “nação” e estabelecer mecanismos oficiais de cooperação”, acrescentando que “um ataque a Taiwan e à região sudoeste do Japão constituiria um único teatro de guerra”. Ele chegou a sugerir numa nota de rodapé: “É necessário considerar a retirada da Declaração Conjunta Japão-China e do Tratado de Paz e Amizade Japão-China”.

Relatórios recentes também indicam que, durante uma reunião entre autoridades de defesa japonesas e americanas realizada em Taiwan, o lado americano afirmou que “reconheceria Taiwan como uma nação”, enquanto o lado japonês expressou a sua “consideração de se retirar da Declaração Conjunta Japão-China e do Tratado de Amizade”. Este conteúdo teria sido divulgado pela mídia taiwanesa. Abandonar o tratado entre o Japão e a China significaria um retrocesso à era da Guerra Sino-Japonesa, levando potencialmente o Japão e a China a um novo conflito. Esse

pensamento perigoso, incluindo as recentes declarações do primeiro-ministro Takaichi, é totalmente inaceitável.

A posição de Okinawa é a seguinte:

Okinawa é uma ilha habitada, não desabitada.

Rejeitamos que Okinawa seja usada como campo de batalha para qualquer guerra envolvendo a região de Taiwan, na China, a Península Coreana ou qualquer outro conflito. Opomo-nos ao fortalecimento das relações militares entre o Japão e os EUA com base numa contingência em Taiwan e exigimos a retirada das forças americanas e das Forças de Autodefesa que transportam aeronaves Osprey e mísseis de Okinawa.

② A guerra nunca mais deve eclodir na Ásia.

O governo japonês deve cessar a propagação da “teoria da ameaça chinesa”, interromper o aumento do poderio militar e os exercícios que provocam a China e resolver as questões por meio do desarmamento e do diálogo internacional.

③ Opomo-nos à intervenção das forças americanas estacionadas em Okinawa em assuntos relacionados com Taiwan e a China continental.

O povo de Okinawa opõe-se a qualquer destacamento das forças americanas das bases no Japão ou em Okinawa, incluindo no caso de uma crise na Península Coreana. Já expressei estas opiniões em colunas de opinião de jornais.

④ Opondo-nos à intervenção do governo japonês e das Forças de Autodefesa numa “emergência em Taiwan”.

⑤ No que diz respeito às relações entre os dois lados do Estreito, a posição de que “a reunificação pacífica é um interesse fundamental da China” deve ser respeitada para evitar conflitos militares.

Devemos impedir resolutamente que qualquer contingência em Taiwan se transforme em conflito armado e apelar a uma resolução pacífica através de um diálogo sustentado.

Por fim, acredito que, sob as políticas de altas tarifas da administração Trump e outras abordagens unilaterais do tipo “America First”, os Estados Unidos inevitavelmente enfrentarão o isolamento internacional e perderão o apoio global. Por outro lado, se a China rejeitar firmemente a hegemonia militar e económica, ao mesmo tempo que busca uma diplomacia de boa vizinhança, ela ampliará o apoio internacional. No que diz respeito às relações entre os dois lados do Estreito, espero que o governo chinês mantenha uma resposta calma, baseada na preservação do status quo, alcançando uma resolução pacífica por meio de um diálogo de longo prazo.

3.4 Justiça histórica, reunificação pacífica e solidariedade anti-imperialista na Ásia Oriental

3.4.1 A identidade política dos cidadãos taiwaneses sob o sistema anticomunista global

- Palestrante: Lan Bozhou
- Ano: 2025

Em 1895, foi assinado o Tratado de Shimonoseki entre a China e o Japão, cedendo Taiwan ao Japão. O povo taiwanês travou vinte anos de resistência armada contra o domínio japonês, seguidos por um movimento de resistência cultural que durou uma década, iniciado na década de 1920. Em 1931, quando o imperialismo japonês se preparava para invadir a China, todos os grupos de resistência cultural foram submetidos a uma repressão generalizada. Taiwan entrou num período histórico sombrio, que persistiu até ao início do Incidente da Ponte Marco Polo, em 1937. A criação da frente unida do Kuomintang e dos comunistas contra a agressão japonesa ofereceu aos cidadãos taiwaneses uma nova esperança de libertação do domínio colonial japonês e de reunificação com a pátria.

Estima-se que, no final da Guerra de Resistência, aproximadamente 50 000 cidadãos taiwaneses tenham regressado à China continental para se juntarem à luta. A luta anticolonial do povo taiwanês emergiu assim do isolamento e integrou-se na frente unida nacional contra o Japão em toda a China, tornando-se parte da guerra antifascista global.

Após a rendição do Japão em 1945, Taiwan reuniu-se à pátria. No entanto, em meio às dificuldades da reconstrução pós-guerra e às tensões crescentes, uma revolta popular exigindo autogoverno democrático eclodiu entre os cidadãos taiwaneses em fevereiro de 1947. Após a repressão dessa revolta, surgiu uma crise no sentido de identidade chinesa entre uma pequena minoria de taiwaneses. Com o apoio americano, eles lançaram o chamado “Movimento do Mandato de Taiwan” em Hong Kong. No entanto, a grande maioria dos jovens e cidadãos taiwaneses, reconhecendo o panorama político mais amplo em toda a China, transferiu a sua lealdade da “pátria branca” do Kuomintang para a “pátria vermelha” do Partido Comunista.

Consequentemente, a grande maioria dos jovens taiwaneses aderiu à Nova Revolução Democrática liderada pela organização clandestina do Partido Comunista Chinês em Taiwan, preparando-se para acolher a libertação de Taiwan em 1950. No

entanto, com a eclosão da Guerra da Coreia em junho de 1950 e a entrada da Sétima Frota dos EUA no Estreito de Taiwan, a libertação de Taiwan tornou-se impossível e continua por concretizar até hoje. Simultaneamente, o regime de Chiang Kai-shek, que fugira para Taiwan, lançou o Terror Branco da década de 1950 sob a bandeira do “anticomunismo”, purgando os chamados “espiões inimigos”. A gloriosa tradição de patriotismo progressista em Taiwan, que remonta à ocupação japonesa, foi assim completamente eliminada durante este período. Devido à prolongada separação e confronto entre os dois lados do estreito, juntamente com a doutrinação ideológica pró-americana e anticomunista propagada pelo regime de Chiang Kai-shek em Taiwan, toda a sociedade taiwanesa entrou num estado patológico de amnésia histórica e “pró-americanismo” total.

Em 1987, a lei marcial anticomunista, em vigor há 38 anos, foi revogada. Em meio às mudanças nas relações entre os dois lados do estreito e entre a China e os Estados Unidos, as facções pró-independência de Taiwan exploraram essa amnésia histórica coletiva para lançar outra campanha de doutrinação histórica equivocada. Desde o advento do governo de Lee Teng-hui em 1992 e sua “Teoria dos Dois Estados”, a sociedade taiwanesa evoluiu gradualmente para um estado de anticomunismo e sentimento antichinês, diametralmente oposto à sua tradição patriótica anterior à ocupação japonesa.

Esta situação, esta realidade, decorre fundamentalmente da estratégia anticomunista global americana da década de 1950 e da sua implantação estratégica anticomunista na Ásia Oriental, impulsionada por interesses. Devido ao chamado “Tratado de São Francisco”, elaborado pelos Estados Unidos, e ao chamado “Tratado Sino-Japonês”, assinado por Chiang Kai-shek e pelo Japão, surgiu a noção errada do “estatuto indeterminado de Taiwan”. As forças “separatistas” de Taiwan exploraram esta falácia do “estatuto indeterminado” para construir e propagar as suas várias narrativas históricas sobre a “independência de Taiwan”. O cerne de todas estas questões reside na forma como os acontecimentos de 1950 alteraram a trajetória e a direção de todo o curso histórico de Taiwan.

Estas questões foram durante muito tempo suprimidas e enterradas na sociedade taiwanesa, impedindo o seu devido reconhecimento. Foi apenas há alguns dias que o recém-nomeado presidente do Kuomintang de Taiwan visitou o local de execução das vítimas da era do Terror Branco da década de 1950 para prestar homenagem aos mártires, acendendo assim contradições há muito enterradas na sociedade taiwanesa. As facções conservadoras do KMT defendem que os executados na década de 1950 eram “bandidos comunistas que mereciam o castigo”, considerando o ato da nova presidente como uma capitulação. Entretanto, o DPP — que há muito distorce a história da década de 1950 e a identidade política desses mártires — continua a

rotular a presidente do KMT com um “rótulo vermelho”, acusando-a de simpatias pró-comunistas. Consequentemente, a sociedade taiwanesa mergulhou numa confusão ainda maior.

Todas estas questões obrigam-nos a perguntar: quais foram os factos históricos daquela época? Mesmo em relação aos mártires executados por pelotões de fuzilamento — incluindo figuras como Wu Shi, retratado na série chinesa *Silent Glory* como tendo traído o partido-Estado Kuomintang —, devemos questionar: o que levou esses indivíduos a renunciar ao seu partido-Estado?

Além disso, devemos perguntar: por que razão a esmagadora maioria dos jovens patriotas taiwaneses que se sacrificaram — a maioria dos quais nunca tinha pisado o continente — mudou a sua lealdade do Kuomintang para o Partido Comunista? Se o Partido Comunista era realmente um “regime bandido” totalmente desprezível, então nós, o povo de Taiwan, devemos refletir e perguntar à sociedade taiwanesa: o que levou esses indivíduos a abandonar o Kuomintang por aquilo que consideravam um “regime bandido totalmente desprezível”?

O cerne de todas estas questões reside no regresso ao início da Guerra da Coreia, em 25 de junho de 1950. Três dias depois, a Sétima Frota dos EUA interveio no Estreito de Taiwan, interferindo nos assuntos internos da China e criando a infeliz situação de separação e confronto prolongados através do estreito. Este destino histórico do povo taiwanês é, na verdade, uma tragédia partilhada por muitas nações do Terceiro Mundo em todo o mundo após a Segunda Guerra Mundial.

Acredito que o atual panorama internacional e a situação difícil que Taiwan enfrenta hoje exigem que revisemos as questões históricas mais fundamentais para descobrir a verdade da história. Isso ajudará a maioria dos cidadãos desinformados a compreender o passado, resolvendo assim as questões herdadas pela história.

3.4.2 Paz no Estreito de Taiwan e a justiça histórica da reunificação entre os dois lados do Estreito

- Palestrante: Wu Rongyuan
- Ano: 2024

Para perpetuar essa hegemonia, os Estados Unidos têm como principal adversário o rápido desenvolvimento da China. Durante o seu primeiro mandato, em 2018, o novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, iniciou guerras tarifárias, guerras económicas e batalhas tecnológicas contra a China. Simultaneamente, acelerou a consolidação de alianças militares no Leste Asiático, obrigando os aliados a expandir os seus armamentos e a estabelecer uma versão asiática de uma mini-OTAN para conter e suprimir a China. Isso constitui a principal causa das atuais tensões militares no Leste Asiático. Sob a estratégia americana de conter e suprimir a China, Taiwan — governada por forças separatistas pró-americanas e anticomunistas — tornou-se a ferramenta mais eficaz dos Estados Unidos. Isso constitui outra causa fundamental da atual crise no Estreito de Taiwan.

No que diz respeito à questão de Taiwan, o contexto histórico revela que, em 1895, o Japão lançou uma guerra de expansão externa. A dinastia Qing da China foi derrotada e forçada a ceder Taiwan ao Japão, que colonizou a ilha durante 50 anos. Só em 1931 é que a China, após 14 anos da Guerra de Resistência contra o Japão, derrotou o Japão no contexto mais amplo da guerra antifascista global. Através da Declaração do Cairo e da Proclamação de Potsdam, iniciadas pelas potências aliadas da época — incluindo os atuais Estados Unidos e Grã-Bretanha —, foi acordado conjuntamente que, após a derrota do Japão, Taiwan, que o Japão tinha invadido e colonizado, seria devolvida à China. Quando o Japão se rendeu em 1945, Taiwan reverteu naturalmente para a integridade territorial da China, de acordo com a Declaração do Cairo e a Proclamação de Potsdam. Este é um facto histórico.

Embora a guerra civil de 1949 tenha levado à separação e ao confronto entre os dois lados do Estreito de Taiwan, criando a atual situação de separação e confronto não unificados, isso não altera o facto de que ambos os lados pertencem a uma única China. Desde 1949, após a fundação da República Popular da China, todas as nações que estabeleceram relações diplomáticas com a nova China foram obrigadas a assinar comunicados conjuntos reconhecendo Taiwan como parte da China. Nos termos da Carta das Nações Unidas, o estatuto internacionalmente reconhecido de Taiwan desde a criação do governo da RPC em 1949 tem sido o de que Taiwan faz parte da China e que existe apenas uma China no mundo.

Isto também significa que as tentativas dos Estados Unidos de utilizar Taiwan como uma base avançada para conter e suprimir a China, e de separar Taiwan da China, constituem uma clara interferência nos assuntos internos da China. Tais ações violam a Carta das Nações Unidas e o direito internacional, especificamente o princípio que proíbe a interferência nos assuntos internos de qualquer Estado. Os Estados Unidos invocam frequentemente uma “ordem internacional baseada em regras”, em que essas regras derivam das Nações Unidas e do direito internacional. O direito internacional proíbe a interferência nos assuntos internos de outras nações. Esta é a própria Carta das Nações Unidas estabelecida pelos próprios Estados Unidos. Portanto, a interferência flagrante dos Estados Unidos nos assuntos internos da China constitui uma grave violação da soberania da China, o que é absolutamente inaceitável para o povo chinês em ambos os lados do Estreito de Taiwan. Nos últimos anos, a China realizou vários exercícios militares de cerco em torno de Taiwan para demonstrar a sua determinação inabalável em salvaguardar a soberania territorial. Estas ações decorrem diretamente da intervenção ativa dos Estados Unidos nos assuntos entre os dois lados do Estreito e do seu apoio às provocações separatistas do Partido Democrático Progressista. Os exercícios visam especificamente combater uma potencial intervenção militar dos Estados Unidos e do Japão, dissuadir a interferência hegemônica americana e frustrar as provocações oportunistas das forças separatistas taiwanesas.

Atualmente, as questões pendentes da guerra civil impedem a reunificação completa. No entanto, desde que os Estados Unidos e os seus aliados se abstêm de intervir, estamos confiantes de que o povo chinês de ambos os lados do Estreito poderá alcançar a reunificação total através do diálogo pacífico, contribuindo assim significativamente para a promoção da paz na Ásia Oriental. Para concretizar a reunificação pacífica, além de excluir a intervenção dos aliados dos EUA, a situação interna de Taiwan — como uma das principais partes na reunificação — e a força do próprio povo de Taiwan também são fatores cruciais.

Após 1949, no âmbito da Guerra Fria anticomunista liderada pelos EUA, Taiwan tornou-se uma nova colônia americana. Nos últimos anos, as forças separatistas têm dominado o panorama político de Taiwan, alimentando incessantemente sentimentos anticomunistas e antichineses entre os compatriotas. Promulgaram a chamada “Lei de Segurança Nacional”, controlaram os meios de comunicação social, obstruíram maliciosamente os intercâmbios entre os dois lados do Estreito, distorceram a história, fabricaram acusações e reprimiram os defensores da reunificação pacífica, impondo um regime de terror ao povo taiwanês. Além disso, expandiram agressivamente o armamento militar e prolongaram os períodos de recrutamento militar obrigatório. Procuraram reforçar a “Lei de Preparação para a Mobilização da Defesa Nacional” para se prepararem ativamente para a guerra. O

atual líder das autoridades de Taiwan chega mesmo a proclamar que “só através da preparação para a guerra é que esta pode ser evitada”, salientando a recusa absoluta em assinar qualquer acordo de paz. As tentativas das forças separatistas taiwanesas de contar com os Estados Unidos para um confronto militar, procurando separar Taiwan da China, não só violam a vontade da maioria do povo taiwanês, como também aumentam as tensões através do Estreito e na região.

As forças separatistas taiwanesas fabricam um “inimigo externo” através da ideologia anticomunista para facilitar o domínio interno. O descontentamento público é ignorado ou prontamente descartado como influência inimiga ou “infiltração inimiga”, levando à repressão. O rápido aumento das despesas militares tem pressionado os orçamentos de bem-estar social de Taiwan, aprofundando as dificuldades públicas e ampliando a disparidade de riqueza. Embora a corrupção e as práticas ilegais sejam comuns, essas forças frequentemente exploram a retórica antichinesa e anti-unificação como tática eleitoral para atrair votos.

No entanto, continuamos otimistas em relação à reunificação pacífica, uma convicção cada vez mais partilhada pelos nossos compatriotas em Taiwan. A política sincera do continente em relação à reunificação pacífica de Taiwan serve como um poderoso apelo à mobilização. O princípio de que “os dois lados do estreito são uma família” sustenta a abordagem ideológica da China à reunificação pacífica com Taiwan. Por mais difíceis que sejam as circunstâncias, a política de reunificação pacífica permanece totalmente inalterada. Nos últimos anos, as forças pró-independência em Taiwan têm conspirado com potências estrangeiras para levar a cabo atividades separatistas, mas o compromisso da China com a reunificação pacífica nunca vacilou, precisamente porque consideramos o povo de Taiwan como nossos compatriotas.

Nos últimos anos, os Estados Unidos têm submetido a China a várias formas de repressão, exigindo que Taiwan se torne um barril de pólvora para as guerras por procuração dos Estados Unidos. Isto permitiu à sociedade taiwanesa perceber claramente a verdadeira e hedionda face dos Estados Unidos – que procuram usar Taiwan como um peão na sua estratégia para conter o desenvolvimento da China. Desde o conflito entre a Rússia e a Ucrânia até à guerra entre Israel e a Palestina, a sociedade taiwanesa testemunhou as verdadeiras intenções dos Estados Unidos, reconhecendo-os como o inimigo comum do povo taiwanês.

Temos aqui amigos das Ilhas Ryukyu, no Japão, e da Coreia do Sul, que se juntam a nós neste movimento antiguerre e anti-bases do Leste Asiático. Isto representa a unidade dos povos do Leste Asiático contra um inimigo comum: os esforços dos Estados Unidos para provocar uma guerra no Estreito de Taiwan e em todo o Leste Asiático.

Apesar de os Estados Unidos terem inventado a “teoria da ameaça chinesa” como pretexto para fortalecer alianças militares e expandir armamentos com os seus aliados para conter e suprimir a China, os povos anti-imperialistas e antiguerra em todo o mundo veem claramente que o aumento da força nacional abrangente e das capacidades diplomáticas da China se dedicam a defender a paz global e a resolver disputas, não a provocar conflitos. O desenvolvimento económico da China serve para promover a prosperidade partilhada em todo o mundo. A China é o principal motor do comércio global, ao contrário dos Estados Unidos e do Ocidente, que travam guerras e lucram com elas.

O desenvolvimento da China serve o avanço comum da sociedade humana, daí a sua proposta da Comunidade de Futuro Compartilhado para a Humanidade — que incorpora prosperidade, desenvolvimento, cooperação e segurança compartilhados. Pois o progresso da China e o seu caminho para a modernização exigem o co-desenvolvimento global, mas potências imperialistas como os Estados Unidos se opõem ao avanço da China.

Buscamos a paz e, mais do que isso, buscamos a reunificação pacífica dos dois lados do Estreito de Taiwan. A reunificação pacífica dos dois lados é uma missão histórica comum para os nossos compatriotas em Taiwan e no continente, e representa uma reflexão profunda sobre a superação da história humilhante da intervenção imperialista estrangeira no passado. Temos a capacidade de alcançar a reunificação pacífica. Embora o caminho possa ser árduo e difícil, é a vontade do povo de ambos os lados do Estreito, consistente com a justiça histórica e o bem-estar do povo. A paz no Estreito certamente será alcançada, e a paz mundial certamente será alcançada. Obrigado a todos!

3.4.3 Os dois fenómenos de “esvaziamento” na questão de Taiwan e a tradição da luta anti-imperialista

- Palestrante: Ji Ping

- Ano: 2024

Após analisar os procedimentos, surgem três reflexões: Em primeiro lugar, os participantes demonstraram uma convergência notável na memória histórica, nas aspirações de desenvolvimento, nas orientações de valores e nos paradigmas académicos. As suas avaliações da dinâmica regional e as suas perspectivas sobre questões centrais foram precisas e consistentes, demonstrando uma perspicácia académica louvável.

Em segundo lugar, como motor vital do crescimento económico global, o Leste Asiático enfrenta riscos geopolíticos crescentes. A trajetória política atual do Japão indica tensões regionais multidimensionais, exigindo maior vigilância contra um potencial conflito militar. A análise académica das causas subjacentes aqui apresentada oferece insights significativos.

Em terceiro lugar, os especialistas presentes chegaram a um consenso claro sobre o contexto histórico e a substância jurídica da questão de Taiwan. Particularmente comovente foi o discurso do presidente, que outrora lutou na ilha; expressamos o nosso profundo respeito por ele.

Durante o simpósio de hoje, a minha seleção de tópicos proporcionou insights profundos, pelos quais expresso minha especial gratidão aos pioneiros progressistas de Taiwan. Há quarenta anos, membros de organizações sociais e representantes de grupos de esquerda — incluindo Lin Shuyang, Chen Mingzhong e Chen Yingzhen — promoveram activamente ações conjuntas entre as forças progressistas do Leste Asiático centradas na transformação social, fomentando assim a cooperação regional. Os seus escritos documentam esses esforços em detalhes, revelando profundamente a essência da luta anti-imperialista. Esses princípios ganharam amplo apoio entre as organizações progressistas em toda a Ásia Oriental, rendendo-lhes reconhecimento como praticantes e teóricos excepcionais. Tais avaliações históricas não apenas prestam uma homenagem solene a esses pioneiros, mas também oferecem insights vitais para esforços subsequentes. Notavelmente, as forças de esquerda de Taiwan mantiveram e intensificaram suas lutas e redes nessa esfera nos últimos anos — uma tendência de profundo significado.

No que diz respeito à questão do Estreito de Taiwan, tal como salientado pelos académicos que nos precederam, esta constitui fundamentalmente um assunto interno da China. No entanto, a interferência e infiltração prolongadas por parte dos

Estados Unidos e de outras forças imperialistas têm vindo a complicar progressivamente a situação. O panorama atual do Estreito de Taiwan apresenta duas características distintas:

Ambos os fenómenos podem ser explicados através do conceito de “esvaziamento”. Em primeiro lugar, as autoridades do Partido Democrático Progressista em Taiwan estão a esvaziar o sistema político existente. De acordo com a sua lógica política, as forças da “independência de Taiwan” já não precisam de declarar formalmente a independência. Em vez disso, estão a usar a fachada de “um país, dois sistemas” como embalagem política para esconder as suas ações separatistas, ao mesmo tempo que intensificam o confronto entre os dois lados do Estreito e aumentam o risco de conflito. Este desenvolvimento justifica uma elevada vigilância. Em segundo lugar, o governo dos EUA está a minar sistematicamente o princípio de “uma só China”. O Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas de 1979 estipulava explicitamente o reconhecimento da política de “uma só China” por parte dos Estados Unidos. Apesar das recentes reafirmações verbais do compromisso dos “três não” (não apoiar a “independência de Taiwan”, não apoiar “duas Chinas” ou “uma China, um Taiwan” e não apoiar a participação de Taiwan em organizações internacionais em nome de um Estado), as práticas dos EUA têm-se desviado gravemente destas promessas. Esta divergência manifesta-se de três formas principais: em primeiro lugar, o nível crescente de interações oficiais entre os EUA e Taiwan viola flagrantemente o consenso político estabelecido na altura das relações diplomáticas de 1979.

Em segundo lugar, os EUA empregam medidas legislativas para interferir nas relações de outros Estados soberanos com Taiwan, ao mesmo tempo que promovem a participação de Taiwan em organizações internacionais sob pretextos “não políticos” em fóruns globais. Em terceiro lugar, na esfera militar, a escala das vendas de armas dos EUA a Taiwan continua a expandir-se, com as capacidades ofensivas do armamento fornecido significativamente melhoradas para incluir caças avançados, mísseis e outros sistemas de combate. Em quarto lugar, os EUA empregam políticas industriais para vincular Taiwan às suas cadeias de abastecimento, exemplificadas pela obrigação de empresas-chave, como a TSMC, a investir em instalações de fabrico nos EUA. Estes fenómenos corroboram as análises de estudiosos como Wu Rongyuan, Chen Yingzhen e Lin Shuyang sobre a natureza social de Taiwan: Taiwan está a exibir características de uma sociedade dependente. Embora não tenha sido formalmente cedida por meios legais para se tornar uma colónia tradicional, demonstra relações subordinadas pronunciadas na sua arquitetura política, modelo económico e identidade cultural.

A essência da questão de Taiwan é agora bastante clara. Resolver esta questão requer tanto o nosso próprio fortalecimento contínuo como os esforços concertados dos nossos amigos. Acreditamos firmemente que esta questão será, em última análise, devidamente resolvida e que a grande visão do rejuvenescimento da nação chinesa será plenamente realizada.

3.4.4 Campanhas anti-independência de Taiwan, anti-intervenção e movimentos anti-imperialistas e antiguerra no Leste Asiático

- Palestrante: Tsang Ju-Hsing
- Ano: 2025

Agradecemos sinceramente aos organizadores por terem organizado este fórum de intercâmbio do Leste Asiático. O evento do ano passado teve resultados muito significativos. Estamos cientes de que o Japão acelerou recentemente a sua expansão militar, particularmente com a construção de bases de mísseis e depósitos de munições voltados para a China continental nas suas ilhas do sudoeste — incluindo Miyako, Ishigaki e Oita. A justificação do Japão é a “teoria da ameaça chinesa”. Consequentemente, uma tarefa crucial para os ativistas antiguerra no Japão e em Ryukyu é contrariar a “narrativa da ameaça chinesa” do governo japonês. Por isso, é vital que possam visitar a China continental para ouvir diretamente os nossos camaradas continentais e trazer de volta as suas perspectivas. Além disso, eles estão empenhados em estabelecer canais de diálogo com a China continental, começando pelo menos ao nível das bases, substituindo o confronto pela conversa. Após a reunião de intercâmbio do ano passado, os amigos de Ryukyu divulgaram os resultados através de conferências de imprensa e artigos de jornal. Os membros da “Ação Conjunta Contra o Imperialismo e o Neoliberalismo dos EUA e do Japão” organizaram seminários itinerantes para relatar os resultados do intercâmbio. Também produziram uma coleção de relatórios do Fórum Global do Sul para venda no local. Os professores Lü Xinyu, Lin Zheyuan e eu contribuímos com artigos para este volume. Ficaram muito felizes em me informar que todos os exemplares foram vendidos.

As nossas campanhas contra a independência de Taiwan e contra a intervenção em Taiwan têm como alvo principal a intervenção do bloco imperialista EUA-Japão, constituindo uma luta anti-imperialista em sua essência. Ao expandir essa perspectiva para o Leste Asiático, encontramos camaradas no Japão, em Ryukyu e na Coreia do Sul. O nosso adversário comum é o imperialismo dos EUA, e a nossa oposição se concentra na mesma questão: as mobilizações militares dos EUA no Leste Asiático com o objetivo de conter a China. É claro que isto não é um desenvolvimento recente. Tem sido assim desde o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. No entanto, desde que os Estados Unidos iniciaram a sua guerra comercial contra a China em 2018, também pressionaram o Japão, a Coreia do Sul e a região de Taiwan a expandir as suas capacidades militares. Isto não só aumentou as tensões militares, como também causou danos significativos ao bem-estar democrático dos habitantes da região. Isso é algo que sentimos profundamente. Esse senso de urgência difere da mera compreensão teórica ou consciência da situação; é um senso agudo de

urgência que cria as condições para que o movimento ganhe apelo popular. Essa mesma urgência também criou a necessidade de os movimentos anti-imperialistas em Taiwan, Japão, Ilhas Ryukyu e Coreia do Sul fortalecerem a sua solidariedade.

Além disso, como Taiwan ocupa a linha de frente da estratégia de contenção dos Estados Unidos contra a China continental, nos últimos anos temos chamado a atenção de grupos de esquerda e progressistas em todo o mundo. Eles têm nos procurado proativamente, buscando compreender a posição do movimento de esquerda de Taiwan — um passo crucial para sua compreensão abrangente das questões entre os dois lados do Estreito.

Os nossos amigos no Japão e em Ryukyu, ao se oporem à expansão militar do Japão, devem desafiar a “teoria da ameaça chinesa” do governo japonês e a sua retórica de que “a questão de Taiwan é uma questão do Japão”. Eles procuram ouvir vozes de Taiwan que se oponham a essas narrativas. Caso contrário, a grande mídia japonesa retrata Taiwan como fortemente favorável à “teoria da ameaça chinesa” e acolhedora da posição japonesa de que “a questão de Taiwan é uma questão do Japão”.

Quando começámos a tentar articular a nossa posição no exterior, percebemos o quanto pouco tínhamos conquistado em comparação com as forças pró-independência de Taiwan. Além dos Estados Unidos alavancarem o seu poder discursivo global para fabricar retórica antichinesa, o próprio movimento separatista pró-independência publica e promoveativamente literatura pró-independência no Japão e na Coreia do Sul — tudo baseado numa narrativa distorcida da história de Taiwan. As forças independentistas de Taiwan também se envolvemativamente em intercâmbios interpessoais entre nações asiáticas, buscando ampliar sua suposta influência internacional.

Além dos Estados Unidos, o Japão tem um significado particular para as facções pró-independência. Em 2018, elas ergueram a “Torre de Taiwan” no Parque da Paz de Okinawa, com a inscrição da assinatura de Tsai Ing-wen, e organizam anualmente comemorações em Okinawa pelas vítimas taiwanesas da Batalha de Okinawa. Isso visa forjar conexões com os movimentos antiguerre de Okinawa por meio de uma noção distorcida de “paz”.

No entanto, a postura inherentemente de extrema direita da facção “independência de Taiwan” impede qualquer ligação genuína com os movimentos progressistas de Ryukyu. Por exemplo, a inscrição no verso da “Torre de Taiwan” erguida pela facção “independência de Taiwan” em Ryukyu diz: “Em memória dos soldados taiwaneses que sacrificaram as suas vidas nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial. Naquela época, os soldados japoneses e taiwaneses eram compatriotas, partilhando a vida e a morte, a honra e a desgraça.” Esta perspectiva histórica de extrema-direita

está fundamentalmente em contradição com os ideais dos movimentos de esquerda e progressistas do Japão e de Ryukyu.

Além disso, na questão fundamental da oposição às bases militares, a facção independentista de Taiwan apoia as instalações militares dos EUA. Consequentemente, eles só podem adotar uma postura ambígua sobre este assunto.

A situação que enfrentamos levou o nosso movimento de solidariedade anti-imperialista a um novo ponto de viragem. Devemos redobrar os nossos esforços para articular a posição da esquerda taiwanesa sobre as relações entre os dois lados do Estreito e a reunificação. O nosso maior desafio atual reside na forma como o DPP se apresenta, a nível nacional e internacional, como um partido progressista, especialmente no estrangeiro. Como todos reconhecemos o DPP como um partido pró-americano, de extrema-direita e antinacionalista, a maioria de nós tem ignorado este aspecto da construção da sua imagem internacional.

O que é ainda mais absurdo é que as facções de direita em muitos países reconhecem a natureza de extrema direita do Partido Democrático Progressista (DPP), mas as forças de esquerda nessas mesmas nações percebem erroneamente o DPP como um partido progressista ou, pelo menos, relativamente progressista. Quando as forças progressistas na Coreia do Sul e no Japão interpretam erroneamente o DPP como progressista, isso distorce profundamente as suas perspectivas sobre as relações entre os dois lados do Estreito e a questão da reunificação. Ocasionalmente, provoquei os meus amigos japoneses e sul-coreanos, comentando ironicamente que os seus esquerdistas são menos perspicazes do que os seus homólogos de direita, não conseguindo compreender a verdadeira natureza do problema. Yoon Suk-yeol, da Coreia do Sul, procurou o apoio do DPP mesmo antes da sua campanha eleitoral, precisamente porque compreendia o partido; Shinzo Abe, do Japão, durante a sua vida, considerava Lai Ching-te um amigo íntimo, pois também compreendia a verdadeira natureza do DPP.

Em essência, quero enfatizar que a luta comum dos movimentos anti-imperialistas do Leste Asiático é de suma importância, exigindo maior dedicação da nossa parte. Esses amigos também são aliados no nosso movimento de reunificação através do Estreito.

3.4.5 A paz no Nordeste Asiático, a “teoria da contingência de Taiwan” e a aliança militar entre o Japão e os EUA

- Palestrante: SAKODA HIDEFUMI
- Ano: 2024

É importante ressaltar que o governo japonês ainda não cumpriu suas obrigações legais e morais ao realizar um acerto de contas completo com suas responsabilidades durante a guerra. Essa evasão de responsabilidade impede diretamente o processo de reconciliação histórica no Leste Asiático. Como cidadão japonês, expresso meu profundo pesar por essa situação e apresento minhas sinceras desculpas ao povo chinês.

No que diz respeito à posição do governo japonês sobre a questão de Taiwan e a situação na Península Coreana, deve ser claramente afirmado: a questão de Taiwan é um assunto puramente interno da China, e nenhuma força externa pode interferir. O governo japonês tem a obrigação de aderir estritamente aos princípios dos quatro documentos políticos entre a China e o Japão e de defender a política de “Uma só China”. No que diz respeito à questão da Península Coreana, o Japão deve seguir rigorosamente os objetivos da Carta das Nações Unidas e promover o diálogo e a consulta para alcançar a desnuclearização da península e uma paz duradoura.

O governo japonês há muito exagera as chamadas “ameaças nucleares e de mísseis da República Popular Democrática da Coreia” e caracteriza as ações militares da China continental em relação a Taiwan como ameaças à sua segurança nacional. O exemplo mais típico disso é o argumento de que “o incidente do Estreito de Taiwan é um incidente do Japão”, apresentado por Shinzo Abe e Taro Aso. No âmbito do Tratado de Segurança EUA-Japão e da Estratégia Indo-Pacífico, o Japão acelerou os preparativos para a intervenção militar das suas Forças de Autodefesa na Península Coreana, no Estreito de Taiwan e no Mar da China Meridional desde a aprovação das resoluções do gabinete sobre o exercício do direito à autodefesa coletiva em 2015. Antes do final de 2017, a sua retórica centrava-se na “ameaça” da Coreia do Norte, mudando gradualmente após 2018 para a narrativa das “emergências no Estreito de Taiwan”.

O atual panorama de segurança regional apresenta uma cooperação militar multilateral reforçada. No âmbito da Estratégia Indo-Pacífico, os Estados Unidos, o Japão, a Austrália e a Índia estabeleceram o mecanismo de Diálogo Quadrilateral de Segurança, enquanto os Estados Unidos, o Reino Unido e a Austrália formaram a Parceria Trilateral de Segurança. Os Estados Unidos estão simultaneamente empenhados em expandir a sua rede de cooperação militar no Sudeste Asiático. Estas ações visam construir um sistema de alianças militares em vários níveis na região

Ásia-Pacífico, com objetivos estratégicos diretamente direcionados para a China e a Coreia do Norte. É de salientar que o Japão continua a desempenhar um papel fundamental nessas mobilizações militares.

Nos últimos anos, as Forças de Autodefesa do Japão têm avançado persistentemente com reformas militares, priorizando o reforço das capacidades de ataque de longo alcance e o desenvolvimento de forças de reação rápida. Através de exercícios conjuntos com as forças dos EUA, bases militares partilhadas e cooperação em equipamentos e tecnologia avançados, as suas mobilizações militares formaram um sistema multidimensional e pronto para o combate, abrangendo monitorização de inteligência, apoio logístico e operações conjuntas. Estas medidas suscitaram preocupações internacionais sobre a escalada da militarização regional.

As Forças de Autodefesa japonesas estão a acelerar a transformação das suas capacidades militares para a prontidão de combate através da participação em exercícios trilaterais entre os EUA, o Japão e a Coreia do Sul, exercícios conjuntos entre os EUA, o Japão e as Filipinas e exercícios militares multilaterais no âmbito da Estratégia Indo-Pacífico. Notavelmente, o governo japonês está a implementar ativamente o seu quadro de política de segurança, que compreende a Estratégia de Segurança Nacional, a Estratégia de Defesa Nacional e o Plano de Desenvolvimento das Forças de Defesa. Este quadro afirma explicitamente que “para alcançar uma dissuasão eficaz, são necessárias capacidades estratégicas para atacar bases militares inimigas”, juntamente com um plano quinquenal para aumentar as despesas com a defesa para 2% do PIB.

No que diz respeito ao desenvolvimento de armas, o Japão está a fazer a transição de armamentos defensivos para sistemas de armas ofensivos, dando prioridade a aquisições de nível estratégico, tais como mísseis de longo alcance com mais de 1000 quilómetros de alcance e drones de ataque terrestre. De acordo com os planos do Ministério da Defesa, as principais zonas de implantação destas armas abrangem ilhas remotas perto das águas chinesas, incluindo a Ilha Miyako, a Ilha Ishigaki e a Ilha Yonaguni nas Ilhas Ryukyu, bem como Amami Ōshima na província de Kagoshima.

As forças antiguerre no Japão continuam a crescer, exemplificadas pelos protestos contra a militarização das Forças de Autodefesa e a implantação de mísseis iniciados pelos residentes das ilhas Miyako e Ishigaki, em Okinawa. Várias organizações sociais estão a empreender ações sistemáticas contra as políticas de expansão militar, com grupos civis como o “Comité de Mil Pessoas para Parar a Guerra” a lançarem conjuntamente campanhas públicas contra a expansão das bases militares dos EUA, resistindo à inflação do orçamento de defesa e opondo-se à revisão constitucional.

Estas organizações antiguerra afirmam que o governo japonês exagera deliberadamente a “teoria da crise do Estreito de Taiwan” e a “teoria da ameaça à segurança da Península Coreana” para legitimar o reforço da capacidade militar e as alterações ao artigo 9º da Constituição. O seu objetivo é sensibilizar o público para os riscos potenciais das políticas de militarização e promover um consenso social sobre a preservação da paz.

Estamos confiantes de que, por meio da cooperação sustentada entre os governos e os povos da China e do Japão, os conflitos militares podem ser efetivamente evitados e a paz e a estabilidade de longo prazo no Leste Asiático podem ser conjuntamente salvaguardadas.

3.5 Descolonização inacabada e a crise bélica na Ásia Oriental

3.5.1 Descolonização, fim da Guerra da Coreia e paz no Nordeste Asiático

- Palestrante: Kim Dong-choon
- Ano: 2025

Este ano marca o 80º aniversário da derrota do Japão na guerra. No entanto, para a Coreia, a derrota do Japão não anunciou o estabelecimento de um Estado soberano unificado. Em vez disso, deu início à divisão da Península Coreana e a uma guerra trágica. A Guerra da Coreia significou o fracasso da descolonização — o revés no estabelecimento de uma nação soberana unificada — e o advento de uma tragédia para todos os povos da Coreia do Norte e da Coreia do Sul, que transcendeu a opressão, a exploração e a desumanização causadas pelo imperialismo japonês.

Embora a Guerra da Coreia tenha eclodido apenas cinco anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, ela constituiu um conflito internacional de natureza fundamentalmente distinta daquele conflito. Enquanto a Segunda Guerra Mundial foi um conflito entre as Nações Unidas — compostas pela União Soviética e pelas democracias liberais ocidentais — contra o fascismo, incorporando simultaneamente a luta de libertação nacional das colônias contra o imperialismo, a Guerra da Coreia, da perspectiva da Coreia do Norte, que iniciou as hostilidades, possuía o caráter de uma luta anticolonial para se livrar do imperialismo japonês. No entanto, à medida que a Guerra Fria entre o Oriente e o Ocidente se intensificava, a dimensão do confronto entre os EUA e a União Soviética sobreposta-se, transformando-a num conflito composto. Ela evoluiu de uma guerra civil para uma guerra internacional.

Os estudiosos da política denominaram este conflito de “substituto funcional da Terceira Guerra Mundial” ou “manifestação deformada da Terceira Guerra Mundial”. Simultaneamente, incorporou parcialmente a luta anticolonial posteriormente ligada à Guerra do Vietname, bem como a natureza de um ato de abertura para a “guerra de baixa intensidade” do Terceiro Mundo.

Documentos soviéticos desclassificados após a década de 1990 confirmaram que a Guerra da Coreia, que eclodiu em 25 de junho de 1950, resultou da doutrina de unificação pela força de Kim Il-sung e Pak Hyon-yong. No entanto, isso só se tornou possível com a autorização de Stalin ao pedido de apoio de Kim Il-sung e o apoio ativo de Mao Zedong, da China.

Os Estados Unidos caracterizaram a agressão da Coreia do Norte como uma “ação policial” e interviveram imediatamente. O presidente Truman enquadrhou o conflito como uma luta entre a “liberdade” e a “escravidão comunista”, demonizando o

comunismo. No entanto, o objetivo mais crucial e substantivo dos Estados Unidos ao envolver-se foi “defender o Japão”. Washington temia que tolerar a agressão norte-coreana desencadeasse um efeito dominó global de revoltas antiamericanas. As origens da teoria do dominó — a justificação para a intervenção americana — não se encontram na Guerra do Vietname, mas no conflito coreano.

Em última análise, a Guerra da Coreia teve origem no acordo pós-guerra em torno da derrota do Japão — especificamente, nos reveses e fracassos do processo de descolonização. A divisão e ocupação entre os EUA e a União Soviética escalaram para uma guerra civil na Coreia do Sul, que depois se transformou numa guerra entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. Este conflito voltou mais rígidos e entrincheirou ainda mais os dois sistemas, causando reveses e atrasos na agenda de descolonização da Coreia.

2. História do Leste Asiático e a sequência de massacres

As maiores vítimas da Guerra da Coreia foram, sem dúvida, os povos coreanos do Norte e do Sul. Mais de três milhões de civis e militares de ambas as Coreias morreram, juntamente com centenas de milhares de soldados chineses e dezenas de milhares de soldados americanos. Crucialmente, este conflito foi caracterizado por massacres em grande escala.

Devemos compreender esta guerra no contexto histórico dos massacres no Leste Asiático. A implementação de massacres pelo Japão no Leste Asiático começou com a repressão da revolta camponesa Donghak na Coreia, no final do século XIX. Este massacre esteve ligado aos massacres durante o Movimento 1º de Março de 1919, aos massacres contra as bases da independência coreana na Manchúria e ao Massacre de Nanquim. Os massacres durante a Guerra da Coreia encaixam-se precisamente nesta “sequência”, ligando-se posteriormente à Guerra do Vietname e aos massacres na Indonésia. O legado colonial e violento que o Japão deixou na Coreia e nas nações asiáticas vizinhas — incluindo a já mencionada Unidade 731 de experiências em seres humanos — foi, através da Guerra da Coreia, ignorado sem o devido reconhecimento.

3. Após o Armistício: Beneficiários da Guerra e Divisão Entrincheirada

O armistício de 1953 encerrou a guerra, mas as suas repercussões mantiveram a Coreia do Norte e a Coreia do Sul em estado de guerra por mais de setenta anos, aproximando-se dos oitenta.

O renascimento do Japão:

O Japão emergiu como o maior beneficiário deste conflito. Os Estados Unidos celebraram o Tratado de São Francisco com o Japão durante a guerra. Este processo

acabou por se tornar o catalisador da reintegração do Japão na ordem internacional e da sua ascensão como aliado dos EUA. Consequentemente, as responsabilidades coloniais do Japão foram posteriormente reformuladas como questões diplomáticas bilaterais entre a Coreia e o Japão ou tratadas de forma ambígua. Através da procura especial gerada pela Guerra da Coreia, o Japão recuperou as suas perdas da Segunda Guerra Mundial e emergiu rapidamente como uma potência económica. O chamado “Sistema 55” também retirou uma força considerável da Guerra da Coreia.

A ascensão da China:

A China também emergiu como beneficiária. Menos de um ano após a revolução de 1949, entrou no conflito, confrontando a nação mais poderosa do mundo, os Estados Unidos, elevando assim a sua posição internacional. Este foi um momento crucial que permitiu à China liderar o Movimento dos Países Não Alinhados em 1955 e emergir como uma força dominante no Terceiro Mundo.

O reforço da hegemonia americana:

Sem dúvida, o maior beneficiário foi os Estados Unidos. Apesar do frenesi mccarthista que antecedeu a guerra, o conflito estabeleceu formalmente o “complexo militar-industrial” americano e reforçou o seu aparato anticomunista de direita interno. Além disso, sem a guerra, Taiwan provavelmente teria sido unificada pela China sem a intervenção da Sétima Frota dos EUA. Consequentemente, este conflito cimentou a estrutura da Guerra Fria em toda a Ásia Oriental e, na verdade, em todo o mundo.

4. A ordem atual do Leste Asiático e a crise da paz

A natureza e o significado do fim da Guerra da Coreia devem ser reexaminados. Através de reuniões com Kim Jong-un, incluindo a Cimeira de Hanói de 2019, o presidente dos EUA, Trump, sinalizou brevemente a vontade de emitir uma declaração que pusesse fim à guerra, dependendo do desmantelamento das instalações nucleares da Coreia do Norte. No entanto, esta iniciativa foi posteriormente sufocada pelos linha-dura domésticos, levando ao colapso das negociações e expondo a falta de compromisso genuíno dos Estados Unidos com a paz na Península Coreana.

O ex-presidente Trump recentemente sinalizou interesse durante sua visita à APEC na Coreia do Sul, estendendo propostas de reunião a Kim Jong-un. A Coreia do Norte, no entanto, permaneceu indiferente. Tal comportamento reflete menos uma busca genuína pela paz por parte dos Estados Unidos do que o complexo de herói pessoal de Trump ou suas tendências isolacionistas.

A principal ameaça ao regime de paz do Leste Asiático continua sendo a divisão da península e o estado de guerra. Isso vai além de uma corrida armamentista, impactando diretamente o colapso da equidade social, a redução do bem-estar, a pobreza e o desemprego em vários países do Leste Asiático, incluindo Coreia do Sul, Japão e região de Taiwan. O prolongado regime anticomunista oprime as populações domésticas. Essa interação com contradições internas deve ser reconhecida ao abordar as questões do Sul Global.

Além disso, a ascensão da China evoca um receio histórico entre os coreanos. Assombrada pelas memórias das relações tributárias com a China ao longo dos últimos 500-1000 anos, a Coreia do Sul encontra-se numa posição extremamente difícil entre os Estados Unidos e a China.

5. Conclusão: Transição para Estados normais

Na Ásia Oriental, a Coreia do Sul, Taiwan, Coreia do Norte e até mesmo o Japão ainda não se estabeleceram totalmente como “Estados normais” desde a Segunda Guerra Mundial. Eles mantêm certas características de “Estados deficientes”, possivelmente ainda em processo de formação.

No entanto, a ordem da Guerra Fria mudou para um sistema neoliberal. Estabelecer “estados normais” hoje em dia já não implica apenas replicar as nações soberanas do século XIX, mas sim libertar-se das amarras do imperialismo e do anticomunismo que mergulharam o Leste Asiático do século XX na tragédia.

Se a Coreia do Norte e a Coreia do Sul fizessem a transição para um regime de paz, servindo como zona tampão entre os Estados Unidos e a China, isso teria efeitos positivos não só para a península coreana, mas para a paz na Ásia Oriental como um todo. Assim, a questão do fim da Guerra da Coreia vai além da paz regional e está interligada com a transformação da ordem global.

No contexto do século XXI, é hora de repensar as questões da descolonização, da guerra e da paz.

3.5.2 A crise de guerra no Leste Asiático e a construção de uma frente anti-imperialista

- Palestrante: Kim Daebong
- Ano: 2024

A formação da “NATO do Nordeste Asiático” e as suas mobilizações militares sublinham a gravidade da crise de guerra no Nordeste Asiático. Esta aliança cristalizou-se na sequência da Declaração de Camp David de agosto de 2023 entre os EUA, o Japão e a Coreia do Sul, que estabeleceu um acordo de “princípio de defesa coletiva” ao estilo da NATO. Posteriormente, em dezembro de 2023, foi ativado um sistema de partilha de informações de alerta precoce em tempo real sobre mísseis para a Coreia do Norte. Em junho de 2024, exercícios militares conjuntos multidomínio ao estilo da OTAN, denominados “Freedom Edge”, tornaram a aliança operacionalmente capaz. Os exercícios “Freedom Edge 2”, realizados de 13 a 15 de novembro de 2024, sinalizaram ainda mais que a guerra no Nordeste Asiático era iminente. Em abril de 2024, os Estados Unidos, o Japão, as Filipinas e a Austrália realizaram exercícios militares conjuntos com o nome de código “Maritime Cooperation Activities” no Mar da China Meridional. Na cimeira subsequente em Washington entre os EUA, o Japão e as Filipinas, as quatro nações estabeleceram formalmente um mecanismo de coordenação estratégica. O seu objetivo principal é construir um sistema de ligação estratégica entre Okinawa, no Japão, a região de Taiwan e o arquipélago filipino para impedir o acesso da China à região do Pacífico. O Japão e as Filipinas assinaram o Acordo de Acesso Recíproco (RAA) em julho do mesmo ano, realizando o seu primeiro exercício militar conjunto no Mar da China Meridional em agosto. Em 15 de outubro de 2024, as quatro nações, juntamente com o Reino Unido e a França, realizaram exercícios marítimos conjuntos em grande escala, dotando o mecanismo de capacidade operacional. De janeiro a outubro de 2024, os exercícios militares conjuntos entre os EUA e a Coreia do Sul ultrapassaram 130 ocasiões. Notavelmente, o exercício conjunto “Iron Wolf's Fang”, de 30 de julho a 1 de agosto de 2024, incluiu preparativos para um “ataque preventivo” contra a Coreia do Norte. Além disso, os Estados Unidos planejam destacar uma Força-Tarefa Multidomínio (MDTF) no Japão. Esta força é composta por unidades de combate terrestre, mísseis, guerra eletrônica e veículos aéreos não tripulados, com a bateria de mísseis Typhoon e o batalhão de mísseis hipersónicos sob o seu comando.

Os potenciais gatilhos para um conflito no Leste Asiático e no Pacífico Ocidental são múltiplos, com especial vigilância necessária contra as maquinações da administração de Yoon Suk-yeol em relação à “lei marcial” e ao “golpe de Estado”. A administração reativou uma organização militar dissolvida no final de 2016 para redigir “documentos de lei marcial”, instalando membros de sua facção privada, a

"facção Chung-rock", em posições-chave relacionadas à implementação da lei marcial. Em outubro de 2024, provocaram conflitos localizados através de incursões com drones, exercícios de tiro com armas pesadas e exercícios com lançadores múltiplos de foguetes contra a Coreia do Norte. Simultaneamente, dentro da Coreia do Sul, desencadearam uma onda de repressão contra a opinião pública anti-Yoon, tentando impor a "lei marcial para a guerra". Confrontado com índices de aprovação de um dígito e escândalos de corrupção, Yoon respondeu orquestrando o plano da "lei marcial para a guerra". Em 30 de agosto de 2024, foram realizadas rusgas simultâneas nas residências do Partido Democrático Popular, do Partido Democrático e de famílias de ex-presidentes. Isto foi interpretado como um "sinal de opressão fascista" e um indicador significativo de uma iminente "lei marcial" e de um "golpe de Estado por parte de comparsas". Caso eclodisse uma guerra entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte, seguir-se-ia inevitavelmente um conflito no Estreito de Taiwan, tornando os dois cenários intrinsecamente ligados.

No panorama internacional atual, o campo anti-imperialista e o campo imperialista apresentam disparidades marcantes em termos de moral, força e posicionamento estratégico. O campo anti-imperialista defende os princípios do "antifascismo, libertação e reunificação" – uma causa justa. Por outro lado, os pretextos do campo imperialista para a guerra há muito que se revelaram falhos devido às suas contradições lógicas inerentes. A força do campo imperialista está diminuindo constantemente. Por exemplo, a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos EUA está acelerando suas divisões internas e enfraquecimento. Ao mesmo tempo, as forças pró-americanas na Europa Oriental, Ásia Ocidental e Pacífico Ocidental estão enfrentando crises políticas cada vez mais graves, enquanto as crises econômicas e de subsistência nas nações imperialistas europeias continuam se aprofundando. Em contrapartida, o campo anti-imperialista está gradualmente a formar uma poderosa frente unida. As suas forças centrais incluem a Coreia do Norte, a China e a Rússia — armadas com bombas de hidrogénio e mísseis hipersónicos —, juntamente com o Irão, uma grande potência em termos de mísseis. As forças de apoio são constituídas pelos povos do "Arco da Resistência", da Ásia, da América Latina e de África, bem como pelos movimentos antiguerra e pela paz dentro das próprias nações imperialistas.

O campo imperialista emprega forças pró-americanas como representantes na guerra, confinando os conflitos a regiões específicas distantes de suas pátrias. Eles travam uma guerra híbrida não nuclear por meio de batalhas localizadas em três frentes. Em contraste, o campo anti-imperialista se envolve diretamente em guerras defensivas perto de seus próprios territórios. Simultaneamente, demonstra capacidade de conduzir guerras em solo americano. Por exemplo, em 25 de setembro, a China realizou publicamente o seu primeiro teste de míssil balístico

intercontinental no Pacífico em 44 anos. A Rússia conduziu exercícios nucleares estratégicos em 29 de outubro. A Coreia do Norte testou o seu mais recente míssil balístico intercontinental, o Hwasong-19, em 31 de outubro. Essas ações emitiram um aviso de Destruição Mútua Assegurada (MAD) aos Estados Unidos – um aviso solene da Coreia do Norte, China e Rússia exigindo a não intervenção americana nos assuntos regionais.

A estratégia final do campo imperialista reside em orquestrar uma Terceira Guerra Mundial para difamar as forças centrais do bloco anti-imperialista — Coreia do Norte, China, Rússia, Irão e outros — como um “novo eixo de agressão”. Procura alcançar a vitória final no âmbito de uma “nova Guerra Fria”, escapando assim à sua crise abrangente. No entanto, esta estratégia está condenada ao fracasso. As derrotas militares contínuas da Ucrânia e a operação militar de Israel contra o Irão em 26 de outubro, que não conseguiu prosseguir como planejado e resultou em uma situação difícil, ressaltam esse ponto. Se o campo imperialista iniciar uma guerra no Leste Asiático e no Pacífico Ocidental, inevitavelmente enfrentará a derrota.

Atualmente, consolidar a frente unida internacional contra a hegemonia tornou-se uma tarefa estratégica crucial. Olhando para trás na história, a vitória da aliança antifascista global durante a Segunda Guerra Mundial proporcionou uma experiência inestimável para o desenvolvimento da sociedade humana. No Nordeste Asiático, as populações militares e civis da União Soviética, China e Coreia do Norte lutaram em conjunto, acabando por esmagar as forças invasoras militaristas japonesas e escrevendo um capítulo importante na história. É digno de nota que o modelo de cooperação internacional formado durante a Segunda Guerra Mundial, com as potências fascistas do Eixo como inimigo comum, contém lições para a construção de um sistema internacional anti-hegemônico contemporâneo.

Fundada em Paris em outubro de 2022, a Plataforma Anti-Imperialista Mundial tem empreendido lutas multirregionais sustentadas centradas em três missões principais: fortalecer a luta anti-imperialista internacional, erradicar ideologias oportunistas pró-imperialistas e promover o movimento unido das forças progressistas. Em 5 de outubro de 2024, a Plataforma coorganizou o simpósio internacional “Guerra Mundial e a Missão das Forças Anti-imperialistas” com a Organização do Partido Trabalhista da Região de Taiwan. Este evento avaliou sistematicamente os riscos potenciais de uma Terceira Guerra Mundial e o panorama geopolítico de segurança do Leste Asiático, demonstrando cientificamente a inevitabilidade histórica e a necessidade prática de fortalecer a frente unida internacional contra o imperialismo.

Aderimos firmemente ao caminho do desenvolvimento pacífico, mas não temos medo das ameaças de guerra. Para conter eficazmente os riscos de guerra e salvaguardar a paz regional, devemos exercer a paciência estratégica necessária e empregar plenamente todos os meios legais. Se as forças hegemónicas persistirem em provocar conflitos, devemos pôr rapidamente fim às hostilidades com determinação resoluta e máxima eficácia. À luz da evolução objetiva do panorama de segurança do Leste Asiático, as forças anti-imperialistas internacionais precisam urgentemente de uma coordenação estratégica mais profunda e do estabelecimento de mecanismos de ação conjunta inter-regionais. Em essência, enquanto nos esforçamos para evitar crises de guerra, devemos construir sistematicamente um sistema de defesa abrangente e mecanismos de mobilização social para combater o aventurismo militar imperialista.

A questão de Taiwan é um assunto puramente interno da China. Alcançar a reunificação nacional completa não diz respeito apenas à soberania e integridade territorial da China, mas representa também a nobre aspiração e causa justa de todo o povo chinês. Acreditamos firmemente que a reunificação completa através do Estreito de Taiwan será inevitavelmente realizada à medida que o processo histórico avança. A “Plataforma Anti-Imperialista Mundial” erguerá bem alto os slogans “Trabalhadores do mundo, uni-vos!” e “Os povos unidos jamais serão vencidos!” Continuaremos a inovar e a fortalecer a frente anti-imperialista dos povos da Ásia Oriental e do mundo, lutando incansavelmente pelo dia da vitória. A causa da autodeterminação e libertação dos povos é justa, e o triunfo da sua luta está cientificamente assegurado. As lutas justas dos povos do mundo, incluindo da Ásia, pela autodeterminação, paz, libertação e unidade alcançarão inevitavelmente a vitória!

3.5.3 As limitações do pragmatismo sul-coreano

- Palestrante: Song Dae-han

- Ano: 2025

Este discurso reflete principalmente sobre como os movimentos de esquerda e progressistas da Coreia do Sul devem perceber a administração de Lee Jae-myung. Também espero ajudar a decifrar a lógica subjacente à política sul-coreana e traçar as origens das suas inúmeras complexidades. No seu cerne está a questão inacabada da libertação nacional — primeiro contra o fascismo japonês, depois da ocupação americana. Acredito que esses fatores são cruciais para compreender a paz e a segurança no Nordeste Asiático.

Atualmente, vários meios de comunicação sul-coreanos estão a elogiar o “pragmatismo” do presidente Lee Jae-myung, afirmando a sua gestão eficaz da guerra tarifária de Trump e a redução bem-sucedida da taxa tarifária recíproca da Coreia do Sul de 25% para 15%. A administração de Lee Jae-myung apresentou uma proposta MAGSA para “Tornar a Construção Naval Americana Grande Novamente” e presenteou Trump com uma réplica de uma coroa dourada da dinastia Silla, aparentemente demonstrando a astúcia de Lee como político.

No entanto, hoje, gostaria de examinar as origens do pragmatismo de Lee Jae-myung, as suas limitações e até mesmo os perigos que pode acarretar. Atualmente, parecemos obrigados a escolher entre enfrentar a guerra tarifária de Trump ou regressar à era pré-Trump da globalização capitalista. Em resposta, proponho uma iniciativa alternativa: o apelo recentemente lançado na “People's Summit Against APEC 2025 and Trump” para lançar uma luta global em defesa da justiça, do desenvolvimento e da sustentabilidade, opondo-se resolutamente às políticas egoísticas e destrutivas de Trump. Embora as capacidades de Lee Jae-myung como político possam ser louváveis, o seu pragmatismo não pode resolver a crise atual e pode até mesmo aprofundar as suas ameaças. Somente movimentos e partidos progressistas comprometidos com a paz, a justiça e a sustentabilidade podem traçar o nosso caminho a seguir.

Vale a pena notar que a administração de Lee Jae-myung chegou ao poder após meses de protestos, depois que o presidente Yoon Suk-yeol sofreu um impeachment. O mundo testemunhou os coreanos a saírem corajosamente às ruas para se oporem ao decreto de lei marcial do presidente Yoon. No entanto, as notícias não mencionam que, oito anos antes, a presidente Park Geun-hye enfrentou protestos e um impeachment semelhantes, o que subsequentemente trouxe à Coreia um período de desânimo e desilusão. O sistema eleitoral da Coreia do Sul essencialmente obriga os

eleitores a escolher entre o conservador Partido do Poder Popular e o progressista Partido Democrata. Essa estrutura, estabelecida em 1987, efetivamente torna nulos e sem efeito os votos para qualquer terceiro partido devido à ausência de um segundo turno eleitoral.

Há oito anos, após a saída de Park Geun-hye, o governo do Partido Democrático de Moon Jae-in foi eleito com uma plataforma de reformas sociais radicais. Embora o presidente Moon se apresentasse como um centrista progressista, o seu mandato foi marcado por incompetência, indecisão e tentativas fracassadas de reforma, provocando uma profunda desilusão política entre os sul-coreanos — um fenômeno apelidado de “trauma de Moon Jae-in”. A Revolução das Velas derrubou pacificamente a corrupta presidente Park Geun-hye, mas o governo seguinte não conseguiu lutar por uma Coreia mais justa e habitável. O fervor do público resultou apenas em mais cinco anos de fracasso. Este trauma impulsionou Yoon Suk-yeol ao poder e moldou o “conservadorismo moderado” e o pragmatismo de Lee Jae-myung.

O anterior governo de Yoon estava obcecado em posicionar a Coreia do Sul como um “pivô avançado” na arquitetura de segurança global dos Estados Unidos. Posteriormente, o governo de Lee Jae-myung prometeu uma política externa mais equilibrada, centrada nos interesses nacionais da Coreia do Sul. No entanto, como revelado pelo recente acordo do governo de Lee com Trump, o suposto pragmatismo de Lee continua a prender a Coreia do Sul à trajetória imperialista dos Estados Unidos, tornando-a um peão numa nova Guerra Fria destrutiva.

Neste recente acordo entre os EUA e a Coreia do Sul, o governo sul-coreano comprometeu-se a investir 350 mil milhões de dólares nos Estados Unidos, excedendo 80% das reservas em dólares da Coreia do Sul. Deste montante, 150 mil milhões de dólares serão investidos em estaleiros navais americanos para ajudar os EUA a expandir as suas capacidades navais e a reforçar a sua capacidade de destacar navios de guerra a nível global. A administração de Lee Jae-myung também apregoa o seu acordo com os EUA para adquirir submarinos nucleares, o que sem dúvida intensifica a pressão de uma corrida armamentista na península. Além disso, os EUA monitorarão as armas e equipamentos que vendem, determinando até mesmo o seu uso final. Isso efetivamente vincula ainda mais as forças armadas sul-coreanas aos EUA, em vez de aumentar a sua autonomia. Além disso, o investimento restante de US\$ 200 bilhões incorporará a capacidade industrial da Coreia do Sul (principalmente em semicondutores) à economia dos EUA, aprofundando a dependência estrutural dos Estados Unidos. Embora o governo sul-coreano vá usar fundos públicos para investir em empresas coreanas que produzem e lucram nos EUA, isso pouco contribuirá para criar empregos ou proporcionar benefícios sociais aos seus próprios cidadãos.

Em última análise, o pragmatismo de Lee Jae-myung não produziu nenhum progresso substancial em relação aos nossos desafios urgentes. O que é oferecido com a mão esquerda é prontamente retirado com a direita. Por exemplo, ao mesmo tempo que promete expandir a energia renovável doméstica, o seu governo planeia construir mega centros de dados com elevado consumo de energia, numa tentativa imprudente de competir na área da inteligência artificial; ao mesmo tempo que proclama que a paz é inestimável, procura transformar a Coreia do Sul no quarto maior exportador de armas do mundo.

Atualmente, a Coreia do Sul permanece presa numa oscilação fútil entre partidos conservadores e liberais, ambos profundamente arraigados em conglomerados empresariais e relutantes em se desligar da aliança EUA-Coreia do Sul. Pode-se perguntar: o que está por trás desse impasse democrático e político? Eu defendo que a resposta é, em primeiro lugar, que, devido à intervenção americana, a Coreia não conseguiu alcançar a libertação nacional completa do domínio colonial japonês, deixando políticos colaboracionistas ainda no poder internamente. O cenário da Guerra Fria que se seguiu cimentou ainda mais o domínio das facções pró-americanas e pró-japonesas na Coreia do Sul. Um exemplo recente disso foi o candidato presidencial conservador do Partido do Poder Popular, Kim Moon-soo, que apoiou abertamente a declaração de lei marcial de Yoon Suk-yeol, mas ainda assim obteve 41% dos votos na última eleição presidencial. O impacto da estrutura da Guerra Fria na Coreia do Sul foi a criação de uma nação caracterizada por um anticomunismo arraigado e uma dependência estrutural dos Estados Unidos. Consequentemente, o panorama político da Coreia do Sul oferece efetivamente apenas opções conservadoras (Partido do Poder Popular) e conservadoras moderadas (Partido Democrático), sem nenhuma alternativa genuína. Para quebrar este impasse, é necessária uma democratização mais profunda, como exemplificado pelas recentes propostas de reforma constitucional que surgiram dos protestos contra a lei marcial, que visam conceder aos cidadãos o direito de iniciar legislação perante a Assembleia Nacional.

O objetivo da nossa luta é libertar-nos das mentalidades da Guerra Fria, oferecer alternativas capazes de melhorar a vida da maioria e construir movimentos sociais que inspirem as massas — uma tarefa que não é apenas dos movimentos sociais da Coreia do Sul, mas também o caminho enfrentado por muitas organizações de movimentos nacionais em todo o mundo. Os nossos objetivos não podem ser alcançados contando com o Partido Democrata, mas sim através da luta de partidos e movimentos progressistas independentes. O atual sentimento anti-Trump na sociedade sul-coreana pode criar uma oportunidade para substituirmos o pragmatismo de Lee Jae-myung por um movimento genuíno de reforma e mudança social.

Durante a recente Cimeira de Líderes da APEC 2025 em Gyeongju, os movimentos de esquerda e progressistas da Coreia do Sul deram o pontapé inicial. Os protestos que organizámos opuseram-se não só às guerras tarifárias de Trump, mas também à natureza fechada da cimeira da APEC, dominada exclusivamente pelos interesses das empresas multinacionais. A nossa voz também criticou implicitamente o pragmatismo de Lee Jae-myung.

O pragmatismo de Lee Jae-myung não pode alcançar a paz e a segurança no Nordeste Asiático. Em vez disso, precisamos de um movimento social global que defenda a visão de um mundo justo e sustentável. A luta contra Trump fornece-nos um ponto de partida. Portanto, como parte do movimento popular internacional que se opõe à APEC 2025 e a Trump, os movimentos sociais sul-coreanos e organizações como a Assembleia Popular Internacional apelam às pessoas em todo o mundo para que lancem protestos em 20 de janeiro de 2026 – o primeiro aniversário da tomada de posse de Trump – para se oporem coletivamente às suas ações e políticas destrutivas.

3.6 Combater o esquecimento: salvaguardar a memória da cooperação internacional e da vitória comum

3.6.1 A construção narrativa da guerra antifascista na historiografia ocidental e a necessidade de defender a frente oriental

• Palestrante: Matthew Read

• Ano: 2025

Bom dia. Fui convidado para falar brevemente sobre como a guerra antifascista global é retratada na historiografia ocidental, por que o revisionismo na história ocidental está se intensificando hoje e quais insights a importância da Frente Oriental oferece para o nosso presente.

I. A narrativa ocidental

Na historiografia ocidental, a Guerra Mundial Antifascista — ou, como é chamada no Ocidente, a “Segunda Guerra Mundial” — começou em 1 de setembro de 1939, o dia em que a Alemanha fascista invadiu a Polónia. Como vários oradores anteriores já observaram hoje, a escolha desta data é inicialmente desconcertante, dado que numerosos atos de guerra significativos ocorreram antes de 1939. Por exemplo:

a ocupação japonesa da Manchúria em setembro de 1931; a invasão italiana da Etiópia em 1935; o golpe instigado pelos fascistas que desencadeou a Guerra Civil Espanhola em 1936; a invasão em grande escala da China pelo Japão em 1937; a anexação da Checoslováquia pela Alemanha em 1938; e a agressão do Japão contra a República Popular da Mongólia no verão de 1939.

Por que razão os historiadores ocidentais marginalizam deliberadamente a Frente Oriental? Por que razão estes eventos são meramente categorizados como “conflitos menores que antecederam a Grande Guerra”?

É claro que o eurocentrismo desempenha um papel significativo nesta percepção distorcida. No entanto, isso ainda não explica por que razão a ocupação alemã da Checoslováquia ou a Guerra Civil Espanhola não são consideradas pelos historiadores ocidentais como os pontos de partida da Segunda Guerra Mundial.

Pistas para compreender esta questão podem ser encontradas numa resolução do Parlamento Europeu aprovada em 2019 e reafirmada este ano, em fevereiro de 2025, intitulada “A importância da memória europeia para o futuro da Europa”. Nesta resolução, encontramos a seguinte declaração:

“... Em 23 de agosto de 1939, a União Soviética comunista e a Alemanha nazista assinaram o Pacto Molotov-Ribbentrop, um tratado de não agressão com protocolos secretos, dividindo a Europa e os territórios dos Estados independentes entre esses dois regimes totalitários e demarcando as suas respectivas esferas de influência. Isso abriu caminho para a eclosão da Segunda Guerra Mundial.”

Aqui, observamos um perigoso revisionismo histórico em ação: a União Soviética é rotulada como cúmplice da agressão fascista, em vez de ser reconhecida como sua vítima. A resolução não oferece um único exemplo de reflexão autocrítica sobre os anos de conluio e negociação entre as potências ocidentais e a Alemanha fascista. A UE simplesmente apagou da história o papel fundamental que o capital americano desempenhou na construção da indústria pesada da Alemanha durante a década de 1930, juntamente com o facto de o governo britânico ter permitido a expansão naval maciça da Alemanha nazista por meio de um acordo unilateral em 1935. Os protestos da União Soviética contra o Acordo de Munique de 1938 e os seus esforços para ajudar a Checoslováquia a resistir à agressão de Hitler parecem nunca ter ocorrido. Para eles, a guerra começou em 1939, com dois “regimes totalitários” como principais culpados.

O que observamos aqui é a historiografia ocidental a tentar obscurecer a verdade da guerra antifascista global e encobrir a cumplicidade ocidental na ascensão do fascismo. Eles criaram uma narrativa que retrata a “democracia ocidental” como a antítese do “fascismo e comunismo totalitários” do século XX. É precisamente esta narrativa histórica que sustenta as linhas de batalha autopropagandas pelo Ocidente entre “democracia e despotismo”.

Se rejeitarmos essa narrativa e situarmos adequadamente a Frente Oriental dentro do seu contexto histórico, chegaremos a conclusões totalmente diferentes. Podemos discernir um fio condutor coerente ao longo da década de 1930, revelando a verdadeira natureza dessa guerra: potências imperialistas deliberadamente redividindo o mundo entre si. O Japão e a Alemanha — como recém-chegados à expansão colonial — procuraram garantir o seu “lugar ao sol” escravizando a Ásia Oriental e a Europa Oriental e conquistando colônias dos seus rivais imperialistas. Simultaneamente, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França esforçaram-se por preservar as suas próprias colônias, explorando, sempre que possível, o fascismo como um proxy para atacar a União Soviética socialista e os movimentos de libertação nacional em todo o mundo.

Assim, foram, na verdade, as contradições inerentes ao capitalismo — e não os “regimes totalitários” — que “abriram caminho para a eclosão da Segunda Guerra Mundial”. E foram a União Soviética e o povo chinês — sob a liderança do seu Partido Comunista — que assumiram a maior responsabilidade e os maiores custos na libertação do mundo do fascismo.

II. A intensificação do revisionismo histórico contemporâneo

Esta verdade enfrenta agora um ataque feroz no Ocidente. Em toda a Europa Oriental, assistimos a grupos locais, incitados pelos meios de comunicação financiados pelos EUA, a vandalizar e desmantelar centenas de monumentos antifascistas do Exército Vermelho. Simultaneamente, forças fascistas que colaboraram com a Wehrmacht alemã, como os seguidores de Bandera na Ucrânia, estão a ser reabilitadas como combatentes pela liberdade. A União Europeia é um dos principais impulsionadores deste revisionismo histórico, uma vez que financia vários projetos destinados a desacreditar a histórica luta antifascista dos comunistas da Europa Oriental.



Deixem-me citar vários exemplos de Berlim. Como mencionado esta manhã, Berlim foi um dos últimos campos de batalha na Europa durante a guerra antifascista. Desde 2022, as autoridades proibiram a exibição de símbolos soviéticos no Dia da Liberdade, 8 e 9 de maio. À esquerda, podem ver a polícia alemã em cima de uma pilha de jornais confiscados à entrada do memorial da vala comum dos soldados do Exército Vermelho. Isto porque a capa apresentava aquela famosa fotografia — soldados do Exército Vermelho a hastear a bandeira soviética no topo do edifício do Reichstag. As autoridades proibiram a exibição desta bandeira no memorial, enquanto as bandeiras da NATO e da Ucrânia foram autorizadas a hastear. À direita, observamos o monumento outrora dedicado às mulheres de conforto — mulheres forçadas à escravidão sexual pelo Império Japonês — que ficava em frente à Embaixada do Japão em Berlim antes de ser desmontado pelas autoridades em outubro. Vemos uma faixa de protesto com os dizeres: “Por que o Monumento da Paz está a ser desmontado em uma era de guerra e fascismo?” Esse é o cerne da questão: por que isso está a acontecer? Por que as nações ocidentais nutrem tanto medo do legado antifascista?

Esses desenvolvimentos devem ser entendidos dentro do contexto discutido anteriormente pelos palestrantes anteriores neste fórum: o ressurgimento do militarismo. Assim como no Japão, estamos agora a testemunhar o renascimento do

militarismo alemão. A OTAN está a se preparar para a guerra, e o governo alemão não faz segredo disso. Boris Pistorius, ministro da Defesa do Partido Social-Democrata Alemão, estabeleceu explicitamente 2029 como o ano em que a Alemanha deve estar preparada para a guerra. Eles estão a repetir a narrativa já bem conhecida de 1914 e 1933: “A Europa está a ser forçada à militarização. Temos de defender a nossa soberania contra a Rússia.”

Em última análise, estamos a assistir à mesma dinâmica das duas guerras mundiais anteriores: as nações imperialistas estão a tentar manter a sua ordem mundial exploradora. As nações que se interpõem no caminho – seja a Rússia, a China, a Palestina, o Irão ou a Venezuela – são desumanizadas, rotuladas como “totalitárias” ou “terroristas” e, em seguida, atacadas. Basta olhar para o que resta de Gaza para compreender até onde os Estados da OTAN estão dispostos a ir.

III. O significado crucial da Frente Oriental

No contexto dos preparativos da OTAN para a guerra, devemos reconhecer claramente quem são os agressores e quem representa a paz e o progresso no mundo. Para defender a verdade, devemos defender o significado histórico da Frente Oriental na guerra antifascista global.

A China foi a primeira nação a resistir à agressão fascista. O povo chinês travou uma luta resoluta e sangrenta que durou catorze anos, culminando numa grande vitória em 1945. Para nós, europeus, é crucial lembrar que, sem os esforços heróicos do povo chinês para conter e derrotar o imperialismo japonês na Frente Oriental, a vitória soviética e a nossa libertação do fascismo teriam sido impossíveis.

O Partido Comunista da China e o Partido Comunista da União Soviética compreenderam profundamente a interligação das diferentes frentes na guerra. Compreenderam a unidade da luta anti-imperialista.

Mais significativamente, compreenderam a ligação fundamental entre a libertação nacional e a libertação social: ao unirem a ideologia patriótica progressista e popular com o internacionalismo, foram capazes de mobilizar as massas e derrotar a ideologia supremacista dos imperialistas em todas as frentes.

Esta é a tradição que devemos manter e defender hoje, protegendo-a da erosão do revisionismo histórico.

3.6.2 A colaboração esquecida

- Palestrante: Lu Tonglin

- Ano: 2025

Esta colaboração ocorreu precisamente no início da Guerra Fria, mas o conflito ideológico cada vez mais intenso apagou o registo histórico da primeira cooperação bem-sucedida entre o governo dos EUA e o Partido Comunista Chinês. Surpreendentemente, esta colaboração foi fundada precisamente com base no seu conflito ideológico.

Nos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos, dois conjuntos relativamente completos de registos históricos permanecem adormecidos. Do final de setembro de 1944 ao início de abril de 1945, membros do Grupo de Observadores Militares dos EUA compilaram 71 “Relatórios Yan'an”, concentrando a sua análise na Escola de Trabalhadores e Camponeses Japoneses em Yan'an. Simultaneamente, entre 29 de setembro e 28 de dezembro de 1945, William Michaelweyn, chefe do centro de treino de prisioneiros de guerra japoneses em Huntsville, Texas, produziu catorze relatórios sobre o campo. A comparação destes dois conjuntos de registos inestimáveis revela a influência da Escola de Trabalhadores e Camponeses Japoneses na gestão dos prisioneiros de guerra americanos no pós-guerra.

O Grupo de Observadores Militares dos EUA chegou a Yan'an em 22 de julho de 1944. Ao longo de quase três anos, centenas de membros produziram milhares de relatórios de investigação sobre o Oitavo Exército Comunista e o Novo Quarto Exército. No entanto, com o início da Guerra Fria, essas informações de inteligência pouco influenciaram o curso da Segunda Guerra Mundial. Apenas 71 relatórios de Yan'an se destacaram, tornando-se o primeiro exemplo relativamente bem-sucedido de cooperação. Por que isso aconteceu?

Três fatores principais estiveram em jogo. Em primeiro lugar, as forças armadas dos EUA precisavam urgentemente resolver uma crise imediata. No início da Guerra do Pacífico, os soldados japoneses lutaram até a morte, causando pesadas baixas às forças americanas. Essa ameaça se intensificou no final da guerra. Durante a Batalha de Saipan, em 9 de julho de 1944, as tropas japonesas não apenas lançaram ataques suicidas que causaram enormes perdas americanas durante o desembarque, mas, após a captura da ilha, um grande número de soldados e civis — incluindo muitas mães com filhos — cometem suicídio saltando no mar. Para enfrentar esse desafio, o Escritório de Serviços Estratégicos (OSS) enviou especialistas em Japão para outras partes da Ásia, como Ledo, na Índia, já em 1942, durante a fase inicial da Guerra do Pacífico. No entanto, nenhuma solução substantiva foi encontrada localmente. Os

oficiais de inteligência americanos também temiam que a colaboração excessiva com potências coloniais estabelecidas, como a Grã-Bretanha, pudesse provocar descontentamento local, levando ao abandono de tais esforços.

Em segundo lugar, a gestão dos prisioneiros de guerra japoneses pelo Partido Comunista Chinês era o único exemplo relativamente bem-sucedido no teatro do Pacífico. Embora esse trabalho constituísse o núcleo das operações políticas e ideológicas do PCC, o governo americano, de orientação pragmática, desconsiderou tais considerações. Em 11 de fevereiro de 1943, um ano após o ataque a Pearl Harbor, William Joseph Donovan, diretor do Escritório de Serviços Estratégicos (OSS), enviou representantes para consultar o Departamento de Estado sobre a possibilidade de enviar oficiais de inteligência que falavam chinês — como John S. Service — às bases comunistas na retaguarda do norte da China. O objetivo era reunir informações de inteligência “para ajudar o OSS a formular planos de guerra psicológica”. No entanto, por receio de ofender o regime de Chiang Kai-shek, o plano foi arquivado.

O sucesso do trabalho do Partido Comunista Chinês com prisioneiros de guerra japoneses resultou de vários fatores.

Primeiro, a tradição de trabalho na linha inimiga cultivada durante a guerra civil. De 1927 a 1937, durante a primeira fase do conflito civil entre o Kuomintang e o Partido Comunista, as forças nacionalistas mantiveram uma superioridade esmagadora em força militar e mão de obra. O Exército Vermelho dependia da guerrilha para sobreviver, tornando o trabalho na linha inimiga uma arma crucial.

Em segundo lugar, estava a tradição do PCC de “atravessar o rio sentindo as pedras”. No entanto, as forças japonesas não eram o Exército Nacionalista. Quando o PCC aplicou mecanicamente as suas táticas de trabalho inimigo da guerra civil ao teatro sino-japonês, elas provaram não só ser ineficazes, mas também infligiram pesadas perdas ao Oitavo Exército da Rota. Por exemplo, durante a Batalha de Pingxingguan, quando os soldados do Oitavo Exército da Rota gritaram em chinês para que as tropas japonesas cercadas depusessem as armas e fossem poupadadas, eles foram inesperadamente recebidos com contra-ataques ferozes das forças japonesas sitiadas, resultando na aniquilação de toda a unidade. Aprendendo com esse fracasso, o departamento de trabalho político do PCC abordou primeiro a barreira do idioma. Eles recrutaram soldados chineses proficientes em japonês para esforços de propaganda e fizeram amizade com os poucos prisioneiros de guerra japoneses, estabelecendo assim uma aliança antiguerra.

Em terceiro lugar, e de forma crucial, a tradição de trabalho com o inimigo do Partido Comunista passou por uma adaptação japonesa abrangente. Em março de 1940, o líder comunista japonês Nosaka Sanzo, perseguido pelo governo japonês, fugiu

secretamente para Yan'an sob os pseudônimos Hayashi Satoru e, mais tarde, Okano Susumu. Observando os sucessos iniciais dos esforços de propaganda do Oitavo Exército contra as forças japonesas, ele decidiu permanecer em Yan'an, ajudando o Partido Comunista a estabelecer a Escola dos Trabalhadores e Camponeses Japoneses. Esta instituição funcionava em grande parte como um órgão autônomo. Nas suas fases finais, além do pessoal de apoio logístico chinês e do próprio diretor Nosaka, juntamente com outro exilado japonês, praticamente todo o corpo docente era composto por prisioneiros de guerra japoneses. Como Mao Zedong observou aos membros do grupo de observação: "É totalmente absurdo que os chineses tentem escrever panfletos que comovam os corações japoneses; os prisioneiros japoneses são excelentes nessa tarefa."

Os opositores das forças armadas japonesas assumiram amplamente que os soldados japoneses haviam sofrido lavagem cerebral pelo militarismo e possuíam lealdade inabalável ao imperador. A realidade provou o contrário. A sua disposição de morrer em vez de se render decorria de um medo profundo de se tornarem prisioneiros de guerra. Em primeiro lugar, os militares japoneses tratavam os prisioneiros com extrema crueldade, e eles temiam que o inimigo lhes retribuísse da mesma forma. Em segundo lugar, qualquer prisioneiro que retornasse à sua unidade seria marcado como traidor, enfrentaria uma corte marcial e correria o risco de execução ou prisão, nunca mais vendo seus entes queridos em casa.

Persuadir os soldados japoneses que partilhavam as suas antigas crenças revelou-se relativamente simples para os estudantes da Escola Japonesa de Trabalhadores e Camponeses. A sua própria presença serviu como prova irrefutável do tratamento humano dado aos prisioneiros pelo Exército da Oitava Rota. Além disso, dada a forte exclusividade da cultura japonesa, a língua e o contexto cultural comuns tornavam os soldados japoneses mais receptivos à propaganda dos estudantes de origem semelhante. Eles compreenderam que o militarismo japonês não era invencível, mas sim um processo em declínio. Nestas circunstâncias, compreenderam que os prisioneiros de guerra que trabalhassem para a resistência regressariam a casa honrados. Através dessa persuasão psicológica, muitos prisioneiros japoneses rapidamente se tornaram defensores da resistência. A sua oposição ao governo não provinha de uma ideologia abstrata, mas do desejo de o derrubar e garantir o direito de se reunirem com as suas famílias.

O transplante relativamente bem-sucedido da Escola de Trabalhadores e Camponeses de Yan'an para os Estados Unidos deveu-se em grande parte à colaboração de dois "especialistas em Japão" com posições políticas diametralmente opostas. John Emerson, politicamente conservador, navegou pelos círculos políticos americanos, contornou campos minados ideológicos e persuadiu o Departamento de

Estado a estabelecer uma base de treino para prisioneiros de guerra japoneses em Huntsville, Texas. Embora o currículo fosse quase inteiramente copiado da Escola de Trabalhadores e Camponeses Japoneses de Yan'an — substituindo apenas a educação comunista pela Constituição dos EUA —, Emerson habilmente ajudou o governo americano a apagar qualquer conexão entre os dois. Enquanto isso, o emigrante japonês de esquerda Koji Ariyoshi estabeleceu uma base sólida para as propostas de Emerson. Aproveitando a sua herança japonesa e afinidade com a ideologia comunista, Koji Ariyoshi integrou-se perfeitamente com os outros formandos. Ele conduziu investigações meticulosas sobre estruturas organizacionais, currículos e rotinas diárias, produzindo um relatório excepcional — provavelmente mais abrangente do que até mesmo os observadores chineses poderiam reunir —, pois isso constituía um domínio autônomo da cultura japonesa.

Em Yan'an, um documentário filmado pelo Grupo de Observadores Militares dos EUA incluía imagens do Oitavo Exército da Rota a atacar um bunker. Embora armado com armas primitivas, como lanças e espingardas de caça, o Oitavo Exército da Rota conseguiu capturar o bunker. Esta vitória resultou da guerra psicológica implacável dos estagiários da Liga de Libertação contra os soldados japoneses antes do combate. Papéis semelhantes desempenhados por prisioneiros de guerra japoneses eram relativamente comuns em campos de batalha controlados pelo inimigo.

3.6.3 A perspectiva esquecida: as ligações da Jugoslávia com a China e a solidariedade do Sul Global

- Palestrante: Sanja Horvatinčić
- Ano: 2025

Agradeço ao orador que falou antes de mim, pois ele forneceu um contexto muito importante para alguns dos aspectos que também abordarei. Mas começarei com algumas citações.

“A China luta há seis anos. A cada dia que passa, aproxima-se mais da vitória. Todo o povo está unido e vencerá porque é isso que o povo quer e porque tem mulheres combatentes como Zhao Yiman nas suas fileiras. Antes de ser fuzilada pelos fascistas japoneses, ela escreveu com o seu sangue nas paredes da cela da prisão: “Lutem até ao fim”.”

Esta é uma citação de um jornal feminino partidário publicado na Jugoslávia em julho de 1942, num jornal chamado “The Comrades”. E outra citação:

“Através de chuvas e florestas, hora após hora, um após o outro, passo a passo, os guerrilheiros marcham — cansados, exaustos. Eles marcham e marcham. Em suas mentes, eles se lembram dos gloriosos 10.000 quilómetros que seus camaradas chineses percorreram. Eles seguem sem descanso ou pausa. Eles vão persistentemente em direção ao seu acampamento.”

Estas linhas foram escritas em outubro de 1941 e impressas na primeira edição do jornal partidário “The Fighter”. O jornal era produzido numa máquina de escrever e copiado numa simples máquina de estêncil para ser distribuído aos camponeses locais da região, Sjeničak, uma pequena aldeia no centro da Croácia, então Iugoslávia. O seu autor e editor, Vlado Jovanović, regressou de Espanha alguns meses antes, onde perdeu a luta pela democracia contra o fascismo, juntamente com os seus camaradas de todo o mundo.

Segundo consta, no caminho de volta, nos campos de prisioneiros franceses, passou algum tempo com camaradas chineses que acompanhavam as notícias da China enquanto estavam no campo. Lá, ele escreveu num dos testemunhos que, pela primeira vez, aprendeu sobre o conceito de territórios libertados como estratégia de guerrilha. E essa estratégia, de facto, foi a chave para libertar a Jugoslávia na luta de libertação popular. Também foi fundamental para levar a cabo a revolução durante os quatro anos de guerra contra o fascismo na antiga Jugoslávia.

A Jugoslávia era composta por numerosas etnias — as nações dos eslavos do sul — que, após a Segunda Guerra, conseguiram formar um Estado próprio após séculos

sob o domínio de impérios como o Império Austro-Húngaro e o Império Otomano, mas também as nações da costa do Adriático. Os guerrilheiros jugoslavos foram formados a partir de junho e julho de 1941, a pedido do Partido Comunista da Jugoslávia. A guerra foi travada principalmente nas áreas rurais das montanhas Dináricas, que os cartógrafos dos impérios não conseguiam capturar nos seus mapas. Aqui, os guerrilheiros lutaram juntos e em aliança com a natureza.

A partir de unidades de guerrilha, formaram um exército respeitável, ao qual se juntaram cerca de cem mil mulheres, quase um quarto das quais perderam a vida durante a guerra. Os guerrilheiros organizaram hospitais, escolas, gráficas e outras formas de oficinas artísticas onde eram produzidos materiais de propaganda. Estas atividades nos territórios libertados, onde as pessoas viviam sob a proteção do seu exército, foram de facto cruciais para a revolução socialista liderada pelo partido e por Tito como comandante supremo. Eles lutaram contra as divisões étnicas geradas e fabricadas por fascistas estrangeiros e domésticos com a “Irmandade e Unidade” e definiram o inimigo comum de todos os grupos étnicos como fascistas e também como inimigo de classe. Já durante a guerra, eles incluíram as mulheres como iguais em todos os níveis de tomada de decisão, e as mulheres organizaram as suas próprias plataformas de emancipação. As perdas foram enormes. Foi o terceiro país da Europa em termos de perdas militares e civis. Espero que estes números estejam em consonância com a pesquisa que ouvimos do Vijay esta manhã.

Mas a história foi escrita e reescrita muitas vezes depois disso — desde dar enormes créditos ao Exército Vermelho Soviético como aliados da Jugoslávia nos primeiros anos após o fim da guerra, passando pela mudança da narrativa oficial que enfatizava exclusivamente a autolibertação da Jugoslávia após Tito se separar de Stalin, e finalmente pela mudança que enfatizava de forma quase embaraçosa os aliados ocidentais, britânicos e norte-americanos, como os principais aliados, o que se tornou mais pronunciado após a queda da Jugoslávia e do socialismo na década de 1990, e que voltou a ganhar força nos últimos anos.

Estamos a assistir a um revisionismo histórico vulgar e à legitimação dos fascistas históricos croatas, bósnios, eslovenos e sérvios, mas também dos seus colaboradores. E gostaria de mencionar que este é um momento crucial no meu país natal, onde estamos realmente a enfrentar o aumento do fascismo generalizado nas ruas, muito semelhante ao que ouvimos da Alemanha, e sob o pretexto da equação da União Europeia entre comunismo e fascismo.

Mas o que se perdeu em todas estas versões da história oficial foram esses horizontes iniciais. Acredito que muito mais amplo do que imaginamos o mundo na Segunda Guerra Mundial a partir de uma perspectiva eurocêntrica. Sim, a Espanha foi lembrada, pois também faz parte da memória europeia da guerra e, mais importante,

também dos Estados Unidos. A minha pesquisa, que é uma investigação aprofundada na zona rural da Croácia em Žumberak, um ponto nevrágico dos guerrilheiros, revelou a importância desses horizontes mais amplos para as pessoas comuns, para os camponeses e para a sua imaginação sobre a escala e o poder daqueles que lutaram contra o fascismo.

Outro elemento crucial é a sua capacidade de se identificarem com os camponeses chineses que marcharam às centenas de milhares. E este sentimento de internacionalismo e solidariedade como algo comum pode ser sentido não só em materiais oficiais, mas também em canções folclóricas e peças de teatro partidárias. Esta memória ainda é, e penso que de forma muito significativa, mantida na memória da comunidade local onde conduzo conversas sobre história — muito mais informadas e criticamente perspicazes do que muitos eventos académicos em que participo.

A política oficial de memória da Jugoslávia, no entanto, apagou quase completamente a memória dos chineses. A famosa citação de Mao, que podem ver no slide — e que certamente conhecem — foi até atribuída a um dos comandantes jugoslavos como uma inovação sua. A razão para isso foi também o rompimento das relações diplomáticas entre a Jugoslávia e a China durante os primeiros 25 anos após a Segunda Guerra Mundial II. No entanto, no início do período pós-guerra, em 1947, durante uma visita oficial, o emissário chinês Liu Ningyi afirmou o seguinte:

“No nosso próprio território libertado na China, temos um exército forte de 1 200 000 combatentes. Além do nosso inimigo, também temos unidades partidárias fortes que contam com 4 000 000 de combatentes. Da mesma forma, os partidários jugoslavos e o exército jugoslavo, sob a liderança do camarada Tito, conseguiram vencer a reação e os belicistas fascistas. Assim também o Exército Chinês e os guerrilheiros chineses vencerão com sucesso e finalmente derrotarão a reação.” Podemos ver agora como essas semelhanças e inspirações funcionaram nos dois sentidos.

Durante o período de relações amigáveis, essa conexão entre a luta iugoslava e chinesa contra o fascismo, como observou recentemente um investigador da Croácia, foi elevada a proporções quase mitológicas nos círculos diplomáticos.

No contexto da Guerra Fria, a Jugoslávia e a China seguiram durante muito tempo políticas externas opostas, mas ambas estavam empenhadas em conectar e apoiar as lutas anticoloniais e anti-imperialistas no Sul Global. A resistência jugoslava contra o fascismo — a luta de libertação popular — foi usada como experiência comum dos povos oprimidos em toda a África e Ásia. Foram promovidas exposições itinerantes de arte retratando os guerrilheiros jugoslavos, ou mesmo traduções de poesia jugoslava para o vietnamita e outras línguas. Algumas até viajaram para a China, e

essas são coisas que eu gostaria de explorar mais a fundo. No entanto, os mais bem-sucedidos foram os filmes, como “Walter Defends Sarajevo” e “The Battle of Neretva”, que ganharam enorme popularidade na China na década de 1970. Tenho certeza de que muitos de vocês poderiam me contar mais sobre isso.

Para concluir, a situação atual difere drasticamente dessas alianças e horizontes que vemos. E gostaria de enfatizar aqui Gaza e a violência sem precedentes, a alienação e a deslegitimização da resistência. No entanto, a necessidade de horizontes mais amplos e solidariedade continua urgente. Precisamos de solidariedade que conecte aqueles que se opõem às forças da divisão e da guerra. Também devemos olhar para a história a partir de baixo. O património merece os herdeiros do passado, não aqueles que lucram e branqueiam a história.

É necessária mais investigação para descobrir estes aliados e horizontes esquecidos que inspiraram as pessoas a persistir apesar das dificuldades. Esta palestra defende que recuperar as ligações transnacionais esquecidas é essencial para desafiar as narrativas históricas eurocêntricas, compreender como o conhecimento revolucionário viajou por rotas e agentes inesperados, construir a solidariedade contemporânea com base em padrões históricos de resistência e reconhecer que o internacionalismo era real e prático, não algo abstrato.

Os “horizontes esquecidos” do título referem-se tanto às ligações perdidas entre revolucionários jugoslavos e chineses quanto à consciência internacional mais ampla que as pessoas comuns possuíam, mas que as narrativas históricas dominantes obscureceram.

Gostaria também de mencionar, no final, que, apesar das políticas oficiais e das narrativas históricas utilizadas hoje para criar uma imagem simplificada e embelezada do mundo e das suas lutas comuns do passado, há um grande potencial em consultar fontes diferentes dos arquivos diplomáticos. Em especial, o que defendo é o que é necessário: ir ao campo, falar com as pessoas, aprender com aqueles que estiveram na linha da frente ou cujos avós lutaram na resistência contra o fascismo. No projeto que estou a coordenar na Croácia com os meus colegas investigadores de diferentes países, pretendo fazer exatamente isso: abordar a história e o património a partir de baixo e usar a micro-história preservada na memória e na materialidade da guerra e da resistência para compreender os processos macro-históricos que continuam a informar a realidade hiperpolítica de hoje.

3.6.4 Memórias despertadas: o papel da mídia russa na exposição da verdade sobre a Unidade 731 e no destaque da cooperação soviético-chinesa durante a Segunda Guerra Mundial

- Palestrante: Sofia Melnychuk
- Ano: 2025

Após a Segunda Guerra Mundial, pessoas em todo o mundo buscaram justiça e esperavam aprender com os traumas do passado. No entanto, hoje enfrentamos um novo perigo. A memória histórica, particularmente no que diz respeito à Frente Oriental e à aliança soviético-chinesa contra o militarismo japonês, é cada vez mais explorada como ferramenta política. Nessas circunstâncias, nós, jornalistas, temos uma responsabilidade especial. Não devemos apenas transmitir as descobertas dos historiadores e recontar narrativas históricas, mas também, como investigadores, procurar ativamente essas memórias históricas, esforçando-nos por preservá-las e contribuir com a nossa parte.

Este ano, embarcámos neste trabalho com particular fervor, concentrando-nos intensamente num capítulo sombrio da nossa história comum: as atrocidades perpetradas pela Unidade 731 do Japão. Em 1945, durante a campanha para libertar o nordeste da China, o Exército Vermelho soviético atacou o Exército Kwantung japonês. Foi no nordeste da China que os militares japoneses estabeleceram esses laboratórios horríveis. Através de materiais fornecidos pelo Serviço Federal de Segurança da Federação Russa, tivemos a rara oportunidade de examinar arquivos marcados como “ultrassecretos” que estavam selados há décadas. Esses documentos incluem registos de interrogatórios, arquivos de casos, fotografias e correspondência. Eles não apenas revelam a escala dos crimes de guerra do Japão, mas também esclarecem os esforços da União Soviética para expor essas atrocidades.

O nosso objetivo não é apenas recontar essa história, mas demonstrar que a verdade reside em documentos específicos, locais específicos e nas narrativas pessoais de indivíduos. Para isso, viajamos até a aldeia de Chernitsy, na região de Ivanovo. Lá existia um campo fortemente vigiado sob a jurisdição do Ministério do Interior soviético — o Campo Gulag nº 48. Este edifício de tijolos vermelhos já abrigou numerosos prisioneiros de guerra, incluindo generais alemães, oficiais húngaros e romenos e cidadãos japoneses, entre eles Yamada Otsuzo, o último comandante do Exército de Kwantung. Hoje, apenas paredes e fundações em ruínas permanecem do campo. No entanto, através dos vestígios deixados para trás, do layout original e dos registos arquivísticos, podemos reconstruir a sua aparência anterior nas nossas mentes e recordar aqueles que aqui estiveram presos, juntamente com os seus destinos subsequentes.

Nos registos de interrogatório desclassificados de Yamada Otosaburō, acessíveis nos arquivos do Serviço Federal de Segurança Russo, não se encontram relatórios secos, mas sim tragédias humanas vívidas.

Inicialmente, o general negou todas as acusações. Alegou total desconhecimento da Unidade 731, do Dr. Ishii Shiro e das experiências em seres humanos. Insistiu que as suas responsabilidades se limitavam exclusivamente a questões de defesa estratégica. No entanto, durante interrogatórios subsequentes, particularmente em 1949, a sua postura mudou. Ele admitiu que a Unidade 731 estava de facto sob o seu comando e que foi ao saber do avanço do Exército Vermelho Soviético que ordenou pessoalmente a destruição de todos os laboratórios e documentos. Ele também relatou ter inspecionado pessoalmente a base da Unidade 731 perto de Harbin. Ele até mencionou um detalhe particularmente horrível: como Ishii Shiro se gabou para ele num jantar sobre extrair sal da urina humana?

Esta história pode parecer absurda para nós hoje, mas tais detalhes revelam a depravação moral a que o militarismo japonês havia chegado. Em 1949, Khabarovsk sediou um julgamento extraordinário — o primeiro tribunal internacional do mundo a expor o uso de armas biológicas pelo exército japonês. A delegação soviética apresentou provas irrefutáveis que documentavam os crimes da Unidade 731. Todos os réus, incluindo o comandante Yamada Otosaburō, foram considerados culpados. No entanto, nenhum deles recebeu a pena de morte, uma vez que a União Soviética havia abolido a pena capital em 1947. Consequentemente, a sentença final foi de 25 anos de prisão. Este veredito não resultou da simpatia soviética, mas de considerações humanitárias — permitir que estes criminosos de guerra vivessem como testemunhas vivas dos crimes militaristas do Japão.

A Unidade 731 conduziu inúmeras experiências humanas excepcionalmente brutais. Aos seus olhos, os sujeitos usados para experimentação não eram considerados seres humanos, mas eram referidos como “maruta” — que significa “tronco” em japonês.

Documentos de arquivo descobertos revelam inequivocamente que os militares japoneses pretendiam utilizar essas armas biológicas contra o Exército Vermelho Soviético e civis chineses. O comandante da unidade, Yamada Otosaburō, confessou mais tarde durante um interrogatório que, se o Exército Vermelho Soviético não tivesse avançado rapidamente para interromper as suas operações, essas armas provavelmente teriam sido utilizadas no campo de batalha. A sua confissão ressalta a importância crucial da campanha do Exército Vermelho Soviético em 1945: Eles não apenas libertaram o nordeste da China, mas também evitaram uma catástrofe humanitária muito maior, salvando inúmeras vidas inocentes. Como jornalistas russos, o nosso trabalho vai além da pesquisa em arquivos e reportagens. Visitamos

pessoalmente os locais onde esses eventos históricos ocorreram, filmando documentários no local. Conversamos pessoalmente com aqueles que trabalharam nos antigos campos, os arquivistas que preservam esses registros, historiadores e indivíduos com conhecimento em primeira mão dos eventos.

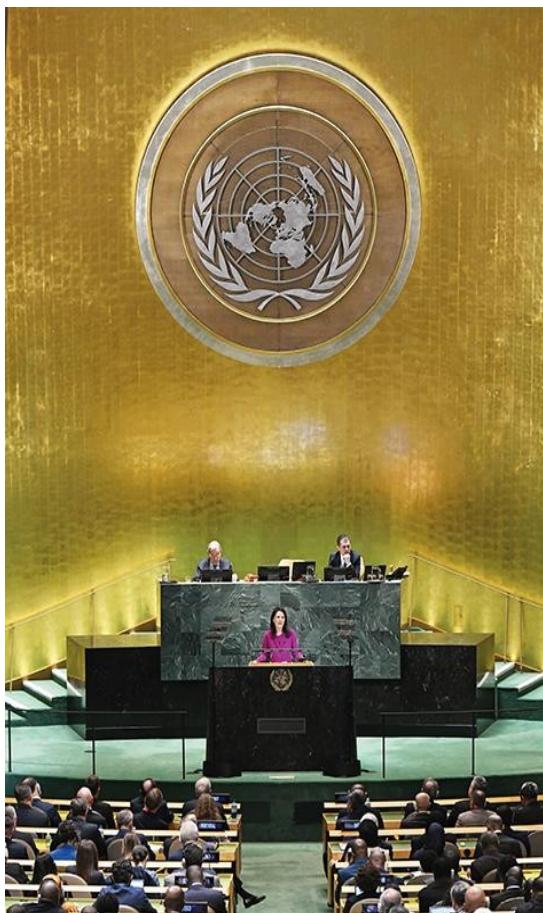
Queremos transmitir ao nosso público que estas histórias não são narrativas distantes e abstratas, mas memórias vivas que formam um vínculo vital entre a Rússia e a China.

Em pé entre as ruínas do campo de trabalho de Chernitsy, onde Otosaburo Yamada esteve preso, sentimos a história sussurrando para nós através dos tijolos em ruínas, arquivos amarelados e nomes esquecidos. O nosso dever principal como jornalistas é ouvir essas vozes e compartilhar suas histórias com o mundo. Pois esquecer é condená-los a uma segunda morte. Obrigado a todos.

3.6.5 A contribuição da mídia e dos pesquisadores russos na preservação da memória da vitória conjunta soviético-chinesa de 1945

- Palestrante: Alina Salionova

- Ano: 2025



Após o Incidente de 18 de setembro de 1931, a China foi a primeira a erguer a bandeira da luta antifascista, estabelecendo e mantendo sozinha um teatro crucial da Segunda Guerra Mundial no Oriente. A vitória final alcançada pelo povo chinês após catorze anos de guerra árdua moldou profundamente a ordem internacional do pós-guerra centrada nas Nações Unidas, ao mesmo tempo que serviu como um ponto de partida político fundamental para a luta pela independência e justiça entre as nações do Sul Global.



Este ano marca o 80º aniversário da vitória na Guerra Mundial Antifascista e do triunfo na Grande Guerra Patriótica Soviética e na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa. Ambas as nações realizaram eventos comemorativos significativos para honrar a história e prestar homenagem aos nossos mártires. Em 2025, a nossa equipa de comunicação social RT decidiu seguir os passos da Guerra Soviético-Japonesa de 1945. Embora de curta duração, este conflito constituiu um capítulo crucial na conclusão do teatro asiático; sem o compreender, não se pode compreender plenamente o fim abrangente da Segunda Guerra Mundial.

na

Ásia.



Durante entrevistas com veteranos soviéticos que lutaram nessas batalhas, eles mencionaram repetidamente um termo usado pelos civis chineses para se referir aos soldados soviéticos: “shanguo”. Trabalhando com os nossos colegas chineses, rastreámos a origem desta palavra até ao russo “Хорошенько” (que significa “muito bom”). Os civis chineses ouviram mal como “Hala Shenguo” (哈喇神国), que foi então ouvido mal pelos soldados soviéticos como “bom resultado”. Esta história de erro de audição e transmissão linguística tornou-se amplamente divulgada entre a

população, servindo como um símbolo único de fusão cultural e amizade entre as



duas nações. www.dfcn.com 版權作品 請勿轉載

Nos últimos anos, jornalistas russos e investigadores locais documentaram dezenas de locais esquecidos relacionados com a guerra de 1945. Aventurando-se em regiões remotas, eles descobriram registros visuais, incluindo operações de remoção de minas e instalações de guerra. Na região de Amur e no Extremo Oriente, relíquias tangíveis trazidas pelos soldados permanecem visíveis — espadas japonesas, capacetes, cartas. Esses artefatos são valorizados não como espólios de guerra, mas como testemunhas da memória do conflito.



Memorial da 88ª Brigada de Infantaria Independente em Khabarovsk Krai



Fortificações defensivas na região de Primorsky

Também entrevistámos descendentes de pilotos soviéticos que lutaram na frente chinesa. Veja-se o caso da Sra. Nadezhda Kopeva, aqui retratada, que afirmou num evento organizado pela Embaixada da China na Rússia que o seu maior desejo não era visitar as famosas cidades da China, mas sim ver os locais onde o seu bisavô tinha lutado. Este desejo simples, mas profundo, é comovente, revelando como as memórias da guerra perduram através da história familiar.



Através destas visitas, sentimos profundamente que a irmandade forjada entre os soldados soviéticos e chineses em meio às chamas da guerra nunca se desvaneceu. Além dos registos oficiais, ela continua viva nas memórias familiares.

Também examinámos as contribuições do povo chinês durante a Grande Guerra Patriótica, consultando listas de soldados chineses que lutaram nas fileiras soviéticas, visitando os seus descendentes e realizando entrevistas. Através da colaboração com estudiosos russos, as histórias de vida de jovens chineses que residiram em “Lares Internacionais para Crianças” soviéticos foram reexaminadas. Tendo suportado os anos de guerra na União Soviética, eles costuraram sacos de pano para o Exército Vermelho e sobreviveram a bombardeamentos. As suas vozes, preservadas em arquivos, ainda relatam aqueles tempos.

Na Rússia contemporânea, as contribuições do povo chinês durante a Grande Guerra Patriótica são frequentemente reconhecidas. Em 2024, uma produção teatral em Irkutsk inspirou-se no piloto soviético e general chinês Tang Duo. Tang Duo foi o único piloto chinês autorizado a participar no desfile aéreo da Praça Vermelha de Moscovo, servindo na Força Aérea Soviética durante 29 anos.



Também visitámos vários historiadores russos especializados na Guerra Soviético-Japonesa, que colaboram estreitamente com os seus homólogos chineses para organizar arquivos e publicar descobertas, revitalizando este campo de investigação. No entanto, nem todas as descobertas são reconfortantes. Por exemplo, não resta hoje nenhum navio da Frota do Distrito do Rio Amur que participou no combate contra o Japão; o último foi desmantelado durante a remodelação urbana.



搜孤号@胡乱杂史

Na aldeia de Vyatskoye, foi recentemente erguido um monumento em homenagem à 88^a Brigada Internacional. Aqui, soldados chineses, russos, do povo Hezhe e camaradas de armas coreanos lutaram lado a lado. Nos arquivos do Ministério da Defesa da Região de Moscovo, examinámos os arquivos pessoais dos oficiais da brigada; no Museu do Distrito Militar do Extremo Oriente, em Khabarovsk, vimos a autêntica bandeira militar outrora utilizada pela 88^a Brigada.

Também visitámos a antiga residência do herói Firsov, que fez o sacrifício supremo em combate contra o Japão. Na China, um monumento dedicado está erguido em sua homenagem. Além das fronteiras, outra figura merece ser lembrada: Hu Jinbang. Ela é a única jornalista chinesa a documentar todo o curso da Grande Guerra Patriótica Soviética. As suas reportagens da linha de frente reforçaram profundamente o espírito de luta dos povos chinês e soviético, servindo como uma ponte de memória entre as nossas nações. Como jornalista, sempre a considerei um exemplo profissional.



Todos estes fios da história e da memória convergem para uma questão crucial: a própria memória constitui uma forma de soberania. Proteger a memória é proteger a paz pela qual os nossos antepassados pagaram com as suas vidas. O trabalho dos jornalistas e investigadores russos contribui para restaurar a integridade histórica e a verdade moral da vitória comum soviético-chinesa em 1945. Esse triunfo constituiu um componente vital da luta antifascista global, lançando as bases para a ordem internacional do pós-guerra. Numa era em que a história é repetidamente explorada e distorcida, salvaguardar a nossa verdade comum não é apenas uma comemoração, mas um ato de resistência — resistência contra o esquecimento, contra a falsificação e contra a erosão da confiança entre as nações.

Considerações finais

Guerra Popular, “Paz Perpétua” e Teoria Marxista do Jornalismo e da Prática da Comunicação

- Palestrante: Lu Xinyu
- Ano: 2025

Fotografia histórica: invasão japonesa de Xuancheng, Anhui



A aldeia de Zhuwang como se apresenta hoje

Na aldeia da minha avó materna, Zhuwang, vivia uma vizinha viúva que todos respeitavam. O seu único filho tinha partido para lutar na Guerra de Resistência e nunca mais voltou. A história da família da minha avó reflete as experiências de inúmeras famílias chinesas. A Guerra de Resistência contra o Japão tornou-se o pano de fundo determinante para o destino de todas as famílias, gravando-se na memória coletiva de uma nação. A região sul de Anhui, onde a família da minha avó residia, foi um teatro crucial para o avanço do Exército Vermelho dos Trabalhadores e Camponeses Chineses para o norte contra os japoneses e, mais tarde, para a resistência do Novo Quarto Exército sob a liderança do Partido Comunista. Foi também o local do Incidente de Wannan, em 1941, que chocou tanto a China como o mundo — sob as políticas anticomunistas e o cerco militar do Kuomintang, as forças comunistas anti-japonesas sofreram mais de sete mil baixas.

Foi por volta da época em que a família da minha avó materna e inúmeros cidadãos chineses comuns embarcaram no seu êxodo que Mao Zedong proferiu uma série de discursos e escritos. Ele enfatizou que o esforço de guerra não poderia se limitar apenas às forças armadas e ao governo; deveria ser uma mobilização de toda a nação. A maioria da população recebia notícias através do fogo de artilharia inimiga e dos bombardeios aéreos — uma forma de mobilização, embora imposta pelos nossos adversários. Para que a China conseguisse uma mobilização nacional para a guerra,

eram essenciais reformas políticas democráticas dentro do Estado e das forças armadas, a fim de unificar oficiais e soldados e unir os militares e o povo.

Em maio de 1938, Mao Zedong apelou a uma luta pela paz duradoura para a humanidade em Sobre a Guerra Prolongada. Ele enfatizou que a natureza prolongada da Guerra de Resistência da China era inseparável da busca pela paz duradoura na China e no mundo: “A guerra entre a China e o Japão, duas nações com uma população combinada superior a 5 , ocupará uma posição central nesta luta. A libertação da nação chinesa será alcançada através desta guerra. A futura Nova China libertada é indissociável do futuro Novo Mundo libertado. Portanto, a nossa Guerra de Resistência contra o Japão incorpora inherentemente a luta pela paz duradoura.” Ele afirmou que as guerras se dividem em duas categorias: justas e injustas. A guerra do Japão representava um conflito injusto que obstruía o progresso, ao qual todos os povos do mundo — incluindo o povo japonês — deveriam se opor e, de fato, se opunham.” A nossa guerra é sagrada, justa, progressista e em busca da paz. Não buscamos apenas a paz de uma nação, mas a paz do mundo inteiro. Para alcançar esse objetivo, devemos lutar até a morte, preparar-nos para todos os sacrifícios, perseverar até o fim e nunca desistir até que nosso objetivo seja alcançado. Embora os sacrifícios possam ser grandes e a luta prolongada, o novo mundo de paz duradoura e luz eterna está claramente diante de nós. A nossa convicção em travar esta guerra baseia-se nesta nova China e neste novo mundo que lutam por uma paz duradoura e uma luz eterna. Enquanto os fascistas procuram prolongar a guerra indefinidamente,

nós vamos pôr lhe fim num futuro não muito distante.



Mao Zedong afirmou que uma guerra de libertação nacional tão monumental não poderia ser vencida sem uma mobilização política ampla e profunda. A nossa tarefa principal é comunicar os objetivos políticos da guerra às nossas tropas e ao nosso povo. Todos os soldados e todos os cidadãos devem compreender por que lutamos e como essa luta os diz respeito. Não basta apenas declarar os objetivos; devemos também explicar as etapas e as políticas para alcançá-los, ou seja, o programa político. Sem um programa político claro e concreto, não podemos mobilizar todo o exército e todo o povo para lutar a guerra até o fim. Então, como nos mobilizamos?" Através da comunicação oral, panfletos e proclamações, jornais e livros, teatro e cinema, escolas, organizações de massas e quadros", "não recitando o programa político ao povo — tal recitação cairia em ouvidos moucos. Em vez disso, ligue-o à situação de guerra em curso e à vida dos soldados e civis, transformando a mobilização política numa campanha sustentada. Esta é uma questão de suma importância; a vitória na guerra depende, em primeiro lugar, disso. "Isto resume a filosofia de propaganda do Partido Comunista da China: a base da vitória reside na unidade entre soldados e civis. A fonte mais profunda do formidável poder da guerra reside nas massas, e a propaganda — como pedra angular do trabalho político — serve como seu pré-requisito. Sem a infusão de um espírito político progressista, nem a transformação democrática de oficiais e soldados militares numa frente unida, nem a unificação da população desorganizada poderiam ser alcançadas. Somente quando o exército se torna um com

o povo, quando os militares são percebidos pelos civis como seus, é que tal força se torna invencível. Esta unidade é fundamentalmente o resultado da propaganda política e ideológica.



A imagem mostra um panfleto intitulado “Mobilização urgente para esmagar a campanha de outono do inimigo”, compilado e impresso pela Exposição de Produção Agrícola e Industrial do Distrito de Tai Nan, na região fronteiriça de Shanxi-Hebei-Shandong-Henan, durante a Guerra de Resistência contra o Japão. Ele emprega versos rimados acessíveis para mobilizar a população para os preparativos urgentes para a guerra.

O segundo relato diz respeito a um criminoso de guerra japonês, contado por Song Kankan, correspondente da Televisão de Xangai baseado no Japão, durante entrevistas com soldados veteranos. Entre eles estava um idoso chamado Ishiwata Takeshi, nascido em 1913. Formou-se na Universidade Imperial de Tóquio em 1938, tendo estudado filosofia com foco em Kant. Em 1942, ele se juntou à Força Expedicionária do Norte da China e entrou no teatro de guerra chinês. O seu próprio treino de recrutas envolvia tapas e várias formas de castigo corporal, destinadas a destruir a dignidade humana. Aqueles que não aguentavam desertavam ou cometiam suicídio. A latrina tornou-se o único lugar para recuperar o fôlego, e alguns recrutas optaram por acabar com as suas vidas lá. Era um processo de transformar homens em fantasmas. Três anos depois, quando ele próprio começou a treinar recrutas, estava totalmente convencido de que o castigo corporal era a melhor forma de educação, tratando os novos soldados com ainda mais crueldade. Durante um exercício de tiro real, civis chineses foram capturados como alvos humanos. Um rapaz de dezesseis anos, chorando, implorou para ser enviado para casa, dizendo que a sua mãe o

esperava. No entanto, ele não mostrou misericórdia, usando repreensões duras e violentas para forçar os recrutas relutantes a completar o massacre.



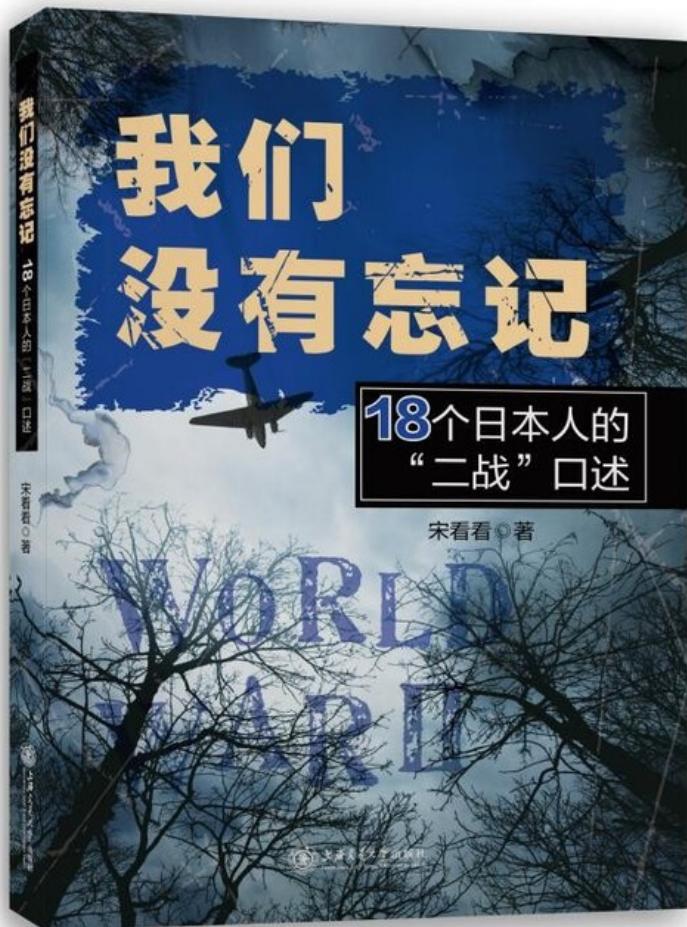
Após a rendição do Japão, foi enviado pelas forças soviéticas para construir ferrovias na Sibéria durante cinco anos. Em 1950, foi transferido para o Campo de Prisioneiros de Guerra de Fushun por seis anos, que mais tarde descreveu como o período mais feliz da sua vida. Foi aqui, após a vitória na Guerra da Coreia, que ele começou a abandonar as suas ilusões de impunidade e a refletir seriamente sobre como tinha chegado a esse ponto. Através de leituras extensas, ele encontrou as obras de Mao Zedong, incluindo Sobre a Nova Democracia, Sobre a Prática e Sobre a Contradição. A previsão precisa de Mao sobre o curso da Revolução Chinesa abalou profundamente a sua compreensão da verdadeira natureza da invasão japonesa da China, levando-o pela primeira vez a contemplar a expiação e a confissão. Quando leu Sobre a Guerra Prolongada, que afirmava que, para alcançar a vitória final, ao mesmo tempo que se implementava a democracia entre oficiais e soldados e entre o exército e o povo, os prisioneiros de guerra japoneses deveriam ser tratados através da persuasão política — não insultando o seu sentido de honra, mas compreendendo e orientando esse mesmo sentido de honra. Através do tratamento indulgente dos prisioneiros, estes deveriam ser levados a compreender a natureza anti-popular e agressiva dos governantes japoneses ao mesmo tempo que demonstravam o espírito indomável e a tenaz proeza de combate das forças armadas e do povo chinês. Só então compreendeu por que razão os prisioneiros de guerra recebiam um tratamento humano no Centro de Gestão de Criminosos de Guerra de Fushun, na China.



Ao deixar o Centro de Gestão de Criminosos de Guerra de Fushun em 1956, as autoridades chinesas não só devolveram os seus pertences pessoais, como também forneceram bens de primeira necessidade e renminbi, permitindo-lhes comprar presentes para as suas famílias. Depois de regressar ao Japão, ajudou a fundar a “Associação de Ligação dos Repatriados da China” (abreviada como “Chugiren”), que realizou campanhas pela paz e contra a guerra no Japão para salvaguardar a constituição pacifista. Em 2002, a associação foi dissolvida devido à idade avançada dos membros, mas a sua sucessora, a “Associação Testemunhas do Milagre de Fushun”, continuou a sua missão antiguerra. Ele declarou: “Aqueles que matei não podem ser trazidos de volta à vida, e a expiação não tem fim. Tornar os desejos das vítimas meus, erradicar guerras injustas e buscar um mundo de paz duradoura — este é o único propósito dos meus anos restantes.” Até sua morte, aos 101 anos, em 2015, ele permaneceu ativo em campanhas contra a guerra em seu computador. Este criminoso de guerra, que estudou e apreciava a filosofia kantiana, acabou encontrando esperança para uma paz duradoura no pensamento de Mao Zedong e na liderança do Partido Comunista Chinês durante a Guerra de Resistência contra o Japão.



Takashi Ishiwata participou na “Associação de Ligação dos Repatriados da China”



A terceira história é sobre o campeonato da aldeia no condado de Rongjiang, província de Guizhou. Rongjiang, localizada na Prefeitura Autônoma de Qiandongnan Miao e Dong, na província de Guizhou, é uma área de base revolucionária e região montanhosa com a pobreza mais disseminada e grave da província. Em 2020, o condado de Rongjiang, o último a sair da pobreza, tinha uma população de 385.000 habitantes, com 16 minorias étnicas representando 83,9% da população total. Mesmo após o combate à pobreza, continuava destituído e praticamente desconhecido. No entanto, desde que o fenômeno da “Superliga das Aldeias” de 2023 explodiu no cenário nacional, rapidamente se tornou uma sensação viral colossal em todo o país. Só nesse ano, gerou 70 mil milhões de visualizações, atraiu 7,6585 milhões de visitantes e alcançou uma receita turística global de 8,398 mil milhões de yuans, ganhando elogios do Secretário-Geral Xi Jinping no seu discurso de Ano Novo de 2024. Hoje, a Superliga das Aldeias evoluiu para um fenômeno épico que gera centenas de milhares de milhões em tráfego, criando um espetáculo de divulgação

nacional onde cada indivíduo é um divulgador, é um promotor e cada aldeia tem o seu embaixador. Eles afirmam: a Superliga das Aldeias é sobre divulgação em massa; a divulgação é força produtiva; a divulgação é o motor que impulsiona a Superliga das Aldeias.



No Fórum Académico do Sul Global de 2024, com o tema “O Sul Global e a Modernização Mundial”, funcionários e residentes de Rongjiang partilharam a história da Superliga das Aldeias. O vice-governador do condado, Chen Xuemin, fez uma apresentação intitulada “Futebol + Atenção + Planeta: Encontrar o Caminho da Marca para a Revitalização Rural Através da Alegria dos Desportos das Aldeias”. Ele enfatizou que a Superliga das Aldeias representa uma mobilização nacional e um esforço pioneiro para impulsionar o desenvolvimento de alta qualidade de Rongjiang, observando que o primeiro passo para mobilizar as massas é construir a sua confiança no governo. O fenómeno das massas mobilizadas permanecerem inativas, juntamente com um impulso de desenvolvimento endógeno insuficiente, é predominante nos esforços de revitalização rural e representa o principal desafio a ser resolvido. Como Rongjiang lidou com isso?



O vice-governador do condado, Chen Xuemin, partilha a história da Superliga das Aldeias no Fórum Académico do Sul Global (2024)

Isso nos leva de volta à Sexta Sessão Plenária do Sexto Comitê Central do Partido Comunista da China, realizada em 1938, durante um ano crítico da Guerra de Resistência. Mao Zedong fez uma declaração famosa: "Depois que a linha política é determinada, os quadros se tornam o fator decisivo." Esse princípio se tornou a diretriz organizacional mais importante do Partido.

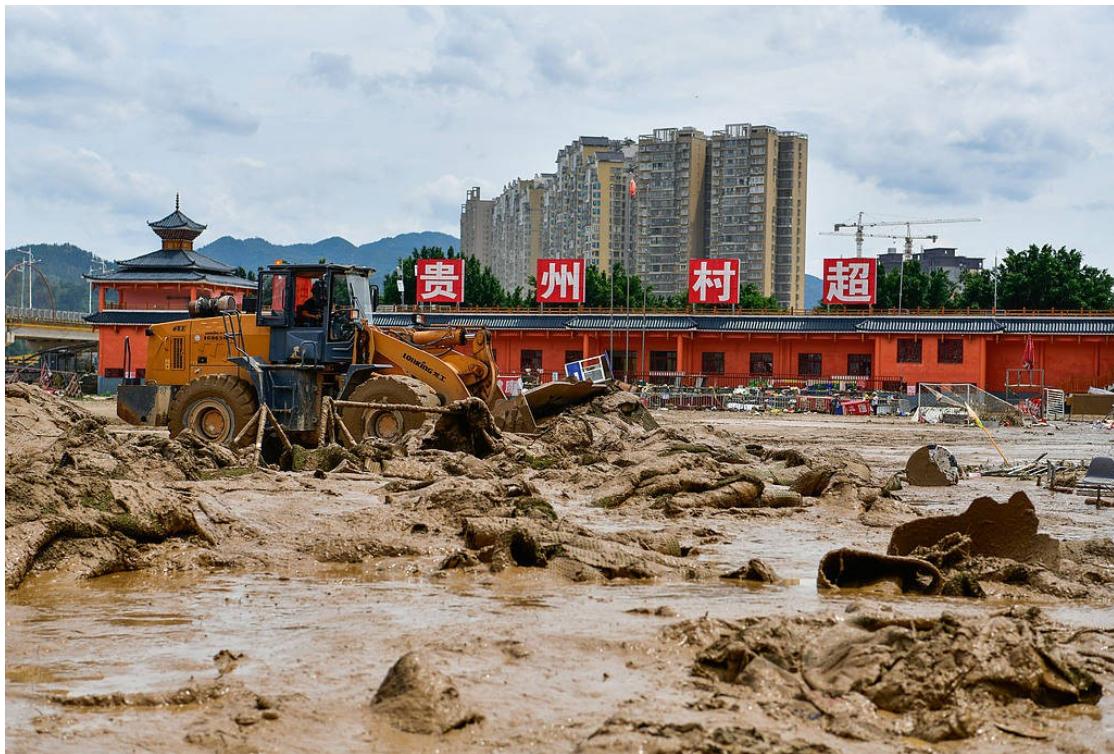
Qualquer organização deve ser impulsionada por um senso de justiça e benefício. O princípio político das organizações partidárias socialistas é colocar o povo em primeiro lugar e servir o povo, incorporado na linha de massa. A linha de massa abrange três dimensões: tudo para as massas, tudo dependendo das massas e das massas para as massas. Ela constitui a ideologia e a metodologia para organizar as massas; sem um processo organizacional, as massas permanecem uma multidão. A comunicação de massa tem como alvo uma "multidão" atomizada, operando em um modelo de sobrevivência impulsionado pelo mercado, com a teoria do jornalismo ocidental enraizada em tais sistemas e mecanismos políticos. Em contraste, a propaganda política do Partido Comunista Chinês constitui um esforço prático para organizar as massas em direção à autolibertação. Envolve mobilizar totalmente as massas para fortalecer o poder popular, resolver continuamente questões através da sua identificação e buscar uma reforma e desenvolvimento organizacionais orientados para objetivos, problemas e resultados como um processo dinâmico. Consequentemente, manifesta-se inevitavelmente como comunicação-como-ação-

movimento, fundamentalmente distinta dos sistemas políticos sob condições capitalistas.

Confiar nas massas é tanto um princípio organizacional quanto a linha de vida do Partido; a metodologia é vir das massas e retornar às massas. A metodologia da Superliga das Aldeias é, portanto: o desenvolvimento depende das massas; as massas dependem da mobilização; a mobilização depende das atividades; as atividades dependem da força motriz — sendo o núcleo impulsionar a participação nacional e o benefício para todos. Em última análise, porém, deve haver primeiro a força motriz de um motor para criar atividades práticas que sirvam os interesses do povo; só então as massas podem responder ao impulso. A energia cinética e potencial desse motor determinam a amplitude e a profundidade da linha de massas. Isto ressoa com a exposição seminal de Marx e Engels sobre o materialismo histórico em *A Sagrada Família* (1844): “A atividade histórica é o trabalho das massas; à medida que a atividade histórica se aprofunda, as fileiras das massas devem expandir-se” e “As ideias devem encontrar a sua realização através das pessoas que exercem o poder prático”. A história é impulsionada pela prática do povo e também é determinada por linhas políticas, organizacionais e de massa corretas.

Em 24 e 28 de junho de 2025, Rongjiang sofreu inundações catastróficas consecutivas que engoliram toda a cidade velha e partes da nova área urbana, incluindo o campo de futebol Village Super. Com dois terços do principal distrito urbano submerso, isso constituiu um severo teste de sobrevivência. Funcionários e residentes trabalharam incansavelmente dia e noite, cenas que foram capturadas por residentes locais e partilhadas nas redes sociais. Inúmeros meios de comunicação independentes e plataformas mainstream de todos os níveis transmitiram uma narrativa multifacetada sobre o renascimento de Rongjiang após as inundações, gerando um tráfego substancialmente novo. Precisamente devido ao profundo enraizamento social da Superliga da Aldeia, um mecanismo social totalmente mobilizado tornou-se a arma mais potente contra o desastre — em menos de um mês, a Superliga da Aldeia foi retomada.





Enquanto equipas de resgate de todo o país se preparavam para partir, as comunidades étnicas minoritárias trabalharam durante a noite para preparar ovos vermelhos, cordões de seda e palmilhas bordadas, de acordo com os seus costumes tradicionais mais elevados. Palmilhas coloridas e guirlandas adornadas com ovos

vermelhos foram colocadas sobre o peito dos trabalhadores humanitários. Na reunião de despedida, bandeiras nacionais tremulavam entre risos e lágrimas, enquanto os soldados eram presenteados com melancia e várias iguarias. A cena de todo o comitê do partido do condado lado a lado com os residentes, com lágrimas a correrem pelo rosto ao longo da longa rua, foi transmitida ao vivo nas redes sociais e amplamente partilhada. Estas imagens dominaram os tópicos em destaque nas plataformas de vídeos curtos, criando um efeito viral cada vez maior. Entre a multidão que se despedia, era comum ver uma floresta de telemóveis levantados — a documentação e a divulgação tornaram-se um modo de vida em Rongjiang.



Tais cenas me levam a refletir: se isso ocorresse em qualquer outro lugar do mundo, só poderia acontecer na China. Visto através das lentes da história da fundação da Nova China, esse profundo vínculo entre os militares e o povo incorpora o DNA político do socialismo com características chinesas do século XXI.



Ao contrário da comunicação política ocidental centrada na política eleitoral, a abordagem tripartida do Partido Comunista Chinês — sua linha política, linha organizacional e linha de massa — forma a base da comunicação política da China. Eu chamo isso de “comunicação organizada pelo partido”, cuja missão é servir como porta-voz tanto do partido quanto do povo. O que constitui esse porta-voz? Não é precisamente isso a “comunicação de massa” da Superliga da Aldeia? Ela incorpora o conceito de Mao Zedong do jornal do Partido como um esforço coletivo — uma prática

histórica em que os jornais são administrados por todos, por todo o Partido e por toda a população. É precisamente esse tipo de comunicação que serve como motor da Superliga das Aldeias, uma iniciativa pioneira em que todo o povo administra a mídia. A linha de massas da Superliga das Aldeias é o seu maior sucesso — um posicionamento que a mídia chinesa dominante de hoje, em transformação sistémica, deve redescobrir.

Ao promover a nova ordem da informação e comunicação no século XXI, como os socialistas de todo o mundo devem reconstruir o jornalismo e a comunicação marxistas como uma teoria da prática histórica? Essa é a nossa tarefa comum.

Mao Zedong afirmou certa vez: “A Longa Marcha foi um manifesto, uma equipe de propaganda e um semeador”. Sempre considerei o manifesto, a equipe de propaganda e o semeador como ação — a essência da perspectiva marxista sobre jornalismo e comunicação. Ou seja, “propaganda como ação”, la prática como ação é a fonte da comunicação. Nesse sentido, a comunicação sempre foi um verbo; ela é alcançada por meio da ação e incorpora a agência histórica. O jornalismo e a comunicação marxistas são comunicação como prática. Isto incorpora precisamente a perspectiva do Partido Comunista Chinês sobre a propaganda, bem como o sistema político e a comunicação política com características chinesas. Neste sentido, devemos libertar a “propaganda” do estigma imposto pelos vencedores da Guerra Fria. O que é propaganda? Em 1927, o cientista político e estudioso da comunicação americano Harold Lasswell, resumindo a Primeira Guerra Mundial, afirmou: A propaganda é essencialmente uma guerra de ideias contra ideias. A nova Guerra Fria continua a ser uma guerra de ideias contra ideias.

Hoje, ao embarcar numa “nova Longa Marcha”, enfrentando um novo cerco e obstrução em meio a um século de transformação, a China deve unir-se aos povos do Sul Global. Ao seguir a linha de massas e construir uma frente unida dentro do Sul Global, a China pode superar todas as dificuldades e obstáculos para realizar conjuntamente a grande missão da paz e do desenvolvimento mundial — um empreendimento histórico sem precedentes. O Exército Vermelho não teme dificuldades na sua longa marcha; montanhas e rios são apenas trivialidades. Em última análise, a comunidade com um futuro comum para a humanidade é um grande esforço comunicativo que transcende montanhas e rios, alcançando integração mútua e entendimento comum.

A história está do nosso lado; a história está do lado do povo. A justiça prevalecerá, a paz prevalecerá e o povo prevalecerá.